



Grupos de Trabalhos

V Seminário Internacional América Latina e Caribe

V SIALAT ABYA YALA

Sociodiversidade, pensamento crítico e utopias



GT 02A e 02B

Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latinoamericanas

Coordenadoras/es

Simaia das Mercês (NAEA/UFPA) • Welson Cardoso (ICSA/UFPA) • Olga Castreghini de Freitas (UFPR e UNAMA) • Helena Zagury Tourinho (UNAMA) • Carlos Freire (PPGSA/IFCH/UFPA) • Maria Goretti Tavares (PPGGEO/IFCH) • Michel de Melo Lima (UNAMA) • Juliano Ximenes (PPGAU/UFPA) • Sandra Helena Ribeiro Cruz (PPGSS/ICSA/UFPA) • Andrea Pires Chaves (PPGSA/UFPA) • Bruno Soeiro (ICJ/UFPA)

Ementa: A vida urbana tem sido um dos temas centrais nas análises das ciências sociais abrangendo várias abordagens na contribuição de disciplina e e sobretudo os aportes teóricos e metodológicos vindos da interdisciplinariedade, e relacionados ao debate formulado enquanto crítica ao desenvolvimento e à desigualdade social, de classe, de raça, e de gênero. Essas análises têm permitindo conhecer a diversidade da cultura urbana, como mostram os estudos realizados nos diferentes países da América Latina, com abordagens quantitativas e/ou qualitativas. São cada vez mais importantes os estudos sobre as mudanças na subjetividade das pessoas e dos grupos sociais, nos desejos e frustrações dos sujeitos, e nas formas como montam suas estratégias coletivas para enfrentar processos dolorosos devido a desigualdade social, a exclusão, o desenraizamento, e a violência do Estado e da sociedade. Pretende-se discutir trabalhos resultantes de pesquisa teórica ou empíricas sobre a vida urbana, considerando categorias chave como tempo, espaço, identidade, singularidade, diferença, cotidiano, cultura, economia urbana e global, política e planejamento urbano e regional. O GT contempla trabalhos que abordem as manifestações políticas nas cidades, ou em seu entorno, mas a elas articuladas, visando fomentar o debate crítico sobre o urbano e os limites e potencialidades da ação política e da democracia.



GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas.
Modalidade: Comunicação Oral

DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS EM MARABÁ: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO MODELO CAPITALISTA NO SUDESTE PARAENSE

Flávia Madeira da Silva¹ (Faculdade dos Carajás)

Sara Brigida Farias Ferreira² (UNIFESSPA),

RESUMO: Este artigo investiga os complexos desafios enfrentados pela Amazônia e pela cidade de Marabá no sudeste paraense, áreas marcadas por intensas interações entre desenvolvimento econômico, conservação ambiental e dinâmicas sociais. O problema central reside na difícil tarefa de conciliar o progresso econômico com a sustentabilidade ambiental e a equidade social numa região de significativa importância ecológica e social. A justificativa se ancora na urgência global de abordar as repercussões do desenvolvimento acelerado, visando a sustentabilidade e o bem-estar das comunidades locais. O objetivo deste estudo é analisar as transformações socioeconômicas e ambientais na Amazônia e no sudeste paraense, destacando as respostas das comunidades a tais mudanças e contribuir para o debate sobre desenvolvimento sustentável. Empregando uma metodologia qualitativa interdisciplinar, o estudo realiza uma análise de conteúdo de diversas fontes, incluindo artigos acadêmicos e relatórios governamentais. As considerações finais ressaltam a necessidade de políticas públicas e práticas de gestão que harmonizem desenvolvimento econômico, conservação ambiental e justiça social, evidenciando a possibilidade de um equilíbrio entre progresso e preservação através do compromisso e inovação.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Conservação ambiental; Dinâmicas sociais; Amazônia; Marabá.

INTRODUÇÃO

Este artigo se debruça sobre a intrincada trama de desafios e transformações na Amazônia e na cidade de Marabá, no sudeste paraense, um palco de intensas interações entre o desenvolvimento econômico, a conservação ambiental e as dinâmicas sociais. Essa região, marcada por sua rica biodiversidade e significativo potencial econômico, encontra-se no epicentro de debates globais sobre sustentabilidade e direitos humanos, colocando em relevo o problema de como conciliar o progresso econômico com a preservação ambiental e a equidade social.

A justificativa para tal investigação reside na crescente preocupação global com as consequências do desenvolvimento desenfreado, especialmente em áreas de elevada importância ecológica e social como a Amazônia. As dinâmicas de desenvolvimento na região não apenas afetam a biodiversidade e os ecossistemas locais, mas também têm profundas repercussões para as

¹ Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Licenciada e Bacharela em Ciências Sociais Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Docente da Faculdade dos Carajás. E-mail:madeiraflavia34@gmail.com

² Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM), pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Bacharela em Direito, com habilitação em Relações Sociais, pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. E-mail: sara_farias@hotmail.com.

comunidades que historicamente habitam essas terras. Assim, torna-se imperativo entender essas interações para propor soluções que assegurem um futuro sustentável para a região e para o planeta.

Adotando uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, este estudo realiza análises de conteúdo de artigos acadêmicos, relatórios de ONGs e documentos governamentais, complementados por uma revisão bibliográfica abrangente sobre o tema. Essa metodologia permite uma compreensão profunda das complexas relações entre os processos de desenvolvimento, os impactos ambientais e as respostas sociais na região estudada.

O objetivo deste artigo é contribuir para o debate sobre desenvolvimento sustentável, oferecendo visões sobre como as políticas públicas e as práticas de gestão podem equilibrar progresso econômico, conservação ambiental e justiça social. Ao elucidar as nuances do desenvolvimento na Amazônia e no sudeste paraense, este artigo busca fornecer bases para a formulação de estratégias mais equitativas e sustentáveis, alinhadas às necessidades ambientais globais e às aspirações das comunidades locais.

AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI: DESAFIOS, INOVAÇÕES E A CONVERGÊNCIA ENTRE CIÊNCIA, SOCIEDADE E CONSERVAÇÃO.

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2009) discute a complexidade e os desafios enfrentados pela Amazônia no século XXI, destacando sua importância tanto para a ciência quanto para a geopolítica e a ecologia global. Ele aborda a rica biodiversidade da região, sua relevância para os estudos científicos, especialmente em biogenética e biotecnologia, e as variadas formas de ocupação humana, desde comunidades indígenas pré-colombianas até atividades extrativistas e projetos de grande escala na agricultura e mineração.

Costa (2019) cita o conceito de "novas territorialidades" surgidas como resistência social à expropriação contínua da terra, impulsionadas por um modelo autoritário de ocupação regional nas décadas de 1960 e 1970. Essas novas territorialidades foram apoiadas por alianças internacionais, motivadas tanto por razões legítimas quanto geopolíticas, reflexo do novo valor atribuído à natureza na era contemporânea. A natureza passa a ser vista sob duas óticas principais: como símbolo de vida e base dos movimentos ambientalistas, e como capital natural, um recurso escasso e valioso tanto econômico quanto estrategicamente.

A discussão de Cantagalo (2016) avança para a descrição de dois vetores de transformação na região: o "vetor tecno-industrial", focado no desenvolvimento e na mobilização de recursos naturais, e o "vetor tecno-ecológico", que agrega projetos preservacionistas e conservacionistas. Brasil (2024) detalha a evolução desses vetores, destacando iniciativas significativas como o Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras e o projeto de corredores biológicos.

O CGEE (2009) argumenta que a experimentação científica na Amazônia, tanto em laboratórios avançados quanto *in situ*, na própria floresta, é crucial para a compreensão e conservação da biodiversidade. Ele enfatiza a importância do conhecimento tradicional das comunidades locais nesse processo, que não apenas facilita o acesso à informação genética, mas também atua como protetor da biodiversidade. A complexidade dos desafios enfrentados pela Amazônia, portanto, reflete a interseção de questões ambientais, sociais e científicas, exigindo uma abordagem multidisciplinar para sua compreensão e gestão.

O CGEE (2009) enfatiza a importância do trabalho empírico na geografia, apesar de ser considerado por alguns como obsoleto, e destaca que este continua sendo um elemento crucial em sua abordagem científica. Procede então a discutir projetos alternativos na Amazônia, os quais se baseiam tanto em iniciativas científicas quanto em movimentos sociais que buscam resistir à expropriação da terra e melhorar as condições de vida. Tais práticas sociais são descritas não apenas como fornecedoras de conhecimento e informação, mas também como estratégias de apropriação e uso do território, contribuindo para o desenvolvimento de novos conceitos relacionados à interação humana com a natureza.

Em seus estudos, Albagli (2001) aborda a definição e a mensuração de "capital natural", a emergência do termo "biodiversidade" em 1987, e a multiplicidade de definições para "desenvolvimento sustentável", apontando para a contribuição das práticas sociais na conceituação desses termos ainda em formação. O palestrante argumenta que a Amazônia representa uma "fronteira experimental", um espaço potencialmente gerador de novas realidades, destacando o papel histórico da experimentação desde o século XVI.

Importante citar exemplos concretos de iniciativas, como as reservas extrativistas, que surgiram da luta dos seringueiros, liderados por Chico Mendes, contra a expansão agrícola e a colonização governamental. Essas reservas são apresentadas como um modelo de gestão sustentável e conservacionista dos recursos naturais, destacando-se pela sua abordagem inovadora de uso coletivo da terra e pelo seu sucesso em promover a conservação da biodiversidade (CGEE, 2009).

A geógrafa Becker (2014) também aborda a dimensão experimental das políticas governamentais voltadas para a Amazônia, destacando a criação de um ministério específico e a adoção de uma política integrada baseada em desenvolvimento sustentável. Essas políticas refletem um esforço de conciliar crescimento econômico com preservação ambiental, destacando o papel essencial do conhecimento científico e tecnológico nesse processo.

A autora reflete sobre as complexidades das experiências de conservação *in situ*, enfatizando a interconexão entre práticas sociais e científicas na criação de novos métodos e conceitos para a proteção e uso da biodiversidade. Essas iniciativas não apenas contribuem para a redução dos custos

de conservação, mas também promovem a criação de novos territórios e abordagens para o desenvolvimento sustentável, mediados por uma ampla rede de colaboração entre ONGs, igrejas, agências governamentais e programas internacionais.

A preocupação manifestada por Becker aborda a reação limitada da população frente a impactos culturais e o risco de formação de novos enclaves na Amazônia, reminiscentes das críticas dirigidas aos modelos de ocupação e aos grandes projetos minerais da década de 1960 e 1970. Estes últimos foram apontados como fatores que contribuíram para a desigualdade regional, ao criar áreas de desenvolvimento isolado que não favoreceram a disseminação dos benefícios econômicos para a população em geral (Becker, 2014).

Em um nível geopolítico mais amplo, destaca-se a preocupação com o controle e a disseminação de informações geradas por pesquisas científicas na região. A discussão sobre biodiversidade e patentes é destacada como um tema de relevância internacional, mas insuficientemente abordado no contexto regional, o que poderia indicar uma forma de neocolonialismo científico, onde o conhecimento produzido localmente é controlado e utilizado por entidades externas (Becker, 2014).

Finalmente, Becker (2014) sinaliza um papel crucial para o estado na mediação e no controle dessas dinâmicas, apontando para esforços em curso de institucionalização desses processos através de novas políticas ou projetos. Essa abordagem sugere uma tentativa de equilibrar os benefícios da conservação e do desenvolvimento sustentável com a necessidade de garantir que tais iniciativas sejam inclusivas e distribuam justamente seus benefícios, evitando a exclusão social e garantindo que a gestão do conhecimento produzido sirva aos interesses nacionais e locais.

GEOGRAFIA E ECOLOGIA DO PARÁ: UMA VISÃO INTEGRADA DO SEGUNDO MAIOR ESTADO BRASILEIRO

O Pará, localizado na região Norte do Brasil, é apresentado como o segundo maior estado do país em termos de área territorial, possuindo mais de 1.245.870 km², conforme dados de 2020 (Pará, 2021). A ênfase é dada às suas características geográficas distintas, incluindo sua localização equatorial, a presença da Ilha do Marajó - o maior arquipélago flúvio-marítimo - e um extenso litoral atlântico de mais de 500 km (CMN, 2015).

Além disso, o texto descreve a infraestrutura rodoviária significativa do estado, com rodovias importantes como a BR-010 (Belém-Brasília) e a Transamazônica, facilitando a conexão leste-oeste, além da Cuiabá-Santarém, que percorre o estado de norte a sul. Demograficamente, o Pará apresenta uma baixa densidade populacional de aproximadamente 7 habitantes por quilômetro quadrado, com uma população estimada de 8.690.745 habitantes. Esta densidade é significativamente menor que a

média nacional, refletindo vastas áreas de baixa densidade habitacional, especialmente em comparação com as regiões urbanas mais densas como Belém, Marabá e Santarém (Pará, 2021).

A divisão política do Pará é destacada pela organização em 144 municípios, com Altamira sendo o maior município não apenas do estado, mas de todo o Brasil, e Marituba, próximo a Belém, como o menor. Essas informações compõem um panorama abrangente do estado, enfatizando sua relevância geográfica, demográfica e política, elementos essenciais para a preparação em concursos públicos que demandam conhecimento específico sobre a realidade do Pará (Pará, 2021).

Importante mencionar as características geográficas da região Norte da Amazônia, com foco específico no estado do Pará. É destacado que o relevo da região é caracterizado por grandes altitudes no Norte, decorrentes do Planalto das Guianas, e por planaltos residuais tanto ao norte quanto ao sul. A classificação do relevo é abordada, dividindo-se em planaltos, depressões e planícies, sendo importante notar que a menor ocorrência no estado é a de planícies, encontradas em uma faixa estreita ao longo do Rio Amazonas e na região do Marajó.

A divisão política do Pará é mencionada, indicando que o estado é constituído por 144 municípios, com Altamira destacando-se como o maior e Marituba como o menor. A importância das rodovias para a conectividade do estado também é sublinhada, com menção à BR-010 (Belém-Brasília), à Transamazônica e à Cuiabá-Santarém, que facilitam o acesso de leste a oeste e de norte a sul, respectivamente (Pará, 2021).

Isso reflete vastas áreas de baixa densidade habitacional, contrastando com regiões urbanas mais densamente povoadas, como Belém e Santarém. Um aspecto destacado é o ponto culminante do estado, a Serra do Acari, que atinge 906 metros, indicando que a maior parte do Pará possui um relevo antigo e desgastado, com altitudes modestas. A maior parte do território paraense não excede 200 metros acima do nível do mar, com exceção do extremo norte, onde se localiza o ponto mais elevado (Xafi, 2013).

A rica hidrografia do Pará é ressaltada, caracterizada por uma abundância de rios perenes e caudalosos, o que é atribuído às intensas precipitações na região e ao relevo pouco acidentado. Isso contribui para a presença de grandes volumes de água nos rios, como o Amazonas, Tapajós, Araguaia, Xingu, entre outros (Xafi, 2013).

Ademais, a diversidade geográfica e ecológica do estado do Pará, situado na região Norte do Brasil, enfatizando sua extensa hidrografia, variada vegetação e características do solo. O estado é reconhecido por seus rios perenes e caudalosos, que, além de terem um grande potencial hidrelétrico, oferecem amplas possibilidades para a navegação. A discussão também abrange o mapa oficial de vegetação do Pará, indicando que, apesar da predominância da floresta Amazônica (Xafi, 2013).

A devastação ambiental deve ser mencionada, apontando para a perda significativa de cobertura florestal na região, especialmente ao longo da rodovia Transamazônica. A floresta Amazônica, caracterizada por sua heterogeneidade e imensa biodiversidade, é descrita como um patrimônio da humanidade, ocupando a maior parte do território paraense. Esta vegetação é dividida em três principais tipos: igapó, várzea e terra firme, diferenciados principalmente pelo grau de inundação associado ao ciclo dos rios (Xafi, 2013).

DINÂMICAS DE TRANSFORMAÇÃO E DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO NO SUDESTE PARAENSE: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL

O artigo "A Economia do Sudeste Paraense: Evidências das Transformações Estruturais" de Santos (2020) apresenta um estudo detalhado sobre as mudanças socioeconômicas e estruturais ocorridas no sudeste paraense, uma mesorregião do estado do Pará, Brasil. Este estudo abrange aspectos como a dinâmica econômica, transformações na estrutura produtiva, o impacto de grandes projetos agropecuários e de mineração, mudanças na ocupação humana e urbanização, além de questões relacionadas ao mercado de trabalho, infraestrutura e conflitos fundiários.

A mesorregião, compreendendo 39 municípios, destacou-se pelo seu dinamismo econômico, impulsionado significativamente por atividades de mineração e agropecuária desde a década de 1970. Esse desenvolvimento, no entanto, apresentou um caráter desigual e resultou em problemas ambientais e sociais, incluindo conflitos por terra. A mineração, especialmente com a atuação da então Companhia Vale do Rio Doce, e a expansão agropecuária emergiram como vetores principais do crescimento, embora esse crescimento não tenha necessariamente traduzido em melhorias significativas na qualidade de vida da população local (Santos, 2020).

As transformações na base produtiva refletiram-se em um aumento expressivo do PIB da região e na sua contribuição para o PIB estadual e nacional. A agropecuária, apesar de sua representatividade histórica, viu a mineração se destacar como a atividade econômica de maior peso. Paralelamente, houve uma intensificação da urbanização, com a criação de novos municípios e o desenvolvimento de infraestruturas viárias, energéticas e de comunicação.

Para Hébette (2004), no âmbito da região Amazônica, o Programa Grande Carajás (PGC) compõe desde a década de 1980 um dos maiores empreendimentos minerários e metalúrgicos, ramificando-se por diversas frentes de atuação, desde a agropecuária até a geração de energia. A construção da infraestrutura necessária para o efetivo desenvolvimento do programa foi responsável por um dos maiores ciclos migratórios da região, corroborando com novas dinâmicas socioeconômicas e ambientais jamais vistas.

Santos formula duas hipóteses principais sobre essa experiência regional: a primeira, de que a região cresceu e viu mudanças significativas na sua estrutura produtiva, mas sem transformações profundas nas condições de vida da população; a segunda, de que o dinamismo regional derivou tanto da expansão agropecuária quanto da mineração, mas que a última, apesar do crescimento exponencial, não conseguiu promover impactos qualitativamente positivos na economia regional, exceto em alguns municípios (Santos, 2020).

O mercado de trabalho, apesar da ampliação, caracterizou-se pela heterogeneidade e precarização, evidenciando a informalidade e o trabalho infantil. A infraestrutura econômica, embora em processo de ampliação e modernização, ainda apresenta carências, principalmente no que se refere a armazenagem de grãos e condições domiciliares urbanas. Por fim, a questão do mercado de terras revelou a existência de tensões e conflitos fundiários intensificados pela disputa por recursos naturais valiosos.

O estudo de Santos (2020) contribui para a compreensão das complexas dinâmicas socioeconômicas e estruturais que moldam o sudeste paraense, refletindo sobre os desafios do desenvolvimento regional em contextos de intensa exploração de recursos naturais e expansão econômica.

O artigo "Grandes projetos capitalistas na Amazônia e a luta pela terra no sudeste paraense" de Santos e Congilio (2022) discute a questão agrária e a luta pela terra na Amazônia, enfocando o impacto dos grandes projetos capitalistas na região do sudeste paraense desde a década de 1970. Os autores argumentam que esses projetos, apoiados por políticas governamentais, provocaram uma significativa transformação socioeconômica e ambiental, impactando diretamente a vida das populações locais, incluindo indígenas, camponeses e outros grupos tradicionais. A análise evidencia como a expansão do capital, representada por atividades como mineração e pecuária, levou à expropriação de terras, à transformação das relações de trabalho e à intensificação dos conflitos por terra, esta dinâmica notória no sudeste paraense evidencia sua tendência ao circuito nacional de exploração. Para a autora (2022, pag. 113):

A luta pela Reforma Agrária no Brasil se desdobra historicamente em cenário de contradição intensa entre duas classes: a dos latifundiários, mantenedores de grandes concentrações de terras, visando explorá-las para garantir lucros, e a dos trabalhadores rurais, na condição de excluídos da condição de produzir na terra e dela subtrair seu sustento, conseqüentemente transformando-se em Sem Terras.

A região, rica em recursos naturais, atraiu investimentos federais que visavam a exploração mineral e a expansão agropecuária, resultando em deslocamentos populacionais e reestruturação do espaço geográfico. Esses processos não apenas alteraram a dinâmica econômica local, mas também

desencadearam uma série de disputas pela posse de terras, configurando um cenário de luta e resistência das populações afetadas (Santos; Congilio, 2022).

Os autores Santos e Congilio (2022) destacam a importância da mobilização social e da organização coletiva na luta pela terra, evidenciada pelo surgimento de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que desempenharam um papel central na reivindicação por reformas agrárias e na busca por justiça social. Essas lutas não apenas questionam a distribuição desigual de terras, mas também desafiam o modelo de desenvolvimento imposto, buscando alternativas sustentáveis que respeitem os direitos das comunidades locais e a preservação do meio ambiente.

Em síntese, o artigo de Santos e Congilio (2022) analisa a complexa interação entre desenvolvimento capitalista, políticas estatais e resistência social na Amazônia, destacando os desafios enfrentados pelas populações locais na defesa de seus territórios e modos de vida diante da pressão de grandes projetos de exploração de recursos naturais.

O artigo "Desenvolvimento Capitalista na Amazônia Oriental: Mudanças Recentes nos Principais Municípios Minerados do Sudeste Paraense" aborda a evolução histórica e as implicações do desenvolvimento econômico focado na mineração na região sudeste do estado do Pará, Brasil. As políticas de desenvolvimento implementadas desde a segunda metade do século XX têm promovido um dinamismo econômico centrado na exploração mineral, principalmente nos municípios de Marabá, Canaã dos Carajás, e Parauapebas. O artigo destaca a importância econômica da indústria extrativa mineral, que tem ampliado seu papel, principalmente no estado do Pará, tornando-o o maior exportador de minérios do país.

Os autores apontam que, apesar dos benefícios econômicos de curto prazo, a dependência da mineração traz vulnerabilidades para a região, incluindo possíveis impactos negativos a longo prazo devido à exaustão dos recursos minerais, caso alternativas econômicas sustentáveis não sejam desenvolvidas. O texto também discute como as mudanças estruturais nos municípios minerados foram impulsionadas por planos, projetos e políticas de desenvolvimento voltados para a Amazônia Oriental, ressaltando a necessidade de refletir sobre alternativas econômicas frente à dependência atual da mineração.

Em suma, o estudo fornece uma análise detalhada sobre o crescimento econômico impulsionado pela mineração na Amazônia Oriental, destacando tanto os benefícios quanto as vulnerabilidades associadas a essa dependência econômica, e conclui ressaltando a importância de diversificar a economia para reduzir riscos futuros.

Santos e Congilio investigam a expansão capitalista na Amazônia, com foco na luta pela terra no sudeste paraense, destacando a importância de manter viva a discussão sobre a questão agrária e

a resistência contra a lógica de lucro de grandes corporações. Analisa-se a ação estatal na região para constituir uma força de trabalho essencial à expansão do capital, destacando-se a chegada de grandes projetos na década de 1970, como a rodovia Transamazônica e a Hidrelétrica de Tucuruí, que transformaram a dinâmica local.

A luta pela terra é apresentada como uma resposta necessária às tentativas de apropriação capitalista, que visam a expropriação e a subordinação de camponeses e povos tradicionais. O texto também aborda o processo histórico de resistência contra a expansão do capitalismo e o latifúndio, enfatizando a ação de movimentos sociais, como o MST, na reivindicação por uma reforma agrária ampla e digna. A violência no campo é destacada como um instrumento utilizado pela burguesia agrária para suprimir a luta camponesa, mas apesar disso, o artigo conclui que a luta pela terra no sudeste paraense não apenas persiste mas se fortalece, evidenciando a necessidade de políticas de reforma agrária que assegurem a dignidade das populações camponesas.

ENTRE HOMENS, NATUREZA E CAPITAL: O EXTRATIVISMO E SUAS REPERCUSSÕES SOCIOAMBIENTAIS EM MARABÁ.

O artigo "A Ecologia Desumana dos Castanhais: A Experiência do Extrativismo na Cidade de Marabá (Estado do Pará Amazônia Brasil) entre 1900-1950" de Cabral e Montarroyos (2015) aborda a dinâmica de exploração dos castanhais na região de Marabá, Pará, no início do século XX, analisando as relações socioeconômicas entre trabalhadores, patrões e prostitutas dentro deste contexto. Utilizando uma abordagem interdisciplinar que combina ecologia, história, sociologia, direito, ética e economia, o estudo reconstrói o ambiente capitalista e desumano dos castanhais, destacando os efeitos adaptativos e prejudiciais dessa interação homem-natureza, incluindo doenças, deformações físicas, carências psicológicas e sociais, riscos de morte, e acidentes de trabalho.

O período estudado, entre 1900 a 1950, é marcado pelo extrativismo da castanha e outras atividades que obrigavam a constante mobilidade da população trabalhadora, caracterizando Marabá como uma cidade de natureza nômade. Esse extrativismo era fundamentado em relações de trabalho extremamente precárias, com a exploração baseada na mais-valia absoluta, violações de direitos fundamentais e um profundo impacto na dignidade e qualidade de vida dos trabalhadores (Cabral; Montarroyos, 2015).

O artigo também descreve o cotidiano e as condições de vida na cidade de Marabá, influenciadas pela sazonalidade do extrativismo. A população trabalhadora se movimentava de acordo com as estações, deixando a cidade quase deserta fora da temporada de coleta das castanhas. Essa mobilidade e a dinâmica de trabalho nos castanhais geravam um ciclo de vida marcado por períodos de intenso trabalho e momentos de ócio, frequentemente passados em contextos de

prostituição e consumo de álcool, que eram tanto uma forma de lazer quanto um meio de controle social e econômico exercido pelos patrões (Cabral; Montarroyos, 2015).

Por fim, o estudo conclui destacando a relação complexa e muitas vezes prejudicial entre homem e natureza mediada pela exploração econômica, apontando para a necessidade de reconhecer essas interações como parte integral da história socioambiental da região e refletindo sobre as consequências de longo prazo desse modelo de desenvolvimento (Cabral; Montarroyos, 2015).

A dissertação de Almeida (2008) examina as transformações sociais, econômicas e urbanísticas na cidade de Marabá, localizada no Sudeste do Pará, sob influência direta de políticas públicas e projetos governamentais, especialmente a partir dos anos 1970, com a descoberta de minério de ferro na Serra dos Carajás. O estudo aborda como Marabá, estrategicamente situada na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas, evoluiu de um centro urbano sujeito a inundações periódicas, com uma economia baseada no extrativismo da castanha-do-pará e da borracha, para um polo regional influenciado por grandes projetos de desenvolvimento, incluindo o Projeto Grande Carajás.

O autor detalha as intervenções urbanas e de infraestrutura realizadas pelo governo federal, visando preparar a cidade para o esperado crescimento populacional e econômico decorrente da exploração mineral. Uma dessas intervenções foi o planejamento e a implementação de um novo núcleo urbano, a Nova Marabá, visando transferir a população do antigo centro urbano, vulnerável às enchentes, para uma localização mais segura. Apesar desses esforços, a pesquisa ressalta a resistência e adaptação da população local às mudanças impostas, mantendo parte de suas tradições e modos de vida, ao mesmo tempo em que se integram às novas realidades econômicas (Almeida, 2008).

Almeida (2008) critica a visão de desenvolvimento adotada nas políticas públicas, que muitas vezes desconsiderou as particularidades locais e os impactos sociais de grandes empreendimentos. A persistência do núcleo urbano original, mesmo frente aos desafios das inundações e ao incentivo governamental para a mudança, é apontada como um sinal do fracasso parcial das políticas de planejamento urbano implementadas sem a devida atenção às necessidades e à cultura da população local. Conforme o autor (pag. 83):

Os estudos feitos a respeito de Marabá, embora mostrassem a visão de que a modernização dos hábitos e costumes adquiridos com o processo de desenvolvimento, iriam melhorar as condições de vida daquela população, trouxeram ao conhecimento dos estudiosos e planejadores aspectos que caracterizavam também as especificidades do convívio daquela população com a natureza. Muitos desses aspectos deveriam ser considerados nas políticas de

planejamento, as quais, em geral, viam as mesmas como exemplos do atraso e da estagnação que deveriam ser revertidas.

A dissertação de Almeida (2008), ao analisar a história recente de Marabá, contribui para a compreensão mais ampla dos desafios e das consequências da implementação de grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, enfatizando a necessidade de políticas públicas que considerem as dinâmicas locais e promovam um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Silva (2022) discute o papel do Estado e das políticas públicas na expansão urbana e no "desenvolvimento" da cidade de Marabá, Pará, e seus impactos socioambientais. A pesquisa, de caráter teórico qualitativo, evidencia a ativa participação do Estado na produção do espaço urbano amazônico desde meados do século XX, destacando como a expansão do sistema capitalista para a região norte do Brasil tem desencadeado segregação urbana e ambiental. Corroborando com Silva, Santos (2011) destaca que:

Transformações relevantes, verificadas nas últimas décadas, na estrutura agrária e fundiária da Mesorregião do Sudeste Paraense, foram particularmente perceptíveis no interregno de 1970 a 1980, a partir da inserção de grandes projetos agropecuários, apoiados por ampla política de benefícios fiscais. Por seu turno, também se verificou a adição de mão-de-obra potencial para o campo e a formação de importante contingente de pequenos produtores, que migraram para a Região sob o estímulo de programas de colonização.

O estudo de Silva (2022) revela que essa dinâmica resulta na formação de espaços urbanos contrastantes, onde convivem, de um lado, áreas que personificam a "modernidade" com avançados padrões tecnológicos e, de outro, espaços urbanos marcados pela decadência e segregação ambiental. Especificamente, a cidade de Marabá, transformada de um assentamento ribeirinho em uma fronteira de expansão do capital, exemplifica como as intervenções do Estado têm (re)definido seu desenho urbano, levando à formação de áreas marcadas por intensa desigualdade social e exclusão, contrastando com a visão de um desenvolvimento que beneficiaria toda a sociedade.

O artigo "Os Riscos Naturais e a História: O Caso das Enchentes em Marabá (PA)" de Almeida (2011) aborda a complexa relação entre desastres naturais, especificamente enchentes, e a organização social e histórica da comunidade de Marabá, no Pará. Através de uma perspectiva multidisciplinar, englobando sociologia, economia e história, o estudo destaca como as respostas sociais e políticas a essas enchentes têm sido moldadas e limitadas pelas especificidades locais e culturais.

O caso de Marabá ilustra a incorporação do risco de enchentes ao cotidiano da comunidade, apontando falhas nas políticas públicas e intervenções urbanísticas que não levaram em consideração a relação histórica e cultural da população com seu ambiente. A análise ressalta a

importância de abordagens mais integradas e sensíveis ao contexto para o enfrentamento de desastres naturais, que considerem a percepção do risco, a vulnerabilidade social e as práticas locais de adaptação (Almeida, 2011).

O trabalho de Ferreira (2021) intitulado "Enchente de 1980: imaginário cultural, crescimento urbano e transformação do espaço social em Marabá-PA" apresenta uma análise detalhada sobre os impactos sociais, urbanos e culturais da enchente de 1980 na cidade de Marabá, Pará. Esta enchente é contextualizada em um período de intensa migração para a região, motivada por projetos desenvolvimentistas do governo e pela descoberta de ouro na Serra Pelada, o que levou a um rápido aumento populacional e à criação de novos núcleos urbanos, como a Nova Marabá.

O estudo de Ferreira (2021) reflete sobre como essa enchente, devido à sua magnitude, ficou fortemente presente na memória coletiva da cidade, transformando o modo de vida da população e a estrutura urbana local. Além disso, Ferreira (2021) explora a importância do uso de fotografias e registros fotográficos em sala de aula para ensinar a história local, argumentando que a escola desempenha um papel fundamental no estímulo ao pensamento crítico e na compreensão da construção do conhecimento histórico.

O artigo "A História Ambiental e o Ensino de História na Cidade de Marabá-PA a Partir das Revistas em Quadrinhos de Rildo Brasil" de Reis (2023) aborda a ausência da história ambiental no ensino em Marabá, Pará. Este trabalho é parte de uma dissertação de mestrado e propõe a integração da história ambiental no currículo escolar, destacando a relação histórica entre a ocupação humana e os impactos ambientais na região. A autora desenvolve um material paradidático focado na destruição ambiental e na exploração dos rios, utilizando as revistas em quadrinhos de Rildo Brasil como ferramenta pedagógica.

A pesquisa ressalta a tendência histórica de associar progresso ao avanço sobre a natureza, resultando na marginalização da preservação ambiental. A ocupação e o desenvolvimento de Marabá são contextualizados pelos rios Tocantins e Itacaiúnas, sendo fundamentais para o entendimento da configuração urbana e social da cidade. O artigo também discute a relevância de incorporar a história ambiental ao ensino de história, evidenciando a escassez de estudos e materiais didáticos nesse âmbito até o final do século XX. A crise ambiental serve de catalisador para essa integração, com a educação ambiental ganhando força legal e presença nos currículos escolares (2023).

Além disso, o texto aborda o impacto de projetos governamentais de desenvolvimento, iniciados durante a ditadura militar, que promoveram uma ocupação desordenada e exploratória, exacerbando os conflitos agrários e a destruição ambiental. Tais projetos refletem a priorização de interesses econômicos em detrimento das questões ambientais e sociais (Reis, 2023).

A autora enfatiza a importância de desenvolver uma consciência crítica sobre as questões ambientais e sua relação com a história local, utilizando paradidáticos como uma ferramenta valiosa para enriquecer o ensino e a aprendizagem. A utilização de revistas em quadrinhos como material de apoio didático é destacada como uma maneira inovadora de engajar os alunos no estudo da história ambiental de Marabá, evidenciando a necessidade de preservação e conscientização sobre o patrimônio natural da região (Reis, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo ofereceu uma visão crítica e abrangente dos desafios e transformações enfrentados pela Amazônia e pelo sudeste paraense, destacando a complexa interação entre desenvolvimento econômico, conservação ambiental e dinâmicas sociais na cidade de Marabá. Ao explorar as nuances da expansão capitalista, os impactos dos grandes projetos de desenvolvimento e a resposta das comunidades locais, fica evidente que a região representa um campo vital para o estudo da sustentabilidade, dos direitos humanos e da justiça social.

As análises apresentadas demonstram que, apesar dos avanços econômicos pontuais trazidos pela mineração e outros setores, persistem desafios significativos relacionados à equidade social, à preservação ambiental e ao respeito às culturas e modos de vida tradicionais. As experiências de Marabá e das comunidades no sudeste paraense ilustram vividamente as consequências de um modelo de desenvolvimento que muitas vezes prioriza ganhos econômicos imediatos em detrimento da sustentabilidade e do bem-estar das populações locais.

A necessidade de abordagens mais integradas e sensíveis ao contexto, que reconheçam a importância da biodiversidade, da cultura local e da participação comunitária na formulação de políticas de desenvolvimento, é um tema recorrente. A valorização do conhecimento tradicional, juntamente com a ciência contemporânea, surge como um elemento fundamental para a construção de um futuro mais justo e sustentável para a Amazônia e suas populações.

Portanto, este estudo reforça a urgência de repensar as estratégias de desenvolvimento na região, promovendo um diálogo inclusivo entre diferentes atores sociais, governamentais e não governamentais, para assegurar que os esforços de conservação e desenvolvimento sejam mutuamente reforçadores. A história da Amazônia e do sudeste paraense nos ensina que é possível buscar um equilíbrio entre progresso econômico e preservação ambiental, mas tal equilíbrio exige comprometimento, inovação e, acima de tudo, respeito pela terra e por quem nela habita.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. Amazônia: fronteira geopolítica da biodiversidade. In: **Parcerias Estratégicas**, nº 12, Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, setembro de 2001.
- ALMEIDA, José Jones de. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ALMEIDA, José Jonas. Os riscos naturais e a história: O caso das enchentes em Marabá (PA). **Históricos Tempos**, v. 15, 2º semestre, p. 205-238, 2011. ISSN 1517-4689 (versão impressa); ISSN 1983-1463 (versão eletrônica).
- BECKER, Bertha K. **A Amazônia como um território estratégico e os desafios às políticas públicas**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014.
- BRASIL. **Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil** - PPG7. 2024. Disponível em: <https://www.tcu.gov.br/arquivositeamb/Decis%C3%B5es%20Sistematizadas/Meio%20Ambiente/Arquivos/ppg7.html>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- CABRAL, Ramon; MONTARROYOS, Heraldo Elias. A ecologia desumana dos castanhais: A experiência do extrativismo na cidade de Marabá (Estado do Pará, Amazônia, Brasil) entre 1900-1950. **Revista Ouricuri**, Paulo Afonso, Bahia, v. 5, n. 2, p. 053-080, jul./ago. 2015.
- CANTAGALO, Michel. **Degradação e preservação: uma análise histórico-econômica das ocupações humanas na Amazônia**. 2016. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo de Freitas Vian.
- CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições** - Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009.
- COSTA, Bartolomeu Lima da. **Territorialidade camponesa: estratégias de reprodução e organização socioespacial**. Rio Branco: Edufac, 2019.
- FERREIRA, Adenilson Silva. **Enchente de 1980: imaginário cultural, crescimento urbano e transformação do espaço social em Marabá-PA**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Faculdade de História, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2021.
- HÉBETTE, Jean. O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. Belém (PA), 2004. In: Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: Ed. da UFPA, 2004.
- PARÁ. Tribunal de Contas do Estado do Pará. **Relatório de análise das contas do governador do Estado do Pará**. 2021.
- REIS, Aline Barros dos. A história ambiental e o ensino de história na cidade de Marabá-PA a partir das revistas em quadrinhos de Rildo Brasil. In: 32º Simpósio Nacional de História - ANPUH Nacional, 2023, Anapu. **Democracia e Direitos Humanos: um desafio para uma história profissional**. Anapu, 2023.
- SANTOS, Ana Cristina Sousa; CONGILIO, Célia Regina. Grandes projetos capitalistas na Amazônia e a luta pela terra no sudeste paraense. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 48, p. 107-121, jan./jun. 2022.
- SANTOS, Valdeci Monteiro dos. A economia do sudeste paraense: evidências das transformações estruturais. In: **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. 2020.

SANTOS, Valdeci M. dos. A economia do sudesteparanaense: fronteiras de expansão na periferia brasileira. Tese (Doutorado em Economia), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011

SILVA, Rozani Uchoa. Estado e políticas públicas na Amazônia: “desenvolvimento” e expansão urbana da cidade de Marabá/PA. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 10, n. 20, p. 20-46, 2022.

XAFI, João da Silva Jorge. **Geodiversidade do estado do Pará**. Belém: CPRM, 2013.



GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas.

URBANODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA: uma revisão de literatura

Joicy Helena da Costa Pantoja (UFPA)¹

Isabella Santos Corrêa (UFPA)²

Leonardo Costa Miranda (UFPA)³

Mônica de Melo Medeiros (UFPA)⁴

RESUMO: O urbano na Amazônia tem sido objeto de pesquisa e discussão por vários/as estudiosos/as, em diversas áreas da ciência, a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas. O conceito de urbanodiversidade desenvolvido pelo geógrafo Prof. Dr. Saint-Clair Trindade Jr. busca, a partir da teoria crítica neomarxista, tecer reflexões sobre as diferenciações e particularidades presentes nas cidades amazônicas. A interpretação acerca da complexidade presente na urbanização na região deve passar, necessariamente, pelas diferenciações regionais internas, sem desconsiderar a vinculação da Amazônia aos processos globais de acumulação capitalista (Trindade Jr, 2013). Para elucidar esta temática, foi realizado um levantamento de Trabalhos de Conclusão de Cursos de Mestrado e Doutorado disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para verificar a produção do conhecimento que trata da urbanodiversidade na Amazônia. Como resultado do levantamento bibliográfico, o estudo identificou um universo de trabalhos de 242 (duzentos e quarenta e dois), entre Teses e Dissertações. Desse modo, após a identificação do universo, foram selecionados para o presente estudo 22 (vinte e dois) trabalhos, sendo 06 (seis) teses e 16 (dezesseis) dissertações. Foi possível identificar nestes trabalhos a incidência de autores mais citados/as, as tipologias apontadas e as temáticas com maior frequência. Além disso, verifica-se o avanço das pesquisas com intuito de conhecer a realidade amazônica, demonstrando as contradições da produção do espaço no âmbito da produção do capital na região.

Palavras-chaves: Urbanodiversidade. Cidades. Amazônia.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar e discutir a produção de conhecimento, no âmbito da pós-graduação brasileira, relacionada à teoria da urbanodiversidade. Esta teoria, ainda em construção, foi elaborada pelo geógrafo Saint-Clair Trindade Jr e tem apresentado importantes reflexões, especialmente no que se refere à urbanodiversidade na região amazônica brasileira. Neste

¹ Assistente Social. Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA). E-mail: joycehelenac17@gmail.com

² Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA). E-mail: isbellacorrea51@gmail.com

³ Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorando em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB/PPGSS/UFPA). E-mail: leonardocostamiranda1@gmail.com

⁴ Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB-PPGSS/UFPA). E-mail: m3monicamelo@gmail.com

sentido, o teórico em questão tem chamado atenção para a necessidade de interpretar o urbano na Amazônia a partir de uma visão dialética, sendo necessário, portanto, considerar as diferenciações regionais presentes na região ao mesmo tempo em que é fundamental localizá-la na dinâmica global da acumulação capitalista (Trindade Jr, 2013).

O urbano na Amazônia brasileira tem sido recorrentemente objeto de pesquisa e análise por diversos pesquisadores/as. Neste sentido, podemos destacar estudos pioneiros como os de Becker (2004), em que desenvolve o conceito de “selva urbanizada”, Oliveira (2000) com o conceito de “cidades na selva”, Castro (2008), por sua vez, realizou discussões em torno do que chamou de “cidades na floresta”, entre outros/as. Diante das contribuições sobre a forma de analisar a Amazônia, pesquisadores/as da região têm buscado revelar – e defender – a diversidade existente na região no que se refere ao urbano. Nesta linha de raciocínio, Trindade Jr. (2013) apresenta as tipologias para as cidades amazônicas a partir do seu vínculo histórico-social, das quais, destacam-se as cidades tradicionais, cidades rodoviárias, as cidades-empresa, entre outras.

Incorporando esta contribuição teórica do referido autor, o presente artigo buscou identificar as dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação brasileiros que estão relacionados à teoria da urbanodiversidade. Em termos metodológicos, o levantamento foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),⁵ no qual foram utilizados os seguintes descritores combinados: “urbanodiversidade/Amazônia”; “cidades-empresa/Amazônia”; “cidades tradicionais/Amazônia; e “cidades rodoviárias/Amazônia”, com recorte temporal de 2013 a 2023⁶. Além disso, foi utilizado o recurso do uso da palavra AND entre as palavras combinadas, estas últimas acrescidas de aspas. Após a identificação do universo, foram lidos os títulos, resumos e palavras-chave para verificar em que medida o conteúdo do trabalho estava relacionado ao tema proposto para este estudo. Dessa maneira, foram identificados 22 (vinte e dois) trabalhos, sendo 06 (seis) teses e 16 (dezesesseis) dissertações.

Em termos de organização do texto, além desta introdução, a segunda seção apresenta a discussão sobre urbanodiversidade, dando ênfase aos elementos históricos conceituais de referida teoria; em seguida, a terceira seção apresenta o estado da arte com base nos dados levantados a partir da busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e os principais levantamentos decorrentes deste levantamento; por fim, considerações finais e referências.

⁵ Link do Catálogo de Teses e Dissertações: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>

⁶ Tal período justifica-se pela disponibilidade de trabalhos na forma *on-line* no referido Catálogo.

URBANODIVERSIDADE: elementos históricos conceituais para sua elaboração

O termo urbanodiversidade, elaborado pelo professor Saint Clair Cordeiro da Trindade Júnior, surge do resultado de pesquisas acerca das cidades amazônicas no campo da geografia humana e da inquietação acerca das discussões sobre a Amazônia não convergirem com o que se era estudado sobre cidades no/do restante do Brasil: “Visões sobre a Amazônia ancoradas em perspectivas externas a ela estão presentes desde as impressões iniciais sobre esse espaço, feitas pelos primeiros conquistadores que chegaram à região” (Trindade Jr., 2022, p. 25). Desta forma, ao longo dos anos a Amazônia sempre foi interpretada ou não, através de estudos que não dialogavam com a realidade da região.

Ao pesquisarmos sobre a temática, analisa-se que o primeiro estudo a ser publicado com este conceito remete-se ao ano de 2010, o artigo intitulado: “Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional”, publicado na revista *Cidades*. Trindade Jr. (2010a) afirma que, o resultado das reflexões acerca deste estudo foi elaborado a partir das seguintes pesquisas: a) “Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências à jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Pa)”⁷; b) “Cidades médias na Amazônia: novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense”⁸; c) “A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais”⁹.

Conforme já sinalizado, o conceito de urbanodiversidade se apresenta quanto a insatisfação de interpretações acerca da Amazônia a partir de uma homogeneidade em relação ao território nacional. Frente a isso, no decorrer do processo de urbanização e inserção da Amazônia no cenário global, principalmente a partir dos grandes projetos, Trindade Jr. (2010a) comenta acerca da diferenciação regional, por vezes passada despercebida, pelo espaço-tempo. Sobre este aspecto da Geografia, Trindade Jr (2010a) sintetiza:

Conforme sugere Haesbaert (1999), o entendimento da diversidade territorial pela Geografia tem sido dado, ou pelo viés da diferença, em sentido estrito, considerando a singularidade, conforme se tornou conhecida a Geografia Regional lablacheana, ou pelo viés da desigualdade, quando então se tomou um padrão de medida como referência para, com base nele, situar cada região. Esse foi o caso das perspectivas que analisaram a diversidade como produto da divisão territorial do trabalho ou da abordagem das regiões funcionais, que foram hierarquizadas de acordo com as áreas de influência das cidades (Trindade Jr., 2010a, p. 232).

⁷ Desenvolvido com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA) e da Fundação Ford, por meio da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) – Amazônia.

⁸ Desenvolvido com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

⁹ Desenvolvido com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Dessa maneira, o conceito urbanodiversidade está assentado principalmente em quatro autores que discutem acerca do espaço e da Amazônia: Milton Santos, Henri Lefebvre, Berta Becker e José de Souza Martins. Os referidos autores discutem o espaço e a Amazônia a partir das relações sociais e de sua condição enquanto fronteira econômica, ou seja, o espaço não se trata de algo cronológico e/ou extensão da realidade, mas sim é produzido a partir das suas relações sociais, do mesmo modo em que a fronteira econômica tecnocológica busca compreender a região a partir dos interesses e investimentos capitalistas em diferentes momentos.

Para Milton Santos, segundo Trindade Jr. (2023), a composição orgânica do espaço e de formação socioespacial auxiliam na interpretação da Amazônia para o reconhecimento das desigualdades e diferenças presentes frente ao modo de produção do território. Na dimensão da composição orgânica do espaço, enquanto é complexificado a partir da divisão territorial do trabalho e que diversifica no território os seus objetos e ações¹⁰, é através da formação socioespacial que reúne elementos que reconhecem as particularidades regionais através da espacialidade econômica (Trindade Jr., 2023).

David Harvey e Henri Lefebvre também são autores utilizados para auxiliar na interpretação desta diversidade presente na região Amazônica, citando os referidos autores, Trindade Jr. (2023) afirma que ocorre na região uma teoria do desenvolvimento geográfico desigual, no qual este desenvolvimento se dá através da mobilização do capital em vista de lucro, mas que ocorrem com manifestações diferentes: “em razão as potencialidades imprimidas pela natureza e seus recursos e pela cultura dos povos que se estabeleceram na região ao longo de sua história milenar” (Trindade Jr., 2023, p. 227).

O pensamento de Berta Becker também auxilia nesta compreensão da formação desigual do espaço amazônico, quando utiliza o conceito de fronteira urbana, onde caracteriza-se a chamada “floresta urbanizada”. Para Becker, segundo Trindade Jr. (2023), associado ao conceito de fronteira econômica, pelo modo de vida urbano, a urbanização se apresenta desigual e polimorfa.¹¹ Além disso, complementa-se também o conceito de fronteira econômica tecnocológica, onde para Trindade Jr. (2023, p. 227): “Refere-se a um movimento pioneiro de ocupação de um território, onde se verificam avanços em manchas de processos de reprodução capitalista [...] por isso, um espaço estratégico de expansão, de imposição e de negociação dos interesses capitalistas”.

¹⁰ “A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo” (Santos, 2017, p. 22).

¹¹ “Foi com a formação do moderno aparelho de Estado, associada à sua crescente intervenção na economia e no território, que se acelerou e se tornou contínuo o processo de ocupação da Amazônia, com base na dominância absoluta da visão externa e privilégio das relações com o centro do poder nacional” (Becker, 2001, p. 136).

Complementando-se os autores citados acima, Saint-Clair Trindade Junior também se sustenta de José de Souza Martins, com o conceito de fronteira cultural, para se entender a urbanodiversidade na Amazônia. Para o autor, a fronteira cultural denomina-se considerar a dimensão socioantropológica dos novos processos que se configuram, sendo, por isso, espaço de encontro entre os diferentes. Neste sentido, sugere que para além do modo de produção e da formação econômica, os elementos sociocultural e político dos sujeitos possam ser considerados, através dos seus conflitos e resistências, demarcando a multidimensionalidade da vida social regional.

Ao longo dos anos, a rede urbana de cidades no Brasil foi reconhecida e denominada a partir das nomenclaturas preestabelecidas (pequena, média, grande, metrópole, etc.) através de aspectos estritamente demográficos. No entanto, Trindade Jr. (2010), tomando por base Vicentini (2004), apresenta diferenciações de cidades a partir das tipologias urbanas, sendo as quais: metrópoles contemporâneas, cidades novas e modernas, cidades da colonização, cidades “espontâneas” e cidades tradicionais. Trindade Jr. (2010a) afirma que, essa diferenciação acompanha as dinâmicas econômicas e da força de trabalho, que define a urbanização bem como as dinâmicas urbanas do plano regional.

Ainda que existam cidades onde predominem um ou outro padrão de urbanização, a urbanodiversidade é revelada não somente por diversos tipos de cidades e pela existência de múltiplos tipos de urbanização que decorrem de um único processo, mas também por formas mistas de espaços que indicam a hibridização de relações marcadas por contatos e resistências em faces do processo de diferentes naturezas (Trindade Jr., 2010a, p. 235).

Tratando-se ainda dessa perspectiva de nomenclatura através dos números, a respeito do conteúdo urbano e rural das cidades amazônicas, estes também são problematizados por Saint-Clair. Para tratar a respeito dessa temática, Saint-Clair relaciona com o conceito de urbanização da sociedade utilizada elaborada por Lefebvre, no qual se consolida através dos objetos técnicos no território e está inserido no modo de vida e no cotidiano da sociedade, para além da forma espacial da cidade e do campo. (Trindade Jr., 2010a).

Nesta condição, os tipos de urbanização também são diversificados na Amazônia, principalmente quando se trata do urbano e rural na região. Trindade Jr. (2010a), a partir de Becker (1990), considera os seguintes tipos: urbanização espontânea, urbanização dirigida pela colonização particular, urbanização dirigida pela colonização oficial, urbanização dos grandes projetos e a urbanização tradicional.

Seguindo a problematização acerca do processo histórico de ocupação da Amazônia e assentado nos autores acima referidos, Trindade Jr. elaborou a expressão de “cidades na floresta”¹² para identificar as cidades criadas e desenvolvidas a partir dos grandes projetos na Amazônia a partir da década de 1960, conhecidas como *company-towns* e cidades-empresas. Essa tipologia de cidades pré-dispõem uma gama de elementos que as fazem reconhecê-las como uma cidade na floresta, no entanto, ela diferencia outro tipo de cidade denominado “cidades da floresta”, cujo nome remete ao modelo de ocupação territorial ocasionado pela imigração da população do Nordeste e Centro-Oeste para a região até meados do século XX.

Ao se tratar a respeito destas nomenclaturas, Trindade Jr. (2010b) reafirma a sua interpretação do espaço para além das formas físicas e visuais, sendo, para o autor, um espaço de relações sociais, pois: “definir a cidade na Amazônia para além da paisagem pressupõe levar em conta elementos outros que considerem a relação das mesmas com seu respectivo entorno e com os processos que a região vivenciou” (Trindade Jr., 2010b, p. 118). Desse modo, as “cidades da floresta” eram predominância na região durante a metade do século XX, no qual as cidades tinham a, em geral, o transporte fluvial, com relações vinculadas à floresta e as características rurais.

No que tange as “cidades na floresta”, Trindade Jr. (2010b) comenta que esse modelo de cidade está associado muito mais a demandas externas da região, no qual a floresta passa a ser meio de exploração de recursos visando o estritamente o lucro: “Tratam-se, em sua maioria, de cidades que se tornaram bases logísticas para relações econômicas voltadas para uma racionalidade extrarregional, a exemplo das cidades-empresa, que servem de apoio aos grandes projetos econômicos” (Trindade Jr., 2010b, p. 118).

Neste sentido, o conceito de urbanodiversidade elaborado pelo professor Saint-Clair Cordeiro Trindade Júnior colabora, de maneira significativa, para o estudo e interpretação das cidades amazônicas, não apenas no campo da geografia, mas de outras áreas do conhecimento que também possuem as cidades como objeto de estudo. Diante disso, a urbanodiversidade nos propõe a reconhecer as particularidades e singularidades urbanas e amazônicas, através do aspecto da natureza (biodiversidade) e da sociedade (sociodiversidade) (Trindade Jr., 2022).

URBANODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA: uma revisão de literatura

Como indicado no resumo do presente artigo, para a elaboração deste foi aplicada a técnica de revisão da literatura, nos trabalhos de conclusão de pós-graduação – teses e dissertações –

¹² Esta expressão foi denominada por Saint-Clair Cordeiro Trindade Júnior a partir das discussões que Milton Santos criou para “cidades do campo” e “cidades no campo”. Apesar desta nomenclatura ser utilizada também por Edna Castro.

encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tratavam do tema da urbanodiversidade na Amazônia. Destaca-se que como caminho para a coleta dos trabalhos, foi utilizado o levantamento bibliográfico enquanto procedimento metodológico, assim, foram utilizadas as seguintes combinações de descritores separados pela palavra AND: 1) “urbanodiversidade/Amazônia”; 2) “cidades-empresa/Amazônia”; 3) “cidades tradicionais/Amazônia; e 4) “cidades rodoviárias/Amazônia”. Além disso, aplicou-se também o recorte temporal dos anos de 2013 a 2023.

Salienta-se que o levantamento identificou um universo de 242 (duzentos e quarenta e dois), entre Teses e Dissertações. Posteriormente, foi realizada a leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves dos trabalhos encontrados, a fim de verificar quais tinham similaridade temática com o tema proposto para este artigo.

Desse modo, foi selecionada uma amostra de 22 (vinte e dois) trabalhos, sendo 06 (seis) teses e 16 (dezesesseis) dissertações para serem lidas e analisadas. Os quadros 1 e 2 apresentam dados como título do trabalho, nome do autor, programa de pós-graduação e ano das teses e dissertações selecionadas para este estudo.

Quadro 1 – DISSERTAÇÕES SELECIONADAS PARA O ESTUDO

TÍTULO	AUTOR(A)	ANO	INSTITUIÇÃO
NOVA MUTUM PARANÁ: UMA COMPANY TOWN OU UMA VILA PARA REMANEJADOS?	BARROSO, MARCIA MOREIRA.	2015	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA
"QUILOMBO URBANO", LIBERDADE, CAMBOA E FÉ EM DEUS: Identidade, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, Maranhão.	ASSUNCAO, ANA VALERIA LUCENA LIMA	2017	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA AMAZÔNIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
EXPERIÊNCIAS FEMININAS NOS MUNDOS DO TRABALHO DE SERRA DO NAVIO E VILA AMAZONAS/ AMAPÁ (1960-1985).	SOUSA, ROMULO MORAES DE.	2018	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
Marĩ mahsĩa, Marĩ da'raá, Marĩ dua'a (Nosso conhecimento, Nosso trabalho, Nossa venda): atividades econômicas dos grupos indígenas na zona urbana de São Gabriel da Cachoeira – AM.	FERRAZ, FLAVIO PEREIRA.	2018	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CIDADE, TERRITÓRIO E MODOS DE VIDA NA AMAZÔNIA: o processo de transformação do uso do Território do Conde em Barcarena-Pa.	PINHEIRO, JOYSE FERNANDA DOS SANTOS	2019	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONHECIMENTOS TRADICIONAIS: Um estudo sobre as histórias e narrativas orais das práticas extrativistas da coleta da castanha na Comunidade Santo Isidoro/Tefé-AM.	ZURRA, RAIZINARA DE OLIVEIRA.	2019	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

INDÍGENAS NO CONTEXTO URBANO: IDENTIDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO DOS INDÍGENAS RESIDENTES NA COMUNIDADE NAÇÕES INDÍGENAS TARUMÃ MANAUS.	SILVA, ELISANGELA GUEDES DA	2019	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CONFLITO SOCIOAMBIENTAL EM BAIXA GRANDE, ALCÂNTARA – MA: A questão da sustentabilidade e as formas de resistência étnica.	CONCEICAO, MOISES DO CARMO.	2019	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA AMAZÔNIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO,
Entre a várzea e terra firme: estudos de espaços de assentamentos tradicionais urbanos rurais na região do Baixo Tocantins.	OLIVEIRA, KAMILA DINIZ	2020	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GENTE DO ESTUÁRIO: mudanças e permanências dos saberes e técnicas tradicionais de pescadores artesanais de Vigia (PA).	SILVA, JOSE MATHEUS BARATA	2020	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Saberes da Floresta, Produtos na Cidade? Os atravessamentos socioculturais que permeiam as práticas tradicionais de cura amazônica em ambiente urbano – Belém/Pará.	VIEIRA, LAURA CAROLINA	2020	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
DO RIO À ESTRADA: AS TRANSFORMAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA MICRORREGIÃO DO JURUÁ ACREANO.	SILVA, EDNILSON GOMES DA.	2020	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA
MUDANÇAS NA PAISAGEM: o olhar dos cidadãos sobre as intervenções no Núcleo Histórico de Boa Vista – Roraima.	MORALES, JEFFERSON EDUARDO DA SILVA.	2020	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
O PERIGO DOS AGROTÓXICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS.	GOMES, ROBERTO ANTONIO DOS REIS.	2020	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREEND. AGROALIMENTARES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
A CIDADE E O PATRIMÔNIO: O VELHO E O NOVO NO CONTEXTO URBANO E PATRIMONIAL DE TEFÉ/AM.	FERNANDO, VERONICA LIMA	2021	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
A URBANODIVERSIDADE NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: UM ESTUDO NA CIDADE DE OIAPOQUE-AP/BRASIL.	CRUZ, RONE LEAO.	2022	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE FRONTEIRA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, 2024.

Quadro 2 – Teses selecionadas para o estudo

TÍTULO	AUTOR(A)	ANO	INSTITUIÇÃO
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO NEGRO (AM) E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: Perspectivas de Gestão Local na Amazônia e Percepção das comunidades.	SOUSA, ROBERTA MARIA DE MOURA	2017	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NEODESENVOLVIMENTISMO, REESTRUTURAÇÃO URBANA E CIDADES MÉDIAS NA AMAZÔNIA: o exemplo de Itaituba na sub-região do Tapajós.	SCHUBER, ELIANA SOUZA MACHADO.	2019	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
ESPECIFICIDADES DA PRECARIIDADE HABITACIONAL NA AMAZÔNIA RIBEIRINHA: um olhar sobre a região do Baixo Tocantins.	SAKATAUSKAS, GISELLE DE LOURDES BANGOIM	2020	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NA AMAZÔNIA: O caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.	RODRIGUES, MARCOS MASCARENHAS BARBOSA.	2020	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
DO CENTRO-OESTE PARA O NORTE: a expansão da soja em Rondônia e a formação da Região Produtiva do Agronegócio – RPA em Vilhena.	SOUZA, JUANDER ANTONIO DE OLIVEIRA.	2020	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CRUZANDO FRONTEIRAS: um estudo sobre mobilidade humana, construção de redes e de novos territórios de imigrantes venezuelanos (as) na cidade de Manaus/Amazonas.	SILVA, SIMONE TAVARES DA.	2022	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, 2024.

No que se refere as temáticas dos trabalhos identificados são estas: a) formação, transformações e/ou modificações territoriais; b) identidades tradicionais e/ou territoriais; c) grandes projetos e desenvolvimentismo na Amazônia; d) impactos socioambientais; e) conflitos territoriais; f) saberes, cultura e comunidades tradicionais; g) relações de trabalho e superexploração na Amazônia; h) cidades ribeirinhas; i) formação e/ou construção de *company town* na Amazônia; j) paisagens e patrimônio cultural; k) modos de vida; l) urbanodiversidade; e m) turismo. Vale destacar que os temas: formação e modificação territorial, conflitos territoriais e identidades territoriais são os que têm mais destaque.

Destaca-se que as pesquisas foram desenvolvidas em diversas localidades da região amazônica, os lócus observados são: Microrregião do Juruá-AC; Microrregião do Baixo Tocantins-PA; Tefé-AM; Manaus-AM; Alcântara-MA; Altamira-PA; Belém-PA; Vigia-PA; Paragominas-PA; Itaituba-PA; Barcarena-PA; Rio Branco-AC; Distrito de Mutum-Paraná em Porto Velho/RO; bairros Liberdade, Camboa e Fé em Deus em São Luís-MA; Comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Tumbira, Santa Helena do Inglês, São Sebastião do Saracá, São Thomé, Santo Antônio do Lago do Tiririca e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba em Iranduba-AM; e Comunidade Santo Isidoro em Tefé-AM.

Observa-se que no que se refere as tipologias de cidades apresentadas nos trabalhos, são poucas aquelas que estão referenciadas diretamente, contudo, destaca-se que a maioria delas está em conformidade com as tipologias de cidades apresentadas por Trindade Jr. (2010a).

Sendo assim, identificou-se que dentre as regiões estudadas, se tinham: 1) as cidades empresas, que são definidas por Barroso (2015, p. 34), como cidades construídas por empresas, com a finalidade de “assegurar a seus trabalhadores o atendimento de necessidades como habitação, lazer, cultura e promoção social”. Entretanto, “cada Company Town está ligada a uma empresa que explora um determinado elemento, minério ou energia. Ao fim das operações, a empresa entrega a vila à administração da unidade federativa na qual está instalada para que esta administre à sua maneira” (Barroso, 2015, p. 35). Assim, após o uso e superexploração do solo e da mão de obra barateada, as empresas deixam de ser responsáveis pela administração e provento de tais cidades, transferindo ao Estado a função de administração delas.

Isso sem contar, as problemáticas ligadas ao sentimento de não pertencimento, vivenciado pelas famílias residentes dessas cidades empresas, como no exemplo de Nova Mutum-Paraná, que foi criada para substituir a Mutum-Paraná original – que precisava ser desocupada para implantação de duas Usinas Hidrelétricas no rio Madeira.

A Nova Mutum Paraná se encaixa nas definições acima, o que reforça a teoria de que esta nova localidade não possibilitava, em nenhum aspecto, o resgate de identidades das famílias que escolheram ir para a Nova Mutum, pois estas Company Towns não têm como finalidade recriar as características afetivas, sociais e culturais de territórios como o antigo e extinto, Mutum Paraná (Barroso, 2015, p. 58).

Ressalta-se que o processo da cidade-empresa de Mutum-Paraná, em Rondônia, é muito semelhante ao processo das Vilas de Serra do Navio e Vila Amazonas, no estado do Amazonas¹³.

¹³ Estudadas no trabalho de Sousa (2018).

Outra tipologia encontrada é das cidades tradicionais, que são descritas por Conceição (2019), enquanto cidades coloniais, com estruturas de urbanização mais antigas, mas que também agregam a possibilidade de modificações urbanas mais recentes, conforme os novos modelos tecnológicos e de produção.

Salienta-se que nenhum dos trabalhos fazia referência direta ao que é uma cidade rodoviária, por outro lado, o trabalho de Silva (2020), destaca que a microrregião do Juruá, pode ser considerada também uma microrregião que está como suporte para outras cidades produtoras, como Manaus-AM, a partir da construção de uma nova rede de transportes, que coloca Rio Branco-AC – onde está localizada a microrregião do Juruá – no circuito do mercado nacional e global das grandes empresas e torna aquela área em corredor rodoviário para os centros econômicos brasileiros e/ou sul-americanos (Silva, 2020).

Ademais, destaca-se que outras quatro tipologias foram identificadas nos trabalhos, sendo elas: cidades da fronteira¹⁴; cidades ribeirinhas¹⁵; cidades da floresta; e cidades na floresta¹⁶.

No que tange os 10 autores mais citados, destaca-se que estes são:

¹⁴ Cruz (2022, p. 70), caracteriza as cidades da fronteira enquanto espalho de “troca não apenas de cunho comercial, mas cultural.”, que por sua vez, “fortalecem não apenas as relações comerciais extrarregionais, mas também uma interação nos aspectos: históricos, culturais, sociais, políticos, etc.” (p. 96).

¹⁵ Sousa (2017), afirma que as comunidades amazônicas possuem uma forma particular de organização social e utilização do espaço. Sakatauskas, (2020), diz que as cidades ribeirinhas têm particularidades que não são facilmente captadas pelos conceitos, metodologias e dados disponíveis em âmbito nacional, ou seja, homogeneizantes. Em diálogo com os escritos de Trindade Jr. acerca do cotidiano do ribeirinho, Sakatauskas, (2020), coloca que as cidades ribeirinhas apresentam características como: “a) estão localizadas às margens dos rios; b) são pequenas, quanto ao seu tamanho populacional, à extensão de seu formato territorial e às funções urbanas que nelas se fazem presentes; c) são locais, dados o alcance de sua polarização, a sua forma de relação com os espaços do seu entorno e sua forma de inserção no conjunto regional; d) tradicionais, no sentido do ordenamento espacial do conjunto sub-regional em que se inserem do padrão de seu ordenamento intra-urbano, da produção econômica e das relações socioculturais locais e regionais.” (p.148-149).

¹⁶ Trindade Jr. (2010a, p. 239), assinala que “as cidades da floresta eram [...] pequenas cidades e associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiam-lhes forte ligação com a dinâmica da natureza, da vida rural não moderna e do ritmo da floresta ainda pouco explorada.” e “as cidades na floresta são aquelas que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, e tida principalmente como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais, turismo etc.).”

Quadro 3 – 10 autores/as mais citados/as

AUTOR(A)	Nº DE CITAÇÕES
SANTOS, Milton.	63
TRINDADE JR., Saint-Clair.	37
BECKER, Bertha.	36
HARVEY, David.	14
LOUREIRO, Violeta.	8
ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de.	8
ACSELRAD, Henri.	7
CUNHA, Manuela Carneiro.	6
OLIVEIRA, José Aldemir.	6
CORRÊA, Roberto.	6

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, 2024.

Evidencia-se também que foi verificado nos trabalhos quais as contradições relacionadas a produção do espaço a partir da lógica capitalista, foi observado que a maioria dos trabalhos não faz uma crítica diretamente ao modo de produção e as desigualdades causadas por ele, contudo, como são trabalhos que partem da realidade concreta, as contradições são evidenciadas por meio dos elementos descritos acerca dos territórios e das relações sociais e de produção destes espaços. Sendo assim, destacamos: 1) as consequências socioambientais do desenvolvimento de grandes projetos capitalistas na região amazônica¹⁷; 2) conflitos socioterritoriais e culturais entre agentes em disputa por territórios amazônidas¹⁸; e 3) ausência/omissão do Estado e políticas públicas que considerem as particularidades da região¹⁹.

No que se refere as consequências socioambientais dos grandes projetos destacadas nos trabalhos, é salientado a chegada dos grandes projetos na região indica a criação de espaços dotados de infraestrutura urbana, contudo, se tem nestes mesmos espaços a “produção de gases tóxicos; desmatamento de grandes áreas e desapropriação de terras pertencentes, geralmente, a comunidades pobres e tradicionais.” (Barroso, 2015, p. 40), o que por sua vez, impacta diretamente as

¹⁷ Verificado nos trabalhos de Barroso (2015), Assunção (2017), Sousa (2017), Sousa (2018), Ferraz (2018), Schuber (2019), Conceição (2019), Zurra (2019), Alves (2019), Silva (2019), Oliveira (2020), Silva (2020), Silva (2020), Morales (2020), Gomes (2020), Vieira (2020), Souza (2020) e Rodrigues (2020).

¹⁸ Tratado direta e/ou indiretamente nos trabalhos de Assunção (2017), Sousa (2017), Sousa (2018), Ferraz (2018), Schuber (2019), Conceição (2019), Zurra (2019), Alves (2019), Silva (2019), Oliveira (2020), Silva (2020), Silva (2020), Morales (2020), Gomes (2020), Vieira (2020), Souza (2020), Rodrigues (2020) e Fernando (2021).

¹⁹ Tratado em Schuber (2019), Cruz (2022), Sousa (2018), Alves (2019) e Sakatauskas (2020).

populações locais e o meio ambiente. Além disso, a consolidação destes grandes projetos na região é apontada como a causa para a acentuação de diversas problemáticas como: a pobreza, o desemprego, violência, prostituição e poluição ambiental.

Os conflitos culturais e socioterritoriais ganham contornos nas pesquisas que têm como sujeitos poluções originárias e/ou tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, conflitos que se dão a partir dos interesses do capital na região, que vão desde o conflito pela terra até conflitos por respeito e preservação da cultura e do modo de morar amazônico, sendo assim, “o conflito territorial diz respeito à luta pela terra, o conflito socioambiental refere-se a luta em defesa do uso comum dos recursos naturais e de sua conservação” (Conceição, 2019, p. 55).

A contradição de ausência/omissão do Estado e políticas públicas, se dá tendo em vista, que são pensadas políticas desenvolvimentistas para a região, tais políticas são financiadas pelo Estado, mas, estas são pensadas para o benefício do grande capital e não das populações residentes da região.

O desenvolvimento de infraestrutura rodoviária, fluvial, entre outras, não significa acesso as populações amazônicas, tendo em vista que o Estado não elabora políticas públicas voltadas para os nativos da região, o que por sua vez, “tornam mais precárias as condições de vida local por proporcionar uma sobrecarga a infraestrutura insuficiente ou inexistente.” (Schuber, 2019, p. 356).

Em síntese, destaca-se que o presente estudo permitiu observar o esforço dos pesquisadores, que estudam a região amazônica, no que se refere a considerar as diferentes e plurais realidades encontradas na região, ou seja, a urbanodiversidade (Trindade Jr. *et al.* 2011) encontrada nas mais diversas localidades estudadas, que são determinadas a partir de processos históricos, econômicos, sociais e culturais, como a colonização, os ciclos econômicos e formas de produção, além das disputas dos agentes antagônicos que compõem e produzem tal espaço.

Trindade Jr. (2010a, p. 251), diz que quando se considera a urbanodiversidade da região, tais “espaços passam a ser vistos não apenas como desiguais, mas também como espaços diferenciados na sua formação e existência.”, não limitando a interpretação apenas ao elemento da divisão territorial do trabalho, mas também, não desconsiderando o fator econômico, que atravessa a discussão de todos os trabalhos encontrados, tendo em vista, que o modo de produção capitalista tem em sua base as contradições, que por sua vez, fomentam consequências tanto para aqueles que estão inseridos na lógica de acumulação do capital, quanto aqueles que resistem e enfrentam tal lógica, como no caso das populações tradicionais e originárias da Amazônia.

Por fim, vale destacar que considerar o elemento da urbanodiversidade é um passo fundamental para a apreensão da particularidade regional da Amazônia, pois assim, é possível “reconhecer tipos diferenciados de cidades e seus conteúdos, [...] pensar também a possibilidade de

políticas urbanas mais plurais voltadas para essa diversidade urbana reconhecidamente complexa” (Trindade Jr. 2010a, p. 246).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região amazônica possui particularidades que a caracterizam, tanto do ponto de vista de suas paisagens, quanto de suas formas e conteúdos urbanos/rurais, econômicos, políticos e culturais. Estas particularidades podem ser identificadas, também, nas cidades e nos diferentes territórios presentes na região amazônica, com uma considerável riqueza e diversidade em termos de fauna e flora, mas também étnico-racial, além de diferenciadas formas de urbanização e/ou conservação do conteúdo rural, a depender do território. Nesta, podemos visualizar cidades econômicas ou tradicionais, ribeirinhas ou planejadas, e cidades híbridas, com conteúdo urbano e rural, conforme apontado por Trindade Jr. (2010a), o que conformam uma verdadeira urbanodiversidade na Amazônia.

Desse ponto de vista, o artigo ora apresentado buscou identificar e analisar teses e dissertações relacionadas à teoria da urbanodiversidade, cunhada por Trindade Jr., e, neste sentido, apontar as principais características dos trabalhos, com o intuito de demonstrar o estado da arte. Nota-se, assim, que um considerável quantitativo de trabalhos foi identificado a partir do levantamento, ainda que alguns deles não possuam o elemento da urbanodiversidade no título, resumo ou palavras-chaves, encontrando-se apenas no conteúdo do texto.

Conforme destacado ao longo da apresentação dos dados coletados, os trabalhos analisados indicam que suas respectivas orientações teórico-metodológicas são, em geral, ancoradas em autores notadamente críticos. Em consonância com esta constatação, Milton Santos é o autor mais citado entre os trabalhos. Este dado é revelador na medida em que demonstra que os/as pesquisadores estão buscando assentar suas análises em referenciais que apontam a necessidade de vincular os objetos de pesquisa aos processos globais da ordem do capital, e destacar as diferenciações urbanas e/ou rurais sem perder de vista o lugar que o Brasil e a Amazônia ocupam na Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

Ao encontro deste dado, é coerente que as principais temáticas identificadas sejam: a) formação, transformações e/ou modificações territoriais; b) identidades tradicionais e/ou territoriais; c) grandes projetos e desenvolvimentismo na Amazônia; d) impactos socioambientais; e) conflitos territoriais; f) saberes, cultura e comunidades tradicionais; g) relações de trabalho e superexploração na Amazonia; h) cidades ribeirinhas; i) formação e/ou construção de *company town* na Amazônia; j) paisagens e patrimônio cultural; k) modos de vida; l) urbanodiversidade; e m) turismo. Em síntese, os trabalhos identificados e analisados que ancoram-se em referenciais críticos

e utilizam o conceito de urbanodiversidade apontam justamente as diferenciadas formas e conteúdos urbanos presentes na Amazônia brasileira. Estes estudos são fundamentais pois permitem interpretar os territórios – especialmente aqueles vinculados às pequenas cidades – a partir de uma lógica que considera as particularidades regionais, sendo, portanto, imprescindíveis para a elaboração de políticas públicas que tenham a particularidade regional como aspecto estruturante. Além disso, estas interpretações demarcam uma importante posição dentro da produção de conhecimento pois, ao mesmo tempo em que consideram que na Amazônia coexistem conteúdos e formas diferenciados, estão também interessados em pensar a região a partir de sua realidade, vinculando-a aos processos mais amplos da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

BARROSO, M. M. **Nova Mutum Paraná: uma company town ou uma vila para remanejados?** (Disserta de Mestrado) – Universidade Federal de Rondônia, Programa de Pós-Gradua em Geografia, Porto Velho, 2015. Disponível em:https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_789dd0305b4d0ba0192e644e1ad5babf. Acesso em: 14 de mar. 2024.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupao da Amazônia:  possível identificar modelos para projetar cenários?. **Parcerias estratégicas**, n. 12, set. 2001, p. 135-159.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milnio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CONCEIO, M. do C. **Conflito socioambiental em Baixa Grande, Alcântara – MA: a questão da sustentabilidade e as formas de resistência étnica**. (Dissertao de Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, Pós-graduao em Cartografia Social e Política da Amazônia, São Luís, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/handle/123456789/1465#:~:text=Por%20meio%20da%20problematiza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20aspectos%20%C3%A9tnicos%2C%20pol%C3%ADticos%2C,%C3%A1guas%20fluviais%2C%20atrav%C3%A9s%20do%20Projeto%20Alc%C3%A2ntara%20Cidade%20Sustent%C3%A1vel..> Acesso em: 14 de mar. 2024.

CRUZ, R. L. **A URBANODIVERSIDADE NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: UM ESTUDO NA CIDADE DE OIAPOQUE-AP/BRASIL**. (Dissertao de Mestrado Profissional) – Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduao em Estudos de Fronteira, Macapá, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11922785. Acesso em: 14 de mar. 2024.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na selva** Manaus: Valer, 2000. 224p.

SAKATAUSKAS, G. de L. B. **Especificidades da Precariedade Habitacional na Amazônia Ribeirinha : Um Olhar Sobre a Região do Baixo Tocantins**. (Tese de doutorado) - Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduao em Planejamento e Gestão do Território, São Bernardo do Campo, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ufabc.edu.br/index.html>. Acesso em: 14 de mar. 2024.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoo**. 4 ed. 7 reimpressão. Editora Universidade de São Paulo (EDUSP) (Coleo Milton Santos, 1). São Paulo, 2017.

SCHUBER, E. S. M. **Neodesenvolvimentismo, reestruturao urbana e cidades mdias na Amazônia: o exemplo de Itaituba na sub-região do Tapajós**. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduao em Desenvolvimento Sustentável do Trópico mido, Belém, 2019. Disponível em:

https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFPA_f3b2e835fae4348c5fd4ba03a217f582?lng=en. Acesso em: 14 de mar. 2024.

SILVA, E. G. da. **DO RIO À ESTRADA: AS TRANSFORMAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA MICRORREGIÃO DO JURUÁ ACREANO**. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Rondônia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Velho, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9296935. Acesso em: 14 de mar. 2024.

SOUSA, R. M. de M. **Reserva de desenvolvimento sustentável Rio Negro (AM) e sua relação com o turismo de base comunitária**: perspectivas de gestão local na Amazônia e percepção das comunidades. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2017. Disponível em: https://www.bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFPA_35cea571c63fa51544ffe146c799150d. Acesso em: 14 de mar. 2024.

TRINDADE JR., S-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Revista Cidades**, v. 7, p. 227-255, 2010a.

TRINDADE JR., S-C. C. Regionalização, cidades e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Acta Geográfica**, v. 17, p. 222-239, 2023.

TRINDADE JR., S-C. C. Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 51, p. 113-137, 2010b.

TRINDADE JR., S-C. C. Das "cidades na floresta" às "cidades da floresta": espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.

TRINDADE JR., S-C. C. Urbanodiversidade e pensamento crítico contemporâneo. In: Miguel Pacífico Filho; Luís Octavio de Faria e Silva; Jandir Ferreira de Lima; Jairon Barbosa Gomes. (Org.). **Urbanodiversidade: possibilidades e contradições**. 1ed. Palmas: EdUFT, 2022, v. 1, p. 25-58.



GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas.

GESTÃO DE PRÁTICAS TURÍSTICAS NOS LENÇÓIS MARANHENSES: PERCURSOS ENTRE O MERCADO E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Fernando Campelo Pãozinho¹ (NAEA/UFPA)
Silvio José de Lima Figueiredo² (NAEA/UFPA)

RESUMO: O turismo de base comunitária se estabelece como um fenômeno social complexo, proveniente de práticas turísticas desenvolvidas por agentes, na posição de protagonistas em seus territórios, influenciadores de mudanças por meio da força e capacidade de autogestão de seu desenvolvimento. Neste entendimento, as práticas turísticas comunitárias desenvolvidas em regiões, como nos Lençóis Maranhenses, são influenciadas tanto pelo Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses quanto pelo Polo Turístico Lençóis e Delta. Neste contexto, a presente pesquisa visa analisar a gestão das práticas turísticas comunitárias e suas interfaces com a conservação ambiental e o mercado nos Lençóis Maranhenses. A metodologia empregada estrutura-se em uma pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, a partir de estudo bibliográfico e documental, com posterior pesquisa de campo para aplicação de entrevistas e formulários, utilizando-se também do método de observação direta, pesquisa-ação e estudo de casos múltiplos. As etapas de investigação buscam identificar, caracterizar e mapear as práticas turísticas realizadas nas comunidades de Satuba e Betânia em Santo Amaro do Maranhão, avaliar suas interfaces de gestão sob a perspectiva dos conceitos do turismo de base comunitária, compreendendo os mecanismos do mercado e da conservação ambiental que atuam sobre a dinamização das práticas turísticas comunitárias na região, para assim, evidenciar aqueles que possuem a capacidade de potencializar o desenvolvimento do turismo de base comunitária. Deste modo, os resultados contribuem para um entendimento mais consistente, sobre modelos próprios de gestão comunitária no turismo dos Lençóis Maranhenses, forjados sobre um cenário de tensão entre as exigências de mercado e as necessidades de conservação ambiental, demonstrando que, em vez de protagonizarem seu processo de desenvolvimento, estão sofrendo as mazelas da incompatibilidade de objetivos de agentes externos no território.

Palavras-chave: Práticas Turísticas; Turismo de Base Comunitária; Santo Amaro do Maranhão; Lençóis Maranhenses.

INTRODUÇÃO

Para se compreender o turismo, sob o olhar da prática, deve-se ater ao seu transcurso dentro do conceito da viagem como uma prática da necessidade humana, que evoca a experiência do deslocamento entre o mesmo e o diferente (Figueiredo, 2014).

Sendo assim, o estudo do turismo seria então o estudo de uma forma particular de viagem, da viagem que pressupõe o lazer, da experiência do retorno, e da viagem-pacote: a mercadoria turismo (MacCannell, 2003; Figueiredo & Ruschmann, 2004; Figueiredo, 2010).

¹ Discente. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: nando.camp@hotmail.com

² Docente. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: silviolimafigueiredo@gmail.com

Diante destas várias visões acerca do turismo, verifica-se como necessário elevar o entendimento da teoria da prática fundamentada nas concepções de Bourdieu. Segundo o teórico, a prática é um produto do habitus que transcreve a relação dialética entre uma situação e o contexto (Ortiz, 2003, p.57).

Por sua vez, o habitus se define como a mediação universalizante que faz com que as práticas sejam orquestradas. Práticas estas, que não são fatos acabados e fogem dos limites do ponto de vista objetivo e objetivante, construindo seu princípio gerador no interior do movimento de sua efetividade (Bourdieu, 1994).

Neste âmbito, a prática turística é uma categoria trabalhada na perspectiva sócio-antropológica como a sociabilidade (trocas econômicas e sociais) do encontro, da interação do turista com o local residente, sendo este concebido como o próprio núcleo da prática turística. Em que os principais agentes em campo são os turistas e as comunidades receptoras, pois o encontro é o principal fato social do turismo (Figueiredo, 2022).

A prática turística quando desenvolvida em comunidades tradicionais é configurada por habitus que influenciam, constantemente, a formação do campo destas práticas, onde diversos mecanismos exteriores e/ou interiores à coletividade, podem assumir tanto a face mercadológica da atividade turística (mercado tradicional) ou a protagonização de um turismo de base comunitária.

Para tanto, a gestão destas práticas turísticas em comunidades tradicionais pressupõe o protagonismo individual, familiar e comunitário na configuração de modelos próprios que vão desde a visitação, operacionalização de empreendimentos até a governança da atividade turística na constituição de uma cadeia produtiva local adotando assim este formato como modelo de desenvolvimento turístico e estratégia social.

No Maranhão, observa-se a região dos Lençóis Maranhenses como um dos destinos turísticos mais indutores de fluxos nacionais e internacionais de turistas do nordeste brasileiro. Tal região, contempla o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), unidade de conservação de proteção integral, regido pela Lei n.º 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com jurisdição no território pertencente aos municípios de Barreirinhas, Santo Amaro do Maranhão e Primeira Cruz.

Pela atratividade do PNLM e seu entorno, veiculada pela promoção do destino, contemplando o campo de dunas e lagoas, enquanto atrativos naturais de alta demanda turística, muitas comunidades tradicionais localizam-se no percurso dos principais roteiros de mercado para visitação ou mesmo possuem tais recursos em seus territórios, como as comunidades de Satuba e Betânia em Santo Amaro do Maranhão.

Neste sentido, como as práticas turísticas comunitárias e suas formas de gestão se desenvolvem diante das necessidades de conservação ambiental do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e do mercado turístico do polo turístico Lençóis e Delta? Quais mecanismos podem influenciar no desenvolvimento do turismo de base comunitária?

Para tanto, o objetivo desta pesquisa é analisar a gestão das práticas turísticas comunitárias e suas interfaces com a conservação ambiental e o mercado nos Lençóis Maranhenses.

A metodologia empregada estrutura-se em uma pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, a partir de estudo bibliográfico e documental, com posterior pesquisa de campo para aplicação de entrevistas e formulários, utilizando-se também do método de observação direta e análise do discurso e conteúdo.

As etapas de investigação buscaram identificar, caracterizar e mapear as práticas turísticas realizadas nas comunidades de Satuba e Betânia em Santo Amaro do Maranhão, avaliar suas interfaces de gestão sob a perspectiva dos conceitos do turismo de base comunitária, compreendendo os mecanismos do mercado e da conservação ambiental que atuam sobre a dinamização das práticas turísticas comunitárias na região, para assim, evidenciar aqueles que possuem a capacidade de potencializar o desenvolvimento do turismo de base comunitária.

METODOLOGIA

Como forma de obter tais respostas, a metodologia empregada consistiu na elaboração de uma pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, a partir de estudo bibliográfico e documental, por meio da coleta de dados, com posterior pesquisa de campo para aplicação de entrevistas, formulários, boletins de escuta, observação direta e registros fotográficos.

Anterior ao estudo bibliográfico foi realizado um levantamento de artigos científicos a partir das principais bases de pesquisa acadêmica, entre elas as plataformas: *Google Scholar*, *SciELO* e *CAPES*, além de sites oficiais de órgãos relacionados a área de estudo, desenvolvendo uma programação de leituras e fichamentos.

Em seguida, para a coleta de dados, destacaram-se os seguintes métodos utilizados: a observação direta, pesquisa de campo e *survey*, para identificar as práticas turísticas, bem como os perfis dos comunitários, além da investigação sobre os mecanismos de influência dos campos. Para construção do diagnóstico de gestão das práticas turísticas, elaborou-se um formulário adaptado a partir de outras metodologias de aplicação, como proposto por Miranda et al. (2019). Por fim, para tratamento e interpretação dos dados, utilizou-se o método de análise de conteúdo e do campo social para ensaios de interseção e cruzamento dos campos estudados.

A observação direta foi utilizada para obter informações sobre o cotidiano das comunidades, das práticas turísticas realizadas, bem como das interações entre os agentes do campo. Nessa perspectiva, para Gil (2008), a observação é a aplicação dos sentidos humanos para obter determinada informação sobre aspectos da realidade, auxiliando na análise de cenários e comportamentos. Sendo assim, por meio do uso de métodos e técnicas próprios, são produzidos resultados peculiares sobre a realidade estudada (Rudio, 2014).

A pesquisa *survey* pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário (Fonseca, 2002).

Neste sentido, aplicou-se um *survey* no mês de julho de 2022 nas comunidades estudadas, a fim de obter um primeiro contato com a população-alvo, realizando um reconhecimento do campo.

Posteriormente, o método de aplicação de diagnóstico sobre as práticas turísticas foi desenvolvido no período de março de 2024, possibilitando uma avaliação holística acerca do cenário atual no que tange desde a gestão da visitação, dos empreendimentos até a própria gestão da atividade turística nestas comunidades.

Como forma de conduzir a uma validação apropriada dos dados e resultados da pesquisa, elencam-se como possíveis limitações ao método: a logística de acesso e mobilidade dentro das comunidades para aplicação dos instrumentos de coleta, um desafio para atingir uma amostra expressiva de entrevistados; a sazonalidade turística que em períodos de alta estação, demanda ainda mais o tempo dos comunitários para a prestação de serviços junto aos clientes, gerando uma possível indisponibilidade para a participação nas entrevistas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Teoria da Prática de Bourdieu

Para o entendimento sobre o conceito da prática, torna-se fundamental compreender seu aporte epistemológico alicerçado sobre as concepções do conhecimento praxiológico, fundamentado nas evoluções do pensamento entre as teorias fenomenológicas e estruturalistas ou objetivistas, na tentativa de construir uma teoria do conhecimento prático do mundo social (Ortiz, 2003, p.40).

Assim, a teoria da prática pode ser explicada a partir do diálogo entre variáveis interiorizantes e exteriorizantes ao meio, em que agentes sociais estão em constante movimento em um campo.

Essa perspectiva teórica contribui para entender que, estruturas constitutivas de um tipo particular de meio, que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus* (Ortiz, 2003, p.53).

Segundo Bourdieu (1989), “a maioria das ações dos agentes sociais é produto de um encontro entre um *habitus* e um campo (conjuntura)”. Assim, o *habitus* é a mola propulsora que leva tais agentes a agirem dentro dos diversos campos que constituem a esfera social. E é este *habitus* que produz a prática ou as práticas, tendo como ponto de partida a dicotomia agente social (indivíduo) e sociedade (estruturas estruturadas e estruturas estruturantes), numa relação dialética entre interioridade e exterioridade, representadas por estilos gerais de vida, de atitudes, de posturas, de condicionamentos, dentro de informações sistemáticas válidas e reconhecidas, aceitas ou rejeitadas pelos indivíduos, grupos e classes (Freitas, 2012, p.6-10).

Neste sentido, os agentes e relações podem ser identificados como redes, sistemas, cadeias, arranjos, processos com características relacionais e reflexivas, em disputa, em forças opostas que buscam a manutenção de suas estruturas e de sua reprodução (Figueiredo, 2022).

Tão logo, somente através das práticas é que se capta o *habitus*, e que se delineiam os jogos de interesses e capitais simbólicos, partindo do produto ao processo e vice-versa (Bourdieu, 1994).

Assim, a teoria científica Bourdieusiana consegue demonstrar que a dinâmica dos campos se define pelo espaço das condições, uma vez que, cada agente social tem uma condição diferente. Desse modo, a estrutura que o campo irá assumir dependerá do capital cultural e simbólico ali incorporado, objetivado e institucionalizado.

Por fim, entende-se a prática como um produto do *habitus* dentro da relação dialética entre uma situação e um contexto estruturante de um campo social com e por agentes sociais.

Com base neste entendimento, engendra-se o conceito da prática para conceituar, na perspectiva fenomenológica e praxiológica, a prática turística.

A Prática Turística

A prática turística fundamenta-se como unidade mínima para o turismo acontecer. Para tanto, apresenta como núcleo-base, o encontro, condicionado aos pressupostos de interação, sociabilidade do turista com o local residente, organização, narrativas, dentre outras categorias que influenciam e são influenciadas pela situação e contexto das predisposições.

No campo de estudo da prática turística, apreende-se que as sociabilidades são traduzidas tanto em trocas sociais quanto em trocas econômicas. Isso quer dizer que, além da perspectiva sócio-antropológica, a atividade turística, em uma abordagem mercadológica, também desdobra-se como uma prática turística (Figueiredo, 2021).

Em uma perspectiva voltada para o campo de práticas turísticas enquanto fenômeno social, Figueiredo e Nóbrega (2015), preferem conceber o turista, não como meros consumidores, mas sim como atores sociais em situação de encontro e convívio, orientado para trocas e desse modo amplia o sentido do turismo para além do enquadramento mercadológico.

Essa abordagem teórica lança luz sobre o entendimento de que existem categorias que determinam como a prática turística se desenvolve, ora se comportando como produto do mercado tradicional, considerando assim, categorias como tempo, espaço e volume (Pinto e Moesch, 2005), ora se estabelecendo como produto das relações sociais, considerando, categorias como a qualidade do encontro, as trocas estabelecidas e a interculturalidade entre os agentes sociais em um campo simbólico (Figueiredo, 2022).

Isso implica dizer que, ambas as abordagens da prática turística são importantes para compreensão da complexidade dos cenários turísticos a partir de diversas realidades do global ao local e vice-versa. Compreendendo, então, o modo como este turismo se comporta, o foco da pesquisa se volta para aprofundar, principalmente, sua perspectiva como mudança em uma coletividade humana.

Conforme esta linha de pensamento, a prática do turismo tem um sentido retórico e social, utilizando nele, signos de diferenciação social (Appadurai, 1988, p.38). Na mesma direção, em que o turismo se origina na possibilidade de estabelecimento de trocas, comunicações e relações humanas diferenciadas daquelas que caracterizam a vida cotidiana (Silva et al., 2020).

García Canlini (1999, p.42), corrobora nesta discussão indicando que a prática turística se estabelece como um conjunto de processos de apropriação e usos de produtos nos quais o valor simbólico predomina sobre os valores de uso e de troca, ou onde, pelo menos, estes últimos se configuram subordinados à dimensão simbólica.

Por fim, utiliza-se como referência o conceito de Figueiredo (2022), que trata a prática turística como a sociabilidade (trocas econômicas e sociais) do encontro, da interação do turista com o local residente, sendo este concebido como o próprio núcleo da prática turística. Em que os principais agentes em campo são os turistas e as comunidades receptoras, pois o encontro é o principal fato social do turismo.

A partir da compreensão estabelecida acima, o olhar, neste momento, se direciona para uma especificidade da prática que busca dar conta das mudanças advindas do turismo em uma coletividade humana gerada em sua interioridade, ou seja, no âmago comum do habitus, exteriorizando a possibilidade do encontro com o outro, definida como prática turística comunitária.

A Prática Turística Comunitária

Comunidades tradicionais evocam às várias formas de uso do espaço físico em um processo coletivo de sentidos, significâncias e relações de significados constituídos como *habitus*, com base na integração de recursos ambientais, valores simbólicos culturais de memória e produção de saberes e fazeres em um campo social de influências mútuas de seus sujeitos-agentes presentes e antepassados.

Esta construção do conhecimento empírico tradicional explicita, a tomada de consciência do processo histórico de surgimento dos povos e comunidades tradicionais, influenciando uma mudança do contexto de indivíduo para sujeito-agente-protagonista, envolvido pelo desejo de luta por direitos legítimos.

Para Bourdieu (1994, p. 67), “os sujeitos sociais se tornam agentes, isto é, indivíduos considerados na prática e imersos na ação, agindo por necessidade”. Estes agentes, por sua vez, tomados de consciência dos fatos sociais e históricos que permeiam suas heranças de vida, tornam-se cada vez mais senhoras e senhores do seu tempo-espaço, frutos de um protagonismo despertado por ensinamentos e aprendizados cotidianos.

Mas o que entendemos como protagonismo? Esta avaliação perpassa pelo sentido de que “há rachaduras no processo de hegemonia ou dominação de classe: lentamente, da massa, surgem lideranças carismáticas que organizam movimentos sociais com visão própria” (Boff, 2014).

Este protagonismo, dotado de discurso, ação e liderança comunitária auxilia no processo de desenvolvimento endógeno, influenciado pelas práticas diárias de exercício do saber tradicional, valorizado, amplificado e compartilhado em teoria e prática de geração a geração.

Neste sentido, volta-se um olhar para a relação entre turismo e comunidades tradicionais, entendendo que uma das formas de prover um turismo mais sustentável está na perspectiva do turismo de base comunitária enquanto uma prática turística comunitária que traz a eficácia social necessária como resultado da melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas.

Para tanto, verifica-se o turismo de base comunitária como prática promotora do desenvolvimento comunitário quando estimulado no território a partir da capacidade de gestão comunitária de práticas locais orientadas ao turismo.

Evoca-se, neste cenário, o conceito de desenvolvimento comunitário como uma forma particular de desenvolvimento local, delimitado pelo espaço da comunidade vinculada a projetos locais, normalmente não tem uma estrutura político-administrativa e institucional (como a municipalidade), mas tende a apresentar uma grande homogeneidade social e econômica, além da capacidade de organização e participação comunitária (Buarque, 2006, p.33).

Concomitante a isto, observa-se que, a gestão comunitária, pode ser compreendida como um regime de propriedade comum e auto-organização de comunidades para a gestão sustentável de seus recursos ou bens comuns (Ostrom, 1990).

Assim sendo, a prática turística comunitária se constitui com base na ação de agentes-protagonistas com capacidade de gestão das próprias práticas voltadas para o encontro com o visitante a partir das condições estabelecidas de organização e participação.

Essa reflexão leva a pensar sobre a importância de perceber as formas de gestão destas práticas turísticas comunitárias no campo das relações interiores e exteriores, a facilitar o encontro entre visitante e visitado.

Gestão de Práticas Turísticas Comunitárias

A gestão de práticas comunitárias, expressa-se como, toda organização (associação, cooperativa ou empresa familiar) formada por indivíduos comunitários responsáveis pela gestão e implementação de serviços e produtos, aplicando o manejo sustentável dos recursos naturais em seu território (Miranda et al., 2019, p. 27).

Assim, a prática de turismo de base comunitária torna como principal centro do protagonismo, o agente comunitário, em posição de iniciativa individual ou coletiva do fazer turístico, seja por meio da oferta de serviços turísticos formatados em empreendimentos com estrutura física, a exemplo de pousadas e restaurantes, seja pela simples oferta de experiências de visitação aos atrativos naturais, ainda não configuradas diretamente como um negócio.

Pela vertente de entendimento do turismo de base comunitária enquanto modelo de gestão, observa-se na literatura, três direções: a primeira como um modelo de gestão de empreendimentos, a segunda como um modelo de gestão da atividade turística em todos os seus aspectos e a terceira como um modelo de gestão da visitação.

Em sua vertente enquanto modelo de gestão de empreendimentos, estes podem ser classificados enquanto comunitários (único ou vários empreendimentos de gestão coletiva, em que as responsabilidades são compartilhadas e os benefícios distribuídos de forma comum ao nível comunitário) ou como familiares (empreendimento(s) gerido(s) por núcleos familiares com responsabilidades direcionadas ao grupo parental e benefícios divididos familiarmente).

Sendo assim, independente da forma de organização ou participação, este conceito dentro da prática turística, atende a uma necessidade de ter os próprios comunitários como protagonistas da gestão de empreendimentos turísticos, contrapondo ao cenário de comando do turismo local por agentes externos que estabelecem negócios e grandes investimentos de capital, colocando a comunidade na condição de coadjuvante ou até mesmo figurante do fenômeno turístico.

O turismo de base comunitária, quando compreendido como um modelo de gestão da atividade turística, amplia-se a uma perspectiva, de que a comunidade não está à frente apenas dos empreendimentos, mas também de toda a cadeia produtiva local do turismo, em uma posição de governança, refletindo no conjunto de todas as relações ambientais, culturais, econômicas e políticas de seu território.

Dessa forma, o TBC é entendido como um modelo de gestão da atividade turística em que a população local de um determinado território rural (principalmente famílias camponesas e povos indígenas), e através de suas diferentes estruturas organizacionais de natureza coletiva (como cooperativas, assembleias comunitárias, associações ou grupos de famílias associadas de alguma forma), desempenha um papel de liderança no controle de seu desenho, execução, gestão e distribuição de benefícios (Cañada; Fandiño, 2009; Cañada, 2015).

Assim, é possível analisar nesta interface que o turismo de base comunitária, consegue por meio de seus agentes sociais evoluir os níveis de capacidade de gestão para além dos empreendimentos, criando um ecossistema comunitário turístico de proporção e amplitude maior a atender uma governança, ainda que em escala local da atividade turística (Bursztyn; Bartholo, 2012), fortalecendo os cenários de organização, manutenção, monitoramento e controle frente ao mercado tradicional para a comercialização.

O turismo de base comunitária é visto como um modelo de gestão da visitação sob regime de monitoramento e controle que parte tanto da fiscalização do órgão gestor das Unidades de Conservação, como nas UCs Federais, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), quanto das próprias comunidades tradicionais envolvidas no processo de acolhimento.

Neste olhar, o TBC passa a ser conceituado como um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (ICMBIO, 2018).

Dessa forma, o turismo de base comunitária pode tomar proporções diferenciadas de evolução com base na consolidação das práticas dentro da comunidade, ou em todo o território a partir das categorias estruturantes encontradas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Prática Turística nos Lençóis Maranhenses

Dentre a diversidade de ambientes naturais existentes no Maranhão, a região dos Lençóis Maranhenses, se destaca pela unicidade de suas paisagens, formadas por um fenômeno raro,

geológico, a partir da deposição de sedimentos e areia por influência do mar e dos ventos, a formar um conjunto de dunas, por uma extensa área litorânea, que adentra ao continente, interligado por lagoas de água doce, em ocorrência no período de chuvas, denotando a este território o conceito de experiência singular de turismo no mundo.

Estas características reforçam desejos e motivações para fluxos turísticos provenientes de diversos estados e regiões brasileiras, bem como de outros países, a vivenciar práticas de turismo de natureza e cultura, baseadas em uma imersão de sensações, encontros e conexões.

Apesar desta vocação indiscutível para o turismo, suas características biológicas e geomorfológicas representam valor ecossistêmico de grande necessidade de proteção, por sua ocorrência geológica e por suas espécies animais e vegetais endêmicas de alta sensibilidade.

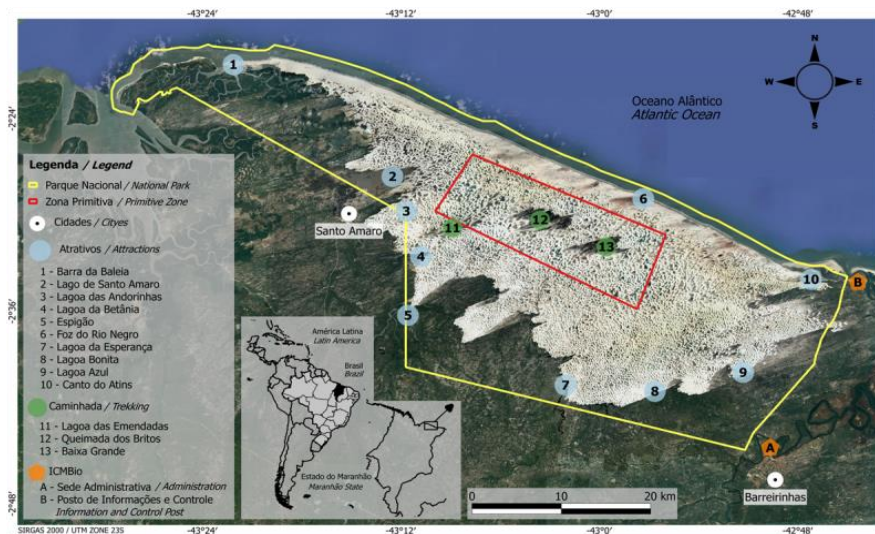
Neste sentido, a prática turística nos Lençóis Maranhenses é influenciada tanto pelos mecanismos de conservação ambiental com a existência do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) quanto pelos mecanismos do mercado turístico tradicional classificando a região dentro da categoria de um polo turístico.

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, por sua vez, é uma Unidade de Conservação Federal, classificada na categoria proteção integral, segundo diretrizes da Lei n.º 9.985 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000).

A gestão do PNLM é conduzida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com sede no município de Barreirinhas (MA). Dentre suas atividades e competências, incluem planejamento, ordenamento das atividades, educação ambiental e fiscalização (ICMBIO, 2020).

Diante disto, o parque (Figura 1) possui uma área de 156.608,16 hectares, inseridos na região do litoral oriental maranhense, apresentando uma linha de costa regular com 2/3 de sua extensão coberta por dunas e lagoas interdunares. Abrange três municípios do estado do Maranhão: Barreirinhas (44,79%), Santo Amaro (44,20%) e Primeira Cruz (7,14%) (ICMBIO, 2020, p. 4).

Figura 1 — Delimitações do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Brasil



Fonte: ICMBIO, 2020.

Assim, a prática turística no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses obedece às normas de conservação ambiental instituídas pelos instrumentos de gestão da unidade de conservação, o plano de manejo, o zoneamento e o plano de uso público.

Desta maneira, o zoneamento do PNLM torna-se um instrumento de grande importância para a definição e gestão das atividades permitidas na política de uso público, dentre elas a prática turística.

Dentre as práticas turísticas permitidas a depender do zoneamento estabelecido do PNLM encontram-se: acampamento com pernoite, ciclismo, canoagem, observação astronômica, observação de fauna, contemplação, recreação na água, caminhada, cavalgada, sobrevoo, passeio de quadriciclo, transporte terrestre em veículo com tração nas rodas, passeio náutico, kitesurf, visitação à praia e cachoeira.

Fora das delimitações do PNLM, na zona de amortecimento e outras áreas de influência, é possível observar outras práticas turísticas desenvolvidas e ofertadas pelo mercado turístico, principalmente dos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão. Dentre estas práticas, pode-se elencar: visitação ao mangue e observação da cata do sarnambi, passeio de barco pelo rio Preguiças, prática do boia *cross* no rio Cardoso, surfe na Praia da Barra da Baleia e expedições fotográficas.

Contudo, vale destacar, principalmente, o desenvolvimento de práticas turísticas comunitárias, na zona rural de Barreirinhas: Mandacaru (situado às margens do Preguiças, formado por comunidade de pescadores, possui como símbolo, o Farol de Mandacaru, gerido pela Marinha Brasileira, que recebe visitação turística para contemplação panorâmica da paisagem); Ponta do Mangue (apresenta-se como um povoado próximo à Atins e ao povoado de Santo Inácio, formada por

comunidade tradicional de pescadores e marisqueiras); Sobradinho (localizado na entrada da sede do município, apresenta-se como balneário, assim como o povoado de São Domingos, apresentando estrutura de bares e restaurantes); Tapuio e Cantinho (localizados na área de acesso ao PNLM, apresentam um conjunto de restaurantes, com uma proposta de lazer e experiência gastronômica às margens do rio Preguiças); e as comunidades de Marcelino, Santa Cruz e Santo Antônio, pelo título de áreas quilombolas, com produção de farinha, artesanato em fibra de buriti e cerâmicas.

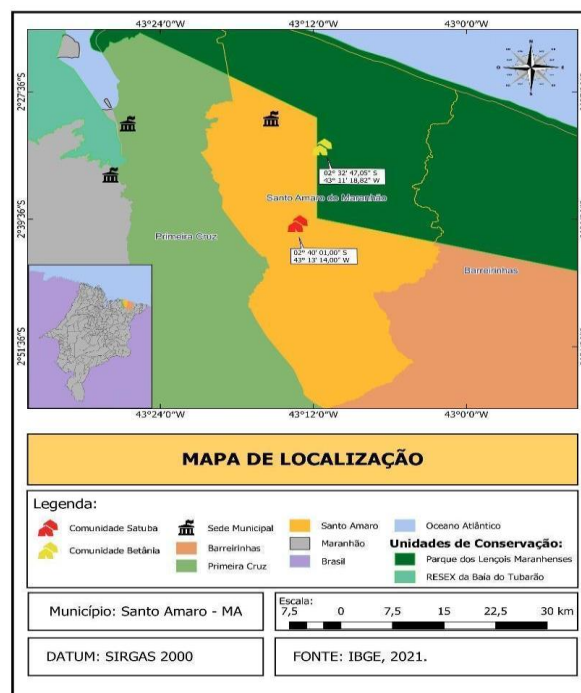
E na zona rural de Santo Amaro do Maranhão, formada por povoados, comunidades e assentamentos, dispostos, principalmente, em regiões bem distintas: comunidades localizadas dentro do PNLM, como Betânia e em sua zona de amortecimento ou entorno imediato, no caso das comunidades de Barra, Satuba e Buritizal. Alguns outros povoados estão situados em uma área mais litorânea, próximo à região de praia, como a comunidade de Travosa.

Destas últimas, cumpre-se o objetivo de mapear as práticas turísticas comunitárias desenvolvidas nas comunidades de Satuba e Betânia.

Mapeamento de Práticas Turísticas Comunitárias nos Lençóis Maranhenses

Apesar das oportunidades de pesquisa e mapeamento das práticas turísticas comunitárias em várias comunidades da região dos Lençóis Maranhenses, delimitou-se para fins desta pesquisa, compreender tais práticas a partir das experiências nas comunidades de Satuba e Betânia no município de Santo Amaro do Maranhão (Figura 2).

Figura 2 – Mapa de localização das comunidades de Satuba e Betânia



Fonte: O autor, 2023.

O Município de Santo Amaro do Maranhão, diferencia-se de outros municípios da região, por ter a sede mais próxima à área de dunas da delimitação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Sendo assim, conhecer estas comunidades e o cenário de gestão comunitária do turismo, torna-se importante no processo de entendimento destas práticas no destino.

Gestão de Práticas Turísticas na Comunidade de Satuba

O espaço rural do município de Santo Amaro do Maranhão está distribuído em comunidades (Brasil, 2011), classificadas em sítios, povoados, fazendas e assentamentos, representando assim um total de 182 localidades (Silva, 2011).

Dentre estas, encontra-se a comunidade de Satuba que, de acordo com IMESC (2020), integra um dos territórios para projeto de assentamento estadual.

Devido à quase inexistência de dados sociodemográficos e econômicos sobre Satuba, em pesquisa aos órgãos oficiais, adotou-se metodologicamente, entrevistas *in loco* no mês de julho de 2022, com uma comunitária, diretora da única escola existente e uma comunitária representante da unidade básica de saúde na localidade, a fim de acessar dados complementares a esta realidade.

Segundo a coleta, foi possível saber que, “mais de 40 famílias formam a comunidade de Satuba, com um total de 190 pessoas, fazendo parte de um assentamento de maior proporção que integra as localidades de Rio da Coã, Novo Satuba, Pedorreiro e São João” (Entrevistada, Prof.^a V.S.S., 2022).

Distante 23,8 km da sede municipal (mensurado por meio do aplicativo minha rota), Satuba pode ser caracterizada como uma comunidade que tem por base econômica a agricultura familiar de subsistência, destacando-se o desenvolvimento da cadeia produtiva da mandioca, representada pelas 04 casas de farinha distribuídas ao longo de seu território.

Neste contexto, uma prática observada junto aos donos de casas de farinha de Satuba, perpassa pela concessão aos outros moradores do direito de fabricar farinha em seu espaço, utilizando seus equipamentos e ferramentas, em troca do recebimento de uma quantidade proporcional da produção.

Em seus aspectos relacionados às manifestações culturais, Satuba apresenta em seu contexto, eventos de cunho carnavalesco (fevereiro), festas juninas (junho), período da farinhada (julho a setembro) e religioso (dezembro).

Apesar das dinâmicas sociais e econômicas em constante transformação na comunidade de Satuba como outrora evidenciadas, o turismo não é uma prática atualmente concreta na realidade destas pessoas. No entanto, na visão dos comunitários, existem perspectivas para seu

desenvolvimento por entenderem este como um processo que leva tempo e os projetos de fomento, principalmente através das universidades, estimulam seu acontecimento.

Sendo assim, por localizar-se no fluxo das principais rotas de passeios turísticos para o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), os comunitários de Satuba relatam interesse no envolvimento com o turismo a partir da intenção em operacionalizar serviços de hospitalidade como o rede & café, restaurantes de culinária local, além das experiências proporcionadas por seus recursos naturais de potencial interesse para o turismo rural.

Ao decorrer da pesquisa de campo foi possível constatar que, uma média de seis comunitários de Satuba, possuem veículo com tração nas quatro rodas, apropriados para percursos em terrenos arenosos, trabalham com a atividade turística como condutores, porém fora da comunidade, prestando serviços para a Cooperativa de Transportes Turísticos de Santo Amaro do Maranhão, na sede do município nas mais diversas rotas já comercializadas dentro e fora do PNLM.

Atualmente, é possível encontrar uma associação de moradores, entidade de representatividade, mas que não possui atividades e reuniões constantes. As principais formas estabelecidas de convivência social se traduzem na participação de alguns comunitários junto às igrejas e nos eventos de campeonatos de futebol.

Gestão de Práticas Turísticas na Comunidade de Betânia

A comunidade de Betânia localiza-se sob as coordenadas geográficas, 2° 32' 33" Sul e 43° 11' 00" Oeste, integrando área de delimitação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em Santo Amaro do Maranhão, distante 10,3 km de sua sede. Para acesso ao povoado, torna-se necessário utilizar veículo com tração 4x4, bandeirante ou *Toyota hilux*, quadrículo e barco. No entanto, suas atividades são regidas por normas e políticas de uso, estabelecidas pelo plano de manejo do PNLM.

Consoante a estes aspectos, constitui-se como um povoado formado por 96 habitantes (Vieira, et al., 2022) distribuídos em domicílios familiares distribuídos em uma área às margens do Rio Alegre, de vegetação típica de restinga, contrária à região de dunas do parque.

A prática turística em Betânia iniciou-se com o pioneirismo das atividades de *trekking* pelo Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, demonstrando a necessidade de apoio e suporte para uma demanda de perfil diferenciado do turista convencional, a partir de sua disponibilidade de imersão e experiência junto ao território, por intermédio de atividades de aventura e interação com a natureza.

A partir de uma demanda de serviços turísticos de acolhimento e alimentação, a comunidade começou a receber, em suas próprias casas, os viajantes com a oferta de pernoite e refeição para prosseguir assim com a sua jornada.

Este fenômeno de encontro entre viajantes e comunitários, despertou o sentimento da hospitalidade e da manutenção das experiências, ora ofertadas pelo destino Lençóis Maranhenses para turistas nacionais e internacionais, com mais intensidade em Betânia a partir de 2003.

Neste marco, começaram a surgir os primeiros empreendimentos turísticos, mais especificamente restaurantes e hospedarias familiares sob gestão de um protagonismo feminino, reiterando os fatores cuidado e acolhimento proporcionado aos visitantes como categorias motivadoras para a expansão dos negócios de base comunitária no povoado.

Além dos viajantes motivados pelo *trekking*, começa a surgir uma demanda de turistas nacionais e internacionais em busca dos passeios em Betânia e, principalmente, do serviço de alimentação ofertado, permanecendo na comunidade menos tempo do que os viajantes de longa caminhada.

Nesse sentido, é possível compreender que a prática turística em Betânia pode ser caracterizada pelo acolhimento dos comunitários aos turistas, classificados aqui em dois perfis distintos: os turistas motivados pela atividade de *trekking* e os turistas motivados pelo consumo de atrativos e circuitos convencionais comercializados pelo mercado turístico.

O acolhimento também se diferencia, uma vez que, para os turistas de *trekking*, Betânia, funciona como um ponto de parada para descanso, suporte e reposição das condições físicas para continuidade do percurso. Neste encontro, pode acontecer o pernoite em rede (Figura 4) e os serviços de alimentação. Para este contexto, existe uma interação deste perfil de turista com o ambiente local, como a contemplação da paisagem, banho de rio e lagoa, passeio de caiaque, além do passeio noturno de barco no rio.

Figura 3 – Redário para oferta do serviço de hospedagem em Betânia



Fonte: O autor, 2022.

Para o turista convencional que busca, o aspecto contemplativo dos Lençóis Maranhenses, o lazer por meio do banho de lagoa ou rio, durante o passeio contratado, é um dos principais chamarizes para a experiência em Betânia, acompanhado pela oferta do serviço de alimentação, que acontece com o agendamento prévio, pelos guias e condutores, ou mesmo pelas agências de receptivo da sede do município. Neste encontro, a interação entre comunitários e turistas se estabelece, principalmente, pela relação de prestação do serviço contratado.

No entanto, a receita proveniente dos passeios, nem sempre, passa diretamente pelas mãos da comunidade, uma vez que, o turista possui a opção de contratar antecipadamente com as agências localizadas na sede do município, não havendo participação dos comunitários, nem no guiamento de grupos, tampouco no processo de comercialização dos passeios em Betânia.

Sendo assim, a oferta turística em Betânia pode ser caracterizada pelos passeios à Lagoa de Betânia, travessia de barco, caiaque e banho pelo Rio Alegre, conduzidos por comunitários do povoado, além da experiência gastronômica dos restaurantes familiares com um cardápio variado entre pescados, mariscos, caprinos e aves.

Em apoio a estas experiências de práticas turísticas na comunidade, entre os empreendimentos existentes, que oferecem serviços de alimentação e/ou hospedagem em Betânia, destacam-se: Restaurante Cantinho da Felicidade, Restaurante Novo Horizonte, Restaurante do Carimbó e Restaurante da Dona Terezinha.

Influências do Mercado Turístico e da Conservação Ambiental na Gestão das Práticas Turísticas Comunitárias em Satuba e Betânia

A partir da observação de campo e da aplicação de entrevistas com 05 representantes do segmento de agências de turismo receptivo, na sede de Santo Amaro no período de 26 a 30 de março de 2024, foi possível constatar que os agentes de mercado influenciam, sobremaneira, a gestão das práticas turísticas comunitárias, principalmente na comunidade de Betânia, por já estabelecer uma relação comercial para atendimento ao turista.

Conforme as entrevistas, para as agências de turismo receptivo, não existe uma relação de parceria com a comunidade, apenas comunicação para reserva de serviços de alimentação em Betânia.

Em contrapartida, verifica-se que a comunidade de Satuba, não apresenta-se como comunidade de interesse para comercialização por parte das agências de receptivo, pois indicam não haver nenhuma iniciativa dos comunitários em formatar atividades que possam atrair o turista.

Mesmo apresentando tal cenário, constatou-se que dentre as agências de turismo receptivo pesquisadas, no corpo de colaboradores, pelo menos um profissional condutor de passeios ou motorista, é procedente de uma das duas comunidades aqui destacadas.

Para os agentes do mercado turístico convencional, a autonomia dos comunitários na gestão da prática turística é um fator que prejudica o fluxo de suas operações comerciais, pois julgam dependerem da disponibilidade dos comunitários em Betânia para atender aos turistas em horários divergentes já praticados pela comunidade como um mecanismo de controle.

Nas implicações das normas e instrumentos de conservação ambiental estabelecidas pelo ICMBio, em observação direta, na participação de uma reunião do conselho do consultivo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em maio de 2023, na sede do órgão gestor, verificam-se como mecanismos de influência, as determinações de controle de ampliação de infraestrutura em comunidades como Betânia, por estar dentro da jurisdição da unidade de conservação; fiscalização de acesso a veículos não credenciados e não autorizados a percorrerem área do parque, exceto os comunitários e direito de participação e representação no conselho consultivo do parque.

De modo diferente, na comunidade de Satuba, não existem influências diretas das normas e diretrizes do PNLN, pois não encontra-se dentro das dependências da unidade de conservação.

Por fim, observa-se a partir da análise que, os mecanismos de influência do mercado convencional incidem diretamente sobre a gestão de práticas turísticas na comunidade de Betânia, como pressão às exigências de comercialização tradicional do turismo, e de modo contrário, reprimem a oportunidade de desenvolvimento de práticas turísticas na comunidade de Satuba, por não possuir experiências de valor de mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares da pesquisa contribuem para um entendimento mais consistente, sobre modelos próprios de gestão comunitária no turismo dos Lençóis Maranhenses, construídos sobre um cenário de tensão entre as exigências de mercado e as necessidades de conservação ambiental, demonstrando que, em vez de protagonizarem seu processo de desenvolvimento, os comunitários estão sofrendo as mazelas da incompatibilidade de objetivos de agentes externos ao território.

Na comunidade de Betânia se desenvolve uma prática turística comunitária orientada a um modelo de gestão de empreendimentos turísticos e de visitação protagonizados. Já na comunidade de Satuba são desenvolvidas práticas comunitárias que se aproximam de um modelo de gestão de empreendimentos turísticos e de visitação, porém ainda com necessidades de maior organização e participação comunitária.

Neste entendimento, as práticas turísticas comunitárias desenvolvidas nos Lençóis Maranhenses, são influenciadas tanto pelo Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, por seus dispositivos de conservação ambiental quanto pelo Polo Turístico Lençóis e Delta representado pelo mercado turístico convencional.

Desse modo, faltam entendimentos mais claros de mecanismos de luta para as comunidades, como em Betânia, bem como do exercício de se autodeterminarem como agentes do turismo, como nas condições atuais em Satuba.

Por fim, as práticas turísticas comunitárias e suas formas de gestão se desenvolvem de maneira co-dependente das demandas do mercado tradicional e das normas de zoneamento do PNLM em Betânia. Em Satuba tais práticas se desenvolvem sob a tutela da indicação e afetividade, distante dos interesses do mercado turístico tradicional e fora das normas de manejo e zoneamento do parque.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, A. **The social life of things**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

BOFF, L. Em busca de um conceito de povo: de ator secundário a protagonista. **O Tempo**, Belo Horizonte, 2014. p. 1-5.

BOURDIEU, P. **Méditations pascaliennes**. Paris: Seuil, 1994.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.985**, de 18 de setembro de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L_9985.htm>. Acesso: 21 fev. 2023.

BRASIL. **Sistema de informações de vigilância epidemiológica**: malária, 2011.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Sustentabilidade em Debate**, v.3, n.1 (jan./jun.), 2012. pp. 97-116.

CAÑADA, E. La Comercialización Del Turismo Comunitario En América Latina. **Anuario de Estudios Centroamericanos**, Universidad de Costa Rica, 2015, p.159-189.

CAÑADA, E.; FANDIÑO, M. **Experiencias de Turismo Comunitario En Nicaragua. Aportes La Economía Campesina**. Managua: Editorial Enlace, 2009.

FIGUEIREDO, S. L.; RUSCHMANN, D. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. **Novos Cadernos NAEA** 7(1), 2004.

FIGUEIREDO, S. L. **Viagens e Viajantes**. São Paulo: Annablume, 2010.

FIGUEIREDO, S. L. NOBREGA, W. R. M. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F.; NOBREGA, W. R. M. (Org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015. p. 11-37.

FIGUEIREDO, S.J.L. Alternativas de Turismo de Base Comunitária na Amazônia Legal brasileira. Dossiê Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**. n. 54. 2022.

FIGUEIREDO, S. J. L. Cultura e natureza: a viagem e o turismo como necessidade humanas. **Revista de Turismo Contemporâneo**. v.2, n.2, Natal, 2014.

FIGUEIREDO, S. J. L. Planejamento, políticas públicas e novas práticas de turismo e lazer. **Aula**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará. 2021.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC. **Apostila**. 2002.

FREITAS, C. A prática em Bourdieu. **Revista Científica FacMais**.v.1, n.1, 2012.

GARCÍA CANCLINI, N. "El consumo cultural: una propuesta teórica", In: Sunkel, G. (coord.): **El consumo cultural en América Latina**. Santafé de Bogotá: Convenio Andrés Bello, 1999. pp. 26-49.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Roteiro Metodológico para a elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais**. Brasília, 2018.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Manual do Condutor de Visitantes**: Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Barreirinhas, 2020.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Enciclopédia dos Municípios Maranhenses**: Lençóis Maranhenses. v. 5. São Luís: 2020.

MACCANNELL, D. **El Turista**: uma nueva teoria de la clase ociosa. Barcelona: Melusina, 2003.

MIRANDA, K.; COELHO, R.; SILVA, M.; PRESTES, M. **Formar Gestão**: Formação continuada em gestão de empreendimentos comunitários na Amazônia. 1. ed., Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2019.

ORTIZ, R. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo, 2003.

OSTROM, E. **Governando os comuns: a evolução das instituições para a ação coletiva**. Nova York: Cambridge University Press, 1990.

PINTO, D. B.; MOESCH, M. M. Práticas turísticas fundando novas teorias – o caso da linha turismo em Porto Alegre. Apresentação de trabalho. **III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Universidade de Caxias do Sul–RS, 2005.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, L.C.A. **Avaliação da qualidade da água de consumo humano no município de Santo Amaro do Maranhão–MA como instrumento de garantia do direito à saúde**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, MA, 2011.

SILVA, S. M. S.; CARVALHO, L. G.; FIGUEIREDO, S. J. L. Os “estrangeiros” no contexto do turismo como fenômeno social e o capital social. **Paper do NAEA**. v.26. n. 1, 2020.

VIEIRA, K. C. D.; ARAÚJO, M. N. F.; CÂMARA, R. J. B.; RIBEIRO, R. T. O protagonismo feminino e o turismo de base comunitária: um estudo das empreendedoras de Betânia e Travosa do município de Santo Amaro do Maranhão. **Revista Turismo Estudos e Práticas**. v. 11. n. 2, 2022.



GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NOS CAMPOS DO MARAJÓ: ENTRE OS AVANÇOS DA RIZICULTURA E AS LÓGICAS E RESISTÊNCIAS LOCAIS

Marinete da Silva Boulhosa¹ (IFPA)

Flávia Ferreira Gomes² (PPGDSTU/NAEA/UFPA)

Silvio José de Lima Figueiredo³ (NAEA/UFPA)

RESUMO: A introdução da cultura do arroz na ilha do Marajó, impulsionada a partir de 2010, com apoio de segmentos econômicos e incentivos do Poder Público estadual, alterou a ocupação e uso do território, impactando campos historicamente ocupados pela pecuária e por populações tradicionais, como quilombolas e ribeirinhos. Tal atividade confronta a lógica capitalista com a lógica do território/abrigo das populações autóctones, gerando profundos impactos, como favorecimento do latifúndio, conflitos agrários e problemas ambientais. O presente artigo, embasado nas teorias de Lefebvre e Harvey, a luz da perspectiva decolonial e do desenvolvimento endógeno, utilizadas para compreender as dinâmicas de poder, conflito e resistência nesse processo, aborda as transformações ocorridas na Ilha do Marajó devido à introdução da rizicultura em larga escala, no município de Cachoeira do Arari, que vem afetando paisagens naturais e relações sociais, econômicas e culturais locais e as lógicas de relação e apropriação da terra-território no contexto marajoara.

Palavras-chave: Rizicultura, Ilha do Marajó, Segregação socioespacial, Desenvolvimento endógeno.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, ocorreram grandes mudanças no arquipélago do Marajó, que abriga a maior ilha fluviomarina do planeta, situada na mesorregião do estado do Pará, especificamente na cidade de Cachoeira do Arari. Essas transformações afetaram as paisagens, as relações sociais, econômicas e culturais dos habitantes locais, devido à introdução da rizicultura em larga escala. Este artigo aborda questões referentes à produção do espaço entre a lógica capitalista e a lógica do território/abrigo.

A cultura do arroz, impulsionada a partir de 2010, com apoio de importantes segmentos econômicos do Estado e incentivos do Poder Público estadual, alterou a ocupação e uso do território, impactando campos historicamente ocupados pela pecuária e por populações tradicionais, como quilombolas e ribeirinhos.

¹ Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus Belém. Eixo Turismo Hospitalidade e Lazer. Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido PPGDSTU – NAEA/ UFPA. Brasil. marinete.boulhosa@ifpa.edu.br

² Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, PPGDSTU/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA, Universidade Federal do Pará. Brasil. flaviaferreira31@yahoo.com.br.

³ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA/ UFPA. Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU/NAEA, Universidade Federal do Pará. Brasil. slima@ufpa.br

A introdução da rizicultura confronta duas lógicas: a lógica do capital, defendendo a atividade como crucial para o desenvolvimento econômico da região, e a lógica da terra/território/abrigo, estabelecida pelas populações autóctones com o ambiente marajoara.

Os impactos da rizicultura incluem favorecimento do latifúndio, conflitos agrários, concorrência com comunidades tradicionais, problemas de saúde devido ao uso de agrotóxicos, comprometimento da qualidade da água, preterimento de atividades importantes na produção campestre, geração mínima de empregos, e operações sem licença ambiental. Por outro lado, as populações locais mantêm uma relação intrínseca com o ambiente, onde a terra/território são espaços materiais e simbólicos de reprodução da vida.

Esta contraface do avanço da rizicultura nos campos do Marajó são as incidências sobre o uso da terra pelas populações autóctones sobre a qual avança a monocultura, provocando segregação socioespacial (Harvey, 2011).

Diante dessa contraface da rizicultura, cabe indagar quais os benefícios para a população local. Há de fato fomento ao desenvolvimento local ou essa atividade reatualiza velhas práticas de colonialidade? Diante desse cenário, é crucial analisar essa nova configuração do espaço com base em teorias que permitam compreender as dinâmicas de poder, conflito e resistência presentes nesse processo, bem como, novas abordagens sobre desenvolvimento, que considerem as demandas das populações locais.

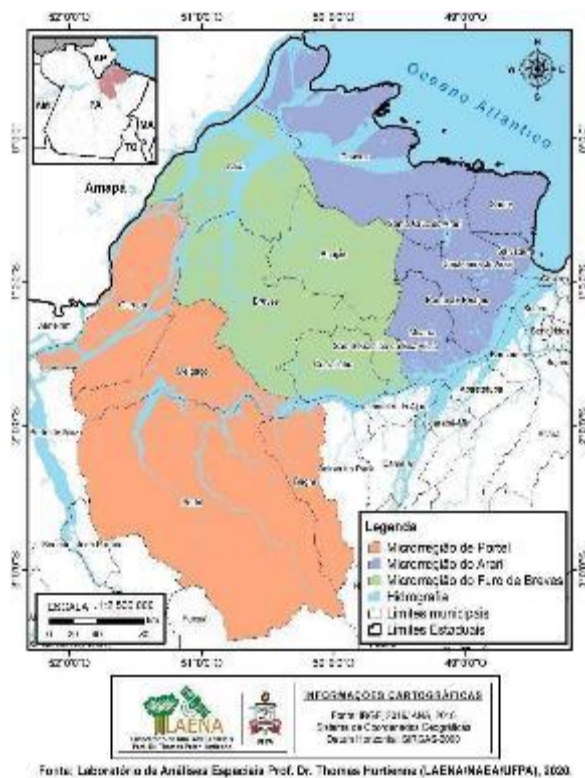
As contribuições teóricas de Lefebvre e Harvey ajudam a compreender as dinâmicas desse processo. A perspectiva da decolonialidade e do desenvolvimento endógeno e a lógica da terra/território possibilitam repensar a produção do espaço nos campos do Marajó, buscando construir um território mais democrático, diverso e inclusivo.

O artigo foi elaborado a partir de levantamento bibliográfico e documental, observação *in loco*, registro fotográfico na linha da fotografia documental e entrevista semiestruturada através do aplicativo de mensagens *whatsapp*, com residentes de Cachoeira do Arari.

DOS CAMPOS DE GADO AOS CAMPOS DE ARROZ: AS LÓGICAS DE OCUPAÇÃO E “DESENVOLVIMENTO” NA ILHA DO MARAJÓ

Localizado na foz do rio Amazonas, o arquipélago marajoara é o maior arquipélago fluviomarinho do mundo, abrangendo uma área de 104.140 km² e com uma população de 497.474 habitantes (IBGE, 2022). Ele é formado por 17 municípios e politicamente dividido em três microrregiões denominadas de Microrregião do Arari, Microrregião do Furo de Breves e Microrregião de Portel (figura 01).

Figura 01 - Mapa da mesorregião do Marajó – Estado do Pará, com identificação das microrregiões do Marajó em relação ao Pará.



Este arquipélago constitui um vasto complexo fluviomarinho com dezenas de ilhas, sendo a Ilha do Marajó a maior, com uma área de 49.606 km². A ilha é formada por 12 municípios, com predominância de dois grandes ecossistemas: campos naturais na parte oriental e floresta tropical na parte ocidental, estendendo-se até o sudoeste da ilha.

Desde o período colonial, o arquipélago marajoara foi concebido como região de exploração de recursos naturais ou espaço para introdução de práticas culturais e atividades econômicas que obedeciam a lógicas externas à região, submetendo gente e ambiente às mais diversas agruras da colonização, com um ordenamento territorial baseado, principalmente, no extrativismo vegetal nas áreas de florestas, e na pecuária nas áreas de campos naturais, ambos para suprir demandas externas à região. Com a fundação de Belém em 1616, o Marajó foi transformado, efetivamente, em uma região fornecedora de alimentos para a população citadina. A pecuária extensiva introduzida nos campos de Marajó até hoje se destaca como uma das mais importantes na economia da ilha.

Com a distribuição de terras em sesmarias doadas às vezes há uma só família, o processo de concentração de terras nessa região do Marajó foi consolidado, onde as relações de poder eram tecidas em torno dessas concentrações, mantidas até hoje sob o domínio de uma elite de fazendeiros que se perpetuam através do direito de herança, constituindo o que, no Marajó é definido, por moradores da ilha, como “terras de família” (Boulhosa, 2017).

As elites marajoaras, além do poder econômico, informa Acevedo Marin (2009), detinham o poder político e o poder militar. Tais características se explicam por suas origens de formação:

A elite tradicional da ilha de Marajó teve origem nas famílias das grandes fazendas escravocratas surgidas no século XIX, descendentes de militares, funcionários e colonos que tinham conseguido sesmarias nos tempos coloniais. Na época da independência, representavam duas, máximo três gerações. Na ilha de Marajó, as fazendas expropriadas das antigas ordens religiosas (Jesuítas e Mercedários, expulsos do Pará em 1758 e 1794) foram distribuídas entre os “contemplados” que, por ordem régia, tinham a prioridade na distribuição dessas terras aos oficiais militares e casais provenientes do reino (Acevedo Marin, 2009, p.8).

A história da ocupação colonial no Marajó está intimamente ligada à história da instalação das fazendas de gado e seus proprietários, o que contribuiu para o estabelecimento dos grandes latifúndios, os quais nasceram sob a violência e expropriação das populações nativas, pois a concessão de sesmarias tinha a intenção clara de usurpar a terra dos indígenas e instalar o regime escravista (Araújo, 2002).

Assim, a pecuária na Ilha nasceu como reflexo da colonização da região, em um regime escravocrata de trabalho, que como em toda a Amazônia, foi marcado pela destruição do modo de vida de seus habitantes nativos, cujos sobreviventes passaram a compor a mão-de-obra que iria consolidar o processo de colonização. Assim, indígenas aldeados e depois negros, foram também introduzidos na atividade, originando à figura do vaqueiro marajoara, um dos mais representativos grupos humanos dos campos do Marajó (Fotografias 1 e 2).

A constituição de grandes latifúndios na Ilha criou situações de dominação de espaços e vidas, sendo objeto de inúmeras pesquisas e cenário de destaque no clássico romance “Marajó”, de Dalcídio Jurandir (1992), onde é possível se observar a perversa estrutura socioeconômica da grande ilha, centrada na figura do fazendeiro Coronel Coutinho e seu filho Missunga, herdeiro daquele “mundo” onde o pai era “dono de tudo”.

Marajó, para Coronel Coutinho e alguns fazendeiros grandes era um mundo à parte, privado, lhes pertencia totalmente. Qualquer pensamento para aliviar as condições do vaqueiro e das fazendas, era como um ato de invasão à propriedade (...) Coronel dizia aos amigos em Belém que sabia povoar os seus matos, cruzar o seu fidalgo sangue português com os das índias, encher a terra de povo com a marca dos Coutinhos. De que serviam as vacas e as mulheres senão para aumentar os rebanhos? (Jurandir, 1992, p. 28).

Fotografias 1 e 2 – Criação de gado, cavalos e búfalos nos campos de Marajó.



Fonte: M. Boulhosa,

Essa atividade, por inúmeras vezes entrou em crise, ora pelos intensos e rigorosos ciclos sazonais de cheias e estiagem do Marajó (Miranda Neto, 2005), ora pela proliferação de doenças entre os rebanhos (Teixeira, 1953), pelo roubo de gado (Gallo, 1980), pelas dificuldades logísticas e perda de competitividade (Ximenes, 1997), mas também, ou principalmente, pelo pouco avanço tecnológico presente na atividade, onde quase todo o trabalho árduo fica a cargo dos vaqueiros, sendo desenvolvida praticamente da mesma forma como era no período colonial (Boulhosa, 2016).

Esses e outros fatores levaram muitos fazendeiros a adquirirem terras, para instalação de fazendas fora da Ilha (Ximenes, 1997), e outros venderam suas propriedades. E é nesse contexto que chega à ilha a monocultura do arroz, quando então os campos onde a pecuária secular era exercida, vão dar lugar ao agronegócio da rizicultura.

Os primeiros fazendeiros de arroz que chegaram ao Marajó, a convite de empresários paraenses e governo estadual, foram expulsos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, por determinação judicial em 2009, quando, na época, segmentos econômicos apoiados

pelo governo do estado do Pará, desejavam a implementação de um polo rizicultor no Marajó (Gomes *et al.*, 2018).

É assim, então, que se inicia a introdução da rizicultura na região leste da ilha do Marajó, dentro de uma lógica de interesse de um pequeno grupo com o incentivo do Estado. Desta forma, em 2010, nas regiões que correspondem aos campos naturais, é introduzida essa atividade, nos municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra. Nesses locais, tais fazendeiros encontraram extensos latifúndios, preços da terra relativamente baixos, se comparados a outras regiões do Pará e do Brasil, localização privilegiada, próxima a centros consumidores como Belém, Manaus e Macapá e incentivo político do governo do Estado e da Federação de Agricultura e Pecuária do Pará - Faepa (Gomes *et al.*, 2018).

Mas, se em Roraima o conflito era com grupos indígenas, além dos outros problemas ambientais provocados pela atividade, no Marajó, ele vai se dar com comunidades quilombolas, ribeirinhos e populações urbanas. Em Cachoeira do Arari, por exemplo, Paulo César Quartiero, o primeiro do agronegócio do arroz na ilha, adquiriu 12 mil hectares de terras no entorno do município, isolando a sede deste, com suas cercas, e afetando as comunidades do entorno (Cruz; Silva, 2014).

Analisando dados sobre a produção agropecuária do Município de Cachoeira do Arari, no período de 2001 a 2012, Cruz e Silva (2014), observam que entre 2001 a 2010, o município apresentava maior expressividade na produção de leite de vaca, açaí e abacaxi. A partir de 2011/12, a produção de arroz (inexistente até 2010) possui notável expressividade, quando comparada às outras atividades.

Com esses dados, é possível inferir que atividades importantes na produção campesina, há décadas desenvolvidas na ilha, são preteridas ante ao agronegócio do arroz.

A produção de arroz não faz parte nem mesmo da cultura produtiva recente do município, sendo instalada alheia às, e geralmente em detrimento, das demandas locais culminando em conflitos pelo uso do território entre o rizicultor e os demais agentes que historicamente já estavam estabelecidos no município, como os pescadores, os agricultores familiares e os quilombolas que têm acumulado obstáculos no desenvolvimento de suas atividades, seja em decorrência do monopólio da terra ou devido aos efeitos “colaterais” da rizicultura, como no caso do despejo de efluentes do arrozal no rio Arari, prejudicando a atividade pesqueira (Cruz; Silva 2014, p. 85).

Porém, com exceção dos benefícios aos fazendeiros do arroz, essa atividade tem agravado os problemas ambientais do Marajó, embora o discurso desenvolvimentista, baseado na geração de empregos, produção de alimentos, progresso a uma região pobre, é recorrente nas falas desses novos fazendeiros, de segmentos econômicos e do governo do Pará.

“Despertamos um gigante! O Marajó pode retornar a ser o celeiro da Amazônia!” Essas foram falas de Paulo César Quartiero, em reunião na Federação de Agricultura e Pecuária do Pará - FAEPA. Ecoando a esse discurso, o secretário de Estado do Pará, na época, Sidney Rosa, declarou: “Queremos

que o Quartiero expanda sua área e traga outros produtores!” E assim, com o apoio do governo do Pará, se estabelece o “polo arrozeiro”, com projeção de 300 mil hectares de arroz irrigado no Marajó (Meirelles Filho, 2007).

No entanto, sobre a rizicultura desenvolvida no Marajó, o que se tem a se dizer é que: utiliza extensas áreas de terra (o que favorece o latifúndio); é mecanizada; emprega grande quantidade de agrotóxicos (Fabrini *apud* Gomes *et al.*, 2018); usa grande quantidade de recursos hídricos, retirados de rios, lagos e açudes por meio de bombeamento, água que também é utilizada por moradores locais (Huffner; Meirelles, 2016); concorre com a sobrevivência de comunidades quilombolas, ribeirinhas, entre outras (Cruz, Silva, 2014); e, provoca exclusão de pequenos criadores, que trabalham com a produção de leite e queijo, dos pastos, anteriormente alugados, obrigando-os a procurarem áreas mais distantes e caras (Gomes *et al.*, 2018). (fotografias 3 e 4)

Todo esse impacto provocado pela rizicultura no Marajó, acaba por agravar a situação já delicada dessa região que concentra os menores Índices de Desenvolvimento Humano do Estado do Pará e os maiores Índices de Vulnerabilidade do Pará e do Brasil (IPEA, 2010; FAPESPA, 2015).

A lógica de “desenvolvimento” para o Marajó, baseada numa perspectiva da colonialidade, ora aprisiona a região a um espaço de exploração e exportação de recursos naturais, sem oferecer condições de melhoria das atividades tradicionais da ilha, responsáveis pela manutenção da vida e fixação do homem no campo, ora prioriza as atividades que potencializam os problemas ambientais e conflitos sociais, cujos interesses e benefícios reais não são internalizados pela população local, mas sim, capturados por pequenas elites ou pelo grande capital. Foi assim na pecuária, é assim na rizicultura!

Fotografias 3 e 4 – Canais para irrigação do arroz nos campos de Marajó



Fonte: M, Boulhosa, 2022

O conceito de colonialidade que envolve a expropriação de terras, recursos e mentes, não somente através da apropriação estrangeira, mas também, pelos mecanismos do mercado e dos Estados-nações modernos (Mignolo, 2008; Maldonado-Torres, 2019), nos ajuda a compreender como os modelos e processos de dominação e expropriação da Amazônia, caracterizados historicamente, pela violência, impunidade, consenso do Estado nação, violação de direitos humanos, mortes, etc. permanecem e são atualizados através da manipulação da legislação, dos procedimentos administrativos e burocráticos e do impedimento das manifestações das populações autóctones, sob a égide de uma lógica desenvolvimentista aplicada a uma região “atrasada”.

Ao lançar um olhar sobre a realidade do Marajó à luz das abordagens decoloniais, é possível compreender o porquê da continuidade de velhas práticas. É como assistir a reprise de uma novela colonial, onde a lógica da colonialidade, travestida em suas versões modernas, a saber, neoliberalismo (Castro, 2018), eurocentrismo (Mignolo, 2017) globalismo (Ianni, 2000), neocolonialidade (Loureiro, 2019) continua a desterrar, através das mais diversas formas de violência legal, social, política, ideológica, psíquica e física, uma multidão de desfavorecidos, em favor de uma minoria.

Tal realidade nos impele à busca pela decolonidade do ser, saber e fazer, imprescindíveis para o questionamento, a reinterpretção, o esforço analítico, o exercício da crítica, que superem a perspectiva da colonialidade intrínseca ao desenvolvimento neoliberal, na busca de novas formas de conceber e promover o desenvolvimento e de dar visibilidade a conhecimentos e práticas culturais que foram invisibilizados por uma modernidade que se nutre e se atualiza através da colonialidade, e que partam de outras matrizes de saberes e práticas sociais, onde o centro do protagonismo seja o local, em oposição à lógica dominante global, como instigam Mignolo (2008), Maldonado-Torres (2019), Escobar (2012), Vázquez-Barquero (2000), Santos (2009), entre outros.

ENTRE OS AVANÇOS DA RIZICULTURA E AS LÓGICAS E RESISTÊNCIAS LOCAIS

Agenor Pacheco (2009, 2012; 2016; 2018) ao escrever sobre a história social dos Marajós, chama atenção para os saberes, identidades, conflitos, sociabilidades e religiosidades, para as expressões de cantos, danças, gestos, silêncios, performances e falares, dos povos insulares, que continuam se reafirmando nesses séculos nos Marajós de campos e florestas.

As mediações culturais entre os povos que habitaram o Marajó antes de sua colonização, os brancos colonizadores e os negros trazidos para a região, contribuíram para a construção de uma cultura local marcada por um profundo conhecimento sobre a natureza, por uma cosmovisão de mundo que influencia as formas de organização social, as atividades de subsistência e a relação com a terra/território.

O saber sobre o ciclo da natureza, a chegada da chuva rigorosa ou da estiagem, sobre o tempo de coleta, plantio, os momentos, locais, instrumentos e técnicas de pesca e caça, sobre o poder de cura de plantas, promessas, orações, e invocação dos “encantados”⁴ etc., se dão nessa simbiose entre gente e natureza que, longe de serem apenas opiniões ou crenças, fazem parte do ser, saber e fazer da gente marajoara (Gallo, 1980; Jurandir, 1995; Maués, 2007; Boulhosa, 2016; Pacheco, 2017; 2018).

Todavia, para o “pensamento abissal”, que Boaventura Santos (2009) define como aquele que invisibiliza o “outro”, negando sua existência, o conhecimento das populações nativas é comumente subjugado, negado, muitas vezes relegado a crenças, magias e opiniões, reflexo do ranço colonial no pensamento ocidental moderno. No entanto, na verdade, eles são conhecimentos elaborados e apurados, num aprendizado resultante de séculos de convivência, observação, experimentação, num

⁴ A crença nos “encantados” se refere à existência de seres sobrenaturais que são normalmente invisíveis às pessoas comuns e habitam “no fundo”, uma região abaixo da superfície terrestre, subterrânea ou subaquática e se manifestam de formas distintas. Manifestam-se nos rios e igarapés, sob forma de cobras, peixes, botos etc. chamados de “bichos do fundo” e são considerados perigosos, pois podem provocar “mau olhado” ou “flechada de bicho”, que são doenças “não-naturais”. Quando se manifestam sob forma humana, parecendo pessoas conhecidas que desejam levar para o fundo, são chamados de “oiaras”. Sua terceira forma de manifestação é aquela em que eles permanecem invisíveis, incorporando-se nos pajés, figura central pajelança marajoara, quando são chamados de caruanas ou guias (Maués, 1995; 1999).

contato constante e direto com esse ambiente insular e repassado de uma geração à outra geração, através da tradição oral.

As populações autóctones, tanto nas áreas de florestas, quanto nas áreas de campos, possuem outra relação com a terra/território. Na microrregião do Arari, que corresponde as áreas de campos naturais da Ilha, onde é expressivo o número de comunidades tradicionais, com destaque às populações quilombolas, mas também, pela forte presença das oligarquias locais, representadas pelos fazendeiros de gado e agora do arroz, os conflitos são históricos na região, pela disputa da posse da terra entre comunidades e fazendeiros, entre a lógica do recurso e a lógica do abrigo (Santos, 2001).

Enquanto o fazendeiro compreende a terra como recurso que gera lucro, as populações autóctones construíram, historicamente, uma relação de pertencimento, onde a terra/território são espaços materiais, mas também simbólicos, de reprodução da própria vida (Acevedo Marin, 2009; 2015; Teles, 2015). Essas lógicas se choram e potencializam a disputa, o conflito, a segregação socioespacial, com favorecimento do interesse e do capital externo, em detrimento da população local, corroborando para a manutenção das desigualdades e injustiças que permeiam a sociedade local, perpetuando o ciclo de pobreza e exclusão social na região marajoara.

A rizicultura introduziu uma nova dinâmica socioespacial nos campos do Marajó. Sua chegada trouxe mudanças significativas na paisagem e na vida das comunidades locais, afetando as populações urbanas, que são atingidas pela aplicação de agrotóxicos aéreos, pois as cercas da fazenda do Arroz Acostumado, em Cachoeira do Arari, por exemplo, fazem limite com a sede desse município, tiveram seus espaços de lazer e pesca destruídos pelas construções dos canais de irrigação do arroz e instalação de cercas eletrificadas, e sofrem ainda com problemas de falta de áreas para construção de moradias e descarte de lixo, pois a sede do município está sitiada entre o rio e as cercas da fazenda de arroz (fotografias 5 e 6).

Fotografia 5 – Limite na Fazenda Reunida Espírito Santo, produtora no Arroz Acostumado coincide com a entrada principal da cidade de Cachoeira por via terrestre (PA 154).



Fotografia 6 – Com a instalação de cercas da fazenda de arroz, o espaço da cidade está comprimido e o lixo a céu aberto é despejado na estrada de acesso ao cemitério municipal, aumentando a dor dos enlutados em momentos de sepultamento, além dos constantes transtornos devido a proximidade do lixo das residências. em Cachoeira do Arari.



Fonte: M. Boulhosa, 2023

Fora da sede do município, comunidades quilombolas, ribeirinhas, pequenos criadores experimentos os mesmos problemas provocados pela cultura do arroz. A comunidade quilombo de Gurupá, em particular, com cerca de 850 famílias, enfrenta desafios como a diminuição da oferta de peixes, impactos ambientais e a ocupação irregular do território.

Não obstante aos inúmeros impactos ambientais provocados pela produção de arroz e diante da operação ilegal desenvolvida em terras marajoaras, considerando que desde 2010 a Fazenda Reunida Espírito Santo opera sem licença ou autorização dos órgãos ambientais, pouca coisa, ou mesmo nada, vem sendo feito no sentido de exigir dos empreendedores do monocultura do arroz o cumprimento dos dispositivos legais e o respeito pela ambiente e populações que vem sofrendo os impactos danosos de tal atividade.

Nota-se a permanência da omissão e favorecimento do Estado diante do interesse do capital. “O Estado recusa a enfrentar a concentração de terra, as injustiças sociais no campo, entretanto, continua favorecendo o latifúndio e a grande empresa” (Acevedo Marin, 2015, p. 40)

Harvey (2011) enfatiza que o capitalismo é um sistema voltado para a acumulação e o lucro. Nesse sentido, a expansão contínua das fronteiras agrícolas é necessária para sustentar o sistema. A rizicultura, ao se expandir no Marajó, reflete essa lógica capitalista, redefinindo espaços e relações com a natureza, sendo um exemplo concreto das contradições inerentes ao capitalismo, onde a busca incessante pelo lucro muitas vezes colide com a conservação e preservação ambiental e a justiça social. A segregação socioespacial resultante, desafia a sustentabilidade e exige alternativas que considerem tanto a economia quanto o bem-estar das comunidades locais.

Nesse contexto, as abordagens de David Harvey oferecem uma perspectiva crítica e analítica sobre as dinâmicas do capitalismo e suas consequências para as relações sociais e espaciais. Harvey destaca a importância de compreender como o capitalismo gera e perpetua desigualdades, explorando as contradições inerentes ao sistema econômico e as formas como ele molda o espaço urbano e rural.

Ao analisar a rizicultura no Marajó à luz das ideias de Harvey, é possível identificar como as relações de poder e a lógica do capital influenciam a organização do espaço e a vida das comunidades locais. A concentração de terras, a expropriação de populações autóctones, a ausência de políticas públicas eficazes são algumas das questões que emergem desse debate.

O conceito de espaço vivido, vinculado à prática social, proposto por Henri Lefebvre (2008) também nos oferece uma perspectiva interessante para compreender as transformações socioespaciais que ocorrem na região do Marajó. Para Lefebvre, o espaço vivido é aquele que é apropriado e significado pelas pessoas que o habitam, transformam e dão sentido às suas práticas cotidianas.

Nesse contexto da expansão da rizicultura no Marajó, o conceito de espaço vivido de Lefebvre pode ser aplicado para analisar como as comunidades locais interagem com o ambiente e como se relacionam e/ou resistem à lógica da produção de arroz, onde o espaço vivido é o espaço onde emergem as lutas, os conflitos territoriais, que estão intimamente interligados e refletindo às dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas da região.

O conceito de espaço vivido de Lefebvre aponta para a necessidade de uma análise crítica e sensível das transformações que ocorrem na região. É fundamental considerar as experiências e percepções das pessoas que habitam e trabalham nesse espaço, valorizando suas práticas e saberes locais para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

É importante ressaltar, que a população marajoara, embora historicamente tratada de forma discriminatória, sendo levada a reboque pelos processos e formas de intervenção e “desenvolvimento” na região, que lhes negam o direito à vida com dignidade, não está alheia aos conflitos e disputas existentes no Marajó.

Nas últimas décadas, populações do Marajó dos campos e florestas têm se posicionado ante as históricas práticas públicas e privadas de exclusão, opressão, expulsão, expropriação, subordinação, cooptação, devastação ambiental, de mando, de ilegalidade, de violência e até de morte, no território marajoara.

Estudos de Cardoso (2008), Pacheco, (2012), Acevedo Marin (2015), Teles (2015), Cardoso, Filho e Silveira (2018), para citar alguns, mostram as constantes lutas e resistências em busca da

manutenção de modos de vidas e reprodução social e identitária dos povos marajoaras, sejam eles quilombolas, ribeirinhos, extrativistas ou populações urbanas.

Representando resistência a esse modelo de desenvolvimento desigual, comunidades humanas marajoaras passaram a se organizar e a buscar novas formas de desenvolvimento que correspondam aos seus próprios anseios e baseadas no local, criando estratégias de permanências e manutenção da vida no grande arquipélago.

Recentemente, populações dos municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra vem se organizando e, mesmo diante a ausência proposital do Estado, têm feito enfretamento à expansão do agronegócio e a devastação ambiental, em torno de identidades coletivas (Teles, 2015).

Em Cachoeira do Arari, moradores ocupam, desde agosto de 2023, um loteamento em área supostamente do fazendeiro do arroz. A principal justificativa de ocupação, pelo movimento denominado “Movimento de luta por moradia e contra impactos por crimes ambientais⁵, organizado por moradores de Cachoeira do Arari, é a necessidade de áreas para moradia. Ao local, o Movimento nomeou como “Bairro Novo”, localizado entre os limites do núcleo urbano e os campos de arroz (fotografias 7 a 9).

“Essa plantação foi a pior coisa que poderia ter acontecido no nosso município. Destruição das matas, envenenamento por agrotóxicos, desvios dos nossos rios e igarapés e o fim de nossos animais e peixes”

(Moradora de Cachoeira do Arari, ocupante do Bairro Novo).

Fotografia 7 a 9 – Ocupação Bairro Novo, na cidade de Cachoeira do Arari, em área supostamente pertencente à Fazenda Reunidas Espírito Santo.



⁵ Foi realizado contato e entrevista semiestruturada com lideranças no movimento, através de aplicativo do whatsapp que optaram em não se identificar, com questões de segurança.



Fonte: M. Boulhosa, 2022, 2023.

Após a ocupação, que teve repercussão na mídia no estado do Pará, a população tem se mobilizado para cobrar do governo local e estadual, providências quanto os impactos provocados pela rizicultura, exigindo melhores condições de vida e moradia através da realização de audiências públicas na Prefeitura do município de Cachoeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do espaço nos campos do Marajó é um cenário complexo, onde se entrelaçam interesses econômicos, políticos e socioculturais. A introdução da rizicultura em larga escala trouxe consigo transformações significativas, impactando tanto a paisagem quanto as relações sociais e culturais dos habitantes locais.

Por um lado, a lógica capitalista defende a rizicultura como crucial para o desenvolvimento econômico da região. Com apoio de segmentos econômicos do Estado e incentivos governamentais, a cultura do arroz ganhou espaço nos campos historicamente ocupados pela pecuária e por

comunidades tradicionais, como quilombolas e ribeirinhos. No entanto, essa expansão não ocorre sem consequências.

Os impactos da rizicultura são diversos e multifacetados. O favorecimento do latifúndio, os conflitos agrários, a concorrência com comunidades tradicionais e os problemas de saúde decorrentes do uso de agrotóxicos são desafios enfrentados. Além disso, a qualidade da água é comprometida, atividades importantes na produção campestre são preteridas, e a geração de empregos é mínima. Operações sem licença ambiental também são uma realidade preocupante.

Por outro lado, as populações locais mantêm uma relação profunda com o ambiente. Para elas, a terra/território não são apenas espaços materiais, mas também simbólicos de reprodução da vida. Essa perspectiva entra em conflito com a lógica capitalista, que muitas vezes ignora essas conexões intrínsecas.

A monocultura avança sobre a terra e sobre as populações autóctones, provocando segregação socioespacial. A rizicultura no Marajó é um exemplo concreto dessa dinâmica. A resistência local se manifesta na defesa do território como abrigo e na busca por alternativas sustentáveis que respeitem a relação ancestral com o ambiente.

A produção do espaço nos campos do Marajó é um embate entre lógicas divergentes: a do capital e a do território/abrigo. A busca por soluções que conciliem desenvolvimento econômico com conservação cultural e ambiental é um desafio urgente para garantir um futuro mais equitativo e sustentável para essa região única e rica em história e diversidade.

A análise crítica proposta neste artigo, embasada nas teorias de Lefebvre e Harvey, na perspectiva da decolonialidade e do desenvolvimento endógeno (Barquero, 2000), revela as dinâmicas de poder, conflito e resistência que permeiam a expansão da rizicultura, bem como a importância de considerar as demandas e saberes das populações locais na construção de um desenvolvimento mais democrático e inclusivo. A perspectiva da decolonialidade e do desenvolvimento endógeno emerge como uma alternativa viável e sustentável, capaz de valorizar as práticas e organizações comunitárias locais, fundamentais para garantir a diversidade e autonomia das comunidades marajoaras.

Diante desse cenário, torna-se imperativo repensar as estratégias de desenvolvimento no Marajó, promovendo uma reorganização das relações de poder e uma maior participação das comunidades na definição dos rumos do território. Somente assim será possível construir um espaço mais justo, diverso e inclusivo, que respeite as identidades e necessidades das populações locais.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, R. E. A. Debates e discursos em torno do Plano de Desenvolvimento territorial Sustentável do arquipélago do Marajó. In: ACEVEDO MARIN, R. E. A. et al. Povos tradicionais no Arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental. Rio de Janeiro: CASA 8, p. 23- 37, 2015.

ACEVEDO MARIN, R. E. Quilombolas na ilha de marajó: território e organização política. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A. ACEVEDO MARIN, R. A. (org). Diversidade do campesinato: expressões e categorias, construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP, v. 1, p. 209-227, 2009.

ACEVEDO MARIN, R. E. TERRA GURUPÁ” E DIREITOS TERRITORIAIS DE QUILOMBOLAS DO RIO GURUPÁ E ARARI. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

ARAÚJO, L. M.; PACHECO, A. S. A fauna marajoara em narrativas de viajantes do século XIX. Iluminuras, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 248-269, ago./dez., 2016

BOULHOSA, M. S. Entre a sela e o santo. Belém: IFPA, 2016

GALLO, G. Marajó, a ditadura da água. Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e turismo. Belém: Neo-gráfica e editora, 1980.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 8ªEd. São Paulo, 1996.

JURANDIR, D. Marajó. 3. ed. Belém: Cejup, 1992.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.

SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas.2. ed. São Paulo: USP, 2011.

SOUZA, Márcio História da Amazônia [recurso eletrônico]: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI / Márcio Souza. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. V. Desarrollo endógeno: Teorías y políticas de desarrollo territorial. Investigaciones Regionales, Madri, n.11, p. 183 -210, 2007.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. V. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001.



GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas

QUILOMBO RAMAL DE QUINDIUA: UM TERRITÓRIO ÀS MARGENS DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO HEGEMÔNICO

Claudyule de Jesus Ribeiro dos Santos Torres¹ (UEMA)

Marivania Leonor Souza Furtado² (UEMA)

Gabriela Silva de Oliveira³ (UEMA)

RESUMO: A comunidade quilombola Ramal de Quindiuá possui uma historicidade ancestral, que carrega valores, experiências e práticas territoriais do bem viver. Assolada pelo processo de construção da Ponte Central-Bequimão e das obras da rodovia MA-211, as famílias da comunidade foram afetadas diretamente por esses empreendimentos estatais. Os efeitos de caráter socioambiental, em decorrência do modelo desenvolvimentista implementado na região, desencadearam um grande desequilíbrio ecológico que afeta a saúde da comunidade e causou danos territoriais irreparáveis. A construção da ponte-rodovia trouxe à tona uma realidade engendrada pelo ideário hegemônico de “desenvolvimento”, levado a efeito por um Estado que zela por benefícios economicistas, que marginaliza outras concepções de conhecimento e modos de vida outros, que se diferenciam da lógica devastadora e lucrativa da economia capitalista. Nesse sentido, serão abordadas as distintas formas de concepção de desenvolvimento, em disputa na conjuntura atual; os processos de luta da comunidade de Ramal de Quindiuá frente aos efeitos socioterritoriais, e as reflexões sobre o bem viver de uma comunidade às margens do desenvolvimento hegemônico. Utilizando uma metodologia decolonial, a abordagem empregou levantamento bibliográfico, fichamentos e trabalho de campo. As reflexões aqui expostas resultam de um processo investigativo junto à comunidade, que se iniciou em junho de 2021 e sinaliza para os efeitos negativos de um processo desenvolvimentista hegemônico, que não dialoga com outras formas de ser e estar no mundo, como é o caso da comunidade quilombola de Ramal de Quindiuá.

Palavras-chaves: Comunidade Quilombola Ramal de Quindiuá; Ponte Central-Bequimão; MA-211; “Desenvolvimento”

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa emerge de um Projeto de Pesquisa, intitulado “Os efeitos socioculturais, territoriais e econômicos do “desenvolvimento” sobre as comunidades tradicionais e povos indígenas do Maranhão”, iniciado, ainda em 2021, e do qual resultaram produções reflexivas em níveis de TCC, relatórios de Iniciação Científica e Artigos Científicos, como o que ora se apresenta.

Em nossas produções acadêmicas apontamos que os projetos caracterizados como “avanço” e “desenvolvimento” carregam o discurso ideológico em prol do regional, da “melhora” da economia

¹Discente do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Maranhão/UEMA, integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Lutas Sociais, Igualdade e Diversidade, GEPEX- LIDA, UEMA, Brasil. Email: claudyullerstorres97@gmail.com

²Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais/CCSA e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial da Universidade Estadual do Maranhão, Coordenadora do GEPEX-LIDA/UEMA, Brasil. Realiza Pós Doutorado no PPGAS da UnB. E-mail: marivaniafurtado@yahoo.com.br.

³Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão. Discente no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, na Universidade Estadual do Maranhão, Brasil. Email: oliveiragabrielasde@gmail.com

e de “benefícios” à população. Neste artigo, será abordado como a comunidade quilombola de Ramal de Quindiuá tem sofrido os efeitos socioambientais e territoriais, devido ao projeto de obras voltado para a infraestrutura rodoviária, a pavimentação asfáltica da rodovia MA-211 e a construção da Ponte José Antônio Dino, construída sobre o Rio Pericumã, ligando os municípios de Bequimão e Central, no estado do Maranhão.

A construção do complexo ponte-rodovia é considerada pelo estado do Maranhão como uma das maiores obras de infraestrutura já realizadas e, se faz ecoar como promessa de “desenvolvimento” para toda a região maranhense, ao introduzir um discurso de “movimentação da economia e do turismo de todo litoral ocidental maranhense” (SINFRA, 2021). O discurso governamental propala que esse empreendimento objetiva facilitar o deslocamento, ao encurtar a distância entre São Luís (capital do Estado) e o Litoral Ocidental, estabelecer uma nova rota logística de escoamento de produtos, além de potencializar o turismo na região.

Ao longo do texto, apresentaremos, inicialmente, o posicionamento governamental, o que nos permitirá reflexões teóricas sobre o processo desenvolvimentista do Governo do Estado do Maranhão materializado na execução do empreendimento complexo rodovia/ponte, o qual afetou diretamente a rotina da comunidade de Ramal de Quindiuá e deixou rastros de destruição no desequilíbrio ambiental e na saúde dos moradores. Em seguida, discutimos os efeitos sócio territoriais do projeto de desenvolvimento empreendido pelo poder público através da construção da ponte Central-Bequimão e da MA-211 sobre a territorialidade quilombola de Ramal de Quindiuá. Por fim, a perspectiva de “bem viver” e os processos de luta da comunidade quilombola de Ramal de Quindiuá frente aos efeitos sociais e territoriais da ponte Central-Bequimão e da MA-211 sobre seu território, serão aqui analisados.

As reflexões presentes neste trabalho apresentam uma abordagem decolonial sobre o território quilombola Ramal de Quindiuá situado no município maranhense de Bequimão. As referências e reflexões adotadas neste estudos pautam-se em pensadores decoloniais, como Mignolo (2003), Acosta (2016) que espelham a relação da modernidade aliada com o conhecimento, enquanto uma colonialidade do saber, e que com isso revelam uma opressão cognitiva, em nome da “modernidade”.

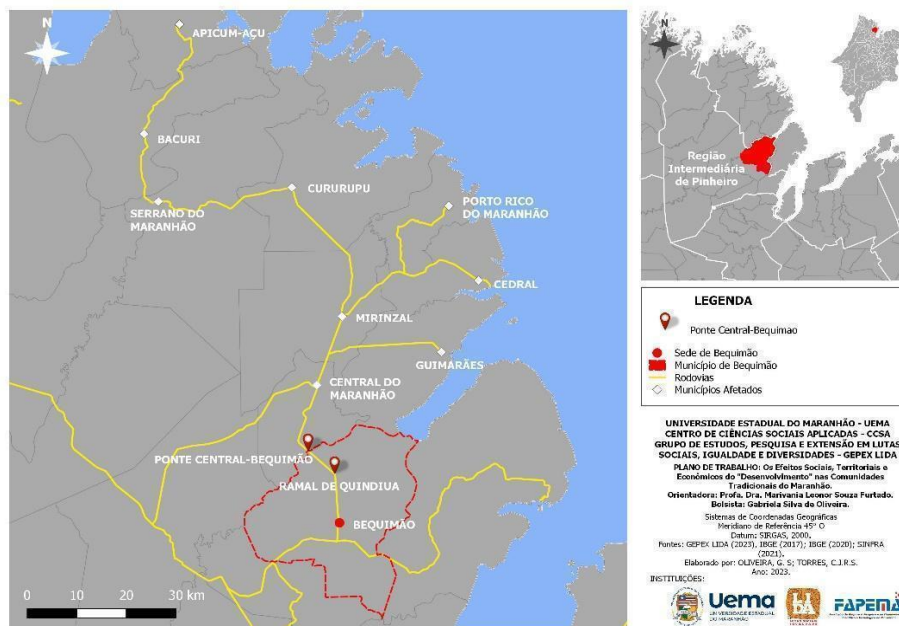
A PONTE TEÓRICA: A ESFERA GOVERNAMENTAL E OS EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DO “DESENVOLVIMENTO”

O centro da análise consiste no esforço inicial de redigir acerca do “desenvolvimento”. A partir disso, realiza-se uma análise dos aspectos sócio territoriais do projeto de desenvolvimento empreendido pelo poder público através da construção da ponte Central-Bequimão e da rodovia estadual sobre a territorialidade quilombola de Ramal de Quindiuá e sua perspectiva de “bem viver”.

O discurso desenvolvimentista de caráter estatal, visa, a princípio, o fortalecimento da economia local a partir da gama turística, que futuramente irá expressar um modelo de desenvolvimento econômico lucrativo, de caráter exploratório sobre os solos e paisagens naturais dessa região. Sampaio Jr. (2012), afirma que esse discurso desenvolvimentista junto a uma economia capitalista é enraizada em economias subdesenvolvidas e que gera um círculo vicioso de dependência.

O projeto Ponte Central-Bequimão e a construção da rodovia MA-211, possuía como objetivo aumentar o progresso social e econômico da região. Com uma extensão de 589 metros, o investimento de R\$180 milhões de reais visava proporcionar uma nova rota, facilitando tanto o transporte quanto a logística de escoamento de produtos, contribuindo também para o turismo Maranhão-Pará. Com um trecho de 32 km de ligação com a MA-106, a nova rota interliga os municípios de Bequimão, Central do Maranhão, Mirinzal, Guimarães, Cedral, Cururupu, Porto Rico, Serrano do Maranhão, Bacuri e Apicum-Açu. Além de promover o intercâmbio econômico, cultural, turístico, político e social entre os municípios (Boletim Nacional, 2021; Governo do Maranhão, 2017; NETO, 2021; SEATI, 2016).

IMAGEM 1: Localização da comunidade de Ramal de Quindua e da Ponte Central-Bequimão.



Fonte: Acervo LIDA, 2023.

A região do Litoral Ocidental Maranhense se caracteriza por atividades econômicas de cunho comercial, agrícola e extrativista. A partir da urbanização nessa região, com o objetivo de facilitar a locomoção de veículos de pequeno, médio e grande porte, para turismo e escoamento de grãos, que com a inserção da nova rota logística beneficia o transporte de produtos oriundos da região maranhense e de outros estados. Assim, “é importante perceber que o Maranhão é parte constitutiva de uma totalidade: a sociedade brasileira com seus vínculos de dependência externa e de subordinação ao capitalismo internacional” (BARBOSA, 2004, p. 24).

De acordo com Neto (2021), há dois aspectos com a construção do complexo ponte-rodovia, a primeira de caráter positiva, uma vez que sediará o crescimento econômico para o estado, com a circulação de pessoas, o que aumentará o consumo nos diferentes ramos da economia local, e a segunda, por outro,

“(…) a urbanização das margens do rio, o que aumenta a quantidade de lixo e resíduos de esgoto lançados na bacia, pois se sabe que os municípios que a compõem não possuem o tratamento adequado e, desta forma, jogam diretamente no rio, causando danos irreparáveis ao meio ambiente e consequentemente ao homem que se utiliza dele para sobreviver” (NETO, 2021, p. 19).

Projetos de grande porte (como o referido caso), localizados em uma área rural, trazem duas faces: o discurso Governamental enfatizado pelas vantagens coletivas, e a visão daqueles que estão adjacentes à sua execução, que foram implicados antes, durante e após a execução, e que perderam parte do seu território devido ao caráter impositivo do empreendimento.

As primeiras mudanças sentidas ocorreram ainda quando da instalação do canteiro de obras. As movimentações foram iniciadas no ano de 2016, com o deslocamento dos equipamentos necessários para a fase de fundação. A intensidade do trânsito local, desmatamento e aterramento do manguezal para ampliação da rodovia, foram as primeiras consequências negativas sobre o território. Para a construção houve, conforme Neto (2021), a exploração de jazidas naturais para a extração de pedras, piçarras e areia, deixando para trás, as enormes crateras, o que afetou áreas anteriormente preservadas e a exposição do solo.

Os moradores relataram o crescimento de casos de problema respiratórios, o incômodo da sujeira nas moradias, a falta de segurança devido ao fluxo dos grandes veículos (tratores, escavadeira e caçambas), que com a ausência de sinalização deixou os moradores expostos a acidentes e atropelamentos (NETO, 2021). Brasil (1996) e Simonetti (2010) apontam ainda, que nuvens de poeira e a lama, podem interferir nas áreas mais povoadas contribuindo para o risco e ocorrência de acidentes. A fase de operações gera poluição do ar e da água, aumento dos níveis de ruído e vibrações, bem como problemas de segurança que são transmitidos para os seres humanos, para a biota e para o meio físico (BRASIL, 1996; SIMONETTI, 2010).

IMAGEM 2: Construção da rodovia MA-211 sobre o território quilombola Ramal de Quindíua



Fonte: Acervo LIDA, 2021.

IMAGEM 3: Efeito da construção da rodovia MA-211 sobre as moradias



Fonte: Acervo LIDA, 2021.

Observa-se que o “desenvolvimento” estatal, de caráter capitalista, beneficia a exploração dos solos e áreas ambientais. Em contrapartida, uma parte significativa dos(as) moradores(as) da região, vive às margens desses grandes projetos e se defronta com danos irreparáveis de cunho ambiental, social e político. Esse cenário assolou a comunidade quilombola de Ramal de Quindíua, uma vez que a comunidade (r)existe a lógica dominante, com um modo de vida pautado na economia familiar, onde a sua produção alimentar é destinada às unidades familiares residentes na comunidade e a parte sobranete dessa produção é destinada para venda, como forma de manter-se economicamente.

Segundo informações do SINFRA (2021), a obra da MA-211 tinha a previsão de conclusão em janeiro de 2022, porém a entrega da rodovia sucedeu-se apenas no início do mês de maio do ano de 2023. A rodovia MA-211 possui quarenta quilômetros de extensão para acesso à Ponte Governador

Antonio Dino. No processo de conclusão da pavimentação asfáltica da extensão rodoviária, nos períodos chuvosos a extensão da rodovia era tomada por lama e barro, o que tornava-se intrafegável e quase impossibilitava o deslocamento de carros e motos de pequeno e grande porte na rodovia.

A extensão da rodovia MA-211, logo após a conclusão da pavimentação asfáltica e solenidade de inauguração em 2023, apresentou inúmeros problemas para a comunidade, como a falta de sinalização, iluminação e deterioração asfáltica como podemos observar nas imagens abaixo.

IMAGEM 4: Pavimentação Asfáltica da MA-211



Fonte: Acervo LIDA, 2023.

Após conversa com moradores da comunidade quilombola de Ramal de Quindiuá que alegaram que o asfalto era de “silicone”, podemos observar que o asfalto que faz parte do pavimento é do tipo flexível, o qual tem características de deformabilidade e flexibilidade parecidas com o silicone. Contudo, ao fissurar a camada de revestimento asfáltico a tensão provocada pelo fluxo de veículos combinadas pela percolação de água entre as camadas do pavimento criam condições necessárias para o surgimento dos buracos na via. Como mostra a imagem a seguir.

IMAGEM 5: Camada asfáltica deteriorada



Fonte: Acervo LIDA, 2023.

Os(as) moradores(as) da comunidade quilombola de Ramal de Quindiuá, expressaram algumas inquietações após a inauguração, como Dona do Carmo, que afirma “de um lado melhorou, de outro... foi piorando... mataram um jumento ontem... (...) e... passa carro toda hora, aí ... o carro quando vem... dois quente e um fervendo”. Em contrapartida, Seu Djalma ressalta a importância da rodovia MA-211, ao afirmar que “com a construção da ponte facilitou essa condução da pessoa se deslocar com a chegada mais rápida da cidade.”

Há falas favoráveis condizem com o discurso desenvolvimentista do governo de trazer “melhorias” para a região, melhorar o tráfego e facilitar o deslocamento para outros municípios do estado. Contudo, há também falas que retratam o descaso do governo com a comunidade, uma vez que realizaram o pavimento da rodovia MA-211, sem nenhuma sinalização, o que coloca em risco todos(as) moradores(as), e também os animais que vivem na região.

2. ETNOGRAFIA DOS PROCESSOS SOCIOTERRITORIAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA RAMAL DE QUINDIUA

Segundo Ramos (2022), a comunidade quilombola Ramal de Quindiuá tem em sua ancestralidade uma mulher negra e fugida da escravidão, chamada de Guilhermina Amorim. Esse movimento é chamado por seus descendentes de “migração do chicote”, que ocorreu no município de Bequimão/MA durante o século XIX, “a região fez parte da Capitania de Tapuitapera e Cumã, e posteriormente, foi denominada de Santo Antônio e Almas” (RAMOS, 2022, p.9).

Ramos (2022), relata que na década de 70 (setenta), ocorreu a migração de inúmeras famílias oriundas dessas pequenas comunidades (originárias) para um trajeto rudimentar que aproxima os municípios de Bequimão a Central do Maranhão, surgindo a comunidade quilombola Ramal de Quindiuá em sua atual configuração. Ao longo do tempo, os moradores desenvolveram uma profunda

relação com o seu território, no qual se insere o Rio Pericumã (NETO, 2021; RAMOS, 2022; TORRES, 2023).

A comunidade de Ramal de Quindiuá fica a 12km (doze quilômetros) de distância da sede do município de Bequimão/MA e possui 115 (cento e quinze) famílias residentes no território que vivem à base da pesca, lavoura e programas sociais de transferência de renda. Na comunidade as moradias são, em sua maioria, feitas de alvenaria e possuem equipamentos como escola, igrejas e centros recreativos, como clubes.

Não há postos de saúde, em decorrência disso, os moradores precisam se direcionar ao centro do município de Bequimão para ter atendimento médico. Quanto às expressões religiosas, há a presença tanto da católica, como da protestante. E em relação às manifestações culturais de matriz africana, há o tambor de crioula, roda de capoeira e radiola de reggae (RAMOS, 2022). A área territorial atual do quilombo de Ramal de Quindiuá é fruto de uma territorialização histórica que remonta a antigas áreas ocupadas denominadas: Carará, Vaquejador e Baiano.

Desde o ano de dois mil e dez a comunidade quilombola Ramal de Quindiuá possui o certificado como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, assegurado legalmente pela aplicabilidade do artigo 216, da Constituição Federal de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 1988, art.216).

A passagem da invisibilidade jurídica da comunidade de Ramal de Quindiuá para condição de comunidade remanescente de quilombo está inserida na garantia constitucional do direito territorial quilombola, que assegura a todos(as) moradores(as) a garantia e o reconhecimento mínimo de direito aqueles que vivem em “terras de preto”. Nesse sentido, cabe ao Estado assegurar na forma da lei, as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, a fim de garantir de fato um Estado pluriétnico. Para tanto, o Estado precisa reconhecer que a

“(...) identidade nacional é constituída por identidades específicas de grupos minoritários, além de permitirem uma dicotomia entre território e propriedade privada, uma vez que o artigo 216, da CR/88, entende aquele como local de manutenção do criar, do fazer e do viver de segmentos particulares da sociedade brasileira” (DUPRAT, 2002 apud RAMOS, 2022, p. 17).

As comunidades remanescentes de quilombo possuem uma relação de equilíbrio com o ambiente, tratando o território como sujeito. A lógica utilizada é de respeito e uso sustentável do

território, para garantir hábitos que fazem a manutenção de seu modo de vida e reprodução da identidade quilombola (a história ancestral, religião e manifestações culturais). Conforme a Constituição Federal de 1988,

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo

Os artigos 215 e 216 da CF 88 contribuem para a manutenção da identidade, cultura e territorialidade dos remanescentes de quilombos. Enquanto a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais – Decreto no 6040/2007, inspirada nos artigos citados, possui como principal objetivo o desenvolvimento sustentável, o reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais.

Nessa perspectiva, Furtado (2014) afirma que as políticas universais e específicas poderiam ser uma faca de dois gumes, por um lado expressam a concessão de um direito, que os asseguram a propriedade definitiva de seus territórios, garantida por lei; por outro, é um mecanismo de controlá-los na lógica das leis e estatutos. Esses protocolos estatais a serem seguidos com base a prescrições normativas instaurados pelo modelo atual dominante, reflete o mecanismo do Estado em “adequar” o diferente ao padrão instaurado com base no sistema econômico capitalista que impõe um modelo de “desenvolvimento” em detrimento do modo de vida das comunidades quilombolas.

A organização política e social que (re)existe na Comunidade Quilombola de Ramal de Quindiuá é o meio de luta por território livre. Segundo Acosta (2016), o Bem Viver é o modo de vida harmônico com a natureza, sem explorá-la ou destruí-la. É romper com a dinâmica predatória de exploração e destruição capitalista. Busca nos conhecimentos ancestrais e tradicionais, o viver em aprendizado com a natureza, entende-se a natureza como parte de um todo.

Historicamente, preservar o meio ambiente e usá-lo de modo consciente é uma característica presente na vida de todos(as) que residem na comunidade quilombola de Ramal de Quindiuá. Dessa forma, reconhecem o seu território como área de significados simbólicos e sagrados, que conta a história de resistência e o modo de vida da comunidade quilombola, que se diferencia de um modo de vida exploratório e predatório.

As atividades realizadas de plantio e pesca na comunidade quilombola de Ramal de Quindiuá, mesmo com os danos e destruição causada pelas obras a comunidade quilombola, (re)existem, o que expressa a luta da comunidade em manter viva seu modo de vida próprio. De modo

específico, a pesca na comunidade é praticada para consumo interno, sendo que o pequeno excedente vendido supre algumas necessidades das famílias.

As imagens abaixo mostram pescadores da comunidade quilombola de Ramal de Quindiuá preparando seus utensílios para realizar a pesca nas extensões do Rio Pericumã, área atingida pela construção do complexo ponte-rodovia.

IMAGEM 6: Pesca sob a ponte Antônio Dino



Fonte: Acervo LIDA, 2023.

Após a pavimentação asfáltica da MA-211 a comunidade vem recebendo ataques territoriais por aqueles que “se dizem dono do território” (Santana, 2023). A luta por território livre nas relações socioterritoriais das comunidades quilombolas, mostra o modo como as comunidades se articulam no âmbito político e social por meio das associações e movimentos quilombolas, fazendo-se necessário para a sua (re)existência, frente ao discurso estatal do “desenvolvimento” que atinge as comunidades quilombolas do município de Bequimão.

As comunidades quilombolas que vivem às margens da rodovia MA-211, possuem suas próprias associações de moradores para tratar de assuntos decorrentes de suas comunidades. Essas associações configuram-se como estratégias de aquilombamento contemporâneo (Furtado, 2018).

Nesse sentido, “as comunidades tradicionais se mobilizam politicamente, passando de uma existência atomizada para uma existência coletiva” (Cf ALMEIDA, 2008 apud FURTADO, 2014, p. 2), e se tornam agentes sociais inseridos no processo político e social de luta por direitos socioterritoriais específicos e diferenciados. Esse processo se define como “aquilombamento” (FURTADO, 2018). Nesse sentido, a

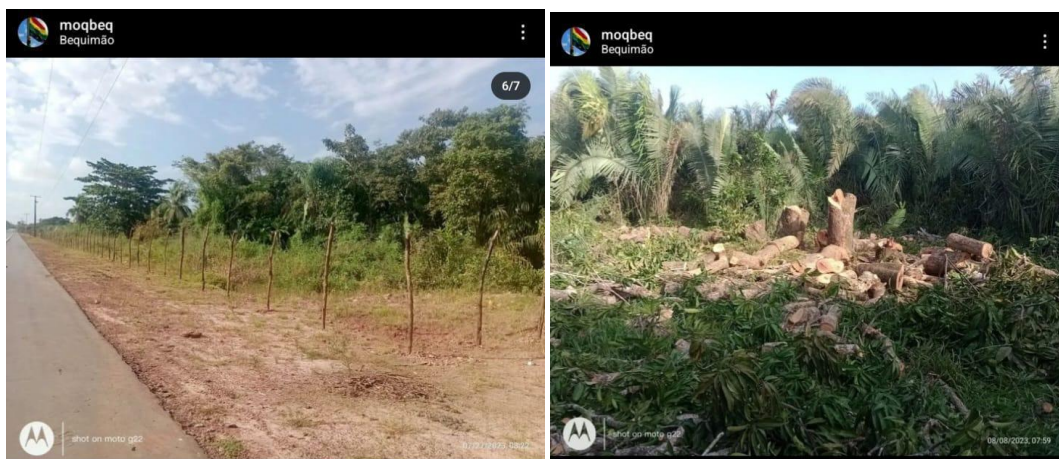
“(…) bandeira de luta do aquilombamento, redefine os valores constitutivos de uma estrutura agrária concentradora, (...) a luta por territórios livres, significa a luta por um novo modelo de ser e estar no mundo, que tem se movimentado, externando-se para fora dos limites geográficos do quilombo, e, de certa forma, impactado as estruturas de poder atual” (FURTADO, 2014, p.16)

De acordo com Furtado; Silva (2018) o Litoral Ocidental Maranhense é a região do Maranhão onde se verifica a maior parte dos territórios e comunidades autodeclaradas remanescentes de quilombo e reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares.

A comunidade de Ramal de Quindiuá, através do Movimento Quilombola de Bequimão (MOQBEQ) utiliza as redes sociais para denunciar os crimes que circundam o território. É possível observar a denúncia na publicação realizada MOQBEQ, acerca da invasão territorial, em postagem eles denunciam

“Desmatamento, grilagem, loteamento e cercamento do território quilombola de Ramal do Quindiuá, Mafra e Santa Rita em Bequimão (MA). Nos últimos meses, as invasões e o desmatamento tem se intensificado no território quilombola de Ramal do Quindiuá. A última situação foi a derrubada de cerca de quinze (15) mangueiras centenárias por parte de um fazendeiro dentro do território quilombola. Sem nenhuma autorização de qualquer órgão ambiental. Outras situações recentes são de cercas erguidas dentro do território margeando a rodovia MA-211, que corta o território quilombola. São incursões concretas de grilagem de terra, inclusive com venda de centenas de hectares nos últimos meses por terceiros. Todas essas ações estão sendo denunciadas aos órgãos cabíveis. Mas, tudo sob a conveniência dos órgãos fundiários, já que a lentidão no processo de regularização fundiária por parte do @iterma_oficial. Mesmo o @governoma não vem cumprindo com os acordos feitos e compromissados, durante as obras da rodovia e da ponte, com as comunidades quilombolas de Ramal do Quindiuá. Urge uma atitude mais eficaz e dura dos órgãos competentes. A situação tem se “inflamado” nos últimos dias, e o conflito é iminente pela defesa do território quilombola, que é nosso por direito e a constituição federal nos garante isso! (MOQBEQ, 2023)

IMAGEM 7 E 8: Cercamento e desmatamento no território quilombola de Ramal de Quindiuá



Fonte: MOQBEQ, 2023.

Como forma de mobilização e reivindicação, a comunidade se organizou para a derrubada da cerca colocada dentro do território quilombola de Ramal de Quindiuá. Decisão executada pela comunidade, visto que órgãos fundiários e governamentais mantêm-se indiferentes à atual situação da titulação definitiva do território comunidade de Ramal de Quindiuá.

IMAGEM 9: Derrubada da cerca



Fonte: Acervo LIDA, 2023

O que observamos na imagem acima, é o que Nascimento (2006), denomina como “continuidade histórica” o ato de permanecer (re)existindo frente aos processos de dominação, subserviência e “desenvolvimento”.

Portanto, é evidente que a visão antropocêntrica do progresso e desenvolvimento resulta em ameaças à vida humana e da natureza. Acosta (2016) ressalta que o modelo imperialista/capitalista que o Estado assume é de caráter abusivo, uma vez que se baseia na subjugação cultural, apropriação estratégica de territórios para interesse econômico.

A ponte é a presença danosa do Estado, e a luta e (re)existência persiste em cada vida que habita a comunidade quilombola de Ramal de Quindiuá. Acosta (2016) afirma, ainda, que o *bem viver* se expressa na articulação política da vida, no fortalecimento de relações comunitárias e espaços comuns.

A comunidade expressa, a partir da retirada da cerca, sua (re)existência aos ataques de cunho socioambientais ocasionados pelo complexo ponte-rodovia. Esta e outras são formas do modo de (re)existir da comunidade quilombola de Ramal de Quindiuá frente à lógica do “desenvolvimento hegemônico”. A comunidade tem lutado pelo seu direito de existir, ainda que seu *bem viver* esteja atravessado pela imposição da “estrada para o desenvolvimento”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, a partir desta pesquisa, que o objetivo central da obra Ponte Central-Bequimão e Rodovia MA-211 se baseia em aumentar o fluxo turístico para as regiões do Litoral Ocidental Maranhense, uma vez que diminui sensivelmente o tempo de deslocamento da capital São Luís para os municípios do Litoral Ocidental e Baixada Maranhense. Entretanto, com a entrega da obra houve o aumento significativo de ataques de fazendeiros, grileiros e etc., dentro do território quilombola de

Ramal de Quindiuá. A pavimentação asfáltica da MA-211 facilitou o acesso de fazendeiros e maquinário de cortes para dentro do território, ocasionando destruição e desmatamento ambiental.

O processo de silenciamento das comunidades tradicionais coloca em questão os direitos apresentados pela CF 88 e da Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais. A assimetria que é estabelecida com as comunidades, exige um processo de resistência por parte dos(as) moradores(as) que recorrem a denúncias, apoio de instituições e movimentos sociais para se fazerem ouvidos.

As comunidades remanescentes de quilombo sobrevivem e (re)existem nessas regiões, por vezes, de forma hostil e com escassos recursos naturais que comprometem o seu consumo e a sua renda. A assimetria que o estado estabelece com a comunidade quilombola de Ramal de Quindiuá, a partir do seu discurso desenvolvimentista, é irreparável. As famílias que residem nas regiões atingidas encontram-se em situação desfavorável e vivem em constante insegurança, em decorrência da conclusão das obras do complexo ponte-rodovia, como aumento de fluxo de carros leves e pesados e constantes ameaças de fazendeiros que se alegam donos do território.

O quilombo de Ramal de Quindiuá, imposto às margens da rodovia MA-211, sobrevive aos impactos deixados pela Ponte Central-Bequimão e luta pela titulação para garantir permanência no seu território. Os motivos que os(as) moradores(as) da comunidade Ramal de Quindiuá continuam a manifestar as suas insatisfações e preocupações pós-conclusão do complexo ponte-rodovia, mostram a importância da articulação e mobilização dessas comunidades frente a um Estado (dual) que por meio do âmbito político-jurídico tenta dar conta de uma realidade extremamente diversa. Ao mesmo passo que tenta enquadrar o diferente em um perfil hegemônico para fim de controle estatal.

O uso da etnografia como instrumento para a realização dessa pesquisa, apresentou-se como algo fundamental para observar o Bem Viver (ACOSTA, 2016) em Ramal de Quindiuá, uma vez que a comunidade busca com seus conhecimentos ancestrais e tradicionais “viver em aprendizado e a conviver com a natureza” que rompe com uma lógica extrativista, predatória e exploratória que acompanha a lógica desenvolvimentista.

A pesquisa de campo realizada na comunidade de Ramal de Quindiuá reflete a forma científica e política em “ir ver mais de perto a realidade social, livre para ir de encontro às visões oficiais, a opor-se às forças que impõem o respeito e o silêncio, àquelas que monopolizam o olhar sobre o mundo” (BEAUD; WEBER, 2014, p. 11).

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**/ Alberto Acosta; tradução de Tadeu Breda.- São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALMEIDA, A. W. B.; MOURÃO, L. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA Edições, 2017, p. 63-143.

BARBOSA, Z. **As “temporalidades” da Política no Maranhão**. *Lutas Sociais*, [S. l.], n. 9/10, p. 19–26, 2004. DOI: 10.23925/ls.v0i9/10.18970. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18970>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para pesquisa de campo** – produzir e analisar dados etnográficos. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOLETIM NACIONAL. **Obras de ponte sobre o Rio Pericumã no Maranhão devem ser concluídas em 2021**. Publicado em: 21 de agosto de 2021. Disponível em: <https://boletimnacional.com.br/noticias/obras-de-ponte-sobre-o-rio-pericumã-no-maranhão-devem-ser-concluídas-em-2021>. Acesso: 11 de maio de 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Compreender**. In Bourdieu, P; et all. *A miséria do mundo*. 7 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRANDÃO GOVERNADOR. **Rota dos Guarás: novos caminhos para o desenvolvimento**. Disponível em: <https://carlosbrandao.com.br/rota-dos-guaras-novos-caminhos-para-o-desenvolvimento/>. Acesso em: 14 de agosto de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 18 jan. 2023.

BRASIL. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Diretoria de Engenharia Rodoviária. Divisão de Estudos e Projetos. Serviço de Estudos Rodoviários e Ambientais. **Manual Rodoviário de Conservação, Monitoramento e Controles Ambientais**. Rio de Janeiro, 1996.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

FURTADO, M. L. S.; SILVA, R. de A. **Das andanças do movimento quilombolas na Amazônia Legal maranhense: uma nova gramática na luta por territórios em conflitos**. *Cadernos CERU*, [S. l.], v. 29, n. 2, 2018. DOI: 10.11606/issn.2595-2536.v29i2p%p. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/155313> . Acesso em: 26 fev. 2023.

FURTADO, Marivania Leonor Souza. **Aquilombamento contemporâneo no Maranhão: estratégias de luta por direitos territoriais quilombolas**. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Natal/RN, 2014.

FURTADO, Marivania Leonor Souza. **Aquilombamento no Maranhão: um Rio Grande de (im)possibilidades**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da UNESP/Presidente Prudente. 2012.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC.1989.

GÓMEZ, Jorge Montenegro. **O “desenvolvimento” como mecanismo de controle social: desdobramentos escalares**. *PEGADA – A Revista da Geografia do Trabalho*, [S. l.], v. 6, n. 1, 2012. DOI: 10.33026/peg.v6i1.1296. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1296>. Acesso em: 18 jan. 2023.

NETO, João José Ferreira. **Impactos socioambientais causados pela construção da ponte Central-Bequimão (sobre o rio Pericumã) e da rodovia MA 211 nas comunidades quilombolas de Ramal do Quindiuá, Santa Rita e Mafra**. Orientador: Fábio José da Silva Neto. 2021. Monografia (Geografia Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021.

Patrimônio – Patrimônio Cultural Brasileiro. **Bequimão – Quilombo Ramal de Quindua**. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/bequimao-quilombo-ramal-de-quindua/#!/map=38329&loc=-2.4284420021935893,-44.77505922317505,15>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2023.

SECRETARIA ADJUNTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SEATI. **Governo cumpre cronograma e preparativos para obras de fundação da ponte sobre Rio Pericumã**. Governo do Maranhão. Publicado em: 21 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://www3.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=159877>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

SIMONETTI, H. **Estudos de Impactos Ambientais Gerados pelas Rodovias**: sistematização do processo de elaboração de EIA/RIMA. 2010. Trabalho de Diplomação (Graduação em Engenharia Civil) – Departamento de Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 55p.



GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade social e Cidades latino-americano.
Modalidade: Comunicação Oral

A RELEVÂNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES DA MULHER SURDA E MULHER OUVINTE

Carla Georgia Travassos Teixeira Pinto¹(UFPA),

RESUMO: Este estudo tenciona realizar uma análise investigativa no campo da comunicação, fundamentada no debate acerca da desvalorização e negação dos direitos de cidadania da mulher surda em comparação a mulher ouvinte. A fundamentação teórica, conceitos e teorias foram problematizados para promover um tecido teórico, pensando em comunicação, identidade, cultura surda, cidadania e as mídias sociais (Bonin, 2013; Butler, 2019^a, Connell, 2015, Hjarvard, 2014; maldonado, 2013; Martin-Barbero, 2004). Esta pesquisa se justifica pela sua relevância teórica na compreensão dos contextos formadores de identidade cultural, que se encontram continuamente associados com os discursos produzidos nas mídias sociais, nas demandas de cidadania e a maneira como estão introduzidos na hodierna composição social. Este estudo possui como problema norteador, compreender como os discursos nas diversas mídias sociais contribuem na luta contra a discriminação em relação a surdez e, na conquista da cidadania para a mulher surda. Este trabalho está alicerçado em uma abordagem qualitativa, tendo como principal técnica, a análise das narrativas nas mídias sociais (plataformas: Facebook- Somos Surdos, Surdos & Surdas Brasil, Pais de Surdos e Codas; Instagram- @pravidadossurdos, @surdospelademocracia; Youtube- Isflocos, Sou Surda, sou mulher, entre outros). À guisa de conclusão, acreditamos que os discursos nas mídias sociais, possibilitam a quebra de fronteiras mundiais, resultando em benefício para a mulher surda e, as instituições sociais, ainda necessitam avançar no reconhecimento dos direitos desta mulher surda. À luz dos fatos narrados, não² podemos negar que a comunicação, os discursos reverberados nas mídias sociais contribuem na construção da identidade da mulher surda.

Palavras-chaves: Comunicação; Mulher Surda; Identidade; Cidadania; Mídias.

INTRODUÇÃO

Estruturada pela diversidade nas diversas formas de existência de determinados grupos sociais, sobretudo nos modos de existir, refletir, de arcabouços de sentimento e narração (Martín-Barbero, 2004), a identidade percorre o mundo hodierno de “fluxos intensos, mudanças tecnoculturais, configurações de poder político e reestruturação de modelos da sociedade” (Maldonado, 2013, p. 23). A Identidade é um processo o qual se encontra constantemente em transformação e, por intervenção das culturas que se modificam, em conformidade com as situações. São correlacionais, isto é, na conexão com o outro, por intervenção de pertencimento e diferenciação. À medida que sujeitos, se reconhecem, acontece o processo de difusão pelas inúmeras organizações sociais que auxiliam na constituição de nossas identidades. Experimentamos a nossa existência através dos nossos comportamentos no corpo social o qual é permeado pelo nosso contato social com a família, escola, conhecidos e, simultaneamente com as mídias sociais. Alicerçada nesse discurso, é

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, carlageorgia24@yahoo.com.br.

²

que se estabelecem os preceitos sociais, arraigadas em uma cultura, pela qual determinam e personificam a maneira com deve se apresentar e o lugar em que devem ocupar os sujeitos: homens, mulheres, brancos, negros, deficientes, indígenas etc.... No presente estudo, as mulheres surdas. Porém, esse processo de construção de identidades, não está limitado somente em regras e normatizações culturais, mas nos rígidos delineamentos do poder hegemônico, opressão e discriminação.

Neste contexto, a identidade da mulher surda, a partir das representações midiáticas realizadas por determinados grupos hegemônicos preconizam distinções que estabelecem estereótipos e comportamentos normativos e regularizadores. Há, em conformidade com estes comportamentos, espaços específicos que podem e devem ser preenchidos obrigatoriamente pela comunidade surda. Da mesma forma, há espaços nas instituições públicas e particulares, habitualmente outorgados para as pessoas consideradas “normais”. Essa orientação moral é procriadora de desigualdades não somente entre os gêneros, mas também entre categorias (mulher surda x mulher ouvinte), fortalecendo as conexões desarmônicas e de autoridade intelectual entre o próprio gênero feminino, e também entre os diversos grupos sociais. Por conseguinte, produzindo e fortalecendo inúmeros obstáculos a mulher surda.

Enfatizamos que os impedimentos às mulheres deficientes em geral, são ainda bem mais árduos quando comparado as mulheres ditas normais. Da mesma maneira, é revistado com outros marcadores sociais, tais como: padrão de normalidade, etnia e classe social. São inúmeras as violências sofrida pela mulher ouvinte, todavia, importante destacar que são menos evidente, da violência sofrida pela mulher deficiente, etc...A admissão desta mulher deficiente na instituição escolar, no mercado de trabalho, o excesso de obrigações domésticas, abusos sexuais, o salário, atuação na política e a desumanidade que esse grupo social (mulher deficiente), são expostas, não representa a integralidade e a dimensão das discriminações impregnada na sociedade brasileira, contudo indubitavelmente nos oferecem uma compreensão para analisarmos a respeito do assunto.

O enfrentamento do movimento feminista atravessa décadas e vem lutando contra os diversos estereótipos, até mesmo por intervenção de políticas públicas que afirmam que homens e mulheres no contexto social são iguais e, portanto, possuem os mesmos direitos, dentro de uma democracia. No Brasil, com certeza a mais conhecida e respeitada é a própria Constituição Federal de 1988³. Contudo, social e culturalmente, há ainda lamentavelmente posição subalternizada

³ Além de igualar homens e mulheres perante a lei, “o novo texto constitucional tinha a missão de encerrar a ditadura, o compromisso de assentar as bases para a afirmação da democracia no país, e uma dupla preocupação: criar instituições democráticas sólidas o bastante para suportar crises políticas e estabelecer garantias para o reconhecimento e o exercício dos direitos e das liberdades dos brasileiros, não por acaso, foi batizada de “Constituição Cidadã” (Schwarcz; Starling, 2015, P. 488).

destinada às mulheres e robustecida por diversas instituições sociais, que possui como expediente delinear padrões de vivências e de comportamentos sobretudo para as mulheres. Logo, para uma legítima cidadania para as mulheres é fundamental que os meios de comunicação reconheçam e anunciem sua relevância na luta contra as diversas discriminações que há entre o próprio gênero feminino, com base nesse discurso que, converte as diferenças entre mulher ouvinte e mulher surda, usufruindo dessas diferenças como forma de redescobrir-se e simultaneamente aprender com a diversidade a convivência harmoniosa em comunidade, como recomenda o movimento feminista.

Esse estudo se justifica pela sua relevância teórica na compreensão dos contextos formadores da identidade cultural, que se encontra continuamente associada com as mídias sociais e, discursos produzidos que afetam, as demandas de cidadania e a maneira como estão introduzidos na hodierna composição social. Neste sentido, ponderar a ideia de identidade surda em relação a identidade ouvinte, é de suma importância, por esse motivo, as considerações e concepções aqui realizadas não são inamovíveis, mas condescendente a refutação. Ademais, a questão que norteia o problema central deste estudo é compreender como os discursos nas diversas mídias sociais contribuem na luta contra a discriminação em relação a surdez e, na conquista da cidadania para a mulher surda em um verdadeiro contexto de transformação social. Neste estudo, nossos objetivos são:

- compreender como as mídias sociais abordam a luta contra as desigualdades entre os diferentes grupos femininos, e, se os seus discursos fortalecem o convívio harmonioso na sociedade feminina.
- Identificar social e culturalmente como as instituições sociais subalternizam e determinam padrões de comportamento para a mulher surda.

METODOLOGIA

Este estudo é alicerçado em uma abordagem qualitativa, tendo como principal técnica a análise das narrativas nas mídias sociais (aplicativos: Facebook (somos surdos, surdos & surdas Brasil, e Pais de surdos e Cudas; no instagram @pravidadossurdos, @surdospelademocracia; Youtube canal: Isflocos, Sou surda, sou mulher entre outros. Tendo como ponto de partida as narrativas e a realidade verbalizada nos respectivos aplicativos e, como estes contribuem na reflexão, interpretação e compreensão dos inúmeros processos comunicacionais que permeiam a sociedade, produzindo os diversos juízos, comportamentos e concepções que influenciam a realidade e a cidadania da mulher surda na sociedade brasileira. Neste sentido, a pesquisa qualitativa na área da comunicação, de acordo com as ideias de Minayo (2009, p. 21), é utilizada para elucidar as diversas práticas sociais bem como os diversos processos comunicacionais que efetivamente ocorrem na realidade, “[...] pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações

dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes”. Em outras palavras, a pesquisa qualitativa a partir da análise das narrativas nas mídias sociais é excelente na promoção da compreensão da realidade da mulher surda comparada a mulher ouvinte.

A IDENTIDADE CULTURAL SURDA

No momento do nosso nascimento, os sujeitos adentram em meio a um mundo repleto de circunstâncias que atuam na formação da nossa identidade, quer pelo local de pertencimento em que o sujeito se encontra, pelo reconhecimento com o sexo biológico ou pela sua raça, etnia.

Por conseguinte, Hall sustenta que “as identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial” (Hall, 1999, p. 47), melhor dizendo, ainda que a identidade seja formada socialmente e culturalmente, ocasionalmente reconhecemos que inúmeras compreensões da nossa identidade como mulher ouvinte ou mulher surda, a título de exemplo, já surgem conosco.

Significativo mencionar que reputamos a identidade demasiadamente ligada no processo de representação, e por esse motivo, o discurso se ergue como um dos “modos de construir sentidos e influenciar tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (Hall, 1999, p. 50). Observando, podemos depreender que elas são construídas e transformadas em cada contexto, no qual possui o propósito de desenvolver sentidos e estruturar deste modo um conjunto de representação cultural (Hall, 1999). Por conseguinte, cada cultura possui seus próprios padrões de comportamentos, controlados por regras que são organizadas por uma soma de preceitos que as validam e as transformam perceptíveis, mas igualmente por um “conjunto de práticas legítimas e institucionalizadas” (Cortina, 2005, p. 148). Diante disso, a formação de uma identidade é responsável por construir no sujeito os alicerces, isto é, estabelecer nos sujeitos a consciência em relação ao seu respectivo mundo cultural o qual ele pertence (Hall, 1999).

Refletir acerca da organização de uma identidade cultural e a maneira como ela se desenvolve, fortalece e modifica no decurso da vida. Na identidade da mulher surda em relação a identidade da mulher ouvinte se diferencia e sustenta não somente nos entendimentos de uma cultura, mas se transformam em elementos fomentadores de poder que alteram essas desigualdades em diferenças. Essa estrutura, conforme Johnson (1997), determina compreensões de normalidade que fortalecem a dominação de grupos hegemônicos sobre certos grupos culturais. Esta interpretação é confirmada por Silva quando declara que as diversas singularidades entre as mulheres na realidade originam-se nas conexões discrepantes em vários comportamentos na vida social “nos corpos, nos discursos, nos conhecimentos, nas leis, nas práticas sociais, nas famílias, e até mesmo nas notícias” (Silva, 2014, p. 82).

Na sociedade brasileira, assim como em outras sociedades, a mulher geralmente é subalternizada e, assentada em posições inferiores. Neste caso, diferença entre a mulher ouvinte e a mulher surda é em razão da sua forma de compreender e perceber o mundo, de se manifestar e igualmente oriunda da sua identidade cultural. Posto isso, surgem as incontáveis dificuldades no acolhimento familiar, na escola, no trabalho, no convívio público e no poder econômico que permeiam a realidade desta mulher surda em relação a mulher ouvinte.

Mesmo com inúmeras dificuldades enfrentadas no dia a dia das mulheres em geral, ainda assim, as características como a pujança, os estímulos são direcionados para a mulher ouvinte, enquanto a incapacidade, a submissão, desvalorização são apontadas para a mulher surda. Nesse contexto, lembramos Biroli (2018) “afirma-se superioridade de determinadas identidades ao mesmo tempo que se promove a desvalorização das vidas construídas como seu ‘outro’” (Biroli, 2018, p. 166).

Não há como negar, a mulher surda pertence a dois grupos com minorias de direitos, é duas vezes mais oprimida. Sua existência é compreendida pelo senso comum como “incapaz” ou “desprotegida, de maneira que a misoginia enraizada no corpo social é adicionada com mais força a mulher surda, bem como a violência simbólica promovida pela hodierna hegemonia ouvinte. Sendo assim, em um complexo com numerosas compreensões de si, do que é ser uma mulher e surda, as experiências no seu dia a dia, a superação dos incontáveis obstáculos e, sobretudo, na formação de sua identidade e independência.

São depreciadas a sua compreensão e o seu conhecimento é colocado em dúvida, no tocante a sua comunicação e convivência social igualmente são desconceituados, a sua forma de pensar, de comportar-se e por que não, a sua indignação perante as injustiças são constantemente depreciadas. Concernindo a própria sociedade compreender a relação entre a liberdade existencialista com os liames sociais correntes na vida de determinados grupos sociais, como no caso da categoria mulher surda. A autonomia ontológica encontra-outorgada, contudo, na concretude do dia a dia, nas diversas situações sociais e histórica, ela aparece em contínua construção para diversas minorias e promovendo suas primeiras mudanças em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

Essas e mais algumas concepções se confirmam na realidade vivida por inúmeras mulheres surdas. Entretanto, a própria comunidade surda está a cada dia compreendendo a relevância da educação, todavia as possibilidades não são iguais para mulheres ouvintes e mulheres surdas: dados do último IBGE (2022) 23,5% das mulheres ouvintes concluíram um curso superior, todavia, somente 2,3% de mulheres surdas tiveram as mesmas condições (Agência Brasil, 2018). Em relação a remuneração do seu trabalho, é bastante complicado termos esses dados explícitos, já que em inúmeros cargos não há presença da comunidade surda, muito menos da mulher surda.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A RESPONSABILIDADE DAS MÍDIAS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DA CIDADANIA DA MULHER SURDA

Não há como negar que hodiernamente as mídias sociais influenciam e determinam certos comportamentos na sociedade, elas estão imersas nas instituições sociais e culturais, auxiliando na produção de identidades culturais. As regras do poder político, atreladas ao mercado econômico e, simultaneamente nas narrativas promovidas por intermédio das mídias sociais, alteraram demasiadamente os comportamentos dos sujeitos em sociedade. E, atravessaram a condição de comuns agentes da informação com a sociedade para intercessores na organização da respectiva compreensão do discurso (Martín-Barbero, 2004). Investigar as mídias sociais, no que concerne a comunicação, é um procedimento complicado, uma vez que a ação comunicativa abrange uma disposição de perspectivas históricas, técnicas, culturais e sociais. De acordo com Maldonado (2011), para investigar um meio é necessário

[...] concebê-lo como um complexo de estruturas, pensá-lo como um campo de produção e contradições e observá-lo no seu funcionamento concreto, buscando sistematizar procedimentos operativos e ideias em raciocínios que incluam a experiência, as vivências de realização diária, as condições de produção e os produtos fabricados nesses processos (Maldonado, 2011b, p. 285).

Tendo em conta estas perspectivas, é relevante enfatizar algumas transformações nos fundamentos da comunicação no decurso de décadas. Na contemporaneidade, as mídias sociais, em inúmeras proporções, determinam afetações nos sujeitos que as influenciam. Todavia, hodiernamente as mídias sociais, agem como agenciadores sobre o homem na sociedade. É precisamente a partir desta concepção que Maldonado (2013) e Bonin (2013) recomendam abduzir do nosso léxico os vocábulos “massa”, “receptores”, “consumidores”, “usuários” e legitimar o vocábulo sujeitos comunicantes.

Essas pessoas não permaneciam em uma prática de absorção automática dos conteúdos e das formas das mensagens. De um modo ou de outro, elas produziam experiências comunicacionais; às vezes, alienantes, outras, criativas, lúdicas, em ocasiões conservadoras, em oportunidades subversoras, em muitas oportunidades recreativas e também organizadoras dos ciclos socioculturais nas formações sociais midiáticas. Essas pessoas, nesta conjuntura de mudança cultural, vão dando continuidade a suas culturas midiáticas históricas (radiofônicas, cinematográficas, televisivas, jornalísticas) e, ao mesmo tempo, combinam-nas com as possibilidades de experimentação que o novo tempo/ espaço digital permite. Muitas dessas experiências ainda vão estar marcadas pelos antigos hábitos. De fato, os esquemas e as matrizes de interpretação, prática e avaliação continuaram exercendo sua força nos comunicadores/internautas; apesar disso, as

inter-relações de conjunto (com as mídias anteriores e com a Internet enquanto mídia) transformam-se (Maldonado, 2023, p. 91).

Percebemos que os comportamentos produzidos pelos agentes sociais são influenciados pelas mídias, criando hodiernas estruturas no desenvolvimento da comunicação.

Na tessitura dessa narrativa, percebemos que as formações das identidades culturais relacionadas com as mídias sociais produzem um tipo de afetação nos sujeitos, à vista disso, Maldonado (2013, p. 90), declara que elas “produzem sentido de maneira fluida, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversora”. Isto posto, podemos afirmar que as mídias interferem nos comportamentos dos sujeitos em uma sociedade, estabelecendo novas ordenações no processo de interação, pois é justamente pela permuta com o outro e consigo mesmo e, com base nessas permutas é que vamos captando informações, condutas e obrigações sociais, o que autoriza a constituição do conhecimento e da respectiva consciência (Hjarvard, 2014).

Neste contexto, não há como comprovar as categorias de afetação e quais o entendimento que cada conteúdo midiático vai provocar nos sujeitos, mas é correto declarar que, os respectivos sujeitos irão incorporar e analisar os conhecimentos que adquiriram por intermédio da comunicação. Além disso, mais à frente da posição de meros receptores, os sujeitos preenchem no processo comunicacional hodierno progressivamente o campo de autores de matérias, ultrapassando os entraves elucidativos e comunicacionais considerados anteriormente como zonas próprias e conscientes pelo compartilhamento do conhecimento como os meios de comunicação (Bonin, 2013).

Destarte, Certeau adverte para a situação de que cada sujeito irá perfilhar uma “utilização”. No caso do consumo, poder-se-ia quase afirmar que a produção fornece o capital e os usuários, como locatários, adquirem o direito de efetuar operações sobre este fundo sem serem os seus proprietários” (Certeau, 1988, p. 96). Neste sentido, pode-se afirmar que as mídias proporcionam conhecimentos, porém a utilização destes, isto é, quais concepções que a sociedade irá perfilhar acerca dos respectivos conhecimentos, está intrinsecamente atrelado a forma como cada sujeito receberá a informação. Sendo assim, fortalece a perspectiva de que a recepção/usuários não são passivos no tocante ao que se absorvem. Entretanto, Certeau (1988) evoca que ainda com determinado tipo de relutância, os sujeitos permanecem sendo “adaptados” pelo grafado.

Essa adequação pelo grafado a qual Certeau (1988) menciona tem relação não somente à decodificação dos vocábulos em si, mas da sua significação, ou melhor, a consciência que os representam. Com tal característica, Canclini (1998), ao mencionar as sequelas da televisão, como recurso tecnológico que, de acordo com ele, não é imparcial nem um recurso com tamanha supremacia, da mesma forma fortalecemos que os resultados provocados pelas narrativas

reverberadas pelas mídias sociais, estão diretamente relacionadas com a finalidade e forma que os sujeitos concebem e utilizam, em sua produção de perspectivas que os mesmos conferem as diversas matérias. Essas perspectivas imputadas pelos sujeitos resultam de uma memória cultural. Por conseguinte, progressivamente as mídias sociais vão se transformando em elementos da cultura, como destaca Martín-Barbero,

La comunicación em el campo de la cultura deja de ser entonces um movimiento exterior a los procesos culturales mismos- como cuando la tecnología era excluída del mundo de lo cultural y tenida por algo meramente instrumental- para convertirse em um movimiento entre culturas: movimiento de exposición y apertura de unas culturas a las otras, que implicará siempre la transformación/recreación de la propia (Martín-Barbero, 2004, p. 1)

Nessa lógica, é justamente na proximidade da cultura com as mídias sociais que se solidificam as influências na formação de identidades e na existência de uma cidadania. Conforme já ressaltado, os sujeitos possuem alguma independência, sobretudo nas condutas que tomam diante das matérias veiculadas e discutidas pelas mídias sociais, ainda assim, não devemos desconsiderar a realidade de que, ao comunicar alguns contextos sociais, as mídias podem fortalecer ou metamorfosear identidades.

Martin-Barbero (2004) alerta para o poder das mídias sociais, e que podem revelar-se nas emoções ligadas a um mundo fictício desmedido nos sujeitos. Refletindo em relação as identidades culturais, a mídia, consegue, em determinadas circunstâncias fortalecer ou desconstruir estereótipos conectados à deficiência, no que se refere a este último, desestruturando a suposta superioridade do ouvintismo, aqui em especial as mulheres surdas, auxiliando continuamente na reflexão crítica de inúmeras concepções e comportamentos produzidos a partir das representações negativas, transformando paradigmas excludentes impostas a elas, em valorização das suas potencialidades, oferecendo-lhes meios para garantir o direito à cidadania, direito esse tão desejado por essa categoria.

Compreender que hodiernamente as mídias sociais são parte integrantes de uma cultura, e que por intervenção desta associação são processados comportamentos que se reverberam em representações positivas ou negativas. Em determinadas situações, essas representações, são capazes, até mesmo, de criar grandes complicações do que a simples formação de identidade, à exemplo: na discriminação em relação a mulher surda, ao afirmar que a mulher surda são seres incapazes e, portanto, inferiores as mulheres ouvintes, discursos reconhecendo a mulher surda com inferior a mulher ouvinte, possibilitando a compreensão que a mulher ouvinte possui mais competência e inteligência que a mulher surda. Assim como, do mesmo modo, pode exercer papel fundamental no compartilhamento de conteúdos, gerando conhecimento de políticas de inclusão, com o intuito de enfrentar o desrespeito e o preconceito em relação a essa categoria de gênero mulher surda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de compreensão, acreditamos que os discursos e narrativas verbalizadas por intermédio das mídias sociais, possibilitaram o começo de rompimentos de fronteiras mundiais, resultando em benefício para a mulher surda. Os discursos nas mídias sociais, auxiliam e esclarecem as especificidades em relação a surdez e semelhantemente na luta contra as desigualdades. Em nossas análises, ressaltamos que nos discursos reverberados, há luta constante para esclarecer efetivamente o convívio harmonioso na sociedade feminina.

No que concerne ao segundo objetivo, as instituições sociais, ainda necessitam avançar no reconhecimento dos direitos desta mulher surda. A subalternização social e cultural da mulher surda está explícita, no momento que não há um interprete de Libras, no posto de saúde, nas escolas, sobretudo, as públicas, onde há carência de recursos materiais para subsistência, semelhantemente na forma implícita em que as empresas não admitem em seu quadro de funcionários uma mulher surda, quantas juízas surdas, médicas, delegadas, repórteres surdas há no Brasil? Por vezes, encontramos mulheres surdas na função de faxineira, embaladora (muito comum em alguns grandes supermercados).

Depreender as diferenças e as particularidades de uma identidade cultural formada na discussão do gênero feminino e suas diversas categorias, evidencia as inúmeras dificuldades produzidas e fundamentadas nesta perspectiva, uma vez que o padrão de normalidade é a forma pela qual a sociedade compreende e capta as conexões de poder. Logo, podemos afirmar que as representações realizadas com base no ser mulher surda contribuem na sua constituição e na percepção de se enxergar mulher e, se reverbera nas suas ações e comportamentos na sociedade.

Sendo assim, é somente uma breve configuração de toda complicada problemática das desigualdades, entre a hegemonia dita normal e uma minoria deficiente, porém robustecendo que pode ser um dispositivo para refletirmos com base em nossas práxis do dia a dia e, especialmente as comunicacionais, a favor de uma democracia e a comunicação auxiliando na produção da paridade de direitos.

Podemos acentuar como um corpulento impulsionador de mudança os movimentos sociais, entre eles o feminista, que esforçar-se para que a identidade “mulher surda” seja reconhecida e produza uma transformação social, um corpo social mais justo, democrático e cidadã. Essa transformação, é cognoscível e, necessita obter parceria, a fim de alcançar por intermédio das mídias sociais a cooperação para uma exequível ponderação acerca da compreensão e direito de cidadania para a mulher surda. À luz dos fatos acima narrados, não podemos negar que a comunicação, as

mídias sociais contribuem na construção e no reconhecimento da identidade da mulher surda e no seu direito à cidadania.

REFERÊNCIAS

BONIN, Jiani Adriana. A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção. In: BONIN, Jiani Adriana; DO ROSÁRIO, Nísia Martins (Organizadoras). Processualidades metodológicas: Configurações transformadoras em Comunicação. Florianópolis: Insular, 2013.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. Gênero: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

HJARVARD, Stig. Mídiaização: conceituando a mudança social e cultural. In: Matrizes. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Vol.8, n.1, jan./jun. 2014. p.21-44.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora. In: BONIN, Jiani Adriana; DO ROSÁRIO, Nísia Martins (Organizadoras). Processualidades metodológicas: Configurações transformadoras em Comunicação. Florianópolis: Insular, 2013.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pesquisa em comunicação: trilhas históricas, contextualizações, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: VVAA. Metodologias de pesquisa em Comunicação: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011b.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Medios y culturas en el espacio latino-americano. Pensar Iberoamérica, Revista de Cultura, n. 5, Abril, 2004. Disponível em: <<https://www.oei.es/historico/pensariberoamerica/ric05a01.htm>> Acesso em: 03 maio 2023.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.



GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades Latino-Americano

FEIRA DO VER-O-PESO: PERMANÊNCIAS E REPRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE BELÉMFlávia Ferreira Gomes¹ (PPGDSTU/NAEA/UFPA)Silvio José de Lima Figueiredo² (NAEA/UFPA)Marinete da Silva Boulhosa³(IFPA)

RESUMO: O presente texto aborda a feira do Ver-o-Peso, em Belém-Pará, considerada a maior feira livre da América Latina. No contexto societário atual, caracterizado por profundas mudanças nas formas de consumo, a permanência e representatividade das feiras é atingida pela força do capital. Refletir sobre a feira como espaço de expressão de formas tradicionais de comercialização que se mantém exercendo funções importantes na produção e representação das cidades, integrando uma cadeia produtiva mais ampla, se apresenta como um debate necessário, principalmente por conjugar na complexidade de suas relações e dinâmicas funções, econômica, social, histórica e turística. Foi observado, no decorrer de sua trajetória histórica a consolidação no espaço da cidade, através da associação de suas funções, como referência de existência, permanência e constâncias de dinâmicas comerciais características de modos de vida, organização e trabalho intrinsecamente relacionados à natureza e ao local de sua origem, assim como dinamizou nas sociabilidades que enseja saberes e fazeres, conhecimentos, costumes e símbolos representativos da cultura e da identidade amazônica.

Palavras-chaves: Feira; Ver-o-Peso; Permanências, Espaço, Belém.

INTRODUÇÃO

Belém, município sede da Região Metropolitana de Belém (RMB), reúne características de uma metrópole, a maior concentração de indústrias, bancos, atividades comerciais, serviços e órgãos públicos de toda a região. Em 2021, o PIB per capita foi de R\$ 22.216,33, conta com uma população de 1.303.403 habitantes, distribuídos em duas grandes áreas, uma continental correspondente a 34,36% da área total, outra insular, constituída de aproximadamente 39 ilhas, que ocupam 65,64% do território, esta modelação, reúne elementos singulares, uma rede hidrográfica densa e a floresta, estes elementos caracterizam o processo de ocupação e desenvolvimento urbano de Belém, desde sua fundação (IBGE, 2022; Cruz, 1973).

Tais elementos, não são apenas apêndices deste desenvolvimento, exerceram e continuam a exercer funções determinantes e dinamizadoras dos processos econômicos, sociais e culturais que caracterizam a produção do espaço e a representação de Belém, cidade que tem sua gênese

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA, Universidade Federal do Pará, Brasil. flaviaferreira31@yahoo.com.br

² Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, PPGDSTU do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA, Universidade Federal do Pará, Brasil. slima@ufpa.

³ Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus Belém, Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer. Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, PPGDSTU/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA, Universidade Federal do Pará, Brasil. marinete.boulhosa@ifpa.edu.br

indissociável destes elementos, e cujo modelo de ocupação respondeu a uma estratégia militar da Coroa Portuguesa para manutenção do território. Reproduzindo as estratégias de defesa já utilizadas em outras colônias de domínio eurocêntrico foi instalado um forte na confluência do rio Guamá com a baía do Guajará a fim de garantir uma melhor visualização antecipada de possíveis ataques de outras nações europeias (ingleses, irlandeses, franceses e holandeses) interessadas em explorar as riquezas da região, ávidas em avançar de relações mercantis para o capitalismo mercantil mais estruturado, inclusive subsidiado pelos avanços tecnológicos e um sistema abastado de escravidão já acumulado por estas nações. Assim, a lógica eurocêntrica ao conduzir o processo de disputa pelas terras das Américas, nas palavras de Quijano (2005, p.120) “O capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado” forjava a constituição e domínio do capitalismo mercantil em expansão que tanto fragelou as colônias, com violência, perseguições, aculturação, segregação e extermínio de povos e suas culturas” (Cruz, 1973; Sousa, 2019; Castro, Campos, 2015).

A ordem colonial portuguesa⁴ estabeleceu uma ocupação e relações de exploração, intrinsecamente imbricadas com este espaço estuarino. Seguindo a esteira da lógica eurocêntrica implantada em outras colônias, conforme assevera Santos (2011) os equilíbrios tradicionais dos povos nativos, usos, costumes e crenças, diretamente vinculados à natureza foram atravessados e este espaço, passou, na escala societária da época a servir forçosamente a um sistema de dominação mais amplo de exploração dos recursos naturais. Estes recursos foram fundamentais nos processos de organização e desenvolvimento dos modos de vida e trabalho em Belém, produziram “enraizamentos”, deixaram marcas que permanecem e se (re)atualizam, assim como também estão na base das primeiras trocas comerciais realizadas em cidades amazônicas, como é o caso de Belém (Trindade Jr, 2010). Figueiredo e Castro (2014) completam esta assertiva afirmando “as cidades amazônicas localizadas ao longo do rio Amazonas e seus afluentes foram, e são ainda, pontos nodais dessas redes de trocas comerciais que se estendem até as fronteiras transnacionais” (Figueiredo; Castro, 2014, p.8). Ao longo de seu desenvolvimento Belém, foi atravessada por um conjunto de transformações de ordem infraestrutural, histórica, social e ambiental demarcando seu processo de urbanização.

A capital paraense, que tinha surgido em torno do forte português, aos poucos foi se transformando na aglomeração urbana que na foz do Amazonas se tornou a grande metrópole do vale. Já em 1743, se levarmos em conta o depoimento de Charles Marie de La Condamine, a cidade já tinha sua graça e personalidade (Sousa, 2019, p.111).

⁴ Até 1757, o território português na Amazônia era chamado de estado do Maranhão e Grão-Pará, composto de sete capitanias: quatro pertencentes a donatários — Caetê, Cametá, Joanes (Marajó) e Cumã; e três diretamente pertencentes ao rei — Pará, Maranhão e Piauí.

A cidade se desenvolveu e o comércio também, ao longo da orla, em especial as feiras, segmento econômico do setor terciário, caracterizado pela realização de trocas comerciais que congrega elementos e produtos tradicionais, sociabilidades e realização de novas atividades, como o turismo e o lazer (Cruz, 1973; Sampaio *et al.*, 2018; Figueiredo, 2008).

É nessa perspectiva que situamos a feira do Ver-o-Peso, em Belém, Pará, o maior entreposto pesqueiro da região, cuja gênese, refere aproximadamente o ano de 1627, na atualidade, conta com quase de 400 anos de existência. Segundo levantamento realizado tem como marco embrionário o espaço estuarino da orla da cidade de Belém, situado na convergência do rio Guamá com a baía do Guajará (IPHAN, 2016; Santos, 2016; Santos, 2018; Lima, 2008; Cruz, 1973; Leitão, 2010).

Sua trajetória está entrelaçada com o processo de produção do espaço da cidade de Belém, assim a feira ao longo dos anos não foi um passivo, ou resultado de uma letargia, nessa dinâmica de produção deste espaço, ao contrário produziu “enraizamentos”, que ao serem transmitidos de gerações, permanecem e se fortalecem. Sobre o espaço e sua produção, parte-se das contribuições de Lefebvre (2008, p.55) que define, “o espaço é ideológico, é político, é estratégico, [...] é “como um produto da história”, completa afirmando “de fato toda sociedade produz “seu” espaço, produz “um” espaço”. E a “produção do espaço” é compreendida para além do aspecto urbanístico e arquitetônico, nas palavras de Lefebvre (2008) “a produção envolve o conjunto da sociedade”, e para exemplificar permanência e representação na produção do espaço de Belém, toma-se como referência a feira do Ver-o-Peso,

“o complexo do Ver o Peso, ou simplesmente o Ver-o-Peso, encerra em si próprio um espaço significativo para a identidade econômica e cultural da cidade e de toda a região, principalmente das ilhas que dele depende, emblema oficial da cidade, e por que não dizer de todo o Pará” (Campelo, 2010, p.45).

Como a feira do Ver-o-Peso participa da produção e da representação do espaço de Belém? Responder a esta pergunta pressupõe, aqui, identificar alguns de seus elementos constituintes, os quais envolvem sua própria permanência.

Parti-se da premissa de que as feiras são um campo social (Bourdieu, 2009) com múltiplas dimensões, exercendo um conjunto de funções. De forma simplificada delimita-se em três funções: econômica, histórica e turística que ao formarem um amálgama subvertem uma possível redução da complexidade da feira.

Nessa perspectiva entendemos que as feiras livres, em especial o Ver-o-Peso considerando a combinação de suas funções exerce um importante papel como micro universo dinamizador na produção do espaço urbano de Belém, assim este texto reúne algumas observações sobre a feira do Ver-o-Peso, a partir de dados secundários coletados junto ao Departamento de Feiras, Mercados e

Portos (DFMP) seguido de consulta ao site oficial do DIEESE-Pará, além de pesquisas documentais realizadas sobre o Ver-o-Peso.

Destarte, o artigo está estruturado em três sessões, na primeira será apresentada a feira do Ver-o-Peso, destacando os principais aspectos de sua fundação e composição atual. Na segunda sessão serão abordada a permanência e a representação do Ver-o-Peso a partir das funções econômica, histórica e turística. Por fim, como considerações finais, ressalta-se a importância do Ver-o-Peso na produção do espaço de Belém.

Para subsidiar a análise acionamos as contribuições teóricas de Lefebvre (2008), defensor de uma abordagem ancorada na crítica ao sistema capitalista e sua incidência devastadora sobre a produção do espaço por agentes do capital, e para quem a representação e a produção do espaço são categorias essenciais, onde o espaço é “uma construção social”, ele “articula o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real” (Lefebvre, 2008, p. 41).

David Harvey (1996) soma-se a base conceitual, pois para ele o espaço é categoria básica da existência humana, que compreende os processos materiais, as práticas da vida social e as relações sociais. Entendendo que a feira do Ver-o-Peso é um campo social complexo, caracterizado como espaço produtor de relações comerciais, mas também porque “encerra em si próprio um espaço significativo para a identidade econômica e cultural da cidade e de toda a região, principalmente das ilhas que dele dependem, emblema oficial da cidade, e por que não dizer de todo o Pará” (Campelo, 2010, p.45), toma-se como referência de representação de um espaço rico de processos materiais e imateriais, subjetividades, sentidos e signos, um campo social, e nessa perspectiva acionamos a teoria Geral dos Campos de Pierre Bourdieu, segundo a qual,

Compreender a gênese social do campo, e aprender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbítrio e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (Bourdieu, 2009, 69).

Para Bourdieu (2009), que propõe uma ruptura epistemológica com o senso comum, na busca da compreensão do mundo social, formado por estruturas objetivas e subjetivas, o campo “representa um espaço simbólico, a produção de relações objetivas”, o campo se ocupa sobretudo das relações entre os agentes que são determinadas por suas posições no interior do campo.

Considerando a feira como um campo social plural, subjetivo, produtor de saberes, constâncias, inspiração e identificação marcado também por disputas, o escopo conceitual da teoria Geral dos Campos, como chave teórico-metodológica alcança a feira e permite ultrapassar o subjetivismo e o objetivismo das estruturas e melhor compreender a potência dos agentes no

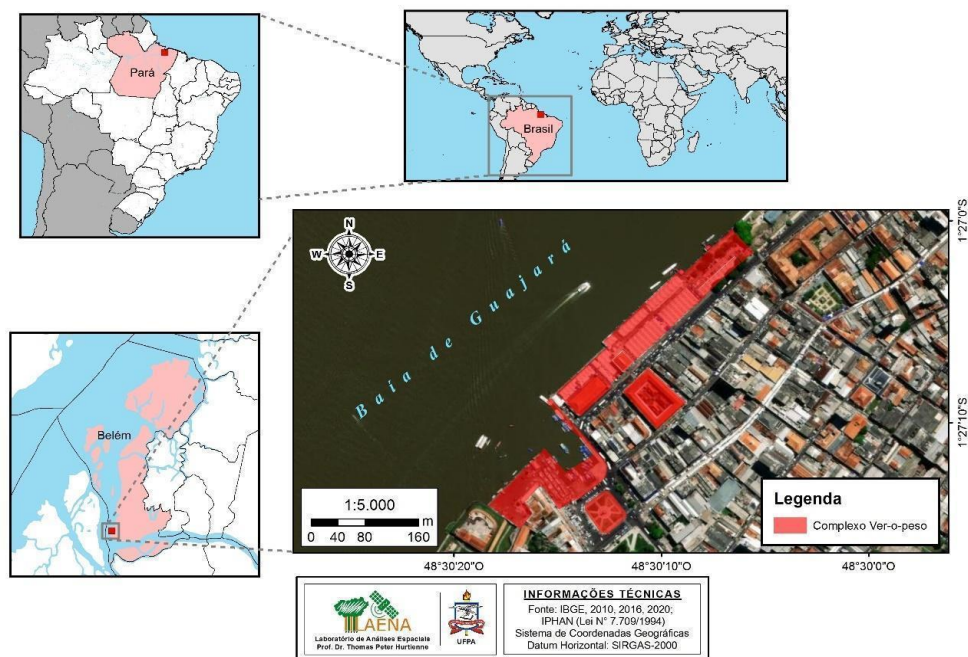
interior do campo que é relacional, aqui representado pelos feirantes, que através de seu trabalho cotidiano na feira, contribuem na permanência dessa forma tradicional de comércio, ao mesmo tempo são também, mantenedores da pluralidade não esgotada apenas pelos produtos comercializados, mas potencializada pelo imaginário, pela memória, pelas crenças, pelos sentidos, pela cultura, são saberes e fazeres que dão sustentação a essa pluralidade. Desta forma escapa-se de pensar a feira de forma reducionista, o que incorreria num grande equívoco, posto ser insuficiente restringir sua abordagem e sob esta perspectiva reside a pretensão de refletir sobre sua importância na produção do espaço de Belém, como exemplo de permanências e representação.

FEIRA DO VER-O-PESO – ASPECTOS DA SUA FUNDAÇÃO E COMPOSIÇÃO ATUAL

É na capital paraense que está localizada, a feira do Ver-o-Peso, na região intermediária chamada Belém, e região imediata Belém, integra a Mesorregião Metropolitana de Belém, também formada pelos municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides, Castanhal, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Barcarena. Belém conta com as seguintes coordenadas geográficas uma latitude de 1° 27' 18" Sul e longitude de 48° 30' 9" Oeste. Seus limites são ao norte com o município de Santo Antônio do Tauá, a leste com Santa Bárbara do Pará e Ananindeua, ao sul com Acará e a oeste com Barcarena (FAPESPA, 2022, p. 45; IBGE, PANORAMA DAS CIDADES, 2023).

A feira do Ver-o-Peso está localizada na confluência do rio Guamá com a baía do Guajará, ladeada por bairros centrais da cidade, conforme o Mapa 1 a seguir.

Mapa 01 – Mapa de localização da Feira do Ver-o-Peso



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (LAENA/NAEA/UFPA), 2022.

A feira do Ver-o-Peso, em Belém, Pará, está localizada na região central da cidade, cito a Avenida Boulevard Castilho França, no bairro da Campina, um dos primeiros bairros a se formar na cidade, é ladeada por bairros centrais (Reduto, Cidade Velha, Batista Campos e Nazaré) que concentram grande oferta de serviços, instituições públicas e diversos equipamentos públicos, e para onde convergem as principais linhas de ônibus da capital, inclusive oriundas de outros municípios da RMB, gerando um fluxo intenso de pessoas circulando, inclusive nas “franjas” da feira do Ver-Peso, aqui, entendidas, como as mais diversas lojas, pequenos comércios, bancas e outros equipamentos, constituintes do Ver-o-Peso, espalhadas no entorno da feira, cuja abrangência escapa aos limites estabelecidos da área de mais de 26 mil metros quadrados, isto porque, a feira se estende para algumas ruas próximas, entre fixos e flúidos a feira se espraia e toma conta do espaço, cria equipamentos típicos e forma um espaço de trocas e sociabilidades abrangente, onde estas “franjas” também representam a feira.

Assim como a feira a cidade também se beneficia da localização estuarina. A localização estuarina da cidade de Belém mereceu nos estudos de Cruz (1962;1973) e Moreira (1966) uma atenção especial, em ambos o elemento hídrico é constantemente referenciado na caracterização da cidade. Para Moreira (1966) “Belém, não deve às águas apenas uma parte de sua beleza, mas a sua própria modelação [...] a água é o elemento dinamizador da cidade” (Moreira, 1966, p.63).

Cruz (1962) ao descrever o Ver-o-Peso, inicia por destacar exatamente esta localização,

“ampla doca aberta por onde desaguava no extenso igarapé do Piry, outra tradição colonial que o Conde Dos Arcos (D. Marcos de Noronha e Brito) principiou a ensecar em 1803, constituiu-se com o decorrer do tempo, no refúgio das canoas que trazem do interior do Estado, os gêneros mais diversos” (p. 519).

Em pesquisas mais recentes realizadas por Leitão (2010) e Campelo (2010) a localização da feira do Ver-o-Peso, às margens do rio Guamá e da Baía do Guajará, constitui um elemento diferenciador da feira, nesse sentido se aproximam da assertiva de Cruz (1962). No contexto mais contemporâneo, destacam a interface entre o ribeirão/amazônico e o urbano, a trajetória da feira, demonstra, de um lado a vivência ribeirinha, caracterizada pela interação histórica e contínua com o rio. De forma integrativa, o rio foi se constituindo no mais importante meio de acesso, comunicação e transporte da região, uma funcionalidade, observada nos usos e costumes estabelecidos com o rio e por meio dele, perspectiva também destaca por Castro (2016), conforme trecho a seguir,

De acordo com Edna Castro, a dimensão ribeirinha do Ver-o-Peso – ou seja, a sua relação interativa com o rio, os portos e as ilhas do entorno – é um aspecto que precisa ser melhor tratado pelos governos ao conceberem mudanças para a área em que se encontra o Ver-o-Peso e os seus arredores (PROJETO DE REFORMA DO VER O PESO RELATÓRIO FINAL, 2016, p.14).

Esta localização ribeirinha remonta a sua gênese, sua ênfase aqui, destacada se justifica, pela importância histórica, social e cultural, e se entrelaça com a própria produção do espaço da cidade de Belém, pois desde sua fundação, tanto a cidade que se formava, como a feira que se constituía foram sendo transformadas por uma complexa malha hidrográfica, onde rios, alagadiços e igarapés serviam de caminhos e pontos onde surgiram as primeiras trocas de mercadorias (Cruz, 1973).

Um marcador histórico referenciado na literatura (Leitão, 2010; Cruz, 1973; Lima, 2008) como determinante sobre a origem do Ver-o-Peso corresponde à instalação da **Casa de Haver o Peso**, uma controladoria alfandegária da Coroa Portuguesa, com o objetivo de garantir o controle de mercadorias que embarcavam e desembarcavam, e da arrecadação de impostos e tributos, instalada às proximidades do alagadiço de Jussara (igarapé do Piri), um ancoradouro natural na esquina da antiga Rua dos Mercadores. Neste local, de forma embrionária ocorria a realização de trocas comerciais, um certo ir e vir de canoas e “das drogas do sertão”.

Este espaço singular de trocas, de usos e costumes, de cultura, de aproveitamento e manejo dos recursos naturais, característicos de povos tradicionais, foi se constituindo, criando formas muito particulares de ocupar o espaço, de interação, de comercialização, de exposição de produtos, tudo mediado pela ação de seus agentes que foram chegando, incorporando-se ao espaço, espraiando-se, firmando identidades, crescendo junto com a cidade.

Segundo Weber (2004) um dos fundamentos da cidade “é a realização de uma *troca de bens* não apenas ocasional mas regular, na localidade, como componente *essencial* das atividades aquisitivas e da satisfação das necessidades dos moradores: a existência de um *mercado*⁵ (Weber, 2004, p. 409). O autor reitera a importância do mercado na definição de cidade para ele “a cidade (no sentido aqui adotado da palavra) é um assentamento com mercado permanente” (Weber, 2004, p.410). O autor associa a definição de cidade com o mercado permanente, um espaço onde são realizadas trocas comerciais, essa relação entre cidade e mercado remonta, ainda a Antiguidade, e permanece densa nos dias atuais.

Oficialmente, a feira do Ver-o-Peso tem como data de sua fundação o dia 27 de março de 1627, em sua trajetória a feira passou por modificações estruturais decorrentes do processo de urbanização. A primeira foi o aterramento do igarapé do Piri, destacado como um ponto nodal para circulação de mercadorias e pessoas, representava o caminho natural delineado pela densa e complexa malha hidrográfica característica da cidade na época, cumpre ressaltar a importância dos

⁵ O termo Mercado aqui é utilizado no sentido de troca comerciais. Embora, Weber esteja referindo-se a cidades medievais, sua definição colabora na compreensão da relação densa e imbricada entre o surgimento de feiras e mercados e a formação das cidades, inclusive na Idade Contemporânea, na Amazônia paraense.

rios para a ocupação, organização e o surgimento de assentamentos ribeirinhos, historicamente, muitas cidades amazônicas surgiram a partir desse processo, como Belém.

Desconsiderando a importância deste sítio natural para a manutenção de modos de vida da população local, pois os rios são elementos importantes para a representação da identidade da população tradicional, que deles extraia e ainda extrai parte de sua base de alimentação, ponto central na realização do comércio e para a formação do núcleo urbano, ainda assim, a Coroa Portuguesa deflagra seu aterramento, sob a égide do ideário desenvolvimentista que considerou o Piri um obstáculo, pois ele impedia a integração entre os bairros Campina e Cidade, como consequência, o traçado natural da cidade é alterado, entrecortada por rios, lagos, alagadiços e igarapés, Santa Maria do Grão Pará, começa no século XVIII a vivenciar um prelúdio do processo de alteração do seu espaço, que ao ser modificado passa a atender aos interesses de Modernidade ditado pela lógica eurocêntrica (Castro; Campos, 2015).

Na esteira dessas mudanças a feira do Ver-o-Peso vai se consolidando como centro de abastecimento, principalmente de gêneros alimentícios, cada vez mais essenciais diante do aumento da população, e da necessidade de ampliação e adequações das estruturas onde funcionava a feira, assim, já no século XIX, conforme descreve o Relatório de José Bento Figueiredo, presidente da província do Grão-Pará, cita “o atterro do cáes entre o castello e o Ver-o-Pezo”, em outro trecho cita “atterro e escadaria da doca do Ver-o-pezo, ressalta que o então cais estava “imperfeito e carcomido”, logo era “uma obra de primeira necessidade para o comércio”, pois a medida que a população da cidade crescia, a necessidade de ampliação das casas de comércio também (Fleury; Ferreira, 2011; Figueiredo, 1869).

Na sua trajetória, a feira foi passando por mudanças estruturais, assim como a cidade de Belém, sob a égide da modernização da cidade foi construído o Mercado de Carne, para abrigar o Mercado Municipal, entre 1860-1870, (ciclo da borracha), onde era possível comprar aves, frutas, verduras e outros gêneros alimentícios. Em 1908, Francisco Bolonha engenheiro responsável pela execução do projeto de reforma introduz elementos alusivos à *art nouveau*, que se somam as linhas neoclássicas, o mercado passa a ter dois pavimentos, além dos pavilhões em ferro fundido, e uma escada em forma de espiral no centro se impõe ao mesmo tempo que convida para contemplar a feira.

As observações já realizadas, como parte integrante das atividades de pré-campo de pesquisa, denunciam duas questões fundamentais, de um lado, a necessidade de restauro da estrutura, de outro, um certo esvaziamento de suas funções, posto que a venda de carne foi atingida a partir dos anos de 1980 com a instalação dos açougues nos bairros, e mais recentemente, segundo relatos informais de feirantes pela concorrência dos grandes supermercados e redes de atacarejos.

Todavia, o Mercado de Carne, através de seus agentes, resiste e encontra novas formas de permanecer. É possível encontrar no pavilhão inferior, a oferta de artesanato, artigos de umbanda além da venda de comidas típicas. No pavilhão superior encontra-se uma representação do DFPM/SECON/PMB e o Instituto Ver-o-Peso. Apesar dos problemas citados visitar, passear e conhecer a história deste Mercado secular integra uma das novas estratégias de permanência, o Turismo. A figura 01 a seguir apresenta a parte interna do mercado e uma de suas entradas.

Figura 01: Parte interna do pavilhão inferior lateral do Mercado de Carne; Entrada do Mercado Municipal, em frente ao Solar da Beira



Fonte: Pesquisa Pré-Campo, 2023.
Autor: Acervo Pessoal do autor

Outro elemento representativo da feira é o Mercado de Peixe ou Mercado de Ferro, uma estrutura em ferro fundido com suas torres, inaugurado em 1901, comumente é encontrado nos antigos cartões postais de Belém, comumente usado para representar toda a feira. Diferente do Mercado de Carne, a função econômica permanece forte, pois é o maior entreposto pesqueiro da região.

Figura 2 - Mercado de Peixe ou Mercado de Ferro



Fonte: Pesquisa Pré-Campo, 2023.
Autor: Acervo Pessoal do autor

Em 1980, a feira passa por outra reforma, sendo realizada a ampliação e o reordenamento da feira, restauração dos Mercados de Carne e Peixe, do Solar da Beira, construção da Praça do Velame

e do Café Chic sob a plataforma elevada, depois conhecida por “toca do morcego”, ambas as estruturas já não existem mais.

Entre 1999 e 2004, tem início uma nova reforma, desta vez com participação dos trabalhadores da feira em “consonância com o ideário democrático” do Partido dos Trabalhadores PT, que à época governava a cidade, Lima (2008) refere que esta participação foi mais efetiva. A premissa da reforma baseava-se na valorização da cultura local, além da promoção da feira para o turismo nacional e internacional. Todas estas reformas produziram alterações na feira, seja pela introdução de materiais novos, seja pela retirada de equipamentos, seja pelo legado de mobilização e articulação que gerou entre os seus agentes (Lima, 2008).

Em 2016, houve uma grande mobilização e articulação dos feirantes em razão da propositura de um projeto de reforma pela Prefeitura Municipal de Belém, cuja mobilização não teria a devida participação destes trabalhadores. Houve um movimento de debate entorno da proposta inclusive com a participação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), através da realização de um seminário que resultou na elaboração de um Relatório Técnico sobre a reforma, que não ocorreu.

Na atualidade, uma nova reforma se inicia em razão da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-30) que ocorrerá em Belém, em 2025, a feira passará por uma reforma, orçada em R\$ 63 milhões, as obras já se iniciaram pela recuperação da Ladeira do Castelo, depois expandirá para a feira do Açaí, Feira Livre e os Mercados de Ferro e Mercado de Carne, além das barracas e boxes. Os recursos foram pleiteados pela Prefeitura Municipal de Belém junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), será fiscalizada por uma Comissão de Fiscalização (COFIS) composta por representantes de todos os setores da feira do Ver-o-Peso (PONTO DE PAUTA, 21, MARÇO, 2024; O LIBERAL.COM, 06.03.2024).

Nesse momento como nos predecessores o desafio é garantir espaços efetivos de discussão entre o poder público e os trabalhadores da feira, como condição basilar para todo o processo de planejamento e realização da reforma da feira do Ver-o-Peso. A nova reforma da feira precisa incorporar a dimensão da funcionalidade endógena da feira e os *Habitus* de seus agentes, ressaltando suas particularidades, e não apenas responder ao ditames de um ordenamento assimétrico, impulsionado pela realização de um evento.

No que se refere a sua composição a feira do Ver-o-Peso, também conhecida como Complexo do Ver-o-Peso é formada pelo Mercado de Carne ou Mercado Francisco Bolonha, Mercado de Peixe ou Mercado de Ferro, Feira Livre, Feira do Açaí, Solar da Beira, Docas do Ver-o-Peso, Praça do Relógio, Praça do Pescador, integra um conjunto paisagístico e arquitetônico que inclui a Praça D. Pedro II, a Avenida Boulevard Castilho França e áreas adjacentes. Abrange uma área de mais de 26m quadrados, organizada em 33 setores, possui cerca de 5.000 trabalhadores, entre permissionários e

trabalhadores informais, segundo dados do Departamento de Feiras, Mercados e Portos (DFMP) da Secretaria Municipal de Economia (SECON-PMB (SECON/PMB,2022).

A feira está organizada em setores, onde é possível encontrar frutas, pescado, mariscos, carnes, farinha, ervas medicinais, plantas ornamentais, aves, maniva (folha da mandioca comercializada moída para preparo do prato típico da região a maniçoba), tucupi (caldo extraído da chamada mandioca brava, comercializado cozido ou cru, utilizado na culinária regional e em rituais místicos), artesanato, polpa de frutas, comidas típicas, castanhas, refeições, bebidas regionais, açaí, produtos industrializados, brinquedos, artefatos variados, utensílios, cestaria, roupas, calçados, citando de forma simplificada o universo de mercadorias e produtos disponíveis na feira. Nestes setores, os equipamentos principais box e barracas, dividem o espaço com lonas dispostas no chão servindo de mostruários para frutas e verduras, assim como carrinhos de supermercado, painéis, bicicletas, caixotes de madeira, talhos, folhas de isopor e display adaptados. Na feira são observados usos e adaptações de equipamentos para atender a funcionalidade uníssonas do Ver-o-Peso (Campelo,2010).

Cada setor apresenta sua própria temporalidade e espacialidade, de acordo com o tipo de mercadoria, a feira do Açaí, por exemplo funciona 24 horas, ainda na madrugada, conforme o tempo das águas, se altera, a baía do Guajará é tomada pelo fluxo de dezenas de embarcações, onde os agentes e seus *Habitus* manifestam segundo o enunciado de Bourdieu (2008) o conhecimento adquirido, o sentido do jogo.

Quanto ao seu ordenamento e gestão está sob a responsabilidade do Departamento de Feiras, Mercados e Portos (DFMP) da Secretaria Municipal de Economia (SECON/PMB), que conta com uma equipe de técnicos e fiscais, distribuídos nos turnos da manhã e tarde, onde trabalham cerca de 744 permissionários distribuídos em 1.193 equipamentos, cabe ressaltar, este quantitativo ainda deverá ser atualizado, considerando, a existência de trabalhadores não permissionários, além, de arranjos organizativos estabelecidos que fazem parte da dinâmica e funcionalidade da feira (DFMP/SECON/PMB).

Em relação às condições físicas e ambientais, o atual estado de conservação da feira evidencia problemas estruturais nos boxes, desgaste das coberturas das barracas, rede elétrica inadequada, sistema de coleta de resíduo insuficiente, insuficiência de banheiros, precariedade das condições dos corredores de acesso entre os setores, problemas de drenagem e nos pisos, desconforto térmico, condições que se articulam potencializando ainda mais a insegurança no local (Campelo,2010).

Na atualidade, a feira perfaz 397 anos de existência, consolidada, permanece como símbolo da cidade exercendo sua função econômica, social, histórica e mais recentemente, também turística, pois juntamente com outras feiras e mercados, existentes em Belém, contribui na preservação e

divulgação da biodiversidade regional e da cultura paraense, mas também há oferta de outros novos produtos e novas atividades, nesse sentido, as feiras são tributárias na desconstrução do estigma premonitório de que estariam obsoletas (Silva, 2016; Lima, 2010; Campelo, 2010).

PERMANÊNCIAS E REPRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE BELÉM

“o Ver-o-Peso representa um espaço e um tempo em que há a revelação e o esperado encontro da história com a memória” (Campelo, 2010, p.65).

As feiras tem sua origem ainda na Antiguidade, um segmento do setor terciário que atravessa o tempo, passou por metamorfoses, se ampliou, para além de trocas comerciais, e foi se transformando historicamente, num campo social complexo (Bourdieu, 2009), ancestral, plural, envolvente, familiar, produtor de relações comerciais, sociais e turísticas, de cenas cotidianas, sentidos, sabores, identidade e sociabilidades concretas (Simmel, 2006), nas cidades, para as cidades, e se mantém na atualidade, na ambiência de um contexto de profundas mudanças societárias, em especial nas formas de consumo (Sampaio *et al.*, 2018).

No Brasil, o surgimento das feiras, conforme descreve Mott (1976) está associado com a colonização portuguesa, o autor identifica em 1534, uma referência a primeira legislação sobre a comercialização com os povos indígenas feita pelo Rei de Portugal Dom Manuel I ao Capitão Mor de Pernambuco, já a primeira citação a feira é registrada em 1548, na então Província da Bahia. Em Belém, Pará, a menção a feira do Ver-o-Peso é introduzida em registros sobre a história da ocupação portuguesa na região.

O Ver-o-pêso tem, pois, a sua história, que remonta à época dos primórdios da conquista portuguesa, quando na Capitania do Pará, transcorriam com regular intensidade, os primeiros capítulos da sua vida administrativa e econômica, e muitos anos eram decorridos desde que Francisco Coelho de Carvalho, Governador e Capitão general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, concedera em 1627, à Câmara de Belém, uma légua de terras para sua serventia (Cruz, 1973, p.519).

O Ver-o-Peso se consolidou na capital paraense, como o principal entreposto comercial da região, e como “símbolo da identidade paraense” (Leitão, 2010; Campelo, 2010). Conforme o levantamento documental realizado a feira do Ver-o-Peso, se constiui como um objeto de análise denso no âmbito regional (Leitão, 2010; Campelo, 2010; Lima, 2008; Silva, 2016; Joseph, 2004; Cardoso *et al.*, 2018), assim como também é retratado em diversas manifestações culturais, sendo representado e servindo de inspiração como tema de uma vasta produção literária e artística.

Para exemplificar a feira do Ver-o-Peso como produtora de permanência e representação, toma-se como referência algumas observações sobre a feira a partir da reunião de elementos característicos de suas funções econômica, histórica e turística.

Dentro do segmento de comércio, a feira do Ver-o-Peso, ocupa posição importante na cadeia econômica, na verdade, ela pode ser considerada o ponto nodal dentro da cadeia de comercialização do pescado da região, decorrente do volume de pescado comercializado.

A estimativa é de que por dia transitem através do Complexo entre 80 a 100 toneladas de pescado, chegando a 150 toneladas por ocasião da Semana Santa. Entre 12 a 15 toneladas são comercializadas diariamente no próprio Mercado do Ver-o-Peso, o restante são distribuídos pelos demais Mercados Municipais e Feiras da Grande Belém e/ou exportados através de caminhões Frigoríficos para outros Municípios do Estado e também para outros Estados da Federação (DADOS DO DIEESE, SEÇÃO PARÁ, 2023)

A função econômica, aqui é refenciada por ser o maior entreposto pesqueiro da região e o espaço final de comercialização para a “agricultura cabocla e diversificada praticada pelos ribeirinhos do entorno de Belém e seus rios” (Castro; Campos, 2015, p.450).

Outro produto com expressividade é farinha de mandioca, sendo “comercializado por dia, entre 4,0 mil a 5,0 mil quilos de farinha de mandioca com uma média mensal de aproximadamente 140 mil quilos” (DIEESE, PARÁ, 2023). Já o açaí, fruto que representa uma das mais importantes e tradicionais bases da alimentação paraense, movimenta na feira do Açaí “cerca de 85% das 251 toneladas comercializadas em Belém” (SESSÃO ESPECIAL NA CÂMARA DE BELÉM, REGULAMENTAÇÃO DO COMÉRCIO DE AÇAÍ, 22/11/2022), ou seja cerca de 213 toneladas. Parte dessa produção é oriunda das ilhas próximas à Belém, evidenciando a permanência de um vínculo histórico de interação da produção ribeirinha, do modo de produção e tecnologias sociais próprias do lugar, essa prática se aproxima dos princípios do desenvolvimento endógeno (Vásquez Barquero, 2001). A feira permanece integrando a rede de abastecimento de gêneros alimentícios da Região Metropolitana de Belém, outras feiras, pequenos comércios, além de atender o consumo doméstico.

Sobre essa perspectiva o pesquisador Francisco de Assis Costa afirma “o Ver-o-Peso é um lugar de absorção e distribuição de fluxos de uma economia muito ampla e ao mesmo tempo muito específica em vários de seus aspectos”. Explica sua assertiva quando diz que,

“Construída há três séculos, as atividades que a sustentam se baseiam em relações específicas entre homem, trabalho e natureza originária. Com base nesse universo de capacidades produtivas associadas a saberes, contextos naturais e instituições específicas, essa economia extrapola a capital, interligando a mesorregião Nordeste Paraense – sobretudo nas áreas localizadas às margens do rio, as regiões das ilhas e a Metropolitana de Belém” (RELATÓRIO, 2016, p.15).

O Referido relatório aponta que a feira Ver-o-Peso faz parte de uma engrenagem dentro da cadeia produtiva regional, exercendo a função de organizador dessa cadeia produtiva, caracterizada pela produção familiar agroflorestal, “sua importância se constituiu no passado e se estabeleceu com importância crescente” (RELATÓRIO, 2016, p.16).

A segunda função como referência de permanência, aqui destacada é a Histórica, a feira do Ver-o-Peso, como Complexo do Ver-o-Peso foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural (IPHAN), através da Inscrição nº 069, de 09/11/1977.

Tem sua gênese no período colonial, mantém formas tradicionais de comercialização de produtos da região amazônica, que envolvem usos, manejos, aproveitamento, transporte, técnicas de armazenamento, baseados nos conhecimentos, saberes e fazeres dos povos tradicionais, sobre isso Becker (2005) já afirmava “é imperativo o uso não predatório das fabulosas riquezas naturais que a Amazônia contém e também do saber das suas populações tradicionais que possuem um secular conhecimento acumulado para lidar com o trópico úmido” (p.72). Campelo (2010) reforça a importância histórica da feira ao escrever que a área atual foi concluída em 1913, passou por mudanças históricas e estruturais, mas manteve sua essencialidade, “é lugar cultural e humanístico”, importante para a produção do cotidiano da cidade, da preservação e apesar dos avanços das novas formas de consumo ditada pelo espraiamento dos supermercados se mantém.

E a função Turística, a feira é um “formador do centro histórico”, se constitui como a principal referência de visitação na cidade, a começar pela visitação ao conjunto arquitetônico, em especial aos prédios do Mercados de Ferro e de Carne, além do Solar da Beira, a contemplação da sua paisagem uníssona, a feira tem na sua localização um atrativo natural, um encontro entre a cidade, o rio e a floresta, oportuniza a degustação da gastronomia paraense, é um lugar de encontros, onde acontecem atividades turísticas de forma espontânea, de sociabilidades pois, “a sociabilidade é um dos conceitos-chave do turismo, pois diz respeito ao contato, ao encontro com outros lugares, outras culturas e outras pessoas” é um espaço público estratégico para a promoção de um modelo de turismo mais inclusivo, um espaço de trabalho e de visitação, lazer e cultura (Cardoso *et al.*, 2018; Leitão, 2010; Figueiredo, 2020).

Sobre representatividade Campelo (2010) argumenta que “há no Ver-o-Peso uma simbologia e uma memória ligadas à noção de identidade do povo que habita esta cidade. É um ponto de passagem obrigatória para todos aqueles que vêm visitar Belém” (Campelo, 2010, p.45). Durante uma visita a feira, o turista ou visitante, encontrará em cada setor, há um elemento representativo da cultura paraense, seja nas frutas da região, nos usos das ervas medicinais, na culinária típica, na forma de extrair o tucupi, no artesanato, nas cores, na abordagem dos feirantes, nos símbolos que se entrelaçam.

A feira do Ver-o-Peso compreendida como um espaço caracterizado pelo estabelecimento de relações econômicas, sociais, culturais, e um campo fértil para a realização de atividades turísticas com mais de três séculos de existência, produz uma centralidade na cidade de Belém, que extrapola a perspectiva de localização, ela incorpora a dimensão de centralidade como expressão de importantes características de dimensões de vida e costumes da população. Tal condição, fortalece nossa argumentação de que o Ver-o-Peso produz permanências e representações na produção do espaço de Belém.

Algumas Considerações

Na contemporaneidade, refletir como as feiras livres, enquanto espaços de expressão de formas tradicionais de comercialização que se mantêm exercendo funções importantes na produção e representação do espaço das cidades, integrando uma cadeia produtiva mais ampla, se apresenta como um debate necessário, principalmente por conjugar na complexidade de suas relações e dinâmicas funções, econômica, social, histórica e turística.

Foi observado, que em Belém, a feira do Ver-o-Peso, no decorrer de sua trajetória histórica foi se consolidando no espaço da cidade, através da associação de suas funções, como referência de existência, permanência e constâncias de dinâmicas comerciais características de modos de vida, organização e trabalho intrinsecamente relacionados à natureza e ao local de sua origem, assim como dinamizou nas sociabilidades que enseja saberes e fazeres, conhecimentos, costumes e símbolos componentes da cultura e da identidade amazônica.

Verificou-se como a feira representa a cidade, e não apenas é representada nas artes, na música, em filmes e exposições, como pode ser identificado nas diversas manifestações culturais cujo objeto é o Ver-o-Peso. A feira está no imaginário coletivo, a relação com a feira é longínqua, é repassada de forma geracional. Muitos dos produtos, mercadorias, formas de manejo, preparo, condicionamento e transporte dos produtos representam tecnologias sociais e singulares portadoras de elementos originários dos povos tradicionais formadores da população amazônica paraense, a menção às tais características reforça a força econômica, social e histórica da feira, como segmento com vivacidade, revestido de distinção e raridade, importante para a produção de uma cidade que valoriza sua cultura.

Referências

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM. Secretaria Municipal de Planejamento, PMB, 2020.
- BECKER, BERTHA K. Geopolítica da Amazônia. ESTUDOS AVANÇADOS 19 (53), 2005.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico: tradução Fernando Tomaz. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

- CAMPELO, Marilu Márcia. Conflito e espacialidades de um mercado paraense. In: Ver-o-Peso: estudos antropológicos no Mercado de Belém. Wilma Marques Leitão (org.). Belém. NAEA/UFGPA, 2010.
- CARDOSO, Silvia Laura, ALMEIDA LINS, Alexandre Sócrates de, MARTINS, Roberto, FIGUEIREDO, Silvio Lima. Performances endêmicas no Mercado do Ver-o-Peso, Belém do Pará, Revista Paisagens Híbridas, v. 1, N° 2, 2018, UFRJ, ISSN: 25959638.
- CASTRO, Edna, PINTO, Renan Freitas (Org.). Deocolonialidade e sociologia na América Latina. Belém: NAEA:UFGPA, 2018. 394 p. il.; 22cm ISBN: 978-85.
- CASTRO, Edna e CAMPOS, Índio. Formação Socioeconômica da Amazônia, (Org.). Belém, NAEA, 2015.
- CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidade das cidades amazônicas. In Edna Castro (org.). Cidades na floresta. São Paulo: Annablume, 2008. (pp. 11-39.
- CRUZ, E. O Ver-o-Peso: um capítulo da história colonial do Pará. *Revista de História*. v. 24, n. 50, p. 519-526, 1962. DOI 10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121648.
- CRUZ, E. O ver-o-pêso: um capítulo da História colonial do Pará. *Revista de História*, [S. l.], v.24, n. 50, p. 519-526, 1962. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121648. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121648>. Acesso em: 31 março de 2022.
- _____. História de Belém. Belém: UFPA, 1973. 2 v. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/89>. Acesso em: 07/07/2022.
- FIGUEIREDO, Silvio J. de Lima. Espaços públicos nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional, Figueiredo, Silvio Lima (Org.), Belém NAEA, 2008.
- _____. Turismo e pandemia: impactos e estruturação das práticas e políticas no Brasil e estado do Pará. Paper do NAEA Volume 1, Número 3, Edição/Série 473, 2020 (Dossiê Crise e Pandemia) ISSN 15169111.
- FIGUEIREDO, Silvio Lima, CASTRO, Edna Maria Ramos de. Sociedade, Campo social e espaço público. Organizadores - Belém: NAEA, 2014.
- FIGUEIREDO, Silvio Lima, Ruschmann, Doris. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. *Novos Cadernos NAEA*, v. 7, p. 171-203, 2004. <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/40> Corbin, A. L'avènement des loisirs. In : CORBIN, A. (Org.). *L'avènement des loisirs, 1850-1960*. Paris: Flammarion, 2009.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 8ª Ed. São Paulo, 1996.
- JOSEPH, Isaac. Belém: paisagem, coisa pública. *Cadernos do IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n.1-2, p.41- 90, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.
- _____. A cidade do capital. Tradução Maria Rauta Ramos. Rio de Janeiro, DP&A, 2001, 2ª ed.
- LEITÃO, Wilma Marques (Org.). Ver o Peso: estudos antropológicos no Mercado de Belém. Belém. NAEA, 2010.
- LIMA, Dorotéia. Ver-o-Peso, patrimônio e práticas sociais: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- MÉSZÁROS, ISTVÁN. Para Além do Capital. Das Crises Cíclicas à Crise Estrutural. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOREIRA, Eidorfe. Belém e sua expressão geográfica. Imprensa Universitária, Belém, Pará, 1966.
- MOTT, Luiz R. B. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. *Revista de História*, Univ. de São Paulo, v. 53, p. 81-106, 1976. Disponível em: <https://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/105/a05n105op.pdf> Acesso em: 14 de abril 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

RELATÓRIO REFORMA DO VER-O-PESO EM DEBATE, RELATÓRIO FINAL, NAEA-UFPA, 2016.

SAMPAIO, et al. Encadeamento ecossocioeconômico e gestão urbana: um estudo das feiras livres na cidade de Curitiba (PR). *Novos Cadernos NAEA* v. 21, n. 1, p. 35-56, jan-abr 2018, ISSN 1516-6481 / 2179-7536.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Ana Cláudia dos Santos da Silva. Memória e Resistência: Os marcos sociais da memória de feirantes e moradores do bairro da Terra Firme, em Belém-PA. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. NAEA/UFPA, 2018.

SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: USP, 2011.

SILVA, Luiz de Jesus. Pedra, Redes e Malha na circulação do pescado do Ver O Peso ao meio urbano de Belém do Pará. Tese (doutorado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, 2016.

SIMMEL, George. Questões fundamentais da Sociologia. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

SOUZA, Márcio História da Amazônia [recurso eletrônico]: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI / Márcio Souza. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão, SOUSA, Guilherme Moreira. Concentração. Concentração econômica e expansão territorial: lógicas espaciais do ramo supermercadista. In: *As lógicas Econômicas e espaciais do ramo supermercadista*. Vitor Koiti Miyazaki... (et al). Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Diferenciação Territorial e Urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. *CIDADES*, v. 7, n. 12, 2010.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. V. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: FEE/UFGRS, 2001, 278 p.

WEBER, Max. ECONOMIA E SOCIEDADE Fundamentos da sociologia compreensiva VOLUME 2 Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa Revisão técnica de . Gabriel Cohn. Ed UNB, São Paulo, 2004.



GT 02: Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas

MEMÓRIAS, RESISTÊNCIAS, PRÁTICAS SOCIAIS E INTERAÇÕES NO BAIRRO DA TERRA FIRME-PA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL

Ana Cláudia dos Santos da Silva (MPEG)¹

RESUMO: Este trabalho apresenta elementos de base teórico-metodológica para a reflexão sobre a relação entre memória social/individual, sociabilidade e pertencimento nas cidades modernas. O estudo sobre as formas de sociabilidade e a construção da memória social analisam como se constroem laços de identidade e pertencimento em bairros periféricos das grandes cidades, neste caso analisando o Bairro da Terra Firme, localizado em Belém do Pará. Propõe-se como recorte do estudo os espaços públicos que compreendem a feira, o mercado e as ruas circundantes onde ocorrem as práticas cotidianas representadas pelas trocas e conversas com linguagem própria, formas específicas de fazeres e saberes que caracterizam a identidade do bairro. Entende-se que esses espaços se configuram como espaços de memória, de interações e de práticas relacionadas ao cotidiano, as lutas sociais e a construção de identidade do morador da Terra Firme. Estes espaços são entendidos como catalizadores das singularidades e regularidades do bairro, onde a cena da vida cotidiana se apresenta nas diversas formas de socialização, sociabilidade, interações e conflitos. As narrativas de memória apresentam os relatos dos atores sociais do bairro (moradores e feirantes), mostrando seu percurso biográfico e as formas de pertencimento e suas estratégias para reforçar os laços sociais e resistência à ausência de diversas políticas públicas.

Palavras-chave: Memória social; Identidade; Sociabilidade; Cidades modernas; Terra Firme

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta parte do resultado de pesquisa de Doutorado que teve como problema de pesquisa a construção de memória social no bairro da Terra Firme, que está situado em área periférica de Belém do Pará. O bairro da Terra Firme surgiu em meados da década de 1940 e teve sua ocupação intensificada a partir de 1980 com a vinda de moradores de outras áreas centrais da cidade em busca de um lugar para fixar moradia.

A pesquisa teve como método a história oral, com coleta de relatos de moradores antigos, onde destacamos dois grupos: os que chegaram ao bairro entre os anos de 1940 a 1970, a partir da compra dos terrenos pertencentes a famílias que possuíam grandes extensões de terra naquela região; e os que chegaram a partir de 1980, com a ocupação dos terrenos, em sua maioria, pertencentes a Universidade Federal do Pará, além de outras instituições Federais existentes naquele Bairro ao longo da Avenida Perimetral. A partir da pesquisa construímos narrativas que mostram a relação de identidade dos moradores com o lugar, articulando o fazer cotidiano e as experiências vividas por estes sujeitos. A memória social é abordada com base na teoria de Maurice Halbwachs (2000), sendo articulada com as teorias de Certeau (1994), sobre as práticas sociais para a

¹ Museu Paraense Emílio Goeldi; acsilva@museu-goeldi.br

discussão sobre a construção da identidade local dos moradores do bairro a partir de suas interações com os lugares.

A Memória, entendida como fenômeno social, compreende um complexo sistema de representações do passado e sobre ele, que se articula entre os indivíduos integrantes dos grupos sociais e se configura pela articulação das suas lembranças individuais e coletivas ao longo de um tempo e espaço determinado. Neste sentido, buscamos Halbwachs (2004), para quem a memória coletiva/social sustenta-se na memória de cada indivíduo dos grupos sociais do qual faz parte. Significando que um mesmo indivíduo possui tantas memórias sociais quantos grupos que participa e, ao mesmo tempo, a memória do grupo tem tantas versões quantas forem narradas pelos seus detentores.

Esta memória está diretamente ligada à referência de identidade, tanto dos grupos, quanto dos indivíduos, dando a estes a noção de pertencimento e reconhecimento de sua história e do grupo que fazem parte. Os referenciais dessas memórias estão pautados em marcos sociais, que se definem através do espaço, do tempo e dos acontecimentos, como mostramos no desenvolvimento deste trabalho. Em linhas gerais, estes marcos sociais de memória nortearam o problema de pesquisa aqui apresentado, sendo eles: “Como se constituem os quadros sociais da memória (HALBWACHS, 1994) do bairro da Terra Firme e como o Hortomercado e a Feira se configuram como lugar de memória (NORÁ, 1993) e de pertencimento ao lugar?”. Para esta abordagem, levamos em conta o contexto histórico e social do bairro da Terra Firme, pautado nos conflitos, disputas e resistências que o caracterizam ao longo de sua história. Aqui, apresentamos algumas considerações que concluímos sobre essa questão, além de propor futuras abordagens relativas à memória social deste bairro.

Os marcos sociais da memória coletiva do bairro da Terra Firme foram caracterizados a partir das formas de interação, estratégias e táticas de resistência e configuração de identidades dos atores sociais (feirantes e antigos moradores), que participaram da pesquisa tendo como perspectiva o fortalecimento do sentimento de resistência e pertencimento ao lugar percebido nas suas trajetórias e experiências de vida, o que ficou claro pelas narrativas dos interlocutores.

OS MARCOS SOCIAIS DA MEMÓRIA COLETIVA DO BAIRRO DA TERRA FIRME

Percebemos, a partir dos relatos dos moradores do bairro, que foram destacados vários marcos de memória, dentre eles: as ruas; a feira e o Hortomercado; a água, igapó, estivas e passagens; e os movimentos sociais e as lutas para a sobrevivência. Estes marcos se fundam no espaço/lugar onde as pessoas vivenciam seu cotidiano e suas práticas sociais e constroem suas histórias de vida.

Neste contexto, podemos verificar que dois lugares são destaques nas narrativas de memórias dos atores da pesquisa, sendo estes: as ruas e o Hortomercado. Estes espaços do bairro

trazem marcas das lembranças dos moradores, nas adversidades do cotidiano vivenciadas por eles ao longo do tempo, portanto, consideramos “a paisagem do passado de florestas e águas; o presente da rua e da lama; os movimentos sociais com as lutas pela sobrevivência; e a Feira e Hortomercado (fig1) como espaços de trocas e conflitos”, sendo estes, os marcos de memória social identificados a partir das narrativas de seus atores sociais.



*Figura 1 - Vista geral do Hortomercado setor de pescado.
Foto: Silva, 2017*

Os lugares são referências fundamentais na construção das memórias individuais e coletivas, embora não sejam uma condição para a sua preservação, do contrário, os povos nômades não teriam memória. As memórias dos grupos também se referenciam nos espaços em que habitam e nas relações que constroem nestes lugares, visto que as mudanças ali ocorridas acarretam transformações importantes na vida e na memória dos grupos sociais. Isto, de fato, foi verificado nos relatos dos atores aqui apresentados, quando ressaltaram as mudanças ocorridas em determinados lugares do bairro. Um exemplo foi a rua Celso Malcher, onde está localizada a feira, que no passado era o caminho de ligação com o resto da cidade e que aparece nos relatos como uma trilha na mata que passava sobre o igarapé do Tucunduba.

Ao analisar os quadros de memória (HALBWACHS, 1994) de um bairro como a Terra Firme, que possui tantas memórias, identificamos muito mais memórias do que pudemos registrar. Entre elas a memórias subalternizadas (ANDREANI, 2015), que remetem as relações de poder e de resistência e incorporam o caráter dialógico das construções sobre o passado, produzindo uma luta entre as versões do passado. Desta forma, as memórias coletivas, quando articuladas, criam quadros de memórias que retratam os momentos vividos, ao ver como a Terra Firme é discursivizada como um lugar vivido e sonhado (POLLAK, 1989). Nestas memórias, temos como marco da memória coletiva os movimentos sociais; as lutas para sobrevivência, onde os atores da pesquisa relataram suas experiências na luta pelo lugar de moradia.

As narrativas dos moradores da Terra Firme expressam o seu apego pelo bairro, o que foi percebido quando questionados sobre o desejo de sair daquele local, todos os entrevistados foram categóricos ao afirmar que não sairiam da Terra Firme, mesmo com todas as dificuldades que ainda enfrentam. Ao acessarem e expressarem suas memórias, estes moradores trazem à tona um panorama de acontecimentos vividos e sua relação com o modo cujo seus atores se constituem por meio de seus percursos biográficos (BERTUAX, 2010). Estes acontecimentos focam na vinda destes sujeitos para o bairro, na infância vivida naquele lugar, para os que vieram crianças; na construção da moradia e a luta pela melhoria da qualidade de vida para os que vieram construir sua família no Bairro e na vida de trabalho para aqueles que passaram a atuar em vários serviços no bairro, inclusive na Feira.

Para os que nasceram naquele lugar, as referências de memória pautam-se em narrativas relacionadas à infância e às vivências de brincadeiras e de trabalhos, como recordaram Sr. Neemias e Sra Sâmia, para quem o trabalho, na infância, foi uma forma de crescimento pessoal. Para eles, naquele tempo, o espaço do bairro era propício para o brincar, pois a natureza chamava a isso no ambiente de floresta e rio. A ênfase em tais acontecimentos passa pelas “tradições locais” (NORÁ, 1993), pela participação sociopolítica destes homens e mulheres na comunidade [grifo meu], memória que culmina em sua identidade de trabalhador e morador e seu papel de “guardião da memória”, “brigando por sua visibilidade e melhoria no bairro” (BAGNO, 2016).

Como já referimos anteriormente, em suas narrativas de memória estes atores mostram o bairro da Terra Firme como “o melhor lugar para morar”. Para eles, o bairro é um lugar de vivência, experiências e aprendizado. Na tensão entre o lugar vivido e o lugar sonhado, coexistem as dificuldades do cotidiano e a resistência destes moradores, que é o principal fator de convivência e coesão, mas também de sociabilidade. Esta tensão é percebida, seja no espaço temporal ou físico.

No primeiro caso, em questão de espaço temporal, pode-se destacar as tensões durante as ocupações dos terrenos da Universidade Federal do Pará, durante os anos de 1980 a 1990, quando os moradores foram retirados de seus “barracos” pela polícia, inclusive com suas crianças. Temporal, porque a busca por uma moradia era um marco importante para aqueles homens e mulheres que lutavam para manter sua dignidade e qualidade de vida.

No caso da tensão no espaço físico, enfatizamos a Feira e o Hortomercado, onde se encontra a disputa de poder entre os feirantes e destes com a gestão municipal através da Secretaria Municipal de Economia- SECON, na pessoa do administrador do Hortomercado, o que acaba resultando em alguns conflitos identificados ao longo da pesquisa. E conflitos marcam formas de resistências. Percebemos nos relatos dos feirantes os discursos em relação às normas instituídas pela Prefeitura, diante do descaso do poder público para com o bairro. O lugar sonhado pelos feirantes da Terra Firme

é um espaço do Hortomercado adequado para que eles trabalhem de forma digna e que os seus clientes possam ter um lugar agradável para transitar.

Ao considerar a memória relacionada ao espaço e ao tempo nos contextos urbanos, é possível afirmar que cada indivíduo escolhe os seus pontos de referência para situar-se neste contexto, considera-se, assim, a carga simbólica desses lugares. Segundo Pesavento (2007), os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. História e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma audiência, reconfigurando uma temporalidade escoada (PESAVENTO, 2007, p. 2). Para Achugar (2003), os lugares de memória são marcados material e/ou simbolicamente, transformando-se em espaços de enunciação.

A identidade de um lugar (GRUPTA; FERGUSON, 2000, p. 21) surge da interseção entre o seu envolvimento em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e sua construção cultural como comunidade ou localidades, as quais se referem tanto a um espaço físico quanto aos quadros de interações, desta forma, o bairro torna-se um espaço político de enunciação.

Estes enunciados que se buscam transmitir são formados de materialidade e dialogam com diferentes tipos de atores sociais e são interpretados de múltiplas formas. Isto porque uma mensagem que significa uma coisa para os moradores do bairro, por exemplo, pode significar outra totalmente distinta para quem não é morador, mesmo uma mesma mensagem pode ter significados diferentes para uma ou outra pessoa do lugar. Além disso, este significado muda de acordo com o contexto de interpretação. O resultado final surge de uma experiência com o espaço, na qual os significados sobre o passado se entrelaçam com os significados sobre o lugar.

MEMÓRIA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E O PERTENCIMENTO COM O LUGAR VIVIDO

Moita Lopes & Bastos (2010) afirmam que a concepção de que há um entrelaçamento entre memórias, narrativas e configuração identitária se dá porque estes conceitos são dinâmicos, são construções sociais e são recriados nas interações que se inserem na linha do tempo dos grupos sociais. As configurações identitárias, quanto a relação com o espaço, com o lugar e com as memórias, em seus fragmentos de lembranças e esquecimentos, são elementos dinâmicos, mutáveis, constantemente atualizados nas narrativas e nas relações sociais.

Os lugares recebem a marca de um grupo, ou seja, a presença deixa marcas no lugar. Isto significa que todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais e o lugar ocupado pelo grupo é uma reunião de todos os elementos da vida social. Isto resulta em uma disputa de poder em todos os sentidos, do econômico ao político, até o poder da memória. E Qual o poder da memória? O poder está na disputa constante, como afirma Foucault (1987). No caso da memória, esta disputa estimula a afirmação da identidade e do pertencimento, e este exercício do poder empurra a memória

para o passado (CHAGAS, 2014). E isto estimula a vontade de Memória, que caracteriza a necessidade dos grupos de manterem suas memórias preservadas.

Verificamos que os feirantes e moradores do bairro da Terra Firme têm o Hortomercado e Feira da Celso Malcher como pontos de referência de memória, mas para eles este não é o único marco de memória em relação à feira, pois esta já funcionou em vários Locais anteriormente, inclusive no espaço onde hoje existe a Praça Olavo Bilac, que abriga o Shopping Chão (Fig 2). Pelos relatos, vimos que este foi o local do surgimento da feira do bairro. Percebe-se que este “pedaço do bairro” (MAGNANI, 2003), desde o início de sua ocupação, sempre abrigou comércios e se expandiu nos últimos 15 anos.



*Figura 2 - Shopping Chão - venda na Praça Olavo Bilac
Foto: Silva, 2017*

Mesmo com todas as dificuldades e descaso da SECON, que não reconhece oficialmente esta feira, os feirantes que ali trabalham criam estratégias e táticas de resistência que sustentam o seu sentimento de pertencimento ao bairro, buscando valorizar sua referência de identidade de feirante e morador do bairro, para aqueles que integram estas duas categorias; e a de feirante da Terra Firme, para aqueles que apenas atuam ali como trabalhadores.

Quanto aos fatos marcantes na memória dos feirantes, destacamos os acontecimentos focados na Feira e no Hortomercado, como: a inauguração do mercado; o remanejamento dos feirantes para este espaço; a disputa pelo espaço; a resistência dos feirantes criando a feira da Celso Malcher; as disputas de poder entre agentes da SECON e feirantes; a relação com os fregueses; as brigas entre feirantes e os casos de violência e roubos na feira.

Como visto, os argumentos de Halbwachs mostraram que todos os grupos sociais desenvolvem uma memória, e que esta é indissociável do sentimento de identidade. Portanto, subsistem porque fazem parte de um conjunto de valores e acepções construídas pelo grupo. Neste contexto, percebe-se a luta pelo poder em torno da identidade que consolida os elementos que fazem parte de suas práticas sociais. Neste sentido, Le Goff (1996) considera a memória um elemento essencial da identidade individual e coletiva, sendo concebida como instrumento e objeto de poder entre as sociedades humanas.

A principal função social da memória é favorecer a coesão do grupo social e garantir a sua identidade. No entanto, na sociedade moderna, ao se pensar nas atuais práticas sociais e na própria dinâmica dos grupos, surgem tensões e conflitos presentes no cotidiano, que se materializarão na memória, visto que são expostos nas diversas versões das narrativas de memória dos indivíduos, possibilitando a concepção de diversas memórias: a dos excluídos, das mulheres, das minorias etc.

A MEMÓRIAS, RESISTENCIA NO BAIRRO DA TERRA FIRME NA PERSPECTIVA DE SUAS PRÁTICAS SOCIAIS

Neste texto, a memória foi tratada na perspectiva do social, ou seja, a memória de grupos sociais. Considerando a subjetividade de cada membro do grupo e a importância das interações sociais para a construção de uma memória coletiva, uma questão atual que norteia as pesquisas sobre memória, na perspectiva de compreender como a memória social se constrói a partir das situações criadas no cotidiano, além de buscar entender como se constituem os laços de identidade e de pertencimento dos indivíduos aos seus respectivos grupos, com base nas suas referências de memória.

Esta memória é sempre conflitiva, dividida entre o lado sombrio e o ensolarado; é feita de adesões e de rejeições, consentimentos e negações, aberturas e fechamentos, aceitações e renúncias, mas principalmente de lembranças e esquecimentos (CANDAU, 2012, p. 72). Pollak (1992) pontua que a memória é um fenômeno construído tanto social quanto individualmente, que denota a estreita relação entre memória e identidade concebida como valores disputados. Os sentimentos de identificação e de pertencimento expostos pelos moradores do bairro da Terra Firme estão presentes nas suas narrativas, que trazem suas versões da memória do Bairro, mostrando que estas memórias são atos que se materializam a partir do individual.

O cotidiano dos praticantes do bairro (CERTEAU, 1994) foi centrado no contexto da sua vivência neste bairro marcado pela exclusão social, além da violência, da pobreza e da falta de infraestrutura e saneamento básico, características presentes na maioria dos bairros periféricos da cidade. Este fato é resultante do descaso do poder público para com as áreas mais afastadas dos centros das grandes cidades, que passam a ser ocupadas a partir da expansão urbana que ocorreu nas grandes metrópoles, principalmente na segunda metade do século XX.

A problemática da memória também se associa a conceitos relacionados à cultura, entre os quais se destacam o patrimônio cultural imaterial, aqui entendido como a materialização da memória, principalmente no que se refere ao patrimônio imaterial. A memória também se relaciona a espaços como bibliotecas, arquivos e museus, que estão voltados à conservação de acervos e salvaguarda da memória de grupos sociais que se institucionalizam e correm o risco constante de

desaparecimento na sociedade global. No entanto, em bairros periféricos como a Terra Firme a presença destes espaços é bem escassa, nada se tem neste sentido e a população fica à parte da ideia de preservação da memória e patrimônio. Mas isso não significa que estas pessoas não tenham uma produção cultural, pelo contrário, no bairro encontra-se uma riqueza de grupos culturais, como bois, grupos de capoeira, grupos de dança, de teatro, entre outras manifestações populares.

O lugar sonhado dos feirantes da Terra Firme é, na verdade, ter um lugar adequado e digno para o seu trabalho, o mesmo ocorre com os feirantes da Celso Malcher, pois são invisibilizados pela Prefeitura, que não reconhece aquele local como feira. Embora os feirantes permaneçam no local, seguindo as normas instituídas pela Prefeitura, esta ignora suas demandas e as infrações que ocorrem ali, como: a venda de remédios industrializados; venda de carne fora do mercado; barracas na rua; entre outros desvios encontrados. Desta forma, estes feirantes preferem se manterem marginalizados e invisibilizados, do que visibilizados e reconhecidos, pois neste caso terão que cumprir com as normas instituídas pela administração pública.

Outra questão é a falta de organização política destes atores, que não possuem uma associação ou uma entidade afim que articule as suas reivindicações. Percebe-se que estes sujeitos não aceitam este tipo de organização devido às experiências passadas que marcaram de forma negativa sua memória e, para eles, não é interessante tais articulações. Eles seguem usando a estratégias de embate e resistência às regras impostas, como já mencionamos anteriormente.

Em relação ao espaço, lugar e memória, Certeau (1994) afirma que um determinado espaço só se torna um lugar quando é ocupado e nele ocorrem dinâmicas de movimento através do uso, sendo então ativado e transformado, “tornando-se um lugar praticado”, ou seja, os espaços estáticos são transformados em lugares pelas ações das pessoas que lhes dão vida.

Partindo das reflexões apresentadas, auferimos que o Hortomercado da Terra Firme, é um lugar que congrega diversas dimensões sociais, políticas e culturais, é espaço de interações sociais e constitui-se como um marco de memória do bairro, pois é um ponto de referência para os seus moradores que surge em diversas versões da memória social da Terra Firme. Este espaço, está marcado pela tensão e a resistência da feira por atos visibilizados e invisibilizados que materializam memórias e reforça o poder popular. Desta forma, a feira torna-se um patrimônio do bairro, enteando-se patrimônio, não como aquele instituído pelo poder oficializado, mas aquele instituído pela memória subalternizada do bairro.

Outro aspecto relevante que pode ser considerado, é o papel dos lugares na evocação da memória, não apenas como lugares de memória como definiu Norá (1993), mas como mostra Tuan (1983), em relação a paisagem do mundo urbano, como as grandes cidades que guardam as feições das estratégias de vida de seus moradores e os seus projetos de sonhos e desejos que compõem os repertórios cotidianos do Bairro. Aqui, procuramos abordar a temática da memória com foco no cotidiano e no contexto de vida dos sujeitos e de suas experiências com a família, o trabalho, configurando, assim, os seus quadros sociais da memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao identificar as paisagens de memória do bairro ou seus marcos sociais, identifica-se a representação das várias fases pelas quais passaram seus moradores com suas práticas cotidianas: O passado de floresta e águas; o presente das ruas é lama; os movimentos e as lutas para a sobrevivência e o Mercado e feira são como espaço de trocas e conflitos. Estes marcos foram narrados pelos moradores, quando cada um deles trouxe as suas versões acordadas de seu passado. Os lugares recebem a marca de um grupo, ou seja, a presença deixa marca no lugar. Isto significa que todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais e o lugar ocupado pelo grupo é uma reunião de todos os elementos da vida social.

O enquadramento da memória no bairro da Terra Firme se sustenta a partir das interações sociais que se estabelecem no tempo e no espaço evidenciados nas narrativas de vida de seus atores sociais, como foi destacado pelos relatos apresentados pelos seus moradores e feirantes durante a pesquisa. Destacando que a memória não pode ser considerada como um produto da lembrança de um único indivíduo, visto que o seu conteúdo está em constante reelaboração através da comunicação que se estabelece a partir das interações cotidianas.

Desta forma os indivíduos criam significados para os espaços públicos do bairro, que são configurados e modificados por processos interpretativos construídos pelos atores que interagem nestes espaços, onde se encontram e constroem suas representações sociais do passado e do presente. Estas representações envolvem significados partilhados pelos membros do grupo, os quais permanecem de forma implícita nas práticas sociais e enfatizam o papel ativo dos atores sociais em suas estratégias de sobrevivência e resistência. A resistência é conflitante, provoca embates e disputas (PRIOSTI, 2010), como vimos na feira e Hortomercado do bairro da Terra Firme. Isso ocorre devido às diversas representações do passado e do presente que sustentaram as lutas e histórias vividas para a conquista de seus sonhos, neste caso, o lugar de moradia.

Por fim, compreende-se a memória como uma teia de sentidos que articulam lugares, pessoas e acontecimentos, a partir da qual os sujeitos constroem suas representações sobre o lugar ao qual pertencem. A memória tem um caráter seletivo, pois nem tudo pode ou deve ser lembrado. Ao mesmo tempo, ela é construída de forma individual e coletiva, produzindo uma estreita reação com os sentimentos de identidade. Sendo assim, a memória social constitui-se a partir das interações sociais e dos seus processos comunicativos e discursivos. Nestes processos são compartilhados os diversos pontos de vista que compõem o grupo e que constituem suas trajetórias e narrativas de vida.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA

ACHUGAR, Hugo (Coord.). Derechos de memoria. Actas, actos, voces, héroes y fechas: nación e independencia en América Latina. Argentina: Universidad de la República, 2003.

ANDREANI, María José Reyes. Construcción de políticas de memoria desde la vida cotidiana. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 341-350, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n2/1807-0310-psoc-27-02-00341.pdf>>. Acesso em: 25 de maio, 2017.

BAGNO, Silvana. Memória, pertencimento e identidade em Narrativas de moradores do Fallet, Rio de Janeiro, 2016. 257 fls. Tese (Doutorado em Memória Social) Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

BERTAUX, Daniel. Narrativa de vida a pesquisa e seus métodos. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

CANDAUI, Joel. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2012.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA Inês. Apresentação. In: CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. (Orgs.). Dossiê Museologia Social. Cadernos do CEOM, v. 27, n. 41, 2014.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1994. v.1.
FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; Petrópolis, Vozes, 1987.

GRUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura” espaço, identidade e política de diferença In: ARANTES, Antônio A, espaço da diferença, Campinas, SP. Papyrus,2000 (p 30-49).

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.
LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: EDUNICAMP, 1996.

MAGNANI, José G. Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. Revista Tempo social, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-95, 2003.

MOITA LOPES, Luiz Paulo; BASTOS, Liliana Cabral. A experiência identitária na lógica dos fluxos-uma lente para se entender a vida social. In: LOPES, Luiz Paulo. Moita; BASTOS, Liliana Cabral. (org.). Para além da identidade: fluxos, movimentos e trânsitos. Belo Horizonte: UFMG, p. 9-23. (2010).
NORÀ, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares In: Projeto História, São Paulo, (10), dez,1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias, Revista Brasileira de História, vol. 27, núm. 53, janeiro-junho, 2007, pp. 11-23 Associação Nacional de História São Paulo, Brasil

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

_____. “Memória e identidade social”. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992

PRIOSTI, Odalice Miranda. Memória, comunidade e hibridação: museologia da libertação e estratégias de resistência, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Memória Social. Rio de Janeiro, 2010.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983



GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas

Camadas sociais, desenvolvimento econômico e música urbana: a construção do imaginário e juízos estéticos sobre a Bossa Nova.

Henrique Martins¹ (UFRJ)

RESUMO: Por sua repercussão interna e externa ao país de origem, a bossa nova é considerada uma prática musical de destacada importância na história da música popular brasileira. A imensa maioria das abordagens a seu respeito articula seu material musical ao desenvolvimento econômico e crescente urbanização experimentados no período, à sua vinculação com a classe média moradora da Zona Sul do Rio de Janeiro e a influxos musicais como o *cool jazz* e a música de concerto europeia. Usando ferramentas teóricas da sociologia da tradução, procuro problematizar o processo de construção e estabilização de marcadores estilísticos atribuídos à prática. Para isso, rastreio algumas controvérsias presentes na interlocução sobre o tema em críticas musicais que polarizavam entre tradição e modernidade. Proponho pensar os críticos musicais como porta-vozes da bossa nova, e suas análises totalizantes articulando música, economia e camadas sociais como panoramas. A investigação permite compreender parte da construção teórica a respeito da prática no Brasil, e sugere que o gênero musical não foi objeto de uma definição ostensiva, mas fruto de uma definição performativa operada também pelas críticas musicais e a valoração de determinados traços musicais por elas operada.

Palavras-chave: Música popular urbana; bossa nova; crítica musical; sociologia da tradução; desenvolvimento econômico.

INTRODUÇÃO

Quem se inteirasse dos lançamentos musicais por periódicos do Rio de Janeiro e São Paulo entre o fim de 1959 e início de 1960 encontraria um cenário consideravelmente distinto daquele que em pouco tempo entraria para a história da música popular brasileira. Nele, *Chega de Saudade*, LP de João Gilberto lançado pela Odeon em 1959, aparecia relacionado a distintas práticas artísticas e literárias no Brasil e exterior. Compositores e letristas que teriam suas carreiras fortemente vinculadas à picada aberta pelo músico baiano também situavam a prática emergente em uma rede mais ampla agregando personagens e práticas artísticas que naquele momento se abrigavam sob a chancela de “bossa nova” (BN).

Longe da percepção de “gênero musical” objetivamente delimitado por marcadores estilísticos, ligado a um corpo específico de repertório e atores sociais, os primeiros escritos e entrevistas descreviam uma prática musical mais fluida e gregária. No curso de meses, no entanto, os discursos em torno da BN e dos atores e repertório a ela vinculados foram fortemente modulados, passando a convergir rapidamente para a noção que veio a se estabilizar em torno do termo.

¹ Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Email:henriquemartins@ufrj.br.

Assim, à diferença da percepção de uma música “revolucionária” que teria “irrompido” a partir do lançamento do disco de João Gilberto, no primeiro momento o termo descrevia uma série de outras práticas, referindo-se mais a uma “atitude” ou um “estado de espírito” do que à noção de gênero musical. Detenho-me por ora principalmente nas declarações do veterano e já consagrado compositor Ari Barroso, Tom Jobim, que embora já reconhecido naquele momento era catapultado para a destacada carreira que teve, e músicos neófitos que, embora de alguma forma presentes na cena musical, eram jovens compositores que encontraram na nova prática uma oportunidade de carreira profissionalizando-se, junto ao desenvolvimento da BN. São os casos dos compositores Carlos Lyra, Roberto Menescal e o letrista Ronaldo Bôscoli.

Em janeiro de 1960 Ari Barroso (*apud* Alencar, 1960, pp. 12) dava declarações junto aos jovens músicos explicando que “Não há Bossa Nova ou Bossa Antiga, o que há é apenas Bossa”. O compositor não via separação entre a BN a música popular pregressa, postulando que “a BN é o próprio samba telecoteco”. Nessa perspectiva, não havia nenhum constrangimento em classificar as próprias composições sob o termo. “No show que apresento no Fred’s incluí duas músicas de minha autoria, completamente no estilo BN”.

Tom Jobim parecia convergir com esta noção. Convidado a explicar o significado do termo, declarava que

“Bossa Nova” é coisa velha para definir Vanguarda: Noel Rosa já falava dela. Confesso que não sei bem o que é Bossa Nova [...] Bossa Nova sempre existiu, a expressão é antiga e Noel já falava dela em seus sambas. Considero Bossa Nova tudo que está na frente de sua época, e que é a vanguarda de qualquer atividade. A meu ver, Bach é BN, bem como Debussy, Villa-Lobos, Carlos Drummond de Andrade, Niemeyer, Picasso. E Juscelino Kubitschek é evidentemente um presidente BN. [...] (*apud* Alencar, 1960, pp. 12).

O termo também abrigava compositores populares brasileiros do passado permitindo a Tom destacar “entre os antigos BN” nomes como “Ari Barroso, Caimy [*sic*] [...], Custódio Mesquita, Noel Rosa, Valzinho, Radamés Gnatalli, Lírio Panicalli, Heckel Tavares, Valdemar Henrique, Marino Pinto e muitos outros que não caberia nesta reportagem” (*ibidem: idem*).

Duas semanas depois em outra reportagem, Ronaldo Bôscoli (*apud* Álvares, 1960, pp. 101) respondia à provocação de Ari Barroso explicando que “Filosoficamente, [BN] é um estado de espírito. Mas, por exemplo, Chaplin, Picasso, Prokofiev, Debussy, e mesmo Beethoven, foram bossa-nova. Agora, no Brasil, mestre Ari, você é”. Na mesma ocasião, Roberto Menescal relutava em vincular a música que faziam ao termo BN considerando-o “até musicalmente perigoso” (*apud* ÁLVARES, 1960, pp. 104).

Meses mais tarde periódicos do Rio de Janeiro noticiavam conflitos entre os jovens músicos que se dividiam disputando o termo o reivindicado para as respectivas práticas musicais e negando-

o a músicos cujas práticas não reconheciam como congêneres. Em maio de 1960, o *Jornal do Brasil* reportava que “Até pouco tempo o grupo manteve-se unido e liderado por Ronaldo Bôscoli e Carlinhos Lira [sic]. Hoje em dia esse grupo cindiu-se e cada um deles passou a promover espetáculos diferentes. Hoje, haverá um confronto entre os dois, que se exibirão simultaneamente na Universidade Católica e no Teatro de Arena, na Faculdade de Arquitetura” (20/05/1960, *Jornal do Brasil*). Em setembro do mesmo ano o jornal *Última Hora* divulgava o texto “Instala-se clube para defender ‘bossa nova’” no qual Ronaldo Bôscoli ressaltava o “objetivo de proteger os verdadeiros artistas contra os aproveitadores”. O mesmo Roberto Menescal antes receoso vincular o termo BN à sua música a esta altura considerava “uma farsa e uma maldade daqueles que tentam destruir um movimento tão sério à base de ‘picaretagem’”. Se a bossa nova virou varinha de condão para produzir dinheiro, nós não somos culpados [...]. Nosso clube terá, inclusive, um jornalzinho, onde todas as lições de bossa nova (verdadeira) serão ministradas, para quem quiser aprender”. Bôscoli denunciava a espoliação do termo ligado à música que cultivava: “muita gente ridícula [...] se beneficiou com a palavra mágica ‘BOSSA NOVA’. Muitos artistas improvisados surgiram sob a bandeira de uma escola criada por gente de categoria de um João Gilberto. [...] Visam apenas a abiscoitar alguns cruzeiros e para isso lançam mão do primeiro movimento jovem que já se organizou para melhorar a música popular brasileira” (14/09/1960, *Última Hora*).

Em poucos meses, a concepção aberta e gregária de BN passava a dividir espaço com uma mais específica, ligada à ideia de um “movimento para melhorar a música brasileira”, uma BN (“verdadeira”) que não se confundia com outras práticas. A chancela do termo passava objeto de tensão entre grupos que disputavam autoridade sobre seu uso. À época, dadas as definições elásticas inicialmente atribuídas e a falta de um escopo a arbitrar quem podia e quem não poderia se abrigar sob o termo, sua apropriação era constantemente operada por diferentes atores cuja auto-atribuição como BN não encontrava resistência na sociedade abrangente. Isso porque embora as reivindicações fossem cada vez mais constantes, o termo ainda não se prendia a uma prática específica.

Em meio a esse estado de coisas, o final de 1960, surge uma primeira crítica musical assinada por Brasil Rocha Brito. Seu autor se propunha a fazer uma “apreciação técnica fundamentada” através de uma “análise minuciosa” do “movimento renovador”. Para isso contava com a formação de “musicólogo, ex-aluno do professor H. J. Koellreutter² (Escola Livre de Música)” tendo entrado “em contato, na época de elaboração de seu estudo, com Antônio Carlos Jobim, com o qual discutiu vários pontos de sua interpretação” (Campos, 2012, pp. 12). A partir daí se ergue uma

² Hans-Joachim Koellreutter (1915-2005) foi um compositor e professor de música alemão radicado no Brasil desde 1937, responsável pela introdução no país de técnicas contemporâneas de música europeia, especialmente o dodecafonismo (PAZ, 2013: 223).

ossatura teórica que viria a informar diversas produções tratando o tema e cuja relevância se mantém até os dias atuais. Muitos dos pressupostos teóricos, critérios definidores e marcadores estilísticos atribuídos à BN deitam raízes na análise de Brasil Rocha Brito e na interlocução sobre a prática ensejada a partir de seu artigo. Grosso modo, a discussão polarizava entre duas vertentes. Uma delas, hostil à novidade, enxergava na prática emergente o ponto crítico de um processo de aviltamento da música popular “genuinamente brasileira”, progressivamente vilipendiada por influxos musicais norte-americanos. A outra celebrava o surgimento de uma música popular cosmopolita, capaz de mesclar elementos musicais nativos aos de países desenvolvidos, processo que a tornava simultaneamente regional e universal atualizando nosso populário. A primeira vertente encontrou expressão máxima nos escritos de José Ramos Tinhorão, já a segunda se configurou nos artigos do musicólogo Brasil Rocha Brito, do poeta Augusto de Campos, do maestro Júlio Medaglia e do compositor Gilberto Mendes. Em 1966 e 1968, respectivamente, a interlocução extravasava as páginas de periódicos cariocas e paulistanos imprimindo-se em dois importantes livros sobre o tema: *Música Popular: Um Tema em Debate* (Tinhorão, 1966) e *Balanço da Bossa e Outras Bossas* (Campos, 2012 [1968]).

O disco de João Gilberto fora lançado em um contexto marcado por um sentimento de tração econômica e modernização decorrentes da implementação do Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek, cujo slogan de campanha prometia o crescimento proporcional a 50 anos em 5. Através deste Plano, a gestão de Kubitschek aprofundou o processo de industrialização ampliando o setor industrial de bens de consumo duráveis com especial enfoque nos setores de energia, indústria pesada, alimentos e em especial de transportes – especialmente rodoviário. Entre 1956 e 1958 sua gestão pavimentou 6 mil quilômetros de estradas – uma vez e meia o total previamente pavimentado – visando integrar os territórios urbano e rural garantindo a circulação de mercadorias. Em 1958 além da profusão de eletrodomésticos que começavam a ser fabricados nacionalmente atendendo ao mercado interno, o Brasil assistia o primeiro automóvel montado no país com 50% de suas peças fabricadas solo nacional. O programa de Juscelino

dava voz a uma nova e entusiástica condição de ser brasileiro que poderia contribuir para reparar as injustiças de uma herança histórica de miséria e desigualdades profundas, e serviria para abrir as portas da modernidade. A chave para construir esse novo país chamava-se “desenvolvimentismo” e defendia a ideia de que nossa sociedade, defasada e dependente dos países mais avançados, repartia-se em duas: uma parte do Brasil ainda era atrasada e tradicional; a outra já seria moderna, e estava em franco desenvolvimento. Ambas, o centro e a periferia, conviveriam no mesmo país, e essa era uma dualidade que se devia resolver pela industrialização e pela urbanização [...] (Schwarcz; Starling, 2015, pp. 417).

Essa dualidade se espalhava para a crítica musical e, no plano da música popular, encontrou na BN uma prática que não apenas era compatível com o sentimento de modernização e esperança

do imaginário mais amplo, mas também indicava os rumos que a música popular deveria tomar. Nesse cenário, as análises se serviam fartamente das dicotomias tradicional/moderno; desenvolvido/subdesenvolvido; primitivo/evoluído; sofisticado/simples, etc, atribuindo juízos de valor a aspectos estéticos vinculados às músicas “tradicionais” ou “modernas”.

Proponho pensar os críticos favoráveis à prática como porta-vozes da BN, cujas análises valoraram e legitimaram o material musical a ela atribuído participando da própria construção daquilo que descreviam. A operação consistia, basicamente em valorizar traços musicais que aproximavam o material musical da BN ao de países desenvolvidos ao mesmo tempo detratando e desvinculando a prática emergente das influências “tradicionais”, latinas e operísticas.

Para a teoria do ator-rede, a ideia de tradução se liga a um duplo aspecto: i) de um lado traduzir é deslocar, induzir atores de diversas naturezas à coexistência; ii) de outro é expressar na própria linguagem o que outros dizem e querem, por que agem e como agem, é enfim, se estabelecer-se como porta-voz (Callon, 1986, pp. 18-9). A figura do porta-voz delinea um grupo, fala por sua existência sendo, portanto, figura chave em qualquer associação. Isso porque “todos necessitam de pessoas definindo quem são, o que deveriam ser e o que foram”. Porta-vozes “estão sempre em ação, justificando a existência do grupo, invocando regras e precedentes – e, como veremos, opondo uma definição às demais. [...] Não existe grupo sem um oficial de recrutamento” (Latour, 2012, pp. 55-6). Ao fim e ao cabo, essa operação enseja “uma conexão que transporta [...] transformações”, “uma relação que não transporta causalidade, mas induz mediadores à coexistência” (*ibidem*, pp. 160).

DESENVOLVIMENTO

É através do contraste entre uma prática – a BN – e grupos concorrentes de anti-práticas que a estrutura teórica e os marcadores estilísticos que viriam a definir a BN se tonificam. Assim, Brasil Rocha Brito começa delineando seu objeto de análise pela comparação com a música brasileira precedente. “Na música popular anterior, a melodia – desenvolvida ritmicamente – recebia ênfase exagerada. Tinha-se mesmo, no mais das vezes, a preocupação de sublinhar uma melodia fácil de ser memorizada por uma harmonização pobre, que deixasse em relvo absoluto esse parâmetro composicional”. Já na “bossa-nova, procura-se integrar melodia, harmonia, ritmo e contraponto na realização da obra, de maneira a não se permitir a prevalência de qualquer deles sobre os demais” (Brito, 2012, pp. 21-22). O aspecto anticontrastante será central e fortemente articulado às músicas jazzísticas e eruditas, afastando a BN de práticas “tradicionais” e “latinas”. Normalmente as duas primeiras são vinculadas à noção de contenção e as outras à de excesso. “Quanto aos textos como veículos de ideias, já se pronunciaram muitos dos integrantes da BN contra as letras de concepção

'tanguista': ao invés de versos de tipo 'radionovelesco', procura-se reduzir as situações a seus dados essenciais através de uma expressão contida e despojada" (*ibidem*, pp. 38).

O contraste entre contenção e arroubos também se faria notar no canto. Um traço distintivo da prática que Brito delimitava consistiria na "tentativa de libertação dos influxos remanescentes do Romantismo que, até os nossos dias, vêm impregnando enormemente a música popular não só brasileira como de várias outras etnias, embora já inegavelmente superados no domínio da música erudita". Haveria na BN uma

contensão de arroubos, uma recusa em permitir processos derivados do "operismo" (situam-se aqui aqueles que tipificam o *bel canto* em obras de alguns compositores de fins do século XIX e começos do século XX), banindo-se os efeitos fáceis e mesmo extra-musicais, que absolutamente não pretendem ser integrados na estrutura, na realização da obra, possuindo como que uma existência à parte. Estes lugares-comuns musicais, gastos pelo uso reiterado e abusivo, não funcional, são rejeitados em nosso populário pela concepção bossa-nova (*ibidem*, pp. 23-4).

A referência que viria a pautar o canto bossanovístico seria o *cool jazz*, estilo descrito como "elaborado, contido, anticontrastante. Não procura pontos máximos e mínimos emocionais. O canto usa a voz da maneira como normalmente fala. Não há sussurros alternados com gritos" (*ibidem*, pp. 18). A caracterização da interpretação vocal da BN vem de Tom Jobim que

definiu a concepção do canto na BN como consistindo em se cantar *cool*. Tentaremos explicar essa colocação. Isto quer dizer: cantar sem procura de efeitos contrastantes, sem arroubos melodramáticos, sem demonstrações de afetado virtuosismo, se malabarismos. O *cool* coíbe o personalismo em favor de uma real integração do canto na obra musical. O que está de acordo com a posição estética do movimento. A "voz cheia", o "dó de peito", a "lágrima na voz", o "canto soluçado" etc., são rejeitados pela BN (*ibidem*, pp. 35).

A associação com *cool jazz* dissocia a BN do "nosso populário anterior" no qual "o cantor se colocava em posição de absoluto destaque frente ao conjunto orquestral ou ao instrumento que o acompanhava. Na BN, como já salientamos, isto não ocorre" (*ibidem*, pp. 35-6).

A análise levava o musicólogo à "conclusão, que expusemos a Antonio Carlos Jobim, e em relação à qual o compositor manifestou sua concordância: a música popular tende a se nivelar, no curso dos anos, à erudita", fato que corroborava a analogia entre jazz e BN uma vez que também "o jazz em todas as suas manifestações – *New Orleans, be-bop* etc. – tem contribuído enormemente para a redução dessa distância". Isso permitia ao autor inferir que "a música popular brasileira, anteriormente ao advento da bossa-nova, estava, inegavelmente, mais de meio século atrasada em relação à erudita. Hoje pode-se afirmar que houve uma considerável diminuição desse distanciamento, e isso graças principalmente à concepção musical bossa-nova" (*ibidem*, pp. 27). Este

tipo de juízo levaria em publicações posteriores às ideias de que a BN dera um “salto qualitativo” em nosso populário, uma “virada de 180º” que inauguraria uma “linha evolutiva” em nossa música.

Em 1962 José Ramos Tinhorão entrava na discussão ratificando vários dos juízos inicialmente propostos por Brito. O jornalista, no entanto, era francamente contrário ao que enxergava como progressivo vilipêndio à música popular genuinamente brasileira. Sua análise se servia dos marcadores estilísticos do musicólogo, mas os submetia a uma grade analítica que vinculava material musical a camadas sociais e modo de produção. Para ele, a BN

correspondia exatamente a um tipo novo (embora sociologicamente inevitável) de alienação não desejada das elites brasileiras, ao início de um processo de rápida industrialização. O mesmo que leva o Presidente Kubitschek a saudar com discurso de afirmação nacional a fabricação dos primeiros modelos de automóveis JK no Brasil, diante de algumas unidades trazidas às pressas da Itália, desmontadas, para servirem à ocasião” (TINHORÃO, 1966, pp. 36).

Assim, de forma análoga à feitura dos automóveis montados no Brasil com peças importadas

os rapazes dos apartamentos de Copacabana, cansados da importação pura e simples da música norte-americana, resolveram *montar* o novo tipo de samba, à base de procedimentos da música clássica e de *jazz*, de vocalizações colhidas na interpretação jazzística (Ella Fitzgerald) e de uma mudança da temática para o campo intelectual mais identificado com os componentes do grupo, ou seja, da poesia erudita (o que explica o sucesso do poeta Vinícius de Moraes como letrista) (*ibidem*, pp. 37).

Embora divergindo quanto ao mérito da BN, Tinhorão foi o primeiro autor a cancelar em um livro impresso os marcadores estilísticos propostos por Brito. A ironia é que, a despeito da tensão que polarizava entre “tradição” e “modernidade” pode-se dizer que os textos trabalharam juntos sedimentando e dando consistência ao que fora inicialmente lançado pelo musicólogo como proposições.

As análises do jornalista acrescentaram outra dimensão aos postulados de seu interlocutor. Tinhorão tecia críticas que ancoravam o material musical da BN em sua análise social. “A intenção” da montagem de sambas pelos bossanovistas “em coerência com a euforia geral da população em face do chamado *desenvolvimento econômico* destinado a tornar o Brasil a *maior nação do mundo* – era a melhor possível, tendo o musicólogo Brasil Rocha Brito definido o movimento como ‘o culto da música popular no sentido de integrar o universal da música às peculiaridades específicas daquela’” (*ibidem, idem*).

O impulso estético que para Brito levava os músicos bossanovistas a buscar elementos jazzísticos reaparecia nos textos de Tinhorão, porém este criticava “a pretensão gratuita de chegar à universalidade pela transplantação pura e simples de processos musicais válidos apenas para os

países que conseguiram impô-los ao mundo pela força de sua economia” (*ibidem*, pp. 58). Dentre tais processos reapareciam os mesmos elementos cuidadosamente delineados pelo musicólogo como a “música anticontrastante (*cool jazz*), integração da voz do cantor na orquestra (‘ambas se integram e se conciliam, sem apresentarem elementos de contraste’, na definição do musicólogo Brasil Rocha Brito) [...]” (*ibidem*: 38) etc.

A perspectiva “evolutiva” que permeava os juízos a respeito da apropriação de elementos musicais do *jazz* e da música erudita também reaparecia nas análises do jornalista que explicava a dinâmica pela espoliação da música de camadas baixas pelas médias, decorrência de um complexo de inferioridade frente aos países desenvolvidos. “O problema da evolução da música popular está diretamente ligado a um processo geral de ascensão social que faz com que a música das camadas mais baixas seja estilizada pela semicultura das camadas médias, nas músicas de samba orquestradas, para acabar sendo ‘elevada’ à categoria de música erudita pelas minorias intelectualizadas”. Assim, seguia o autor, “o problema se prende, fundamentalmente, a um complexo de inferioridade, que deve ser vencido pela demonstração de que ‘os modernos músicos têm categoria’, ‘têm cultura’, ‘tocam o popular mas também estudam o clássico’, etc” (*ibidem*: 59).

As outras críticas pró-BN reunidas no livro de Campos datam do período entre 1966 e 1968. Muita água havia corrido sob a ponte da música popular brasileira desde 1960. O golpe militar de 1964 ensejara a produção da chamada música de protesto. De outra parte, o período via a divulgação massiva do incipiente rock nacional – chamado iê-iê-iê – que ganhava força nos meios de massa com a jovem guarda, projetando artistas como Roberto e Erasmo Carlos. Além disso, o momento também era marcado por programas televisivos sobre música popular que turvavam as delimitações estilísticas da BN cuidadosamente delineadas por Brasil Rocha Brito. Some-se a isso os festivais de música popular que projetavam uma nova leva de jovens compositores populares como Edu Lobo, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque, entre outros.

Os marcadores estilísticos retornam mais uma vez respaldados por analogias entre o material musical, meios de produção e camadas sociais. À época, o programa televisivo “O Fino da Bossa” estrelado pela cantora Elis Regina, ganhava popularidade e as performances da *crooner* inicialmente relacionada à BN passavam a ser alvo de crítica. Nesse contexto voltava à baila a dicotomia entre contenção e excesso e análises que marcavam mais agressivamente as fronteiras entre BN e não-BN servindo-se de pares de oposição fortemente vinculadas ao imaginário de desenvolvimento e evolução. Assim, Augusto de Campos explicava a repercussão alcançada pelo iê-iê-iê e o concomitante desinteresse pela BN pelas parcelas da população que consumiam tais repertórios

[...] De fato, se a jovem guarda, ou pelo menos alguns de seus sucessos [...] conseguem comunicar-se a gente de todas as idades, é inegável que o seu auditório básico é constituído pelo público infanto-juvenil. O ambiente universitário com sua problemática menos disponível, coincidindo com a maior maturidade intelectual do jovem, é muito mais permeável ao influxo da bossa-nova, a música popular mais exigente e sofisticada que se faz no Brasil (CAMPOS, 2012, pp. 52-53).

No entanto, para o poeta, o aspecto menos explorado da questão se prendia à assimilação do canto-falado pelos cantores da jovem guarda. Este marcador estilístico aparecia agora abertamente descrito como revolucionário e era contraposto ao que circulava na crítica como “influxos opero-tango-bolerísticos”.

[...] Dentre as características revolucionárias da BN, uma das essenciais foi o seu estilo interpretativo, decididamente antioperístico. João Gilberto e depois dele tantos outros [...] adotaram um tipo de interpretação discreta e direta, quase-falada, que se opunha de todo em todo aos estertores sentimentais do bolero e aos campeonatos de agudos vocais – ao *bel canto* em suma, que desde muito impregnou a música popular ocidental. (*ibidem*, pp. 54)

O elemento chave exposto pelo autor consistia na descaracterização da BN que se via “extroverter” nas performances de Elis Regina, ao lado da discríção e do canto falado adotado pelos cantores vinculados à Jovem Guarda. Aqui, contenção e excesso e aproximações com a música erudita e distanciamento do *bel canto* e do operismo são os marcadores que explicam o problema abordado pelo autor.

Elis extroverteu a BN, desencravou-a tirou-a do âmbito restrito da música de câmara e colocou-a no palco-auditório de TV. Mas com o tempo, talvez pelo afã de ampliar o público, o programa foi-se tornando cada vez mais eclético, foi deixando de ser porta-voz da BN, para se converter numa antologia mais ou menos indiferente dos *hits* da música popular brasileira [...] (*ibidem*, 54-55)

Também em Campos, a BN era analisada segundo um modelo de desenvolvimento econômico atribuído aos países desenvolvidos. Nesse sentido, seus característicos musicais ligados ao *jazz* e à música erudita erma signos do desenvolvimento e do “passo à frente” que a música brasileira dera com a BN.

[...] A expansão dos movimentos internacionais se processa usualmente dos países mais desenvolvidos para os menos desenvolvidos, o que significa que estes, o mais das vezes, são receptores de uma cultura de importação. Mas o processo pode ser revertido, na medida mesma em que os países menos desenvolvidos consigam, antropofagicamente – como diria Oswald Andrade – deglutir a superior tecnologia dos superdesenvolvidos e devolver-lhes novos produtos acabados, condimentados por sua própria e diferente cultura. Foi isso que sucedeu, por exemplo, [...] com a bossa-nova, que, a partir da redução drástica e da racionalização de técnicas estrangeiras, desenvolveram novas tecnologias e criaram realizações autônomas, exportáveis e exportadas para todo o mundo (*ibidem*, pp. 59-60).

Nesse caso, Campos se via às voltas com as músicas de protesto, um repertório de música popular que se insurgia contra a ditadura em curso no país e, tentando se conectar com camadas populares, recorria a material musical “folclórico” ou “tradicional”, recusando o “passo à frente” dado pela BN. Aqui, os critérios musicais definidores dessa última aparecerão vinculados às ideias de avanço, desenvolvimento e evolução. A sugestão é de que o Brasil teria chegado culturalmente à condição de “exportador” de produtos acabados ao invés de “matérias primas” vinculadas à música tradicional. Conforme a temperatura da querela entre “tradição e modernidade” subia, os argumentos também se tornavam mais hostis.

Assim, para o autor, das condições políticas que ensejaram a chamada “música de protesto”

aproveitaram-se, porém, os expectantes adversários da bossa-nova para tentar mudar o curso da evolução da nossa música, com a conversa de que a bossa-nova não era entendida, se distanciava do “povo” etc. Em suma, com essa espécie de “má consciência” e a pretexto de protesto, ameaçavam dar a ordem de retirada, propunham o “eterno retorno” ao sambão quadrado e ao hino discursivo folclórico-sinfônico. Preparava-se o terreno para voltar àquela falsa concepção “verde-amarela” que Oswald Andrade estigmatizou em literatura como “triste xenofobia que acabou numa macumba para turistas”, àquela ideologia artística que se dispõe a promover e exportar, não produtos acabados, mas matéria-prima, a matéria-prima do primitivismo nacional, sob o fundamento derrotista de que “o povo” é incapaz de compreender e aceitar o que não seja quadrado e estereotipado (*ibidem*, pp. 61)

Uma vez mais a popularidade da Jovem Guarda volta à baila como exemplo de que a assimilação dos elementos musicais – a essa altura cativos da BN – seriam o melhor caminho para a música popular. Não se trataria, segundo o poeta,

de nenhum “saudosismo”, mas da tomada de consciência e da apropriação da autêntica antitradição revolucionária da música popular brasileira, combatida e sabotada desde o início pelos verdadeiros “saudosistas”, por aqueles que pregam explícita ou implicitamente a interrupção da linha evolutiva da música popular e o seu retorno a etapas anteriores à da bossa-nova, na expectativa de uma vaga e ambígua “reconciliação com as formas mais tradicionais da música brasileira”. Ou seja, a diluição, a descaracterização, o amolecimento da linha criativa da nossa música, aquela que, precisamente por sua independência e por suas inovações, alcançou maioridade, ultrapassou fronteiras e se impôs ao mercado interno e externo. Enquanto se depreciam e se hostilizam os fautores da revolução da nossa música popular, em prol de “tradicionalismos” e “primitivismos” impingidos por uma nebulosa “má consciência”, cantores de massa, como Roberto Carlos, vão incorporando ao seu estilo interpretativo e ao seu repertório de sucessos, sem nenhuma inibição, algumas das lições e dos achados da bossa-nova (*ibidem*, pp. 63-4).

Posteriormente, em balanço similar, o autor articula o sucesso dos artistas vinculados à então nascente Tropicália à retomada da “linha evolutiva” da BN, deixando para trás o uso de

material musical vinculado à música tradicional e folclórica. Novamente as características musicais da BN aparecem relacionadas às ideias de modernidade, avanço e industrialização

eu já adivinhava que a solução não poderia ser voltar para trás. [...] Impossível fazer o novo com o velho. Pois o novo ainda era Tom [Jobim] & João [Gilberto]. E foi justamente por não temer as influências e por ter tido a coragem de atualizar a nossa música com a assimilação das conquistas do *jazz*, até então a mais moderna música popular do Ocidente, que a bossa-nova deu a virada sensacional na música brasileira, fazendo com que ela passasse, logo mais, de influenciada a influenciadora do *jazz*, conseguindo que o Brasil passasse a exportar para o mundo produtos acabados e não mais matéria-prima musical (ritmos exóticos), “macumba para turistas”, segundo a expressão de Oswald de Andrade (*ibidem*, pp. 142-3).

Mais extenso, o “Balanço da Bossa Nova” do maestro Júlio Medaglia tentava uma análise menos hostil ao material musical não identificado com a BN. No entanto, também nesse texto, os contrastes entre seu objeto e o “resto do populário” se operarão segundo os mesmos pressupostos. Assim, embora entusiasta da música popular “em geral” o autor situa seu argumento mediante a oposição entre dois tipos principais de práticas musicais populares.

“Se uma modalidade de samba era extrovertida, adequada para uma prática musical de massa e de rua, outra visava uma versão musical introvertida, apropriada para a intimidade de pequenos recintos, versão camerística, portanto, sem que a presença de uma implicasse na negação da outra” (Medaglia, 2012, pp. 71). Adiante, o maestro aprofunda a clivagem.

Os sambas de rua têm linhas melódicas mais simples, para serem facilmente cantados e assimilados; harmonias que contêm apenas os acordes básicos, para evitar a dispersão de qualquer espécie; ritmo simples, claro e repetitivo, pois sua função é condutora e unificadora. Os textos revelam estruturas simples, facilmente cantável e assimilável, permitindo e sugerindo, com isso, a participação inclusive da assistência [...] (*ibidem, idem*).

Já a BN, é descrita como

uma música mais voltada para o detalhe, baseada quase sempre no canto, violão e pequenos conjuntos; desenvolver-se-ia a prática do “canto-falado” ou do cantar baixinho – uma vez que a audiência está próxima –, do texto bem pronunciado, do tom coloquial da narrativa musical, do acompanhamento e do canto integrando-se mutuamente, em lugar da valorização da “grande voz” ou do “solista”. Essas condições de concentração permitem também o uso de textos mais elaborados, mais refinados e, não raro, com artifícios poéticos de alto nível literário (*ibidem*, pp. 72).

Os critérios definidores propostos por Brito, reiterados por Tinhorão e Campos retornam, agora relacionados às camadas sociais urbanas. Às camadas populares corresponderia uma música mais “simples”, às médias uma mais “sofisticada”. Assim, Zona Sul do Rio de Janeiro produziria para o autor uma prática na qual

A estrutura musical é mais rebuscada; as melodias são, em geral, mais longas e mais dificilmente cantáveis, as harmonias mais complicadas, plenas de acordes alterados e pequenas dissonâncias, os efeitos de interpretação são mais sutis e mais pessoais, permitindo pequenos artifícios, como silêncios ou pausas expressivas, assim como detalhes de execução instrumental mais sofisticada etc (*ibidem, idem*)

Entretanto, alerta o maestro,

Se a sutileza, o detalhe, a elaboração e a introversão são as características originais dessa espécie de música e a simplicidade, a espontaneidade num mínimo de elementos e a extroversão, os característicos da outra, isso não implica em maior ou menor grau de qualidade ou autenticidade de nenhuma delas. O fato de o Maracanã inteiro poder cantar em uníssono “ui ui ui, robaro a mulhé do Rui” e não poder cantar o *Desafinado* não significa – e esclareça-se muito bem este aspecto! – que esta música não seja ou não possa ser popular, ou possua algo menos que a outra (*ibidem, pp. 72-73*).

O canto-falado retorna como descritor essencial, uma vez mais afastando a BN das práticas musicais latinas.

Uma interpretação despojada e sem a menor afetação ou peripécia “solística” era parte essencial da revolução proposta pelo disco [de João Gilberto]. Em outros termos, era a negação do “canto”, do “solista” e do “estrelismo” vocal e de todas as variantes interpretativas opero-tango-bolerísticas que sufocavam a música brasileira de então. Era a vez do cantochão, da melódica mais simples e fluente, da empostação mais natural e relaxada, não raro com trechos de ‘lá-lá-lá’ ou assobiados, onde se percebem, com toda a clareza, as mínimas articulações musicais e literárias [...] (*ibidem, pp. 75*).

O balanço segue separando BN do repertório precedente. “[...] Numa época em que faziam sucesso músicas como *Ouçá* ou *Risque*, cujo conteúdo musical e literário mais se aproxima dos longos dramas bolero-musicais centro-americanos, chegava o baiano BN com seu baiãozinho simples, concreto e musical [...]” (*ibidem, pp. 78*).

A densidade demográfica justificava a estética “camerística” atribuída à prática cuja “revolução proposta [...] em seu aspecto mais original” consistia em

Evoluir no sentido de uma música de câmara adequada à intimidade dos pequenos ambientes, característicos das zonas urbanas de maior densidade demográfica. Uma música voltada para o detalhe, e para uma elaboração mais refinada com base numa temática extraída do próprio cotidiano; do humor, das aspirações espirituais e dos problemas da faixa social onde ela tem origem (*ibidem, idem*).

E retomando a “extroversão” da BN aludida por Campos, Medaglia alerta ao perigo de se “retornar” ao bolero vendo a “contenção” atribuída à prática eventualmente se converter em “excesso”.

Na realidade, aquela música BN que caracterizamos de “música camerística”, “progressiva” “de pesquisa”, “de elaboração”, “música de detalhe”, econômica, refinada, vanguardista, literariamente de alto nível, de *blague*, humor, sentimental, mas discreta, de linguagem simples e de rua’, aquela música *relaxed* e desinibida [...] parece que deixou de atuar, pois o frenesi do sucesso trouxe a demagogia, o estardalhaço patológico: se não se tomar cuidado, estaremos reeditando todas as versões do bebopismo americanos – que nem sequer é o mais avançado jazz – caminharemos no sentido de uma sofisticação da música carnavalesca, que, em sua forma mais simples, aplicada ao espetáculo de rua, torna-se um fenômeno artístico-social dos mais raros e ricos do mundo – e estaremos outra vez às margens do bolero e às voltas com os gemidos típicos da música centro-americana (*ibidem*: 120-21)

Entusiasta da BN e convencido da rígida relação entre condições materiais e expressividade artística, Medaglia insiste em seu argumento, sempre zeloso para não ser mal interpretado.

Se um habitante de morro, em sua necessidade de expansão temperamental através da música, por falta de condições materiais é levado a fazer uso de uma frigideira, chegando com isso aos melhores resultados artísticos, o músico urbano, que tem possibilidades materiais e meios para fazer uso de instrumental e técnicas musicais modernos, assim como as vias de informação – discos, partituras, livros – tem por obrigação cultivar uma modalidade de música com base nesses recursos. Essa conscientização e esse espírito de “evolução” intencional é que dá ao músico urbano a “organicidade de seleção”. Só ele o fará identificar a oportunidade do emprego, em dado momento, de um sutil efeito eletrônico de gravação, assim como o conteúdo humano que possa ter um simples canto ou frase dita por um analfabeto de morro, que se tornam a matéria prima de sua criação artística. Essa foi a realidade proposta pela mais autêntica BN. [...] (*ibidem*, pp. 122-23).

Por fim, o autor parece se convencer de seu argumento novamente contrastando a BN a práticas musicais latinas aproximando-a da música norte-americana

Enquanto o bolero, o chá-chá-chá e a música havaiana nos EUA e na Europa Central e do Norte não ultrapassam o interesse do exótico, atingindo a uma camada músicos que tocam em festinhas escolares ou em *boites* à meia-luz, espécie de ópio ou masturbação espiritual para sugerir paraísos perdidos nos mares do Sul, a BN entrou no mercado internacional via Carnegie Hall de Nova Iorque e Saal der Philharmonie de Berlim; por outro lado, a faixa de músicos que dela se ocupou foi a dos mais importantes, tecnicamente mais evoluídos e artisticamente mais conscientes e consequentes da música norte-americana de vanguarda [...] (*ibidem, idem*).

Finalmente, se ocupando dos festivais de canção e as tendências musicais que se apresentavam no Sudeste brasileiro em meados da década de 1960, o compositor Gilberto Mendes ancoraria sua análise em termos semelhantes. Uma vez mais, o sucesso de *iê-iê-iê* era atribuído à “queda de padrão” da música pelo abandono das práticas interpretativas da BN em prol daquelas vinculadas à música tradicional.

Para fazer frente ao mau gosto do iê-iê-iê brasileiro vitorioso, urgia liquidar com o bom gosto de todas as conquistas renovadoras da BN e retornar ao sambão gritado e quadrado. [...] O mais grave ainda, compositores que se afirmavam de protesto e contra o subdesenvolvimento ganhavam [nos festivais da canção] uma nota sentida com a exploração de um gosto popular subdesenvolvido, subestimando as possibilidades que o povo tem de apreciar trabalhos mais elaborados (Mendes, 2012, pp. 134)

REBALANÇANDO O BALANÇO DA BOSSA

Alguns dos juízos estéticos sedimentados na interlocução vieram a informar produção acadêmica posterior tratando o tema. Quinze anos após a primeira edição de *Balanço da Bossa e Outras Bossas*, o etnomusicólogo Gerard Béhague³ ratificaria várias das premissas elencadas acima em artigo fortemente informado pela interlocução aqui abordada. A relação entre o desenvolvimento econômico do período, a “modernização” da música popular pela BN e a camada social à qual é vinculada estão na base de sua análise.

Desde o advento da *bossa nova* (1958-59), a história da música popular no Brasil parece ter seguido um padrão fundamental de modernização testemunhado nas áreas urbanas. O expressivo crescimento da população urbana nos últimos quinze anos tornou possível desenvolver um mercado de música diversificado de incrível proporção para um assim chamado país “subdesenvolvido”. Além disso, a emergência consequente de uma poderosa classe média, com aspirações modernizadoras criou um clima favorável para experimentação com novos estilos [...] (Béhague, 1973, pp. 209).

Posteriormente, breve incursão do sociólogo Renato Ortiz ao tema reiteraria a aproximação da BN à música de concerto ligada a ideia de sofisticação e urbanidade. O movimento estaria

ligado a um esforço de pesquisa sonora mais sofisticado que rompe com os padrões do passado, propondo um novo ritmo, uma nova forma de arranjo, uma outra maneira de cantar, um “canto falado” que se distancia do “dó do peito”. Por isso eles a comparam à música da câmara. Brasil Rocha Brito diz que “a bossa nova apresenta vários pontos de contato com a música erudita de vanguarda pós-weberiana, e, se um modo geral com o Concretismo nas artes”. Ponto de intersecção entre as esferas de ordens diferentes a bossa nova se exprime como um produto “popular-erudito”, manifestando um novo tipo de musicalidade urbana (ORTIZ, 2001, pp. 106).

Anos mais tarde, a antropóloga Santuza Cambraia Naves, em perspectiva mais crítica e analítica em relação à interlocução, inicial retomaria o juízo segundo o qual “os músicos da bossa nova, notadamente João Gilberto, pautariam o seu trabalho pela rejeição dos sambas-canções e dos

³ Um dos fundadores do programa de pós-graduação em musicologia-etnomusicologia na Universidade de Texas-Austin, onde lecionava, Gerard Behague foi um importante musicólogo/etnomusicólogo especialista em América Latina. Entre diversos livros e publicações sobre o tema, destacamos sua atuação como editor da seção latino-americana do *New Grove's Dictionary of Music and Musicians* e *Die Musik in Geschichte und Gegenwart* (Volpe, 2005).

boleros melodramáticos do período anterior, e da maneira operística de interpretar estas canções [...]” (Naves, 2000, pp. 35).

Tais pressupostos, no entanto, nunca estiveram isentos de controvérsias. Alongo de suas carreiras Roberto Menescal e Carlos Lyra admitiram o influxo do bolero em suas formações musicais, o primeiro citando principalmente o cantor Lucho Gatica e o segundo mencionando os boleros de Augustin Lara e os “boleros brasileiros” pré-BN (Naves, 2000, pp. 36). O canto-falado, obsessivamente articulado ao *cool jazz*, já estava em curso na música popular brasileira anterior à BN, por exemplo, nos sambas de cantados por Mário Reis, fato reconhecido pela maioria dos autores pró-BN reunidos no livro de Campos, mas sempre negligenciado em suas análises (Brito, 2012, pp. 36; Campos, 2012: 54; Medaglia, 2012, pp. 81). O cosmopolitismo atribuído à BN enquanto prática capaz de mesclar elementos “regionais” e “universais” – leia-se oriundos do *jazz* e música de concerto europeia – sempre esteve acometido de irremediável ambiguidade: como “romper” com a música precedente reivindicando manter sua “essência”? Além disso, importantes músicos e musicistas ligados à BN desde o primeiro momento e mencionados desde as primeiras análises não correspondiam à homogênea camada social de músicos brancos da classe média residentes na Zona Sul do Rio de Janeiro. Alaíde Costa e Elza Soares, cantoras que emprestaram grande consistência à prática no momento em que muitos de seus adeptos eram diletantes em vias de profissionalização, eram negras e moravam no subúrbio do Rio de Janeiro, respectivamente nos bairros de Água Santa e Engenho de Dentro. Baden Powell, exímio violonista e compositor, nascera em Varre-e-Sai e fora criado no bairro de São Cristóvão, Zona Norte do Rio de Janeiro. Apesar de fazer uso de acordes dissonantes, não há como negar as fortes influências de choro e samba em sua prática interpretativa.

A despeito de contradições como as brevemente elencadas acima, a imensa maioria dos escritos sobre a BN se servem das definições, marcadores estilísticos e juízos estéticos estabilizados durante a discussão entre “tradição e modernidade” travada durante a década de 1960. O caso é um exemplo eloquente de processos de valoração de material sonoro por atores sociais que, ao atribuírem determinadas características terminam por contribuir para a própria construção do objeto que pretendiam descrever.

No contexto da querela “tradição x modernidade” na música popular reencenada a partir do disco de João Gilberto, pode-se pensar o esforço dos críticos que se engajaram na interlocução aqui abordada como um trabalho de tradução, isto é, esses teóricos buscavam consolidar fronteiras de modo a legitimar a prática emergente destacando-a do resto do repertório e afirmando sua pertinência enquanto gênero musical autônomo. O confuso cenário no qual o termo BN se ligava a um estado de espírito e admitia em seu bojo uma miríade de atores e práticas artísticas deveria ser substituído por uma concepção fechada claramente delimitada. Toda vez que “grupos são formados

ou redistribuídos, seu porta-voz procura desesperadamente maneira de *de-fi-ni-los*. Fronteiras são demarcadas, delineadas, fixadas e conservadas” (Latour, 2012, pp. 57). Os pares de oposição e as análises ancoradas nas dicotomias abordadas acima se explicam porque “sempre que algum trabalho é necessário para traçar ou retraçar as fronteiras de um grupo, outros agrupamentos são classificados de vazios, arcaicos, perigosos obsoletos etc. É pela comparação com outros vínculos concorrentes que se enfatiza um vínculo. Assim, para cada grupo a ser definido, aparece logo uma lista de *antigrupos*” (*ibidem*, pp. 56).

As contradições brevemente elencadas se referem àquilo que Callon chama controvérsia, algo em curso quando a “representatividade do porta-voz é questionada, discutida, negociada ou rejeitada” (Callon, 1986, pp. 15). A presença de Ari Barroso os bossanovistas ou as definições iniciais ligando-a à práticas anteriores trazem a lume o trabalho teórico de construção de juízos estéticos habilmente operadas através das comparações entre BN e o “populário anterior” ao longo das críticas, afinal,

toda formação de grupo será acompanhada da busca de um amplo leque de características mobilizadas para consolidar as fronteiras desse grupo contra as pressões adversas dos grupos antagônicos que ameaçam dissolvê-lo. Há inúmeras maneiras de tornar a definição de grupo uma coisa finita e segura, tão segura e finita, ao fim e ao cabo, que parece objeto de uma definição não-problemática. [...] No fim, parecerão tão inquestionáveis que serão tomadas como coisa certa e não mais produzirão nem traços, nem fagulhas, nem informações (Latour, 2012, pp. 57-58).

Neste processo, as análises que ancoravam a valoração estética do material musical às ideias de urbanidade, desenvolvimento e camadas sociais podem ser explicadas pela noção de panoramas, operações que “propiciam a única ocasião para ver a ‘história total’ *como um todo*” que desempenham papel crucial uma vez que “permitem aos espectadores, aos ouvintes e aos leitores *equipar-se com um desejo de totalidade e centralidade*. É dessas poderosas histórias que obtemos as nossas metáforas para aquilo que ‘nos une’, as paixões que supostamente compartilhamos, o contorno geral da arquitetura da sociedade, as narrativas mestras com as quais somos disciplinados” (*ibidem*, pp. 273). Esses dispositivos “resolvem magnificamente a questão da encenação da totalidade, da ordenação dos ‘altos e baixos’, do alojamento do ‘micro’, do ‘meso’, e do ‘macro’ um no outro” (*ibidem*, pp. 272), daí a coerência que parece cercar a construção teórica da BN a despeito das controvérsias e a forte adesão que os postulados teóricos iniciais seguem tendo sobre o tema.

Pelo exposto, proponho pensar que a BN nunca foi objeto de uma definição ostensiva, isto é, ela nunca “este lá”, posta diante dos críticos que simplesmente a apontaram com o dedo indicador a descrevendo. Ela foi fruto de uma descrição performativa, operada também pelas críticas que seguem

sendo editadas em importantes livros sobre o tema, o que se explica pelo fato de que “os textos agem sobre o mundo, e circulam em redes práticas que nos ligam a situações” (Latour; Hermant, 2004: 5-6).

Assim, espero que a breve exploração das controvérsias sobre as articulações entre desenvolvimento econômico, camadas sociais e música urbana no caso da BN possa contribuir para a reflexão da construção social da música e suas políticas de valoração de material musical e marcadores estilísticos. Talvez com investigações mais críticas, possamos explorar as ambiguidades que levam práticas musicais latino-americanas a serem articuladas àquelas norte-americanas e europeias às expensas de influxos musicais de países vizinhos ou da música tradicional do próprio país, possibilitando outros insights sobre a dinâmica de construção de nossas práticas musicais.

Referências

- ALENCAR, Míriam Lima de. Música moderna só tem um nome: 'bossa nova'. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1960. 2º caderno, p. 12. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/1167, acessado em abril de 2024.
- ÁLVARES. Música de bossa nova: os moços do samba estereofônico. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1960. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/003581/129415>, acessado em abril de 2024.
- BÉHAGUE, Gerard. Bossa & Bossas: Recent Changes in Brazil Urban Popular Music. In: *Ethnomusicology*, maio de 1973, vol. 17, n. 2, pp. 209-233.
- BRITO, Brasil Rocha. Bossa Nova. In: CAMPOS, Augusto de. *O Balanço da Bossa e outras Bossas*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen os St. Brieuc Bay. In: LAW, J. *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* Londres, Routledge, 1986, pp. 196-223.
- CAMPOS, Augusto de. *O Balanço da Bossa e outras Bossas*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- GRUPOS de bossa nova disputam liderança: princesas vão assistir. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 de maio de 1960. 1º caderno, p. 10. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/5170, acessado em abril de 2024.
- INSTALA-SE clube para defender a “bossa nova”. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1960. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/61733>, acessado em abril de 2024.
- LATOURE, Bruno. *Reagregando o social: Uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.
- LATOURE, Bruno; HERMANT, Émilie. “Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções”. In: PARENTE, André. *Tramas da Rede*. Sulina: Porto Alegre, 2004. pp. 39-63.
- MEDAGLIA, Júlio. “Balanço da Bossa”. In: CAMPOS, Augusto de. *O Balanço da Bossa e outras Bossas*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- MENDES, Gilberto. “De como a MPB perdeu a direção e continuou na vanguarda”. In: CAMPOS, Augusto de. *Balanço da bossa e outras bossas*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- NAVES, Santuza Cambraia. Da bossa nova à tropicália: contenção e excesso na música popular. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 15, nº 43, junho de 2000 pp. 35-44.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- TINHORÃO, José Ramos. *Música popular: um tema em debate*. Rio de Janeiro: JCM, 1966.
- PAZ, Ermelinda A. *Pedagogia Musical Brasileira no Século XX: metodologias e tendências*. Brasília: Editora Musimed, 2013.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- VOLPE, Maria Alice. O legado de Gerard Béhague (1937-2005). In: *Revista Brasileira de Música*. 2010, v.23, n.1, pp. 167-174.



GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades latino-americanas

FRAGILIDADE DOS ARRANJOS SÓCIO-ESPACIAIS-CULTURAIS AMAZÔNICOS: UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONSTANTES SOBREPOSIÇÕES DE RACIONALIDADES EM PARALELO COM AS FAZENDAS DE VACARIAS EM BELÉM.Cristina Lima Cardoso (UFPA)¹Raul Ventura Neto (UFPA)²

RESUMO: As ações desenvolvimentistas, promovidas principalmente por políticas estatais, impulsionaram constantes modificações no espaço urbano amazônico. Especialmente a partir da segunda metade do século XX. Tais ações perpetuam processos que levam à desassociação das relações entre espaço, sociedade e natureza. Os usos da terra revelam as contradições históricas no espaço urbano, somadas aos variados contextos no percurso do urbanismo nas diferentes fases do capitalismo. Este artigo tem por objetivo levantar questões sobre a supressão de arranjos com aspectos sociais-culturais manifestados no urbano amazônico, intercalando o debate com o binômio urbanismo-capital, traçando paralelos com aspectos que sustentavam fazendas de vacarias em Belém, comuns na paisagem urbana até meados do século XX e expondo a questão da alimentação nos planos urbanísticos da cidade. No desenvolvimento procura-se contextualizar as fazendas de vacarias, posteriormente segue-se com a questão da alimentação nos planos de urbanização de Jerônimo Cavalcanti e planos urbanísticos de 1975 e 1980. E enfatiza-se que o urbanismo deve levar em conta forças multidisciplinares, validando valores ecológicos e culturais, que as históricas práticas urbanistas, reconfiguram continuamente os espaços num imbricado processo de urbanização Amazônica, e estes inviabilizam diferentes interrelações sócio ambiental, política, cultural e espacial.

Palavras-chaves: Amazônia; Belém; urbanização; Vacarias; alimento.

INTRODUÇÃO

As paisagens não são apenas um cenário passivo, onde se desenrolam as atividades humanas, mas sim espaços dinâmicos e historicamente constituídos de interações entre humanos e não humanos, nesse sentido a paisagem é uma co-construção de ambientes sociais e naturais (INGOLD, 2021). Uma rede de inter-relações entre múltiplos agentes, um resultado de relações sociais, históricas e materiais entrelaçadas. Em termos lefebvrianos, podemos pensar na paisagem, ou espaço de três maneiras, como concebido, percebido e vivido³. Nesses termos a paisagem é um espaço socialmente produzido e cheio de significados, um produto e também um processo, constantemente recriado pelas interações e práticas. Na abordagem da Ecologia Política Urbana o conceito de espaço é multifacetado, onde emergem desigualdades e conflitos. Por esse lado, a produção do espaço detém uma identidade não neutra, na perspectiva das relações de poder, que pode ser compreendida no controle e domínio da

¹ Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPA, Brasil.

Email:arquiteturacristinalima@gmail.com.

² PPGAU, UFPA, Brasil. Email: raulvneto@ufpa.br.

³ A compreensão estabelecida por Henri Lefebvre na sua teoria do espaço social, em "A produção do Espaço" de 1974, aborda que é preciso reconhecer que o espaço é mais que uma característica física ou natural, é carregado de significado, usos e valores impostos. Onde pode este, ser concebido em mapas, planos e outras formas, pode ser percebido nos usos cotidianos e ainda pode ser compreendido pela vivência, nas experiências simbólicas e emocionais.

natureza, e como ela seus povos, na determinação de usos e valores antropocêntricos. Que gera um cenário, onde os aspectos da temática do desenvolvimento, tecnológico, econômico e urbano se firmam como a força motriz por trás das graves consequências das emergências climáticas, que revela a necessidade de reavaliar a relação estabelecida com o ambiente e reconhecer a interdependência existente. Esse quadro traz consigo uma série de desafios ambientais, sociais e econômicos, incluindo a perda de biodiversidade e impactos na produção de alimentos.

Os arranjos sociais e culturais que participam da composição particular da paisagem na Amazônia são extremamente diversificados, que reflete a rica biodiversidade da região e a pluralidade de povos que nela habitam, incluindo comunidades indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outros. Vários estudos antropológicos reconhecem que esses grupos desenvolveram ao longo do tempo formas de vida e sistemas de conhecimento, milenar, adaptados ao meio ambiente amazônico, resultando em um mosaico de culturas e práticas sociais (CARDOSO, 2021). Estes, grupos plurais amazônicos, também estão relacionados a formas de agricultura, desenvolvendo práticas de modo que o uso da terra garanta a subsistência e a fertilidade, traduzida na lei do retorno. O manejo das florestas nesses moldes, concebe um verde específico domesticado, que proporciona variados tipos de alimentos, ervas medicinais e mantém uma ligação com a manutenção dos ecossistemas (LOPES, 2017; CARDOSO, 2021).

A denominação agricultura detém variações, e com o decorrer dos fenômenos históricos, principalmente ligados à modernidade, essa terminologia pode ser do tipo Urbana; Periurbana; rural; pode estar relacionada a práticas de Hortas; a atividade agrícola ou agropecuária; e outras dependendo da abordagem. Wandscheer e Medeiros (2012) organizam a denominação de Agricultura Urbana, do seguinte modo:

Agricultura Urbana é um conceito que abarca a produção agrária nos limites do espaço urbano, de caráter e dinâmica multidimensional, podendo envolver produção e transformação. Distingue-se das atividades urbanas comuns, mas abarca diversidades de uma série de outras atuações cidadinas, vincula potenciais de comercialização e articulação entre locais e localidades próximas. Porém, conserva consigo (transformando, adaptando e (re)criando o processo produtivo) a centralidade no alimento, este mais comum ao campo, porém não ausente no urbano, ainda que com maiores dificuldades no que se refere à área. Pode ser desenvolvido em caráter individual, familiar ou comunitário e não costuma empregar mão de obra remunerada, de forma que, quando o faz se dá em pequenas quantidades. Além disso, costuma utilizar pouco maquinário e tecnologia em sua produção, sendo a mesma voltada a demandas do mercado ou autoconsumo, neste último caso, sendo empregada comumente em comunidades pobres. Costuma estar relacionada a temáticas como segurança alimentar e sustentabilidade (WANDSCHEER; MEDEIROS, p.18,2012).

Em Belém na perspectiva da agricultura urbana e periurbana o verde dessa atividade, se relaciona à diversidade de paisagens bioculturais em formas de reprodução da vida no campo. A compreensão do verde na cidade admite várias interpretações, as que dizem respeito a saúde do ambiente urbano, na manutenção do clima, na dimensão da permeabilidade do solo que influencia na dinâmica das águas, na retenção, filtração e purificação (BOBROWSKI et. al., 2009). Na dimensão do lazer, no verde contemplativo, das praças e parques, na convivência com o relaxamento e também na experiência ativa recreativa (BAHIA, 2012). E na perspectiva do cultivo, plantação, que acessa compreensões originárias e ancestrais, Afro-Indígenas, do manejo do verde na produção de alimento,

no uso de plantas medicinais (MELO, et. al., 2021), e também na criação de animais relacionados ao cotidiano de arranjos amazônicos.

Porém na dinâmica do urbanismo tecnicista, na complexidade de estruturas modernizantes do capital, ocorre uma indução de um movimento em que porções de verdes devem ser localizados, ou direcionados para a elite, em condomínios fechados, na disputa do uso do solo urbano, nas várias fases do capitalismo. E personificam a ideologia do status e modismos estéticos que, no final do século 1990, passou a permear a capital do Pará, com os representantes das concepções das Cidades Jardins, em exemplares reducionistas como, Greenville, Cristalville, Lago Azul, Água Cristal e outros (VENTURA NETO, 2012). Fenômeno que ocorre em detrimento ao movimento de retirada e exclusão de áreas vegetadas nas parcelas adensadas da cidade. Legitimado um discurso excludente, manifestado por vezes em camadas sociais de médio a alto poder aquisitivo, influenciando as constantes modificações, de camadas com variado conteúdo social, econômico, simbólico e cultural. Num processo dramático que impõe preceitos e se move num marketing que reestrutura parâmetros para garantir uma refuncionalização espacial, onde o espaço urbano pode ser ressignificado a serviço de acumulação e especulação do investidor imobiliário.

A respeito da acumulação e especulação também se insere a problemática de espaços subutilizados, no meio urbano, e fomenta uma discussão de áreas produtivas, com potencial para a manutenção de cultura-histórica-social de plantio, de horta, que associa questões de transporte de alimentos, na necessidade de reduzir a importação de produtos de áreas distantes. Nesse sentido, soma-se também a compreensão de que essas áreas de verde, têm um potencial para contribuir na poluição contínua da cidade, além de regular temperaturas e favorecer espaços de convivência. Estimulando a economia local e promovendo emprego.

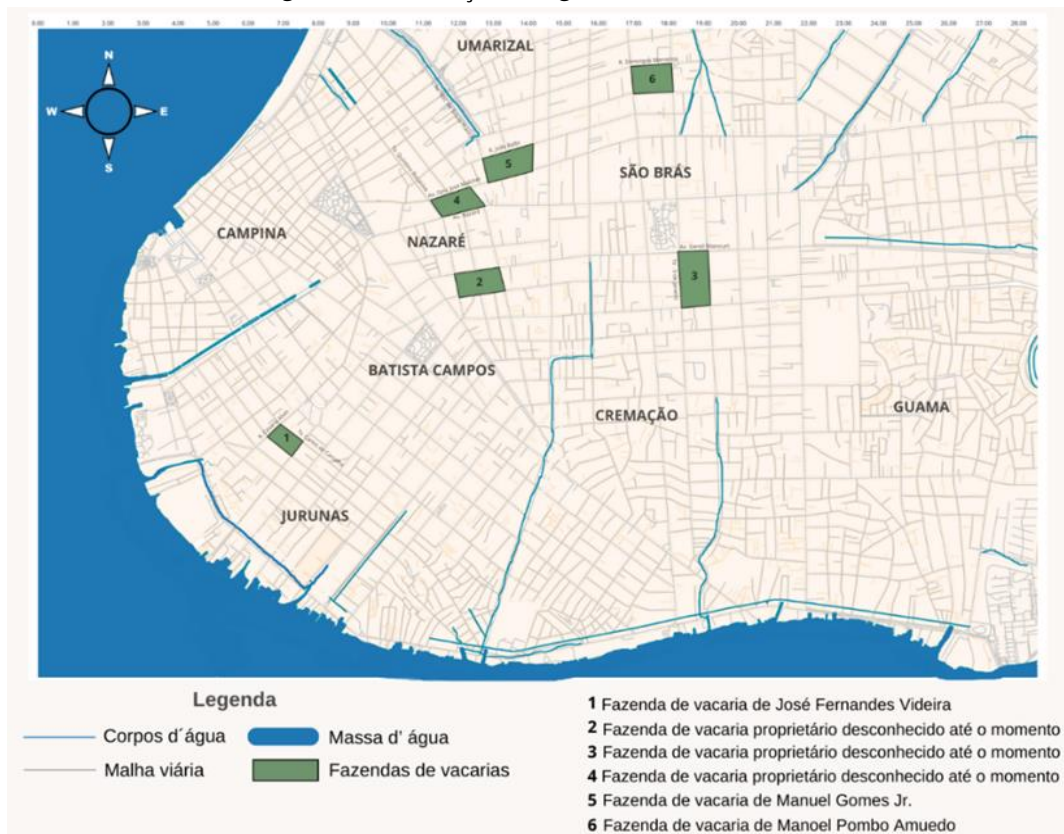
Nesse sentido, anteriormente colocado, este artigo tem por objetivo mobilizar um debate do aspecto da alimentação para ocasionar uma reflexão a respeito do lugar dos arranjos de agricultura urbana, nas constantes sobreposições de racionalidades do tempo, e explorando planos urbanísticos para a cidade de Belém que consideravam a questão da agricultura, traçando um paralelo com aspectos das fazendas de vacarias na paisagem de Belém no século XX. No sentido de que, o século XXI demanda por um amadurecimento das práticas urbanas, de modo a considerar as complexidades dos modos de vida e das outras formas de produção e apropriação da terra, que coexistem com o sistema capitalista, mas não são completamente regidas por ele, embora articulados às economias que os polarizam (CARDOSO, 2021; POLANYI, 2000). Enfatizando que o urbanismo deve levar em conta forças multidisciplinares, validando valores ecológicos e culturais. A estrutura do texto se divide em duas seções além da introdução e das considerações finais. Na primeira trazemos os aspectos que sustentavam as fazendas de vacarias em Belém, comuns na paisagem urbana até meados do século XX. Na segunda apontamos a questão da alimentação nos planos de urbanização de Jerônimo Cavalcanti e planos urbanísticos desenvolvidos para a Região Metropolitana de Belém entre os anos as décadas de 1970 e 1980.

As fazendas de Vacarias em Belém

Com base em acervos jornalísticos do estado do Pará, sabe-se que em meados do século XX já existiam na cidade de Belém arranjos com características rurais chamadas de vacarias ou fazenda de vacarias. E algumas destas estruturas ocupavam extensas áreas afastadas do centro da cidade (ver imagem 01), no seu interior, provavelmente havia o curral, espaço de pastagem, a sede, espaço para produção de leite e armazenamento, e também espaço para outras atividades agrícolas e criação de

outros animais. Como menciona Cardoso e Ventura Neto (2013): nas vacarias havia a produção de leite, hortaliças e criação de pequenos animais. Segundo Penteadó (1968), nas dependências das vacarias, tinham os estábulos e pequenas granjas, postas junto à residência, e estas além de fornecerem leite *in natura*, também forneciam flores para enfeite das casas e de caixões. Mourão (1987) comenta que essas áreas foram requeridas, concedidas para atividade pastoril e tinham como primeiros proprietários as famílias, Lobo Guimarães, Leal Martins, Umbelina Quadros, Chermont, Santos Moreira, Pinheiro Filho, entre outras. Estas, ao longo do tempo, repassaram ou venderam a parentes ou a outras famílias, que se tornaram no fim do século XX os maiores proprietários privados das baixadas em Belém.

Imagem 01: Localização de algumas vacarias em Belém



Fonte: Base da malha viária, DNIT,2019; Corpos d' água e Massa d' água, ANA, 2019. Jornais: O Liberal do Pará de 1888; Diário de Notícias de 1887, 1889, 1896; Estado do Pará de 1916. Elaboração dos autores.

Em alguns bairros como o Umarizal a paisagem das vacarias compunha as características primitivas, do alagado, das casas de pau-a-pique cobertas com palha, e seus terreiros de umbanda, participando da formação da identidade cultural deste bairro, quando a predominância deste era de pretos e pobres (LIMA; NETO, 2021). Nos relatos do estudo de Rodrigues (2010), comenta-se que as vacarias estavam muito presentes e distribuídas nos bairros, que a maioria destas tinham plantações de flores, e chamavam de horta de flores, outro entrevistado narra que havia uma grande vacaria numa baixada, no bairro do Reduto e outra na Quintino, onde de lá partia a distribuição de leite quente na cidade. Nesse aspecto é inegável pensar nessas estruturas como participantes da distribuição e produção de alimentos na cidade. E devido a dificuldade do abastecimento de gêneros de primeira hora na cidade, os registros de relatórios de obras de governantes, (ver figura 02),

demonstram a necessidade de ter um curral, em locais que precisassem de abastecimento imediato, como por exemplo em hospital de grande público na região.

Imagem 02: Recorte do relatório de benfeitorias feitas no Hospital Domingos Freire, em 1904

Dispõe esta construção de um estabulo para 16 vaccas, enfermaria, deposito de forragens, curral de bezerros, moradia do vaqueiro, e uma área para a extracção do leite.

Fonte: CRL Digital Delivery System.

Porém como vários registros jornalísticos da época apontam, pelos anúncios de venda, as vacarias foram abandonadas por seus primeiros proprietários, com o tempo, e já estavam bastante estigmatizadas com a cultura higienista perpetuada no decorrer do século. E essas estruturas foram sendo percebidas como algo extremamente perigoso, com risco de contaminação pela técnica empregada da extração e armazenagem do leite e foco de miasmas para os habitantes da cidade. Mesmo que em períodos anteriores estas tenham sido pontos de atividade de prática de estudantes de veterinária e zootecnia da universidade da região, como ilustra o texto no recorte da imagem 03.

Imagem 03: Recorte de jornal, relatando a utilização de uma vacaria para estudo técnico.

ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINARIA DO PARA'.—Ante-hontem, pela manhã, nos estabulos da vaccaria do "Café Manduca", de propriedade dos srs. Lopes e Guimarães, á rua dos Tamoyos, o sr. Octavio D. Carneiro, cathedratico dessa escola, fez aos alumnos do 3º anno uma pratica da cadeira de zootecnia, sobre as doutrinas das lições theoricas que lhes têm sido ministradas.

Segundo refiriu aquelle docente á directoria, a impressão geral que teve desse estabelecimento foi a melhor possível, sendo sua opinião que o processo allí empregado, apesar de pequenos senões, é o mais bem acabado que, talvez, se empregue em nosso meio urbano. A ordenha foi feita pelos proprios alumnos e pelo professor, que reputa excellente o leite das vaccas allí existentes.

Em outra lição pratica que se realizará na proxima semana, será estudada a materia da alimentação fornecida áquelle gado vaccum, em concordancia com os ensinamentos theoricos da cadeira de forragem e nutrição, cujos alumnos do 4º anno de verão comparecer.

A directoria da escola, felicitando os srs. Lopes e Guimarães por esse facto, agradeceu-lhes, tambem, a gentileza que tiveram de franquear ao estudo dos alumnos a sua bem installada vaccaria.

Fontes: Jornal do Estado do Pará de 1921.

O desaparecimento das vacarias, e de estruturas semelhantes, acredita-se está relacionado com o dinamismo da atividade pecuária leiteira, com alta tecnologia e distanciamento do espaço de produção do consumidor final. Mas segundo Chaves (2016), a política de habitação de Magalhães Barata por volta de 1943, em conjunto com as novas ações de urbanização para Belém, proibiu áreas de criação de vacas na área urbana. Essa política combinou com a evolução das novas abordagens de agricultura para a produção em massa, com a dificuldade no abastecimento da capital, devido ao aumento da população como um todo, principalmente devido ao *boom* da borracha e principalmente

devido ao imbricado processo do capital imobiliário, gerando o esvaziamento das áreas de vacarias. Tornando suas antigas áreas espaços de disputa pelos agentes imobiliários e pela população descendente da ocupação das baixadas, que via nelas única alternativa de moradia.

A questão da alimentação no Plano de urbanização de Jerônimo Cavalcanti

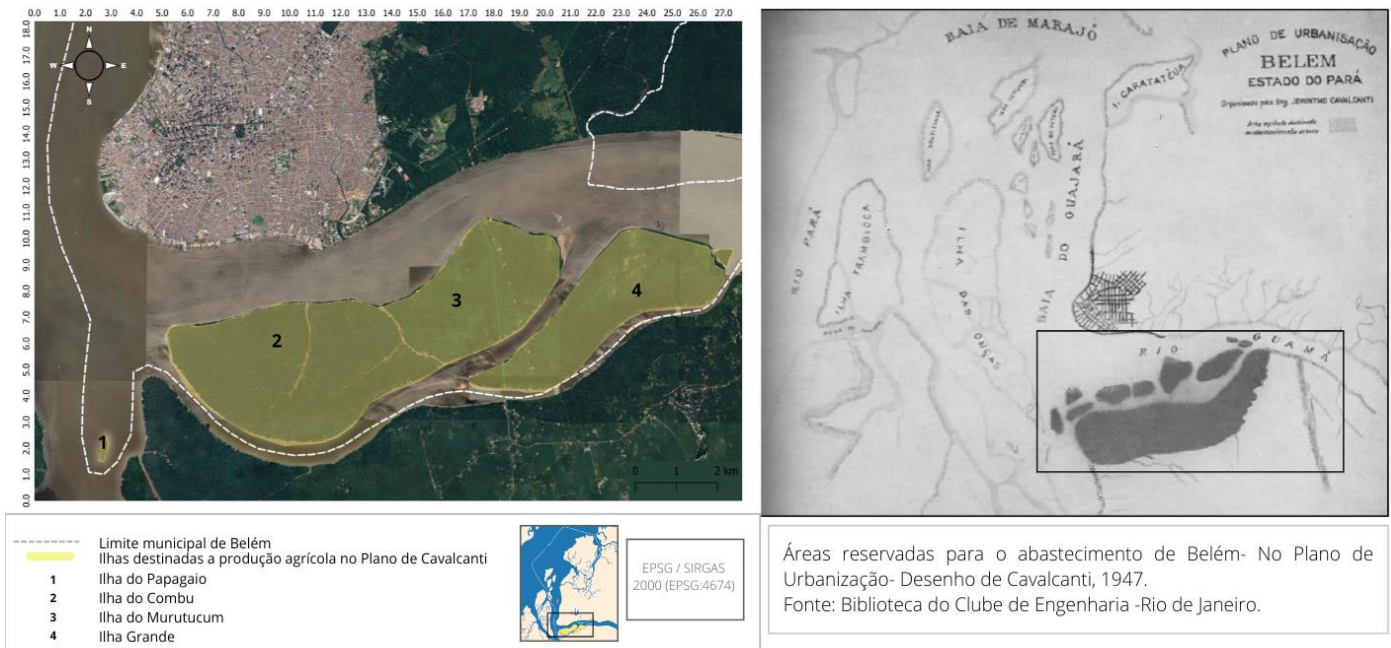
Quando Jerônimo Cavalcanti, em 1940 assumiu a prefeitura de Belém, nomeado por Magalhães Barata, teve como missão a promoção de um plano de urbanização para a cidade, que enfrentava graves problemas de infraestrutura, abastecimento e saneamento (GUEIROS,2021). Antes desse período em meados do século XIX, o abastecimento da capital em grande medida provinha dos interiores, tais como Cametá, Marajó, Óbidos, Bragança e Vigia, a própria capital contava com os gêneros alimentícios de primeira necessidade como carne verde, farinha, peixe seco ou fresco e outros, pois havia produção local, com plantações de cacau, milho, arroz, café, algodão e fumo e essa produção contribuiu no abastecimento da capital e seus arredores, participando também dos produtos que chegavam aos portos, do ver-o-peso, sal e doca (MACÊDO, 2009). (BRUSQUE,1862⁴ apud. MACÊDO, 2009). Porém a problemática da disponibilidade de alimentos, se tornou mais expressiva com o ciclo econômico da borracha e o fluxo de pessoas para a capital. E nos tempos de guerras mundiais, a situação se intensificou de modo decisivo.

Para a elaboração de seu plano, no quesito produção e abastecimento alimentar, Cavalcanti mobilizou um levantamento, por agrônomos e especialistas, das terras sem aplicação no entorno de Belém de modo a especificar as vocações e as áreas de produção a fim de formar um cinturão verde em torno da cidade, divididas em pequenas propriedades agrícolas, de modo que cada metro quadrado urbano habitado correspondesse a um metro quadrado agrícola cultivado (CAVALCANTI, 1942, apud. CHAVES, 2016). O Plano foi publicado em versão reduzida em 1944 e completo e definitivo em 1947, respectivamente em um Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia e na Revista Municipal de Engenharia (CHAVES, 2016). O estudo dos especialistas técnicos mobilizados por Cavalcanti identificou as melhores áreas para o cultivo de legumes, frutas e verduras, o objetivo após a identificação dessas áreas era distribuí-las a colonos interessados em produzir seguindo moldes contemporâneos de uma cooperativa agrícola, onde cada colono teria uma pequena propriedade com residência própria da qual seria proprietário dentro de 10 anos, com base na posse do sistema cooperativista (CAVALCANTI, 1942, apud. CHAVES, 2016).

Essas regiões localizadas na porção insular do município, compõem o arquipélago formado por várias ilhas (ver imagem 04), e segundo Cavalcanti (1947, apud. CHAVES, 2016) seriam estas áreas privilegiadas para o abastecimento devido a vantagem do transporte dos produtos, feitos por canoas, com baixo custo do transporte na independência do combustível. Além da criação de legumes, frutas e verduras, a ideia era intercalar essas áreas com pontos de criação de gado, bem como granjas, aproximando o produto aos consumidores, com essa criação de animais, poder-se-iam fazer o uso das fezes destes, criando também usinas, nas proximidades, que beneficiassem o lixo da capital, possibilitando uma fonte de adubo de qualidade significativa e a baixo preço para as pequenas produções agrícolas (CHAVES, 2016).

⁴ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará, feito pelo Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 1º de setembro de 1862. Pará: Impresso na Typographia de Frederico Carlos Rhossard.

Imagem 04: Recomposição da localização das áreas que seriam destinadas à produção agrícola para o abastecimento de Belém no Plano de Urbanização de Jerônimo Cavalcanti.



Fonte: CHAVES, 2016. Elaboração dos autores.

A composição do quadro para o abastecimento interno da cidade, teria então cinco pontos principais para serem implementados, onde o primeiro era a concentração de áreas agrícolas, com a plantação e cultivo; o segundo tinha relação com a logística, ligada a proximidade e a facilidade do rio, na forma de transporte tradicional da região, o terceiro ponto concentrava áreas para criação, na produção das carnes, de aves e boi, organizando uma espécie de cintura pastoril, complementando o abastecimento vindo dos interiores; em quarto teria-se o beneficiamento das fezes e do lixo orgânico, produzindo um adubo de baixo custo; e em último a distribuição, o mercado.

Os mercados propostos deveriam ser construídos em toda a malha urbana, a fim de desconcentrar o abastecimento nos antigos mercados no centro da cidade, para o engenheiro era necessário construir uma rede de mercados, onde um indivíduo pudesse encontrar um desses estabelecimentos, num raio de 600 metros de sua residência (CHAVES,2016).

Os planos de Cavalcanti não foram implementados, como um todo, porém suas ideias repercutiram, e anos depois resultaram na instituição da comissão do Plano Diretor, constituída pelos representantes das associações de classe da secretaria municipal, porém pouco foi feito efetivamente na cidade. Na questão do abastecimento, entre 1946 e 1948 houveram construções de vários mercados públicos nos distritos e nas áreas periféricas da cidade, no intuito de aliviar os principais mercados e facilitar a distribuição de alimentos e organizar as feiras informais (CHAVES, 2016). E as estratégias e ações efetivas na capital ocorreram, no sentido do saneamento e da promoção de políticas de habitação.

A questão da alimentação no Plano Diretor da Grande Belém de 1975 e Plano de Estruturação Metropolitana de 1980.

Em 1973 foi instituída a Região Metropolitana de Belém (RMB), formada pelos municípios de Belém e Ananindeua, dois anos depois houve a elaboração do Plano Diretor da Grande Belém (PDGB), de 1975 e em 1980 o Plano de Estruturação Metropolitana (PEM), ambos motivados por determinações federais, que condicionaram o investimento em recursos à construção de conjuntos habitacionais e de obras de infraestrutura (LIMA e RODRIGUES, 2022; CODEM, 1975; GEOTÉCNICA, 1980; LIMA et. al., 2006). O Conteúdo do PDGB se concentrava na estrutura espacial e econômica, no nível de diagnóstico da RMB e em projetos de usos do solo, em leis e projetos urbanos, o PEM tem direcionamento de políticas: para o desenvolvimento urbano; criação de empregos; habitacional; estrutura espacial; e gerenciamento metropolitano (LIMA et. al., 2006).

No PDGB, a questão da agricultura aparece como um dos elementos de estímulo ao desenvolvimento da economia na RMB, denominado de Reforço à produção de Alimentos, com uma preocupação com o abastecimento, que já teria recebido vultuosos investimentos, e necessitava de complementação para o desenvolvimento na produção de hortifrutigranjeiros na área de influência da Central de Abastecimento⁵, na preocupação de converter a Central em mero entreposto de produtos importados de outras regiões do país (CODEM, 1975). A ideia era de viabilizar um estudo e implementar um sistema de produção de hortifrutigranjeiros, possibilitando um cinturão verde, que estaria associado diretamente a Central e que implicaria na redução da dependência dos suprimentos externos desses elementos e também incidiria na geração de novos empregos vinculados a setores agrícolas modernos (CODEM, 1975,) esta era a prospecção da ideia.

O serviço de abastecimento alimentar, também é ponto abordado dentro da temática de alimento no PDGB, no sentido que este abastecimento era ofertado, na época, em feiras livres, mercados, armazéns, quitandas e recentemente, naquele período, teria se juntado a estes centros de abastecimentos os supermercados (CODEM, 1975). No levantamento de uso do solo feito para a elaboração do PDGB, verificou-se que os tipos de centros de abastecimento mais importantes eram em primeiro os mercados, em segundo as feiras e por último os supermercados (CODEM, 1975).

Com a CEASA em Belém⁶, a distribuição ficou pontual, a empresa cuidou da distribuição aos atacadistas e feirantes e representaria uma garantia de qualidade, no PDGB a intenção era promover melhorias na CEASA Belém, que teria papel de administrar as feiras (CODEM, 1975). A empresa, se tornaria ponto nodal na rede de distribuição de produtos hortifrutigranjeiros na Amazônia, atuando na distribuição de produtos vindos de 21 estados brasileiros, com um fluxo de produtos de forma direta, na saída da produção com destino a CEASA, e de forma indireta, saindo da produção e passando por entrepostos comerciais, como a Ceagesp (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo) (AMARAL; SABINO, 2015).

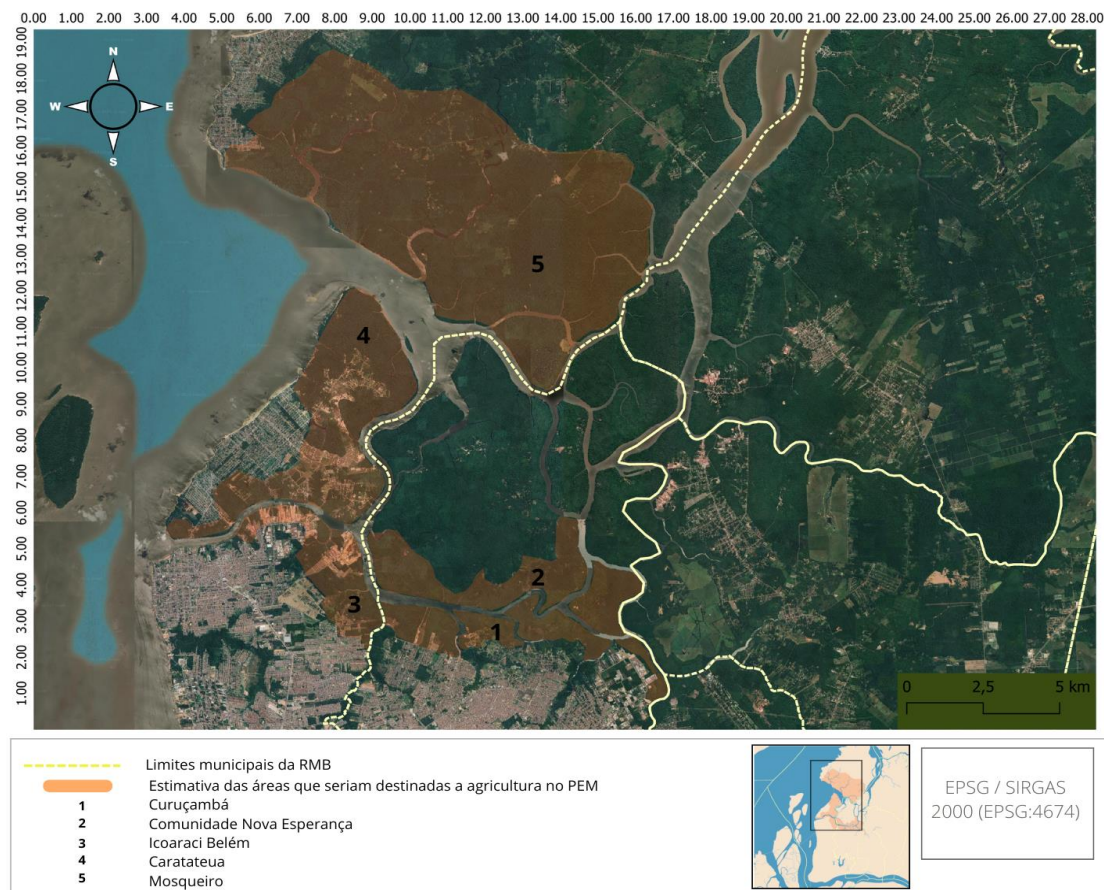
No PEM, havia a previsão da inclusão de áreas de atividades agrícolas, na região metropolitana, fundamentado, de um lado, como suporte a uma demanda suprida naquela época por

⁵ Em 1972 pelo Decreto 70.502 de 11/05/72 foi instituído o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, assim foram criadas no país, 21 CEASAS (Centrais de Abastecimento S/A), que eram economia mistas, e se localizavam nas sedes dos municípios, a fim de atender os segmentos da produção e facilitar a comercialização de hortigranjeiros (MOURÃO et. al.,2008).

⁶ Em 1975 foi criada a CEASA em Belém (MOURÃO et. al.,2008).

meio de importação de produtos hortifrutigranjeiros, e de outro, como uma forma alternativa de aproveitamento dos recursos naturais para geração de empregos diretos para a população da RMB (GEOTÉCNICA; 1980). Assim como ocorreu para a proposta de Cavalcanti que utilizou estudos para verificar onde havia potencial para produção agrícola, na proposição do PEM para áreas de atividades agrícolas, usou-se os estudos efetuados pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP) naquela época, que caracterizou áreas com potencial para desenvolvimento de culturas anuais e perenes, que correspondem a um total de 23.000 hectares, ainda não comprometidos por usos urbanos, destas as selecionadas como viáveis para serem desenvolvidas nos 10 anos seguintes teriam juntas áreas de 8.700 ha, sendo as faixas do solo ao longo do rio Maguari, 800 ha na porção norte da parte continental da região metropolitana, uma parcela da ilha de Caratateua 526 ha, e as reservadas a atividade agrícolas da ilha de Mosqueiro, e ainda as ilhas Sassunema e Sorocaba 736 ha por localizarem-se próximas às áreas de ocupação urbana e integradas às demais áreas produtivas, os distritos industriais (GEOTÉCNICA; 1980).

Imagem 05: Estimativa da localização das áreas que seriam destinadas às atividades agrícolas na RMB no PEM



Fonte: GEOTÉCNICA, 1980. Elaboração dos autores

As diretrizes e medidas para a agricultura, no PEM estavam direcionadas a: integração da Política de Desenvolvimento Agrícola metropolitana com a política global de desenvolvimento agrícola do Estado do Pará; elaboração de termos de referência de projetos executivos para cada área detentora de potencial agrícola imediato; promover a integração entre a produção agrícola e a

produção agroindustrial e/ ou industrial, bem como o crescimento da população, entre o nível de consumo e a oferta de empregos; elaboração de lei de regulamentação do solo agrícola metropolitano, vetando qualquer tipo de edificações ou desmembramentos que não estejam diretamente relacionados com a produção agrícola; estimar a rentabilidade das tecnologias disponíveis para a produção de hortifrutigranjeiros nas áreas selecionadas para desenvolvimento imediato; e dar prioridade à utilização de tecnologias trabalho -intensivas, quer nas áreas de desenvolvimento imediato, médio ou longo prazos (GEOTÉCNICA; 1980).

Esses dois planos PDGB e PEM estimularam a produção de agricultura na RMB, e vincularam a distribuição à CEASA Belém.

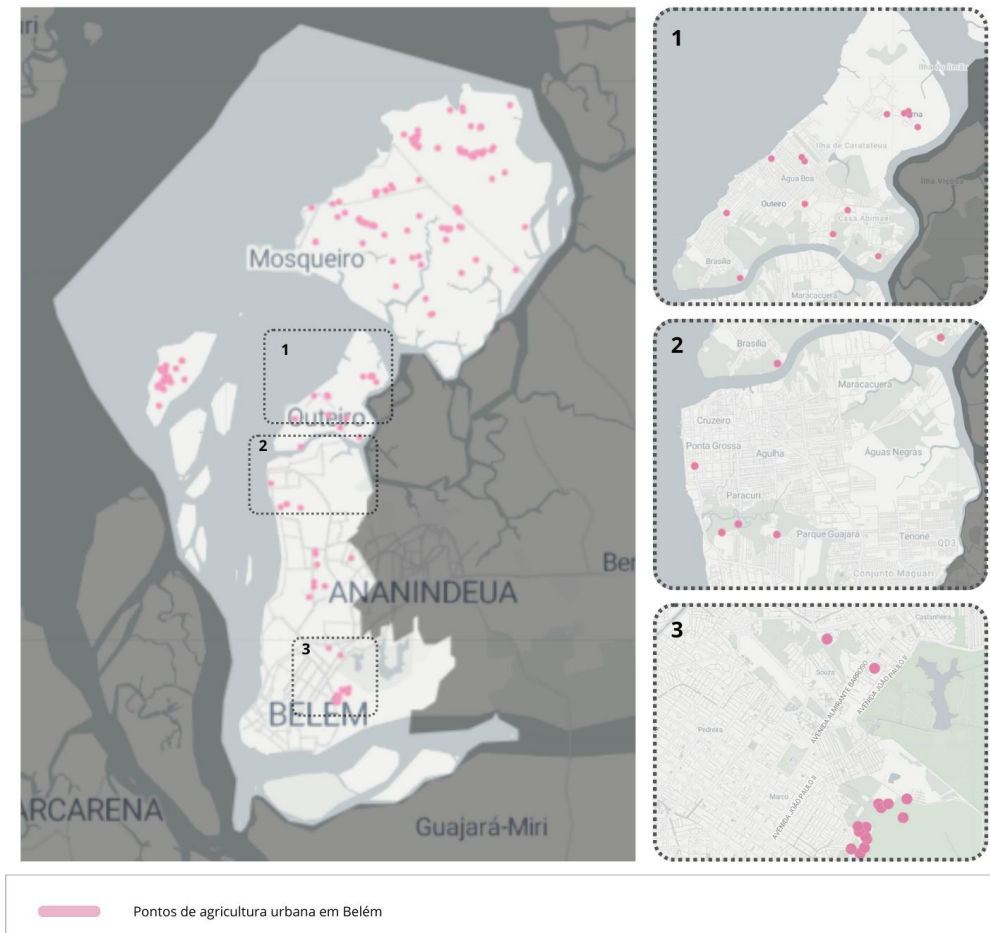
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura urbana e periurbana em Belém, tem relação direta com os sujeitos remanescentes afro/indígenas. Desse modo compreende-se que seus arranjos emergem como um elemento espacial de profundas relações sócio-históricas e culturais. E no desafio imposto pelo crescimento populacional acelerado, a urbanização tende a desvalorizar essas composições. Mesmo com a compreensão firmada pelos planos urbanísticos, sinalizado a importância da manutenção desses arranjos para a segurança alimentar da cidade. A segurança alimentar é uma questão de grande relevância globalmente, e na Amazônia essa temática ganha contornos específicos, dada a singularidade dos ecossistemas e a diversidade cultural dos povos. O plantar e o cultivar são pilares na região, no conhecimento repassado e tradicional.

O cinturão verde, mencionado nos planos não foi assimilado em sua magnitude, seria de grande valia dada às questões de emergências climáticas presentes, o verde foi absorvido, no centro de Belém, em meio ao avanço da especulação, relacionada ao um fenômeno global nas metrópoles e pequenas cidade, as glebas vegetadas foram aglutinadas na dinâmica do capital. No caso das vacarias a interferência da integração rodoviária com o resto do Brasil, com a construção da rodovia Belém-Brasília, interferiu nos espaços de produção artesanal de leite in natura, abrindo caminho para a ampla comercialização do leite industrializado, contribuindo para a mudança de paradigma na região (TRINDADE JR, 1997); (NETO, 2012). Os espaços de baixadas onde essas estruturas também existiam, receberam novos olhares, incentivos de valorização da terra, com grandes obras de macrodrenagem, afastando seus antigos moradores, e disponibilizando terras para o aquecido setor imobiliário, onde se enquadrar as famílias antigas donas das fazendas de vacarias (NETO, 2012).

Os cinturões verdes, de agricultura, teriam benefícios diretos em dois principais pontos, ambiental e social, podendo ser inserido no planejamento urbano como um apoio nas estratégias de preservação do verde e biodiversidade, cobertura vegetal, na melhoria da qualidade do ar, da regulação da temperatura, no favorecimento da infiltração de água no solo, atuando na diminuição do escoamento superficial, reduzindo o risco de enchentes. Os benefícios sociais se concentrariam na promoção de hortas comunitárias, ponto de encontro de moradores, fortalecendo identidades, trocas e sentimento de pertencimento, ainda mais, podem servir como locais educativos, onde seja abordado a origem dos alimentos e a importância da sustentabilidade. O lugar da agricultura urbana em planos urbanísticos de Belém deve embasar políticas públicas que apoiem e incentivem a expansão dos arranjos, garantindo que estes sejam parte integrante do desenvolvimento urbano de cidades amazônicas. Num estímulo a uma promoção de gestão equilibrada.

Imagem 06: Pontos de agricultura Urbana em Belém.



Fonte: agriculturaembelem.escolhas.org. Elaboração dos autores

Atualmente na capital, os arranjos de agricultura urbana e periurbana compõem o sistema alimentar urbano de Belém e região (agriculturaembelem.escolhas.org). Na imagem acima é possível notar uma relação histórica dos locais, que os planos urbanísticos previam como potenciais para o desenvolvimento da agricultura em seus variados tipos. Sua localização distante do centro, demonstra a segregação histórica e a alternativa de resistência dos arranjos, participantes ativos, na produção de alimentos regionais tradicionais. A permanência dessas estruturas, é ponto fundamental no debate da urbanização e natureza, na coexistência equilibrada e manejada do meio. Uma sinalização nesse caminho em Belém, ocorreu em junho de 2023, com a Lei Ordinária que instituiu a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana de Belém, porém muito ainda deve ser feito que garanta a sobrevivência desses arranjos.

Outra compreensão na invisibilidade de agricultura urbana é o imaginário que se tem destas em espaços domésticos, hortas comunitárias sustentadas por uma parcela de pessoas de baixa renda, no entanto a presença de iniciativas altamente capitalizadas, tecnologicamente avançadas e comercialmente sofisticadas é uma tendência emergente, a agricultura urbana já demonstra essa tendência desde 2000, entendida como mercado promissor a setores capitalizados não só pela oportunidade de exploração de nichos, mas também devido ao barateamento dos custos com logística, devido a aproximação com mercados consumidores (PÖLLING et. al., 2016); (KAUFMAN; BAILKEY, 2000); (FOLHES et. al., 2021).

No mais, é urgente a percepção do planejamento urbano amazônico e/ou regional, para a multifuncionalidade dos espaços de agricultura urbana (FOLHES et. al., 2021), nos seus diferentes níveis de tecnologias e estrutura para viabilizar caminhos, Inter e transdisciplinar nas dinâmicas fundiárias, que limitam, no sentido do acesso à terra, a posse do solo, a instabilidade nas contradições das formas de produção do espaço das cidades.

Referências

CARDOSO, A. C. D. A Trama dos Povos da Floresta: Amazônia para além do verde. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais 28.3, p.57-87.2021

_____; NETO, R. dá S. V. A evolução urbana de Belém: Trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. Cadernos Metrôpole, V.15, n.29, p.55-75,2013.

CAVALCANTI, J. A geografia urbana e sua influência sobre o urbanismo superficial e subterrâneo. Revista Brasileira de Engenharia, nº39, p.11-12, p.5-17, 1942.

_____. Plano de Urbanização de Belém, Capital do Pará. Revista Municipal de Engenharia. v.: XIV, Ed: 01, Rio de Janeiro, 1947.

CHAVES, T. A. P. de V. O plano de urbanização de Belém: cidade e urbanismo na década de 1940. Tese. PPHIST-UFPA, 2016.

CODEM- Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém, BNH- Banco Nacional de Habitação e DS- Desenvolvimento e Sistemas. Plano de Desenvolvimento da Grande Belém- PDGB. Belém, CODEM/BNH/DS. 1975.

FOLHES, R. T.; et. al. Agricultura e produção do espaço urbano: reflexões para uma agenda de pesquisa. Novos Cadernos (NAEA), v.24, n. 2, p. 241-267, 2021.

GEOTÉCNICA Consultores; CODEM- Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém e SEPLAN- Secretaria Estadual de Planejamento do Estado do Pará. Planos Diretores para Áreas Urbanas de Belém. 1980.

BAHIA, M. C. et al. O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará. 2012.

BOBROWSKI, R.; et. al. "Composição de canteiros na arborização de ruas de Curitiba (PR)." Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana 4.2, p.44-61, 2009.

GUEIROS, H. O prefeito que as mangueiras de Belém derrubaram. Bacananews.com.br, 2011. Disponível em:[<https://bacananews.com.br/o-prefeito-que-as-mangueiras-de-belem-derrubaram-por-heber-gueiros/>]

KAUFMAN, J.; BAILKEY, M. Framing inside cities: entrepreneurial urban agriculture in the United States. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy Opitz, 2000.

INGOLD, T. The Perception of the Environment: Essay in Livelihood, Dwelling and Skill. London: routledge, 2021.

LIMA, S. A. L. de; NETO, A. C. Império do samba quem são eles: marco de resistência cultural no bairro do Umarizal. Revista ibero-americana de humanidades, ciências e Educação, v. 7, n. 12, São Paulo, 2021.

LIMA, J. J. F.; RODRIGUES, R. M. A institucionalidade da RMB e suas contradições, um debate em torno do direito à cidade e o planejamento metropolitano, o impacto dos projetos urbanos e intervenções na RMB. In: Reforma Urbana e Direito à cidade- Belém. v.8, p. 21, 2022.

_____ et. al. Impasses e desafios na gestão da Região Metropolitana de Belém. Cadernos metrópole, n. 14, p. 103-126, 2005.

LOPES, R. J. 1499: o Brasil antes de Cabral. HarperCollins Brasil, 2017.

MACÊDO, S. da C. F de. Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900). Dissertação. IFCH-PPHSA-UFPA, 2009.

MELO, P. M. C. de O.; et. al. Dinâmicas de conhecimento e uso de plantas medicinais em um assentamento rural de Belém do Pará-PA. Rodriguésia, v. 72, p. e00662018, 2021.

MOURÃO, L. O conflito fundiário urbano em Belém (1960-1980), "A luta pela terra de morar ou de especular". Dissertação. Curso internacional de mestrado e de planejamento do desenvolvimento (PLADES). N. A. E. A. Ufpa. 1987.

NETO, R. da S. V. Circuito Imobiliário e a Cidade. O espaço intra-urbano de Belém entre alianças de classes e dinâmicas de acumulação. Dissertação. PPGAU-UFPA. Belém, 2012.

PENTEADO, A. R. Belém- Estudo de Geografia Urbana. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

PÖLLING, B. et. al. Professional urban agriculture and its characteristic business models in Metropolis Ruhr, Germany. Land Use Policy, [s.l], v. 58, p. 366-379, 2016.

POLANYI, K. A grande transformação. [1944] 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2000.

RODRIGUES, V. N. R. Memórias da Belém de antigamente: Espaço sócio cultural da cidade. Artigo. Anais do evento XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio memória e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2010.

TRINDADE JR., S. C. A cidade Dispersa: Os novos Espaços de Assentamento em Belém e a Reestruturação Metropolitana. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - FFCH/USP, São Paulo, 1998.

WANDSCHEE, E. Al. R.; MEDEIROS, R. M. V. "Agricultura urbana em Belém do Pará: atividade produtiva, dinâmicas socioeconômicas e organização espacial." Geo Uerj 1.23, p. 192-222, 2012.



Gt 02 - Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades latino-americanas

UMA FOTOETNOGRAFIA DOS IGARAPÉS E RIOS NA CIDADE DE BELÉM/PA

Mayara Feitosa Teodoro¹ (UFPA),
Ignacio Gabriel San Martin Araya² (UFPA)
Beatriz da Silva Vasques³ (UFPA)

RESUMO: O presente trabalho tem como proposta fazer uma fotoetnografia dos igarapés e rios presentes dentro da cidade de Belém. Para isso realizaremos uma breve contextualização histórica da fotografia na antropologia, por conseguinte, por meio da discussão teórico metodológica de autores que tratam da importância da fotoetnografia como linguagem difusora do saber para diversos públicos por meio da arte e criatividade, além de construir memórias acerca de problemáticas e/ou situações do rio Tucunduba, caracterizando a este desde uma revisão bibliográfica interdisciplinar.

Palavras-chaves: Belém do Pará, Igarapé, Fotoetnografia, Saneamento, Cidade.

Introdução

A antropologia e a fotografia/cinema possuem uma participação em comum no processo da observação científica no século XIX, momento que marca a mixagem dessas duas áreas que possuem como fundamento a visibilidade da vida social (Ribeiro, 2005, p. 615). Conforme Milton Gurhan (1995), nesse período histórico a fotografia retratava os costumes e a vida cotidiana dos povos, característica comum dos primeiros etnógrafos. Nesse sentido, o objeto de ambos se concentrava em sociedades distintas do pesquisador, a exemplo disso, William Rivers, Morgan e Bronisław Malinowski foram um dos antropólogos que utilizavam as fotografias em suas investigações em meados de 1914, eles investigavam em sociedades com costumes, localização geográfica, distintos das suas.

Andressa Soilo (2012, p. 76), no artigo “A arte da fotografia na Antropologia: o uso de imagens como instrumentos de Pesquisa Social”, mostra que a espontaneidade nas fotografias começou a ser vista com mais frequência a partir da década de 1930, isso facilitou a representação e interpretação da experiência de mundo dos sujeitos. Para Gurhan (1995), o fotógrafo se consolidou como autor na medida em que se encontrava livre da boa vontade de posse de seu objeto.

A difusão da fotografia, possibilitou a perpetuação da imagem como uma necessidade de ordem psicológica. Ainda na segunda metade do século XIX, tornou-se moda o oferecimento de

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA/UFPA, Brasil. Email: mftems@gmail.com

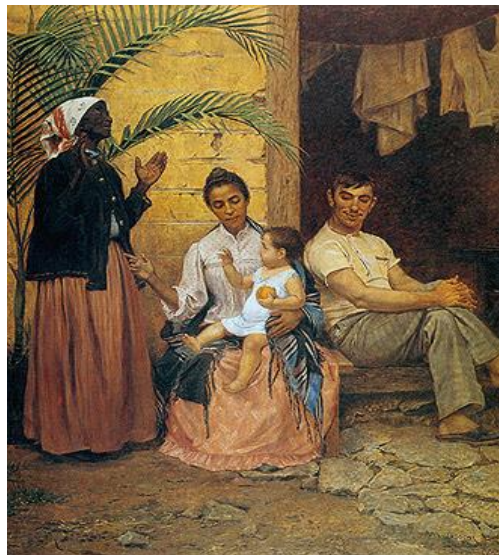
² Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA/UFPA, Brasil. Email: i.sanmartin.araya@gmail.com

³ Graduanda em Ciências Sociais, UFPA, Brasil. Email: beatrizvasques65@gmail.com

pequenas fotos individuais a amigos e parentes no Brasil (Maya, 2008). Kossoy (2001), aponta que a *civilização da imagem*, já era demonstrada por meio da impressão, de seus cartões postais e publicações ilustradas.

Dessa forma, Ligia Simonian (2006, p. 6) aponta como as propostas racista do século XIX dentro do meio científico usaram a fotografia como método para consolidação e defesa de seus pensamentos eugenistas. Diversas imagens foram difundidas dentro da produção científica com a intenção de mostrar supostas anormalidades na evolução humana para defender a ideia de que certas raças são mais evoluídas e outras não, bem como para dar vida à teorias higienistas, como a do branqueamento com o intuito de mostrar que com a política de migração, iria tornar o Brasil “mais puro” em três gerações, que é o caso da pintura “A redenção de Cam⁴”, quer dizer, a obra propõe a ideia que em três gerações a população brasileira deixaria de ser negra/indígena.

Figura 1: Pintura a óleo realizada pelo pintor espanhol Modesto Brocos em 1895. Brocos finalizou essa obra enquanto ensinava na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro.



Fonte: Schwarcz, 1993.

Entre 1935 e 1939, Lévi-Strauss ao realizar seu trabalho de campo no Brasil, fez cerca de três mil fotografias durante suas pesquisas, dando resultado na publicação de 64 dessas imagens em seu livro *Tristes Trópicos* de 1955. Somente em 1994, as três mil fotos foram disponíveis em seu livro *Saudades do Brasil*. Para Lévi-Strauss, a fotografia é uma forma simples de coleta de documentos (Achutti, p. 7, 2013).

Ao contrário de Lévi-Strauss, John Collier - com sua contribuição: *documentary photography* dos anos 30 nos Estados Unidos - e Pierre Verger - por meio da sistematização

⁴ Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. Editora Companhia das Letras, 1993.

metodológica da fotografia iniciaram pela fotografia e só depois se incluíam no meio acadêmico como antropólogos. Aqui nota-se uma virada, com Lévi-Strauss vemos a fotografia à serviço da antropologia e com John Collier, a antropologia dialogando com as fotografias como técnica na perspectiva da pesquisa antropológica (Achutti, 2013).

As ciências humanas possuem uma forte tradição escrita, em particular nas ciências sociais, a antropologia. O que torna a utilização das artes digitais pouco usadas nessa forma de produção de conhecimento, e, em muitos casos, a fotografia aparece como elemento secundário da investigação (Achutti, 2013). Tanto José Ribeiro (2005) como Fabiene Gama (2020, p. 191), chamam atenção pelo fato de existir um certo caráter conservador das instituições e pouca abertura à sociedade e à inovação. Nesse sentido, as tecnologias digitais poderiam abrir brechas e romper com a ideia de uma ciência objetiva, pela fotografia ser um tipo de conhecimento produzido por meio de um corpo que se movimenta e se esbarra com diferentes ambientes, realidades, sujeitos, objetos e emoções e/ou por conta de seus elementos simbólicos.

O uso da fotografia na antropologia permite retratar experiências do mundo de maneira sensível e detalhada como as comunicações não verbais, os não ditos que envolvem expressões de sentimentos, sistemas de atitudes, mudanças sociais, padrões de comportamento, identidades (Bittencourt, 1998). Além disso, as fotografias evidenciam estilos de vida diversos, gestos e ritos, além de preservar memórias e aprofundarem a compreensão da cultura material e suas transformações ao longo do tempo. Para Bittencourt (1998), deve-se considerar o processo imagético e a atribuição de significados produzidos pelos atores sociais ao se usar a imagem na pesquisa de campo.

Etienne Samain (1995, p. 26), evidencia que se deve haver uma preocupação sobre o que vem a significar o encontro e a mistura de práticas cognitivas e comunicacionais seculares, como a visualidade, oralidade e escrita com o som, a fotografia, o cinema, o vídeo e informática que são tecnologias mais contemporâneas, ambos servem tanto para a fundação como a prática de uma antropologia visual. Fabiene Gama (2020, p. 19-20), também chama atenção para o uso de metodologias que exprimem a subjetividade do sujeito, essas além de dar corpo à pesquisa etnográfica, rompe com o pensamento positivista de produzir conhecimento, uma vez que a fotografia permite expor partes de fenômenos culturais que são vividos, mas não costumam ser ditos.

José da Silva Ribeiro (2005, p. 616), retrata que os limites da antropologia visual que se dão por meio de três fatores: 1) dependência econômica – com a necessidade de grandes investimentos em maquinaria; 2) os constrangimentos técnicos – só a partir dos anos de 1960 que o registro de som e de planos de longa duração foram possíveis; 3) a dificuldade de trabalho com os filmes sem o recurso a pesados equipamentos (moviola) e a conseqüente separação da escrita como corrente dominante da produção científica em antropologia (Ribeiro, 2005, p. 616). Somente com o advento da era digital

do DV que o investigador começou de fato a ter mais autonomia sobre o uso das imagens, e assim, realizar filmes e documentos visuais digitais.

Em Belém, a importância do uso da fotografia na ciência foi apontada por Emílio Goeldi (1898-1897) em um relatório anual para o governador do Pará, no qual ele aponta que a ciência e a arte podem auxiliar em uma fiel representação gráfica dos objetos a serem estudados (Simonian, 2006, p. 7). Goeldi (Simonian, 2006), então, definiu a fotografia como a possibilidade de comprovar evidências produzidas na pesquisa de campo, e assim, a necessidade de haver uma oficina fotográfica para a produção das fotografias. Ligia Simonian (2006), destaca que após esse relatório foi realizada a instalação de um laboratório fotográfico que permitiu a realização de um curso específico para o uso dos equipamentos e da associação arte e ciência.

Antropólogos podem usar as tecnologias digitais e os computadores como ferramentas poderosas para a apresentação de resultados de investigação, no qual a mídia se apresenta como um lugar de convergência com teorias e paradigmas de investigação tornando possível realizar uma amostra multissensorial com imagens, sons e escrita, e, fazer o relacionamento dessas mídias com a interpretação do olhar do pesquisador (Ribeiro, 2005, p. 619). Além de apresentar vozes e perspectivas distintas e o uso criativo no processo de aprendizagem gerando produtos culturais que podem ser acessados e compreendidos para um grande público distinto.

A fotoetnografia

A fotoetnografia nasce como uma ferramenta no campo da antropologia graças aos aportes de Emmanuel Garrigues (1991), Michael Young (1998) e Etienne Samain (1995), que espalharam seu uso à toda uma geração que continuou com a utilização da fotografia como prática etnográfica (Achutti, p. 9, 2013). Luiz Eduardo Achutti (2013, p. 11) aponta que a narrativa fotoetnográfica precisa se apresentar na série de fotos que estejam relacionadas entre si e componham uma sequência de informações visuais. Ou seja, uma série de fotografias que permitem oferecer apenas ao olhar, sem textos intercalados que dificultam a atenção do leitor/expectador.

Figuras 2: Série de imagens que representam uma narrativa fotoetnográfica



Fonte: Autores, pesquisa de campo: Agosto/2022

Quando a/o antropóloga/o trás o texto e as imagens, ele faz uma justaposição de narrativas, sendo o ideal que essas sejam trabalhadas separadamente, conservando dessa forma o potencial de cada uma. Para Achutti (2013, p. 11), trata-se de escrituras diferentes que devem ser então oferecidas e abordadas de maneiras diferentes.

À exemplo do uso de imagens na Amazônia e sua difusão, Simonian (2006, p. 4) informa que a série de filmes *The decade of destruction* popularizou as imagens da Amazônia pelo mundo, revelando cenários de violência contra os povos originários, destruição e diversas queimadas ao longo da floresta tropical. Contrastes imagéticos é uma metodologia desenvolvida por Deshayes em 1992, no qual, confronta um grupo com as imagens de outros, experiência que realizou com indígenas da Amazônia (Simonian, 2006).

Simonian (2006, p. 4, 6) evidencia que nas últimas décadas as populações tradicionais estão sendo consumidoras e /ou produzindo imagens - filmes e vídeos. No Brasil, o Projeto Vídeo nas Aldeias visa o treinamento de povos indígenas para a produção de vídeos, com foco em tornar alguns indígenas produtores no audiovisual. Em Belém, a produtora Negritar produções, atua em comunidades quilombolas e em áreas periféricas de Belém realizando o mesmo trabalho, dando visibilidade e protagonismo a essas populações diversas vezes silenciadas.

Sobre o Tucunduba

Assim como outras cidades do Brasil, Belém, a história da cidade está ligada às explorações realizadas pelos europeus, principalmente durante o período de “modernização”, durante o Ciclo da Borracha no século XIX e o período áureo da borracha no século XX, momento em que recebeu imigrantes europeus e se tornou conhecida como a “Paris Tropical” e a “Francesinha do Norte”. Nesse sentido, Belém passou por significativas intervenções urbanas, o que levou a uma alteração em sua infraestrutura, materializando um urbanismo intervencionista estético higienista. Assim, conforme Juliano Pontes (2015), em seu artigo “Belém do Pará: cidade e água”, as dos rios assumem múltiplos papéis nessa nova cidade, além de ser um recurso econômico, ela também se tornou um veículo para dejetos, matérias e mercadorias.

A água desempenha funções de limpeza, diluição e reações químicas. A urbanização acelerada gerou sistemas de abastecimento e captação de água, mas também resultou em rejeitos. O curso d’água, antes um rio, agora é um canal utilizado para limpeza e escoamento. As redes de abastecimento, embora implantadas desde o século XIX, ainda não atendem completamente às necessidades de saneamento da cidade. Essa “água técnica” reflete uma lógica em que o rejeito se assemelha à navegação na forma como abordamos a água na cidade e na região (Ponte, 2015).

Na década de 70, a população que foi “expulsa” das áreas centrais de Belém e remanejada para as áreas periféricas da cidade enfrentou condições habitacionais precárias. Esse crescimento urbano se deu por meio de habitações irregulares, tanto no centro histórico, e, principalmente em locais considerados periféricos, que estão localizadas principalmente em regiões muito próximas a rios e igarapés que passam por dentro da cidade. De acordo com Sandra Cruz (2012, p. 173):

Sarges (2002) explica que Belém, no período oitocentista, passou por processos de reformas urbanas na gestão do Intendente Municipal Antônio Lemos, que criou Código de Posturas, relacionado à vida social, para serem criados novos mecanismos para padronizar a cidade, ou seja, reformar, de maneira europeizada, adquirindo e transformando o seu espaço urbano de maneira disciplinada e ordenada. Mas, para fluir essa estratégia, Lemos, apesar de estar voraz em modificar a cidade, transformando-a num local de atração, teve que reprojeta-la segundo critérios elitistas, estabelecendo estratégias de modernização. Uma delas era expulsar os moradores de classes menos abastadas, que no seu imaginário enfeavam a cidade e não acompanhavam esse processo urbanístico (Cruz, 2012, p. 173).

Conforme Juliano Pontes (2015, p. 42), até o século XVII, Belém era uma cidade pequena com poucos habitantes, no qual, era composta por duas regiões, “a Cidade e a Campina, separados por um rio e um pântano, o *Alagadiço do Piri* que foi drenado no início do século XIX”, ou seja, a cidade aproveitou as águas para produção do solo, através do acrescido de terras e da ocupação do território artificializado e drenado.

No período da borracha, quando na região de Belém foram implementados Grandes Projetos na Amazônia, além dos imigrantes, no bairro do Guamá houve um número alto de pessoas que estavam migrando de outras cidades pequenas para Belém. Ainda conforme Sandra Cruz (2012), pelo fato de os espaços no centro não serem considerados adequados para as pessoas que vinham do interior, essas passaram a viver em zonas que estavam em fase de crescimento, que é o caso do bairro Guamá, local que sequer tinham condições adequadas de saneamento, tampouco documentos que comprovassem a titularidade das terras.

Como o caso de parte do bairro do Jurunas e de casas ao longo da Av. Bernardo Saião, em que estão localizadas em locais conhecidos como palafitas, ou seja, casas construídas áreas alagadas, em geral, a maioria não possui atendimento de saneamento básico, rede de esgoto, água tratada, quando há coleta de lixo, é feito poucas vezes por semana, o que torna comum encontrar lixo em volta e/ou dentro dos igarapés, canais e rios. Esses problemas influenciam na saúde das pessoas que ali vivem e do meio ambiente em volta, impossibilitando qualidade de vida eficiente dos moradores (Rodrigues, 2013, p. 5).

Infelizmente, essa situação persiste na atualidade, e não há ideia de quando esse problema será resolvido, a falta infraestrutura adequada para habitar. É crucial enfatizar a conexão entre

políticas públicas e a urgência na resolução das questões socioambientais em diferentes locais como na bacia hidrográfica do Tucunduba, bem como os outros igarapés em forma de canais presentes na cidade de Belém. Ações efetivas são necessárias para melhorar a vida dessas comunidades e promover um ambiente mais saudável e sustentável.

Conforme Rodrigues (2013), a cidade de Belém ocupa a 96^a posição no ranking de tratamento de esgoto (Trata Brasil, 2022, p. 102) distribui água para 73% da população e trata somente 3,61% da água distribuída, já o indicador de Atendimento Urbano de Esgoto diz respeito somente à 17% da população, conforme o Trata Brasil Belém está entre as 20 cidades com pior desempenho em ambas as categorias: água e esgoto (Trata Brasil, 2022, p. 104).

Os igarapés de Belém foram convertidos em canais retificados, transformando também o curso da água, modificando a morfologia da cidade (Silva et al, 2015). A falta de empregos e oportunidade das cidades com menos investimento obrigam muitas pessoas a migrarem para cidades grandes, causando o crescimento populacional e em muitos casos inchaço populacional, o crescimento desordenado sem políticas públicas adequadas acarreta diversos problemas na cidade: moradia inadequadas, falta de esgotamento sanitário e água tratada, transporte coletivo lento e sem qualidade.

De acordo com Sandra Cruz (2012, p. 152), na década de 1980, o projeto Tucunduba começou a fazer parte do projeto pró-sanear, e nos anos 90, passou a ser contemplado pelo programa Habitar Brasil – BID, já em 1997, passou a integrar o programa municipal: “Gestão dos Rios Urbanos: Belém cidade dos rios”, que objetivava recuperar as áreas degradadas das áreas verdes localizadas, principalmente, nos bairros do Terra Firme, Marco e Guamá, bem como, garantir a sustentabilidade econômica da população local.

Conforme Ramos (2002), o início da história do bairro do Guamá está ligado a área do Igarapé Tucunduba, pois antes mesmo da ocupação europeia, as margens do Igarapé podem ter sido ocupadas por grupos indígenas existentes na área. Em sua pesquisa, Sandra Cruz (2012, p. 172), mostra que antes da ocupação das terras do bairro, a região era formada por riachos, rios, açazais, mas que foram sendo invadidos e destruídos.

A bacia hidrográfica do Tucunduba abrange 11 canais, localizados em diversos bairros, principalmente na periferia, baixadas e áreas de assentamentos precários, como os bairros do Marco, Montese e Guamá, conforme afirmado por França (2013). Esses canais desempenham um papel crucial na drenagem e no escoamento de água na região, mas também estão sujeitos a problemas como poluição, assoreamento e transbordamentos, especialmente durante períodos de chuvas intensas. O gerenciamento adequado desses recursos hídricos é fundamental para mitigar os

impactos negativos e garantir a qualidade de vida das comunidades que dependem da bacia do Tucunduba.

Continuando no baixo curso, não muito distante do bairro Montese, o igarapé do Tucunduba atravessa a cidade universitária José da Silveira Netto, no bairro do Guamá, e desemboca no rio Guamá. A enorme diferença entre esses dois pontos é o planejamento urbano. A cidade universitária é planejada, com densa vegetação, arruamento com asfalto, bosques e sistema de drenagem (Sousa Leal et al, 2022).

A Bacia do Tucunduba apresentou os seguintes valores referentes a cada classe de uso do solo: 67,67 % para edificações (horizontais, verticais e especiais), 19,43 % para cobertura vegetal, 1% para corpos hídricos (canais urbanos) e 11,90 % para vias (pavimentadas e não pavimentadas). Na bacia do Tucunduba, as áreas edificadas ocupam 7.993.949 m², o que equivale a 67,67% da área da bacia, ou seja, mais da metade dela. Nessa classe apresentam-se ainda três subclasses, são elas: áreas horizontais, áreas verticais e áreas especiais. As áreas edificadas horizontais ocupam 6.147.541 m², equivalentes a 76,9 % da área total edificada, predominando nessa classe os bairros do Montese e Guamá, que encontram-se em até 4 m de altitude.

No entanto, conforme Laís de Andrade e Luziane Luz (2014), parte dos bairros de Canudos e São Braz, que apresentam predominantemente edificações horizontais, estão localizados em áreas com altitude mais elevada, em unidades 472 de relevo caracterizadas como vertente (5 a 8 metros) e terraço (9 a 12 metros). As áreas edificadas verticais ocupam 19.127 m², equivalentes a 0,25 % da área total edificada, características dos bairros do Marco e São Braz. A porção da bacia ocupada por edificações verticais pontuais está sobre as unidades de terraço e topo do terraço da bacia, caracterizada pela porção mais alta da mesma, variando de 12 metros (terraço) a 16 metros (topo do terraço).

Já as áreas edificadas especiais ocupam 1.827.281 m², equivalentes a 22,85 % da área total edificada, representada pelo bairro Universitário. As áreas especiais variam desde área de planície, como é o caso da UFPA, até os terrenos com altitudes mais elevadas, onde se encontram, por exemplo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), caracterizados como terraço e topo do terraço, com altitudes variando entre 9 e 12 metros (terraço) e 13 a 16 metros (topo do terraço) (de Andrade e Luz, 2014).

Figuras 3: Fotos sobre o Tucunduba no bairro Guamá. Palafitas sobre o Rio Tucunduba em Belém.



Fonte: Autores, pesquisa de campo, julho de 2023

O adensamento urbano na bacia do Tucunduba levou a alterações como retificação, canalização e aterramento que provocam modificações nos processos geomorfológicos a partir da alteração de etapas do ciclo hidrológico, como a infiltração e o escoamento superficial. As modificações geradas pela urbanização, como impermeabilização das vertentes do setor norte da bacia, aterramento nas áreas mais baixas levam a alagamentos constantes no período chuvoso em toda a área da bacia ocupada por canais, levando dezenas de pessoas a conviver com transbordamentos diários, permanência de água estagnada, entre outras condições que geram graves problemas de risco social e ambiental (Sousa Leal et al, 2022).

O desenvolvimento do setor imobiliário na região Metropolitana de Belém, presente em pontos específicos da bacia, em especial em sua porção Norte, representada pela unidade de terraço e topo do terraço, no bairro do Marco; a retirada da cobertura vegetal a fim de adquirir mais espaços de ocupação e sua influência na dinâmica hídrica da bacia, em especial na alteração do processo de escoamento superficial (run-off); a canalização e aterramento dos cursos dos rios da bacia, tornando-os eminentemente urbanos, modificando seus processos naturais que são agravados por sua localização basicamente na área de planície da bacia, com altitudes baixíssimas.

A pavimentação e consequente impermeabilização das vias no decorrer da bacia, em suas diversas unidades de relevo, alterando profundamente os processos de infiltração e escoamento superficial; enfim, todas as formas de uso do solo identificados na bacia do Tucunduba, relacionadas às formas de relevo locais possuem sua parcela de contribuição às condições em que a área se encontra, alterando consequentemente as condições socioeconômicas da população que ali reside, já que a geomorfologia colabora não apenas ao conhecimento físico do local, mas o relaciona com os aspectos socioeconômicos, o que realmente garante seu caráter multidisciplinar (Sousa Leal et al, 2022).

O uso do solo reflete na cobertura vegetal, que é praticamente inexistente, e trata-se de uma categoria de extrema importância pelas suas contribuições positivas e negativas, com relação à proteção do solo ou o seu desgaste. O solo, por se tratar de uma bacia urbanizada, apresenta baixa permeabilidade, causando assim, impermeabilização do leito do rio e utilização do igarapé como receptor de esgoto sem tratamento. Nota-se, também, certa dinâmica na paisagem em relação ao alto curso

A segregação espacial na região da bacia se iniciou como forma de manter fora das áreas centrais da cidade os acometidos por males infecciosos como a hanseníase e a varíola, mas, se tornou alternativa para a expansão da malha urbana do município, principalmente, para as camadas mais pobres da população que eram 'empurradas' das regiões mais elevadas e valorizadas da cidade para as áreas de cotas mais baixas, como as planícies aluviais holocênicas, entre elas a do Tucunduba (Silva et al. 2017, p. 15).

O Plano Diretor de Belém, que existe desde a década de 1990, destaca a importância dos espaços de lazer na política de planejamento sustentável da cidade. As Diretrizes da Política Ambiental do Município destacaram o propósito de preservar, conservar, recuperar e melhorar o meio ambiente natural, artificial e de trabalho, levando em consideração as peculiaridades locais em harmonia com o desenvolvimento econômico, com vistas a garantir a qualidade ambiental propícia à vida (Belém, 1993, p. 1). Outra realidade se vive nos bairros onde a bacia do Tucunduba está inserida, já que a ineficiência da gestão pública e a precária educação ambiental sanitária torna difícil o uso e cuidado de áreas públicas, ajudando assim o nascimento de lixeiras públicas ilegais, por conta da falta de acesso a lugares de despejo de resíduos.

Figura 4,5 e 6: Canais localizado na área do antigo alagado do Piri no bairro Cremação





Fonte: Autores, pesquisa de campo, junho/2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo que envolve a subjetividade dos pesquisadores, esse ensaio mostrou a partir de uma posição ético política um problema que afeta a cidade de Belém, a falta de saneamento básico adequada e o crescimento irregular sem a políticas públicas efetivas para se pensar o crescimento da cidade, com a falta de coleta de lixo regular em regiões em torno de igarapés transformados em canais e do Rio Tucunduba que atravessa quase toda a cidade de Belém. Dificulta que moradores dessas regiões, em sua maioria consideradas periféricas e perigosas não possuam qualidade de vida, uma vez que durante fortes chuvas causem sérios alagamentos, devolvendo os lixos não coletados para as ruas.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz. **Entrevista com professor Alexandre**. 2015 Disponível em: http://grupovisagem.org/revista/edicao_v1_n1/entrevista/luiz_eduardo_robinson_achutti.html

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. Fotos e palavras, do campo aos livros. **Studium**, n. 12, p. 5-16, 2003.

BELÉM. **Plano diretor urbano do Município de Belém**. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 1993. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pa/b/belem/lei-ordinaria/1993/764/7644/lei-ordinaria-n-7644-1993-da-nova-redacao-a-dispositivos-vetados-na-lei-7603-de-13-01-93-que-dispoe-sobre-o-plano-diretor-e-da-outras-providencias>

BITTENCOURT, Luciana Aguiar. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: FELDMAN -BIANCO, Bela; LEITE Míriam L. Moreira (orgs.). **Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**.

COWELL, Adrian et al. **The decade of destruction**. New York: Hodder & Stoughton Ltd., 1990.

DESHAYES, P. Demain, l cinéma ethnographique? **CinémAction**, Paris, n. 64, p. 198-200, 1992. **Campinas: Papyrus**, p. 197-212, 1998.

DE ANDRADE CRISTO¹, Laís; LUZ, Luziane Mesquita. **Morfologia e uso do solo na Bacia Urbana do Tucunduba, Belém/PA**. Revista Brasileira de Geografia Física, 2014, 7.03: 466-475.

GAMA, Fabiene. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 2, p. 188-208, 2020.

GARRIGUES, Emmanuel. L'écriture photographique: essai de sociologie visuelle. **L'écriture photographique**, p. 1-240, 2000.

HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 209 -219, jul./set. 1995. **Entrevista com Milton Gurhan**.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MAYA, Eduardo Ewald. Nos passos da história: o surgimento da fotografia na civilização da imagem. **Discursos fotográficos**, v. 4, n. 5, p. 103-129, 2008.

PIAULT, Marc-Henri. **Anthropologie et cinéma: passage à l'image, passage par l'image**. Nathan, 2000.

PONTE, J. P. X.. (2015). **Belém do Pará: cidade e água**. **Cadernos Metrópole**, 17(33), 41-60.
<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3302>

RAMOS, José Messiano Trindade. **Entre dois tempos**. Um estudo sobre o Bairro do Guamá, a Escola Frei Daniel e seu Patrono. Belém: [s.n.], 2002.

RIBEIRO, José da Silva. Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação. **Revista de Antropologia**, v. 48, p. 613-648, 2005.

RODRIGUES, Roberta Menezes et al. ST4-825 Urbanização das baixadas de Belém-PA: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano. **Anais ENANPUR**, v. 15, n. 1, 2013.

SAMAIN, Etienne. Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. **Horizontes antropológicos**, v. 1, n. 2, p. 23-60, 1995.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia (Paper 196). **Papers do NAEA**, v. 15, n. 1, 2006.

SILVA, Kleber Roberto Matos da. 2004. **A Implantação de Obras Civis e de Saneamento na Bacia do Una, em Belém do Pará, e as Condicionantes Relacionadas às Características Geológicas e Geotécnicas**. Tese (Mestrado em Engenharia Civil). Belém: Programa de Pós- 17 Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Pará.

SOILO, Andressa Nunes. A arte da fotografia na Antropologia: o uso de imagens como instrumentos de Pesquisa Social. **Revista Habitus**, v. 10, n. 2, 2012.

SOUSA LEAL, Marcos Vinícius; DAVID RAMOS, Ana Caroline. A bacia hidrográfica urbana do Tucunduba: impactos no uso e ocupação do solo em Belém, Pará. **Sustentabilidade: Diálogos Interdisciplinares**, [S. l.], v. 3, p. 1-11, 2022. DOI: 10.24220/2675-7885v3e2022a5538. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/sustentabilidade/article/view/5538>. TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento - Instituto Trata Brasil, 2022**. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/pt/estudos/ranking-do-saneamento/itb/ranking-do-saneamento-2022>

YOUNG, Michael W.; MALINOWSKI, Bronislaw. **Malinowski's Kiriwina: fieldwork photography 1915-1918**. University of Chicago Press, 1998.



GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades Latino-Americano.

AUTOCONSTRUÇÃO DA CASA AMAZÔNICA: A CIDADE FLUTUANTE DO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM.

Rafael Magalhães Barros¹ (UFPR)

Cristina de Araújo Limar² (UFPR)

Luiz Belmiro Teixeira³ (UFPR)

RESUMO: O presente artigo aborda o surgimento da cidade flutuante de Manaus durante o período do pós-ciclo da borracha (1920-1967), explorando os aspectos que influenciaram seu surgimento, discutindo a prática de autoconstrução da casa, que permitiu que a população trabalhadora resolvesse o problema da habitação que foi ignorado pelo Estado. A casa flutuante é resultado direto da relação do morador com o meio que o cerca, utilizando técnicas que utilizam saber tradicional para a autoconstrução, ao passo que essa prática evidencia um espaço urbano mercantilizado que nega o acesso as camadas mais populares da sociedade, consolidando a exclusão socioespacial e a espoliação urbana. A soma das extorsões vividas pela população da cidade flutuante, foi invisibilizada, contudo é discutida por diversos autores, ante as condições de subcidadania ao qual estavam condicionadas, sem qualquer assistência do Estado e acesso aos equipamentos e serviços urbanos. O conteúdo do texto se articula com material de uma dissertação de mestrado em desenvolvimento, utilizando a revisão bibliográfica e documental no tema da autoconstrução da moradia segundo autores como Ermínia Maricato, Aziz Ab'Saber, Bertha Becker, Lúcio Kowarick, Celso Serra e Wilson Cruz, devido suas contribuições acadêmicas explicarem detalhes da dinâmica socioeconômica da cidade flutuante. O estudo em andamento conta com a experiência do autor principal como cidadão amazônico e morador da cidade de Manaus e vivência com a dinâmica urbano-fluvial das casas flutuantes.

Palavras-chave: cidade flutuante; autoconstrução da casa; urbano fluvial; moradia de baixo custo; mercantilização da função residencial.

INTRODUÇÃO

A conquista da moradia é um desafio e, sem amparo das políticas públicas de habitação social, condiciona a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica a ocupar áreas informais, periféricas e sem acesso a qualquer tipo de infraestrutura urbana, onde a “autoconstrução da casa” é a única alternativa possível para garantir um espaço para habitar. É através do processo de autoconstrução que a massa trabalhadora das cidades resolve o problema da habitação, até aqui negligenciado pelo Estado (Maricato, 1979).

A autoconstrução resolve parcialmente problema da habitação, porém, com esse processo, ocorrem diversas situações, das quais se apontam duas: expansão da malha urbana e a falta de acesso

¹ Programa de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento PPGMADE, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. Email: Rafael_mbarros@hotmail.com

² Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento PPGMADE; Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano PPGPU, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. Email: cristinadearaujolima@gmail.com

³ Programa de pós-graduação em Planejamento Urbano PPU, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. Email: luizbelmiro79@gmail.com

aos equipamentos urbanos. A expansão da malha urbana, que sem a aplicação do planejamento urbano, acontece de maneira informal e desordenada, acentua os problemas urbanos nas cidades e mantém a população sem acesso aos serviços básicos de saúde, saneamento, transporte etc.

A prática da autoconstrução é observada tanto em solo urbano quanto em outros ambientes, como os rios, como foi caso da cidade flutuante de Manaus, que coexistiu com o período que compreende o pós-declínio do Ciclo da Borracha [1920-1967] (Souza, 2010), se localizando defronte ao centro da cidade “formal”, quando uma massa trabalhadora foi atraída pelos rumores de riquezas e perspectivas de melhores condições de vida daquele período áureo da borracha (Lira, 2012).

A origem da cidade flutuante é fortemente ligada ao colapso econômico do ciclo da borracha, onde um grande contingente de trabalhadores sem emprego e moradia resolveram por conta própria a questão da habitação, utilizando a autoconstrução como alternativa para reproduzirem suas vidas sobre as águas dos rios que banham a capital. Portanto o ciclo gomífero é o antecessor de muitos problemas urbanos, incluindo a formação de uma cidade “informal”.

A autoconstrução da casa é um hábito com raízes rurais, mas que se perpetua no ambiente urbano, vindo com os migrantes rurais que se deslocaram para os centros das grandes capitais brasileiras (Maricato, 1979), atraídos pelos ciclos econômicos e outras pela industrialização. No entanto, os surtos econômicos são verdadeiros polos de atração para mão de obra, que elevam a demografia das cidades, sendo um estímulo para a consolidação da prática de autoconstrução, que acentuam as desigualdades socioeconômicas e caracterizam o perfil da cidade latino-americana (Santos, 2010).

Assim, esse artigo tem como objetivo analisar os fatores que influenciaram a conformação da cidade flutuante de Manaus, buscando entender os elementos que a constituem e a repercussão socioambiental da sua existência.

Os métodos adotados para a discussão se apoiam em Marconi e Lakatos (2021) e Gil (2008), caracterizando o presente trabalho como exploratório, descritivo-narrativo, de natureza quali/quantitativo, utilizando a pesquisa documental (fonte primária), documentos escritos ou não, que poderão ser manuseados de acordo com os objetivos estabelecidos (Prodanov, 2013) aliada a pesquisa bibliográfica (fonte secundária) buscando um maior aparato teórico para a discussão a partir dos trabalhos selecionados.

O artigo é dividido em três partes: 1) aspectos históricos do ciclo da borracha e os impactos sobre o tecido urbano; 2) declínio do ciclo e o surgimento dos problemas urbanos, em especial da habitação, com dados socioeconômicos da população e, 3) comportamento do Estado e as políticas adotadas para adensar a população da cidade flutuante.

Como resultados é prevista a discussão das práticas de autoconstrução com foco na cidade flutuante de Manaus, para compreender como essa dinâmica ocorre no contexto da região amazônica e também compreender o papel do Estado, enquanto principal agente interventor da organização socioespacial, para abrir o debate sobre as restrições ao acesso à cidade, e, principalmente, à habitação formal para determinadas camadas da população.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O CICLO DA BORRACHA: O OURO BRANCO DA AMAZÔNIA

A urbanização na Amazônia andou por muito tempo a passos lentos com casos isolados de melhorias na sua infraestrutura urbana, com algumas construções de casas, edifícios públicos, abertura de ruas e portos, com um modelo que colocou em seu cerne a estética urbana. Contudo, o cenário de calma que pairava sobre a cidade, é alterado de forma brusca, em razão de um dos mais importantes ciclos econômicos, o ciclo da borracha que ocorreu entre 1870-1910 (Lira, 2012), sendo o impulso que faltava para que a cidade de Manaus se consolidasse como uma relevante economia da região norte do país.

Com os países da Europa vivendo a efervescência da industrialização, a borracha mostrou-se um produto versátil, possuindo diversos usos e aplicações na confecção de produtos, o que fez com esse material fosse bem recebido e absorvido pelo mercado internacional, gerando uma alta na demanda pela matéria-prima, resultado direto da revolução industrial (Becker, 2013). Com a receptividade do látex, um material elástico, à prova d'água e seu processamento melhorado com o sistema de vulcanização desenvolvido por Charles Goodyear em 1844 (Souza, 2019), foram pontos essenciais que contribuíram para o rápido desenvolvimento da capital, sendo resultado direto das relações econômicas internacionais.

A melhoria no processamento do látex⁴ fez com que o produto valorizasse no mercado internacional, “saltando de 181 libras-ouro para 389 libras-ouro” (Lira, 2012, p. 57) e resultou em um repentino enriquecimento dos proprietários dos seringais, sendo suficiente para que esse rumor se espalhasse e soasse como uma “poderosa propaganda” para se “obter rápidas vantagens na extração ou comercialização da borracha” (Mesquita, 2005, p. 59), em pouco tempo, a fama foi disseminada pelo país inteiro, resultando em um fluxo migratório intenso, do qual o seringal precisara.

⁴ A borracha já era de conhecimento dos povos pré-colombianos, a exemplo dos indígenas Cambebas ou Omaguás, (Lira, 2015; Souza, 2019), que sabiam de suas propriedades, havendo assim uma “apropriação” e mercantilização do saber tradicional, que beneficiou apenas uma ínfima parcela da sociedade manauara.

Para seduzir a mão-de-obra necessária para trabalharem nos seringais, muitos desses trabalhadores também foram patrocinados por fazendeiros, que tinham perspectivas de ganhos, buscando enriquecer e até mesmo o Governo Federal iniciou convincentes campanhas (Lira, 2012) pelo país, para atrair mais pessoas; coincidentemente, a região nordeste infelizmente sofria com um grande regime de seca, entre os anos de 1877-1880, em que houve cerca de 100.000 mortes na época, contribuindo com a migração em massa para a região amazônica (Souza, 2018).

Segundo Benchimol (1977), em dados não oficiais, estima que de 1877 a 1900 um total de 158.125 pessoas migraram para a região amazônica; enquanto Pereira (2006) *apud* Silva & Scudeller (2022) contabilizou que 300 mil nordestinos, fugindo da seca que assolou o nordeste, a maioria vindo do Estado do Ceará ingressaram em solo amazônico. As dificuldades oriundas do clima nordestino foram o impulso que faltava para a economia da borracha.

Os dados oficiais do primeiro censo demográfico no Brasil (IBGE, 1996), registraram que em 1872 a cidade de Manaus contabilizou 29 mil habitantes, enquanto que no censo de '90 não houve expressivo aumento. Por outro lado, a década seguinte (1890-1900) significou um aumento de 29%, enquanto esse percentual chegou a 50% (1900-1920) num período de 20 anos, coincidindo com o colapso econômico, em que houve um acréscimo de 25 mil pessoas no espaço urbano.

Tabela 01: População Manaus e Belém- Ciclo da Borracha

	1872	1890	1900	1920
Manaus	29.334	38.720	50.300	75.704
Belém	61.997	50.064	96.560	236.402

Fonte: IBGE- Anuário Estatístico (1996) - Censo Demográfico

A riqueza gerada pela comercialização da borracha era tanta que foi diretamente investido na infraestrutura urbana, corroborando com o que Harvey (2014) argumenta a respeito de como o processo de urbanização tem sido utilizado na história do capitalismo, um importante instrumento de absorção dos excedentes de capital e de trabalho.

Para Barbosa (2017) tudo girava em torno da borracha e as duas principais cidades, Manaus e Belém, se beneficiaram diretamente, viabilizando a construção de vilas e povoados, as dotando de equipamentos urbanos. Lira (2012) aponta as melhorias realizadas em ambas as cidades com o excedente de capital gerado pela borracha, das quais muitas cidades no Brasil ainda não possuíam:

Manaus e Belém possuíam luz elétrica e sistema de água encanada e esgotos, gozavam de tecnologias que outras cidades do sul e sudeste do Brasil ainda não

possuíam, tais como bondes elétricos, avenidas construídas sobre pântanos aterrados, além de edifícios imponentes e luxuosos, como o requintado Teatro Amazonas, o Palácio do Governo, o Mercado Municipal e o prédio da Alfândega, palacetes residenciais, enfim, todas as construções com influência europeia.

Por outro lado, a situação da massa trabalhadora que adentrava floresta não era a das melhores, “cuja remuneração é quase extinta com o pagamento exorbitante dos gêneros que o armazém do seringalista fornece a crédito. Esse sistema gera, assim, uma dívida eterna para os trabalhadores, que usam praticamente todo o seu rendimento para pagar o patrão” (Becker, 2013, p. 28). Submetidos a condições insalubres, se viam em um verdadeiro inferno, quando não aguentavam mais, realizavam constantes tentativas de fuga, visto a alta mortalidade por doenças tropicais e uma jornada de trabalho extensa, que via de regra, seguia o processamento natural do látex (Guillen, 1997).

No entanto, quando o Estado Novo interviu na tentativa de melhorar as condições trabalho dos seringueiros, através da Rubber Development Corporation, empresa contratada para abastecer os seringais, fornecendo comida e medicamentos, esta medida não foi eficaz, pois “por pressão da elite amazônica, a Rubber passou a entregar os suprimentos diretamente aos seringalistas, que, por sua vez, os repassavam aos seringueiros” (Guillen, 1997, p. 100). Assim, mantendo o sistema de endividamento, que por sua vez, mantinha esse trabalhador em condição semi-escravagista, sem salário e sem perspectivas.

Nesse ciclo de exploração, a conta nunca fechava e todo o suprimento fornecido aprofundava o sistema de endividamento (Silva & Scudeller, 2022), que não permitia condições seguras para estes trabalhadores e, muito menos, um retorno para a sua cidade natal, e quando conseguiam retornar, estavam maltrapilhos, doentes e famintos (Guillen, 1997). A cidade de Manaus cresceu e prosperou nesse período, à custa da força de trabalho dos seringueiros, expostos a um sistema desigual, que concentrou a riqueza nas mãos de poucos, acabando com o sonho dos migrantes nordestinos de uma vida melhor na região amazônica.

O ciclo da borracha prosperou por mais de um século na Amazônia, impulsionou o crescimento econômico e demográfico, permitiu que a cidade de Manaus pudesse crescer e se consolidar economicamente na região norte, chegando a ser conhecida como a “*Paris dos Trópicos*”, devido a toda sua moderna infraestrutura urbana, vivendo o auge, conhecido como a *Belle Époque*. Porém, a euforia coletiva do governo e da elite local, envoltos em um sonho europeu na Amazônia, os cegou, a ponto de não investirem e diversificarem a economia, que ficou refém de um único produto, o que a tornou vulnerável a ponto que mal poderem prever a concorrência silenciosa que colapsaria a economia gomífera.

2.2 O DECLÍNIO DA BORRACHA: O FIM DO APOGEU DA “PARIS DOS TRÓPICOS”

A goma elástica brasileira levada para a Ásia foi adaptada e melhorada, possibilitou a comercialização a um preço menor no mercado internacional, o que bastou para que a frágil economia de Manaus entrasse em colapso (Lira, 2012). Porém, “o extrativismo continua muito pálido até 1910 e 1915. O que o extrativismo legou para a Amazônia durante um século entra em decadência, revelando uma geografia humana muito sofrida para os seringueiros, para os beiradeiros de igarapés e também para as cidades.” (Ab’Saber, p. 20, 2005). O declínio deixou uma grande massa de trabalhadores sem perspectivas, o mesmo contingente, que outrora havia sido o pilar do ciclo borracha, configurou os pobres da cidade.

Silva & Scudeller (2022, p. 4) apontam que foi “um rápido apogeu, que só deu tempo da capital se urbanizar e se resumir em obras como prédios históricos, aterramento de alguns igarapés e construções de algumas pontes restritas, principalmente, a área central da cidade”, deixando aquém qualquer perspectiva de planejamento urbano para além do centro, quase não havendo mudanças no tecido urbano, se mantendo fiel ao formato em tabuleiro xadrez.

Santos (2010), em sua obra *Ensaio Sobre a Urbanização Latino Americana*, explora como a rede de cidades se tornou uma projeção espacial da organização econômica e social, a partir das relações com países mais evoluídos, o que explica o desenvolvimento da cidade de Manaus como resultado direto dessa relação. No aspecto econômico da relação, em seu centro, estava o látex, permitindo a entrada de capital estrangeiro, promovendo riquezas e benesses para os barões da borracha, que por sua vez, influenciavam o Estado, que intervia no aspecto social diretamente sobre a massa de seringueiros.

Monte-Mór (2008, p. 4) diz que, no caso das cidades brasileiras, “à medida que as mazelas sociais, geradas pela concentração populacional e industrial, surgem no processo de expansão do capitalismo, vão sendo importadas também as “soluções”, como influência das relações econômicas e sociais, modelos estrangeiros foram importados para Manaus, refletindo na forma de organização do espaço, que mais tarde configurou um desenvolvimento geográfico desigual (Harvey, 2014), com o colapso econômico.

Com um modelo de cidade importada, vieram também os problemas, dos quais um dos mais latentes e atuais é relativo à moradia, que foi escancarado com o declínio da borracha, criando um retrato de “caos” urbano (Grazia Di Grazia, 1990), por não haver nenhum tipo de política para melhora da condição de vida dessa população.

Conforme Becker (2013), no auge do ciclo da borracha, Manaus se torna uma efetiva cidade, uma urbe cosmopolita, moderna e avançada para os padrões da época, promovido à custa de um

sistema completamente predatório e espoliativo da força de trabalho do seringueiro. O colapso econômico que se seguiu pós-ciclo escancarou todas as mazelas sociais da “Paris dos Trópicos”, mascaradas pelas futilidades dos barões da borracha e um estilo de vida supostamente “europeu”.

A situação da massa trabalhadora, a precariedade ao qual se encontravam, foi agravada ainda mais com a derrocada da economia, os seringueiros foram esquecidos nos seringais, sem o mínimo para viver, enquanto na cidade, resultou diretamente em muitos suicídios, famílias inteiras mudando e um alto índice de desemprego (Lira, 2012). Com o regresso dos seringueiros à capital, ambas as massas se somaram, sem emprego e moradia, o cenário foi um dos piores.

Apesar do colapso ter afetado todas as classes sociais, não se pode afirmar que foram sentidas de igual forma, pois aos barões da borracha, que outrora enriqueceram às custas da exploração do seringueiro, perderam a fortuna e provável tinham redes de apoio, enquanto a massa trabalhadora, restou contar com a própria sorte para não ter que morrer de fome, escancarando a desigualdade social existente.

2.3. A AUTOCONSTRUÇÃO DA CASA AMAZÔNICA: O SURGIMENTO DA CIDADE FLUTUANTE DE MANAUS

Com o colapso econômico da borracha, os seringueiros, abandonados à própria sorte nos seringais, viram-se obrigados a sair da floresta e retornarem para a cidade. Em um contra movimento, com a mesma intensidade em que foram atraídos, muitos retornaram para a capital amazonense, porém, ao chegarem “se deparavam com dois grandes problemas: não possuir emprego, tampouco casa para morar.” Para Barbosa (2017, p. 47), esses problemas foram acentuados pela falta de políticas de habitação social por parte do Estado e a especulação do solo urbano pelo mercado imobiliário, sem condições de acesso à terra urbanizada, tornando a única alternativa possível a de autoconstrução da casa.

Os seringueiros que retornaram para a cidade, além de não terem emprego e moradia, viram-se impedidos de realizar construções em solo urbanizado, ante o Código de Postura (CP), que estabelecia o padrão arquitetônico da construção das casas na região central, e, conforme Castro (2008), era uma forma de normatizar as tipologias arquitetônicas, contidas na Lei Nº 23 de 06 de Maio de 1893, estabelecia os padrões desejados, assim consolidando a expulsão dos mais pobres para espaços precários, visto que não poderiam erguer qualquer moradia que fugisse a regra estabelecida.

Para Silva e Scudeller (2022, p.11), o Estado executou uma política habitacional de “repressão e exclusão”, pois, o centro construído aos moldes europeus não era para as pessoas mais pobres, além do que as casas com estilo de construção consideradas “simples” tinham de ser

derrubadas para que nos seus lugares fossem construídos casarões suntuosos, distanciando ainda mais a possibilidade de uma casa em terra.

Por outro lado, o instrumento reforçou uma estrutura de privilégios mediada por seu principal agente, o Estado. Somente quem pertencia ao pequeno grupo da elite tinha acesso aos equipamentos urbanos e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida, que por sua vez no ambiente urbano também é mercantilizada (Harvey, 2014), assim como outros elementos da vida cidadina.

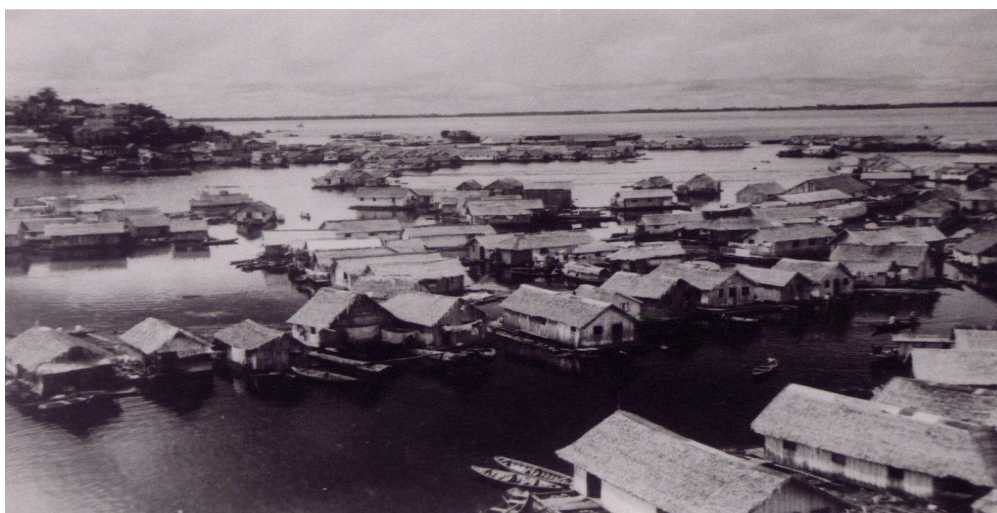
Quando o Estado direcionou os investimentos para a área central da cidade, este contribuiu para que fossem criadas zonas, as quais somente as camadas de maior poder aquisitivo acessavam (Kowarick, 2000). Contudo, a estrutura física e a forma da cidade foram diretamente influenciadas por forças quase que invisíveis, como os interesses capitalistas que mercantilizaram o espaço urbano, e, em conformidade aos interesses desses grupos, o poder público utilizou seu principal instrumento de controle social, a legislação, o que a consolidou como um mecanismo regulador e discriminatório (Grazia Di Grazia, 1990).

Com a área central especulada e com o CP impedindo a construção, possibilitou a massa trabalhadora construir suas casas sobre os rios. Em 1920 apareceu no litoral do bairro Educandos a primeira casa flutuante, construída pelo Sr. João Aprígio (Serra e Cruz, 1964), que por não dispor de condições financeiras para pagar aluguel na cidade em terra, encontrou no rio um lugar para construir sua moradia e abrigar-se com a família, visto que “o rio não é alcançado pelo estatuto da propriedade privada” (Frota e Oliveira, 2017, P. 5), portanto, foge da lógica do solo urbano, o que permitiu sua ocupação.

A cidade flutuante é considerada uma herança direta do ciclo da borracha, conforme exposto, o declínio da economia, acentuou todas as mazelas sociais até então camufladas pelas riquezas. Com altos índices de desemprego e ausência de políticas de habitação social, logo a massa trabalhadora vulnerabilizada pelo sistema econômico, entendeu que a única moradia possível era sobre os rios, uma vez que estes espaços fluviais não incidiam impostos tal qual em solo urbano, não tinham uma arquitetura pré-estabelecida e nem proprietários.

Conforme Souza (2010), o termo “*cidade flutuante*” é atribuído ao conjunto de casas de madeira, construídas sobre troncos de madeira, que as faziam flutuar sobre as águas, porém, o termo foi cunhado pós-segunda guerra, em uma codificação da realidade desse tipo de moradia, que se estende para além dos limites terrestres. Para Barbosa (2017), a cidade flutuante é um reflexo dos problemas urbanos, e, por fim, Samuel Benchimol, no prefácio do livro de Serra e Cruz (1964), diz que a cidade foi fruto de um descuido do Estado. Logo, o que começou com uma casa flutuante, ao decorrer dos anos seguintes, se tornou uma cidade.

Figura 01- A Cidade Flutuante de Manaus sobre o Rio Negro



Fonte: Instituto Durango Duarte, 2024.

Disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/fotografia-aerea-da-cidade-flutuante/>

Acessado em: 21/03/2024

Ao decorrer dos anos houve um aumento exponencial e silencioso, às vistas do Estado, que se mantinha inerte, quanto às condições precárias dos habitantes da cidade flutuante. Souza (2010) apresenta dados do crescimento demográfico da cidade flutuante, conforme tabela abaixo:

Tabela 02: Censo Demográfico Cidade Flutuante

Ano	Número de Flutuantes	Número de Moradores
1961	1389	-
1964	2145	9.788
1966	1950	11.400

Fonte: Souza, 2010

A necessidade de moradia dessas famílias fez com que muitas se instalassem em casas com estrutura de palafita inicialmente, porém, com “os períodos hidrológicos de enchente que ocorrem entre os meses de dezembro-junho, com pico de cheia em julho, vazante entre agosto-outubro e seca em novembro” (Marinho, 2019, p. 37), fez com que esse tipo de construção estivesse vulnerável em períodos com cheias históricas, onde eram invadidas pelas águas (Alencar e Souza, 2016), causando prejuízos aos moradores. As cheias permitiram um processo de adaptação da casa palafita, permitindo que a mesma pudesse flutuar, assim, acompanhando as cheias e vazantes, sem sofrer danos.

Para os moradores da cidade flutuante, os mesmos não estavam cometendo nenhum tipo de crime, pois, em seu entendimento, os rios não possuíam donos, portanto, não haveria oposição para construírem suas casas (Barbosa, 2017). A cidade flutuante compôs o cenário urbano fluvial por mais de quatro décadas, sem nenhum tipo de intervenção ou preocupação dos agentes estatais.

Souza (2010) comenta com indignação, a forma como mais de 2.000 casas flutuantes frente à orla de Manaus, com aproximadamente 12.000 habitantes, foi invisibilizada desde seu surgimento. Os habitantes dos flutuantes não eram apenas pessoas vulnerabilizadas pela situação que se estabeleceu, o governo os fazia parecer uma espécie de peso morto, porém, a cidade flutuante movimentava e detinha uma dinâmica socioeconômica própria, que por sua vez, o Estado arrecadava e direcionava para outros lugares (Serra e Cruz, 1964).

Os desafios da moradia na cidade flutuante iniciavam com a autoconstrução da casa, que exigia um conhecimento prévio, do qual os seringueiros detinham das experiências na floresta, como por exemplo, a escolha da madeira que dá a sustentação à casa. Em geral, os materiais que sustentam a estrutura da casa flutuante são as toras de madeira chamada *assacú*, nome científico "*hura crepitans*", popularmente chamada de boias (Frota e Oliveira, 2017), que fazem a casa flutuar.

Apesar da técnica empregada, o tamanho da casa flutuante, conforme relatado no trabalho de Serra e Cruz (1964, p. 38), variava entre as dimensões de "2x3 a 4x7"; era de um ou dois cômodos, sem o mínimo de conforto, chegando a ser ocupada por até quinze pessoas. Alguns moradores criavam animais, aumentando ainda mais o adensamento, por vezes, em um único cômodo. As condições de vida na cidade flutuante não eram das melhores, a higiene dos moradores era completamente inexistente, sem saneamento, as águas ao qual eram despejados os dejetos humanos e de animais eram as mesmas utilizadas para as atividades diárias, para beber e cozinhar, resultando que a população sofria de desarranjo intestinal.

Diferente da autoconstrução em solo urbano, em que a casa cresce parceladamente, conforme a renda do morador, a casa flutuante precisa nascer por completo, poderíamos classificar a cidade flutuante como urbana, mas totalmente desurbanizada (Maricato, 1979), visto as condições que a população vivia. Nessa relação existe uma somatória de extorsões, que se concretiza com a inexistência de serviços coletivos e evidencia a espoliação urbana, conforme Kowarick (2020).

Por fim, a autoconstrução é uma maneira que a população encontra de poder (re) existir em meio a dinâmica urbana, mas, é exposta a condições precárias de vida, sem políticas públicas de habitação social, o Estado por sua vez, invisibiliza os moradores e suas demandas, deixando-os aquém do acesso a infraestrutura e serviços urbanos, o que consolida um sistema desigual para aqueles que desejavam um lugar digno para habitar.

2.4 O ESTADO E A EXTINÇÃO DA CIDADE FLUTUANTE

Desde que a cidade flutuante surgiu, o Estado não demonstrou nenhum interesse em intervir ou promover melhores condições de vida para os habitantes flutuantinos. Contudo, com o país comandado pelo recente regime militar, logo houve mudanças, em especial, voltadas à ocupação da Amazônia, que ainda era vista como um imenso “vazio demográfico” (Barbosa, 2017, p. 53), que necessitava ser ocupada.

A dimensão territorial da Amazônia em si causou certa preocupação para o regime militar, que temia uma suposta invasão estrangeira, então, sob o lema de “Integrar para não entregar” (Oliveira, 1988 apud Barbosa, 2017, p. 53) iniciaram a **Operação Amazônia (O.A)**, que consistiu em uma cooperação entre o Estado e a iniciativa privada para o desenvolvimento da Amazônia, visto que a mesma estava com sua econômica estagnada pela derrocada do ciclo da borracha.

O professor Benchimol escreveu ainda no prefácio do livro de Serra e Cruz (1964), que cidade flutuante só passou a chamar atenção do governo do Estado após repercussão da mídia internacional, que retratava o modo de vida dos habitantes flutuantinos como “inédito e pitoresco”. Com o avanço da **O.A** foi criada a Zona Franca de Manaus (ZFM), em que preparou o espaço para o modelo industrial, que seria implantando na cidade, dessa forma reavivando a economia.

Ficou decidido que Manaus receberia a Zona Franca, portanto, a cidade não poderia ter em seu portal de entrada aquela “cidade”, pois para os gestores destoava do “adequado”. Então, o governo do Estado, em 1965, decidiu extinguir a cidade flutuante, visto o incômodo que havia se tornado. Incômodo até então inexistente, pois a cidade flutuante estava às vistas do Estado desde a década de 20 e não tinha sido alvo de qualquer preocupação (Barbosa, 2017).

Figura 02: Vista da Cidade Flutuante: Orla da Cidade de Manaus- 1964



Fonte: Instituto Durango Duarte, 2024.

Disponível em: <https://idd.org.br/jornais/vista-da-cidade-flutuante/>

Acessado em: 21/03/2024

O discurso utilizado para realizar a retirada da cidade flutuante era de melhorar a imagem da cidade e garantir melhores condições de habitação, porém, é sabido que esse discurso foi utilizado para fins de embelezamento estético, pavimentando a entrada de capital estrangeiro, consolidando de vez a expansão do capitalismo na Amazônia e expulsando os mais pobres para espaços mais distantes do centro planejado e dos equipamentos urbanos.

Através do Decreto nº 168, de 10 de Abril de 1965 do Diário Oficial do Estado, o governador do Estado, o então Arthur Reis, determinou a criação de grupo de trabalho para a mudança da cidade flutuante, sendo utilizada força policial para expulsar os moradores da cidade flutuante e conter qualquer tipo de resistência (Salazar, 1985 *apud* Barbosa, 2017).

Por fim, o Estado concluiu a expulsão dos mais pobres e extinguiu a cidade flutuante, sendo um reflexo da falta de planejamento e controle estatal, ausência de políticas públicas de habitação social, que condicionou as pessoas a autoconstruírem suas casas, vivendo em condições insalubres. Barbosa (2017, p. 52) relata sobre o planejamento que o Estado fez para a realocação dos moradores da cidade flutuante:

Estes moradores foram remanejados para as zonas noroeste, sudoeste e oeste de Manaus e ficaram a um raio de até 07 km de distância de onde era o núcleo central da cidade flutuante que se situava no centro da capital amazonense. Pelo Estado foram construídos dois conjuntos habitacionais, o Costa e Silva com 134 casas a 3,4 km do centro e o conjunto de Flores a 7,0 km do centro com 146 casas. É fácil observar que a quantidade de casas construídas foi insuficiente frente à proporção de famílias (aproximadamente 2.400) que perderam seus flutuantes.

Ainda através de Serra e Cruz (1964) é citado que o governador Gilberto Mestrinho, figura política bastante conhecida no cenário amazonense, reivindicou ao governo federal na VI Reunião dos Governadores, um aporte financeiro de Cr\$ 275.200.000,00 para a construção de 500 casas para as famílias da cidade flutuante. Percebe-se que apesar da tentativa de “planejamento” com a construção de conjuntos populares, o Estado mais uma vez o faz sem considerar qualquer fator social e econômico, transferindo o “problema” para outra área, o distanciando da vista da elite, “resolvendo” parcialmente o incômodo com a comunidade flutuante.

A ação do Estado foi endossada pelos comerciantes locais (mercado), temendo que a concorrência e a ascensão econômica da cidade flutuante pudessem comprometer seus negócios, realizaram constantes campanhas a favor do seu fim, consolidada através da ação institucional do Estado, comprovando que os interesses do mercado se sobrepõem ao coletivo e influenciam diretamente a organização do espaço urbano.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem caráter exploratória, descritiva-narrativa. A pesquisa exploratória busca uma aproximação com o objeto, permitindo o estudo do tema sob diferentes enfoques, em geral esse tipo de pesquisa é acompanhamento de duas técnicas de levantamento de dados, a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, proporcionando uma visão geral acerca de determinado assunto, resultando em problemas sociais mais esclarecidos (Gil, 2008; Prodanov, 2013). Por sua vez, a descritiva narrativa se atém, como o próprio nome sugere, uma descrição dos fatos referente ao fato/fenômeno.

Ainda a pesquisa documental (fonte primária) que segundo Marconi e Lakatos (2021) são fontes primárias, estando restrita a documentos escritos ou não, que podem ser recolhidas no momento em que o fato/fenômeno ocorre ou depois, sendo utilizado neste trabalho, documentos oficiais, iconografia, leis e anuários e conforme Gil (2008, p. 50) “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica (fonte secundária) reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”, que para Prodanov (2013) resultam de livros, revistas, publicações, boletins, jornais, teses, dissertações e etc. usados no trabalho para uma maior compreensão do assunto. Outro instrumento para coleta de dados é a

Portanto, a partir das abordagens e métodos utilizados buscou-se o máximo de aproximação com a realidade em que o fato/fenômeno ocorreu, apoiado nos trabalhos selecionados, tornando possível a discussão do presente trabalho. Foi possível através dos trabalhos obter enorme quantidade de dados sociais e demográficos, ao qual conferem natureza quali/quantitativa a pesquisa, que permitem uma análise mais aprofundada da realidade estudada.

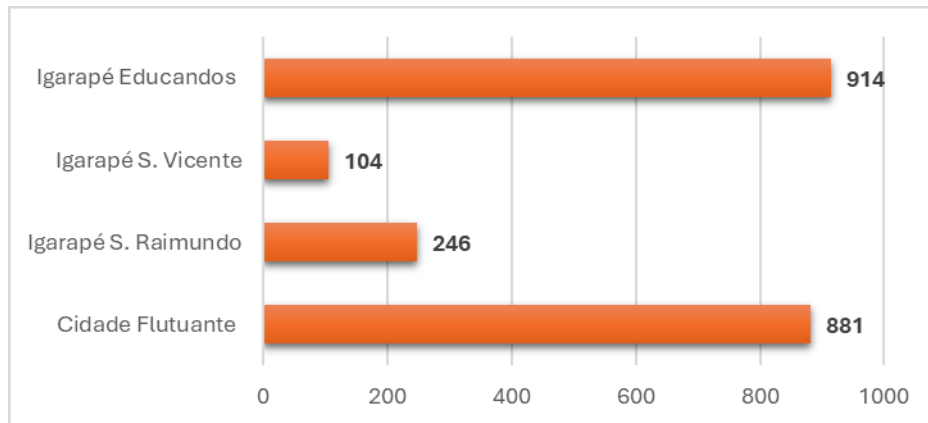
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do trabalho de pesquisa realizado pelos autores Serra e Cruz (1964), compilado no livro publicado “Aspectos Econômicos e Sociais da Cidade Flutuante”, é possível obter dados socioeconômicos da dinâmica urbana fluvial, que contribuem para apresentação e discussão dos resultados. Dessa fonte foi possível realizar a conversão para gráficos, permitindo melhor visualização para os recortes que serão apresentados, a começar pela distribuição geográfica da cidade flutuante pela margem litorânea de Manaus.

Conforme o gráfico 01, a cidade flutuante propriamente dita e considerada é o conjunto localizado defronte a área central de Manaus, contendo 881 flutuantes, com estrutura de madeira e

interligadas por pontes, em alguns casos. A segunda maior quantidade de casas ficava localizada no igarapé do bairro Educandos e se estendia a outros igarapés, como o do bairro São Raimundo, com 246 flutuantes e, por fim, São Vicente com 104 flutuantes, formando uma extensa e numerosa rede de casas flutuantes, totalizando 2.145 casas.

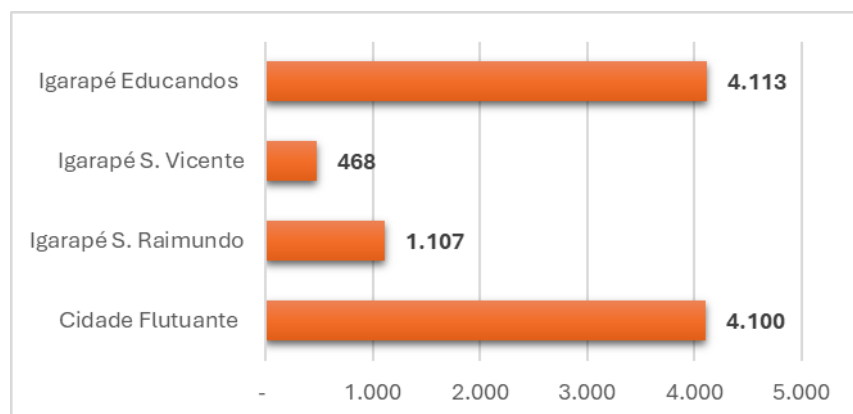
Gráfico 01: Distribuição das Casas Flutuantes por Localidade



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Salienta-se que há uma diferença de quantidade entre os dados de Souza (2010) e os de Serra e Cruz (1964), visto que estes últimos só contabilizaram até o ano da pesquisa, enquanto o primeiro autor contabilizou até o ano de 1966, onde houve um decréscimo no número de flutuante, porém, um aumento populacional chegando a quase 12.000 habitantes.

Gráfico 02: Número de Habitantes da Cidade Flutuante por Local



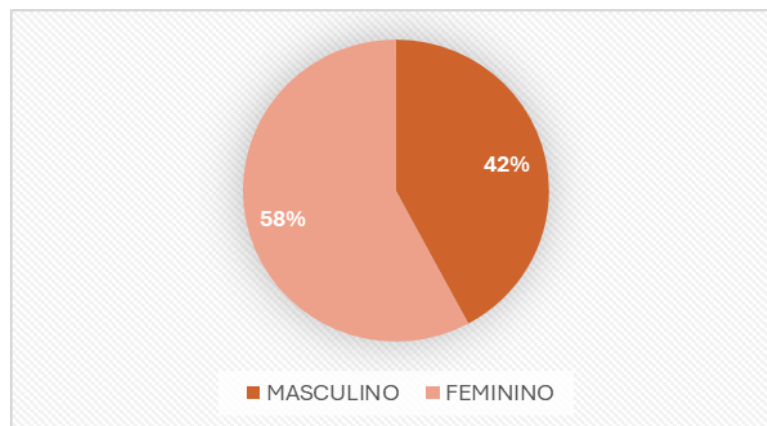
Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O gráfico 02 expande um pouco mais os dados populacionais e podemos observar a distribuição dos moradores por local, apesar de haver diferença de 33 casas flutuantes, entre a Cidade Flutuante (881) e o conjunto do bairro Educandos (914), a população moradora é quase a mesma, o que

corroborar com o descrito por Serra e Cruz (1964), onde uma casa com poucos cômodos adensavam mais moradores que o habitual, que promovia um desconforto devido às dimensões físicas.

É importante também trazer recortes de raça e gênero da cidade, questões indissociáveis quando se analisa os dados da cidade flutuante. A cidade flutuante e aqui considero todo o complexo de casas, é do gênero feminino, as mulheres são majoritariamente as moradoras vulnerabilizadas e excluídas do acesso ao solo urbano. Conforme os dados, **58%** dos habitantes são do gênero feminino, que representam em números **5.662** pessoas; enquanto os homens representam **42%** e um total de **4.126** pessoas.

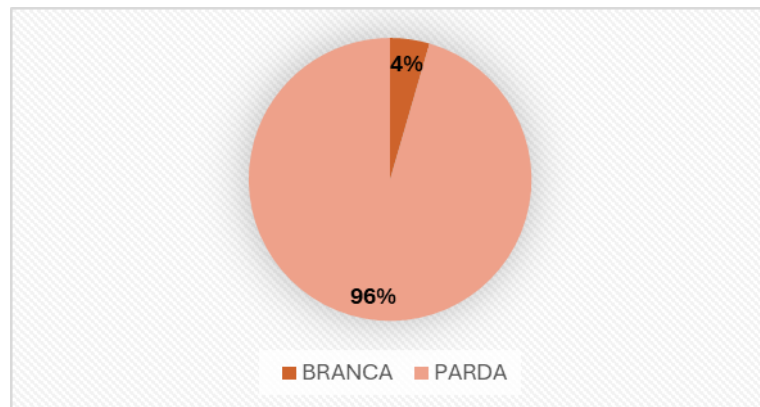
Gráfico 03: O Gênero da Cidade Flutuante- 1920 a 1967



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Quanto a cor da cidade flutuante (gráfico 04), a maioria dos habitantes se autodeclarou **PARDA**, representando **95%** da população, totalizando 9.300 pessoas; enquanto que a segunda maior porcentagem era de brancos ocupando **4%**, com 438 pessoas, e, por fim, 1% da população ficou dividido entre autodeclarados como pessoas pretas, 29 pessoas; e, amarelos, 21 pessoas. A população da cidade flutuante era majoritariamente parda, sendo a descendência predominantemente das populações indígenas da região, resultado direto do processo de colonização que incentivava o “casamento” entre os colonos e as mulheres indígenas, como forma de aprofundar o domínio sobre os povos originários.

Gráfico 04: A Cor da Cidade Flutuante



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos gráficos apresentados conclui-se que a segregação socioespacial ocorre para com as camadas mais populares da sociedade, em específico a pessoas autodeclaradas pretas e pardas e majoritariamente mulheres, o gênero mais violentado no ambiente urbano. Enquanto que as políticas de habitação social do Estado se mostraram ineficientes para atender demanda popular por moradia de qualidade, visto que as 500 casas destinadas a essa população não poderiam absorber as 12.000 pessoas que viviam na cidade flutuante. A política adotada caracterizou-se como excludente, pois não houve tentativa posterior de reintegrar essas pessoas à cidade e tampouco políticas ambientais para recuperação dos rios.

Por fim, com a ação do Estado em extinguir a cidade flutuante e não resolver o problema habitacional houve um espraiamento do problema da demanda por habitação para outras regiões. Criando um ciclo vicioso e cômodo, onde o Estado não precisa utilizar seu principal instrumento de planejamento urbano para expandir o ambiente urbano de forma ordenada, mas sim, deixar que a população o faça, para depois reconhecer a legitimidade da ocupação informal, com a titularização e, conseqüentemente, dotando a região de equipamentos urbanos.

Conclui-se que a inação do Estado reflete diretamente no espaço urbano fluvial, ao não promover habitação para a população, a relega à baixa qualidade de vida, a condiciona a situações de moradia precária, como no caso da Cidade Flutuante de Manaus, sendo também uma resposta à invisibilidade aos quais os moradores foram condicionados. Além do que, os dados apresentados confirmam que raça e gênero são questões indissociáveis do meio ambiente. Portanto, não se pode mais discutir a temática ambiental sem considerar estes aspectos, tal como o da questão habitacional. E finalmente, ressalta-se a importância de a população reivindicar participação nos espaços de poder, tornando o processo de decisões mais democrático e alinhado à demanda

societária, pois com um planejamento urbano adequado são possíveis melhores políticas públicas de habitação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ab'Saber, Aziz. **Problemas da Amazônia brasileira. Estudos Avançados**, [S. l.], v. 19, n. 53, p. 7–35, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10044>. Acesso em: 1 abr. 2024.

ALENCAR, Edna Ferreira; SOUSA, I. S. D. **TRADIÇÃO E MUDANÇAS NO MODO DE HABITAR AS VÁRZEAS DOS RIOS SOLIMÕES E JAPURÁ, AM. ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 17, n. 41, p. 203-232, ago./2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/64567>. Acesso em: 24 out. 2023.

BARBOSA, Tatiana da Rocha. **Ocupações Irregulares e a (re) produção do espaço urbano da zona Leste de Manaus (AM): da ilegalidade do processo a legalidade da questão da moradia**. 2017. 217f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.637>.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Surtos de Crescimento de Manaus. Espaço Aberto**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 19–44, 2013. DOI: 10.36403/espacoaberto.2013.2099. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2099>. Acesso em: 4 fev. 2024.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois**. Editora da Universidade Federal do Amazonas, 1977.

CASTRO, Márcia Honda Nascimento. **Reconstruindo a Belle Époque Manauara: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça de São Sebastião**. Márcia Honda Nascimento Castro. – Manaus: UFAM, 2008 Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas.

FROTA, J. A.; OLIVEIRA, J. A. de. **A construção de moradias flutuantes e o direito a cidade em Tapauá-Am**. REVISTA GEONORTE, [S. l.], v. 8, n. 28, p. 1–15, 2017. DOI: 10.21170/geonorte.2017.V.8.N.28.1.15i. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/3505>. Acesso em: 4 fev. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 1-197.

GRAZIA DE GRAZIA (Org.). **Plano Diretor: instrumento de reforma urbana**. Rio de Janeiro: FASE, 1990. (p. 9-25; 33-42; 70-88).

GUILLEN. I. C.M. **A batalha da borracha: Propaganda Política E Migração Nordestina para a Amazônia Durante o Estado Novo. Revista de Sociologia e Política**. N.9, 1997. 95-102p. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39301/24120>> Acesso em: 13.01.2024.

HARVEY, David. **CIDADES REBELDES: DO DIREITO À CIDADE À REVOLUÇÃO URBANA**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 1-296.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil- 1996**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1996.pdf. Acesso em: 30 dez. 2022.

IMPRENSA OFICIAL. **EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL**. Disponível em: <https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/>. Acesso em: 4 fev. 2024.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed.34, 2000.

KOWARICK, L. **Sobre a construção de um instrumento de análise: a espoliação urbana. Novos estudos**. São Paulo: CEBRAP, V39n03. p. 567-576. SET.–DEZ. 2020. <http://dx.doi.org/10.25091/s01013300202000030007>.

LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026610. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026610/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

- LIRA, Penelope Aryadne Antony. **O princípio da cidade sustentável na urbanização brasileira: estudo de caso de Manaus**. 2013. 118f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental, Universidade Estadual do Amazonas, Manaus, 2012.
- MARICATO, E. (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- MARINHO, Rogério Ribeiro. **Integração de dados de campo e sensoriamento remoto no estudo do fluxo de água e matéria no Arquipélago de Anavilhanas, Rio Negro - Amazonas, Brasil**. 2019. 175f. Tese (Doutorado em Clima e Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Clima e Ambiente, Instituto Nacionais de Pesquisas da Amazônia, Universidade Estadual do Amazonas, Manaus, 2019.
- MESQUITA, Otoni Moreira de. **La belle vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890-199)**. 2005. 439f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- MONTE-MÓR, R. L. de M. **Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira**. In: COSTA, G. M.; MENDONÇA, J. G. de. Planejamento Urbano no Brasil: trajetórias, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.
- PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. p. 1-277.
- SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a Urbanização Latino-Americana**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010. p. 1-200.
- SERRA, Celso Luis Rocha e CRUZ, Wilson Rodrigues da. **Aspectos econômicos e sociais da Cidade Flutuante**. Manaus: Gráfica Amazonas, 1964.
- SILVA, J. R. C. da; SCUDELLER, V. V. . **The amazon rubber booms and the Free Trade Zone of Manaus: urban expansion and watersheds degradation**. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 6, p. e33611629103, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i6.29103. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29103>. Acesso em: 4 feb. 2024.
- SOUZA, Leno Barata. **A “Cidade Flutuante” de Manaus: discutindo conceitos**. *Aedos*, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 149-165, jan./2010.
- SOUZA, Márcio. **História da Amazônia [recurso eletrônico]: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. Márcio Souza. –1. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.
- SOUZA, Roberto Fontes de. **Urbanização sobre as águas: um panorama das intervenções do PROSAMIM em Manaus**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-12122018-170518/>. Acesso em: 28 nov. 2023.



GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades Latino-Americano

SANEAMENTO E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: A REALIDADE DA BACIA HIDROGRÁFICA DA ESTRADA NOVA, EM BELÉM - PA

Gizele Cristina Carvalho dos Santos (NAEA/PPGDSTU/UFPA)¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir sobre a realidade do saneamento em Belém do Pará à luz da experiência da segunda etapa do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN). No trabalho optou-se pela Teoria Social de Marx e Engels e do método Materialismo histórico-dialético como ferramentas teórico - metodológicas orientadoras do processo analítico dos dados relativos à compreensão da referida realidade social que não pode ser desvelada de forma imediata e metodologicamente recorreu-se à bibliografia especializada sobre saneamento básico e aos documentos relativos ao Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN II). Por meio da bibliografia levantada, identificou-se que a Prefeitura Municipal de Belém (PMB), visando solucionar a questão do saneamento da Bacia hidrográfica da Estrada Nova (BHEN), vem implementando desde 2009, o Programa de Saneamento da Bacia a Estrada Nova com aporte financeiro da própria PMB e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em linhas gerais, identificou-se que os rebatimentos da lógica do capital financeiro se mostram nesse território por meio da restrição/exclusão de frações da classe trabalhadora do acesso ao Saneamento, contraditoriamente, diante da renovação dos territórios para o mercado imobiliário e comercial. A renovação desse território vem provocando o deslocamento de segmentos populacionais e provocando o processo de transitoriedade permanente.

Palavras-chave: Saneamento. Desigualdades Socioespaciais. Bacia Hidrográfica da Estrada Nova. Belém

INTRODUÇÃO

Este artigo busca discutir a realidade do saneamento em Belém do Pará à luz da experiência da segunda etapa do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN).

As análises aqui apresentadas foram extraídas em parte da dissertação de mestrado da autora, defendida em 2022 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA) e também são oriundas da experiência profissional como Assistente Social na Subcoordenadoria Social do PROMABEN, no período de 2023 a 2024.

No trabalho optou-se pela Teoria Social de Marx e Engels e do método Materialismo histórico-dialético como ferramentas teórico - metodológicas orientadoras do processo analítico dos dados relativos à compreensão da referida realidade social que não pode ser desvelada de forma imediata e metodologicamente recorreu-se à bibliografia especializada sobre saneamento básico e aos documentos relativos ao Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN II).

O presente artigo está estruturado em seis itens. O item 1 compreende a introdução. O Item 2 persegue uma contextualização histórica e teórica do planejamento e gestão urbana, a produção das desigualdades socioespaciais, considerando a realidade brasileira e a partir de uma perspectiva

¹ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDSTU, Universidade Federal do Pará - UFPA, Brasil. Email: gizelecarvalho@ufpa@gmail.com.

teórica crítica. O item 3 apresenta aspectos históricos e as particularidades da bacia hidrográfica da Estrada Nova. O item 4 é exposto a implementação do PROMABEN I e II, na bacia hidrográfica da Estrada Nova. O item 5 apresenta a discussão sobre a produção das desigualdades socioespaciais como efeito do processo de renovação urbana no território da bacia hidrográfica da Estrada Nova, a partir da experiência de implementação do PROMABEN II. E o item 6, por fim, expõe as notas conclusivas.

2 PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DO CAPITAL

Diversas abordagens de planejamento e gestão urbana tem orientado a regulação das cidades do mundo inteiro, perspectivas diversas seja com enfoque sustentável, mercadológico, participativo e outros. Tais abordagens além de representarem uma concepção técnica, revelam uma concepção política, que pode beneficiar determinado segmento da cidade (Souza, 2002).

Concebendo que a cidade é disputada por diversos segmentos, desde os sujeitos que enxergam o seu potencial lucrativo até aqueles que reivindicam por uma cidade inclusiva, que todos e, principalmente, as frações mais empobrecidas da cidade possam usufruir, ao analisar as diversas abordagens existentes, questiona-se: quais são as principais abordagens de planejamento e gestão urbana implementadas no Brasil? Essas abordagens tem considerado as demandas das frações da classe trabalhadora, que sobrevivem em territórios populares com a ausência de saneamento e em condições precárias de moradia?

No Brasil, conforme Milton Santos (1993), a urbanização se desenvolve a partir do século XVIII, porém só no século seguinte que ocorreu a sua maturação e foi preciso mais um século para a urbanização possuir características que são conhecidas hoje. Nos anos de 1970 ocorreu uma urbanização aglomerada com o aumento populacional e de núcleos populacionais com mais de 20.000 habitantes e depois com a população concentrada, com a multiplicação das cidades de tamanho intermediário.

Conforme aponta Villaça (1990), foi durante o processo de urbanização e industrialização nos países centrais, na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, que emergiram as primeiras concepções de planejamento urbano, que inclusive vieram a influenciar a regulação do espaço urbano brasileiro.

O processo de urbanização, industrialização e crescimento demográfico das cidades, principalmente europeias, se deu com precárias condições sanitárias. Engels (2010), em sua obra “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*” descreve muito bem as condições de moradia que a classe operaria vivia nas cidades inglesas, mesmo diante de um cenário de extremo crescimento econômico.

O planejamento urbano (*lato sensu*) no Brasil nasce sob a égide dos planos de embelezamento, em 1875. Os planos de melhoramento e embelezamento, mais conhecido pela expressão embelezamento urbano, chegaram, principalmente, da França, mas já tinham uma penetração em vários países, inclusive nos Estados Unidos, se tornou a proposta que a classe dominante possuía para as cidades brasileiras. Esse plano foi executado na cidade do Rio de Janeiro, na administração de Carlos Sampaio, através das obras de aterro para a Avenida Beira-Mar, com o intuito de abrir espaço para a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Villaça, 1990).

Destaca Maricato (2014), que essas intervenções urbanas, com a proposta de renovação urbana, realizavam obras de saneamento básico visando eliminar epidemias, porém promoviam o embelezamento paisagístico para atender aos interesses do mercado e das elites. Nesse cenário, as populações mais empobrecidas de várias cidades brasileiras como Manaus, Belém, Porto Velho, Curitiba, Santos, Recife e Rio de Janeiro, vivenciaram o processo de segregação socioespacial, já que foram expulsas para as franjas da cidade, para sobreviver em territórios populares que careciam de infraestrutura básica de moradia.

Após o declínio dos planos de melhoramento e embelezamento, Villaça (1990) mostra que nos anos seguintes ocorreu o predomínio de outras tendências, tal como o Urbanismo, o Plano Diretor, os Superplanos e o “Plano sem Mapa”.

É interessante a atualidade da perspectiva de quem sobreviveu em uma favela, não tendo terminado os estudos, catadora de recicláveis, migrante, mulher, negra e mãe solo na década de 1950 no Brasil. Carolina Maria de Jesus (2014), no seu livro “*Quarto de despejo*”, expõe os desafios de morar na favela de Canindé, na cidade de São Paulo, diante da fome, das condições de trabalho precárias de uma catadora de recicláveis e em uma situação precária de moradia, como ela bem afirma:

[...] As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que eu estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (Jesus, 2014, p.33)

Indo na mesma direção, e sobre o contexto das décadas seguintes, na obra “*Passa-se uma casa*”, Valladares (1978, p.14) afirma que as ações de remoção no Rio de Janeiro no contexto das décadas de 1960 a 1970 contribuiu “[...] para a transformação da paisagem e da estrutura urbana da cidade. Na verdade, a política de favelas fazia parte de um processo geral de renovação urbana da metrópole”

Até aqui é possível identificar que as principais abordagens de planejamento e gestão urbana implementadas no Brasil, tem considerado muito mais a cidade legal e pouco as demandas das

frações da classe trabalhadora, que sobrevivem em territórios populares com a ausência de saneamento e em condições precárias de moradia.

Desse modo, é importante destacar a proposta do planejamento e gestão de cidade com influência do ideário da reforma urbana, a partir da década de 1970 e, principalmente, na década de 1980. Esse viés de planejamento e gestão de cidade, segundo Villaça (1990), se deu por conta do avanço da consciência popular e das lutas sociais, no qual se destaca o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU). O surgimento do FNRU está diretamente ligado ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, que ao final da década de 1970 e toda a década seguinte viu a emergência de diversas organizações da sociedade civil. Ao mesmo passo, houve também promulgação da Constituição de 1988, que produziu uma imensa mobilização societária no intuito de influir em sua redação. A pressão popular do FNRU se constituiu em uma alternativa para o planejamento participativo no Brasil, na medida que impulsionou a inclusão dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal, compondo o capítulo da Política Urbana (Novaes, 2012).

Outra abordagem de planejamento e gestão de cidade brasileiras é o chamado planejamento estratégico, inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School e segundo seus defensores, este modelo deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem às cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas. Para Vainer (2002, p. 98), esta lógica de planejamento urbano visa a “eliminação da esfera política local, transformada em espaço do exercício de um projeto empresarial [...] transfigurando-a em mercadoria, em empresa ou em pátria”.

No Brasil, a incorporação do chamado, planejamento estratégico, que tem se materializado nos Grandes Projetos Urbanos que tiveram início nos anos de 1990, nas cidades do sul, mais especificamente em Curitiba, Paraná, posteriormente alastrando-se para outras cidades como Belém. Porém, destaca-se que a sua intensificação vem se dando a partir da implementação de megaeventos esportivos internacionais – a Copa do Mundo de Futebol (2014) e as Olimpíadas (2016) –, que por sua vez vem gerando diversas expressões da questão social, no qual destaca-se a remoção forçada. Somente nas cidades-sede destes eventos, foram removidas de 150.000 à 170.000 pessoas, de acordo com o Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Cruz, 2012).

O modelo de planejamento urbano do Estado capitalista adotado sem levar em consideração as particularidades de cada região e formas de ocupação tradicionais é mais uma engrenagem da máquina de despossessão. Diante desse processo de radicalização da transformação da cidade em empresa, como bem afirmam Vainer (2002) e Sánchez (2001). Isto é, não importa se o local é em Dubai, Rio de Janeiro ou Mumbai, pois o processo de despossessão é uma máquina de aniquilamento, material e simbólico, de modos de vida em qualquer lugar do mundo, como expõe Rolnik (2015).

Nesse sentido, visualiza-se no cenário mais recente do século XXI que apesar dos avanços nas políticas urbanas e para o planejamento das cidades brasileiras, muitos desafios relacionados ao projeto de sociedade antissocial que o governo brasileiro aderiu a partir dos anos de 1980 com o neoliberalismo e que vem tornando cada vez mais difícil a vida da classe trabalhadora (Maricato, 2014).

Diante desse cenário de disputa, com os impactos do projeto ultraneoliberal, mercantilizar as políticas urbanas, implica considerar que as expressões da Questão Social, de modo específico, a questão urbana, tende a se intensificar, agravando profundamente as condições de vida das frações da classe trabalhadora nos territórios populares.

3 A BACIA HIDROGRÁFICA DA ESTRADA NOVA COMO TERRITÓRIO DE BAIXADA

A cidade de Belém é essencialmente hidrográfica² e está localizada na confluência do rio Guamá com a baía do Guajará. Possui um relevo similar ao da região amazônica, verificando-se a presença de igarapés, várzeas e terra firme, sendo a área insular formada por 39 ilhas, correspondendo a 65,64% de sua extensão total, enquanto a área continental, cortada por furos e igarapés, é composta por 47 bacias hidrográficas.

A bacia hidrográfica da Estrada Nova, abrange 8 (oito) bairros localizados na área central do Município de Belém do Pará, possuindo uma extensão de 9,7 km² sendo a 8ª maior bacia hidrográfica da área continental do município³, conforme estudos recentes sobre as bacias hidrográficas contidas no Plano Municipal de Saneamento Básico da Prefeitura de Belém (Belém, 2020).

É importante afirmar que este território possui 72,70% do solo constituído de áreas inundáveis pelos efeitos de marés e/ou chuvas constantes da região (Belém, 2007a). Para Cruz (2012, p. 162-163):

Na BHEN predominam os terrenos de Marinha, cuja ocupação se deu ao longo do século XX, constituindo-se nos dias atuais por diferentes tipos de uso do solo: a) Comercial: comercialização de madeiras e estâncias; b) Indústrias: beneficiamento da castanha-do-pará e da madeira através das serrarias; c) Residencial: grande incidência de moradias, preponderantemente constituídas por palafitas; d) Serviços: predominam o serviço de transporte e de passageiros

Conforme Trindade Jr. (1997, p. 29), historicamente, a bacia da Estrada Nova como território de baixada se enquadra “[...] enquanto espaços segregados, socialmente excluídos, com deficiência e

² Foi destacado inicialmente o elemento hídrico como uma peculiaridade da cidade de Belém, pois pode-se dizer que as relações sociais na cidade nascem a partir da relação estreita com o fenômeno das águas, por isso os cursos d'água e os demais elementos hídricos da paisagem sempre estiveram presentes na historiografia da região metropolitana de Belém (Cruz, 2012).

³ O município de Belém possui 47 bacias hidrográficas, na área insular e continental (BELÉM, 2020).

insuficiência de equipamentos urbanos e comunitários, naquele tipo de espaço que Santos (1987) considera como espaços ‘sem cidadãos’.

Para Cruz (2012, p. 162), a história desses bairros está diretamente ligada ao processo de ocupação e crescimento populacional das margens do rio Guamá, no início do século XX, “a partir da expansão econômica vivenciada em Belém em diferentes momentos históricos. Assim, o processo de ocupação demográfica se inicia pelas áreas às margens do rio Guamá e da baía do Guajará, das quais a BHEN faz parte”.

Conforme a história dos bairros que compõem a bacia da Estrada Nova, apontada por Penteado (1968, p. 299), é possível compreender que a chamada Estrada Nova (atual Avenida Bernardo Sayão) surgiu no contexto de construção do dique de proteção dos bairros do Guamá, Jurunas e Condor pelo Serviço Especial da Saúde Pública (SESP). Para o autor, “[...] Esta estrada, que, na verdade, é mais uma rua do que uma estrada, corresponde ao grande ‘eixo’ de que dispõem estes bairros para a sua ligação com o centro de Belém”.

Atualmente, estima-se que a população total desta bacia hidrográfica seja de 305.378 habitantes (Rios, 2018), como apresenta a Tabela 1:

Tabela 1 – População dos bairros da bacia hidrográfica da Estrada Nova, em Belém.

Bairros	População (1.000/hab.)
Batista Campos	19.136
Cidade Velha	12 128
Cremação	31.264
Condor	42.758
Guamá	94.610
Jurunas	64.478
Nazaré	20.504
São Brás	20.500
Total	305.378

Fonte: Rios, 2018.

Conforme Cruz (2012), a bacia hidrográfica da Estrada Nova, em um contexto mais atual, ainda é um território de vida que possui condições de moradia precárias e insalubres, na medida em que existem ocupações em torno ou dentro de canais o que é um perigo pois, tanto a consumo de

água e o efeito das marés, como transbordamento dos canais há uma propagação de doenças de veiculação hídrica como ameba, diarreia, cólera, leptospirose e febre tifoide.

Cabe afirmar que uma das ações do poder público municipal para solucionar a questão do saneamento da bacia hidrográfica da Estrada Nova foi a implementação do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova que está sendo executado desde 2009 pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) com aporte financeiro da própria PMB e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

4. O SANEAMENTO DOS TERRITÓRIOS POPULARES NA BACIA DA ESTRADA NOVA: O PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA DA ESTRADA NOVA (PROMABEN)

O Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), se constitui em uma obra de macrodrenagem com vistas ao saneamento básico, que em conjunto com o Projeto Orla – que visa a revitalização da orla do rio Guamá –, constituem o Projeto Portal da Amazônia⁴.

O programa prevê de uma forma geral, a macro e microdrenagem de quatro sub-bacias da bacia hidrográfica da Estrada Nova (ENO): sub-bacia 1, que se estende da travessa Veiga Cabral à rua Fernando Guilhon; sub-bacia 2, da rua Fernando Guilhon até o canal da travessa Quintino Bocaiúva; sub-bacia 3, do canal da Quintino Bocaiúva ao canal da travessa 3 de Maio; e sub-bacia 4, do canal da 3 de maio à Universidade Federal do Pará (UFPA) (Cruz, 2012).

O PROMABEN constitui importante programa de saneamento em Belém, haja vista que esta bacia hidrográfica representa 16% do território da cidade (BELÉM, 2007), além, de resultar da luta e reivindicação dos moradores dessa parte do território de Belém, colocando-o no patamar de programa estruturante, tanto pela características de suas ações quanto pelos efeitos que pode produzir sobre a realidade afetada.

4.1 PROMABEN I (2006 - 2012)

O PROMABEN I teve início ainda na gestão do prefeito Duciomar Costa, em 2006, e pode-se dizer que o programa, em sua primeira etapa, obedeceu a quatro pilares básicos de obras estruturantes:

Drenagem da bacia, com adequação do sistema de macro e microdrenagens; 2) Saneamento básico, com melhoria nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; 3) *Urbanismo e habitação*, com implantação de novas vias urbanas e equipamentos urbanísticos, melhoria na habitação e o reassentamento da população das áreas de risco; 4) *Revitalização urbano-ambiental*, com a

⁴ O Projeto Portal da Amazônia, teve início no século XXI, na cidade de Belém e “[...] se insere no contexto das experiências de revitalização urbana, que tem nos projetos com grandes dimensões urbanísticas, a perspectiva de tomar a cidade como referência urbanística em escala mundial”, como mostra a pesquisa de Cruz (2012).

implantação de infraestrutura urbana que proporcionará a implantação e desenvolvimento de atividades e a integração socioeconômica da população residente nas áreas da bacia (Cruz, 2012, p. 181, grifo nosso).

Conforme os dados do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do PROMABEN de 2007, a área diretamente afetada por esse programa era a bacia hidrográfica da Estrada Nova, mas, também se considerou que indiretamente, toda a cidade de Belém seria beneficiada. A mesma relação é feita com a pretensão de atendimento do projeto pela população. O documento ainda aponta que a população diretamente atingida de forma definitiva da área do total da bacia hidrográfica da Estrada Nova (ENO), consiste naquela que será removida, reassentada ou remanejada da área de intervenção do projeto, “[...] aquela que terá seus empregos extintos devido à remoção das atividades econômicas instaladas ao longo da Avenida Bernardo Sayão e dos canais que sofrerão intervenção” (Belém, 2007).

Conforme Cruz (2012, p.191), o padrão adotado pelo PROMABEN, ainda na primeira etapa, para as ações de remanejamento e reassentamento revelou limitações para efetivar “soluções” justas para à questão da moradia:

[...] Embora se trate de um programa de saneamento básico, o PROMABEN está afetando diretamente a questão da habitação na BHEN, uma vez que para a sua realização está desalojando centenas de famílias que viviam nas áreas de intervenção há cerca de 30 ou 40 anos. Segundo a documentação do BID, para a construção das obras seria necessário o remanejamento de 1.100 famílias (BID, 2006. p. 1), entretanto ao verificarmos as informações do programa percebe-se que esse número é bem maior como veremos mais a diante.

Em relação à questão das soluções habitacionais na sub-bacia I da bacia hidrográfica da Estrada Nova (ENO), foi possível analisar através da pesquisa de Cruz (2012), que o processo de negociação e adesão ao programa foi permeado de conflitos entre a Prefeitura Municipal de Belém e moradores, em decorrência das soluções habitacionais propostas. Pode-se afirmar que os moradores questionaram e não aceitaram os valores de avaliação dos imóveis afetados e a indisponibilidade de unidades habitacionais e comerciais para os moradores e comerciantes com imóveis avaliados em até R\$ 25 mil reais pela Prefeitura. Portanto:

Tais aspectos revelam que entre o que a prefeitura planejou no âmbito do PROMABEN e o que foi detectado nas áreas há grandes disparidades e divergências, em decorrência, em primeiro lugar, da falta de conhecimento mais detalhado da realidade a ser modificada pelo programa; em segundo lugar, em decorrência do alto adensamento demográfico e domiciliar nas áreas que compõem a BHEN e a total falta de mobilização e articulação, pelos gestores públicos, da população moradora das áreas, tornando o diagnóstico socioeconômico inconsistente. Nesse sentido, a elaboração de diagnósticos socioeconômicos e levantamentos cadastrais nem sempre revelam os desejos e necessidades existentes nas áreas selecionadas para a intervenção urbanística, resumindo a participação da comunidade à

assinatura do Termo de Adesão, momento em que o programa deve obter no mínimo 85% de assinaturas (Cruz, 2012, p. 192).

Destaca-se que “[...] nas recomendações feitas pelo banco está implícita a tentativa de superação das falhas cometidas nas experiências anteriores, sobretudo quando da intervenção urbanística realizada na bacia do Una, no período de 1993-2005” (Cruz, 2012, p. 185).

A perspectiva de orçamento inicial para a primeira etapa do PROMABEN era de 250 milhões de dólares em 2018 “[...] mas devido ao não cumprimento de metas na gestão anterior da prefeitura de Belém, o orçamento foi reduzido para 143 milhões, com um período de execução de 5 anos, que vai de 2018 a 2022” (Brito, 2021).

É importante afirmar que a proposta do PROMABEN ainda na primeira etapa, como afirma Santana (2012), estava permeada pelo discurso ideológico do BID, de enfrentamento das desigualdades e diminuição da pobreza, como mostra a autora na discrepância orçamentária destinada aos projetos de infraestrutura (36,09%) e os de gastos efetivos com a questão da moradia e ambiental, como as ações de reassentamento, remanejamento e educação ambiental (3,92%). Isso demonstra que “há pouca preocupação, seja do BID, seja do Estado com a permanência ou com o nível de satisfação das pessoas nas novas unidades habitacionais. Na maioria das vezes, o que permanece é a infraestrutura física e não as pessoas pobres” (Santana, 2012, p. 28).

4.2 PROMABEN II (2017 - 2024)

Destaca-se que o contrato de execução do PROMABEN II ocorreu ainda na gestão do prefeito Zenaldo Coutinho, em 2017 (Bid, 2017), sendo que na gestão do atual prefeito Edmilson Rodrigues (2021-2024) ocorreu um processo de reformulação do programa e de retomada das tratativas com o agente financiador e tramites para a contratação de empresas para a execução do Trabalho Social e das obras.

Conforme o contrato de empréstimo entre a Prefeitura Municipal de Belém e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o PROMABEN II prevê a sua intervenção somente nas sub-bacias 1 e 2 da bacia hidrográfica da Estrada Nova (ENO) e está orçado em US\$ 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões de dólares), no qual a PMB (Mutuário) se comprometeu a pagar 50% deste valor total da obra, o equivalente a US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares); e BID se comprometeu a emprestar 50% do valor total, isto é, US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares) (Bid, 2017).

Na retomada do programa pela gestão atual, após análise realizada pela UCP/PROMABEN, BID e a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN), a matriz de custos foi alterada de US\$ 250

milhões para US\$ 143.604.000,00 (cento e quarenta e três milhões, seiscentos e quatro mil dólares), sem redução de metas, apenas redução financeira por variação de câmbio, no qual o mutuário pagará US\$ 71.802.000,00 (setenta e um milhões, oitocentos e dois mil dólares) e o BID emprestará US\$ 71.802.000,00 (setenta e um milhões, oitocentos e dois mil dólares) (Belém, 2021).

A segunda etapa do programa possui uma extensão territorial por toda a Avenida Bernardo Sayão, em sua faixa continental, cuja poligonal vai da Rua Veiga Cabral até Quintino Bocaiúva, cobrindo as áreas do Miolo do Jurunas e Comunidade Ilha Bela.

Segundo a reportagem do Agência Belém, publicada em 4 de março de 2021, o programa:

[...] foi praticamente parado na administração anterior, a ponto de receber uma avaliação insatisfatória do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um dos financiadores do programa, por apresentar uma baixa evolução financeira por ineficiência da gestão [...] O engenheiro sanitário e Mestre em saneamento ambiental e recursos hídricos, Rodrigo Rodrigues, que assumiu a coordenação geral do Promaben há menos de dois meses, herdou um passivo financeiro e de obras que já estava praticamente inviabilizando a continuação do programa. Segundo Rodrigo, já está sendo feito o alinhamento com as empresas e a Prefeitura para não paralisar essas obras. A nova gestão do Programa está fazendo a revisão de carteira para mudar a avaliação de desempenho para satisfatória e manter o contrato com o banco, em reunião prevista para o próximo mês de abril. Isso inclui a realização de ações importantes para a parte social do programa como a atualização dos cadastros sociais que deve começar a ser feita ainda este mês e a previsão de obras como a Estação de Tratamento de Esgotos e unidades habitacionais e comerciais (Sena, 2021).

É importante afirmar que esta é a terceira gestão Edmilson Rodrigues como prefeito da cidade de Belém. As suas duas experiências como prefeito no final do século XX e início do século XXI na cidade foram referências de uma gestão participativa, pois buscou-se romper com a cultura política autoritária historicamente imposta no país e reinventar na cidade de Belém a esfera da participação popular (Neves; Quintela; Cruz, 2004).

A experiência atual da gestão mantém o seu discurso democrático e participativo, considerando os desafios de implementar essa proposta em um cenário de extremo conservadorismo, autoritarismo e violência contra os direitos humanos e contra os movimentos sociais e outras formas de organização popular, bem como os desafios impostos pelo cenário de pandemia da Covid-19.

Prosseguindo, cabe salientar que o PROMABEN II incide sobre 6 (seis) dos 8 (oito) bairros componentes desta bacia hidrográfica, a saber: Jurunas, Condor, Cremação, Nazaré, Batista Campos e São Brás.

Conforme o Relatório do primeiro semestre de 2021, o PROMABEN na sua segunda etapa tem como objetivo geral “contribuir para melhorar as condições socioambientais que afetam os habitantes da bacia da Estrada Nova e da bacia do Una, na cidade de Belém” e de forma mais específica visa (Belém, 2021, p.13):

- i. Melhorar as condições ambientais e urbanas da população por meio da reabilitação e/ou construção de sistemas de drenagem, abastecimento de água potável, coleta e disposição final de águas servidas; construção e reabilitação de vias de acesso; educação sanitária e ambiental; regularização da posse da terra; controle de doenças tropicais; e adoção de soluções habitacionais adequadas;
- ii. Aumentar a capacidade operacional e de gestão das entidades envolvidas. O Projeto complementa e completa as obras previstas no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) e amplia a área de intervenção e o número de beneficiários (Belém, 2021, p.13).

O programa está estruturado em dois componentes. O Componente I, obras de infraestrutura, engloba as ações de: i) infraestrutura sanitária: água potável e esgoto nas sub-bacias 1 e 2 da bacia da Estrada Nova, incluindo uma estação de tratamento de esgoto na sub-bacia 1 e conexões intradomiciliares; ii) drenagem e melhoria ambiental e habitacional: macrodrenagem na sub-bacia 2, microdrenagem nas sub-bacias 1 e 2; aterramento de várzeas na sub-bacia 1 e áreas adjacentes da Av. Bernardo Sayão; construção de unidades habitacionais para as sub-bacias 1 e 2, bem como para necessidades futuras na Bacia do Una; iii) infraestrutura viária nas sub-bacias 1 e 2; iv) reabilitação dos canais da bacia do Una (Belém, 2021).

O componente II, Sustentabilidade e Fortalecimento Institucional, através das seguintes ações:

- i. Reassentamento de famílias e de atividades econômicas, por meio de compensações, definidas e estabelecidas no plano de reassentamento do Projeto;
- ii. Regularização de propriedade, educação sanitária e ambiental, participação comunitária e comunicação social;
- iii. Escritório de gestão participativa;
- iv. Implementação de ações de planejamento, gestão e controle de projetos do Município de Belém, incluindo o apoio nas seguintes instituições: implementação de sistema de gestão por resultados; reestruturação da Secretaria de Saneamento (SESAN), da Secretaria Municipal de Planejamento (SEGEP) e da Secretaria Municipal de Administração (SEMAD), ou outras que vierem a sucedê-las com as mesmas competências legais; capacitação e treinamento de servidores públicos; adequação do setor de saneamento do Município de Belém aos requisitos da legislação federal de saneamento básico; gestão da agência municipal reguladora de serviços de água e esgoto (AMAE/Belém); fortalecimento da capacidade operacional da SESAN; implantação de um sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) na CODEM; implantação de um Sistema de Gestão Ambiental na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA); (ix) ações de melhoria da saúde da família e controle de doenças negligenciadas por meio de tratamento e na construção de

duas unidades de saúde para a Secretaria Municipal de Saúde (SESMA) (Belém, 2021, p.14).

Ainda conforme o documento, os beneficiários indiretos do PROMABEN II são de modo geral todos os habitantes do Município de Belém e os beneficiários diretos são os moradores que residem na bacia hidrográfica da Estrada Nova. Conforme o documento, “[...] em particular os 136 mil que residem nas sub-bacias 1 e 2. Somam-se àqueles os 700 mil habitantes que terão os benefícios da reabilitação das obras da bacia hidrográfica do Una” (Belém, 2021, p.14-15).

Como foi mencionado, o Programa tem no seu escopo a criação de um sistema interligado de serviços de saneamento, à saber: 1) Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), que está sendo construída na Avenida Bernardo Sayão, esquina da Travessa Quintino Bocaiúva, e objetiva transformar água suja em efluentes reutilizáveis; 2) Unidade de Referência de Vigilância das Doenças Tropicais Negligenciadas (URVET), que está em fase de conclusão e visa fortalecer institucionalmente a Secretaria Municipal de Saúde (SESMA), com o objetivo de garantir maior controle sobre as doenças causadas pela falta de saneamento; e o 3) Canal de Descarga Caripunas Beira-Mar, obra já entregue pela atual gestão, tem o papel de controlar as águas das marés altas por meio de um sistema de comportas que previne alagamentos.

Arelado a estes serviços, o Programa está construindo o Conjunto Habitacional I e o Conjunto habitacional Adicional, ambos localizados na Travessa Quintino Bocaiúva, contando com um total de 352 unidades habitacionais. Outrossim, dentro do Conjunto habitacional estão sendo construídos 44 boxes comerciais, para reassentar os comerciantes afetados diretamente pelas obras do PROMABEN II.

5. A RENOVAÇÃO URBANA DO TERRITÓRIO DA BACIA HIDROGRÁFICA DA ESTRADA NOVA E A PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Embora os serviços implementados pela segunda etapa do PROMABEN tenham uma articulação, é importante considerar o seu caráter de transformação do conteúdo social do território por meio da renovação urbana.

A partir do *modus operandi* das intervenções urbanísticas que vem sendo implementadas na cidade de Belém, identifica-se que um dos efeitos produzidos na vida das famílias que residem nos territórios populares definidos como “poligonal da obra”, é a restrição/exclusão do acesso ao saneamento, por meio do processo de reassentamento involuntário.

Por meio dos dados e informações do Plano Específico de Reassentamento, que se originou do Diagnóstico Socioambiental, Econômico e Institucional correspondentes aos trechos I, II e III (Ilha Bela), realizados pela Unidade Coordenadora do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova II

e pelo consórcio de empresas TPF-Synergia, foi possível identificar que a população afetada pelo programa, engloba um total de 423 famílias e 1.319 pessoas residentes, em 314 imóveis (Belém, 2022).

Dessa forma, um primeiro dado importante trazido pelos diagnósticos é que a população negra predomina as áreas onde ocorrerá o PROMABEN II. Os dados indicam que as características étnico-raciais dos componentes das 423 famílias, a partir da autodeclaração, é constituída por indivíduos pardos e pretos com o total de 1.046 (mil e quarenta e seis) pessoas, isto é, 79,3% (Belém, 2022).

Os diagnósticos socioterritoriais indicam que o público que será mais impactado pelo programa será do gênero feminino, possivelmente, mulheres chefes de famílias. No que diz respeito ao gênero, das 1.319 pessoas residentes nos imóveis residenciais e mistos, 694 (seiscentas e noventa e quatro) pessoas são do gênero feminino, equivalente a 53% e 625 (seiscentas e vinte e cinco) são pessoas do gênero masculino, equivalente a 47% (Belém, 2022).

Outro dado revelado nos documentos é o empobrecimento da população afetada, que utiliza os auxílios assistenciais para garantia das suas necessidades básicas. Conforme a renda mensal dos titulares das famílias, 16,31% dos entrevistados declararam não possuir renda. Além disso, 25,38% declararam possuir renda de até R\$ 550,00 e 27,79%, renda de R\$ 550,00 até R\$ 1.100,00. Vale destacar que os titulares das famílias principais sem renda e com até um salário-mínimo somam 69% dessa população (Belém, 2022). É importante considerar ainda que o contexto de realização do Levantamento Cadastral das famílias afetadas e elaboração dos Diagnósticos Territoriais pelo PROMABEN II ocorreram no período de 2021 a 2022, ainda com um cenário pandêmico, de forte impacto econômico nas vidas das famílias com o aumento do desemprego.

É importante ressaltar o esforço da gestão atual de construção de um Plano Específico de Reassentamento (PER), no contexto do PROMABEN II, com 21 soluções, visando atender as diversas especificidades das famílias e comércios que existem nos territórios da Sub-Bacia I e II. Contudo, cabe reforçar que o processo de reassentamento involuntário gera uma cadeia de impactos sociais, ambientais e psicológicos na vida das famílias.

Conforme Vieira e Ágata (2020) e de Vieira (2015), o processo de remoção e reassentamentos reforçam processos de segregação e desigualdade social, como: 1) Perda de emprego; 2) Mudança para locais em condições piores do que as vivenciadas anteriormente à remoção; 3) Perda do ano letivo escolar e até abandono da escola, em casos de crianças, adolescentes ou adultos estudantes; 4) Incidência de doenças, como surtos nervosos, problemas cardíacos, depressão e outras, em decorrência da instabilidade criada pela indefinição da alternativa habitacional, provisória ou definitiva; 5) Ruptura das relações de solidariedade, que fornecem sustentação a muitas famílias,

inclusive emocional, estruturadas na vizinhança; e 6) Perda de alternativas de lazer anteriormente organizadas.

Rolnik (2015, p.141), na sua obra *Guerra dos Lugares*, traz uma leitura dos processos de remoções nos territórios sem nome, as favelas e assentamentos populares do mundo urbano. Para a autora, os assentamentos populares nas cidades são marcados pela transitoriedade permanente, que implica em espaços que operam como “territórios de reserva de terras, transitórios, passíveis de serem capturados no momento adequado aos interesses econômicos pelos agentes do mercado”.

Destaca-se também que no século XIX, Engels (2015, p.41) afirmava que, a forma da classe burguesa solucionar a questão da habitação da moradia era contraditória, pois na medida em que a “solucionava-se”, de forma pontual, a questão da moradia em determinado território, ocorria a reprodução da questão em outro território. Como o próprio autor afirma em relação a experiência Haussmaniana, “as vielas e becos mais escandalosos desaparecem ante grande autoglorificação da burguesia por esse êxito imediato, mas... ressuscitam logo de novo em qualquer lugar e frequentemente na vizinhança imediata”.

Esse referência a Engels traz a reflexão da contradição que está presente nas obras de intervenção urbanística, como é o caso do PROMABEN II, que apesar de ter no seu escopo um conjunto de obras e serviços e ações socioambientais - que visam mitigar os efeitos negativos da intervenção e renovar o espaço com infraestrutura urbana nos territórios da Bacia da Estrada Nova - , reforça as desigualdades ao excluir as frações da classe trabalhadora que viveram há anos nesses territórios populares por meio de soluções impostas, seja para locais distantes, locais próximos com infraestrutura urbana insuficiente ou compensações financeiras insuficientes para adquirir um imóvel em um local saneado. Ademais, com o processo de renovação, ao longo dos anos, pode-se ter o processo de expulsão indireta de famílias remanescentes, diante do aumento do custo de vida nas áreas renovadas, como mostra a experiência das obras da Doca de Souza Franco apresentada na obra de Abelém (2018) ou até mesmo conforme a experiência de reassentamento do Projeto Orla, apresentado na pesquisa de Marinho (2021).

Dessa forma, considera-se que existem desafios para o planejamento e gestão das cidades, na perspectiva de garantir os direitos humanos no processo de reassentamento “involuntário”, diante da “face violenta e, portanto, mais visível, de processos em curso de criminalização e fortalecimento do estigma territorial que incide sobre os territórios populares” (Rolnik, 2015, p. 197-198).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a partir do referencial teórico e do método escolhido para expor os dados constatou-se, por meio da pesquisa bibliográfica, que na história do Brasil, diferentes matrizes de

planejamento e gestão urbana vem orientado as cidades. Diante da intensificação do neoliberalismo, o modelo de gestão e planejamento de políticas urbanas que vem ocupando o trono deixado pelo padrão tecnocrático-centralizado-autoritário é o chamado planejamento estratégico de cidades, que visa transformar a cidade em empresa.

A partir da análise do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), nas etapas I e II, revelou-se que a sua execução vem se dando de forma desafiadora na medida em que vem sendo redesenhado de acordo com as concepções ideopolítica e técnicas das diferentes gestões municipais, seja com um viés tecnocrático ou viés participativo.

É importante considerar que o Programa vem sendo desenhado em um território popular, a bacia hidrográfica da Estrada Nova, um território de baixada e que tem na sua história a marca da reivindicação popular por saneamento e melhores condições de moradia.

Embora a renovação urbana seja fundamental para a mudança do aspecto físico dos territórios, por meio do saneamento das áreas que antes eram baixadas e criação de infraestrutura; tem-se a um efeito segregativo com a mudança do aspecto social dos territórios populares, seja por meio do reassentamento involuntário ou até mesmo da expulsão indireta de moradores remanescentes em decorrência do encarecimento do valor do solo e aumento do custo de vida. Com isto, apreende-se que ao passo que a intervenção avança com a sua proposta de renovadora, há a produção e reprodução das desigualdades socioespaciais nos territórios populares da bacia hidrográfica da Estrada Nova.

REFERÊNCIAS

- ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e remoção**: por que e para quem?. 2. ed. Belém: NAEA, 2018.
- BELÉM. **Plano Específico de Reassentamento**. Belém: UCP/PROMABEN; BID, 2022.
- BELÉM. **Plano Municipal de Saneamento Básico**: volume I caracterização geral do município de Belém. Belém: PMB/Consórcio Egis-ampla, 2020.
- BELÉM. **Programa de Recuperação Urbano-Ambiental da bacia hidrográfica da Estrada Nova**: Estudos de Impacto Ambiental - Memorial Descritivo/Tomo 01/03. Belém, 2007.
- BELÉM. **Relatório Semestral de Progresso: PROMABEN II - 06/2021**. Belém: UCPPROMABEN, 2021.
- BID. **Contrato de Empréstimo nº 3303/OC-BR entre o município de Belém o o Banco Interamericano de Desenvolvimento**: Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova - PROMABEN II. Belém, 2017
- BRITO, Juliana. Prefeitura e BID discutem avanços e novo prazo para contrato do Promaben. **Agência Belém**, Belém, 06 mai. 2021. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/219727/prefeitura-e-bid-discutem-avancos-e-novo-prazo-para-contrato-do-promaben>. Acesso em: 18 mai. 2022.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 7. ed. São Paulo: paz & terra, 2020.

- CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e condições da moradia em Belém e Manaus**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- ENGELS, Friedrich. As Grandes Cidades. *In*: ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 67-116.
- ENGELS, Friedrich. Como a burguesia resolve a questão da moradia. *In*: ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2015. p.32-49.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade revolução urbana**. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.
- MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- MARINHO, Taynâh de Nazaré Argolo. **Condições de moradia e de sobrevivência das famílias em auxílio aluguel em Belém Pa**: os efeitos do projeto Orla e o (não) direito à moradia digna na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova. 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **A política de assistência social em Belém**: palavra de quem trabalha e reinventa a vida (1997-2004). Belém: Paka-Tatu, 2004.
- NOVAES, Jurandir Santos de. **Território e lugar**: a construção democrática da metrópole – O congresso da Cidade de Belém do Pará. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém**: estudo de geografia urbana – Volume 2. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.
- RIOS, Naiara de Almeida. **Educação ambiental e gestão de recursos hídricos**: a Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, Belém/PA. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- ROLNIK, Raquel. Os sem-lugar ou a crise global de insegurança da posse. *In*: ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. p.141-194.
- SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escaladas de ação política. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, nº16, p.31-49, jun. 2001.
- SANTANA, Joana Valente. Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará. **R. Katál, Florianópolis**, v. 15, n. 1, p. 21-31, jan./jun. 2012.
- SANTOS, Cleidiane de Oliveira Sena dos. **Planejamento Urbano do Brasil e a Intervenção Urbanística no Igarapé Tucunduba em Belém/PA – 1997/2004**. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SENA, Raimundo. Membros das Cofis do Jurunas, Cremação e Condor tomam posse para fiscalizar obras do Promaben. **Agência Belém**, Belém, 06 mai. 2022. Disponível em: <http://agenciabelem.com.br/Noticia/224807/membros-das-cofis-do-jurunas-cremacao-e-cond-or-tomam-posse-para-fiscalizar-obras-do-promaben>. Acesso em: 18 mai. 2022.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. 1. ed. Belém: NAEA, 1997.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, O.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-104.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa**: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIEIRA, Núria Pardillos. **O trabalho do assistente social nos processos de remoção de moradias: atualização de antigas requisições**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Serviço Social. 2015

VIEIRA, Núria Pardillos; ÁGATA, Lúcia. Remoções de famílias em intervenções urbanas e direito à cidade: convocação para o trabalho social em tempo de destruição de direitos. *In*: PAZ, Rosângela Dias Oliveira da Paz; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. **Serviço social e trabalho social em habitação**: requisições conservadoras, resistências e proposições. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. p.171-191

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEÀK, Csaba; SCHEFFER, Ramon (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. 1. ed. São Paulo: ed. USP, 1990. p.169-244.



GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades Latino-Americano

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO ORAL**CORPOS EM MOVIMENTO: PERCURSOS E PERCALÇOS NA CIDADE UNIVERSITÁRIA
PROF. JOSÉ DA SILVEIRA NETTO (BELÉM-PARÁ)**Bárbara Faciola Pessoa Baleixe da Costa (PPGAU-UFPA)¹Luiz de Jesus Dias da Silva (PPGAU-UFPA)²Cintia G. R. da Silva Sousa (PPGAU-UFPA)³Maria Carolina dos Santos Guimarães (FAU-UFPA)⁴

RESUMO: O presente trabalho objetiva investigar os trajetos experienciados pelos pedestres que adentram a Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, pelo seu portão 04, localizado na Avenida Perimetral. Ao etnografar os percursos percorridos pelos transeuntes, através de observação direta e de entrevistas estruturadas e semiestruturadas, a ideia foi identificar e caracterizar os percalços enfrentados por quem transita pela região, com especial atenção aos usuários dos serviços ofertados no setor de saúde do campus, que fica nas proximidades do referido portão. Para o entendimento do contexto, além dos trajetos em si, importou realizar investigações complementares, voltadas para pessoas ligadas ao espaço por onde se passava, como, por exemplo, servidores responsáveis pela manutenção das calçadas, das vias e do bosque e igarapé Sapucajuba, um ponto comum a muitas das rotas feitas pelos diferentes transeuntes vindos do portão 04. Mobilidade, acessibilidade e caminhabilidade urbana são conceitos teóricos importantes para a análise proposta. Observações iniciais desenvolvidas em projeto de extensão universitária multisetorial e multidisciplinar em curso indicaram que as pessoas que entram no campus pelo referido portão sem a utilização de carros, ônibus ou bicicletas, ao terem que recorrer aos passeios, não raramente concorrem com veículos automotores e encontram obstáculos no caminho, e, sendo muitas dessas pessoas enfermas, idosas ou com dificuldade de locomoção, enfrentam nesses trajetos situações que podem acentuar desigualdades e vulnerabilidades estruturais. Identificar riscos, obstáculos, dificuldades e os caminhos dos trajetos pode subsidiar melhorias a serem implementadas na cidade universitária, tornando-a mais acessível e caminhável. E, a análise qualitativa nessa escala de menor proporção pode ser relacionada a questões enfrentadas em maior escala nas cidades amazônicas e da América Latina, contribuindo-se assim para a caracterização e superação das desigualdades que as permeiam.

Palavras-chaves: Percurso etnográfico, mobilidade, caminhabilidade, acessibilidade.

¹ Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Pará (Cesupa). Mestre em Antropologia pelo Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, PPGCS/UFPA. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, PPGAU/UFPA, Brasil. Email: barbarabaleixe@gmail.com.

² Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Pará, UFPA. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, PROARQ/UFRJ. Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, PPGCS/UFPA. Professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Pará, FAU/UFPA e do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, PPGAU/UFPA, Brasil. Email: ljds@ufpa.br.

³ Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Pará, UFPA. Mestranda Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, PPGAU/UFPA, Brasil. Email: cintiadasilva@live.com.

⁴ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará, UFPA. Email: mcarolinagsb@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na pandemia, o Setor da Saúde da UFPA da Cidade Universitária José da Silveira Netto, ou *campus* Guamá, precisou se adequar a novas demandas impostas pela Covid-19. Iniciou-se um trabalho de requalificação local, considerando-se sobretudo a maior necessidade de espaços abertos para profissionais da saúde, para os utilizadores dos seus serviços e também para os seus acompanhantes. Gina Calzavara, administradora da UFPA, contando com parcerias, protagonizou uma série de melhorias locais, como a construção de mobiliário urbano, de barreiras de *bougainvilles* para impedir o avanço do estacionamento para área vegetada do Sapucajuba, a captação de terra preta para melhoria da qualidade do solo para plantio e o plantio de diferentes espécies. Ao intensificar sua atuação na região, ela também constatou uma série de problemas e necessidades que precisam ser melhorados e atendidas.

Atrelando-se às suas iniciativas, desde 2023 até então está em curso o Projeto de Extensão “Laboratório de Urbanismo, Paisagismo e Percepção Sensorial: suporte à criação de sistema de espaços de convivência e de soluções baseadas na natureza para o Campus da Saúde”, no qual professores, servidores e alunos da Universidade Federal do Pará trabalham em conjunto pensando o Bosque e Igarapé Sapucajuba e suas redondezas como um laboratório vivo.

Neste contexto, os autores desta comunicação, todos vinculados ao referido projeto e, mais especificamente, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, realizaram a pesquisa justamente para melhor conhecer a realidade local e para embasar possíveis propostas de soluções projetuais futuras para o local.

Mobilidade urbana⁵ diz respeito a facilidade e a eficiência com que pessoas e bens se deslocam no espaço urbano. Esses deslocamentos podem ser motorizados ou não⁶, sendo que o grande número de veículos motorizados em circulação e as muitas consequências negativas que eles trazem, tais como poluição, congestionamento, acidentes, importa que se pense em modos mais sustentáveis de mobilidade.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana estabelecida pela Lei 12.587 de 2012, por exemplo, dentre as suas diretrizes, estabelece a prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os

⁵ A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e estabelece outras providências, em seu artigo 4º define mobilidade urbana como “condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano” e acessibilidade como “facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite a todos autonomia nos deslocamentos desejados, respeitando-se a legislação em vigor”.

⁶ A mesma lei, Lei nº 12.587, classifica os modos de transporte urbano como motorizado e não motorizado, e os define assim: “transporte motorizado: modalidades que se utilizam de veículos automotores” e “modos de transporte não motorizado: modalidades que se utilizam do esforço humano ou tração animal”.

motorizados (Brasil, 2012). Dentre os modos de transporte não motorizado, destacamos o caminhar, cujos benefícios são altamente reconhecidos (Southworth, 2005). É um modo de transporte ativo, ou seja, movido pela força do pedestre, que permite o exercício físico concomitante a viagem, sem produzir ruídos ou poluição, está disponível para uma grande parcela da população, promove economia nos custos, diminui congestionamentos –apenas para citar alguns dos seus benefícios conforme exposto por Castro e Kanashiro (2021); Pitilin e Sanches (2020 *apud* Nascimento, 2016); Southworth (2005). Ainda mesmo quando falamos de outros modos de transportes, o caminhar não deixa de fazer parte das viagens cotidianas Southworth (2005 *apud* Cidade de Boulder, 2003) – caminhar até ao ônibus, ao carro, por exemplo.

A mobilidade pessoal é um direito assegurado às pessoas com deficiência, na forma e no momento em que elas quiserem, e a custo acessível, que deve ser assegurada e facilitada pelo Estado brasileiro, signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (Brasil, 2009). A mesma Convenção, dentre diversos outros tópicos, reconhece “a importância da acessibilidade aos meios físico, social, econômico e cultural, à saúde, à educação e à informação e comunicação, para possibilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais” (Brasil, 2009), de modo que pensar em mobilidade urbana acessível no Campus Universitário, onde há tanto serviços relacionados à educação, como também à saúde, é pensar de acordo com o ordenamento jurídico vigente. A Norma Brasileira 9050 (2021) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define acessibilidade do seguinte modo: possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

CAMINHABILIDADE E CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ DA SILVEIRA NETTO

Caminhabilidade é uma livre tradução do termo em inglês *walkability* (Pitilin e Sanches, 2020), podendo ser definida da seguinte forma:

Caminhabilidade é a medida em que o ambiente construído apoia e incentiva a caminhada, proporcionando conforto e segurança aos pedestres⁷, conectando as pessoas a destinos variados, mediante uma quantidade razoável de tempo e esforço, e oferecendo interesse visual nos trajetos em toda a rede. (Southworth, 2005, p.247)

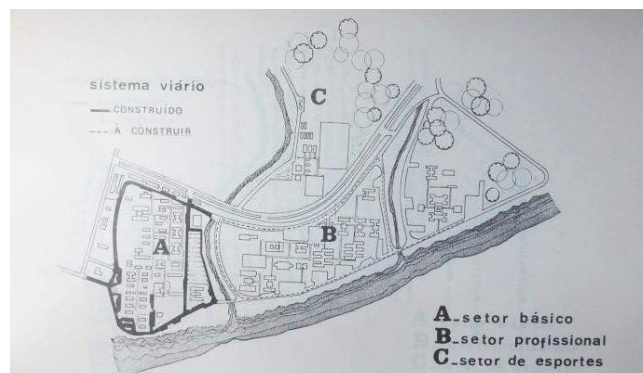
⁷ Southworth (2005) cita a definição de pedestre do Planejamento da Política de Pedestres de Wisconsin de 2002: “A pedestrian is any person walking, standing or in a wheelchair”, fixando o entendimento que uma pessoa em cadeira de rodas é um pedestre.

No âmbito urbano, a caminhabilidade era essencial às cidades antes da era dos automóveis, como se vê em algumas cidades medievais, em algumas cidades americanas coloniais e até mesmo em algumas cidades industriais do século XIX – ainda que neste último caso de modo insalubre (Southworth, 2005). “O deslocamento a pé até o início do século passado era a essência da forma das pessoas realizarem suas atividades diárias” (Castro e Kanashiro, 2021, p.278). O surgimento dos automóveis em 1920 somado a emergência do Modernismo, gerou impactos negativos na escala do pedestre, em muitos casos separado dos automóveis, obrigados a vencer grandes distâncias e embarreirados pelas vias de tráfego de alta velocidade: “[o]s valores do Modernismo orientados para o automóvel foram codificados nos padrões de transporte e design de ruas que hoje lutamos contra” explica Southworth (2005, p. 247, tradução nossa).

Criada com a sanção da Lei nº3.191, em 1957, instalada solenemente em 15 de março de 1958 e implementado inicialmente em 1964 com o nome “Núcleo Pioneiro do Pará” (UFPA, 1979), a Universidade Federal do Pará surge em período no qual o Ministério da Educação e Cultura do Governo Federal possuía interesse em criar *campi* universitários em todo país, seguindo modelo norte-americano de ocupação, e possui diversos problemas usualmente atribuídos aos projetos urbanísticos e arquitetônicos de inspiração modernistas (Ximenes *et al*, 2011).

O partido geral urbano adotado pelo planejamento do “Campus” possui um sistema viário periférico para veículos, que visava gerar “grandes espaços utilizáveis flexivelmente com a vantagem de uma sensível redução de ruído de trânsito e dos conflitos de correntes de cruzamentos de veículos e de veículos com pedestres” (UFPA, p. 34, 1979). Além do anel viário, o seu partido geral possui sistemas de vias de penetração interna e bolsões de estacionamento (Ximenes *et al*, 2011). Somado a isso, “[s]ua malha urbana seguiu padrões de parcelamento rarefeitos, de menor densidade construída, e com grão espaçado, o que remonta aos espaços universitários ingleses e americanos do começo do século XX.” (Ximenes *et al*, 2011, p.5).

Imagem 1 - Setorização da UFPA (Campus Guamá)



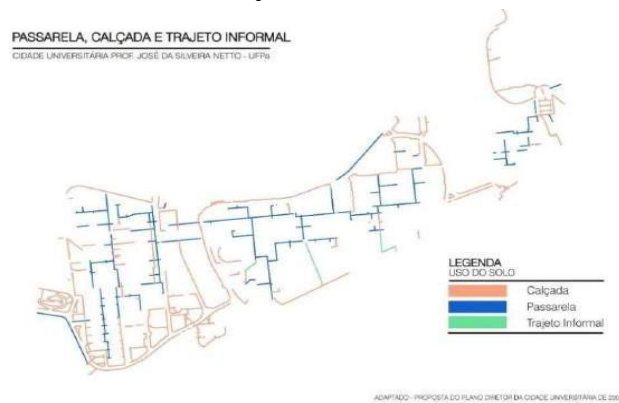
Fonte: UFPA, 1979, p.49

Ao realizarem investigações das condições de acessibilidade viárias e peatonal do campus e a conexão entre edifícios a partir de sua morfologia, os seguintes autores caracterizaram o sistema de mobilidade da Universidade da seguinte maneira:

O sistema de mobilidade da cidade universitária da UFPa é composto por dois modais de circulação: vias com uso preferencial para tráfego de veículos e outra de uso exclusivo para pedestres. O sistema de circulação de pedestres da UFPa é composto por passarelas cobertas, passeios não cobertos e trajetos informais (Oliveira *et al*, 2020, *apud* UFPa, 2009).

As calçadas, passarelas e trajetos informais disponíveis para a circulação dos pedestres foram, inclusive, identificadas em diferentes cores, pelos mesmos referidos autores, como se vê adiante:

Imagem 2 - Passarelas, Calçadas e Trajetos Informais da UFPa (Campus Guamá)



Fonte: Oliveira *et al*, p.13

A falta de trajetos abrigados e acessibilidade espacial adequada para vencer distâncias de 600m ou maiores; e deslocamentos irracionais devido ao campus ainda ser, na visão dos usuários, muito esparsos e sem misturas de uso do solo, foram alguns dos problemas identificados nos estudos da proposta de Plano Diretor da Cidade Universitária de 2007 (Ximenes *et al*, 2011).

Especificamente sobre o Setor da Saúde, os referidos estudos da proposta de Plano Diretor faz a seguinte caracterização, indicando um cenário desfavorável para quem caminha pela região:

O Setor de Saúde é separado dos demais setores por uma barreira natural, o igarapé Sapucajuba. Neste setor do campus a ocupação é mais rarefeita e a ausência de passeios condiciona pedestres a deslocamentos extensos sem segregação entre os modais, deixando-os expostos a situações de risco, bem como a grandes deslocamentos. Os deslocamentos de pedestres são feitos a maior parte das vezes pelo ônibus circular, com tempo de espera elevado. Nota-se que em princípio não houve preocupação em integrar os edifícios, sobretudo devido à distância, e as passarelas existentes priorizam a ligação entre prédios com atividades em comum (Ximenes *et al*, 2011, p.16)

Levando em consideração as análises e caracterizações do campus feitas pelos referidos pesquisadores, e reduzindo a escala de análise, procuramos investigar as especificidades dos trajetos feitos pelos pedestres no setor da saúde.

Nos dias 25, 26, 27, 28 e 29 de setembro de 2023, 13 graduandos voluntários ao Projeto de Extensão “Laboratório de Urbanismo, Paisagismo e Percepção Sensorial: suporte à criação de sistema de espaços de convivência e de soluções baseadas na natureza para o Campus da Saúde” aplicaram 78 questionários aos pedestres do local. Os estudantes concentraram-se próximo ao portão 04, conversando com quem adentrava à Universidade pelo referido portão, e também concentraram-se próximo à ponte que atravessa o rio Sapucajuba, entrevistando quem vinha no sentido Setor Profissional ao Setor Saúde, com a expectativa de também indagar aqueles que não necessariamente entravam pelo portão 04, mas que também tinham parte de seus percursos no Setor da Saúde. No momento da aplicação, os entrevistadores procuraram acompanhar o entrevistado durante a entrevista, andando ao seu lado.

Dentre os entrevistados, a maioria era estudante (64,1%), seguido por usuários dos serviços de saúde (16,7%), depois por servidores (7,7%), atletas (3,8%), autônomos (2,6%) e por “outros” (egressos, colaboradores, caminhada e nenhum, cada um desses representando 1,3%), salientando-se que nenhuma professora ou professor constava dentre as respostas dadas. Além disso, a maioria era de interlocutoras, ou seja, a maioria se identificava como sendo do gênero feminino (62,8%).

São muitas e diferentes as origens dos transeuntes da região. Quanto aos bairros de origem dos entrevistados, obtivemos respostas indicando origens tanto do município de Belém, como de outros: Terra firme (4 pessoas); Guamá (4 pessoas); Pedreira (3 pessoas); Marco (3 pessoas); Curió-Utinga (2 pessoas); Coqueiro (2 pessoas); Aurá (2 pessoas); Cidade Velha (2 pessoas); Telégrafo (2 pessoas); São Brás (2 pessoas); e, com um respondente: Jurunas; Tapanã; Canudos; Bengui; Marambaia; Una; Cremação; Cidade Nova; Nazaré; Umarizal; Condor; Levilândia; Icuí; Tenoné; Parque Guajará; Distrito Industrial; Batista Campos; Maracangalha; Jaderlândia; 40 Horas; Mangueirão; Sacramento e Souza. A resposta não era de múltipla escolha, possuindo um campo aberto, sendo respondida, em alguns casos com: Ananindeua, Barcarena, Pau D’Arco, Icoaraci, São Domingos do Capim, Castanhal, Santa Isabel, Salvaterra, Palmas, Ponta de Pedra, Bragança, Tucuruí, Viseu, comunidade quilombola em Mocajuba. Em algumas situações, mais de um bairro ou município foi indicado como sendo de origem e, numa situação específica, em seguida ao bairro, foi especificado que o respondente era do Paquistão.

Sobre o grupo dos estudantes, um universo de 50 das 78 respostas totais, é interessante perceber que eles possuem um tempo de permanência longo na universidade: 76% disse permanecer na Universidade por mais de 6h, 18% de 4 a 6 horas, 4% de 2 a 4h, 2% de 1 a 2 horas e nenhum afirmou

ficar menos de 1h. Havia pessoas ligadas a diferentes cursos (Arquitetura e Urbanismo, Arquivologia, Ciências Naturais, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia Elétrica, Engenharia de Bioprocessos, Engenharia de Telecomunicações, Farmácia, Física, Ciências Farmacêuticas, História, Medicina, Genética e Biologia Celular, Nutrição e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Química, Turismo, Técnico em TI), sendo que, com mais de 5 respondentes, destacaram-se: Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição, Odontologia, todos de cursos localizados no setor da saúde, ou seja, para a maioria deles, o Setor da Saúde era um lugar não apenas de passagem, mas também de permanência.

Quanto aos usuários dos serviços de saúde, 13 respondentes, 53,8% afirma não ser frequente na Universidade, 30,8% vai ao campus uma vez ao mês, 7,7% quinzenalmente e 7,7% semanalmente, sem respostas para as idas diárias. Essas 13 pessoas definiram que vão: agendar consultas ou serem consultas (4), ao otorrino (1), a maternidade (1), maternidade e otorrino (1), ao ginecologista (1), a pediatria neurologia (1), a odontologia (1), fazer exames no Hospital Bettina (1) e algumas, de modo mais genérico, vão por motivo de “saúde” e ao “Hospital Bettina”. A não frequência das visitas pode ser interpretada como um indicativo da necessidade de aumento das identificações locais, como placas, mapas, guias, etc, afinal, quem pouco frequenta tem menos familiaridade com o local.

Um total de 06 servidores⁸ também conversou conosco e 09 “outros”, sendo, no último caso, também uma maioria (66,7%) de pessoas que permanecem mais de 6 horas na Universidade.

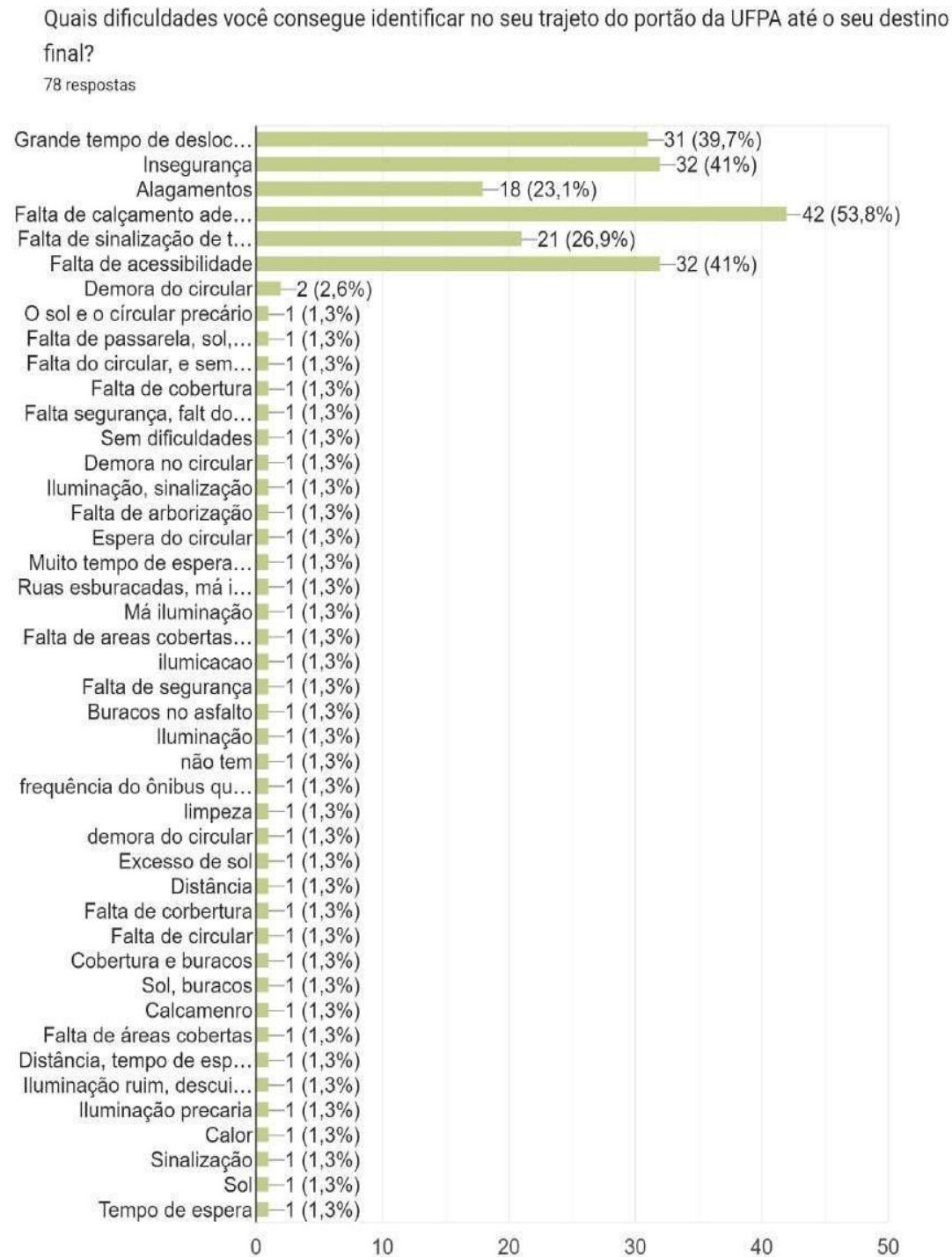
Mais da metade dos entrevistados (57,7%) desconheciam a existência do Bosque e Igarapé Sapucajuba nos trajetos do campus da saúde que estavam sendo realizados ao se fazer a entrevista. Por sua vez, 57,7% dos entrevistados sentiam que as ações feitas nos últimos meses no entorno do Sapucajuba, como trabalhos paisagísticos e limpeza do Igarapé impactaram no seu dia a dia. E 55,1% percebeu a redução dos níveis de alagamento nessas áreas, o que pode ser um reflexo positivo de algumas das ações de melhoria local, como a limpeza do Igarapé e o plantio de árvores com suas consequências positivas no ciclo hídrico..

A falta de calçamento adequado foi o problema mais apontado pelos entrevistados ao serem demandados sobre quais dificuldades conseguiam identificar nos seus trajetos do Portão da UFPA até o seu destino final. A insegurança e a falta de acessibilidade foram os segundos problemas mais apontados, seguidos pelo grande tempo de deslocamento. Depois, a falta de sinalização e, em seguida, os alagamentos

⁸ Aqui houve um equívoco na construção do formulário e a pergunta “por quanto tempo você permanecer na faculdade” foi trocada por “há quanto tempo?”, mudando o sentido almejado, com respostas como “há 2 anos” ou “Mais de 30 anos”, portanto, foram desconsideradas nas comparações, gerando uma lacuna sobre o tempo de permanência dos servidores.

foram denunciados. Era uma questão de múltipla escolha, seguida de “outros” para que as pessoas trouxessem problemas não necessariamente previamente previstos na elaboração do formulário:

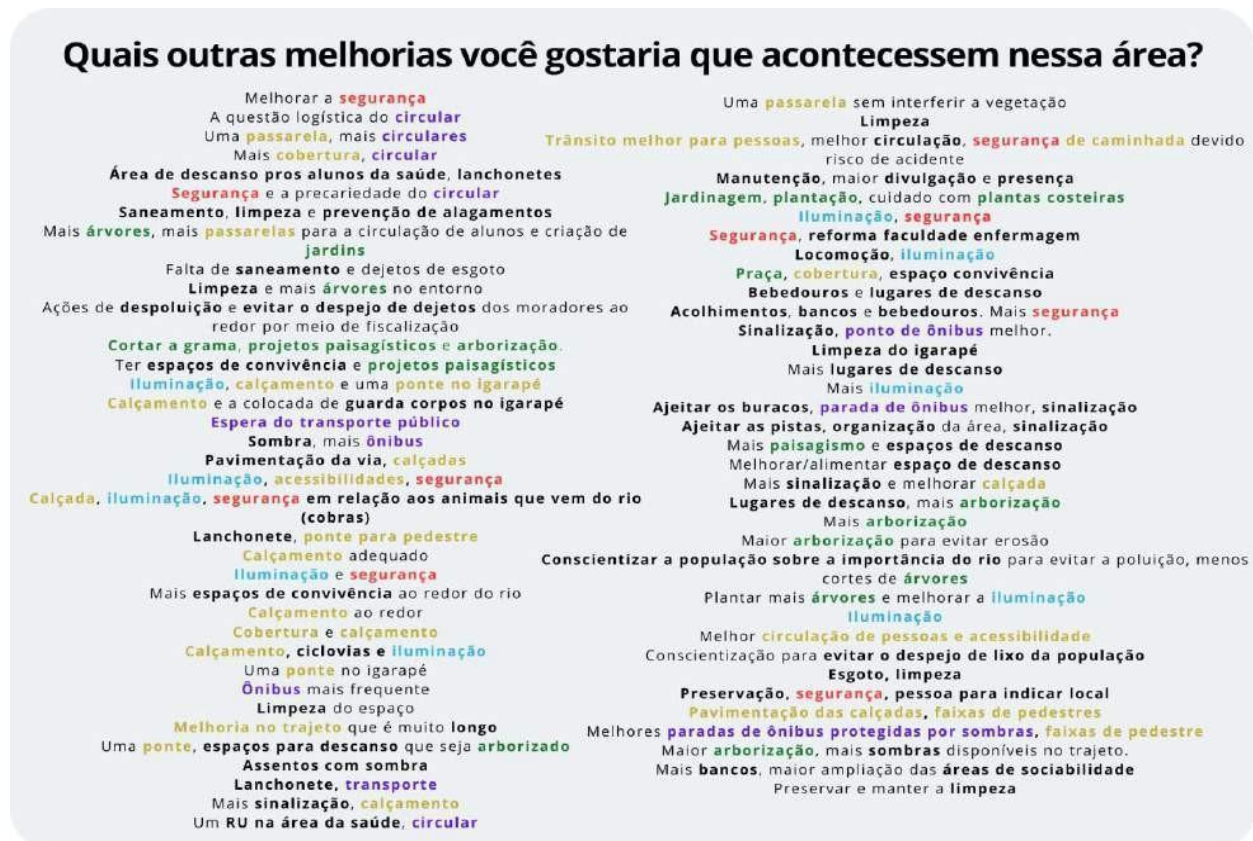
Imagem 3 - Dificuldades em trajetos no Setor da Saúde da UFPA na perspectiva dos pedestres



Fonte: Google forms ([Bosque e Igarapé Sapucajuba - Formulários Google](#))

Além da pergunta sobre problemas, houve um questionamento sobre outras melhorias que os pedestres gostariam que ocorressem na área, com diversas respostas. Fizemos alguns destaques indicando a recorrência de alguns desses desejos, agrupando alguns por cor, de modo não taxativo.

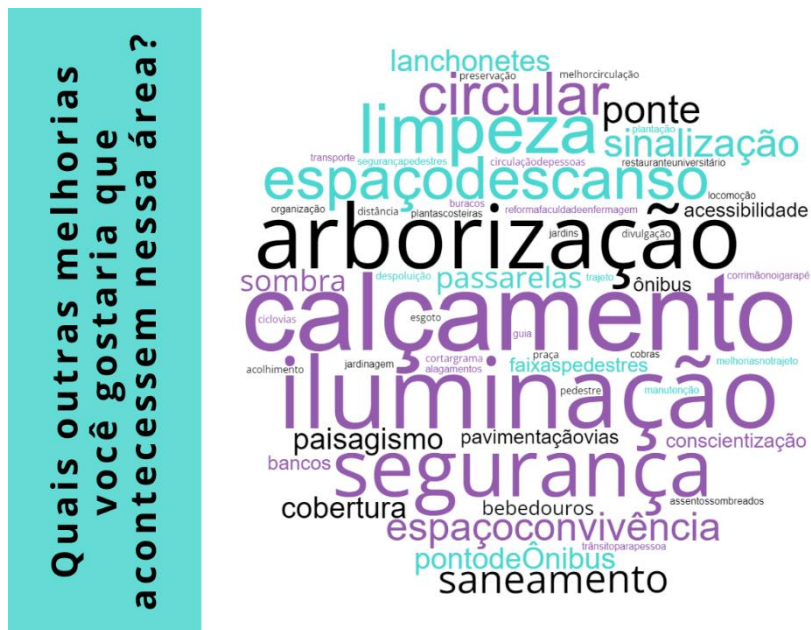
Imagem 4 - Melhorias desejadas para a área do sapucajuba na perspectiva dos pedestres.



Fonte: Elaborado pelos autores

Com alguns ajustes nas respostas para aproximar categorias sinônimas, uma nuvem de palavras foi construída, com auxílio do site wordclouds.com

Imagem 5 - Nuvem de palavras com possíveis melhorias na área do sapucajuba na perspectiva dos pedestres



Fonte: Elaborado pelos autores

Foi perguntado também de que modo o espaço poderia se tornar significativo no cotidiano dos entrevistados; o que faria com que as pessoas quisessem passar tempo ao redor do Sapucajuba. As respostas se assemelharam às respostas da pergunta anterior, porém com mais soluções interessantes no sentido de pensar o Sapucajuba não apenas como um lugar de passagem, mas também de permanência, e na relação dessas duas perspectivas: por exemplo, a falta de Restaurante Universitário no Setor da Saúde obriga os estudantes a se deslocarem. As cores agrupando algumas das respostas estão em tons próximos considerando a que são elementos a não serem pensados de modo estanque. Importante destacar também que mobiliários urbanos, como bancos, cadeiras e balanços, podem ser úteis tanto para áreas de convivência, como também nos percursos de caminhada, como local de descanso intermitente, considerando que distâncias também são relativas e atravessadas por variáveis de diferentes corpos e necessidades.

Imagem 6 - Mudanças significativas para área do sapucajuba na perspectiva dos pedestres



Fonte: Elaborado pelos autores

Do mesmo modo, com algumas alterações por aproximação, outra nuvem de palavras foi gerada:

Imagem 7 - Nuvem de palavras com mudanças significativas para área do sapucajuba na perspectiva dos pedestres



Fonte: Elaborado pelos autores

DO PORTÃO 04 AO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO BETTINA FERRO E AO CENTRO DE ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA

Atualmente a Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto possui 5 portões de acesso. O setor da saúde pode receber fluxos provenientes de todos os portões e é importante identificá-los e caracterizá-los, sendo que, nesta etapa do trabalho, nos voltamos especificamente ao portão 04, em uma micro escala. Além da proximidade do portão com o Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS) e ao Centro de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança (CASMuC), em entrevistas nos foi informado que é neste portão que, em dias de distribuição de senhas para agendamentos de consultas, é lá que ficam concentradas as pessoas em fila, esperando que a UFPA abra, muitas vezes desde o dia anterior para garantir o seu lugar. Nesses dias de agendamento, o portão é aberto apenas para pedestres antes mesmo das 6h, para que as pessoas que aguardam em fila possam andar aos seus destinos no Setor da Saúde e formar novas filas sem disputar com pacientes que estejam por exemplo de carro ou de transporte coletivo destinado ao transporte de pacientes médicos vindos de outros municípios –Tratamento Fora de Domicílio (TFD)–, garantindo-se assim a preferência dos pedestres. O ônibus circular só inicia às 7h da manhã, de modo que, neste intervalo e para essas pessoas, também não há a possibilidade do transporte público disponibilizado pela Universidade, mas tão somente o caminhar.

Uma série de observações foram feitas, como, por exemplo, no dia 20 de abril de 2023, por volta de 8h, após uma hora de trabalho de observação e contagem de pessoas e veículos que entram e saiam no portão 4 da UFPA, observou-se, a partir das cadeiras que denominamos ponto de observação, de modo bem específico e com registro de imagens, duas senhoras que adentravam tal portão e que iam na direção das clínicas, provavelmente buscar serviços de saúde. Resolvemos acompanhá-las, inicialmente sem fazer abordagem pessoal ou identificá-las, mas com observação direta de longe, para verificar o trajeto que fariam para chegar ao setor mais concentrado, onde estão localizadas essas clínicas. Eram, uma senhora com menos idades aparentando ser acompanhante da outra senhora com mais idade, cada uma levando uma sacola típica de embalagem de exames médicos (Imagem 01 do quadro).

Nessa observação do percurso das duas senhoras, percebeu-se inicialmente a passagem delas pelo pórtico e a guarita dos vigilantes, mais especificamente pelo portão de pedestres, que fica no meio de uma calçada linear, a qual vem da área externa (avenida Perimetral) à área interna da UFPA e que ao adentrar por poucos metros o campus e logo é interrompida. Como que sabendo dessa interrupção do tal passeio público é abrupta, as duas senhoras logo mudaram de direção, preparando-se agora para atravessar a via de veículos automotores (Imagem 2 do quadro).

Imagem 8 -Percurso etnográfico a partir do portão 4

A Observação etnográfica de percurso ocorreu no dia 20/03/23 por volta das 8:00	A partir da observação direta se observou a entrada de duas senhoras, optou-se por não abordá-las ou identificá-las	A imagem 01 mostra as duas adentrando pelo pórtico, utilizando o portão de pedestres, que fica no meio de uma calçada linear que logo é interrompida	Possivelmente em decorrência da interrupção da calçada as observadas atravessaram a via, conforme imagem 02	Na imagem 03, as duas sobem a calçada. Elas levaram um tempo de 3 minutos e 12 segundos para realizar a travessia
---	---	--	---	---

Na Imagem 04, nota-se as observadas caminhando pela calçada da direita sendo esta calçada nas proximidades do Igarapé Sapucajuba e que também não tem continuidade, ou seja, a partir de determinado trecho não é mais possível caminhar do mesmo lado	As Imagens 6 e 7 apresentam uma sequência do caminhar dessas senhoras, nesse passeio público, até chegar ao ponto onde esse termina, mais ou menos nas imediações da Faculdade de Medicina	A Imagem 8 mostra as duas atravessando a via em direção a calçada que fica do mesmo lado da pista o qual elas estavam quando adentraram na UFPA. Na 9 se observa elas caminhando para seu objetivo.
--	--	---

Percurso Etnografado

Fonte: Elaborado pelos autores, com fotos de Luiz de Jesus Dias da Silva e, na vista superior, Sâmyla Blois

As observadas ao descerem da calçada, tomam uma direção de travessia em diagonal, em relação à pista de entrada e saída da cidade universitária pelo setor de saúde, mas bem rente à margem da pista, onde deveria ter a continuidade da calçada que vem da área externa, e, nota-se que com a ausência dessa calçada, faz sua projeção transformar-se em um estacionamento para duas vagas de automóvel (Imagem 2 do quadro). O trajeto delas é diferente do senhor, que aparece na imagem 1 do quadro de imagens, o qual atravessa perpendicularmente fazendo um percurso menor para alcançar o outro lado da via.

Para atravessar elas levaram um tempo de 3 minutos e 12 segundos, enquanto aquele senhor da imagem 1 levou cerca de 15 segundos, pois é preciso considerar que a senhora idosa caminha com certa dificuldade, se amparando no braço da senhora mais jovem para atravessar a via, e, também, que elas vieram caminhando em uma diagonal muito intensa linearmente, possivelmente para intensificar mais a travessia quando não houvesse carros se aproximando delas.

A calçada da direita, (imagens 3 a 7 do quadro) é justamente a que fica nas proximidades do Igarapé Sapucajuba e também não tem continuidade, ou seja, a partir de determinado trecho não é mais possível caminhar do mesmo lado, pois começa um gramado, sendo um terreno que pode ser alagadiço com influência da cheia do rio Guamá em marés altas, quando o Igarapé Sapucajuba

transborda ou quando há coincidência da maré cheia e chuva. Assim, a caminhada das senhoras na calçada da direita da via vai até o fim da do calçamento, onde há uma placa com dizeres para que as pessoas atravessem a via novamente.

Nossa intenção nesse momento, foi de verificar a realidade desse trajeto corriqueiro que pessoas fazem diariamente e confirmar o que a administradora Gina Calzavara já havia dito, ainda no ano de 2021, quando ela estava problematizando as diversas situações de perigo que os pedestres passam quando adentram o setor de saúde pelo portão 4 e que são obrigados a fazerem esse movimento de ida e vinda de um lado para outro da pista por falta de calçada contínua, correndo riscos diante dos muitos veículos que entram ou saem do da UFPA com pressa, imprimindo certa velocidade.

As senhoras que observamos, no trajeto a partir do portão 4, o qual, dá acesso ao do setor de saúde da UFPA, até em frente da Faculdade de Medicina, onde está o primeiro prédio que marca esse setor, nos ajuda a pensar o trajeto de muitas pessoas que fazem esse percurso no dia a dia: é feito por diferentes corpos e suas diferentes necessidades, velocidades, direções.

Da observação de diversos percursos semelhantes, construímos os quadros seguintes, um voltado para um caminho oficial e calçado e outro para um atalho frequentemente utilizado pelos pedestres:

Imagem 9 - Esquema com os principais problemas observados no percurso até o HUBFS e CASMUC



Alguns problemas observados

Fonte: Elaborado pelos autores, com imagens de satélite do Google e fotos de Bárbara Baleixe e Cintia Sousa

Imagem 10 - Esquema com os principais problemas observados no entorno do HBFS e CAMUSC



Fonte: Elaborado pelos autores, com imagens de satélite do Google e fotos de Bárbara Baleixe e Sâmyla Blois

Além da observação dos trajetos das pessoas no local e da aplicação de questionários, foram realizadas algumas entrevistas menos estruturadas por quem passava em direção ao Bettina ou ao CASMUC. Além do já exposto, sobre o atalho, uma servidora do local comentou que nele, sobretudo em dias de chuva ou quando chove na véspera, ela evita pegar o caminho mais curto com medo de cobra venenosas, ainda mais quando o mato que o ladeia está alto. Falou também do risco de se escorregar no trecho em que há terra batida e que, inclusive, já houve caso de idosa que escorregou lá devido a lama.

Pontos positivos relacionados ao local foram mencionados em algumas falas, seja no caminho calçado, seja no alternativo, como a possibilidade de prática de exercício físico, uma recomendação médica para uma das pacientes, e o contato com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Análises sobre caminhabilidade podem ocorrer em escala micro, meso ou macro. Esta comunicação procurou contribuir na microescala, a partir de observações e entrevistas, corroborando algumas análises morfológicas já realizadas sobre o local que indicavam as dificuldades enfrentadas pelos pedestres no campus Guamá da UFPA que, seguindo inspirações modernistas, presumiu

deslocamentos motorizado em alguns trechos e, em muitos casos, não observando a escala do corpo humano.

A falta de calçamento, de acessibilidade, as grandes distâncias, a insegurança, os alagamentos, a demora do ônibus circular, a falta de cobertura para proteção contra sol e chuva, a iluminação precária, a falta de sinalização e de manutenção são as principais dificuldades enfrentadas e apontados pelos pedestres que precisam percorrer alguma parte do Setor de Saúde da Cidade Universitária José da Silveira Netto.

Melhorias no calçamento, iluminação, arborização, segurança, paisagismo, limpeza, ônibus circular, espaços de descanso e convivência, sinalização, saneamento, sinalização e a construção de mais passarelas, coberturas, lanchonetes, restaurante universitário e ponte são algumas das soluções que quem caminha no local gostaria que ocorressem na área.

Bancos, espaços de convivência, segurança, cadeiras, mesas, lanchonetes, iluminação, limpeza, sombreamento, áreas e atividades recreativas, conscientização, balanço, áreas infantis, dentre outros, são apontados como elementos que tornariam os arredores do Sapucajuba mais significativo, melhorando-o não apenas como lugar de passagem, mas também como lugar de permanência que é para muitos. Comum aos trajetos em questão, melhorias que envolvam e valorizem o Bosque e Igarapé Sapucajuba podem significar caminhos para a melhor convivência das cidades com seus rios, com papel pedagógico de respeito à natureza.

Pensar a partir da experiência dos pedestres e propor melhorias na caminhabilidade são fatores importantes para se construir uma mobilidade urbana mais acessível, igualitária e sustentável. Cuidar dos caminhos dos pedestres e seus diversos corpos do Campus Guamá, é cuidar também em alguma medida do acesso à saúde e educação, não estando os problemas da Cidade Universitária desatrelados daqueles da Cidade de Belém.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 29 março 2024.

BRASIL, Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Brasil: Congresso Nacional, 2012. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012-01-03;12587>

CASTRO, Caroline Cesário de; KANASHIRO, Milena. Caminhabilidade em pequenas cidades: cotejamento entre variáveis objetivas e observações *in loco*. Arquitetura revista, v.17, n.2, 2021. DOI: 10.4013/arq2021.172

OLIVEIRA, Kamila Diniz. SILVA, Marta Gonçalves Tavares da. LIMA, Alberto Patrick Cassiano. LIMA, José Júlio Ferreira. Desempenho morfológico da Cidade Universitária Prof. José Da Silveira Netto (UFPA): Forma, controle e acesso In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM URBANISMO, XII., 2020, São Paulo. **Anais** do XII Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo, 2020

PITILIN, Taiany Richard. **Avaliação da caminhabilidade em área urbana utilizando análise multicritério.** Tese (Doutorado em Engenharia Urbana) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos. São Paulo. 2021.

PITILIN, Taiany Richard. SANCHES, Suely da Penha. A caminhabilidade: uma análise bibliométrica. **Revista de Morfologia Urbana**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 01-11. Ago, 2020. DOI: 10.47235/rmu.v8i2.129. Disponível em: <https://pnum.org/rmu/index.php/rmu/article/view/129>. Acesso em: 7 abr. 2024.

SENADO. Agência. Ampliado prazo para cidades elaborarem plano de mobilidade urbana. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/07/10/ampliado-prazo-para-cidades-elaborarem-plano-de-mobilidade-urbana>

SOUTHWORTH, Michael (2005). Designing the walkable city. **Journal of Urban Planning and Development**, [S.l.] v. 131, n. 4, p. 246-257. DOI: [http://dx.doi.org/10.1061/\(ASCE\)0733-9488\(2005\)131:4\(246\)](http://dx.doi.org/10.1061/(ASCE)0733-9488(2005)131:4(246))

XIMENES, Juliano. BENTES, Monique. PONTES, Louise. HOHLENWERGER, Sâmia. RODRIGUES, Roberta M. O plano diretor do campus Belém da UFPA. In ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14, 2011, Rio de Janeiro, RJ. **Anais**. P. 1-19

UFPA, Prefeitura do Campus Universitário, Escritório Técnico Administrativo. O Espaço Acadêmico da UFPA. 1979. Belém: Ministério da Educação e Cultura. Disponível em <https://fauufpa.org/2018/03/02/o-espaco-academico-da-ufpa-1979/> Acesso em: 6 abr. 2024.



Gt 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades latino- americano.

O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DOS POVOS INDÍGENAS VENEZUELANOS WARAO NO BRASIL: IMPACTOS NA INSERÇÃO URBANA E NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DE BELÉM/PA E MACEIÓ/AL

Sheyla Alves Barros¹
Welson de Sousa Cardoso²

RESUMO: Trata-se de um estudo em andamento que tem por objetivo explorar os elementos que condicionam o processo de migração dos indígenas venezuelanos de etnia Warao³ no Brasil, sobretudo na região amazônica e nordeste, em particular nos municípios de Belém e de Maceió, como lócus empírico representativo da pesquisa em tela, a partir de estudos bibliográficos e dados estatísticos oficiais das referidas cidades. Partiremos do levantamento de dados acerca da ampliação do número de migrantes indígenas venezuelanos Waraos em diversos estados brasileiros, e dos desafios enfrentados pelos municípios de Belém/PA e Maceió/AL no atendimento às demandas trazidas por essa população, sobretudo na oferta de condições materiais que garantam sua sobrevivência, considerando que são grupos populacionais que apresentam diversidade étnicas, linguísticas e culturais e que exigem do Estado um aporte mais robusto de políticas públicas. O estudo tem como fundamentação teórico-metodológica a construção do estado da arte partindo de pesquisa exploratória descritiva com levantamento documental e bibliográfico e análise alicerçada na teoria social crítica.

PALAVRAS – CHAVE: Migração. Warao. Cidades. Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

Os dados oficiais do governo brasileiro apontam para um aumento significativo de migrantes venezuelanos que adentraram o território nacional, tornando-se o principal destino na América Latina. Segundo o site do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, em matéria publicada em 31/03/2022, intitulada “Em cinco anos, o Brasil recebeu mais de 700 mil imigrantes venezuelanos”, isso representa um aumento significativo de migrantes venezuelanos que adentraram o território nacional. Essa população migrante está presente em diversos estados brasileiros, ocupando, sobretudo, as capitais. Desse contingente, há um número expressivo de indígenas de diversas etnias e que apresenta características gerais diversas.

Partindo do pressuposto que as demandas trazidas por esses migrantes deverão se colocar na ordem do dia para as políticas sociais e representam um desafio na oferta de atendimento a essa

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) pela Universidade Federal do Pará-UFPA. E-mail: sheyla.alves.barros@gmail.com

² Doutor em Ciências Socioambientais pelo (PPGDSTU/NAEA), na Universidade Federal do Pará, professor no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e na Faculdade de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, Coordenador e Pesquisador no Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA), E-mail: cardoso@ufpa.br.

³ Povo originário da República Bolivariana da Venezuela, que, constituem a segunda etnia mais populosa do país (Censo de 2011), com cerca de 49 mil indivíduos, com características culturais.

população, sobretudo na oferta de condições materiais para garantia da proteção social pela política de assistência social.

Em seu arcabouço normativo, a Política de Assistência Social⁴ prevê o atendimento a migrantes e refugiados, afirmando formalmente que possui condições materiais para garantir proteção social a essa população, visto que eles apresentam vulnerabilidades sociais que são objeto de atendimento dessa política. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que as orientações existentes para atendimento a esses grupos populacionais atenderão aos diferentes perfis que essa população migrante apresenta, em suas diversidades étnicas, linguísticas e culturais, e que exigem da Política Nacional de Assistência Social um aporte mais robusto, sobretudo em seu papel de articular o atendimento junto as demais políticas que integram o Sistema de Proteção Social brasileiro.

Paralelo a isso, o contexto nacional pós pandemia e o avanço do processo de desmonte das políticas sociais, que tem como pano de fundo a perspectiva neoliberal e uma agenda que define políticas sociais restritivas, com a retração do investimento do Estado em ações destinadas ao enfrentamento da Pobreza, como expressão mais evidente da questão social, traz um cenário complexo às ofertas de serviços socioassistenciais a essa população nos diferentes níveis de governo.

A chegada desses migrantes nas cidades coloca demandas de atendimento às políticas públicas, muitas vezes com situações totalmente novas para os municípios. Trava-se nesse momento a luta dessa população pelo reconhecimento de suas necessidades, respeitando suas particularidades culturais, buscando acessar direitos para garantia de sua reprodução.

2. MIGRANTES VENEZUELANOS NO BRASIL: elementos condicionantes

Os processos recentes de aumento da população que adentra as fronteiras brasileiras alteram o movimento migratório no país e, conseqüentemente, acrescentam novos elementos ao debate da questão migratória no Brasil, especialmente na ampliação da entrada de venezuelanos.

A dinâmica recente da migração venezuelana para o Brasil aponta, para o ano de 2020, a presença de cerca de 261.441 refugiados e imigrantes, dos quais cerca de 46.434 como refugiados, 96.556 solicitantes de refúgio, 145.462 refugiados com visto de residência (Plataforma R4V, 2020) e 420 deportados até outubro de 2020 (STI, 2020). A contextualização da imigração venezuelana no Brasil incorpora a forte relação do Estado na gestão do fluxo no Brasil, em particular a condição fronteiriça e a questão humanitária, na perspectiva de Agier (2006), das populações protegidas. (Magalhães, Bógus, Baeninger, 2021. p. 125).

⁴ A Lei Orgânica de Assistência Social de nº 12.435/2011, afirma em seu artigo 1º que “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.”

Essa ampliação está diretamente relacionada às mudanças ocorridas no seio do modo de produção capitalista, sua repercussão no mundo do trabalho e nos rebatimentos destas nas relações sociais.

As análises de autores como Tavares (2004), Dias (2006), Antunes (2011), Druck (2011), Mota (2012) Harvey (2016), dentre outros, evidenciam que essas mudanças têm origem nas transformações operadas no modo de produção capitalista no último quarto do século XX, que visa à manutenção de seu processo de reprodução e acumulação e que apresentam os desdobramentos de seu atual *modus operandi*,

Entre os desafios presentes nos estudos sobre as migrações internacionais contemporâneas encontra-se a necessidade de compreender, a partir de epistemologias próprias ao Sul Global, as diferentes modalidades migratórias que compõem, também, a mobilidade internacional do capital e do trabalho (Sassen, 1990) no século XXI. Esse fenômeno, ainda que apresente bases históricas, se diferencia, no contexto atual, pela rapidez das transformações sociais e por novas lógicas migratórias (Baeninger, 2018) com sentidos, escalas, temporalidades, espacialidades e composições populacionais distintas. (Idem, p.126).

A chegada dos chamados novos fluxos migratórios no Brasil nos últimos anos, com destaque para refugiados advindos da Venezuela, modificou o perfil da migração no contexto nacional, uma vez que o deslocamento de grupos indígenas, sendo em sua maioria indígenas da etnia Warao, decorrem, em grande parte, das consequências da inserção da indústria petrolífera em seus territórios, ou seja, do processo de exploração desmedido do capital e das consequências e alterações do *modus vivendi* de povos originários daquele país.

A crise econômica da República Bolivariana da Venezuela condiciona o processo de grandes fluxos migratórios para o Brasil.

A presença Warao é registrada no Brasil desde meados de 2014, mas se manteve pouco expressiva durante os primeiros anos. Foi somente a partir de meados de 2016, em decorrência do agravamento da crise na Venezuela, com desabastecimento de produtos básicos, hiperinflação e aumento da violência, que o processo de deslocamento de venezuelanos/as indígenas e não indígenas para o Brasil se intensificou. (ACNUR, 2020, p. 23).

Segundo dados do Ministério da Cidadania, divulgados na Matriz de monitoramento de deslocamento (DTM) nacional sobre a população indígena refugiada e migrante venezuelana no Brasil (2021), a presença majoritária dessa população concentra-se na região Norte, e, em menor número, no Nordeste. A matriz aponta, ainda, o mapeamento de 07 (sete) povos indígenas venezuelanos em território nacional.

Na referida pesquisa, destaca-se que a existência de grupos pluriculturais e com diversidade linguística revelam a heterogeneidade dessa população. Sendo realizada no primeiro semestre do ano de 2021, os dados coletados demonstram a baixa cobertura de políticas sociais a esse público, o que se traduz em maior exposição a vulnerabilidades sociais.

Esse fluxo é decorrente da grave e generalizada violação dos direitos humanos em território venezuelano, conforme reconhecimento do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) no Brasil em junho de 2019. Trata-se de uma população com perfil sociodemográfico plural, dado que, para além da condição de refugiada e migrante, conta com uma diversidade étnica, etária e de gênero, além de pessoas com deficiência e LGBTQI+, entre outras características. Não é rara, inclusive, sua maior exposição a vulnerabilidades sociais sobrepostas e agravadas por múltiplos fatores, inclusive sanitários, como a pandemia da doença do coronavírus (Covid-19). (Brasil, 2021, p. 29).

No horizonte desse movimento, como caudatário do processo de crise do capital, o deslocamento desses migrantes venezuelanos ao Brasil traz a essas famílias a esperança da melhoria de suas condições de vida e subsistência, entretanto, elas encontram dificuldades de inserção no atendimento das políticas públicas e no mundo do trabalho, visto que os rebatimentos dessa crise são de ordem global.

O neoliberalismo surgiu na América Latina com a instauração da autocracia burguesa nos anos 1970. [...] A segunda fase do neoliberalismo no continente ocorreu nos anos 1980 [...] o neoliberalismo (res)surgiu na região a partir de pleitos eleitorais da democracia representativa. A partir de então, até o início do século XXI, a agenda política da região girou em torno do Consenso de Washington, que previa uma série de medidas para acabar com a crise da dívida externa, a estagnação econômica e os altos índices inflacionários. (Castelo, 2012, p. 623).

Nessa linha de análise, os mecanismos utilizados para garantia de uma maior margem de lucro para o capital rebatem diretamente na ausência de emprego e no aumento acelerado do pauperismo, principalmente nos países de capitalismo periférico, a exemplo do Brasil e da Venezuela.

A literatura existente traz análises importantes que contextualizam as determinações da reestruturação produtiva do capital, suas consequências no mundo do trabalho e o rebatimento disso nas expressões da questão social na América Latina, impulsionando os fluxos migratórios.

No contexto das migrações internacionais, a migração venezuelana tanto de indígenas como de não indígenas pode ser pensada a partir do conceito de migração de crise usado por Baeninger e Peres (2017) para analisar a migração haitiana no Brasil. O conceito “se ancora em fenômeno condicionado socialmente e que reflete problemas econômicos, políticos, civis, religiosos, ideológicos e humanitários” (Baeninger, Peres, 2007, p. 122). (Rosa, 2020, p. 38).

A previsibilidade de atendimento a migrantes refugiados tem normatização no Brasil, na Constituição Federal de 1988, na Lei do Refúgio nº 9474 de 22 de julho de 1997, na Lei de Migração nº 13.445/2017, dentre outras, que abordam a política de atendimento a esse público em território nacional. Não obstante, a oferta de serviços a esta população também está expressa nas normativas das políticas sociais, a exemplo da política de assistência social. Entretanto, essas garantias formais não garantem a sua materialização imediata.

Das diferentes e divergentes perspectivas ideológicas existentes na conceitualização do Estado, entendemos o mesmo a partir de sua natureza contraditória, uma vez que “[...] No contexto capitalista, coexistem, nessa arena, interesses tanto dos representantes do capital em se reproduzir e se ampliar à custa do trabalho, quanto dos trabalhadores em partilhar riqueza acumulada e influir no bloco do poder” (Pereira, 2009).

Nessa direção, o Estado modifica seu papel de acordo com os condicionamentos econômicos e sócio-históricos. No contexto histórico do final do século XIX, sob a égide do capitalismo concorrencial portanto, no conjunto de determinantes econômicos, sociopolíticos e culturais, o Estado volta sua intervenção para as chamadas políticas sociais públicas.

As contribuições teóricas existentes acerca da trajetória da Política Social no modo de produção capitalista e suas características na realidade brasileira - a exemplo de Fagnani (1997), Boschetti (2006), Pereira (2008) -, bem como as diferentes formatações da proteção social adotada nos países capitalistas apresentadas por Pereira (2013), destacam que, dialeticamente, há ganhos da classe trabalhadora em seu processo de luta por direitos sociais. A Constituição Federal de 1988 ao definir em seu art. 194 que “a seguridade social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”, e data desse contexto sócio-histórico, a ampliação legal da oferta de serviços e benefícios da política de assistência social.

Ainda que se tenha um lapso temporal entre a definição legal da Assistência Social e sua estruturação enquanto política pública integrante do tripé da seguridade social e responsável pela oferta de proteção social, os governos que sucederam à promulgação da Constituição Federal cumpriram a agenda neoliberal, implementando uma política macroeconômica que imprimiu um caráter contrarreformista às políticas sociais.

Behring (2009), analisando as transformações do Estado capitalista ao longo da história, refere que este acompanha os extensos períodos de desenvolvimento do capitalismo, em seus movimentos de expansão e estagnação, e se modifica estruturalmente na perspectiva de cumprir seu papel na reprodução social do trabalho e do capital, exprimindo a direção política de manutenção da hegemonia burguesa.

Assim sendo, o Estado, enquanto espaço de implementação das políticas públicas, propõe, formalmente, a oferta das condições “mínimas” de sobrevivência da população subalternizada, ao mesmo tempo em que expressa dialeticamente a sua função de submissão à ideologia das classes dominantes e de enfrentamento das expressões da questão social.

Desse modo, as transformações do capitalismo, orquestradas pelo ideário neoliberal, vêm produzindo novas configurações na relação capital x trabalho em âmbito mundial, e conseqüentemente, na realidade brasileira, alterando os padrões de necessidades da classe trabalhadora, o recuo do Estado do seu papel interventivo bem como a retração na garantia dos direitos sociais adquiridos.

A ampliação do marco normativo e das ofertas da Política de Assistência Social, foram vivenciadas no governo Lula da Silva (2003-2010), ainda que reconheçamos os debates acerca da sua perspectiva focalizadora e num contexto de perdas significativas de direitos sociais na previdência e educação (Mota, 2012, p. 35), e foi nesse período que a assistência social alcançou maior desenvolvimento do ponto de vista da criação de programas, projetos, benefícios e serviços, bem como na implantação de unidades de atendimento socioassistenciais.

Contudo, nos governos que sucederam esse período de “expansão”, observa-se um período de estagnação no governo Dilma Rousseff, e a partir do golpe de 2016 até o governo Bolsonaro (2019-2022) há um processo de desmonte e de perda de direitos sociais já adquiridos.

Aliados a esses fatores, as conseqüências vivenciadas pela pandemia de COVID-19, em 2020, desenvolveram um complexo e perverso dilema para a oferta de proteção social à população demandatária dos serviços da política de assistência social.

Quando colocamos essas determinações na linha do horizonte da garantia de direitos da população migrante, observamos que a previsão do atendimento às suas necessidades, ainda que estabelecidas legalmente, padecem dos mesmos problemas, “Em que pese toda a gama de direitos reconhecidos no âmbito nacional e internacional em prol dos migrantes, evidencia-se que, na dinâmica do mundo real, tais direitos não são efetivados, ou seja, é preciso que se estabeleçam condições concretas para que tais direitos sejam efetivados, a exemplo de políticas públicas.

No âmbito da dinâmica dos fluxos migratórios no Brasil, “faltam políticas públicas para essas pessoas. Para superar os entraves, elas buscam apoio mútuo em associações e contam com a solidariedade de organizações da sociedade civil” (Ferreira; Reinholz, 2020). Um horizonte de violações a direitos humanos e fundamentais é projetado diante do contexto brasileiro, no instante em que as patologias sociais se incorporam em todos os âmbitos das relações sociais provocando déficits estruturais e obstaculizando o acesso do ser migrante aos seus direitos.” (Dutra *et al.*, 2021, p. 11).

Quando se examina essas questões, depreende-se que, ainda que haja no arcabouço legal garantias aos migrantes na igualdade de condições de acesso a bens e serviços públicos, a sua inserção nas cidades brasileiras, pelos elementos brevemente explicitados, os colocam em uma arena de luta pela sobrevivência, tensionada por fatores que estão para além das questões intrínsecas a sua mobilidade: alteração de ocupação rural para ocupação urbana, limites políticos na sua entrada em outro país, afastamento cultural, desafios no uso da língua estrangeira e o risco de apagamento de sua língua mãe, preconceito, etc, a exemplo da busca por emprego, disputado com a grande massa de desempregados brasileiros que padecem das mesmas consequências do atual estágio do capitalismo.

Na verdade, a raiz da crise migratória é a desigualdade entre as nações. Segundo a Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal (2009), há uma grande assimetria no desenvolvimento dos países. Alguns têm uma concentração maior de capital, comércios de bens e serviços e partem na frente na disputa de capitais. Essa assimetria tende a aumentar no decorrer do tempo, com a implantação das políticas neoliberais e o irreversível processo de globalização. (Pereira *et. al.*, 2021, p. 3).

Diante de um contexto histórico marcado pela mercantilização da vida, a garantia de uma maior margem de lucro para o capital rebate diretamente na ausência de emprego e no aumento acelerado do pauperismo, sequela de um mundo globalizado, sob a égide neoliberal, refletindo diretamente no movimento migratório mundial. Ainda que desastres naturais e mudanças climáticas possam incidir na decisão de pessoas a atravessar fronteiras internacionais, o cenário resultante da exploração Capital x Trabalho como fome, pobreza, destruição ambiental e perseguição sociopolítica, cria situações cada vez mais complexas que tendem a forçar grandes contingentes populacionais ao deslocamento.

O Estado brasileiro, enquanto espaço de implementação das políticas públicas, define na Lei Orgânica da Assistência Social (art. 1º, 1993) a oferta dos “mínimos sociais”, ou seja, a oferta de condições “mínimas” de sobrevivência da população, expressando dialeticamente sua função de submissão à ideologia das classes dominantes e seu papel interventivo no enfrentamento das expressões da questão social.

Entretanto, as novas configurações na relação capital x trabalho em âmbito mundial, e consequentemente na realidade brasileira, alteraram os padrões de necessidades da classe trabalhadora, bem como o recuo do Estado do seu papel interventivo com a retração na garantia dos direitos sociais adquiridos.

3. MIGRANTES INDÍGENAS WARAO: DESAFIOS NA OFERTA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM BELÉM/PA E MACEIÓ/AL

Os migrantes indígenas venezuelanos de etnia Warao, representam a segunda etnia indígena mais populosa da Venezuela, e buscam em seu processo migratório, o acesso a melhores condições de vida.

Contudo, para além das questões nacionais, sua baixa qualificação profissional, suas particularidades culturais, a exemplo do uso majoritário de sua língua materna, são alguns dos fatores que dificultam sua sobrevivência no país.

Dentre as motivações para deixarem a Venezuela, os Warao citam a fome e o fim de programas sociais; vieram para o Brasil em busca de alimentos, roupas, trabalho e dinheiro – obtido tanto por meio de doações como também pela venda de artesanato. Buscavam também acesso à saúde, pois muitos chegavam machucados ou doentes e muitas mulheres estavam grávidas. (Rosa. 2020, p. 23).

Ao colocarmos essas determinações na linha do horizonte da garantia de direitos da população migrante, sobretudo no acesso aos programas da política de assistência social, como garantia de aquisição das condições materiais de sua sobrevivência, observamos que o atendimento as suas necessidades padecem dos mesmos problemas da população pobre do país, em virtude da seletividade das ofertas, do baixo investimento de recursos e da baixa expertise no atendimento a essa população.

O atendimento aos Warao, como já sinalizado, deve observar a intersecção de direitos decorrente de se tratar de indígena solicitante da condição de refugiado, refugiado reconhecido ou migrante. Seus direitos enquanto indígenas asseguram-lhes o respeito a tradições, costumes e modos de vida diferenciados, bem como o direito de consulta prévia diante de quaisquer ações a eles direcionadas. No contexto do abrigo, devem ser garantidas as condições necessárias para sua reprodução cultural, no que toca à alimentação, organização social e representação política, dentre outras expressões da cultura indígena. (ACNUR, 2020. p. 41).

Contraditoriamente, ainda que haja no arcabouço legal brasileiro garantias aos migrantes na igualdade de condições para o acesso a bens e serviços públicos, a sua vivência nas cidades brasileiras empreendem uma luta pela sobrevivência, tensionados por questões culturais, políticas e sociais.

Os Waraos encontram inúmeras dificuldades em se inserirem na ‘nova’ realidade, além das dificuldades de acesso às políticas públicas, suas particularidades culturais como a língua e os costumes, frente as suas necessidades de sobrevivência levam essa população a procurar postos de trabalho informais, tanto pela baixa qualificação profissional como pela dificuldade na regularização de sua situação legal no país. Além disso, a não adaptação a novos hábitos de moradia, vestimenta e

alimentação, limitações na comunicação oral leva grupos familiares a sobreviverem nas ruas das metrópoles brasileiras, vivenciando um cenário de desproteção social.

É preciso destacar que os Waraos possuem uma trajetória de adaptação de seus costumes ainda no seu país, onde passaram por mudanças no seu *modus vivendi* a partir de vários determinantes, dentre eles a inserção de hábitos advindos de colonizadores.

Para a etnia Warao, a exploração do território onde viviam sempre se constituiu uma forma de sobrevivência, a partir do que eles denominam como coleta, essa população possuía características extrativista. Isso demonstra que a migração interna dessa etnia era uma característica de exploração territorial. Posteriormente, com a chegada da Igreja Católica em sua região, há uma modificação dessa característica, uma vez que o incentivo a prática da agricultura não permitia grandes deslocamentos, visto à necessidade do cultivo.

Ao migrar para espaços urbanos, essas características rurais precisam sofrer novas adaptações. O que se observa é que independentemente de onde esteja localizada essa população, se em uma cidade no Norte ou no Nordeste do país, a luta pela sobrevivência nos espaços urbanos faz com que essas famílias empreendam uma luta para acessar os meios necessários para seu sustento.

Devido à baixa escolaridade e as dificuldades de comunicação, visto que, em sua maioria, os Waraos falam apenas sua língua materna, a inserção no mercado de trabalho também representa um desafio. Dados apresentados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR (2020) acerca das ocupações, informam que para etnia venezuelana Warao no contexto urbano as estratégias de sobrevivência tem sido: o trabalho braçal, enquanto referência a ocupações que demandam força física, como auxiliar de pedreiro e carregador, que representou 6,5%; o comércio, com vendas de artesanato e itens variados de baixo custo, 6,4%; e o trabalho doméstico, 4,2%, ou seja, uma inserção precária no mercado de trabalho e, geralmente, pela via da informalidade.

A realidade da não inserção no mercado de trabalho não é uma realidade apenas da população indígena migrante. Segundo dados da Pnad Contínua do IBGE (2022), compilados por Janaina Feijó, pesquisadora da FGV Ibre, a população indígena do país é a que tem a menor taxa de participação no mercado, a segunda maior taxa de desemprego e o nível mais elevado de profissionais em postos informais, onde a baixa escolaridade e a maior exposição ao emprego informal agravam a vulnerabilidade dessa parcela da população. Enquanto a taxa de participação de brancos e amarelos era de 63,2% e a de pretos e pardos 62,3%, a de indígenas é de 59,7% no terceiro trimestre de 2022. Ou seja, a cada dez indígenas, apenas seis conseguem ofertar sua mão de obra no mercado de trabalho.

Lembramos que essas questões tomam maior ou menor proporção de acordo com diferentes estados do país, visto que, com características continentais, o Brasil traz diferenças regionais importantes tanto nas suas formações sócio-históricas, como nas suas realidades político-

econômicas, trazendo particularidades e singularidades que condicionam sua estrutura social. Dito isto, pressupõe-se que, ainda que similares de um modo geral, as dificuldades vivenciadas pelos migrantes indígenas Waraos não são as mesmas nas regiões Norte e Nordeste do país, regiões de maior concentração dessa população no país.

Com ofertas institucionais da política de assistência social que obedecem a uma legislação e orientação nacional, essas regiões diferem-se não apenas por suas particularidades, mas pelo histórico de acesso dos migrantes indígenas Warao.

Inicialmente, a região Norte possuía maior concentração dessa população em suas cidades, uma vez que a fronteira de acesso da Venezuela para o Brasil fica nessa região. Entretanto, há um movimento de migração interna no país que demanda as demais regiões novas ofertas de serviços, acompanhada por organismos nacionais e internacionais que monitora esse deslocamento e o acesso a bens e serviços públicos por essas famílias.

Nesse acesso, a oferta dos programas, projetos, serviços e benefícios da Política de Assistência social garantam a essa população migrante o atendimento, sem reiterar situações de discriminação ou preconceito de nacionalidade, gênero, idade, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade funcional, raça, etnia, religião, idioma, status social ou qualquer outro motivo, bem como possuir uma grande afinidade institucional com os órgãos que lidam com regularização migratória, como prioridade de reconhecimento e acesso aos serviços.

Entre 1980 e 2017, prevaleceu no Brasil a Lei nº 6.815 de 1980, conhecida como Estatuto do estrangeiro. Embora já revogada, a legislação infraconstitucional, constituída pela Lei nº 6.815/80, denominada Estatuto do Estrangeiro, conflitava com o viés democrático emanado da Constituição Cidadã de 1988. É importante mencionar que a referida lei foi substituída pela Lei de Migração nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que é considerada um avanço das políticas migratórias no Brasil, pois mudou o viés anterior, voltado unicamente para a defesa nacional e a proteção do trabalhador nacional, presente desde a época da ditadura militar. Outras importantes inovações que a Lei 13.445 trouxe foi (i) a mudança no tratamento dado ao não nacional, que passou de ameaça aos cidadãos brasileiros a sujeito de direitos e (ii) o fenômeno da imigração que passa de uma questão de segurança nacional ao patamar de política migratória respaldada nos direitos humanos.

Decerto, os efeitos da legislação anterior ainda são sentidos no contexto migratório nacional atual, tendo em vista que o novo marco legal é recente. Portanto, assegurar ao migrante que ultrapassa as divisas nacionais a proteção social que lhe é devida e assegurada nos princípios normativos, sobretudo da Política de Assistência Social, constitui-se um desafio.

Para tanto, as possibilidades de garantia dos direitos socioassistenciais formalmente estabelecidos não conseguem assegurar o atendimento dos migrantes indígenas Warao nas

condições estabelecidas pela política de assistência social, a exemplo da necessidade de escuta desses sujeitos para uma oferta qualificada dos serviços do SUAS.

Além do impedimento de acesso decorrente da falta de documentação e da morosidade para a realização das inscrições no CadÚnico por parte das equipes de assistência social dos municípios, em função das constantes mudanças de cidade e do desconhecimento das regras para atualização e confirmação do cadastrado no PBF, é comum que o benefício seja bloqueado, suspenso ou cancelado. Para que consigam verificar a situação, os indígenas precisam se dirigir a um equipamento de assistência social na cidade onde residem no momento. Porém, em virtude da falta de conhecimento sobre esses procedimentos e da barreira linguística, a maioria deles não consegue realizar os encaminhamentos de maneira autônoma. (ACNUR, 2020, p.61).

Outro fator importante para análise da oferta da Assistência Social para população indígena Warao nas cidades de Belém/PA e Maceió/AL, consiste na necessidade de se repensar os modelos de acolhimento institucional a essa população. Nos moldes da proteção social de alta complexidade, o acolhimento institucional a famílias consiste na oferta de um imóvel, contendo a infraestrutura necessária para acomodação dos usuários, bem como a garantia para o acesso à segurança alimentar.

O que se observa é que, ainda que essa oferta venha sendo qualificada pela experiência das equipes técnicas junto às famílias Waraos ao longo dos anos, as peculiaridades da etnia têm sido apreendidas na prática. Pelas particularidades que a etnia apresenta, a oferta de espaços que garantam à manutenção de seus costumes é imperativo. A compreensão das formas de exploração do espaço urbano por essa população, bem como de seu costume de realizar o que eles chamam de “coleta”, pode ser facilmente confundido com a prática de mendicância nos semáforos das cidades.

A barreira linguística é outro fator determinante para o atendimento às necessidades apresentadas pelas famílias e que demanda um grande investimento em capacitação das equipes.

Inegavelmente, analisar as condições em que vivem os migrantes que adentram as cidades nas regiões Norte e Nordeste é condição essencial para reafirmar a Política de Assistência Social enquanto política pública, integrante de um sistema de seguridade social, e garantidora de proteção social “a quem dela necessitar”. No entanto, considerando o agravamento das condições de sobrevivência tanto da população migrante como da população pobre do Brasil, como consequência da conjuntura político-econômica global, complexificam as demandas a serem atendidas por essa política pública. Quando esse agravamento é pensado na perspectiva de garantia de proteção social a indígenas Warao, bem como as demais etnias existentes no país, respeitando suas particularidades e singularidades, a assistência social necessita robustecer suas ofertas, bem como fortalecer os sujeitos envolvidos, sob pena de corroborar com a desproteção social desses povos, além de cometer violência institucional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a atenção da política de assistência social ao migrante, é pensar na secular intersecção entre assistência social e as demais políticas públicas. Além disso, é inegável que a perspectiva de território que a própria política traz precisa ser compreendida a partir de novos elementos. Essa política, presente praticamente na estrutura de todos os estados sociais capitalistas contemporâneos, desempenha um papel preponderante na construção de estratégias de sobrevivência dessa população. Boschetti (2016) destaca que isso significa pensar também na presença da assistência social pela ótica de política destinada a participar mais ativamente da reprodução da força de trabalho em larga escala, ou seja, do conjunto geral dos trabalhadores que constituem a superpopulação relativa, atendendo-os por meio dos programas assistenciais de renda mínima.

Contudo, o pensamento de Boschetti (2016, p. 27) amplia esta visão, propondo uma direção teórico-crítica à política de assistência social, por entender que ela “participa do movimento mais geral que cria as bases de reprodução do capital e integra o Estado Social capitalista destinada a participar do processo de produção e reprodução ampliada do capital”.

Não há como negar que as consequências do processo migratório venezuelano têm demandado ao estado brasileiro estratégias de atenção às necessidades trazidas por esta população, e que na complexa teia que se estabelece na chegada dessa população nas cidades, criam, de múltiplas formas, obstáculos na realização de sua integração ao novo espaço.

Entendemos que pensar uma política de atenção ao migrante é desafiadora. A construção de respostas adequadas às necessidades apresentadas por esse público carece de uma interlocução afinada entre gestores e entre políticas públicas, uma vez que, ainda que o município já possua expertise no atendimento a grupos indígenas, a condição de indígenas migrantes requer estratégias para superar os desafios desses atendimentos, pelas especificidades culturais que cada grupo apresenta implica pensar numa atuação política participativa na construção e defesa dos direitos sociais, econômicos e políticos dessa população.

5. REFERÊNCIAS

ACNUR, Alto Comissariado da ONU para os Refugiados. **“Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia para proteção de indígenas refugiados migrantes”**. Brasília, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. 6. ed. São Paulo Cortez, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação dos Dez Anos de Implementação Política de Assistência Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

_____. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. **Argumentum**, v. 8, n.2, p. 16-29, 2016. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/argumentum/issue/view/659> Acesso em 20 de mar. de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a lei de migração. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 24 de mai. de 2017.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, capítulo 1, Brasília, DF, 7 de dez. de 1993.

_____. Ministério da Cidadania. **Matriz de monitoramento de deslocamento (DTM) nacional sobre a população indígena refugiada e migrante venezuelana**. Brasília, DF: Organização Internacional Para as Migrações (OIM), 2021.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: MOTA, Ana Elizabeth (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

DIAS, Edmundo. “Reestruturação produtiva”: forma atual da luta de classes. **Revista Outubro**, n. 1, p. 45-52, 1998. Disponível em <http://outubrorevista.com.br/revista/edicao-01/> Acesso em 20 de jan. de 2024.

DRUCK, Graça. Precarização e Informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In: OLIVEIRA, R. (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. Paraíba: Ed. Universitária, 2011.

DUTRA, Gabrielle Scola *et al.*, O fenômeno das migrações sob a perspectiva biopolítica: limites e possibilidades da implementação de políticas públicas para migrantes no Brasil. In: JORNADA DE PESQUISA, 26, 2021, Ijuí. **Anais** [...]. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2021.

FAGNANI, Eduardo. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964-92. **Revista Economia e Sociedade**, v. 6, n. 1, p. 1-56, 1997. Disponível em <https://www.eco.unicamp.br/economia-e-sociedade/vol-6-n-1-f-8-p-1-261-jun-1997> Acesso em 20 de mar. de 2024.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BÓGUS, Lúcia; BAENINGER. COVID-19 e imigração internacional na Região Metropolitana de São Paulo. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 26, n. 61, p. 15-32, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/remhu/i/2021.v29n61/> Acesso em 01 de abr. de 2024.

MOTA, Ana E. et al. O Novo Desenvolvimentismo e as Políticas Sociais na América Latina. In: ____ (Org.). **Desenvolvimentismo e a Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, Alan da Silva *et al.* Como nasce uma política pública? Análise do processo de formulação da lei de migração. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 10, p. 98223-98239, 2021. Disponível em <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/issue/view/148> Acesso em 15 de jan. de 2024.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes**. Orientador: Ivanete Salete Boschetti. 2013. 307 f. Tese (Doutorado em Política Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social, do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Estado, sociedade e esfera pública**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: ____ (Org.). **Política social no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-106.

ROSA, Marlise. **A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito: reflexões a partir das experiências de Manaus-AM e de Belém-PA**. Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho. 2020. 322 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2020.

TAVARES, Maria A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.



GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades latino-americanas

**(IN)JUSTIÇA AMBIENTAL E SANEAMENTO BÁSICO:
UM ESTUDO SOBRE O BAIRRO PARACURI EM BELÉM- PARÁ- BRASIL**Tiago Angelin Lopes (UEPA)¹

Resumo: Uma das maiores problemáticas de Belém do Pará como metrópole tem sua gênese histórica em seu déficit habitacional e o precário saneamento básico em diversas localidades da cidade, não sendo diferente no distrito de Icoaraci, que nasceu de maneira distinta a áreas pertencentes ao centro histórico, sua visão metropolitana na capital em diversos âmbitos sempre foi distante, não sendo diferente quanto aos serviços sanitários (Dias, 2007). Os principais afetados quanto ao que se caracteriza como mais um pertinente caso de injustiça ambiental, seriam as pessoas residentes do bairro do Paracuri, situado às margens da Baía do Guajará, no distrito de Icoaraci, tendo seu principal problema habitacional relacionado justamente as condições sanitárias e de saúde principalmente dos moradores que residem em palafitas e se locomovem em estivas (passarelas de madeira que funcionam como vias de acesso às casas) que convivem com os constantes alagamentos que trazem tanto riscos habitacionais como de saúde, sendo mais um problema para uma comunidade que convive com criminalidade, desemprego e localização geográfica prejudicada em relação ao centro da capital paraense. A pesquisa é pautada como um estudo empírico, além da mesma usar a abordagem quanti-qualitativa para analisar os dados coletados. Como procedimentos metodológicos foram usadas quatro etapas: pesquisa exploratória e bibliográfica quanto a realidade habitacional e do Saneamento Básico em Belém, pesquisa de campo e a aplicação de entrevistas semiestruturadas que permitiram analisar de que forma o problema sanitário é encarado nas abordagens das políticas públicas e qual a visão da sociedade quanto a essa problemática.

Palavras Chaves: Meio Ambiente, Racismo Ambiental, Icoaraci.

INTRODUÇÃO:

No contexto atual de segregação urbana que experimentamos em nossa sociedade, especialmente na cidade de Belém, as pessoas com renda mais baixa se estabeleceram em áreas onde as condições de habitação são extremamente deficientes e inadequadas para a vida humana. Elas estão sujeitas a um acesso limitado a serviços de saneamento e políticas públicas, isso representa uma das situações enfrentadas por grande parte dos habitantes do bairro do Paracuri, distrito de Icoaraci, apesar de ser reconhecido por suas belezas naturais, suas conexões com as ilhas e sua atividade industrial, o distrito lida com a realidade de grande parte de sua população vivendo em ambientes urbanos degradados, com pouca ou nenhuma intervenção estatal para promover melhorias, tanto do ponto de vista social quanto ambiental (Costa, 2007).

Neste contexto, pretendemos analisar as informações que nos permitirão avaliar a vulnerabilidade ambiental na área do bairro Paracuri, no distrito de Icoaraci, e relacionar essas variáveis com dados que avaliem a vulnerabilidade social, bem como a presença de injustiça e

¹ Estudante Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Pará. Email:

racismo ambiental. Dessa maneira, a intenção é compreender e descrever, por meio de uma análise espacial, quais partes dessa região são mais vulneráveis para seus habitantes? Além disso, examinar como as políticas públicas estão sendo implementadas nesse contexto? e qual é o comportamento da sociedade civil em relação às questões ambientais tanto no distrito quanto na comunidade em questão.

A análise da vulnerabilidade socioambiental dos residentes e os efeitos da interação entre habitação e solo urbano requer a delimitação do Bairro do Paracuri como área de estudo. A periferização nas várzeas ao redor dos igarapés Paracuri e Livramento é uma forma de segregação urbana em Icoaraci. Durante décadas, essa região tem apresentado condições de vida desafiadoras para a população mais desfavorecida, devido à expansão urbana problemática em Belém, formando comunidades precárias ao longo das vias Augusto Montenegro e BR-316. Essas comunidades foram formadas sem políticas públicas adequadas, com pessoas buscando moradia em locais hostis e enfrentando problemas como falta de saneamento básico, água, inundações e descarte irregular de resíduos sólidos, prejudicando a qualidade de vida e saúde das famílias residentes.

Diariamente, diversas famílias buscam essas áreas periféricas e menos valorizadas, como as várzeas, na esperança de encontrar condições de vida melhores. No entanto, essa migração acaba por desencadear uma série de novos problemas que contribuem para a degradação tanto da vida urbana quanto do ambiente natural (Paiva, 2000). Nesse contexto, a situação socioeconômica dessas famílias desempenha um papel crucial na compreensão do perfil dos residentes que já se estabeleceram nessas regiões e daqueles que eventualmente virão a habitar esses espaços, e como lidam com o meio ambiente e o saneamento básico. Isso é particularmente relevante em uma cidade como Belém, onde os dados do Censo de 2010 revelam que apenas 30,3% dos domicílios localizados em aglomerados subnormais são atendidos pela rede geral de esgoto, em relação ao fornecimento de água, 77,4% dos 193.414 domicílios estão conectados à rede geral de distribuição (IBGE, 2010).

A Injustiça Ambiental é compreendida como um processo que envolve tanto a dinâmica social quanto as condições políticas (Hogan et al. 2001). Para uma análise mais precisa da Injustiça Ambiental e de como ela afeta os moradores, e com o objetivo de entender de forma abrangente os processos e resultados da interação entre habitação e solo urbano, é fundamental identificar os fatores que contribuem para a degradação ambiental em espaços designados como aglomerados subnormais, tanto em Belém como no distrito de Icoaraci. Nesse contexto, levantamos quatro questões fundamentais: Qual é o perfil socioeconômico das famílias que residem no Bairro do Paracuri? A falta de coordenação entre as políticas públicas tem contribuído para os impactos ambientais negativos no bairro do Paracuri e no distrito de Icoaraci? Por que o Estado não oferece

assistência nessas regiões? Qual é a legislação que assegura a essa população o direito a um ambiente mais adequado para sua subsistência?

De acordo com as observações de Filho (2006, apud GUERRA e MARÇAL, 2011), o significativo aumento da população urbana ao longo dos últimos séculos tornou absolutamente necessária a análise dos processos, materiais e configurações que emergem na interface entre a natureza e os espaços urbanos construídos, uma vez que esses elementos desencadeiam mudanças substanciais na paisagem natural.

O distrito de Icoaraci tem experimentado um processo acentuado de adensamento populacional, com destaque para o bairro do Paracuri, que é a problemática de nosso estudo. A ocupação tem ocorrido principalmente nas áreas sujeitas a inundação, e essa tendência é inevitavelmente liderada por uma população com recursos financeiros limitados. O uso do espaço é resultado da interação entre a dimensão física e a dimensão social, criando um ambiente singular devido às características distintas desses aspectos (Alcântara, 2014). É fundamental para a comunidade e a sociedade civil compreender os padrões e as formas de ocupação, uma vez que o espaço do distrito de Icoaraci tem sido utilizado de maneira desordenada, resultando em situações de risco para os habitantes locais.

As ramificações dessa intervenção, muitas vezes conduzida de maneira caótica no ambiente, resultam na configuração de um cenário urbano que se manifesta de diversas maneiras, como a presença de extensas áreas de pobreza nas periferias das grandes metrópoles, com pessoas habitando áreas ribeirinhas e às margens de igarapés, desprovidas de infraestrutura urbana, serviços básicos e qualidade de vida. Esse é o quadro que caracteriza a ocupação nas áreas periféricas da cidade de Belém, enfatizando a justificativa desta pesquisa para servir como um recurso teórico e orientativo tanto para a comunidade quanto para a busca de medidas que possam reduzir ou atenuar os riscos, garantindo assim o direito a um ambiente que promova uma vida urbana de melhor qualidade.

Assim, no seguinte trabalho veremos no primeiro momento a concepção conceitual da Injustiça e do Racismo ambiental, as questões quanto ao direito à cidade e sua construção na urbanização brasileira. No segundo momento veremos a importância do saneamento básico nas cidades, principalmente em Belém do Pará, tendo também uma base tanto da construção urbana de Icoaraci quanto sua relação com o saneamento e os assentamentos precários, no terceiro refletimos sobre as possíveis soluções e o futuro da universalização do atendimento de saneamento básico na cidade de Belém e suas periferias, para isso realizamos: pesquisa bibliográfica, coleta de dados e entrevista junto aos moradores do bairro.

Tendo o desenvolvimento do trabalho e sua metodologia, os resultados da pesquisa no distrito e no bairro e seu reflexo na discussão quanto a injustiça ambiental no cerne da capital da Paraense, trazendo as soluções e recomendações quanto a esse tema tão pertinente a uma capital tão carente quanto ao assunto meio ambiente, saneamento básico e assentamentos precários.

1. Noções de (in)justiça ambiental no contexto da realidade brasileira

O meio ambiente e o ambiente urbano não devem ser vistos como entidades separadas ou em oposição uma à outra. Pelo contrário, as cidades são componentes integrantes dos ecossistemas globais, e a maneira como planejamos, desenvolvemos o território, ocupamos os espaços e nos deslocamos dentro das cidades pode ter impactos variados no meio ambiente. Além disso, os efeitos da degradação ambiental repercutem na vida urbana, afetando, no entanto, as populações urbanas de forma desigual. Portanto, ao analisar as vulnerabilidades ambientais nas cidades brasileiras, é necessário levar em consideração outros indicadores de desigualdade social (Pólis, 2022).

(...) ao longo da história das cidades e de suas representações sociais, a natureza tem sido considerada algo à parte, estranha e antagônica, algo a ser escondido ou modificado, algo a ser destruído ou desnaturalizado. Hoje, diante da dimensão e complexidade que assumiram os problemas socioambientais, a questão urbana é percebida, cada vez mais, na sua estreita relação com a natureza e não na sua dissolução. Isso implica, sem dúvida, uma revisão profunda no modo de pensar, planejar e executar políticas públicas; no modo de produzir e reproduzir o espaço urbano, no modo de viver e conviver nas cidades. (LIMA & RONCAGLIO, 2001, p. 62.)

Nas áreas urbanas, os impactos da crise ambiental se distribuem de maneira desigual, afetando desproporcionalmente as populações urbanas com base em sua vulnerabilidade e capacidade de adaptação. Portanto, é fundamental concentrar esforços e medidas em direção a esses grupos, que enfrentam segregação racial e social, uma herança histórica de discriminação que remonta às senzalas, à pobreza e às favelas (Pólis, 2022).

Os espaços de exclusão social, que apresentam riscos ambientais e insalubridade, como favelas, áreas de inundação e ocupações informais, não são valorizados no mercado imobiliário formal e não são abrangidos pelas regulamentações. No entanto, famílias de baixa renda os ocupam devido à falta de opções habitacionais acessíveis, uma vez que não possuem recursos financeiros para custear moradias no mercado formal, seja para compra ou aluguel. Simultaneamente, a ausência de políticas habitacionais adequadas para atender às necessidades das famílias mais pobres resulta em um processo de urbanização em áreas ambientalmente frágeis, onde diversas outras deficiências espaciais se sobrepõem (Herculano, 2008).

Essas comunidades enfrentam diariamente a ausência de serviços essenciais e vivem em situações de risco, sujeitas a eventos como escassez de água, inundações, deslizamentos, falta de eletricidade, insegurança alimentar e outros desafios, a distribuição desigual dessas ameaças segue o padrão de urbanização, que historicamente tem sido marcado por exclusão e divisões raciais. Fatores como renda, educação, raça/etnia, gênero e localização geográfica determinam quais grupos populacionais são mais vulneráveis e afetados. Esses problemas estruturais demandam mudanças profundas, muitas das quais envolvem reformas no sistema político e de representação (Herculano, 2002).

Em resumo, os impactos ambientais nas cidades não são meros eventos climáticos aleatórios, mas sim produtos da interação social, no entanto, a distribuição dessas consequências é desigual dentro do ambiente urbano. Essa disparidade reflete a presença de injustiça socioambiental e racismo ambiental nas cidades, que também se manifestam por meio do planejamento urbano deficiente, a falta de infraestrutura de serviços básicos, como acesso à água potável e saneamento, juntamente com eventos climáticos extremos, como inundações, alagamentos e deslizamentos.

A discussão sobre a qualidade do ambiente nas cidades atualmente destaca que essa questão não se restringe ao âmbito local, mas abrange também o cenário global. Ela está intrinsecamente ligada à evolução histórica do capitalismo e à maneira como as cidades são construídas, uma vez que o processo de acumulação capitalista, por sua própria natureza, ao moldar as cidades, promove a degradação e a segregação socioespacial e ambiental. Em outras palavras, o modo como o capitalismo se desenvolve, visando a acumulação, é o que contribui para a degradação do meio ambiente e a segregação espacial e social (Herculano, 2002).

Portanto, é crucial reconhecer que a degradação ambiental é moldada pelas dinâmicas de poder, nas quais aqueles com maior concentração de riqueza e controle sobre os meios de produção frequentemente transferem os impactos socioambientais para as camadas mais marginalizadas da sociedade. A compreensão dos conflitos ambientais sob essa perspectiva visa empoderar os grupos mais vulneráveis e fortalecer sua capacidade de resistência e cooperação.

Esses casos são considerados exemplos de injustiça ambiental porque violam os direitos humanos, as ações que resultam em desequilíbrio ecológico frequentemente acarretam em condições que negam a dignidade humana a grupos sociais, especialmente àqueles em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Isso ocorre porque é inaceitável pensar em uma vida digna em locais de risco, desprovidos de acesso à água potável e saneamento básico (Lima, 2023).

É crucial destacar a dimensão discriminatória que permeia diferentes grupos e estratos sociais. Enquanto para grupos mais privilegiados economicamente, o meio ambiente representa áreas verdes, parques, tranquilidade e ar limpo, para grupos marginalizados e excluídos, o meio

ambiente se traduz na necessidade de lidar com córregos poluídos e a luta contra inundações. Essa disparidade reflete a profunda divisão na forma como diferentes setores da sociedade experimentam o ambiente e ressalta as desigualdades sociais e ambientais existentes.

Conforme Benjamin Chavis, líder afro-americano, o Racismo Ambiental se manifesta quando os impactos da degradação ambiental se concentram em bairros periféricos habitados por famílias de baixa renda, incluindo pessoas negras, indígenas e quilombolas. Essa caracterização nos permite compreender que a injustiça ambiental ocorre quando os impactos dos desastres ambientais afetam desproporcionalmente grupos socialmente vulneráveis, como pessoas de baixa renda, povos indígenas e a comunidade negra. Isso se manifesta em situações como enchentes, alagamentos, desastres em barragens, invasões de territórios, falta de acesso à água potável, saneamento adequado e coleta de lixo, revelando um tratamento discriminatório e preconceituoso desses grupos, muitas vezes por parte das autoridades públicas.

A discussão sobre Justiça Ambiental é fundamental, pois revela que os riscos e impactos ambientais não afetam a todos de maneira igual, quebrando a noção equivocada de que são problemas "comuns a todos". Um agravante é que as comunidades vulneráveis, mesmo em nações mais ricas, são as mais impactadas pelos efeitos adversos das mudanças climáticas. Geralmente, essas comunidades de baixa renda, já sobrecarregadas pela má qualidade ambiental, são as primeiras a sofrer os impactos, com eventos climáticos extremos, problemas de saúde, insegurança alimentar e desastres naturais.

No contexto brasileiro, a maioria das populações afetadas por esses aspectos são pessoas negras, aqui, o racismo ambiental e a injustiça ambiental estão estreitamente ligados, uma vez que os grupos em questão compartilham características étnicas, raciais e sociais semelhantes, com poucas exceções. Portanto, esses fenômenos podem ser considerados como praticamente inseparáveis, dadas as características do Brasil (Trannin, 2021).

O Racismo Ambiental é uma manifestação do Racismo Estrutural que se reflete nas ações das instituições, perpetuando desvantagens ambientais para grupos étnicos, comunidades tradicionais e outras minorias em comparação com a população branca. Isso faz parte da dinâmica de dominação que está entrelaçada com a relação entre sociedade e natureza na era capitalista. Como observado por Acselrad, Mello e Bezerra (2009), áreas com qualidade ambiental deficiente geralmente carecem de serviços públicos e abrigam populações de baixa renda. Essas áreas inacessíveis à população mais pobre revelam a presença significativa de Racismo Ambiental, já que a pobreza, raça e cor estão frequentemente associadas aos mesmos grupos sociais no contexto brasileiro.

Compreender o caráter estrutural do racismo é fundamental para as análises geográficas, uma vez que o espaço geográfico reflete as relações sociais marcadas por elementos racistas, tal como enfatizado por Milton Santos, que considera o espaço como uma das dimensões da sociedade ao lado da dimensão econômica e cultural-ideológica em contextos urbanos e periféricos.

De acordo com Saquet (2005), o território é percebido como um espaço de mobilização, organização, luta e resistência política, e a territorialidade é compreendida como a prática de atuação no território, visando à conquista de autonomia, justiça social, distribuição de riqueza, proteção ambiental e outros objetivos, nesse contexto, é possível inferir que o Racismo Ambiental no Brasil se manifesta no âmbito territorial, incluindo suas subcategorias. Sob uma perspectiva geográfica, o Racismo Ambiental diz respeito a políticas ambientais públicas e práticas que afetam territorialmente de maneira desigual, intencional ou não, indivíduos, grupos étnicos e comunidades de diferentes cores e raças, sejam elas urbanas ou rurais.

O território é o palco onde o Racismo Ambiental se manifesta por meio da constante disputa entre grupos sociais e agentes hegemônicos pela manutenção ou conquista de territórios. Essa dinâmica resulta em processos de territorialidade e desterritorialidade essencialmente marcados por questões raciais e ambientais. Jason Corburn (2017) destaca que pesquisadores e agências governamentais em âmbito global estão cada vez mais reconhecendo a importância de documentar as exposições cumulativas à poluição enfrentadas por populações urbanas empobrecidas e afrodescendentes nesses territórios. Além disso, são considerados os riscos ambientais relacionados às mudanças climáticas. Esses "estressores tóxicos" podem agravar os impactos da exposição à poluição na saúde e incluem fatores sociais e econômicos, como discriminação, racismo, isolamento e exclusão política.

Nesse contexto, o planejamento urbano desempenha um papel crucial na criação de ambientes saudáveis, uma vez que o ambiente construído tem impactos significativos na saúde pública. Além disso, questões relacionadas ao transporte e ao planejamento inadequado do uso da terra estão diretamente ligadas a problemas de saúde pública, como o aumento da obesidade, da asma e de impactos negativos na saúde mental. Portanto, é fundamental estabelecer uma conexão mais estreita entre o planejamento urbano e a saúde pública (Corburn, 2004).

Padrões semelhantes são vistos nas periferias em Belém e no Brasil, ocupação de terrenos vazios, autoconstrução e auto urbanização ocorrem em praticamente toda periferia Brasileira. Essas ações refletem contradições na produção urbana em sociedades capitalistas, envolvendo valorização, desvalorização, centralização, descentralização e segregação. Em outro plano vemos a necessidade e a lógica de mercado se unirem, assentamentos consolidados ocupam espaços vazios, subdividem terrenos e verticalizam informalmente, aumentando a densidade populacional.

2. Síntese panorâmica do saneamento básico no Brasil e em Belém do Pará

O acesso universal aos serviços de saneamento básico desempenha um papel crucial na qualidade de vida da população urbana. Investimentos e planejamento adequados nesse setor têm impactos diretos positivos na saúde pública. Os serviços de abastecimento de água potável e esgoto sanitário são considerados de utilidade pública devido à sua essencialidade e aos benefícios que proporcionam, portanto, a questão da universalização desses serviços é de suma importância e tornou-se um tema de grande relevância na atualidade.

É importante ressaltar que a carência de saneamento básico ainda representa um desafio global que afeta aproximadamente 40% da população mundial, de acordo com dados das Nações Unidas. A ONU estima que mais de 80% das doenças e mais de um terço da taxa de mortalidade em todo o mundo estão relacionados à má qualidade da água usada pela população e ao esgotamento sanitário inadequado, isso significa que uma parcela significativa da população global não possui acesso a condições socioambientais mínimas adequadas.

A Resolução 64/292 da ONU reconheceu o acesso à água potável e ao saneamento como um direito fundamental de todos os seres humanos. Os Estados signatários são responsáveis por adotar medidas adequadas para alcançar progressivamente a plena realização das obrigações de direitos humanos relacionadas ao acesso seguro à água potável e ao saneamento, incluindo áreas que atualmente não são atendidas de forma adequada. Outros documentos internacionais e a legislação brasileira, também destacam a importância do direito ao saneamento básico para a sobrevivência digna e o bem-estar humano (Pinheiro, et al. 2016). Portanto, o Brasil tem a obrigação de proteger e promover esse direito, alocando recursos humanos e financeiros adequados que visem à universalização do acesso de forma contínua.

De acordo com o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil possui cerca de 85% de sua população residindo em áreas urbanas (IBGE, 2010). Esse fenômeno é resultado de um modelo de urbanização intensivo que, no entanto, é altamente excludente e desigual. Essa desigualdade não se limita apenas a diferenças socioeconômicas, mas também têm impactos significativos na estrutura e no funcionamento das áreas urbanas, onde as populações de baixa renda frequentemente vivem em condições precárias e enfrentam carências no que diz respeito ao saneamento básico.

Conforme o Artigo 225 da Constituição Federal, todos têm o direito a um meio ambiente equilibrado, essencial para uma boa qualidade de vida, com o dever do Poder Público e da sociedade de preservá-lo para as gerações presentes e futuras. No entanto, o processo de urbanização tem resultado na exclusão das populações economicamente desfavorecidas do acesso a serviços públicos

essenciais, incluindo o saneamento básico, tornando esses grupos mais vulneráveis aos riscos ambientais e reforçando a ligação entre desigualdade socioeconômica e riscos ambientais.

Os serviços de saneamento abrangem uma série de aspectos fundamentais, que vão além do tratamento de esgoto, incluindo o fornecimento de água, a gestão adequada do lixo e o manejo das águas pluviais nas áreas urbanas. A ausência desses serviços tem sérias consequências para a saúde das pessoas, resultando na propagação de doenças transmitidas pela água, devido ao consumo de água sem tratamento adequado, bem como na exposição a condições precárias, como esgotos a céu aberto (Dos Santos Dias, 2017).

De acordo com as normas técnicas, o processo de abastecimento de água envolve a captação em fontes naturais, tratamento e distribuição para uso residencial e industrial. Após o uso, a água é coletada pelo esgoto, tratada e devolvida ao meio ambiente. Em 2017, o Brasil estava em 117º lugar em acesso ao saneamento básico, o que impacta diretamente a saúde, educação, produtividade e competitividade. Cerca de 100 milhões de brasileiros não têm acesso à coleta e tratamento de esgoto, enquanto quase 35 milhões não têm água tratada em casa. Isso revela a necessidade de melhorar as condições ambientais para prevenir doenças e aumentar a qualidade de vida e a economia. Em 2020, o IPEA destacou a necessidade urgente de investimentos públicos para universalizar o saneamento básico, visto que mais de 35 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à água tratada. O Brasil enfrenta desigualdades na qualidade e acesso ao saneamento, com diferenças entre regiões: Sudeste e Centro-Oeste têm os melhores índices de atendimento, enquanto a Região Norte é a mais deficiente.

Nas cidades com maior densidade populacional, encontramos os mais altos índices de aglomerados subnormais. Em 2020, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou um estudo que identificou 13.151 favelas em 734 municípios, totalizando 5.127.747 de domicílios ocupados. Mais de 20 milhões de pessoas vivem em áreas consideradas irregulares, muitas delas sem acesso a serviços de água e esgotamento sanitário.

A maioria das regiões apresentam ocupações irregulares, muitas delas localizadas em terrenos particulares ou públicos invadidos, bem como em áreas de preservação ambiental, como margens de rios, encostas e topos de morros. Essas ocupações enfrentam crônicas deficiências nos serviços públicos, incluindo o saneamento básico. A principal razão é a irregularidade do uso da terra, uma vez que os ocupantes não possuem documentação reconhecendo a existência ou propriedade da área. Essa falta de documentação dificulta a instalação de serviços públicos, o que se torna um desafio para prefeituras e operadoras de saneamento.

A falta de saneamento é o principal catalisador para a propagação de diversas doenças, como diarreia, leptospirose e hepatite, as origens dessas enfermidades estão relacionadas à água

contaminada, ao esgoto a céu aberto e ao acúmulo de resíduos em locais inadequados. A ampliação do acesso ao saneamento proporciona benefícios diretos em termos de saúde, incluindo a redução da mortalidade infantil, a diminuição da incidência de doenças transmitidas pela água (como diarreia e vômitos) e, como consequência, a redução dos custos com saúde, refletindo em menores despesas com médicos, hospitalizações e medicamentos.

Conforme dados fornecidos pelo Instituto Trata Brasil, mais da metade das escolas no Brasil não estão conectadas a sistemas de esgoto, e somente 40% do esgoto gerado no país passa por tratamento adequado. Os 60% restantes, equivalentes a aproximadamente 1,3 trilhão de litros de esgoto anualmente, são despejados diretamente na natureza sem tratamento (Brasil, 2017). O Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas, lançado em 2017 pela Agência Nacional de Águas (ANA) e pelo Ministério das Cidades (atual Ministério do Desenvolvimento Regional), revela que 38,6% dos esgotos produzidos no Brasil não são coletados nem tratados, como é evidenciado em casos de esgotos a céu aberto. Além disso, 18,8% dos esgotos são coletados, mas lançados sem tratamento nos corpos d'água. Por fim, 42,6% dos esgotos são coletados e passam por tratamento antes de serem devolvidos aos mananciais, representando a situação ideal.

No entanto, a busca pela universalização esbarra em um grande desafio, que é a negligência e negação de direitos básicos aos moradores de favelas, que frequentemente não têm acesso a água potável e saneamento adequado. Atualmente, mais de 13 milhões de domicílios urbanos no Brasil estão em situação irregular e carecem de infraestrutura básica, é evidente que a expansão das redes de esgoto está significativamente atrasada em comparação com as redes de abastecimento de água, como no caso específico de Belém.

Segundo Pimentel et al. (2012, p. 36), a ocupação urbana de Belém desde sua fundação até meados do século XX caracterizou-se pela ocupação das áreas de Terra Firme pela classe social mais abastada, enquanto as áreas alagadas próximas aos igarapés foram destinadas à ocupação das pessoas consideradas mais pobres na cidade, nessa época já surgiam as primeiras palafitas em áreas mais pobres onde houve a miscigenação de índios e portugueses e também dos negros que eram habitantes destas regiões. O ciclo da Borracha, na virada do século XX, trouxe infraestrutura notável, porém seus benefícios alcançaram apenas uma parcela da população rica, enquanto os mais pobres foram empurrados para áreas alagadas, contribuindo para os problemas ambientais atuais (TRINDADE JR, 1998).

De acordo com um estudo do IPEA sobre assentamentos precários, as "baixadas" em Belém são identificadas como uma tipologia antiga de assentamento informal na periferia urbana da Região Metropolitana de Belém (IPEA, 2020). Essas áreas são caracterizadas por apresentar características típicas de áreas periféricas, como população migrante de baixa renda, baixa escolaridade, áreas

ambientalmente frágeis ou de propriedade pública da terra, e uma localização relativamente próxima aos centros econômicos da cidade.

Belém, caracterizada por sua topografia complexa, apresenta áreas de difícil acesso, conectadas por pontes estreitas conhecidas como 'estivas' e suscetíveis a alagamentos frequentes. Apesar dos desafios ambientais, essas regiões estrategicamente localizadas próximas a bairros de classe média e comerciais enfrentam riscos ambientais recorrentes (ABELÉM, 1988). Historicamente estabelecida ao redor de rios e afluentes, Belém perdeu grande parte dessas vias aquáticas devido à urbanização, resultando em canais de esgoto a céu aberto que agravam os problemas de saneamento básico (ABELÉM, 1988), essa transformação afeta a qualidade de vida da população, levando a doenças durante períodos chuvosos.

A cidade, segundo o IBGE, Belém enfrenta desafios significativos em termos de acesso à água potável e coleta de esgoto, com áreas permeáveis perdidas sendo a principal causa de alagamentos. A ocupação irregular em áreas periféricas cria demandas urbanísticas e de infraestrutura, enquanto a expansão para áreas rurais é observada em Belém, com 53,9% de sua população vivendo em aglomerados subnormais, destaca-se pela extensão dessas áreas, principalmente nas regiões de baixadas próximas ao Rio Guamá, evidenciando uma organização urbana deficiente e serviços sobrecarregados (IBGE, 2010).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Belém (PMB), até 2014, a cidade de Belém era atendida por dois sistemas de abastecimento de água potável: um operado pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), que atendia a 960,5 mil moradores, abrangendo 75% da população de Belém, e outro gerenciado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém (SAAEB), uma autarquia da prefeitura municipal, a COSANPA foi fundada em 1970, consolidando a gestão de água do Estado, embora tenha raízes em companhias anteriores (Bordalo, 2006). Por outro lado, o SAAEB foi criado em 1969 pela Fundação Nacional da Saúde e originalmente destinado a servir os municípios, com a expectativa de que a Prefeitura de Belém assumisse sua gestão, o que aconteceu somente em 1997, durante o mandato do prefeito Edmilson Rodrigues, na espera de que a Cosanpa possa finalmente tomar os pontos que foram da SAAEB (Freire, 2011).

Conforme argumentado por Farias (2011), a carência de regulamentação legal para os serviços de saneamento na Região Metropolitana de Belém (RMB) é um fator fundamental que contribui para a precariedade geral desses serviços, o autor destaca que nenhum dos municípios da RMB faz uso dos instrumentos proporcionados pela Lei nº 11.445/2007, e até mesmo os planos diretores municipais não contêm regras ou diretrizes para abordar esse problema, os sistemas de esgotamento sanitário geralmente são implementados para solucionar questões pontuais e localizadas, negligenciando a perspectiva metropolitana.

A situação caótica do saneamento em Belém, uma região de planície, tem impactos sociais e ambientais significativos. A poluição e contaminação do solo e das fontes de água afetam rios, mananciais e lençóis freáticos, prejudicando comunidades vulneráveis, os impactos sociais incluem a propagação de doenças transmitidas pela água, como disenterias, cólera e dengue, afetando desproporcionalmente a população negra, o que se reflete nas internações, com 51,5% envolvendo pessoas pretas ou pardas em 2021 (Guedes, 2022). A falta de acesso precário aos serviços de abastecimento de água e saneamento é evidenciada pela disparidade na conectividade à rede de esgoto, onde áreas mais centrais têm melhor acesso em comparação com bairros periféricos e densamente povoados como Icoaraci (IBGE, 2010).

Icoaraci, situado ao norte de Belém, é um distrito extenso que enfrenta desafios próprios e é considerado uma periferia da periferia (Ferrara, 1999), sendo distante do centro urbano e distante da periferia que convive mais próximas dos aparelhos sociais como Guamá e Jurunas, composta por nove bairros, Icoaraci é uma nova centralidade emergente, impulsionada por atividades comerciais e Industriais e sua localização estratégica em termos de escoamento produtivo.

Com a expansão de Icoaraci, os problemas ambientais e sociais se agravaram devido à falta de regulamentação urbana, refletindo o desenvolvimento das capacidades produtivas e evolução social, com a intervenção estatal afetando a ocupação das cidades (Dias, 2007). A falta de políticas para migrantes resultou em assentamentos precários, poluição de rios e áreas de risco, com negligência das autoridades, exacerbando a degradação ambiental e de vida urbana.

A complexa configuração ambiental e a ocupação intensa das áreas de várzea e baixadas no distrito de Icoaraci apresentam desafios significativos, incluindo despejo de resíduos e esgoto, poluição da água e perda de cobertura vegetal original devido à ocupação e urbanização acelerada (Dias, 2007). A análise da Região Metropolitana de Belém confirma os desafios ambientais em Icoaraci, com recursos naturais comprometidos, paisagem deteriorada e fatores como indústrias às margens de rios contribuindo para a degradação.

A ocupação inadequada em Icoaraci gera impactos sociais e ambientais graves, com infraestrutura inadequada intensificando problemas urbanos e resultando em áreas periféricas que afetam a qualidade de vida da classe trabalhadora. As ocupações nas áreas alagáveis dos igarapés, rios e margens da baía de Guajará e do furo do Maguari estão associadas ao despejo de resíduos, comprometendo ecossistemas fluviais e apresentando desafios para a instalação de infraestrutura básica. O processo de expansão urbana em Icoaraci concentra uma densa população em crescimento, mas esse aumento não é acompanhado pelo desenvolvimento das infraestruturas necessárias, resultando em um déficit de saneamento básico, especialmente nos sistemas de esgoto e drenagem urbana, principalmente nas áreas permeáveis como na Bacia do Paracuri. (Dias, 2007).

3. Análise da problemática socioambiental na bacia do Paracuri

A bacia hidrográfica do Paracuri, ao norte de Belém, entre a baía do Guajará e o Furo do Maguari, destaca-se por características únicas na região central da cidade, como ampla superfície permeável, cursos d'água navegáveis, mata ciliar e baixa densidade populacional como visto no mapa a seguir. Três cursos d'água notáveis são o Igarapé Tabocal ao norte, próximo à praia do Cruzeiro, e ao sul, os rios Paracuri e do Livramento, este último com nove braços hídricos, ambos com vegetação típica de áreas de várzea e florestas secundárias (BARROS; BRITO; PONTE, 2016). Essa região verde integra o Parque Guajará, classificado como Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA) pelo Plano Diretor de Belém (2008).

Cobrindo uma área de 14,60 km², com 24,34% de sua extensão permanecendo permeáveis, a densidade populacional atinge 73,88 hab/ha, totalizando 62.221 habitantes em assentamentos precários. Essa bacia desempenha um papel crucial na região, uma vez que ao longo de seu curso estão localizadas várias jazidas de argila, essencial para a produção de cerâmica, uma das principais fontes de renda local, no entanto, o desenvolvimento desordenado e não planejado da região expõe essas fontes de matéria-prima a constantes invasões, ameaçando a pureza da argila.

De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, a ocupação na bacia do Paracuri é predominantemente composta por aglomerados subnormais, caracterizados por moradias precárias e infraestrutura incompleta, especialmente em termos de saneamento básico. Esses aglomerados estão concentrados próximos aos cursos d'água, em áreas de Preservação Permanente (APPs) (RODRIGUES; TAVARES; MIRANDA, 2016), seguindo a tendência de ocupação das baixadas em Belém.

O Plano de Estruturação Metropolitana (PEM) da década de 70 propôs a criação de dois parques metropolitanos para preservar as extensas áreas com cobertura vegetal na Região Metropolitana de Belém. O primeiro, o Parque Metropolitano Guajará, abrangendo 487 hectares de vegetação na várzea do Rio Paracuri, foi concebido para atender à demanda por áreas de lazer dos assentamentos urbanos próximos, em especial do Distrito de Icoaraci, e dos conjuntos habitacionais construídos pela COHAB/PA na década de 1970, no entanto, na prática, a área do parque foi sujeita a ocupação espontânea, iniciando-se após a implementação dos conjuntos habitacionais, devido à falta de coordenação entre os órgãos públicos, que não seguiram as diretrizes de uso da terra como parque (Miranda, 2021).

Diante dessas questões, projetos visam requalificar a área, incluindo a implementação de redes de abastecimento de água, esgoto, drenagem de águas pluviais e construção de equipamentos

públicos. Essas intervenções requerem também a realocação de famílias que residem em palafitas precárias localizadas em áreas de APPs. Em Belém, a questão ambiental assume relevância, especialmente devido à presença de cursos d'água e áreas de várzeas na morfologia do local, a necessidade frequente de projetos de macrodrenagem no planejamento urbano é evidente. No entanto, nota-se que, diante dos novos desafios ambientais, há uma dificuldade em articular projetos que integrem urbanização, moradia e requalificação ambiental. Desde os anos 1960, os projetos de macrodrenagem consolidaram soluções convencionais, transformando os cursos d'água em elementos de infraestrutura e negligenciando as características naturais das Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Outro aspecto crucial nas urbanizações de áreas alagáveis diz respeito à oferta habitacional, considerando a precariedade das moradias e a necessidade de realocar famílias dessas regiões, assim, foram realizadas intervenções localizadas na bacia do Paracuri, no distrito de Icoaraci, como parte do primeiro ciclo de contratos do PAC UAP no Brasil. Embora os projetos tenham representado uma oportunidade para intervenções mais abrangentes, abordando urbanização de vias, inserção de infraestrutura básica e macrodrenagem dos rios, a execução da obra tem enfrentado constantes atrasos ao longo de décadas (Barros et al, 2016).

Apesar dos benefícios proporcionados à região pelos vultosos investimentos na ordem de 955 milhões de reais, porém existem diversos problemas associados à falta de projetos detalhados e interdisciplinares necessários para esse tipo de intervenção. Além disso, apontam os impactos ambientais resultantes de soluções que não consideraram as características físicas naturais e os costumes da população local. O modelo sanitarista adotado, que promove a ocupação das terras por meio de soluções de macrodrenagem, como canalização de igarapés e aterramento de grandes porções de áreas de várzea para aproveitamento urbano, é notoriamente criticado.

No que diz respeito ao reassentamento, o PAC-Paracuri planejava entregar 376 unidades habitacionais de 38,66m² cada, distribuídas em 47 blocos. Até o momento, o projeto foi parcialmente concluído, com alguns blocos no Bairro da Ponta Grossa já habitados, enquanto outros ainda estão em construção, os blocos habitacionais na região próxima ao Parque Guajará têm suas obras paralisadas desde 2009.

A iniciativa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o Rio Paracuri foi desenvolvida e gerida pela prefeitura municipal de Belém em 2007, abrangendo os bairros Ponta Grossa e Paracuri, o projeto propôs a macrodrenagem do rio, incluindo a retificação de parte do curso d'água (Canal Trapezoidal), blocos habitacionais (área O1 e área O3), urbanização de vias, uma estação de tratamento de esgoto (ETE, área O2) e áreas de lazer. Ao ser analisado, esse plano apresenta benefícios em comparação com outras propostas para a área central de Belém, destacando-se pela

possibilidade de integração e articulação da urbanização, além da implementação de infraestrutura básica.

A partir de 2019, o auxílio moradia concedido às famílias deslocadas para as obras foi reajustado devido à demora e aos grandes problemas enfrentados por essa população. A Prefeitura de Belém tinha o prazo até o final de 2020 para entregar os imóveis do Projeto de Urbanização do Paracuri, conforme decisão do Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, Raimundo Santana (O Liberal, 2019). O projeto de macrodrenagem da bacia do Paracuri, iniciado em 2010 no distrito de Icoaraci, visava beneficiar aproximadamente 150 mil pessoas, proporcionando abastecimento de água e saneamento para melhorar as condições de moradia da população que vivia às margens do igarapé Paracuri e preservar o meio ambiente. No entanto, a Urbanização do Canal do Paracuri está em processo de distrato do contrato, sem viabilidade técnica para continuidade. A prefeitura busca parcerias, como o projeto em conjunto com a Agência Alemã Giz Brazil, no Projeto de Desenvolvimento Urbano Sustentável (DUS).

Belém obteve aprovação para os projetos de Requalificação Urbanística e Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Paracuri e Programa de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Mata Fome. Essa aprovação representa o direito à moradia digna para os residentes das áreas do Paracuri. Contudo, o andamento desses projetos depende do processo de escolha e parcerias para sua execução, visando reduzir alagamentos, preservar áreas verdes e oferecer equipamentos públicos de lazer, entre outros benefícios (Belém, 2023).

As áreas de várzea no Paracuri representam um dos poucos espaços remanescentes na zona de expansão urbana, geralmente desinteressantes para o mercado imobiliário. Contudo, suas características, como a presença de igarapés, matas com potencial para obtenção de alimentos, a ligação física à orla do Rio Guajará e a proximidade com o Distrito de Icoaraci, atraíram migrantes em busca de oportunidades de trabalho e residentes de outros bairros de Belém fugindo de altos custos de aluguel e violência.

A ocupação humana impactou as condições naturais de drenagem da bacia do Paracuri, resultando em problemas frequentes de alagamentos, especialmente durante a estação chuvosa em Belém. Diversos documentos mencionam o crescimento populacional como fator explicativo do problema ambiental do Paracuri, indicando um aumento de 183,63% na população do bairro de 1991 a 2000 (Prefeitura Municipal de Belém, Regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social em Belém – ZEIS. Diagnóstico, 2003).

A concepção simplista de que as palafitas são a principal causa do problema ambiental no Paracuri é generalizada e superficial. Essas habitações, consideradas invasivas e predatórias pelos esquemas classificatórios, são apontadas como responsáveis pelo assoreamento do rio Paracuri, a

falta de saneamento, a poluição e a degradação também são associadas à presença das palafitas, ignorando as complexidades do contexto habitacional e ambiental (Abrahão, 2006).

Belém testemunhou a substituição de classes pobres por estratos mais abastados, financiada por substanciais investimentos públicos. As considerações do governo sobre o remanejamento de ocupações, antes justificadas por discursos higienistas, atualmente refletem a importância atribuída à resolução de problemas ambientais pelas autoridades locais, resultante do processo de "ambientalização" das questões urbanas, paralelamente, os discursos analisados expressam preocupações sociais imediatas em relação a ações desse tipo.

Práticas anteriores envolviam o realojamento de comunidades pobres em conjuntos habitacionais considerados precários e isolados na periferia, limitando o acesso a oportunidades de trabalho e renda devido às distâncias que os separavam de áreas de classe média e centros comerciais. A dificuldade de acesso a fontes de renda próximas resultava em deslocamentos cansativos para outros bairros, acarretando custos adicionais, como tarifas de transporte coletivo e riscos de transitar a pé ou de bicicleta em uma cidade planejada para favorecer veículos motorizados, esse contexto também implica isolamento sociocultural para essas classes.

Os residentes mais vulneráveis às ameaças da "maré", situados nas ocupações às margens dos rios Paracuri e Livramento, enfrentam os principais impactos dos "problemas ambientais" da região. Sua posição social desfavorecida em termos econômicos e culturais dificulta o acesso aos meios de poder necessários para sua afirmação como sujeitos coletivos de direitos, relegando-os a uma posição desvantajosa no espaço urbano e social da cidade (BITOUN, 2010). Os residentes do Paracuri temem especialmente o prospecto de remanejamento, receando a realocação para conjuntos habitacionais isolados sócio espacialmente. Esses conjuntos frequentemente carecem de acessibilidade aos locais de trabalho doméstico, emprego informal e outros serviços de baixa qualificação.

A habitação frequentemente tem sido abordada, segundo Abelém (1989), como se fosse a origem dos problemas urbanos. A perspectiva sugere que ao resolver as questões habitacionais, pode-se propor soluções para as adversidades enfrentadas pela classe trabalhadora nas cidades. Tanto as moradias quanto às atividades informais são percebidas pelas autoridades e pela imprensa como problemas a serem prontamente resolvidos, considerando até mesmo a possibilidade de remoção (TRINDADE JR., 1998). Dessa forma, destaca-se a importância de reorganizar as favelas, áreas alagadas e baixadas, visando oferecer condições habitacionais mais adequadas para a população de baixa renda, por meio de intervenções para a renovação urbana

A abordagem conservadora da questão ambiental urbana adotada muitas vezes não leva em consideração a lógica política subjacente à distribuição desigual do acesso a áreas seguras e

infraestrutura urbana. Essa abordagem negligencia as conexões entre degradação ambiental e injustiça social, pois os mecanismos de valorização fundiária e realocação dos estratos sociais mais pobres para áreas periféricas interagem com as estruturas de domínio do espaço urbano, contribuindo para os níveis existentes de desigualdade.

A ideia de que a não conformidade com leis ambientais é uma das causas da degradação ambiental na área surge, em parte, do mesmo objetivismo que atribui às instituições jurídicas a mesma autoridade concedida à ciência e à mídia na discussão das questões ambientais. No entanto, essa abordagem não considera adequadamente a produção social do direito e os processos sociopolíticos caracterizados pela assimetria de poder que atravessam tanto a criação quanto a aplicação das leis.

Ao analisar as causas subjacentes ao "problema ambiental" no Paracuri, destaca-se novamente a referência ao crescimento demográfico, apontado como fator propulsor de uma ocupação desordenada da área. Devido às suas características hidrogeológicas, inicialmente não destinada à habitação, a região passou por um processo de "degradação" resultante da proliferação de ocupações urbanas nas últimas duas décadas, especialmente quando o distrito de Icoaraci se consolidou como área prioritária de expansão urbana em Belém.

No processo de construção social das atuais práticas de apropriação material e simbólica do espaço urbano em Belém, as classes pobres historicamente foram relegadas a áreas territorialmente desvalorizadas, não propícias à geração de riqueza. Devido à sua limitada mobilidade e influência restrita nas decisões relacionadas às políticas urbanas, essas classes acabam sendo as mais prejudicadas.

Com o surgimento da questão ambiental e sua expansão para debates sobre políticas ambientais urbanas, a relação entre sociedade e território na área urbana incorporou novos significados aos elementos que compõem o capital material da cidade. Historicamente considerados incômodos para o crescimento ordenado e saudável da malha urbana, os cursos d'água de Belém passam a ser alvo de propostas de revalorização devido à crescente importância da temática ambiental, contrastando com as percepções passadas desses corpos hídricos.

Entretanto, as propostas de intervenção urbanística e ambiental idealizadas pelos moradores das áreas de produção artesanal concentram-se predominantemente nas necessidades de circulação associadas à produção e comercialização do artesanato cerâmico. Essas propostas não abrangem integralmente as comunidades das áreas de ocupação mais recentes do bairro, ocorridas nas últimas décadas, as quais enfrentam condições de moradia mais precárias nas margens e imediações dos rios, em áreas de várzea sujeitas a alagamentos frequentes (GAIA, 2010).

Em termos de subsistência, especialmente para os ocupantes dependentes dos rios para sua sobrevivência, a forma de ocupação os coloca em uma situação que os obriga a contribuir para a degradação ambiental e aumentar os riscos que enfrentam (Evans, 2002). Mobilizar essas comunidades em torno da "sustentabilidade" é desafiador, dada a prioridade centrada na sobrevivência, apesar da exposição a riscos e degradação.

Além dos desafios mencionados, a irregularidade no abastecimento de água nas moradias do Paracuri é uma questão séria. Muitas residências dependem de canos improvisados, conhecidos como "gatos", que passam por canais de água sob as palafitas. Essa prática, além de representar um risco de contaminação, destaca a falta de infraestrutura básica, a condição de vida dessas comunidades evidencia como as aglomerações subnormais proliferam nas áreas mais afastadas do centro de Belém, onde a falta de regularização fundiária limita a capacidade dos moradores de reivindicar serviços públicos.

O crescimento populacional nas grandes metrópoles, aliado à ausência de políticas habitacionais eficazes, cria uma preocupante situação de ocupação do solo em áreas de risco. A constante remoção da mata ciliar agrava ameaças de erosão, assoreamento e eventos climáticos extremos, surpreendentemente, áreas urbanas designadas como de proteção permanente estão sendo ocupadas, indicando a necessidade urgente de regulamentação do uso do solo para evitar danos significativos em caso de inundação e garantir a preservação ambiental.

A implementação de políticas habitacionais e, sobretudo, estratégias voltadas para a macrodrenagem de extensas bacias hidrográficas (englobando a urbanização dessas áreas) pode ser altamente eficaz na redução da vulnerabilidade socioambiental no bairro do Paracuri. Este enfoque seria particularmente relevante, uma vez que a maioria das regiões em situação de vulnerabilidade está localizada em proximidade aos rios que cortam a Região Metropolitana de Belém (RMB). É crucial que as diversas políticas públicas relacionadas à vulnerabilidade socioambiental, como habitação, saneamento e meio ambiente, sejam concebidas e implementadas de maneira conjunta e integrada.

É essencial ressaltar que qualquer medida destinada a resolver esses problemas não deve se limitar à simples realocação da população para áreas distantes das regiões alagadiças. Tal abordagem não soluciona efetivamente o problema, pois, em geral, apenas transfere essa população para periferias distantes, frequentemente carentes de serviços e infraestrutura urbana adequados, resultando na criação de novas situações de vulnerabilidade socioambiental.

Assim é interessante explorarmos a interdiscursividade entre as aspirações dos moradores do Paracuri e a ideologia que moldou a perspectiva da administração municipal sobre o ambiente urbano, dentro do contexto de uma gestão democrática e popular. Focados no processo de construção

social de um problema ambiental urbano, analisando como as discussões sobre a insalubridade das baixadas foram reinterpretadas tanto pelos moradores quanto pelo governo municipal, influenciadas pelo discurso ambiental nas políticas urbanas. A análise do Paracuri se baseia na interação de fatores relacionados à moradia das classes de baixa renda, que revelam injustiças sociais, e as questões ligadas à exposição dessas classes à precariedade, insegurança e riscos ambientais, evidenciando injustiças ambientais.

Nossa abordagem da questão ambiental urbana adota uma perspectiva crítica em relação ao padrão dominante de distribuição de poder nos sistemas de produção e apropriação do espaço urbano. Entendemos a noção de injustiça ambiental nas cidades como resultado de uma lógica social que marginaliza as classes de baixa renda, segregando-as socio espacialmente e relegando-as a áreas urbanas menos valorizadas e mais inseguras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Um dos princípios fundamentais da justiça ambiental preconiza que as comunidades devem ser os agentes principais na identificação dos perigos, riscos, oportunidades e medidas para a melhoria do bem-estar (Loh, 2016). Parcerias de longo prazo, baseadas na comunidade, entre universidades e moradores são essenciais para a coprodução de conhecimento e ações voltadas a uma sociedade mais justa, sustentável e democrática.

Pesquisas recentes indicam que a participação ativa dos residentes não apenas aprimora a avaliação dos riscos ambientais, mas também eleva a conscientização e capacita os moradores a buscar adaptações equitativas diante de riscos ambientais e climáticos (Corburn, 2017). No entanto, muitos processos de avaliação de riscos e planejamento urbano ainda ocorrem de forma especializada, distante da realidade territorial e das necessidades reais da população, frequentemente impulsionados pela pressa em concluir obras. Uma abordagem mais integrada e relacional com a comunidade é essencial para promover a justiça ambiental e fortalecer a capacidade da saúde pública de enfrentar os desafios contemporâneos. Os planejamentos urbanos futuros devem priorizar a saúde pública ambiental na construção de ambientes urbanos saudáveis, incluindo a promoção de serviços ecossistêmicos urbanos para a saúde e estratégias participativas e integradas para a urbanização de favelas.

O estabelecimento de parcerias e uma agenda unificada são fundamentais para criar um "ecossistema de aprendizado", promovendo a compreensão de questões complexas e empoderando a comunidade. Projetos globais estão cada vez mais adotando soluções baseadas na natureza, e em

planejamento urbano, visando criar cidades resilientes que alcancem metas econômicas e benefícios ambientais e sociais.

As populações mais vulneráveis, historicamente excluídas dos processos decisórios, demandam maior representatividade, portanto, é crucial ampliar a participação de mulheres, pessoas negras e indígenas nos processos democráticos que definem políticas territoriais. A urgência recai na ascensão de agendas políticas comprometidas com os direitos das populações vulneráveis para enfrentar desafios e promover mudanças substanciais. A luta contra o racismo ambiental engloba a defesa dos direitos humanos e ambientais, incluindo participação na tomada de decisões, acesso à informação e busca por justiça ambiental. É crucial valorizar os conhecimentos e experiências das comunidades afetadas na formulação de políticas e projetos de desenvolvimento, promovendo uma maior justiça ambiental e solidariedade na gestão pública quando as comunidades se tornam agentes ativos em seu processo de tomada de decisão.

Assim, o município deve adotar uma política urbana centrada no saneamento ambiental, que inclua o controle da expansão territorial para preservar áreas ainda não ocupadas, além disso, o modelo de ocupação do território deve ser ajustado às características geográficas e culturais da região. É importante que o município tenha capacidade institucional para tomar decisões relacionadas ao saneamento em todas as suas interfaces, considerando as limitações econômicas da população e articulando políticas de desenvolvimento acessíveis à maioria dos cidadãos, tais decisões devem ser respeitadas pelos demais agentes promotores de saneamento.

No contexto de Icoaraci, para mitigar as condições precárias do ambiente urbano, é necessário implementar um amplo projeto ambiental, este projeto deve abranger a recuperação da mata ciliar das áreas degradadas dos rios e igarapés que cortam o distrito, das regiões abandonadas por antigos projetos nas áreas de várzeas, visando explorar ambiental e economicamente sua beleza natural. Além disso, deve-se tratar os resíduos industriais, especialmente os rejeitos das madeireiras que têm sido depositados em áreas de baixadas alagadas, para efetivar essas ações, é essencial desenvolver um projeto de realocação das famílias para áreas sociais e ambientais dignas, proporcionando habitações que garantam uma vida digna.

Desse modo, os assentamentos precários urbanos, por sua vez, apresentam características que evidenciam a produção de uma cidade excludente, mas que subsistem e se desenvolvem independentemente de normas e padrões estabelecidos, é fundamental uma ressignificação no planejamento urbano-ambiental para compreender essas formas de agrupamento humano. As pessoas que habitam esses assentamentos devem ser capacitadas a participar das decisões que impactam suas realidades, nesse contexto, questões como moradia, urbanismo, saneamento, gestão de riscos e recursos hídricos devem ser incorporadas, demandando dos profissionais dessas áreas

uma mudança em suas concepções de atuação e de cidadania, reconhecendo a contribuição valiosa dessas comunidades na busca por soluções que promovam o bem comum.

Diante do atual cenário, a urbanização e regularização de favelas e assentamentos precários são elementos importantes para enfrentar o passivo habitacional e socioambiental nas cidades, o fornecimento de água e saneamento básico emerge como ferramentas para promover a saúde, reduzir o sofrimento humano e prevenir mortes por doenças evitáveis, especialmente nas populações de favelas e baixadas. Independentemente da classe social ou local de residência, é imperativo que o poder público atenda à diretriz de tratar as famílias com dignidade, sem violência estrutural, garantindo alternativas habitacionais definitivas, e assegurando o acesso básico à água e saneamento.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, A. G. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** Belém: UFPA/NAEA, 1989

ABRAHÃO, O. N. **Survey realizado na ocupação Paracuri 3.** In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Paracuri 3: área do distrito de Icoaraci, Belém do Pará; dossiê sobre pesquisa exploratória.** Belém: PLADES/NAEA-UFPA, 2006. p. 21-36.

ABRAHÃO, Omar Numa et al. **Possibilidades de intervenção e de desenvolvimento urbanos em área de assentamento espontâneo no contexto metropolitano de Belém: o caso do Paracuri 3.** 2008.

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental–novas articulações entre meio ambiente e democracia.** Rio de Janeiro: Ibase, p. 10-11, 2000.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania.** In: **Justiça ambiental e cidadania.** 2004. p. 315-315.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental?** 2009.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural.** Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BARROS, Nayara Sales; BRITTO, Ana Lucia; PONTE, Juliano Ximenes. **Alterações da dinâmica hídrica na formação especial urbana da bacia do Paracuri, Belém-PA.** In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre. 2016

BRASIL, Trata. **Instituto trata brasil. Ranking do Saneamento,** 2017.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.** Diário Oficial da União. Brasília, 5 de janeiro de 2007.

BULLARD, Robert (2004), “**Enfrentando o racismo ambiental no século XXI**”, in Henri Acselrad; Selene Herculano; José Augusto Pádua, **Justiça ambiental e cidadania.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 40-68

CORBURN, Jason. **Confronting the challenges in reconnecting urban planning and public health.** **American journal of public health,** v. 94, n. 4, p. 541-546, 2004.

CORBURN, Jason; SVERDLIK, Alice. **Slum upgrading and health equity.** **International journal of environmental research and public health,** v. 14, n. 4, p. 342, 2017.

CORRÊA. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

COSTA, Léa Maria Gomes da. **Icoaraci: formação socioespacial, tentativas de afirmação e de emancipação territorial.** 2007.

DIAS, Mario Benjamin. **Urbanização e ambiente urbano no distrito administrativo de Icoaraci, Belém-PA.** 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DOS SANTOS DIAS, Daniella Maria; DO NASCIMENTO NONATO, Domingos; RAIOL, Raimundo Wilson Gama. **Saneamento e direito à cidade: ponderações sobre abastecimento de água e esgotamento sanitário na cidade de Belém/PA/Sanitation and right to the city: weights on water supply and sanitary filling in the city of Belém/PA**. Revista de Direito da Cidade, v. 9, n. 4, p. 1784-1814, 2017.

EVANS, Peter. **“Political strategies for more livable cities: lessons from six cases of development and political transition”**. In: EVANS, Peter. *Livable cities?: Urban struggles for livelihood and sustainability*. University of California: Berkeley and Los Angeles: 2002, p.222-246.

FARIAS, Rosa Sulaine Silva. **Perspectivas e limites da Lei de Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico: um estudo sobre a aplicação dos principais instrumentos e determinações da lei nº 11.445/07, nos municípios da região metropolitana de Belém-Pará**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FENSTERSEIFER, Tiago; SARLET, Ingo Wolfgang. Direito constitucional ambiental. **Estudos sobre a Constituição, os Direitos Fundamentais e a Proteção do Ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

FERRARA, Lucrécia D. "Aléssio." **Olhar Periférico**. São Paulo: Edusp/Fapesp (1999).

FREIRE, Luiz Carlos. **PMB repassa serviço municipal de abastecimento de água ao governo do estado**. Em 17 de setembro de 2011

GAIA, M. C. D. **Paracuri: a construção social de um “problema ambiental urbano”**. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GOMES, G. et al. **Governo Federal Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Chefe de Gabinete Conselho Editorial Assistentes de Pesquisa**. 2002 [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4172/1/bps_05_completo.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2023.

GUEDES, Walef Pena; SUGAHARA, Cibele Roberta; FERREIRA, Denise Helena Lombardo. **SANEAMENTO E (IN)JUSTIÇA AMBIENTAL NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS**. Geoambiente On-line, n. 44, p. 15-38, 2022.

GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2011.

HERCULANO, S. **Justiça ambiental: de Love Canal à Cidade dos Meninos, em uma perspectiva comparada**. In: **Justiça e Sociedade: temas e perspectivas**. Marcelo Pereira de Melo (org.). p. 215-238. São Paulo, 2001.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente, v. 3, n. 1, p. 01-20, 2008.

HERCULANO, Selene. **Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil**. Encontro da ANPPAS, v. 1, p. 1-15, 2002.

HOGAN, D. J.; CUNHA, J. M. P.; CARMO, R. L.; OLIVEIRA, A. **Urbanização e vulnerabilidade socioambiental: o caso de Campinas**. In: Hogan, D.; BEANINGER, R.; CUNHA, J. M. P.; CARMO, R. L. (orgs.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO Unicamp, 2001, p. 396 – 418.

Icoaraci pode ganhar reserva ecológica com 180 hectares. A Província do Pará, Belém, 05 abr. 1995-cad.1.p.8.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012

LIMA, M. V.; RONCAGLIO, C. **Degradação socioambiental urbana, políticas públicas e cidadania. Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), Paraná, n. 3, p:53-63, jan./jun. 2001.

LIMA, E. **Entendendo a injustiça ambiental**. 2023. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/entendendo-a-injustica-ambiental/>>.

LOH P. Community–university collaborations for environmental justice. (2016). **New Solutions: A Journal of Environmental and Occupational Health Policy**, 26(3), 412-428.

PAIVA, K. F. G. M. **Uso e ocupação da bacia do Igarapé Paracuri: avaliação dos problemas ambientais atuais**. Monografia apresentada ao NUMA/UFPA, 2000. 74 p.

PIMENTEL, Márcia Aparecida; SANTOS, Viviane Corrêa; DA SILVA, Flávia Adriane Oliveira. **A OCUPAÇÃO DAS VÁRZEAS NA CIDADE DE BELÉM: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS**. Revista Geonorte, v. 3, n. 5, p. 34-45, 2012.

PINHEIRO, Andréa de Cássia Lopes et al. **Assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém: baixadas e ocupações. Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**, 2016.

PÓLIS, Instituto. **Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades**. Disponível em: <<https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>>.

RODRIGUES, Roberta Menezes; TAVARES, Ana Carolina Miranda; MIRANDA, Thales Barroso. **Urbanizar as baixadas: experiências recentes de projetos de urbanização de assentamentos precários nas áreas de preservação permanente em Belém (PA)**. Anais do IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ), p. 1-25, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. **Encontro de Geógrafos da América Latina**, v. 10, p. 20, 2005.

SANTOS, Gesmar Rosa dos. **Estado e Saneamento: Sugestões de apoio à população carente durante e após a pandemia da Covid-19**. 2020.

SHKLAR, Judith N. **The faces of injustice**. Yale University Press, 1990.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque; **Desenvolvimento Local e Gestão Participativa: Concepção e práticas do PDL na ocupação urbana do Riacho Doce. Belém-PA**. Dissertação de mestrado do: NAEA/UFPA, Belém, 2006

TRANNIN, Maria Cecília; BRUNO, Simara Ferreira. **JUSTIÇA AMBIENTAL E PLANEJAMENTO URBANO: CONSTRUINDO RESILIÊNCIA EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS**. REPAAE-Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia, v. 7, n. 1, p. 37-58, 2021.

TRINDADE JR., S-C. C. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. 1998. 395 fls. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1998.



GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidade latino-americanas

EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PAN-AMAZÔNIA: O CASO DO NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS DA UFPA

José Nilberlanio Vieira ¹(UFPA)

RESUMO: A educação superior na Amazônia, incluindo os níveis mais elevados de ensino como a pós-graduação *stricto sensu*, representa uma oportunidade extremamente importante para o desenvolvimento da região e de seu povo, na medida em que favorece a mobilidade social (WANDERLEY, 2003). Entende-se que a formação recebida pelos profissionais no ensino superior tem implicações e reflexos sobre sua realidade social e econômica específica, sobre as demandas por soluções e melhorias, bem como sobre as possibilidades que emergem de sua formação recebida no ensino superior com vistas a atuar na redução da desigualdade social (LUCENA; LEAL, 2020). Neste sentido, este trabalho, cujos resultados ainda são preliminares, tendo em vista que esta é uma pesquisa em andamento, aborda o acompanhamento e análise das trajetórias profissionais de egressos da pós-graduação *stricto sensu* realizada pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável na Amazônia e Pan-Amazônia, considerando o aspecto da interdisciplinaridade na formação acadêmica desses egressos (PPGDSTU, 2021); UFPA (2022). Tem, especificamente como locus de pesquisa, o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), que constitui o recorte empírico de análise, considerando que esta é uma subunidade pertencente ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA) (PPGDSTU, 2021); (UFPA, 2022).

Palavras-chave: Educação superior; pós-graduação *stricto sensu*; acompanhamento de egressos; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

2. METODOLOGIA

Este trabalho utiliza uma metodologia que privilegia o caráter qualitativo e exploratório, pretendendo explorar as reflexões dos egressos acerca de sua formação para o desenvolvimento sustentável recebida no curso. Foram aplicados questionários do tipo *survey*, a egressos de mestrado e de doutorado, tendo como recorte temporal os anos de 2007 a 2020, obedecendo os princípios éticos da pesquisa científica (CRESWEL, 2007); (CHIZZOTTI, 2000); (LAKATOS; MARCONI, 2003); (MINAYO, 2004).

3. A PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NA UFPA

De acordo com os dados mais atuais, relativos ao ano de 2022, disponíveis no site da Pró-reitoria de planejamento e desenvolvimento institucional (Proplan), a UFPA possui atualmente 144 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 96 cursos de mestrado e 48 cursos de doutorado, responsáveis pela formação de 1.058 mestres e 362 doutores (UFPA, 2022).

¹ PPGDSTU/NAEA/UFPA, Brasil. Email: nilber2004@gmail.com.

Os impactos resultantes da formação desses profissionais não se limitam ao âmbito acadêmico, estendendo-se significativamente à sociedade. Esse retorno pode ser interpretado por meio da produção e disseminação de conhecimento socialmente relevante, da promoção de inovação tecnológica e do estímulo à inclusão regional (UFPA, 2022).

Ao analisar mais detidamente esses números, fica evidente o papel relevante desempenhado pela UFPA na promoção do ensino superior avançado e na qualificação de profissionais altamente capacitados. O expressivo número de cursos de pós-graduação, tanto de mestrado quanto de doutorado, atesta o compromisso da instituição com a pesquisa e o desenvolvimento científico, fomentando o avanço do conhecimento em diversas áreas do saber. Tal entendimento é corroborado por Costa (1998, p. 100) quando pontua que:

“(...) a UFPA é hoje uma instituição complexa, cuja característica principal é a de dispor de mecanismos institucionais que permitem abrigar a um só tempo as múltiplas disciplinas tanto das ciências da natureza quanto da sociedade e os subcampos de C&T de ensino e pesquisa”.

Neste contexto, a formação de mestres e doutores contribui para enriquecer o ambiente acadêmico, mas também de maneira substancial para a sociedade em geral. A produção de conhecimento socialmente relevante impulsiona o progresso, enquanto a inovação tecnológica resultante desses programas pode ter impactos positivos na economia e na competitividade regional.

Ademais, a promoção de uma educação significativa como a verificada na pós-graduação stricto sensu da UFPA demanda a integração efetiva de diversos princípios fundamentais. O pensamento crítico, nesse contexto, emerge como uma ferramenta essencial, capacitando os indivíduos a questionarem, analisarem e interpretarem informações de maneira autônoma. Ao fomentar essa habilidade, a instituição de ensino se propõe a criar um ambiente intelectualmente enriquecedor, onde os alunos são incentivados a desenvolver perspectivas independentes e a enfrentar desafios complexos.

A aprendizagem integrada surge como complemento, buscando transcender as barreiras disciplinares tradicionais. Essa abordagem propicia uma compreensão mais completa e contextualizada do conhecimento, preparando os estudantes para enfrentar problemas que exigem uma visão interdisciplinar. A interconexão entre diferentes áreas do saber, além de enriquecer o aprendizado, estimula a criatividade e a resolução inovadora de questões contemporâneas.

No entanto, a eficácia desse processo educacional não se limita ao desenvolvimento cognitivo. A integração de valores como engajamento cidadão e respeito à diversidade amplia o impacto social da educação. O engajamento cidadão instiga os alunos a se tornarem agentes ativos na sociedade, conscientes de seu papel em questões sociais, políticas e comunitárias. Busca-se,

assim, formar cidadãos éticos, comprometidos com o bem comum e capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e participativa.

A valorização da cultura amazônica se insere nesse contexto como um componente fundamental de respeito aos povos e a seus modos de vida. Reconhecer e preservar as riquezas culturais da região amazônica enriquece o repertório cultural dos estudantes e promove uma compreensão mais profunda e respeitosa das diversidades culturais. Ao integrar elementos culturais amazônicos no processo educacional, a instituição contribui para a construção de identidades fortes e sustentáveis, valorizando a pluralidade cultural existente.

Para além desses aspectos, a UFPA, ao contribuir com seus cursos de pós-graduação *stricto sensu* para o processo educacional fomenta pensamento crítico, aprendizagem integrada, engajamento cidadão, valorização da cultura amazônica e respeito à diversidade, criando um ambiente propício para o desenvolvimento integral dos alunos, repercutindo positivamente quando esses alunos viram egressos e passam a contribuir com seus conhecimentos para a sociedade em que vivem. Essa sinergia entre diferentes aspectos prepara os indivíduos para serem cidadãos conscientes, inovadores e culturalmente sensíveis, capazes de contribuir positivamente para a sociedade em que estão inseridos.

Depreende-se, assim, que os egressos da pós-graduação *stricto sensu*, particularmente, reforçam a importância estratégica da UFPA como agente propulsor do desenvolvimento educacional, científico e tecnológico, destacando seu papel fundamental na construção de um futuro mais robusto e inovador para a região e o país, estando o NAEA e o PPGDSTU incluídos nesse processo transformador, conforme se depreende de Costa (1998).

4. A PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU E O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento dos egressos é uma atividade importante e deve estar vinculada à missão e aos objetivos finais da instituição, ou, mais especificamente, do Programa de pós-graduação *stricto sensu*, cujo compromisso maior é a melhoria da formação oferecida aos egressos, considerando a qualidade do ensino, a expansão da pesquisa e seu envolvimento efetivo com a sociedade, objetivando a melhoria da qualidade de vida, ou seja, a contribuição deste egresso para o desenvolvimento social e não apenas para saber o destino profissional do egresso per se, pois sua atuação pode ensejar um impacto social, ambiental, econômico, político, cultural, etc.

Para Hortale et al. (2014), ainda há falta de dados quando o assunto é egressos de programas da pós-graduação e, neste contexto, o acompanhamento permitiria uma análise mais minuciosa dos efeitos da formação na trajetória profissional, além de possibilitar subsídios para possíveis ajustes

nos processos de formação e curriculares (CAETANO SILVA; PATTA BARDAGI, 2016), bem como possibilitar a ampliação do conhecimento das instâncias de gestão acadêmica sobre os processos de formação, estabelecendo uma linha de ação para o acompanhamento da trajetória dos egressos e subsidiar o aprimoramento dos processos de acompanhamento de egressos dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Andriola (2006) refere que é bastante relevante a investigação das repercussões sociais das atividades de uma IES, por meio, por exemplo, do acompanhamento sistemático dos seus egressos. Neste caso, em específico, toma-se o acompanhamento dos egressos da pós-graduação *stricto sensu* como um mecanismo importante também para mapear opiniões, atitudes e crenças acerca da universidade, do curso que o egresso concluiu, bem como da contribuição do egresso para a sociedade, identificando e avaliando o valor agregado pela IES, acerca da adequação e pertinência da formação profissional e cidadã dos recursos humanos formados.

Ademais, a observação da trajetória dos egressos pode servir como fonte de informações gerenciais, permitindo a tomada de decisões sobre o planejamento de ações para melhoria do curso ofertado pelo PPG a futuros alunos. Também é importante que o PPG mantenha contato com os ex-alunos, pois conforme Leopoldo (2019, p. 39):

Quando esse elo não é mantido, há um distanciamento entre a instituição formadora e o aluno egresso. Para evitar isso, a instituição precisa formar uma base de dados sólida, e que seja capaz de fornecer subsídios para o desenvolvimento de ações futuras, voltadas ao crescimento do curso e beneficiar os próximos alunos.

Neste contexto, é importante o estabelecimento de um canal de comunicação com os egressos, a fim de ouvi-los acerca de suas percepções, críticas, elogios e sugestões para a melhoria do curso. Isso, nos dias atuais, pode ser feito de modo on-line, com a ajuda das tecnologias de informação e comunicação, conferindo um vínculo permanente com o egresso.

Destaca-se que o PPGDSTU/NAEA é um curso de pós-graduação da área interdisciplinar com nota 6 na avaliação da CAPES (2013 a 2016) e nota 7 na avaliação referente ao quadriênio 2017 a 2020, que tem procurado, desde sua criação, oferecer formação sólida ao egresso, contribuindo com a pesquisa, o ensino e a extensão na universidade, objetivando também mobilidade social e impacto da formação de seus egressos na sociedade. Tem, dentre seus objetivos formar pesquisadores, professores e profissionais que pensem o desenvolvimento econômico e regional na Amazônia, juntamente com os princípios de conservação e preservação ambiental com geração de prosperidade social.

Para além deste objetivo, propugna ainda pela realização de pesquisas e reflexões em âmbito internacional, conectado com os debates atuais de seu tempo acerca do desenvolvimento dos

Trópicos Úmidos em países da Pan-Amazônia, sempre atento aos desafios colocados pela complexidade socioambiental que permeiam a realidade amazônica.

No período compreendido para esta pesquisa (2007 a 2020), cujo recorte temporal se justifica por abranger quatro avaliações junto à Capes, sendo duas trienais (2007 a 2009 e 2010 a 2012) e duas quadrienais (2013 a 2016 e 2017 a 2020), uma vez que a periodicidade da avaliação foi alterada pela Capes a partir de 2013 (deixando de ser trienal e passando a ser quadrienal), o PPGDSTU formou 170 alunos de mestrado e 190 alunos de doutorado.

Quanto ao país de origem, a tabela 01 abaixo sintetiza o total de alunos de mestrado e de doutorado formados no período:

Mestrado		Doutorado	
País de origem	Quantidade	País de origem	Quantidade
Brasil	162	Brasil	181
Colômbia	03	Colômbia	02
Equador	02	Equador	01
Peru	02	Peru	01
Japão	01	Venezuela	01
-	-	Guiana	01
-	-	Guiné Bissau	01
-	-	Holanda	01
-	-	Japão	01
Total	170	-	190

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da Secretaria do PPGDSTU/NAEA/UFGA (2023)

Isso evidencia a abrangência do Programa nos países Pan-Amazônicos, o que demonstra o nível de internacionalização do Programa não apenas entre os países da Pan-Amazônia, mas também em nível global. Neste sentido, o PPGDSTU tem procurado se inserir nos debates e em experiências inovadoras em pesquisas de campo engajadas de cunho interdisciplinar, levadas a cabo por um corpo docente altamente qualificado e com experiência nacional e internacional.

É relevante citar a abrangência de suas pesquisas, inseridas em projetos que pesquisam áreas como desenvolvimento socioambiental e regional, gestão dos recursos naturais, povos indígenas e quilombolas e povos e comunidades tradicionais, agricultura familiar, economia regional,

assentamentos humanos rurais e urbanos em áreas amazônicas, conflitos socioambientais, dinâmicas sociais em áreas de mineração na Pan-Amazônia, uso da terra e mudança do uso da terra, migrações e dinâmicas populacionais na Pan-Amazônia, etc.

Essa experiência é salutar para os discentes e para os egressos, pois permite uma formação rica e diversificada, contribuindo para uma mobilidade social do egresso, colaborando para sua inserção em atividades diversas no mundo do trabalho e na sociedade.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares apontam que os egressos do mestrado e do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA) possuem uma diversidade de formações acadêmicas, evidenciando o caráter interdisciplinar do programa. Além disso, a atração de alunos de várias regiões do Brasil e até de países da Pan-Amazônia ressalta a reputação do programa na área de estudos socioambientais. A motivação para escolher o PPGDSTU/NAEA para o mestrado, envolve fatores como o prestígio da instituição, a nota atribuída pela Capes e a falta de outras opções similares na época de seus estudos. A interdisciplinaridade do programa e seu foco na sustentabilidade da Amazônia também foram considerados relevantes.

A ênfase na interdisciplinaridade permitiu aos egressos construir conhecimentos em áreas como ciência política, economia ecológica, ecologia política e geografia. Além disso, a pesquisa também os capacitou a lidar com dimensões sociais e econômicas da sustentabilidade.

O alto índice de egressos de mestrado que optaram por continuar no programa cursando o doutorado, sugere um nível de satisfação e reconhecimento da qualidade do programa por parte dos alunos. Isso indica que o PPGDSTU/NAEA atende às necessidades de formação avançada em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e questões socioambientais.

De modo geral, os egressos do Programa destacam que os conhecimentos adquiridos durante sua formação nesse programa têm uma influência significativa em suas vidas profissionais e contribuem de várias maneiras para a sociedade, como: 1) desenvolvimento de competências de pesquisa e escrita; 2) Preparação para a Docência; 3) Ampliação do Conhecimento Bibliográfico e Autoral; 4) Abordagem Interdisciplinar; 5) Acesso a Pesquisas de Alta Qualidade; 6) Atuação Profissional com Assertividade, etc.

Os egressos destacam várias contribuições significativas do programa para sua formação avançada de pós-graduação, podendo-se citar: 1) Aprimoramento do Conhecimento; 2) Visão Crítica e Sistêmica; 3) Ampliação de Interesses de Pesquisa, dentre outras.

A contribuição dos egressos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia é bastante relevante. Eles atuam em várias áreas, desde pesquisa acadêmica e orientação de alunos até o

desenvolvimento de políticas públicas, projetos de extensão e trabalho com comunidades locais. Além disso, muitos deles têm participado ativamente em projetos de desenvolvimento em países da América Latina e da Pan-Amazônia, promovendo uma visão integrada e colaborativa para abordar desafios socioambientais.

No entanto, alguns egressos observam que ainda não viram resultados econômicos imediatos da formação, mas acreditam que o valor da formação do programa será mais reconhecido no futuro.

Quanto ao acompanhamento dos egressos, a pesquisa indica que há margem para melhorias. Embora a maioria dos egressos conheça o website do NAEA, poucos estão cientes das presenças do programa nas redes digitais, como Instagram e Twitter, sugerindo que o programa deve investir mais na divulgação desses canais de comunicação.

Sobre como o acompanhamento dos egressos deve ser realizado, os egressos propõem diversas formas, incluindo convites para eventos acadêmicos, participação em grupos de pesquisa, atualização do Currículo Lattes, proferir palestras e até mesmo promover eventos de interação entre os egressos para compartilhar experiências pós-formação. A pesquisa também destaca que é importante para o programa manter um contato mais próximo e efetivo com os egressos, envolvendo-os em atividades acadêmicas e mantendo-os informados sobre oportunidades de engajamento.

Essas sugestões dos egressos podem ser consideradas valiosas para o aprimoramento contínuo do PPGDSTU/NAEA, garantindo que ele continue contribuindo de maneira significativa para a ampliação do debate teórico e da vivência prática no dia a dia das comunidades sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia e da Pan-Amazônia.

6. CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) tem desempenhado um papel fundamental na formação profissional e acadêmica de seus egressos. Os depoimentos dos ex-alunos refletem a qualidade do ensino e dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, bem como sua contribuição para o desenvolvimento da Região Amazônica e Pan-Amazônica no contexto do desenvolvimento sustentável.

O PPGDSTU/NAEA se destaca por sua abordagem interdisciplinar e seu foco na Amazônia, proporcionando aos egressos uma compreensão profunda das complexidades dessa região única. Eles mencionaram ter desenvolvido pensamento crítico, visão sistêmica e habilidades de pesquisa avançadas, além de uma valorização das relações interpessoais e da diversidade de origens dos alunos.

As recomendações dos egressos para o aprimoramento do programa incluem maior promoção de eventos acadêmico-científicos, uma plataforma de acompanhamento de egressos, atualização constante de conteúdos e disciplinas, maior enfoque na economia política e a promoção de redes de pesquisadores.

Desta forma, para os egressos pesquisados, o PPGDSTU/NAEA demonstra ser uma instituição de excelência que prepara seus egressos para fazerem contribuições significativas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e da Pan-Amazônia. Por meio de uma formação interdisciplinar sólida e do engajamento ativo de seus ex-alunos, o programa desempenha um papel crucial na construção de um futuro mais sustentável para essa região vital. Suas contribuições e recomendações mostram que o PPGDSTU/NAEA continua a ser uma referência na promoção do conhecimento e da ação em prol do desenvolvimento sustentável na Amazônia.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT)

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Avaliação diagnóstica dos egressos de 2003 e 2004 dos cursos de graduação da UFC. Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, Campinas, 2006.

CAETANO SILVA, T.; PATTA BARDAGI, M. O aluno de pós-graduação stricto sensu no Brasil: revisão da literatura dos últimos 20 anos. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 12, n. 29, 6 jun. 2016.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COSTA, Francisco de Assis. Ciência, tecnologia e sociedade na Amazônia: questões para o desenvolvimento sustentável. Belém: Cejup, 1998.

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

HORTALE, V. A.; MOREIRA, C. O. F.; BOCHNER, R.; LEAL, M. do C. Trajetória profissional de egressos de cursos de doutorado nas áreas da saúde e biociências. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 1-9, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LEOPOLDO, J. F. SISTEMAS DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO ENSINO SUPERIOR: uma análise sob a ótica de atores institucionais. Dissertação de mestrado. Araranguá, 2019.

LUCENA, J. M. V. M. de .; AVELINO LEAL, D. . Educação, Ensino e Tecnologia e as Identidades Amazônicas (Education, Teaching and Technology and the Amazonian Identities). Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, Manaus, Brasil, v. 6, n. ed.especial, p. e131820, 2020. DOI: 10.31417/educitec.v6ied.especial.1318. Disponível em: <https://sistemasmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1318>. Acesso em: 22 jul. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PPGDSTU (Site). O Programa. Disponível em <<https://ppgdstu.prosp.ufpa.br/index.php/br/>> Acesso em 31 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2025), 2022. Disponível em <<https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/documentos/PDI-2016-2025.pdf>> Acesso em 19/01/2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2025. 2022. Disponível em <https://www.ufpa.br/images/docs/PDI_2016-2025.pdf> Acesso em 12/05/2022.



Gt 02 –Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades latino-americanas

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO ORAL**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PROTEÇÃO DAS INFÂNCIAS DAS ÁGUAS E FLORESTAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DOS CRAS RIBEIRINHO NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA**Luís Sidney Nascimento Fiel¹(UFPA)Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães²(UFPA)

RESUMO: O presente artigo visa refletir sobre as estratégias tomadas pela Política de Assistência Social a fim de alcançar famílias que vivem em comunidades ribeirinhas na Amazônia. Neste sentido, debruça-se na implementação do primeiro Centro de Referência de Assistência Social Ribeirinho do município de Cametá, pertencente à região do Tocantins (Pará). A metodologia utilizada no presente trabalho se pauta em uma abordagem exploratória onde se utilizou de pesquisas bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo que se deram a partir de entrevistas e observação durante o acompanhamento de ações realizadas com profissionais da instituição. Para a exposição das considerações e constatações alcançadas, o presente texto se encontra dividido da seguinte maneira: I) Realiza-se considerações sobre a construção histórica das políticas de Assistência Social no Brasil, destacando seus primórdios, principais avanços e retrocessos, tendo como suporte autores como Oliveira (2007), Silva (2018) e documentos como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 2004, as Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social do BRASIL (2009). II) A organização territorial do município de Cametá, destacando a região do Beiradão, onde se localiza a Vila de Bom Jardim. Ao longo deste estudo dá-se ênfase à organização dos órgãos de Assistência Social do município em tela, bem como destacar-se os principais fatores que levaram a seleção da Vila de Bom Jardim para a implantação do primeiro CRAS Ribeirinho de Cametá - PA. III) Apresenta-se dados referentes a implementação do CRAS Ribeirinho da Vila de Bom Jardim, que se deram a partir de entrevistas que foram realizadas por meio de questionário semiestruturado com profissionais da instituição, onde se obteve informações como sua organização estrutural, serviços prestados, profissionais que estão presentes nesse espaço, abrangência territorial, suas principais dificuldades e principalmente as possibilidades das instituições de Assistência Social na região. As considerações finais apontam para a importância de ações em rede com outros órgãos presentes na região do Beiradão para superar dificuldades que surgem a partir do baixo recursos da instituição e também organização territorial de sua área de abrangência.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; proteção; Infância ribeirinha.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado das ações de pesquisa e extensão realizadas na região do Tocantins desde o ano de 2019 pelo Programa Direitos Humanos Infância e Diversidade no Arquipélago do Marajó (DHIDAM) e Grupo de Estudos em Direitos Humanos, Infância e Diversidade na Amazônia (GEDHIDAM), especialmente concentrados no projeto de pesquisa a “Rede de Proteção

¹Formado em Letras-Língua Espanhola na Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Email:Luis.sidney566@gmail.com.

²Doutora em Educação, Mestre em Serviço Social e Assistente Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. E-mail: Jacguimaraes@ufpa.br.

da Infância nos municípios do Tocantins e do Marajó Ocidental: comparar para fortalecer. O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as estratégias tomadas pela Política de Assistência Social a fim de alcançar famílias que vivem em comunidades ribeirinhas na Amazônia, tendo como locus o município de Cametá, pertencente à região do Tocantins (Pará), que recentemente teve a implementação do primeiro Centro de Referência de Assistência Social Ribeirinho (CRAS Ribeirinho). Inicialmente, realiza-se considerações sobre a construção histórica da política de Assistência Social no Brasil, destacando seus primórdios, seus principais avanços e retrocessos no decorrer do tempo, tendo como suporte autores como Faleiros (1991), Iamamoto (1997) e documentos como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 2004, as Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social do BRASIL (2009).

No segundo momento é apresentada a organização territorial do município de Cametá, destacando a região do Beiradão, onde se localiza a Vila de Bom Jardim, local escolhido para a implementação do referido órgão de Assistência Social, e que durante muito tempo pertenceu ao distrito de Carapajó, mas que, dada ao seu desenvolvimento populacional se consolidou, a partir do projeto de Lei 284 de dezembro de 2015 como distrito na região do Beiradão no Município de Cametá no ano de 2023 e que assim como os outros distritos da região se caracteriza desde de territórios que contém ilhas, a vila sede, regiões de sítios e estradas.

No terceiro momento é apresentado dados referentes a implementação do CRAS Ribeirinho da Vila de Bom Jardim, tais como os motivos que levaram a escolha da referida vila a se tornar o Local da implementação desse órgão e também informações mais específicas de sua organização, que foram obtidos por meio de entrevistas que foram realizadas a partir de um questionário semiestruturado com duas assistentes sociais que fazem parte do quadro de profissionais da instituição, onde se obteve informações como sua organização estrutural, serviços prestados, profissionais que estão presentes nesse espaço, abrangência territorial, suas principais dificuldades e principalmente possibilidades que esse órgão de Assistência Social pôde possibilitar nesta região.

A metodologia utilizada no presente trabalho se pautou em uma abordagem exploratória onde se utilizou de pesquisas bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo que se deram a partir de entrevistas e observação durante o acompanhamento de ações realizadas com profissionais da instituição. Dessa forma, as considerações finais apontam para a importância de ações em rede com outros órgãos presentes na região do Beiradão para superar dificuldades que surgem do baixo recurso da instituição e também organização territorial de sua área de abrangência.

2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA E O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

As práticas assistencialistas são históricas no país e nos demais mercados pelo Capitalismo. Segundo Oliveira (2007). As práticas assistencialistas se caracterizavam, inicialmente, como prática de atenção às pessoas pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados, exercida principalmente por grupos religiosos, partindo de uma compreensão naturalizada quanto à pobreza, vista como algo normal ou uma fatalidade da vida humana. Assim, a assistência praticada por esses grupos eram ações que além de serem desenvolvidas com o intuito de busca pela salvação individual, também era utilizada como mecanismo de manipulação, já que a realidade vivida pelos pobres e doentes era considerada um destino traçado sem qualquer possibilidade de mudança.

No Brasil, o assistencialismo era comum e se concentravam entre os grupos religiosos como católicos e protestante, mas no ano de 1942, período do Governo Vargas e também da Segunda Guerra Mundial o Estado brasileiro assinala seus primeiros indícios da Assistência, enquanto política, por meio de uma legislação. Conforme Baldessar, Oliveira, Schneider e et al (2018) a partir do Decreto de Lei nº 4830 de 15 de outubro de 1942, surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que foi pensada, principalmente, para auxiliar, os combatentes de guerra e seus familiares durante a Segunda Grande Guerra, garantindo-lhes a provisão de alimentos, de tratamentos de saúde, remédios e outros. Além disso, foi estruturada pautando-se em práticas em um processo de feminilização e Filantropia, tomando o discurso de gênero. Assim, essa lei, mesmo que respaldada pelo Estado brasileiro, ainda estava alicerçada nos vieses da caridade e filantropia, dando base para práticas assistencialistas decorrente dos ideais religiosos do catolicismo e protestantismo.

Observa-se que foi longa a trajetória, bem como recente, a saída de uma compreensão de assistencialismo para a construção de uma política de Estado que visasse garantir Assistência Social não somente para os trabalhadores de carteira assinada no Brasil. O Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (2003) demarca que o principal dispositivo para o reconhecimento da Assistência Social como política nacional é a Constituição Federal de 1988, que confere, pela primeira vez, a condição de política pública à esse setor, equiparando-o, ao mesmo nível da Política de Saúde e da Previdência Social, estruturando, assim, o tripé da Seguridade Social.

O referido documento passa a atribuir ao Estado o dever de garantir o direito ao cidadão, retirando essa função das instituições filantrópicas e de cunho religiosos, tornando-o um direito e visa o desenvolvimento e a garantia de uma vida digna a população em situação de vulnerabilidade social, como é destacado em seu artigo 203:

[...]a assistência social deverá ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a

proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (Brasil, 1988).

A Constituição Federal surge como um grande passo ao desenvolvimento da Assistência Social como direito, a fim de garantir aos indivíduos uma vida com o mínimo de dignidade e possibilitar a autonomia. Inclusive, ofereceu parâmetros para outros avanços, regulamentados e aprimorados pela primeira legislação da assistência aprovada no Brasil, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). De número 8.742 e que foi promulgada no ano de 1993, essa Lei vem regulamentar o que já foi abordado pela Carta Magna e também realizar considerações acerca das normas e critérios sobre os quais a política de assistência deve ser implementada no território nacional, o que engloba fatores como as diretrizes, a organização e a gestão, dos benefícios, dos serviços, dos programas e dos projetos de assistência. Dispõe também sobre a descentralização das ações e assinala que “as instâncias que têm caráter permanente nessa nova organização do sistema são: I - o Conselho Nacional de Assistência Social; II - Os Conselhos Estaduais de Assistência Social; III - o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal; IV - os Conselhos Municipais de Assistência Social” (Brasil, 1993, p.15).

No entanto, mesmo com a criação da LOAS, a política de Assistencial Social enfrenta dificuldades em sua materialização, sendo um processo evidenciado desde 1995, momento que o país enfrentou os ditames do Projeto Neoliberal, introduzidos e consolidados no governo Fernando Henrique Cardoso, iniciando o aumento do campo filantrópico privado, apoiado pelas ideologias da solidariedade e voluntariado, principal marca daquele governo, colocando a LOAS em segundo plano, um grande exemplo foi o Programa Comunidade Solidária (Silva, 2018).

Mas a partir de 2003 com a mudança de governo, a Loas é posta em evidência novamente na IV Conferência Nacional de Assistência Social que ocorreu no mesmo ano. Essa conferência abre espaço para que no ano seguinte fosse viabilizada a criação de uma Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que segundo Brasil (2004):

A decisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de elaborar, aprovar e tornar pública a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS, demonstra a intenção de construir coletivamente o redesenho desta política, na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Esta iniciativa, decididamente, traduz o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, e

denota o compromisso do MDS/SNAS e do CNAS em materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. (Brasil, 2004, p. 12).

O PNAS surge como forma de viabilizar um Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do mesmo modo que já existia na Política de Saúde, portanto, o SUAS “é resultado de deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida em 2003 e expressa a materialização dos princípios e diretrizes dessa importante política social que coloca em prática os preceitos da Constituição de 1988 regulamentados na Lei Orgânica de Assistência Social, de 1993.” (Brasil, 2009, p. 08). Para materializar e garantir os direitos à Assistência Social, previstos na Constituição Federal/88 e também na Lei Orgânica da Assistência Social, surge em 2005 o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que depois de consolidado se destacam “a reorganização dos serviços por nível de proteção, a centralidade do Estado no acompanhamento às famílias, a territorialização das ações e a oferta de serviços da Proteção Social Básica, prioritariamente para famílias beneficiárias de transferência de renda.” (Mds, 2009, p.05).

Para poder materializar esses direitos que estão na Constituição Federal/88 e na LOAS, o SUAS trabalha com uma rede de unidades públicas que disponibilizam os serviços da Assistência Social, destacando-se órgãos como Centro de Referência Especializado de Assistência (CREAS), Centro POP, Centro-Dia, Unidades de Acolhimento e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Esse último sendo considerado a porta de entrada da política abordada.

Nessa organização, o CRAS, anteriormente conhecido como Núcleo de Apoio à Família (NAF), ganha uma reconfiguração em 2005 e passa a ser chamado de Centro de Referência de Assistência Social, se tornando uma unidade que passa a organizar os serviços de proteção básica, decorrendo da função de gestão local (Brasil, 2009). A garantia do espaço físico, organização de atividades, funcionamento e recursos humanos devem manter coerência com a concepção de trabalho social com famílias, destacando os serviços que devem ser ofertados no CRAS.

O CRAS tem por objetivo “prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.” (MDS, 2009, p. 11). É partindo desse objetivo que ele vai ser inserido nos territórios e essa inserção precisa ser em locais estratégicos, onde se encontram as famílias com baixa renda e em situações de vulnerabilidade, precisando dos serviços de fortalecimento de vínculo familiar e dos outros serviços disponibilizados por essa instituição, assim, os locais de implantação vão ser em bairros periféricos e favelas.

No CRAS são disponibilizados os serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que atua diretamente com a família, buscando fortalecê-la e prevenir qualquer situação que possa desfazer seus vínculos. Segundo Brasil (2014) o PAIF também tem a finalidade de promover o acesso de direitos que visam contribuir com a melhoria de vida, desenvolvimento familiar e comunitário, sempre por meio de ações preventivas, protetivas e proativas. Esses objetivos podem ser viabilizados através de acolhida ao serviço, de visitas domiciliares com as famílias que participam do PAIF, oficinas ou ações que podem ser feitas com a comunidade, todos esses sendo realizados de forma contínua.

Outro serviço disponibilizado pelo CRAS é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que tem o objetivo de:

Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; - Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; - Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios; - Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos; - Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; - Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades; - Favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários. (Brasil, 2014, p. 19).

Assim, o SCFV vai trabalhar também em conjunto com a família e realizar ações direcionadas a grupos com faixa etária específicas, trabalhando o desenvolvimento através de atividades socioeducativas que podem estar ligadas ao esporte, a arte, o lazer e também a cultura, que são planejadas de acordo com a idade dos usuários a fim de promover a inclusão social, a prevenção de situações de violação de direitos, visando o direito a cidadania e a autonomia do usuário.

Enquanto que o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, segundo Brasil (2014) tem por objetivo a garantia de direitos, o desenvolvimento de ferramentas para a inclusão em sociedade, o aumento de oportunidades, de participação e principalmente o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e das pessoas idosas, sempre a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento desses indivíduos. Assim, a busca por esses objetivos se dá através da acolhida, das visitas familiares, orientações sociofamiliares, inserção nos serviços socioassistenciais, informação e outros.

É certo que esses órgãos estão presentes nos bairros periféricos das cidades onde se encontram altos índices de pobreza e riscos de vulnerabilidade das famílias, mas o que acontece em regiões onde as famílias estão distantes das grandes cidades e também vivem em situações de pobreza e de negação de direitos previstos na lei? Como alcançar e garantir direitos onde poucas informações sobre essa temática fazem parte do dia-a-dia desses indivíduos? Essas situações são frequentes, principalmente na região amazônica, onde a floresta é predominante e uma considerável parcela da população vivem nos interiores dos estados, população essa que são compostas também por povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas e ribeirinhos que vivem afastadas das grandes metrópoles e com isso também da maioria dos órgãos públicos de segurança, saúde e assistência, fazendo com que o acesso a seus direitos como cidadãos se torne um desafio.

Regiões compostas por ilhas e sítios onde pessoas enfrentam horas de viagem para chegar até as cidades, seja por meio de rios ou estradas de terra, para ter acesso a direitos que se materializam nas políticas de Assistência Social, Saúde e Educação. Municípios formados por arquipélagos, onde a maioria de sua população vive em ilhas, onde a economia é composta basicamente pelo extrativismo e que não estão isentos de violações de direitos como maus tratos praticado contra idosos, exploração sexual infantil, trabalho infantil, violência contra a mulher e relações fragmentadas entre as famílias, ademais disso, por viverem em regiões distantes dos grandes centros, situações como essas se tornam mais difíceis de serem mapeadas, fazendo assim com que essas situações sejam silenciadas.

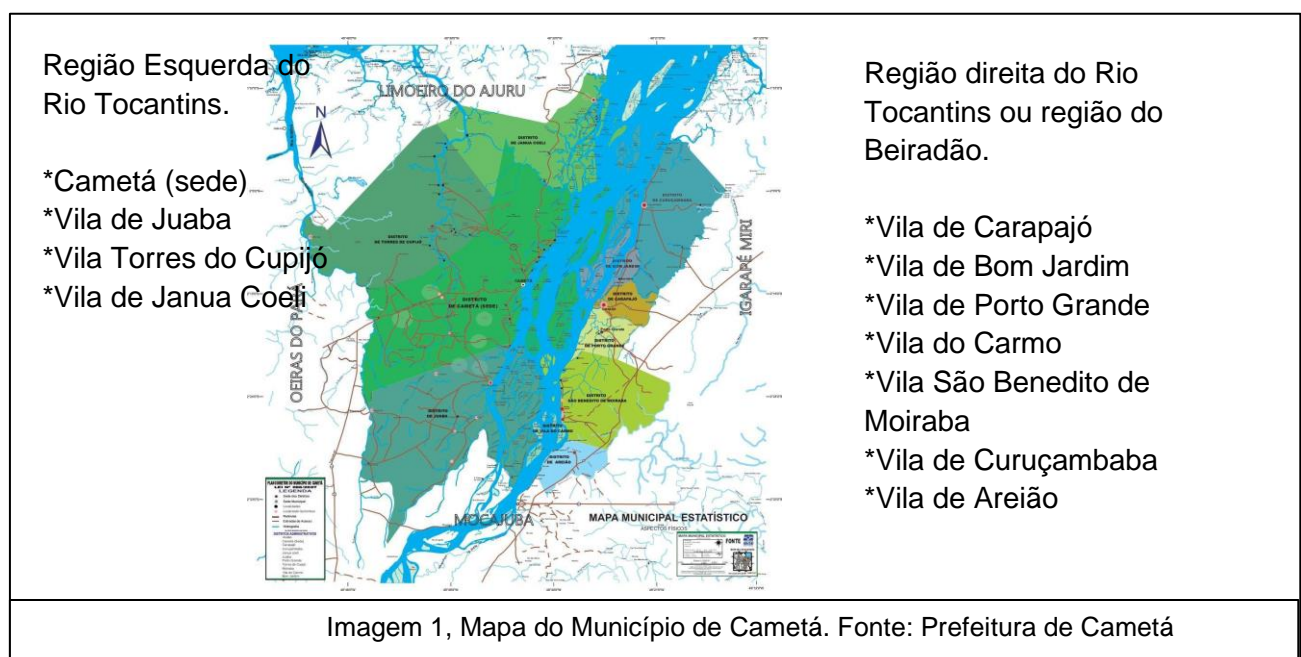
Dessa forma, o Estado, visando também garantir o acesso de direito dessas comunidades desenvolve mecanismos para levar até esses lugares distantes as políticas públicas como é o caso da Assistência Social, através de serviços específicos para esses povos como o CRAS Quilombola e Ribeirinho, que atuam nesses territórios, precisando se adaptar às especificidades dessas regiões e criar mecanismos para que esses direitos garantidos por lei sejam efetivados nesses lugares, como é o caso do primeiro CRAS Ribeirinho inaugurado no município de Cametá no ano de 2023, na região nordeste paraense.

3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ E A REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CRAS RIBEIRINHO

Localizado às margens do Rio Tocantins, o município de Cametá é considerado uma das mais antigas cidades do estado do Pará. Com 176 anos de idade, Cametá obteve o *status* de cidade em 1.848 e desde esse período vem se modificando ao longo do tempo. Seu território considerado um arquipélago, se destaca pela quantidade de ilhas existentes na região e também por uma grande

quantidade de comunidades que vivem em áreas de estradas, dentre estas estão presentes também comunidades quilombolas e principalmente ribeirinhas, sem contar sua vasta área de floresta. Composto atualmente por 11 distritos, Cametá está dividido entre a região da margem esquerda do rio Tocantins onde se encontram o distrito sede (Cametá), o distrito de Juaba (comunidade quilombola), o distrito de Torres de Cupijó e Janua Coeli e do lado direito do Rio Tocantins onde se encontra a região conhecida como beiradão que é formada pelos distritos de Carapajó, distrito de Vila do Carmo, distrito de Porto grande, distrito de Curuçambaba, distrito de São Benedito de Moiraba (comunidade quilombola), distrito de Areião e distrito de Bom Jardim.

Segundo dados do IBGE (2022) o número de habitantes do município é de 134.184 pessoas, que estão espalhadas em um território de 3.081.367 km², onde mais de 63% dessa população se encontra nas regiões dos interiores do município. Além disso, quando falamos em políticas públicas e distribuição de órgãos, cabe destacar que segundo Fiel (2023) os centros de Assistência Social, Hospitais, Postos de Segurança Pública, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Delegacia da Mulher (DEAM) são encontrados somente no centro da cidade (distrito sede), salvo as vilas de grande porte como Carapajó, Bom Jardim, Juaba, Vila do Carmo e Porto Grande que contam com unidades Básicas de Saúde (UBS) e delegacias de Polícia Militar (PM) com uma viatura e três policiais, além de escolas de nível fundamentais, infantis e Conselheiros Rurais. Contudo, tal estrutura não seria suficiente para lidar com as demandas que surgem espalhadas nas ilhas e vilas da região. Dessa forma a divisão dos distritos do município está organizada de acordo com a imagem abaixo:



Dessa forma, os órgãos já citados aqui estão presentes em sua maioria do lado esquerdo do rio e assim como essa organização, a organização dos CRAS do município durante muito tempo também ficou centrada na sede do município, fazendo com que a população ribeirinha, dos sítios e até mesmo quilombola precisasse se deslocar de suas comunidades para buscar serviços de assistência na cidade de Cametá, deslocamentos esses que podem chegar até duas horas de viagem entre rios e estradas de terra. Assim, as pessoas dos interiores eram cadastradas em um dos Centros de Referência de Assistência Social que ficava localizado na cidade, com isso, além de atender as demandas da população urbana, os CRAS também atendiam as demandas das comunidades ribeirinhas e estradas de todo o município.

Até o ano de 2022 o município contava com cinco unidades sendo o CRAS do São Benedito, CRAS do Bairro Novo, CRAS da Baixa Verde, CRAS da Cidade Nova, CRAS da Nova Cametá. No entanto, no dia 1 de agosto de 2022 a prefeitura de Cametá inaugura na comunidade de Juaba, o primeiro Cras Quilombola do município que começou a atender as demandas do distrito de Juaba e comunidades próximas como o quilombo de Matias, a comunidade de Porto Seguro, a comunidade de Mola, a comunidade de Porto Grande e a comunidade de Porto Alegre, todas consideradas quilombolas com certificação ou em processo de reconhecimento.

Assim, uma grande parte da população que enfrentava viagens que duravam horas até chegar na cidade ou até mesmo as que não conseguiam acessar os direitos a assistência tiveram a oportunidade de ter acesso a esses serviços mais próximos de suas localidades. É importante destacar que a comunidade de Juaba também fica localizada às margens esquerda do Rio Tocantins, assim, as comunidades que foram beneficiadas eram do interior da região onde a sede do município se localiza. Dessa forma, as comunidades da Região do Beiradão, margem direita do rio, ainda continuavam dependendo das viagens para cidade de Cametá para ter acesso aos serviços.

Esse cenário durou até o ano de 2023, quando a prefeitura de Cametá inaugurou o primeiro Centro de Referência de Assistência Social Ribeirinha (CRAS Ribeirinho) na região do Beiradão no dia 13 de maio, mais precisamente na Vila de Bom Jardim, que antigamente fazia parte do distrito de Carapajó, mas que através do decreto de Lei número 284 de 30 de dezembro de 2015 passou a ser considerado distrito do município e segundo o Art. 3º deste documento o novo distrito teve como sede o atual povoado de Bom Jardim que a partir da presente lei foi elevado à categoria de Vila.

Assim, surge às margens direita do Rio Tocantins o primeiro CRAS Ribeirinho, encarregado de atender a região dos setes distritos que compõe o Beiradão e atende até mesmo comunidades quilombolas, como é o caso da Vila São Benedito de Moiraba que é quilombola, mas que não possui seu próprio Cras. Sua localização na Vila de Bom Jardim partiu, segundo a entrevistada 1 “de um grande número e denúncias de exploração sexual, trabalho infantil e outras violações de direitos

(Entrevistada 1, Cras Ribeirinho, 2024). Com isso, a escolha da localização dessa instituição se deu por fatores de riscos sociais, onde o número de demandas da região do Beiradão era mais frequente naquela Vila e suas proximidades. No entanto, isso não significa que os outros distritos também não apresentassem um número significativo de demandas, na verdade, segundo Fiel (2023) na Vila de Carapajó, local onde estão presentes as principais empresas de transporte que fazem viagens intermunicipais existem muitos pontos de trabalho infantil, onde crianças trabalham carregando bolsas, lavando carros, vendendo salgados e água mineral e isso faz com que gere a evasão escolar e a exposição das mesmas à criminalidade e ao tráfico de entorpecentes.

Com um número expressivo de demandas, o Cras ribeirinho é inaugurado e precisa enfrentar, além do fator territorial da região do Beiradão, onde as Vilas sedes dos distritos estão no mínimo a 5 quilômetros de distância uma da outra, o número de demandas e também as dificuldades da própria instituição como a falta de profissionais e questões de repasses financeiros. Dessa forma, como disponibilizar serviços como atividades do SCFV que são realizados naturalmente dentro da instituição para famílias que vivem distantes de Bom Jardim? Como realizar acompanhamentos e palestras de conscientização em todas essas comunidades e ainda atender outros serviços que só podem ser realizados dentro do prédio institucional? Como fazer com que famílias de todas essas regiões participem das atividades do PAIF? Como produzir um trabalho produtivo em uma região onde o fator territorial deixa tudo mais complexo e demorado? Como uma simples visita domiciliar que pode levar a manhã toda e até passar para o período da tarde. Essas e outras perguntas foram feitas a alguns profissionais que atuam na instituição e que participaram da presente pesquisa.

4 A ATUAÇÃO DO CRAS RIBEIRINHO DE BOM JARDIM NA REGIÃO DO BEIRADÃO

Os dados mencionados aqui foram adquiridos através de entrevistas com duas funcionárias que são assistentes sociais na instituição e também de acompanhamentos realizados em atendimentos do CRAS Ribeirinho em comunidades que fazem parte da região de abrangência da instituição. Assim, o CRAS Ribeirinho da Vila de Bom Jardim foi inaugurado e começou a atuar com uma estrutura física de uma sala da coordenação, uma sala para as/os assistentes sociais, uma copa, uma sala onde são realizadas as atividades do serviço de convivência, dois banheiros, uma sala da psicóloga e uma recepção. é importante destacar aqui que, no município de Cameté a maioria dos CRAS está funcionando em prédios alugados, mas o CRAS Ribeirinho de Bom Jardim é um dos únicos que tem prédio próprio. Além disso, no ato de sua inauguração a grade de funcionários se forma com dois agentes de segurança, dois assistentes sociais, uma coordenadora que também é formada em

serviço social, uma pedagoga, duas instrutoras do serviço de convivência, um agente administrativo e um agente de serviços gerais.

As duas participantes da presente pesquisa são uma assistente social e a coordenadora da instituição, identificadas aqui como respectivamente como **entrevistada 1** e **entrevistada 2**, que foram entrevistadas através de um questionário semi estruturado, onde foram questionadas sobre o funcionamento da instituição, seus principais serviços, suas principais possibilidades e desafios que são encontrados na efetivação dos direitos nesta região. neste sentido, quando perguntada sobre as principais demandas encontradas na região do Beiradão, a Entrevistada 2 destacou que:

As principais demandas encontradas no momento são os cadastros do Bolsa Família, que a gente é habilitado a fazer, as carteirinhas dos idosos que já estamos podendo fazer e validar elas, as visitas que realizamos com as famílias do Paif, mas antes, quando o Cras começou a funcionar, era muito frequente jovens de 13, 14 e 15 anos chegarem grávidas ou com filho para fazer cadastro do bolsa família com maridos de 30 anos por exemplo e isso configura estupro de vulnerável. (Entrevistada 2, Cras Ribeirinho, Bom Jardim).

Além de destacar as principais demandas encontradas, o motivo da escolha da Vila de Bom Jardim como sede para o primeiro CRAS Ribeirinho também se confirma quando ela relata as primeiras demandas mais constantes que eram atendidas na instituição. Outro ponto a ser destacado para a redução dessa demanda que era frequente foi as ações realizadas em parceria com as comunidades, onde os profissionais da instituição passavam orientações acerca dos serviços disponibilizados pela instituição e alertavam que os casos recorrentes jovens com menos de 15 anos tentando realizar cadastros seriam denunciados e assinalados como estupro de vulnerável, e que além disso, não seriam desmembradas dos prontuários de seus responsáveis para formar um novo cadastro familiar, como foi observado em uma ação acompanhada no dia 20 de novembro de 2023 que foi realizada na ilha de Ajaraí. A assistente social destaca que essas iniciativas foram cruciais para a diminuição desses casos que eram recorrentes no dia-a-dia da instituição.

Outro ponto a ser destacado em sua fala é o fato da instituição está realizando a produção e a validação das carteiras dos idosos, e em contrapartida ainda não conseguiu começar a realizar atividades com grupos de idosos dentro da instituição, a Entrevistada 1 afirma que “o principal motivo para isso é a falta de materiais como cadeiras de adultos, já que até então temos somente cadeiras de crianças, não temos também Datashow e outros equipamentos para propor atividades que os motivem a ficar, assim as atividades do SCFV estão acontecendo somente com jovens e crianças, sem os grupos de idosos e de mulheres”. (Entrevistada 1, Cras Ribeirinho, Bom Jardim).

Além disso, com relação aos trabalhos realizados pelo SCFV que deveriam ser feitos para atender todos os distritos da região do Beiradão atualmente só está atendendo as famílias da Vila de Bom Jardim, isso dadas as dificuldades territoriais encontradas na região, que dificulta o trajeto das famílias até a instituição, que por sua vez, pela falta de mais profissionais em seu quadro de funcionários, tem dificuldade em realizar esse tipo de ação todas as semanas nos outros distritos e ainda continuar atendendo as demandas que chegam na instituição.

O mesmo ocorre com o PAIF que segundo dados fornecidos pela Entrevistada 2 o número de famílias que são acompanhadas pelo serviço chegou a 2.209 no mês de fevereiro deste ano e que no mesmo mês 271 famílias a mais foram adicionadas e que a tendência é o aumento já que, a marca de novos cadastros no início de abril já passava de 500 famílias. Cabe ressaltar que esses números são somente do distrito de Bom Jardim e que dada a quantidade populacional dos outros distritos dessa região a procura por esse serviço seria ainda maior.

Neste sentido, mesmo ainda não alcançando todas as famílias de sua área de cobertura, o CRAS Ribeirinho conseguiu proporcionar esses serviços a uma grande parcela da população que está em situações de vulnerabilidade social e que não poderiam participar das atividades nos centros que se localizavam na sede do município. Além disso, a proximidade da instituição com a população de Bom Jardim facilita a busca por outros serviços também. O acesso pela estrada, mesmo que sendo de terra batida, é mais prático do que pagar por Viagens que variam de 15 a 25 reais para a ida até a sede do município e isso facilita também para que pessoas da região do Beiradão, mesmo com as dificuldades, possam visitar o CRAS e procurar por serviços.

Com relação às outras comunidades da região do Beiradão, como a instituição não consegue está presente todos os dias e semanas nessas Vilas, as estratégias adotadas foram um intenso trabalho em rede com outros órgãos como as escolas, as UBS e Polícia Militar, Conselho Tutelar Rural e representantes dos distritos, como desta em sua fala:

As ações realizadas nos outros distritos são feitas de forma programada por nós e outra instituição que possa nos ceder o espaço onde realizar elas, seja uma escola ou até mesmo em um salão comunitário. Essas ações são divulgadas dias antes de acontecerem para que as pessoas dessas comunidades possam comparecer em grande número. Ai, a gente faz orientações sobre as novas condicionalidades do Bolsa Família, realiza trabalhos referentes ao CadÚnico e sobre os bloqueios de benefícios, sobre a importância das vacinas e da presença escolar e sobre quais órgãos procurar (Entrevistada 1, CRAS Ribeirinho, Vila de Bom Jardim).

Esse trabalho em rede também ocorre de forma online, pois os profissionais do CRAS também montaram um grupo de mensagens onde estão incluído os representantes de todas as escola, UBS, Agentes Comunitários de Saúde (ACS), conselheiros tutelar, assim, quando necessário o

esclarecimento de alguma situação como de bloqueio de benefício por presença escolar ou falta de vacina, os profissionais são acionados e disponibilizam informações de forma a prevenir fraudes e violações para poder desbloquear ou conseguir se cadastrar em programas como o Bolsa Família.

Essa estratégia também ajuda nas visitas domiciliares onde os assistentes sociais são acompanhados em sua maioria pelos ACS e conselheiros tutelares que atendem a região. Esses profissionais também informam demandas que são encontradas nas regiões das ilhas, como é o caso das escolas, que no período da safra do açaí indica um grande índice de evasão escolar, pois muitos jovens e também crianças param de frequentar as aulas para trabalharem de peconheiros. Assim a escola comunica a visita da instituição na comunidade e a importância da presença dos pais dos alunos, aciona o CRAS e também colabora com a vinda dos profissionais e com a alimentação dos mesmos, pois segundo a Entrevistada 2:

O CRAS no início de seus trabalhos não possuía transporte para realizar essas ações nas ilhas, mas como as comunidades que acionavam a instituição pagavam aluguel de barco e também de combustível, a gente ia. Hoje o CRAS ainda não tem um veículo próprio pra fazer essas ações, mas a prefeitura já ajuda alugando um transporte que fica à nossa disposição e as ações em outras comunidades já são realizadas com ele (Entrevistada 2, CRAS Ribeirinho, Bom Jardim).

Essas parcerias também ocorrem com as UBS nas questões das vacinas das crianças e do preventivo das mulheres, condicionalidades que também estão presentes no programa Bolsa Família. Assim, o trabalho em rede se torna crucial para a efetivação de direitos na região do Beiradão, em todos os sentidos, já que, através dele, o CRAS Ribeirinho de Bom Jardim consegue realizar atendimentos em áreas que são de abrangência, mas que tem difícil acesso, e se complementa com profissionais de outras áreas no momento das ações, pois, atualmente o quadro de funcionários é considerado baixo para a quantidade de demandas, além disso, atualmente essas ações são realizadas sem a presença da psicóloga que vinha atuando desde o mês de setembro de 2023, mas que, desde o mês de fevereiro de 2024 não pertence mais a grade de profissionais da instituição, assim outros atendimentos que necessitavam de sua presença também foram prejudicados com a sua saída.

Assim, diante das dificuldades enfrentadas, tanto pelos usuários como pela equipe técnica que compõe o CRAS Ribeirinho as ações e serviços nesta região são programadas e realizadas de acordo com as necessidades dos usuários e também as possibilidades dos profissionais, sempre levando em consideração o território do município de Cameté e principalmente a região do Beiradão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realizar considerações acerca da implantação e atuação do CRAS Ribeirinho da Vila de Bom Jardim é de suma importância destacar primeiramente o território onde essas ações e trabalhos

vão ser realizados, pois dadas as logísticas das comunidades que são distantes uma das outras, somadas a dificuldades econômicas dos usuários e também as dificuldades enfrentadas pela instituição, alguns serviços precisam ser readaptados visando o maior alcance desses indivíduos. E neste sentido, é que o fortalecimento da rede de apoio entre esses órgãos que estão presentes nessa região contribuiu muito para o desenvolvimento e eficácia dos serviços prestados, além disso, o apoio das comunidades e a compreensão de que o fortalecimento dessas ações depende também do fortalecimento desse vínculo fez com que, as dificuldades apresentadas pela instituição fossem superadas, como é o caso a questão do transporte nos meses iniciais dos trabalhos do CRAS Ribeirinho.

Assim, outro ponto também a ser destacado é que diversas famílias que antes não tinham acesso aos serviços fornecidos pelos CRAS que estão na sede do município pudessem ser contemplados, mesmo que em partes, como são os casos das ações do PAIF que ainda se concentram somente com as famílias de Bom Jardim, mas que mesmo assim se mostra com um número expressivo de contemplados. Além disso, esse ano novas estratégias estão sendo pensadas com o intuito de abranger também as famílias dos outros distritos e que com certeza vai envolver ainda mais o trabalho em rede.

Por fim, os trabalhos de desbloqueio de benefícios e novos cadastros que antes eram fornecidos somente na cidade de Cametá, agora, mesmo com as dificuldades, se tornam mais viáveis para os usuários da região do Beiradão, assim também como a carteirinha do idoso e principalmente as ações que buscam informar sobre os serviços prestados e principalmente abordar sobre as prevenções e campanhas que são realizadas pela prefeitura de Cametá. É fato de que ainda existem muitas dificuldades a serem enfrentadas, mas dadas a organização estrutural e de funcionários dessa instituição, as possibilidades que surgem para essas comunidades são de extrema relevância, que assim, cada vez mais consegue acessar esses serviços e também se tornam mais autônomos à medida em que vão conhecendo seus direitos e onde buscá-los.

REFERÊNCIAS

BALDESSAR, Julia Sabino; OLIVEIRA, Taiana de; SCHNEIDER, Marina; ALVES, Ismael Gonçalves. **LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS: Pobreza e Assistência no Discurso Jornalístico Brasileiro (1940-1960)**. II Jornada Internacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas. Santa Catarina, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988**. Brasília, 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao>.

BRASIL, Lei nº 8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS):** Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005.

FIEL, Luís Sidney Nascimento. **A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA PROTEÇÃO DA INFÂNCIA TOCANTINA:** Um Estudo de caso na Vila de Carapajó no Município de Cametá/Pa. Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). Maranhão, 2023.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. **Rede de Proteção da infância nos municípios do Tocantins e do Marajó Ocidental: comparar para fortalecer.** Projeto de Pesquisa apresentado submetido ao Edital N°13/2020 PIVIC/PROPESP e apresentado à coordenação do Campus Universitário do Marajó/Breves da Universidade Federal do Pará, contemplado pela PORTARIA N° 47/2020. CUMB/UFPA, 2020.

IBGE. **Cidades e Estados.** Município de Cametá. 2022. disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/Cametá.html>>. acesso em: 01/03/2024.

. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **LOAS Anotada:** Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, 2003.

_____. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 1. ed. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009. 72 p.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Brasília, 2014.

OLIVEIRA, Íris Maria de. **Assistência Social e Cultura do Atraso.** III Jornada Internacional de Políticas Públicas Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI. Maranhão, 2007.

SILVA, Mossicleia Mendes da. **A Política de Assistência Social No Brasil:** Paralelismo e as Estratégias de “alívio à Pobreza”. Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ENPESS. Vitória, ES. 2018.



GT 02 - Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas.

MORADIA EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS: CONTRADIÇÕES NA CAPITAL DA ZONA FRANCA DE MANAUS

Norma Maria Bentes de Sousa³. (IBGE – SES / PA)

RESUMO: O objetivo deste artigo é refletir sobre o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas, a partir da implementação do modelo produtivo Zona Franca de Manaus (ZFM) no final da década de 1960, identificando suas repercussões na dinâmica econômica, demográfica e na urbanização, com foco nos impactos e desafios para a efetivação e garantia do direito à moradia adequada nesse subespaço regional, em particular na capital amazonense. A pesquisa utilizou dados secundários do período 1967 – 2019, em sua maioria produzidos pelo IBGE e também, por outras instituições de pesquisa. A implementação da Zona Franca de Manaus no Amazonas, teve forte impacto nesse subespaço regional, em particular na capital amazonense, reproduzindo na escala local um desenvolvimento socioeconômico calcado em assimetrias regionais, desigualdades sociais e concentração de riqueza numa única fração do território, próprias do modelo produtivo capitalista subordinado, dependente e voltado “para fora”. Os resultados indicam que as atividades industriais transplantadas pela ZFM aprofundaram a concentração de riqueza, de população e de urbanização na capital do Amazonas. Por sua vez, a existência significativa de áreas de aglomerados subnormais (favelas e assemelhados), situação que abrange metade dos domicílios de Manaus no ano de 2019, evidencia também, a concentração da pobreza urbana na capital amazonense. Nesse sentido, o desenvolvimento promovido pela ZFM no Amazonas é contraditório e limitado na apropriação da riqueza produzida, situação retratada na magnitude das inadequadas condições de habitação presentes em Manaus, o espaço mais urbanizado da Amazônia brasileira, num flagrante desrespeito ao cumprimento do direito social à moradia consagrado na Carta Magna.

Palavras-chaves: Zona Franca de Manaus. Moradia. Aglomerados Subnormais. Manaus. Amazonas.

1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização na Amazônia, cujo ápice ocorreu no contexto das políticas desenvolvimentistas de integração nacional em curso na região amazônica a partir da década de 1960, tem um ângulo de análise revelador ao serem avaliadas as condições de moradia dos habitantes dessa fração do território regional.

A precariedade de vida e moradia de sua população expressa-se na descomunal ocorrência dos denominados Aglomerados Subnormais (AGSNs), terminologia oficialmente definida pelo IBGE (2020), para classificar as favelas e assemelhados, que são áreas da cidade com características de acesso ilegal aos terrenos e / ou ausência de infraestrutura urbana ou planejamento da ocupação.

No ano de 2020 foi divulgado o mapeamento dos aglomerados subnormais pelo IBGE, evidenciando a manutenção e até mesmo o crescimento dessas ocorrências nas cidades da

³ Supervisora das Pesquisas Sociais, IBGE – SES / PA, Brasil. Email: bentesn@hotmail.com

Amazônia. A existência dos AGSNs é significativa nos dois principais estados amazônicos, o Amazonas e o Pará, que ocupam o topo do *ranking* nacional em termos de maior quantitativo de áreas com essas características de condições inadequadas de moradia.

A situação agrava-se ainda mais quando o foco da análise são as capitais amazônicas, neste caso, Belém e Manaus. Conforme os dados do IBGE, esses municípios ocupam o primeiro e o segundo lugar, respectivamente, no *ranking* das capitais estaduais com o maior número de áreas urbanas de moradia, cujo acesso à posse da terra é ilegal e são precárias de infraestrutura urbana ou há ausência de planejamento em sua ocupação.

Focando na parte ocidental da Amazônia, ou mais especificamente, no estado do Amazonas, questiona-se quais são as determinações que influenciam e possibilitam a existência de centenas de famílias em condições inadequadas de moradia e, como a significativa quantidade de áreas subnormais e de pessoas residentes nesses aglomerados revela a desigualdade social existente no Amazonas em particular, na cidade de Manaus, sede da Zona Franca de Manaus (ZFM).

A ZFM é um empreendimento que vem impulsionando o desenvolvimento econômico na Amazônia Ocidental desde o final da década de 1960 e, ao longo do tempo colocou a capital do Amazonas na condição de produtora de mais de 80% de toda a riqueza gerada em âmbito estadual.

Nesse sentido, o objetivo deste ensaio é identificar as condições de moradia dos trabalhadores que vivem no Amazonas, com foco em Manaus, especificamente nos aglomerados subnormais, para compreender as relações entre garantia do direito à moradia e o acesso às riquezas produzidas no território amazonense.

Para fundamentar o estudo, foram utilizados dados secundários produzidos pelo IBGE, especificamente dos censos demográficos, do mapeamento de aglomerados subnormais (2020), do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) e, do PIB municipal, além de outras pesquisas e levantamentos.

O texto está estruturado em cinco seções. Na seção 2, será feita uma abordagem da ZFM no contexto de integração da Amazônia ao desenvolvimento econômico nacional, com ênfase na industrialização incentivada pelo Estado, atividade que se tornou o centro dinâmico da economia amazonense e que está sediada na capital Manaus. O objetivo é refletir sobre o desenvolvimento promovido pela ZFM e seus reflexos na dinâmica econômica do estado e da capital amazonense.

Na seção 3, busca-se identificar as condições de habitação dos amazonenses para verificar se o direito à moradia é uma realidade concreta na vida dos moradores dessa fração do território amazônico, sendo apresentados indicadores de moradia em condições adequadas no Amazonas, para evidenciar o cumprimento ou não do direito constitucional à moradia.

Na seção 4, a partir do recorte territorial das áreas de aglomerados subnormais, contextualiza-se sua ocorrência na escala nacional, estadual e municipal, com foco nos estados amazônicos e, em especial no Amazonas e em sua capital Manaus. Nesta última, busca-se caracterizar essas áreas do ponto de vista das condições de infraestrutura urbana, além de traçar o perfil socioeconômico de seus moradores a partir dos dados censitários disponíveis.

Nas considerações finais, são feitas reflexões sobre as contradições do desenvolvimento econômico promovido pelo empreendimento ZFM no território amazonense. Os indicadores de inadequadas condições de habitabilidade e a existência dos AGSNs em grande escala no Amazonas, em particular no município sede da ZFM, evidenciam o não transbordamento desse desenvolvimento para a garantia do direito social à moradia nessa fração do espaço subnacional e amazônico.

2. Zona Franca de Manaus e o desenvolvimento no Amazonas: A concentração da riqueza na capital

Passado mais de meio século desde a instauração do governo ditatorial militar no Brasil (1964), com a implementação de ações bem específicas para a Amazônia/Amazonas, retoma-se a questão das propostas de desenvolvimento implementadas naquele período, buscando estabelecer um entendimento sobre suas repercussões no século XXI.

Naquele contexto, a Amazônia foi concebida de forma contraditória, como uma “região problema” (OLIVEIRA, 2008) e, ao mesmo tempo, como solução para questões regionais/nacionais, sendo objeto de múltiplas intervenções governamentais que visavam integrá-la ao modelo de desenvolvimento econômico nacional.

Nesse aspecto, apesar da ênfase econômica, outros elementos tornavam a ação integradora preta de possibilidades. A ocupação do “vazio demográfico” da Amazônia, por meio de migrações controladas pelo governo, poderia atenuar tensões em outras regiões do país, especialmente no Nordeste, numa atuação complementar a essa região, já identificada por Celso Furtado nos anos 1950 (BECKER, 2009). A proteção das fronteiras amazônicas - que faz limite com quatro países (Venezuela, Bolívia, Peru e Colômbia) - perante a ameaça de insurreições advindas de nações com orientações não capitalistas (OLIVEIRA, 1994), era outro objetivo a ser alcançado.

No aspecto especificamente econômico, destacam-se a formação do mercado interno (GUIMARÃES NETO, 1997), com a implementação de projetos de infraestrutura para a integração física, como as rodovias, e aqueles voltados diretamente para a integração produtiva, pela exploração dos seus recursos naturais, especialmente minérios, além da geração de energia, dentre outros.

Em que pese o governo ditatorial, as políticas implementadas tinham inspiração desenvolvimentista, que, dentre outros pressupostos, fundamentavam-se nos princípios discutidos no âmbito da Comissão para a América Latina (CEPAL) - uma comissão regional criada pelo ONU no pós II Guerra Mundial, sintetizados na importância da intervenção estatal, no desenvolvimento econômico via industrialização e no nacionalismo (SOUSA, 2016).

Os impactos e consequências dos planos, programas e projetos governamentais na Amazônia, já foram objeto de diversos estudos que enfatizam a (des)organização do espaço amazônico que promoveu, dentre outros impactos, uma acelerada urbanização (ABELÉM, 1992).

As análises destacam também a desestruturação dos meios e modos de vida das populações regionais (indígenas, ribeirinhos) e a forma autoritária como foram implementados, dando privilégios aos grandes grupos econômicos, usando de violência na implantação acelerada da malha tecnopolítica, tratando o espaço como isotrópico e homogêneo, e não respeitando as diferenças sociais e ecológicas, com efeitos perversos, destruindo formas de vida e saberes locais historicamente construídos (BECKER, 2009).

Especificamente na *Amazônia Ocidental*⁴ (formada pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima), a criação da Zona Franca de Manaus–ZFM, em 1967, visava retomar o desenvolvimento econômico dessa parte da região e ocupar a “terra sem homens”, segundo o discurso oficial, integrando-a ao sistema econômico nacional. O estado do Amazonas e, em particular, sua capital Manaus, são o berço privilegiado da estrutura administrativa e de iniciativas que possibilitaram a implantação da ZFM, que, dentre outras ações, criou o *Polo Industrial de Manaus–PIM*, ofertando incentivos fiscais e creditícios para grupos capitalistas nacionais e internacionais instalarem-se nessa fração do território amazônico.

A Zona Franca de Manaus foi criada oficialmente em 1957 pela Lei 3.173 de 06/01/1957, portanto, antes do governo ditatorial. Já no contexto do governo militar a proposta original foi reformulada pelo Decreto-Lei 288 de 28 de fevereiro de 1967, sendo estabelecidos incentivos fiscais pelo período de trinta anos para a implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário, sediado na capital do Amazonas (Art. 42º, Capítulo III), tendo em vista o seu desenvolvimento⁵. Abaixo, a definição e objetivos da criação da ZFM, no âmbito do Decreto-Lei 288/1967:

⁴ Na outra parte da Amazônia, ficou estabelecida a Amazônia Oriental, formada pelo Estado do Pará e Território federal do Amapá.

⁵ Para administrar os serviços e instalações da ZFM, foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), como “Entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com sede e foro na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas” (BRASIL, Decreto 288, 1967, Capítulo III).

Art. 1º: É uma área de livre comércio, de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais. Finalidade: criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram os centros consumidores de seus produtos.

Desde a sua criação, a Zona Franca de Manaus–ZFM passou por várias fases, tendo sido concebida originalmente como porto livre (Lei 3.173 de 6/6/1957) para armazenamento, beneficiamento e comércio de mercadorias estrangeiras com os países limítrofes da Amazônia. Em 1967, a ZFM foi reformulada e ampliada. Nessa nova fase, a ZFM dinamizou-se como área de livre comércio, colocando Manaus na rota nacional e internacional. Em 30 de setembro de 1968 foi lançada a pedra fundamental do Polo Industrial de Manaus–PIM. A segunda fase da ZFM, que vai de 1976 a 1990, caracterizou-se pelo predomínio das atividades industriais, cuja dominância persiste até os dias atuais (SOUSA, 2016).

A atividade industrial incentivada pelos recursos da ZFM, aos poucos se tornou o centro dinâmico da economia amazonense. Composta por indústrias nacionais e estrangeiras, atraídas pelos incentivos fiscais e benefícios extrafiscais ofertados pelo governo para viabilizar a instalação no território da capital amazonense, a ZFM constituiu-se, quando de sua implantação, na única experiência existente no Brasil nessa modalidade de produção industrial (VALLE, 2007).

Na série histórica se inicia a partir do ano de 1966 indo até o ano de 2019, é possível observar a dinâmica da industrialização no Amazonas a partir do advento da ZFM, tanto pelo número de estabelecimentos industriais, quanto de pessoal ocupado, segundo o tipo de indústria, a extrativa e a de transformação.

Conforme os dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) – Empresa, do IBGE, no início da série histórica em 1966, ainda no período pré-ZFM, haviam 176 Estabelecimentos que atuavam na indústria de transformação e, nenhum registro referente à indústria extrativa. No tocante a quantidade de pessoal ocupado (PO), naquele ano havia 5.055 trabalhadores e, conforme os dados disponíveis, 100% deles estavam inseridos na indústria de transformação.

Um marco importante na quantidade de pessoal ocupado na indústria de transformação ocorreu em 1973, quando alcançou 15.318 nessa modalidade industrial, já com a presença dos incentivos fiscais e extrafiscais da ZFM. O ano de 1988 também tem um registro importante pois o PO atingiu 53.831 trabalhadores nessa atividade industrial.

No ano de 2013 foi o auge da atividade industrial de transformação no Amazonas, evidenciado tanto no número de Unidades Locais (ULs) quanto em PO. Assim, em 2013, essa indústria atingiu um recorde no total de ULs, registrando 3.064 e, na contratação de trabalhadores,

com 135.963 pessoas ocupadas. Quanto a indústria extrativa, naquele ano possuía 24 Estabelecimentos e ocupava 1.245 pessoas nessa atividade.

É importante registrar, que o bom desempenho da indústria amazonense naquele período, coaduna-se com as políticas econômicas de dinamização do mercado interno em curso no Brasil (ARAÚJO, 2013), segmento que é o destino principal da produção da ZFM.

No final da série histórica (2019), os dados reafirmam a liderança incontestável da atividade de transformação no Amazonas, uma vez que, 993 ULs, eram dessa atividade industrial, enquanto apenas 14 ULs atuavam na indústria extrativa. Sobre o PO industrial, havia um total de 92.682 pessoas trabalhando na indústria de transformação e 2.103 na atividade extrativa.

Assim, a superioridade da indústria de transformação frente a indústria extrativa no Amazonas foi a tônica durante todo o período 1966–2019, tanto no quantitativo de estabelecimentos quanto no número de pessoas ocupadas nessa atividade.

Com relação à distribuição das indústrias no território amazonense, os dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE, destaca essas informações para o ano de 2019 tendo por base os municípios com mais de 50 mil habitantes. Naquele ano, havia 35 ULs atuando na atividade industrial extrativa e 893 pessoas ocupadas nos 10 municípios do Amazonas que possuíam a partir de 50 mil habitantes, incluindo a capital. Manaus liderava tanto no número de ULs – com 29, quanto em pessoas ocupadas, com 581 trabalhadores. O município com melhor posição depois da capital era Coari, com 3 ULs e 312 pessoas ocupadas nessa atividade produtiva.

Na indústria de transformação, como era de se esperar, a liderança do ranking é da capital. Das 2.032 ULs existentes em 2019, Manaus possuía 1.731 ULs. Depois de Manaus, o município que obteve melhor desempenho nessa atividade, na segunda colocação em número de estabelecimentos, é Manacapuru, com 58 empresas industriais. Em quantidade de pessoas ocupadas, haviam 91.916 trabalhadores, dos quais Manaus possuía 89.213. A segunda posição ficou com o município de Itacoatiara, com 1.022 trabalhadores.

Essas informações referendam que, em termos de distribuição no território, as ULs industriais estão majoritariamente localizadas na capital estadual, pois concentra esse tipo de atividade produtiva tanto no número de estabelecimentos quanto no quantitativo de pessoas ocupadas, conforme já registrado anteriormente.

Dentre os subsetores da atividade industrial de transformação, na gênese das atividades incentivadas pela ZFM, o da indústria de eletroeletrônicos destacou-se dentre os demais atuantes no Polo Industrial de Manaus (PIM), dominância que persiste até os dias atuais.

Valle (2007), corrobora essas informações com base em dados da SUFRAMA. Nesse aspecto, essa autora identificou que o subsetor eletrônico registrou o maior quantitativo de trabalhadores,

assim como é o que possui maior número de estabelecimentos. Além disso, esse setor registrou o maior faturamento dentre os demais, correspondendo a quase 70% de toda a atividade industrial em Manaus. Segundo Valle (2007):

O crescimento industrial de Manaus teve e tem no setor eletroeletrônico o seu principal e mais importante polo. De fato, entre as 184 empresas industriais implantadas em 1981, contavam-se 31 do setor eletroeletrônico, o que corresponde a 17% do total, empregando 19,9 mil trabalhadores, ou seja, 40% da força de trabalho do total empregado pela indústria da ZFM [...]. Em 1996, eram 139 geograficamente concentrada na cidade de Manaus, empregando 27,324 trabalhadores, com um faturamento um pouco acima de US\$9 bilhões, o que corresponde 68,4% do total do faturamento de todas as empresas do DI (US\$13.242.230.327) (VALLE, 2007, p. 126).

Sobre a geração da riqueza no Estado do Amazonas, Sousa (2016), ao analisar a dinâmica do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios amazonenses desde a implantação da ZFM, com foco no período 1970-2010, identificou que a concentração da riqueza em Manaus é fato incontestável.

Essa autora organizou os dados do PIB Municipal segundo 3 grupos de municípios: a capital Manaus, os 4 municípios com maior PIB após a capital e, os demais municípios amazonenses. Sousa (2016) observou, que a participação na geração da riqueza estadual do grupo de 4 municípios e dos demais municípios veio diminuindo ao longo do tempo, ao contrário de Manaus, que experimentou crescimento exponencial durante todo o período em estudo.

Conforme Sousa (2016), em 1970 Manaus possuía 64,27% de participação no PIB estadual. Em 1980, avançou exponencialmente e passou a ter 84,15%. Essa participação da capital na geração de mais de 80% da riqueza do estado do Amazonas mantêm-se até o final da série histórica, registrando 86,16%, em 1990, 84,14%, em 2000 e, 83,30% no ano de 2010.

Nesse aspecto, a constatação é de que à medida que os anos foram passando, década após década Manaus aumentava sua participação na geração da riqueza estadual *pari passu* ao avanço e consolidação da produção industrial de transformação como centro propulsor da economia amazonense.

No ano de 2017, a ZFM completou 50 anos de existência como modelo produtivo no Amazonas. De acordo com Sousa (2016), os dados do PIB municipal do referido ano, reafirmaram a concentração da geração de riqueza na capital Manaus e a sua proveniência da atividade industrial, especificamente da indústria de transformação. A capital Manaus participava com 78,54% no PIB estadual, sendo este gerado da produção industrial pois é esta a atividade com maior participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) deste município.

Mas, de que forma a concentração da riqueza na capital é distribuída e apropriada pela população amazonense, em particular nas condições de moradia das pessoas que residem no município sede da Zona Franca de Manaus. Esse assunto será abordado a seguir.

3. MORADIA EM CONDIÇÕES ADEQUADAS: UM DIREITO GARANTIDO NO AMAZONAS?

Conforme já discutido na segunda seção deste artigo, com o advento da ZFM no final da década de 1960, a atividade industrial sediada na capital amazonense estabeleceu-se como centro dinâmico da economia estadual.

No aspecto da dinâmica demográfica, a partir da década de 1990, Manaus consolidou sua liderança no quantitativo de população do Amazonas, concentrando metade dos habitantes em seu território e, nos demais 61 municípios, passou a residir a outra metade. Os dados dos censos demográficos com a distribuição populacional no território amazonense, referendam essa divisão populacional entre capital e interior, ficando registrada da seguinte forma a partir dessa década: Em 1991, Manaus concentrava 48,09% da população estadual, com 51,91% residindo nos demais municípios; em 2000, os números eram 49,90% da população estava em Manaus e 50,10% nos demais municípios; em 2010, essa situação se inverteu, pois 51,72%, da população amazonense passou a domiciliar-se na capital, enquanto 48,28% residiam nos municípios do interior.

O fato de concentrar metade da população do Amazonas, conforme referendado nos dados do censo 2022, quando 2.063.689 pessoas, o que corresponde a 53, do total do Estado, ou precisamente, ...e um acelerado processo de urbanização, pois 99% de seus habitantes residem na área urbana desse município (dados do Censo 2010), trouxe para Manaus uma série de desafios dentre os quais, o atendimento das necessidades básicas da população através de políticas públicas garantidoras de direitos sociais.

Para Oliveira e Schor (2008), ao analisar as mudanças ocorridas no Amazonas e em Manaus no contexto do desenvolvimento promovido nas últimas décadas pela ZFM, dentre os problemas urbanos, o da moradia foi o mais afetado, pois se reveste de particularidades inerentes ao provimento dessa necessidade e de um conjunto de elementos fundamentais para a reprodução social.

Na perspectiva desses autores, a moradia não pode ser explicada isoladamente, visto que nela se concentra uma série de contradições. Ou seja, sua garantia prescinde de uma visão de totalidade, pois implica a dotação e acesso a vários serviços públicos. Assim, conforme esses autores: “não se pode morar apenas um dia, da mesma forma que não se pode morar em lugares sem transporte, trabalho e equipamentos como escolas, hospitais, sem falar nas áreas de lazer” (OLIVEIRA; SCHOR, 2008, p. 89).

Do ponto de vista mais geral, o da oferta de moradia em quantidade e em condições adequadas às necessidades da população, os dados sobre o déficit habitacional trazem as primeiras indicações sobre a realidade do estado do Amazonas no referente a garantia do direito à moradia.

Sobre o conceito de Déficit Habitacional, a Fundação João Pinheiro (FJP)⁶, órgão responsável pelo estudo e cálculo desse índice no Brasil, esclarece que este abrange tanto o aspecto quantitativo, ou seja, o da necessidade por novas habitações que venham ao encontro das demandas da população, quanto a qualidade que essa habitação possui, se está adequada para promover o bem-estar e a qualidade de vida de seus habitantes. Nessa perspectiva:

Deficit habitacional é um conceito que tem dado sustentação aos indicadores que buscam estimar a falta (deficit) de habitações e/ou existência de habitações em condições inadequadas como noção mais ampla de necessidades habitacionais. Deficit e inadequação habitacionais podem ser entendidos como a “falta de moradias e/ou a carência de algum tipo de item que a habitação deveria estar minimamente fornecendo” e que, por algum motivo, não fornece (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2019, p. 1).

Conforme estudo da FJP (2019) no ano de 2016, o Amazonas possuía o segundo maior déficit⁷ de moradias do Brasil, correspondendo a 15,5%, atrás somente do estado do Maranhão, que registrou 17,9%. A existência de significativo déficit habitacional no Amazonas é um primeiro elemento revelador das condições de acesso à moradia no território amazonense, uma vez que, em termos quantitativos, as moradias existentes são insuficientes para prover as necessidades habitacionais da população desse estado.

Por sua vez, no estudo da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), do IBGE (2017), são apresentadas informações sobre as características dos **Domicílios inadequados** no Brasil. Para a SIS do IBGE (2017, p. 71), **Domicílios inadequados** são aqueles cuja condição indique situação de precariedade ou vulnerabilidade que restrinja o direito à moradia adequada.

A SIS 2017 analisou quatro categorias que revelam a inadequação da moradia: *ausência de banheiro no domicílio, paredes externas construídas com materiais não duráveis, adensamento excessivo e o ônus excessivo com aluguel.*

⁶ Um “Estudo anual sobre o setor habitacional no país e a evolução de seus indicadores, considerando a falta ou inadequação do estoque urbano de moradias no Brasil, para unidades da Federação e regiões metropolitanas selecionadas. Desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do Programa Habitar/Brasil/BID.” (Disponível em www.fjp.gov.br)

⁷ Em relação ao seu total de domicílios particulares permanentes (DPPs) e domicílios particulares improvisados – DPPI (FJP, 2019).

Sobre a situação do Amazonas nessas categorias, nas duas primeiras, que se relacionam mais a precariedade física dos domicílios, o referido estudo não registrou situação de inadequação que destaque de forma negativa essa Unidade da Federação. Contudo, nos indicadores de *Adensamento excessivo e o ônus excessivo com aluguel*, o desempenho foi preocupante.

O indicador – *Adensamento excessivo do domicílio*, corresponde a uma situação em que o número de moradores é considerado inadequado ao domicílio. Para a SIS/IBGE (2017, p. 71), “utilizou-se como critério considerar excessivamente adensado o domicílio com mais de três moradores por dormitório”.

O adensamento excessivo de pessoas no domicílio, revela distintas situações relativas à falta ou valorização da terra onde o domicílio encontra-se edificado; à ausência de condições financeiras para adquirir materiais visando a construção de mais divisões internas no domicílio ou à quantidade numerosa de membros do grupo familiar que restringe as possibilidades de estar num domicílio menos adensado. Conforme a SIS/IBGE (2017):

[...] Essa inadequação pode estar relacionada a escassez ou alto custo do espaço em áreas com alta densidade ou também a falta de recursos para construção de um domicílio com área e divisões internas adequadas, mesmo quando há espaço disponível. Reflete também a taxa de natalidade – uma família com muitos filhos pode ter dificuldade em prover o número adequado de dormitórios (SIS/IBGE, 2017, p. 71).

É importante ressaltar que, além das condições já apontadas para a existência dessa situação de adensamento excessivo, existe também a possibilidade de várias famílias estarem morando num mesmo domicílio.

Sobre o desempenho do Amazonas no indicador *adensamento excessivo do domicílio*, este apresenta o maior percentual de domicílios nessa condição dentre as demais UFs no Brasil, situação que atinge 22,6% de sua população.

A situação de adensamento excessivo das moradias no Amazonas, vem ao encontro do déficit habitacional calculado pela Fundação João Pinheiro (2019) referido anteriormente, pois apontou a necessidade de serem ofertadas maior quantidade de moradias para suprir as carências habitacionais no estado amazonense. Essa carência por moradias empurra quase um ¼ da população amazonense a habitar em domicílios com muitas pessoas, fato captado pela SIS/IBGE.

A quarta inadequação analisada pelo SIS é o *ônus excessivo com aluguel* – situação onde o valor do aluguel do domicílio iguala ou supera 30% do rendimento domiciliar. Nesse indicador, “[...]entende-se que essa situação constitui uma inadequação na medida em que o elevado comprometimento da renda com o aluguel pode impedir o acesso dos moradores a outras necessidades básicas” (SIS/2018, p. 62).

No indicador *ônus excessivo com aluguel*, o Amazonas registra 4,3% de domicílios com esse tipo de inadequação. Esse percentual é o maior se comparado as demais UF's da região Norte e, remete às dificuldades enfrentadas por parte dos trabalhadores amazonenses para arcar com as despesas do aluguel de seus domicílios, uma vez que podem estar comprometendo a garantia de outros elementos essenciais à reprodução e a condições dignas de vida, como a alimentação, por exemplo.

Assim, os indicadores apresentados apontam para a existência do déficit habitacional no Amazonas. Esse déficit habitacional está configurado, seja do ponto de vista quantitativo, pela necessidade de maior oferta de habitação (FJP, 2019), seja do ponto de vista qualitativo, pelas condições inadequadas de moradia, expressa no adensamento excessivo de moradores por domicílio ou no alto custo dos aluguéis que onera o orçamento familiar e dificulta seu custeio (SIS/IBGE, 2017).

Para avançar na compreensão da questão da habitação no Amazonas, no próximo item será abordado as condições de moradia e o perfil dos moradores dos domicílios localizados em áreas denominadas de aglomerados subnormais na capital Manaus.

4. AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM MANAUS: CONTRADIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA ZFM NO AMAZONAS

Nesta seção, o foco especial será nos aglomerados subnormais em Manaus, terminologia alterada pelo IBGE no ano de 2024, para *Favelas e Comunidades Urbanas*. Com base em dados censitários, identifica-se num primeiro momento o contexto dessas ocorrências, sua distribuição nas escalas do país, dos estados e municípios, com atenção especial à realidade urbana da Amazônia e do Amazonas. Numa abordagem mais específica, serão caracterizados os domicílios e o perfil dos moradores nos Aglomerados Subnormais (AGSNs) situados na capital Manaus.

4.1. Aglomerados subnormais: retrato da pobreza urbana na Amazônia

Conforme mencionado inicialmente, os Aglomerados Subnormais – AGSNs, ou favelas e assemelhados, são áreas urbanas dos municípios brasileiros cujas características são a ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia (públicos ou privados), o padrão urbanístico irregular, a carência de serviços públicos essenciais e condições restritas à ocupação (IBGE, 2020).

Os AGSNs são habitados por populações em condições socioeconômicas de baixa renda, em moradias precárias e com pouco acesso à infraestrutura urbana (como saneamento básico, água, coleta de lixo e rede de esgoto) e equipamentos sociais (escolas, postos de saúde etc.). Além disso,

devido às características listadas, existe o fato de a densidade de ocupação dos domicílios nessas áreas tender a ser bastante elevada.

A nomeação das áreas de AGSNs varia conforme a região, recebendo as denominações de favela, invasão, grota, baixada, comunidade, mocambo, palafita, loteamento, vila, entre outros (IBGE, 2020).

A pesquisa “Aglomerados Subnormais: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19” foi divulgada pelo IBGE em 19 de maio de 2020⁸, trazendo informações atualizadas sobre os domicílios brasileiros com esse tipo de ocorrência, tomando como referência o ano de 2019.

Com base nesse levantamento preliminar, no ano de 2019 foram identificados no Brasil 13.151 Aglomerados Subnormais, localizados em 734 municípios (13,2% dos municípios brasileiros), de todos os Estados e no Distrito Federal. A estimativa da quantidade de domicílios ocupados nessas áreas é de 5.127.747 unidades, o que corresponde a 7,8% do total dos domicílios do país.

No Censo de 2010, levantamento similar listou 323 municípios com registro de AGSNs no Brasil e, 6.329 áreas foram classificadas como subnormais com base nesses mesmos critérios do ano de 2019. Nos AGSNs do ano de 2010, havia 3.224.529 domicílios.

A estimativa dos AGSNs divulgada pelo IBGE no ano de 2020, apesar de ser composta por dados preliminares, ao ser confrontada com o levantamento feito pelo Censo 2010, leva a inferir que houve visível deterioração das condições de moradia dos brasileiros uma década depois, situação que se expressa nos aumentos do número de municípios com AGSNs, do número de aglomerados urbanos com essas características e, da quantidade de domicílios ocupados nessas áreas no país.

Quando a referida estimativa é analisada na escala estadual, ou seja, o registro dessas ocorrências nos estados brasileiros, os dados indicam grande quantidade de domicílios localizados em áreas subnormais nas Unidades da Federação da Amazônia⁹.

⁸ Com a pandemia do Covid 19, o IBGE antecipou a divulgação da pesquisa “Aglomerados Subnormais: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19”, para balizar ações de combate à pandemia nessas áreas. A pesquisa apresenta o mapeamento preliminar dos AGSNs por município, a estimativa de domicílios ocupados, bem como a distância linear entre essas comunidades e as unidades de saúde. As informações sobre os AGSNs foram produzidas no ano de 2019 para o Censo Demográfico 2020 (adiado para 2021 em função da pandemia), e cruzadas com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, do Ministério da Saúde. Para o ano de 2019 o número de domicílios foi estimado. O Instituto adverte que a estimativa de domicílios ocupados não pode ser usada como parâmetro de comparação com os dados do Censo 2010 ou outras pesquisas do IBGE, uma vez que somente com a realização do Censo em 2022 será possível ter o dado concreto da realidade. Portanto, esses dados não são conclusivos, por serem versão preliminar, com atualizações até dezembro de 2019. O mapeamento definitivo dos Aglomerados Subnormais do Brasil será realizado no Censo 2022, podendo sofrer ajustes nesses resultados ora divulgados (IBGE, 2020).

⁹ Aqui entendida como sinônimo de Região Norte.

Nesse aspecto, o Amazonas lidera em quantidade *proporcional* de domicílios ocupados em aglomerados subnormais em relação ao total de seus domicílios ocupados, pois mais de 1/3 dos domicílios ocupados nessa UF localizam-se nessas áreas, correspondendo a 34,59%.

Nesse ranking estadual, na sequência está o estado do Espírito Santo, que registra 26,10% de domicílios ocupados em AGSNs. O terceiro e quarto lugares são ocupados pelos estados amazônicos do Amapá (21,58%) e Pará (19,68%). O Rio de Janeiro ocupa a quinta colocação, com 12,63%.

Quando a escala de localização dos AGSNs é a municipal, são as capitais de dois estados da Amazônia, neste caso, Belém e Manaus, que se destacam no cenário nacional por possuírem, em termos absolutos, uma representativa quantidade de seus domicílios localizados nas áreas precárias e sem condições de habitação adequada.

Assim, no grupo de 10 municípios com maior quantidade *absoluta* de domicílios ocupados em aglomerados subnormais no Brasil, Manaus ocupa a 4ª. colocação, com 348.684 domicílios, enquanto Belém vem em seguida, em quinto lugar nesse grupo, com 225.577 domicílios. As capitais amazônicas ficam atrás somente de grandes centros urbanos do país, como São Paulo (1º. lugar), Rio de Janeiro (2o. lugar) e Salvador (3º lugar).

E, quando o foco das ocorrências de AGSNs são as 27 capitais estaduais, Manaus se sobressai, pois ocupa a segunda colocação quanto a proporção de domicílios ocupados em aglomerados subnormais em relação ao seu total de domicílios ocupados, uma vez que mais da metade de seus domicílios, ou 53,38%, estão localizados em áreas subnormais. A capital amazonense fica atrás somente de outra capital amazônica, Belém, que registrou 55,49%. A terceira colocação é a da capital baiana, Salvador, que possui 41,83% dos domicílios ocupados em AGSNs.

Portanto, segundo os dados preliminares dos AGSNs no Brasil no ano de 2019, Manaus chama a atenção nesse tipo de ocorrência, pois ocupa sempre as primeiras colocações quanto a quantidade de domicílios em áreas de favelas e assemelhados, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, indicando a prevalência da precariedade das condições de moradia em seu território.

Para melhor compreender as precárias condições de moradia em áreas de AGSNs em Manaus, bem como as características socioeconômicas dos seus moradores, a seguir serão apresentados dados sobre ambos os aspectos, tendo como base o Censo 2010, ano do último levantamento realizado nessas áreas¹⁰.

¹⁰ Essas informações serão atualizadas quando forem publicados os dados do Censo 2022.

4.2. Aglomerados Subnormais em Manaus: Condições dos domicílios e características socioeconômicas dos moradores

Inicialmente, é importante ressaltar que, o uso de dados do ano de 2010 nesta parte - conforme já referido anteriormente, esse foi o ano do último levantamento censitário nessas áreas -, constitui-se numa forma de aproximação dessa realidade, uma vez que apesar da defasagem temporal, as pré-condições que permitem a classificação de áreas urbanas como subnormais são as mesmas utilizadas em todos os levantamentos censitários, ou seja, acesso ilegal à posse da terra, precárias condições de infraestrutura e/ou ausência de planejamento da ocupação (IBGE, 2020).

Nesse sentido, para fins dessa exposição, as informações sobre os aglomerados subnormais da capital do Amazonas foram organizados da seguinte forma: a) quantitativo e localização dos AGSNs no território da capital Manaus; b) características dos domicílios; c) características gerais dos moradores (sexo, faixa etária, cor/raça, educação); d) rendimento dos moradores.

a) Quantitativo e localização dos AGSNs no território da capital Manaus

Iniciando com o aspecto quantitativo, no Censo 2010 foram registradas 50 áreas de aglomerados subnormais em Manaus, correspondendo a 41,3% do total de 121 AGSNs identificados no Estado do Amazonas. Essa informação demonstra que a concentração da inadequação da moradia no Amazonas está no grande centro urbano e município-sede da Zona Franca de Manaus, a capital estadual.

Nesse sentido, nos Aglomerados Subnormais de Manaus havia 72.762 domicílios, o que representava 15,7% do total de domicílios da capital. Nesses domicílios residiam 295.910 pessoas, ou seja, 16,4% do total da população de Manaus no ano de 2010.

Sobre a existência de áreas subnormais na capital amazonense com base no Censo 2010, Sousa (2013), destacou que “na Região Norte, a capital Manaus é a segunda colocada na quantidade de domicílios em aglomerados subnormais, perdendo apenas para Belém, capital do Estado do Pará, que possuía 193.557 domicílios nessas áreas” (SOUSA, 2013, p. 15).

Quanto a localização das áreas dos AGSNs no território manauara, os dados do Censo 2010 indicam que eles estavam predominantemente nas periferias de Manaus, com destaque para as Zonas Leste e Norte da cidade, como a Comunidade Cidade de Deus, a Comunidade Parque Santa Itelvina, a Comunidade São Pedro e a Colônia Terra Nova.

Quando situados em áreas centrais da cidade, os AGSNs ficam próximos às áreas de igarapés e canais, como os Igarapé da Cachoeira – São Jorge, Igarapé do Castanha – Matinha, Igarapé do São

Raimundo, locais sabidamente carentes de infraestrutura urbana e inadequadas condições ambientais.

b) Características dos domicílios

Sobre a densidade de ocupação das moradias nessas áreas, nos dados de 2010, identifica-se uma densidade de 4,1 moradores por domicílio nos AGSNs. Nos setores normais de Manaus, a média de moradores por domicílio é de 3,9 (SOUSA, 2014).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos desencadeados a partir da implantação da ZFM no território do estado do Amazonas, especificamente o de industrialização pela atividade produtiva de transformação, impactaram de maneira intensa no desenvolvimento econômico, na dinâmica populacional e, no processo de urbanização dessa importante unidade federativa da Amazônia.

A existência de moradia em condições inadequadas no Amazonas, explicitada nos indicadores de déficit habitacional que atesta a necessidade de novas moradias, o excesso de moradores por domicílio e de ônus excessivo com aluguel, evidenciam as dificuldades de vida e moradia impostas aos trabalhadores da maior unidade da federação brasileira e, indicam a necessidade de uma reforma urbana que promova o *direito à cidade*.

A quantidade significativa de áreas de aglomerados subnormais que abrange metade dos domicílios de Manaus no ano de 2019, revela uma situação de flagrante desrespeito ao direito social a habitação constitucionalmente garantido. As informações sobre as características dos domicílios e dos moradores das áreas das favelas e assemelhados de Manaus, demonstram baixa aplicabilidade da legislação vigente no Brasil que consagra o direito a moradia em condições adequadas para todos os brasileiros.

Nesse sentido, a situação precária que afeta a moradia em Manaus e no Amazonas, traz à tona evidências contundentes sobre a não garantia dos direitos sociais aos seus habitantes, na medida em que o morar em condições precárias apresenta diversas situações de inadequação se confrontada com as diretrizes da II Conferência do Habitat promovida pela ONU em 1996 e também preconizado na legislação brasileira como a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade (2007).

Essas precárias condições de moradia impostas a população amazonense, em particular a que está domiciliada nos AGSNs de Manaus, demonstra quão distante está a garantia do direito à cidade, pela não promoção de qualidade de vida e habitação em condições adequadas para os

trabalhadores, mesmo quando habitam em territórios com indicadores econômicos que atestam sua condição de geradores de riqueza.

Por fim, a ausência e/ou limitada política pública de habitação no mais próspero município amazonense demonstra também que, além da dificuldade de acesso à riqueza produzida pelos empreendimentos fomentados pela ZFM por parte significativa de sua população, há ineficácia das ações públicas e privadas na redução das desigualdades sociais no espaço urbano amazonense. Esse fato é ilustrador de que, ao somatório das carências sociais existentes na Amazônia, inclui-se a escassez de contribuições mais efetivas para o enfrentamento e o combate a desigualdade social nessa região de importância ambiental mundial.

5. BIBLIOGRAFIA

ABELÉM, Auriléa Gomes. Amazônia: ocupação e reorganização do espaço urbano. In: OLIVEIRA, Nilson P. de (Org.). **Meio ambiente: qualidade de vida e desenvolvimento**. Belém: UFPA; NUMA, 1992, p. 2-12. (Série Universidade e Meio Ambiente, 2).

BECKER, Bertha, K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA JÚNIOR (Org.). **50 anos de formação econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. p. 201-228.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil: principais resultados para o período de 2016 a 2019**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (FJP), 2021.

GUIMARÃES NETO, Juarez. Desigualdades e Políticas regionais no Brasil: Caminhos e Descaminhos. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 15, p. 41-99, jun. 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censos demográficos. Banco de dados SIDRA**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 de fevereiro. 2022.

____. **Aglomerados Subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19**. Rio de Janeiro, DGC/CMA, 18 de maio de 2020. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_apresentacao.pdf. Acesso em 19 de maio de 2020. Acesso em: 24 de fevereiro. 2022.

____. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE**. Disponível em: cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 27 set. 2018.

____. Síntese de Indicadores Sociais (SIS). Uma análise das condições de vida população brasileira. Rio de Janeiro, janeiro de 2017.

____. Produto Interno Bruto dos Municípios 2017. Banco de dados SIDRA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 de fevereiro. 2022.

____. **Sinopse do censo 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

____. **Sinopse preliminar do censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 1-1 – 5-5, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. A reconquista da Amazônia. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, ed. 38, v. 1, mar. 1994.

OLIVEIRA, José Aldemir de e SCHOR, Tatiana. Manaus: Transformações e permanências do forte à metrópole. In Castro, Edna (Org.), **“Cidades na Floresta”** São Paulo, Annablume, 2008, p. 59-98.

SOUSA, Norma M. B. de. **Indicadores sociais no Amazonas**: contrastes na urbanização da capital e do interior. Manaus: Muiraquitã, 2008. 56 p.

_____. **Habitação e gênero em Manaus**: primeiras aproximações. Manaus, 3º EMFLOR, Anais, 2013.

_____. **Manaus**: realidade e contrastes sociais. 2. ed. Manaus: Valer; Caritas, 2014. 194 p.

_____. Urbanização do Amazonas entre o passado e presente: a manutenção da primazia urbana de Manaus. **Tese de Doutorado**. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2016.

_____. A urbanização do Amazonas no presente: a manutenção da primazia urbana de Manaus. **Revista Direito da Cidade**. Rio de Janeiro, Editora UERJ, Volume 14, N° 3, p. 1906-1964, 2022.

VALLE, Izabel. **Globalização e reestruturação produtiva**: um estudo sobre a produção offshore em Manaus. Manaus: UFAM, 2007. 254 p.



GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americano

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO ORAL

**ANÁLISE DOS LIMITES DE TOLERÂNCIA E IMPACTOS AMBIENTAIS DA DERROCADA DO
PEDRAL DO LOURENÇO NO SUDESTE PARAENSE**

Everton Herlan Guimaraes Lima¹(Faculdade dos Carajás),
Flávia Madeira da Silva²(Faculdade dos Carajás)
Sara Brigida Farias Ferreira³(Faculdade dos Carajás)

RESUMO: Este estudo examina a infraestrutura de transporte no Brasil, focando na predominância do modal rodoviário e suas implicações para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país. A dependência excessiva do transporte rodoviário levanta questões críticas sobre eficiência logística, sustentabilidade ambiental e justiça social, evidenciando a necessidade de diversificar os modais de transporte. O objetivo deste artigo é analisar a estrutura atual do sistema de transporte brasileiro, avaliar o potencial dos modais ferroviário e hidroviário, identificar os desafios à sua implementação e propor estratégias para uma integração efetiva e sustentável dos diferentes modais. A metodologia inclui revisão bibliográfica, análise de dados secundários e estudo de caso, permitindo uma compreensão holística dos desafios e oportunidades para o desenvolvimento de uma infraestrutura de transporte mais diversificada no Brasil. As conclusões apontam para a importância de reavaliar as políticas de transporte, com foco em uma abordagem mais integrada que considere não apenas a eficiência logística, mas também a sustentabilidade ambiental e a equidade social. A transição para um sistema de transporte mais balanceado é urgente e fundamental para reduzir as emissões de carbono, melhorar a distribuição da matriz de transporte e estimular o desenvolvimento econômico regional, garantindo assim o compromisso do Brasil com o desenvolvimento sustentável e a eficiência logística no futuro.

Palavras-chave: Infraestrutura de transporte. Modal rodoviário. Sustentabilidade ambiental. Diversificação de modais. Eficiência logística

INTRODUÇÃO

A infraestrutura de transporte é um componente vital para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de qualquer nação. No Brasil, a predominância do transporte rodoviário tem sido uma característica marcante do sistema de transporte, resultando em uma série de desafios logísticos, ambientais e sociais que incluem, mas não se limitam a custos elevados de transporte, altas emissões de gases de efeito estufa e a marginalização de outros modais, como o ferroviário e o

¹ Bacharel em Direito pela Faculdade dos Carajás.

² Mestra em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/UNIFESSPA), Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

³ Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM), pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Bacharela em Direito, com habilitação em Relações Sociais, pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Email: sara_farias@hotmail.com.

hidroviário. Diante dessa realidade, surge a necessidade de reavaliar e diversificar os modais de transporte no país, visando não apenas a eficiência logística, mas também a sustentabilidade ambiental e a justiça social.

Este artigo se debruça sobre as complexidades e os desafios associados à gestão da infraestrutura de transporte no Brasil, com um enfoque particular na histórica preferência pelo modal rodoviário e suas implicações para o desenvolvimento nacional. A justificativa para tal investigação reside na perspectiva de que a diversificação dos modais de transporte é crucial para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável, reduzindo as emissões de carbono, melhorando a distribuição da matriz de transporte e estimulando o desenvolvimento econômico regional.

O objetivo principal deste estudo é analisar a configuração atual do sistema de transporte brasileiro, destacando as barreiras inerentes à implementação de alternativas ao transporte rodoviário, especialmente na região sudeste do Pará no que tange ao projeto de derrocagem do chamado Pedral do Lourenço, para efetivação da construção da hidrovía Tocantis-Araguaia, numa área que abrange os municípios de Itupiranga, Marabá e Tucuruí. De forma específica, o artigo visa avaliar o potencial dos modais de transporte no Brasil, identificar os principais desafios e oportunidades para sua expansão, propor estratégias para uma integração efetiva dos diferentes modais e avaliar a viabilidade da construção da hidrovía.

Para alcançar esses objetivos, a metodologia adotada compreende uma revisão bibliográfica extensiva, análise de dados secundários fornecidos por órgãos governamentais e instituições de pesquisa, bem como estudos de caso sobre projetos de infraestrutura de transporte atualmente em desenvolvimento no Brasil. Esta abordagem multidisciplinar permite uma análise holística dos desafios e oportunidades relacionados à diversificação dos modais de transporte no país, contribuindo para o debate sobre a necessidade de transformar o sistema de transporte brasileiro em um modelo mais sustentável e eficiente para o século XXI.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA DIVERSIFICAÇÃO DOS TRANSPORTES NO BRASIL: RODOVIAS, FERROVIAS E HIDROVIAS EM PERSPECTIVA

No Brasil, há uma forte preferência pelo uso de rodovias para transporte em detrimento das ferrovias e hidrovias, reflexo de sua vasta extensão territorial e cultura automobilística marcante. O país investiu significativamente em sua rede rodoviárias, proporcionando flexibilidade e ampla cobertura territorial. As ferrovias, embora historicamente importantes, enfrentaram desativação e sucateamento ao longo do tempo. Importantes eixos de integração como a estrada de ferro Tocantins,

foi desativada em 1973, e estrada de ferro Madeira-Mamoré após a construção da rodovia Cuiabá-Porto Velho, conforme Pereira e Lessa (2011).

Atualmente, a construção da Ferrovia Norte-Sul busca integrar diversas regiões do país, estendendo-se por vários estados, com parte já em operação. Outras ferrovias, como a FIOLE e a FICO, estão em construção, assim como a Ferrovia Paraense, que promete cruzar 23 municípios no Pará.

A política de transporte de Juscelino Kubitschek priorizou a infraestrutura rodoviária para suportar a indústria automobilística, relegando as ferrovias ao esquecimento. Essa estratégia favoreceu o transporte rodoviário, mas levou a uma malha ferroviária negligenciada, de acordo com Pereira e Lessa (2011).

A Transamazônica, por exemplo, uma das maiores rodovias do país, foi construída ainda na década de 1970 com a intenção de “desenvolver a Amazônia”, mas enfrentou desafios em sua implementação e integração com outros modais de transporte, como o hidroviário. Ainda nos dias atuais, a rodovia, apesar de possuir uma malha rodoviária extensa, possui também uma porcentagem baixa de vias pavimentadas e problemas generalizados de qualidade. Para Hebbete (2004) a construção da transamazônica representa um marco no processo de deslocamento de massas para a região amazônica, consolidando um latente processo de absorção de recursos naturais e humanos ao longo da expansão da fronteira. Este processo ramificou-se em torno de cada grande projeto de exploração agromineral e energético na região amazônica e, em especial no sudeste paraense. Sob a mística do desenvolvimento e progresso, há décadas estuda-se a viabilidade de implementação de novos grandes projetos de exploração e interligação regional, sem, contudo, considerar efetivamente os efeitos socio-econômicos e culturais na população local e o desgaste de seus modos de vida.

A viabilização do modal hidroviário na Amazônia e no Brasil, com um todo, embora subutilizado, oferece potencial significativo para o transporte de cargas e passageiros devido ao vasto sistema fluvial do país. No entanto, o país utiliza apenas uma fração de sua capacidade hidroviária navegável, conforme o Estatístico Aquaviário de 2022 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). A hidrovia Araguaia-Tocantins, apresenta desafios e limitações, mas também oportunidades para o escoamento de produtos agrícolas e minerais. Nesta perspectiva, a demanda sociojurídica no entorno do projeto evidencia em sua morosidade de implementação muito mais que as frentes do grande capital, mas também as nuances do capital humano das populações locais.

Comparativamente, o transporte hidroviário é mais eficiente e menos poluente que os modais rodoviário e ferroviário, destacando-se por sua capacidade de carga, eficiência no consumo de combustível e menores emissões de CO². Apesar dessas vantagens, o desenvolvimento e a integração eficazes dos modais de transporte no Brasil permanecem como desafios importantes para

alcançar um sistema logístico mais sustentável e eficiente, especialmente quando coloca-se o desenvolvimento sustentável em

A região hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia, abrangendo 921.921 km² e cruzando vários estados brasileiros, incluindo o norte do Distrito Federal, possui um papel crucial tanto no contexto agrícola quanto energético do país. O Rio Tocantins, estendendo-se por 1.960 km desde o Planalto de Goiás até sua foz em Belém do Pará, junto com seu principal afluente, o Rio Araguaia, é um eixo vital para a expansão agrícola e a geração hidro energética. Este sistema fluvial tem sido o foco de um projeto de hidrovía de longa data, visando a conectar a região ao Amazonas e, conseqüentemente, a mercados globais importantes (Souza, 2018).

A HIDROVIA TOCANTINS-ARAGUAIA: CONDICIONANTES SOCIOJURÍDICAS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM PERSPECTIVA.

O projeto da Hidrovía Tocantins-Araguaia contempla aproximadamente 3.000 km de via navegável, divididos em quatro segmentos, com potencial significativo para o escoamento da produção agrícola de estados como Mato Grosso, Goiás, Pará e Tocantins. A navegação é desafiada por corredeiras e variações sazonais, que atualmente limitam a disponibilidade para navegação a cerca de 18% do ano. Com planos de derrocamento, busca-se aumentar a acessibilidade para navegação para até 95% do ano, o que potencialmente poderia beneficiar o setor agrícola pela redução dos custos de exportação, especialmente de grãos como a soja (Souza, 2018).

Adicionalmente, a infraestrutura aquaviária inclui terminais e eclusas, como as duas eclusas de Tucuruí, que, após o derrocamento do Pedral de Lourenço, poderão reforçar significativamente em sua plenitude a capacidade de transporte e a eficiência logística da região. Isso não apenas promoverá o desenvolvimento agrícola, mas também impulsionará a indústria da construção naval e estimulará a economia local por meio da geração de empregos e renda (Souza, 2018).

O Pedral do Lourenço, no entanto, configura-se ao olhar do empreendimento, como um entrave a plena navegabilidade e escoamento da produção nos rios regionais. O denso território rochoso que abarca 43 km de extensão e está localizado entre a Ilha do Bogéa e o distrito de Santa Terezinha do Tauarí pertencente ao município de Itupiranga/PA (souza, 2018), conglopera para sua navegabilidade, o impacto do dano ambiental e social. Movimentos sociais, ribeirinhos e diversas organizações têm se manifestado e questionado o limite da tolerabilidade diante de danos irreversíveis alocados ao empreendimento ainda que apresente grande potencial de escoamento regional.

Conforme a Confederação Nacional do Transporte (CNT, 2019), a hidrovia está inserida em uma das maiores bacias hidrográficas do Brasil, com potencial para a navegação estendendo-se por até 2.000 km durante o período das cheias. No entanto, a navegação é comprometida em certos trechos durante o período de seca, destacando a necessidade de investimentos em infraestrutura para superar essas limitações naturais e aproveitar plenamente o potencial navegável e econômico da região.

A Hidrovia Tocantins-Araguaia representa um elemento chave na logística do corredor Centro-Norte do Brasil, com a promessa de transformar significativamente o transporte, a economia e o desenvolvimento agrícola da região, conectando-a eficientemente aos mercados internacionais (Souza, 2018; CNT, 2019).

Segundo informações da Confederação Nacional do Transporte (CNT), o início da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, foi em 1970, com a intenção de estabelecer uma conexão fluvial entre o Planalto Central e a Amazônia. Contudo, na inauguração da usina em 1984, observou-se a ausência de dois elementos cruciais: as eclusas necessárias para superar a diferença de altura de 71 metros entre o rio e o reservatório, e a eliminação de obstáculos no percurso, incluindo a remoção do Pedral do Lourenço.

A implementação da hidrovia Tocantins-Araguaia tem o objetivo de facilitar o transporte de produtos minerais e agrícolas na região sudeste do Pará. A derrocagem do Pedral do Lourenço, essencial para o projeto da hidrovia Tocantins-Araguaia, visa facilitar o tráfego fluvial entre Marabá e as eclusas de Tucuruí, principalmente durante o período de estiagem. Esta operação busca não só aumentar a navegabilidade do rio Tocantins, mas também estimular o desenvolvimento regional ao integrar a hidrovia aos modais rodoviário e ferroviário.

A CNT detalha um plano de execução em três fases para a hidrovia, que inclui dragagem e derrocamento para criar um canal navegável. Desde a década de 1990, o projeto enfrentou desafios burocráticos, incluindo a necessidade de cumprir diversas condicionantes ambientais e sociais antes de obter a licença definitiva.

Recentemente, com a concessão da licença prévia pelo Ibama e o anúncio do Novo PAC pelo Governo Federal, prevê-se o início das obras de derrocagem em 2024, prometendo impulsionar significativamente a logística regional. Souza (2018) destaca a importância socioeconômica do Pedral para as comunidades locais, especialmente para os pescadores que dependem dele para sua segurança alimentar e temem o impacto ambiental da derrocagem. O autor também relata divergências dentro da comunidade sobre o projeto, indicando a complexidade das questões envolvidas na realização de grandes empreendimentos infraestruturais na região.

O dano ambiental, conforme definido por Steigleder (2003) e Postiglione (1985), refere-se a qualquer alteração adversa no meio ambiente que resulte em prejuízos aos elementos naturais, sociais e econômicos, afetando direta ou indiretamente a saúde, a segurança e o bem-estar da população. Este tipo de dano apresenta características particulares, destacando-se por sua natureza difusa ou coletiva, sua intangibilidade e a dificuldade em mensurar seu valor monetário. Além disso, a responsabilidade por danos ambientais é objetiva, e as ações de reparação visam não apenas compensações financeiras, mas também a restauração do ambiente ao seu estado original, quando possível.

Dentro do conceito jurídico, o dano ambiental só é considerado reparável quando efetivamente causa uma lesão a interesses juridicamente protegidos, relevante sob a perspectiva social e cultural do período histórico em questão. Destaca-se a importância dos princípios de precaução e prevenção, enfatizando a necessidade de ações antecipatórias para evitar a ocorrência de danos.

A sociedade civil tem um papel vital na identificação, denúncia e reparação de danos ambientais, podendo grupos ambientais e indivíduos promover ações legais para responsabilizar os causadores. A dimensão cultural e o interesse público também são aspectos relevantes, evidenciando o impacto do dano ambiental não apenas em termos de perdas naturais, mas também culturais e históricas.

O dano ambiental distingue-se do impacto ambiental por ser necessariamente prejudicial, enquanto o impacto pode ser tanto positivo quanto negativo. Contudo, o reconhecimento e a reparação de danos ambientais demandam uma compreensão ampla que englobe a interação complexa entre os diversos elementos do meio ambiente e as atividades humanas, levando em consideração os efeitos a longo prazo e a interdependência ecológica.

A legislação brasileira, através de diversas leis e políticas, como a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/81), o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997), estabelece mecanismos para a prevenção, controle e reparação de danos ambientais, enfatizando a importância da conservação e restauração dos ecossistemas.

A natureza pública do dano ambiental enfatiza seu reconhecimento como um bem de interesse coletivo, cuja proteção transcende os interesses individuais, refletindo a responsabilidade compartilhada de garantir a preservação ambiental para as presentes e futuras gerações.

O dano ambiental, conforme definido por Steigleder (2003) e Postiglione (1985), refere-se a qualquer alteração adversa no meio ambiente que resulte em prejuízos aos elementos naturais, sociais e econômicos, afetando direta ou indiretamente a saúde, a segurança e o bem-estar da população. Este tipo de dano apresenta características particulares, destacando-se por sua natureza

difusa ou coletiva, sua intangibilidade e a dificuldade em mensurar seu valor monetário. Além disso, a responsabilidade por danos ambientais é objetiva, e as ações de reparação visam não apenas compensações financeiras, mas também a restauração do ambiente ao seu estado original, quando possível.

A discussão sobre a tolerabilidade ambiental e os impactos sociais decorrentes da derrocada do Pedral do Lourenço envolve a compreensão do "princípio do limite de tolerabilidade", que indica a capacidade do meio ambiente de absorver certos níveis de impacto sem sofrer danos irreparáveis, conforme apontado por Penteado (1985), Caballero (1981) e Antunes (2002). Este princípio sugere que existe um ponto além do qual o dano ambiental se torna significativo ou irreparável, exigindo a prévia fixação de índices de tolerabilidade para cada atividade poluidora.

O princípio implica que a sociedade deve adotar práticas responsáveis em relação ao uso dos recursos naturais, evitando ultrapassar o ponto de não retorno da degradação ambiental. A capacidade de absorção do meio ambiente difere de sua capacidade de regeneração, destacando a importância de não se confundir o direito de utilizar recursos ambientais com o direito de poluir.

A exploração econômica e o progresso, embora tragam benefícios, frequentemente servem como justificativa para a degradação ambiental. A determinação dos padrões de tolerabilidade social diante das alterações ambientais é influenciada pela ideologia dominante de que progresso e desenvolvimento são indispensáveis para a qualidade de vida desejada, conforme mencionado por Santos (2000).

Os riscos e impactos negativos do desenvolvimento econômico incluem degradação ambiental, poluição, mudanças climáticas, perda de habitats, consumo excessivo de recursos hídricos, geração de resíduos e impactos irreversíveis às comunidades locais. Políticas e práticas de desenvolvimento sustentável são fundamentais para equilibrar crescimento econômico e proteção ambiental.

A legislação brasileira estabelece a responsabilidade objetiva por danos ambientais, mesmo para atividades lícitas, desde que não causem prejuízos ao meio ambiente. A avaliação do dano e a determinação da responsabilidade devem considerar a capacidade do meio ambiente de absorver os impactos.

Em relação à derrocada do Pedral do Lourenço, é crucial considerar os impactos sociais e econômicos na comunidade local, além dos aspectos ambientais. A experiência da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí oferece lições valiosas sobre os efeitos sociais do deslocamento de populações e da degradação ambiental. A derrocada promete repercutir significativamente na economia local e na qualidade de vida dos habitantes, exigindo medidas para mitigar os impactos sociais e promover alternativas econômicas sustentáveis.

A análise da tolerabilidade e dos impactos da derrocada destaca a importância de um planejamento cuidadoso que equilibre desenvolvimento e preservação ambiental, considerando também as necessidades e direitos das comunidades afetadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresenta uma análise do panorama atual do transporte no Brasil, destacando as complexidades e desafios enfrentados pelo país em seu esforço para desenvolver uma infraestrutura logística eficiente e sustentável. Através de um exame dos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário, evidencia-se uma tendência histórica de preferência pelo transporte rodoviário, apesar dos benefícios ambientais e de eficiência que os modais ferroviário e hidroviário oferecem. Este enfoque revela uma oportunidade significativa para reavaliar e redirecionar as políticas de transporte em favor de uma abordagem mais integrada e ambientalmente responsável.

A construção da Ferrovia Norte-Sul, bem como outros projetos ferroviários e hidroviários em andamento, são passos positivos em direção à diversificação dos modais de transporte do Brasil. Contudo, para que esses esforços sejam bem-sucedidos, é fundamental que haja uma coordenação eficaz entre os diferentes níveis de governo e o setor privado, além de investimentos significativos em infraestrutura e tecnologia.

O estudo também lança luz sobre a importância de considerar os impactos ambientais e sociais na implementação de projetos de infraestrutura de grande escala. A derrocagem do Pedral do Lourenço, por exemplo, serve como um caso emblemático das complexidades envolvidas na promoção do desenvolvimento econômico enquanto se preserva a integridade ambiental e se atende às necessidades das comunidades locais.

Em conclusão, o Brasil está diante de uma encruzilhada crítica em sua jornada para estabelecer um sistema de transporte coeso e sustentável. Para o Sudeste do Pará, região já tão amplamente afetada por grandes projetos de exploração, essa dinâmica torna-se ainda mais evidente, particularmente porque desde os primeiros empreendimentos, populações e habitats inteiros foram negligenciados e desconstruídos sob a égide do progresso e desenvolvimento a qualquer custo. A escolha de investir em uma infraestrutura diversificada, que equilibre necessidades econômicas com responsabilidade socioambiental, não somente atenderá às demandas logísticas do País, mas também reforçará seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. As decisões tomadas hoje determinarão a capacidade do Brasil de se posicionar como um líder global em logística sustentável e eficiência de transporte no futuro, mas não pode mais uma vez negligenciar as vozes locais no entorno de seus grandes projetos desenvolvimentistas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. **Anuário Estatístico Aquaviário**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://web.antaq.gov.br/Anuario/>. Acesso em: 14 outubro 2023

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. **Anuário estatístico aquaviário**. Brasília: ANTAQ, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.antaq.gov.br/Portal/Anuarios/Anuario2012/index.htm>>. Acesso em: 09 outubro 2023.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002. p. 37.

BRASIL. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 jan. 1997. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 mai. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.

CABALLERO, Francis. **Essai sur la notion juridique de nuisance**. Paris: LGDJ, 1981. p. 69.

CATALÁ, Lucía Gomis. **Responsabilidad por daños al medio ambiente**. Elcano (Navarro): Arazandi, 1998.

HÉBETTE, Jean. O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. Belém (PA), 2004. In: Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: Ed. da UFPA, 2004.

PENTEADO, Margarida Maria Orellana. Metodologia integrada no estudo do meio ambiente. **Geomorfologia**, Rio Claro – SP, v. 10, n. 20, p. 125-148, 1985.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; LESSA, Simone Narciso. O processo de planejamento e desenvolvimento do transporte rodoviário no Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 40, p. 26–45, 2011. DOI: 10.14393/RCG124016414. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16414>. Acesso em: 15 mar. 2024.

POSTIGLIONE, Amedeo. Ambiente: suo significato giuridico unitário. **Revista Trimestrale de Diritto Pubblico**, Millano, ano XXXV, n. 1, p.32 e ss., 1985.

SANTOS, Celeste Leite dos. **Crimes contra o meio ambiente: responsabilidade e sanção penal**. 3. ed., aum. e atual. São Paulo: 2002.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo, Malheiros, 2002.

STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **As dimensões do dano ambiental no direito brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Direito). Setor de Ciências Jurídico Sociais da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

SOUZA, Lucélia do Nascimento. **Derrocamento do Lourenção: estudo socioantropológico da percepção dos moradores da Vila Tauiry, Itupiranga - PA**. 2018.



GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latinoamericanas

URBANIZAÇÃO DESIGUAL E NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE: O BAIRRO COMO EXPRESSÃO DAS CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

MARLON D'OLIVEIRA CASTRO¹(EA-UFGA)

FELIPE TAVARES LOBATO²(UFGA)

RESUMO: O objetivo deste estudo foi analisar a produção do espaço intraurbano a partir do bairro, especialmente em Ananindeua, Pará, dentro da Região Metropolitana de Belém (RMB), relacionando-a ao direito pleno à cidade. O foco foi entender a produção espacial desigual no Bairro Coqueiro como reflexo do desenvolvimento socioespacial desigual, considerando os agentes envolvidos nesse processo. Os agentes de produção do espaço, tanto públicos quanto privados, foram identificados como impulsionadores da dinâmica socioespacial desigual, negligenciando os direitos básicos de uma parte significativa da população e da cidade. A abordagem metodológica utilizada buscou captar as percepções e relações dos sujeitos sociais, considerando-os como produtores de sua existência material e social. No contexto do bairro Coqueiro, a análise se concentrou na (re)produção e circulação do espaço através das ações dos agentes de desenvolvimento urbano, que agem conforme os interesses do capital imobiliário e comercial. Esse processo envolve a urbanização e reurbanização para atender às demandas de segmentos de renda mais alta, enquanto comunidades de renda mais baixa permanecem em condições precárias. As transformações em curso revelam um descompasso entre a urbanização que beneficia o capital e as condições de vida das comunidades locais. A cidade é percebida como um produto comercial, legitimada pelo sistema que a reproduz, como destacado por Lefebvre. No caso do bairro Coqueiro, o reordenamento promovido pelo poder público revalorizou o solo e transformou o espaço em uma mercadoria. Esta análise evidencia a complexidade das relações entre produção do espaço urbano, interesses econômicos e direitos urbanos, especialmente no contexto de crescimento desigual das cidades brasileiras.

Palavras-chave: urbanização desigual; bairro e direito à cidade.

INTRODUÇÃO

Henri Lefebvre afirmava que o espaço se tornou um instrumento político crucial para o Estado. Ele argumentava que o Estado utiliza o espaço para garantir o controle dos lugares, a imposição de uma hierarquia rígida, a homogeneidade global e a segregação das partes. Assim, o espaço é administrativamente controlado e até mesmo policiado pelo Estado. A organização e o design espacial refletem, portanto, uma estrutura de poder imposta pelo Estado.

Assim, falarmos em segregação ou diferenciação urbana é compreensível então quando se analisa como um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas com fortes diferenças sociais presentes, pautadas, sobretudo, na hierarquia. Tais áreas segregadas possuem diferenças sociais essencialmente ao diferencial da capacidade que cada grupo social possui de pagar

¹ Coordenação de Pesquisa e Extensão, Escola de Aplicação, UFGA, Brasil. E-mail: marloncastro@ufpa.br.

² Curso de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará, IFCH, Brasil. E-mail: felipetavares17548@gmail.com.

pela residência que ocupa. Harvey *apud* Corrêa (1997, p. 134-35) frisa que a diferenciação³ residencial deve ser interpretada em termos da reprodução das relações sociais dentro da sociedade capitalista, assim...

[...] a segregação, quer dizer, *diferenciação* residencial segundo grupos, significa diferencial de renda real – proximidade às facilidades da renda urbana como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais, e ausência de proximidade dos custos da cidade como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infraestrutura etc. se já existe diferença de renda monetária, a localização residencial implica em diferença maior ainda no que diz respeito à renda real.

Entretanto, o mesmo autor lembra que a segregação nem sempre é rígida, e por meio da imagem que certos bairros projetam e da especulação imobiliária, é possível que não apresentem forte caráter de segregação, mas também é possível que a segregação esteja se tornando um processo de invasão-sucessão.

Um fator essencial para compreensão do processo de diferenciação espacial é a atuação do Estado de forma deliberada e explícita através do planejamento quando da criação “do zero” de núcleos urbanos. Em uma análise fria, a atuação se dá em três níveis político-administrativos e espaciais (CORRÊA, 1997): federal, estadual e municipal. No entanto, que é neste último que os interesses se tornam mais evidentes e o discurso menos eficaz, principalmente pelo fato de que é no município que estão garantidos legalmente maiores poderes sobre o solo urbano, estando este poder relacionado a uma tradição de setores fundiário e imobiliário atrelado às elites locais.

Assim, o Estado cria condições para reprodução da sociedade capitalista, condições que possam sustentar a reprodução das classes sociais e de suas frações. Conseqüentemente ele cria mecanismos que ratificam a segregação.

Desta maneira, o Estado procura conjugar vários interesses por meio da chamada renovação urbana: o capital imobiliário tem a possibilidade maximizar lucros nos terrenos próximos às áreas centrais, via expulsão da população mais pobre. Principalmente nas áreas nas quais o Estado realizou alguma infraestrutura urbana, a partir da pressão de organizações como associações de moradores. Contudo, esta urbanização desencadeia uma valorização que culmina na expulsão de alguns de seus moradores e atração de outro com renda maior.

³ Para Corrêa, diferenciação residencial significa o acesso diferenciado a recursos escassos para se adquirir oportunidades para ascensão social. As oportunidades como educação, desta forma, podem estar estruturadas de um modo que um bairro de classe operária seja reproduzido em outro bairro na próxima geração. Tal diferenciação produz “comunidades distintas com valores próprios do grupo, profundamente ligados aos códigos de moral, linguístico, cognitivo, e que fazem parte do equipamento conceitual com o qual o indivíduo ‘enfrenta’ o mundo.” (CORRÊA, 1997, p.34).

O espaço não se reproduz sem conflitos ou contradições inerentes a uma sociedade de classes. As práticas não se reduzem apenas à reprodução imediata. É no cotidiano da cidade que residem as formas apassivadoras de representação que traduzem a cidade como única e isenta de problemas e diferenciações de classe.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a produção do espaço intraurbano a partir do bairro, abarcando, para tal, a urbanização e a produção do espaço recente em um município componente da Região Metropolitana de Belém (RMB) e suas contradições no que se refere ao direito pleno à cidade para seus habitantes. Neste sentido, procura-se analisar o processo de produção espacial intraurbana desigual a partir do bairro Coqueiro, que possui parcelas do território em Ananindeua e Belém, além de compreender as contradições presentes no espaço intraurbano como reflexos do desenvolvimento socioespacial. Este artigo deriva do projeto de Iniciação Científica de mesmo título, financiado pela chamada PIBIC/PROPESP-UFGA, ano 2022.

URBANIZAÇÃO DESIGUAL

A produção do espaço social e os processos históricos e sociais não se desenrolariam alheios entre si, mas num jogo de interação, oposição, contradição (MARX 1973; LEFEBVRE, 1991). Por conseguinte, a estruturação do espaço poderia ser definida dialeticamente como o resultado das relações de produção necessárias ao próprio processo de produção no arranjo territorial e na disposição desigual e hierarquizada das classes sociais e das atividades produtivas nos territórios, que, em última análise, criam diferenciações sociais e espaciais culminando em desenvolvimento desigual e combinado em diferentes escalas.

Nesse sentido, a urbanização seria uma forma de estruturação do território regional, quando o peso dos lugares varia historicamente em função das condicionantes e dos processos sociais, econômicos, políticos, e por vezes culturais, que tomam corpo. E a rede urbana seria a expressão cristalizada de diferentes estruturações do espaço em diferentes tempos históricos (LIMONAD, 1999).

A cidade desempenha papel econômico fundamental no desenvolvimento do capitalismo, e a urbanização é moldada, modelada, de acordo com as necessidades da acumulação capitalista. Entre outras definições, as cidades podem ser compreendidas como *locus* de construção social, que se afirmam como espaço de trocas e de encontro, com base em relações sociais impressas em um determinado tempo e espaço, isto é, *obras*, locais de criação e de relacionamento, onde se estabelecem as centralidades, como frisam Lefebvre (2001), Santos (1995) e Gottdiener (2010). Dentre as relações mais frequentes, encontram-se as econômicas, as culturais, as sociais e as humanas, que fornecem características específicas a esse ambiente construído. Segundo Souza (2010), a cidade

pode ser compreendida como espaço de interação que, necessariamente, precisa estar pautada em uma função social, como

um local de aglomeração humana onde as pessoas desempenham atividades das mais diversas, agindo e interagindo entre si, buscando, na medida do possível, uma melhoria em suas qualidades de vida, pressupondo estas, necessariamente, estudos técnicos voltados a tornar eficaz a função social da cidade, procurando compatibilizar os problemas apresentados pela urbe e os anseios de seus habitantes (SOUZA, 2010, p. 59).

Souza advoga por dois dos vários pontos cruciais na questão das contradições da cidade: melhoria da qualidade de vida e função social. Vista sob este prisma, a cidade teria necessariamente de ser entendida como lugar de viabilidade da vida, de materialização do bem-estar e, conseqüentemente, de exercício da cidadania.

Entretanto, analisar as contradições espaciais da cidade e do urbano apenas ganha concretude se estas estiverem relacionadas ao entendimento do modo de produção vigente e do nível de comprometimento das cidades na reprodução social de um modelo econômico, social e político considerado insustentável. Por esse ângulo, a conformação do *design* espacial urbano, descrito por Lefebvre (2001) como produto das relações sociais concretas e suas contradições, ganha especial sentido, principalmente a partir da emergência do regime de acumulação flexível, onde a sustentabilidade é tida como especial característica de novo modo de regulação urbana (SOJA, 1993; ACSELRAD, 2009; GOTTDIENER, 2010).

Nesse contexto, as cidades (e o urbano) são elos entre a economia local e os fluxos globais, sendo vistas como objeto de pressões competitivas, isto é, lugares onde confluência de características desejáveis à reprodução do capital em uma perspectiva neoliberal esteja cada vez mais especializada, desenvolvida. De tal sorte, são vistas como máquinas de crescimento (LOGAN; MOLOTCH, 1987), principais *locus* da reprodução do modo capitalista de produzir e viver.

Para Logan e Molotch (1987), a cidade, além de um espaço da acumulação do capital, é também um espaço para se viver, o que cria outra dimensão de conflitos sociais, também relacionada com aqueles entre capital/trabalho, mas mais intensamente ligada ao cruzamento dos interesses pelo valor de troca (o espaço como mercadoria capitalista) e o valor de uso (o espaço como lugar de se viver, como um bem consumido). Os autores baseiam sua abordagem na constatação de que o ativismo humano é intenso nas cidades norte-americanas em torno de questões relativas à preservação de elementos ligados à qualidade de vida e dos espaços para seu uso. Assim, cria-se um conflito entre aqueles que veem o espaço como uma mercadoria lucrativa (os proprietários), e os que o veem como um suporte para uma vida de qualidade e de relações sociais humanizadas e mais solidárias.

Os significados dos termos ‘urbano’ e ‘urbanização’, para Lefebvre (1991), vão além dos limites das cidades. Em seu entender, a urbanização seria uma condensação dos processos sociais e espaciais que haviam permitido ao capitalismo se manter e reproduzir suas relações essenciais de produção, e a própria sobrevivência do capitalismo estaria baseada na criação de um espaço social crescentemente abrangente, instrumental e mistificado (LEFEBVRE, 1991), na compreensão de que “é neste espaço dialectizado (conflitual) que se realiza a reprodução das relações de produção. É este espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nela contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico” (LEFEBVRE, 1991, p.19).

Os autores estudados para a composição do referencial teórico, na busca dessa compreensão, propõem trabalhar o conceito de diferenciação residencial em distintas dimensões do real. Interessou-nos, principalmente, a interpretação ligada a Santos (2008) sobre os quatro elementos de estudo do espaço: estrutura, função, processo e forma.

Porém, essa divisão é apenas didática, pois na prática, essas dimensões se entrelaçam simultânea e dialeticamente. Trabalharemos também com a produção do espaço como frutos das relações sociais e onde em diversos momentos de sua (re)produção surgem os conflitos socioespaciais em decorrência da luta entre aqueles que produzem o espaço impondo uma lógica de dominação, hierarquização e homogeneização das relações capitalistas, e aqueles que lutam por uma cidade mais justa, voltada para o lugar do encontro, da fruição e da simultaneidade.

O DIREITO À CIDADE E A DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL

Lefebvre considera o direito à cidade como essencial e inalienável, parte dos direitos fundamentais dos cidadãos e da vida. Ele enfatiza que a cidade deve ser vista como uma construção humana, não apenas como um produto comercial. Lefebvre destaca a oposição entre o valor de uso (a cidade como espaço de vida urbana e temporalidade) e o valor de troca (espaços tratados como mercadorias para consumo). Ele critica a percepção comercial da cidade, legitimada pelo sistema vigente. O objetivo de suas reflexões é superar essa contradição, buscando uma cidade mais humanizada, onde o direito à cidade seja garantido como um direito fundamental do cidadão.

Não existe realidade urbana [...] sem um centro, sem uma reunião de tudo o que pode nascer no espaço e nela a ser produzido, sem encontro atual ou possível de todos os objetos e sujeitos. Excluir do urbano grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade (LEFEBVRE, 2008, p.32).

Para ele, não se pode excluir grupos e, evidentemente, interesses diferentes do urbano. O direito do cidadão passa pela superação do isolamento discriminatório criado pelo desenvolvimento capitalista que aparta intencionalmente grupos que não participam dos privilégios políticos:

O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora. Esse direito do cidadão [...] anuncia a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação que estabelecem: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos [...] O direito à cidade significa, portanto, a constituição ou reconstituição de uma unidade espaço-temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação. (LEFEBVRE, 2008, p.32).

Neste sentido, compreender como se portam as relações sociais do capitalismo atual para a vida cotidiana urbana imersa em contradições é exercer o que chama de práxis do concreto. Falando sobre a contribuição das interpretações de Lefebvre para a urbanização da Amazônia, Gemaque (2009, p. 5) remonta a apropriação do espaço urbano da cidade de Belém como marcada por “descontinuidades socioespaciais produto de uma dialética entre a forma metropolitana e aspectos do cotidiano da vida social regional. Logo, o espaço concebido assume o caráter moderno de inserção de uma ordem distante: a reprodução do espaço para o mercado”. Isso é fundamental na compreensão deste espaço urbano, da mecanização das relações, do surgimento de papéis fragmentados, da superficialidade, do caráter transitório, da fugacidade das relações, da identidade urbana metropolitana.

É sabido que a produção do espaço social e os processos históricos e sociais não se desenrolariam alheios entre si, mas num jogo de interação, oposição, contradição (LEFEBVRE, 2004; GOTTDIENER, 2010). Não obstante, a estruturação do território poderia ser definida dialeticamente como um elemento básico das relações gerais de produção, simultaneamente sociais e espaciais, necessária para o próprio processo de produção do território e na distribuição desigual e hierarquizada das classes sociais e das atividades produtivas no espaço que levam a uma diferenciação social e espacial que contribui para um desenvolvimento desigual e combinado em diferentes escalas, a nível espacial e de relações de dominação dentro da Região Metropolitana de Belém.

O direito à cidade para todos, passaria pelo acesso à urbanização como também pelo acesso à condição habitacional legal (MARICATO, 1995). Embora a ocupação ilegal da terra urbana seja genérica e crescentemente tolerada, seu reconhecimento legal é raro e dificultado. É evidente que estamos diante de um conflito generalizado que exige resolução institucional na medida em que as

relações democráticas se ampliem e com elas a universalização dos direitos como reza a constituição ratificada pelo Estatuto da Cidade.

A generalização da cidadania e do direito acarreta transformações no mercado privado, na propriedade da terra e na relação entre os capitais que participam da produção do espaço. Por isso a superação da exclusão social no espaço exige profundas transformações na sociedade, não bastando, embora seja importante, garantir no texto da lei os direitos fundamentais dos quais estão privados a maioria da população brasileira. (MARICATO, 1995, p. 38).

Maricato destaca que uma das faces centrais da exclusão é a ilegalidade generalizada: ilegalidade nas condições de moradia (favela, aluguel informal de cômodo, loteamento ilegal), ilegalidade nas relações de trabalho, ilegalidade na ação da polícia ou desconhecimento de tribunais para a resolução de conflitos, além da impunidade, o Estado não está simplesmente ausente, mas sua presença pode se dar de forma ambígua e arbitrária: repressor, paternalista, ou clientelista.

Excluídos do marco regulatório e dos sistemas financeiros formais, os assentamentos precários foram e são autoproduzidos por seus próprios moradores com os meios que encontravam à sua disposição: salários baixos, insuficientes para cobrir o custo da moradia; falta de acesso aos recursos técnicos e profissionais; e terras rejeitadas ou vetadas pela legislação ambiental e urbanística para o mercado imobiliário formal (MARICATO, 2000; ROLNIK, 2008). Desta forma, em terrenos frágeis ou em áreas não passíveis de urbanização, como as encostas íngremes e as várzeas inundáveis, além das franjas de expansão periférica sobre as zonas rurais, vai sendo produzida a cidade fora da cidade desprovida das infraestruturas, equipamentos e serviços que caracterizem urbanidade.

Ausentes dos mapas e cadastros de prefeituras e concessionárias de serviços públicos, inexistentes nos registros de propriedade dos cartórios, esses assentamentos têm uma inserção ambígua nas cidades onde se localizam. Modelo dominante de territorialização dos pobres nas cidades, sua consolidação é progressiva, mas sempre incompleta e dependente da ação do poder público.

Ao delimitar as fronteiras que separam os regulares/formais dos irregulares/informais, o modelo de exclusão territorial que define a cidade brasileira é muito mais do que a expressão das desigualdades sociais e de renda, funcionando como uma espécie de engrenagem da máquina de crescimento que, ao produzir cidades, reproduz desigualdades (ROLNIK, 2008, p.22-27). Em uma cidade dividida entre a porção rica, legal e infraestruturada e a porção pobre, ilegal e precária, a população desfavorável acaba tendo muito pouco acesso às oportunidades econômicas e culturais oferecidas pelo ambiente urbano.

A culminância do problema se dá com o caráter predatório do modelo, que condena a cidade como um todo a um padrão insustentável do ponto de vista ambiental e econômico. Em primeiro lugar, a concentração das oportunidades em uma parcela ou uma face da cidade e a ocupação extensiva de periferias cada vez mais distantes impõem um padrão de circulação e mobilidade dependente do transporte automobilístico e, portanto, de alto consumo energético e potencial poluidor. Em segundo lugar, a ocupação das áreas frágeis ou estratégicas do ponto de vista ambiental é decorrente de um padrão extensivo por abertura de novas fronteiras e expulsão permanente da população mais pobre das áreas ocupadas pelo mercado.

Esse padrão, regido por um mercado ávido por lucros rápidos e confrontado com um território que sempre pareceu ser uma vastidão sem limites, ditou a lógica da produção do “novo”, expandindo os limites da cidade de forma fragmentada e a partir das iniciativas de proprietários de terra e loteadores ou arrasando e removendo o tecido construído para acolher os outros produtos imobiliários destinados à parcela “solvente” dos moradores urbanos (ROLNIK, 2008, p.22-23).

Para ilustrar a expansão destes limites, listamos aqui os principais problemas advindos do processo em dois momentos, um infraestrutural e outro mais relacionado ao aspecto socioeconômico: à dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer⁴.

Para Maricato (2003, p.152) o desenvolvimento da desigualdade desafia a construção de conceitos: exclusão social, inclusão precária, segregação territorial, informalidade, ilegalidade, e alimenta um debate sobre a “funcionalidade” ou não do excesso de população para o capitalismo brasileiro ou a não aplicação do conceito marxista de exército industrial de reserva. À tradição secular de desigualdade social, a reestruturação produtiva internacional, do final do século XX, acrescentou características mais radicais. A caracterização da pobreza a partir de números mensuráveis relativos à carência material obscurece o “cerne político da pobreza” ou o que a autora chama de “pobreza

⁴ Maricato diz que há uma característica comum aos países centrais e periféricos. A cidade do capitalismo periférico apresenta, como nos países centrais, a clássica luta de moradores de bairros tradicionais, contra a remoção motivada pela construção de mega projetos que invariavelmente estão associados à renda imobiliária. Ela apresenta também o fenômeno da gentrificação - expulsão da população pobre dos bairros reciclados a partir da introdução de melhorias estruturais pelo Estado.

política”. “Ser pobre não é apenas não ter, mas, sobretudo, ser impedido de ter, o que aponta muito mais para uma questão de ser do que de ter”.

O solo urbano é um grande campo de lutas no qual o conflito que se estabelece não é entre o espaço social, construído através de relações complexas no cotidiano e o Estado, apenas. Esse conflito de fato está presente nas lutas pela regularização fundiária (reconhecimento pelo Estado normalizador) ou pela implantação de infraestrutura nas áreas de ocupação ilegal. Mas existe paralelamente, um anseio por integrar-se à cidade legal. “É notável a satisfação que os moradores de loteamentos que passam por regularização fundiária manifestam, ao receber o primeiro carnê do imposto predial e territorial contendo seu nome e endereço” (MARICATO, 1995, p.47).

Compreendendo o espaço como a expressão territorializada da sociedade, o acesso aos padrões de consumo capitalistas se dá frequentemente pela segregação no espaço das diversas classes ou frações de classe, referendada em decorrência da capacidade diferencial ou diferenciada que cada grupo social necessita ter para a obtenção ou o pagamento da residência que ocupa, quais as características estão relacionadas à qualidade do imóvel e, principalmente pela localização. (CARLOS, 1992, p.34).

Historicamente a questão da casa própria no Brasil e nas regiões metropolitanas foi condicionada à estrutura da produção espacial em si, como diriam os economistas políticos marxistas, isto é, na base da lógica formal de produção para acumulação. O bem *casa* está diretamente relacionado ao consumo e à reprodução do capital e a necessidade de sua não atenção indistintamente entre classes é fundamentalmente importante para a manutenção do sistema de maneira geral.

Em nosso caso, pensar na produção do espaço na periferia do capitalismo é remontar ao processo de consolidação do território, somado à influência do desenvolvimento desigual que o próprio sistema capitalista impôs a região com seus ciclos econômicos e momentos historicamente coordenados que determinam, mais a fundo, os papéis da América Latina, do Brasil e da Amazônia na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), fato decisivo para a explicação dos momentos históricos e da produção social do espaço brasileiro de um modo geral.

O BAIRRO COQUEIRO

O bairro Coqueiro está inserido no que foi denominado de processo de dispersão urbana caracterizado pelo espraiamento da malha urbana metropolitana, no contexto de criação da Região Metropolitana de Belém, em 1973. Desde então, a partir deste momento houve a configuração de estratégias diferenciadas de apropriação em relação à terra urbana e redes de articulação locais de agentes produtores do urbano que passaram a revelar relações de poder mediadas pelo espaço. Para compreendermos o caso do Coqueiro faz-se necessário entender o processo de dispersão urbana que

caracteriza o espaço metropolitano belemense. Trindade Jr. (2016) sustenta que no caso de Belém, o padrão disperso e desconcentrado dos assentamentos configurado a partir daquele momento, onde

(...) a reestruturação urbana se tornou marcante. As áreas mais centrais, inclusive as baixadas, que já foram espaços de assentamentos para a população de baixa renda, foram redefinidas em função dos interesses de agentes privados (empresas imobiliárias) que passaram a produzir habitação para uma demanda solvável da população de Belém. Por outro lado, definiram-se novos espaços de assentamentos, culminando com o processo de desconcentração, responsável pela realocação no urbano das camadas sociais de baixa renda. (TRINDADE JR., 2016, p. 29)

A dinâmica do processo de dispersão não se resume à simples necessidade de expandir os limites do urbano, mas de garantir a apropriação do espaço e a segregação social (MARICATO, 2011). Por trás desse processo está, então, segundo Corrêa (1979) o controle das acessibilidades e/ou das amenidades socialmente produzidas; o que não pressupõe necessariamente, uma simples descentralização – entendida como um processo de caráter espontâneo ou planejado que possibilita a diminuição da excessiva centralização, seja das atividades econômicas, seja dos assentamentos residenciais. Trata-se de um processo muito mais complexo de reestruturação, por meio do qual se produzem novas localizações, ao mesmo tempo em que se garante a reapropriação das localizações já existentes. Trindade Jr. (2016, p. 143), destaca que

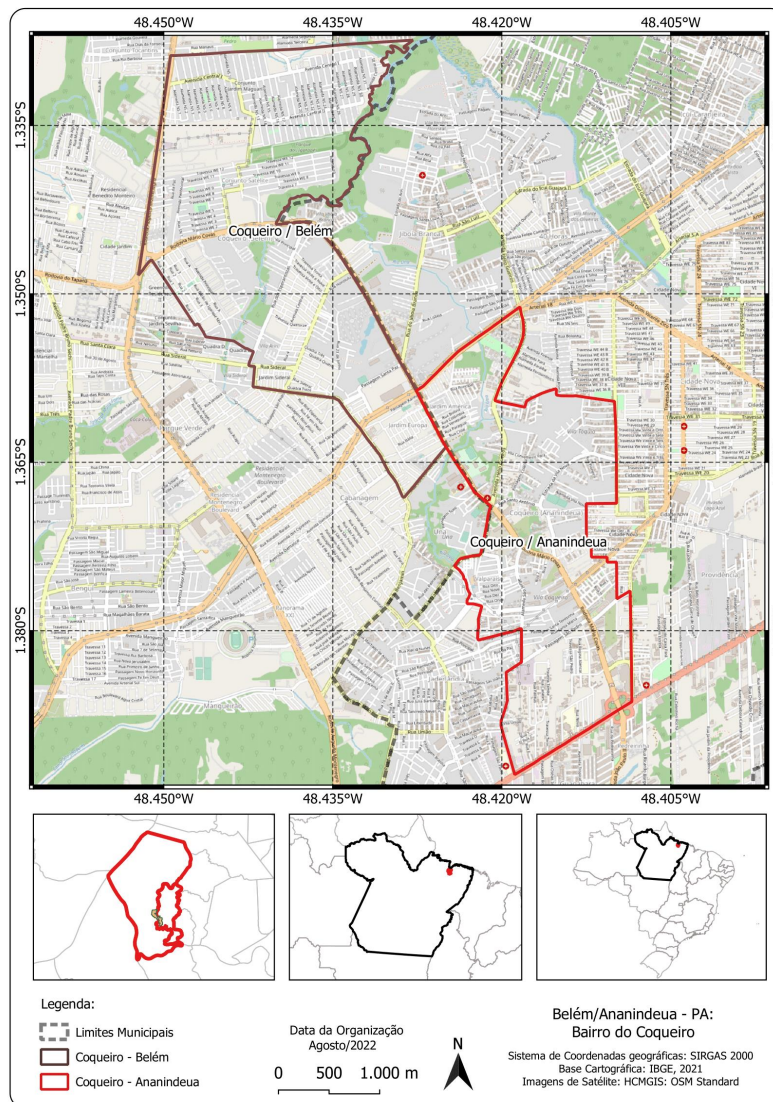
Se visualizarmos o espaço metropolitano belemense, o que percebemos é que as acessibilidades/localizações de maior valor estão, em geral, no centro metropolitano ou no seu entorno. E no momento em que iniciou a dispersão dos assentamentos e da ampliação do urbano, tais localizações passaram a ser automaticamente valorizadas em detrimento dos novos espaços de assentamentos. Em consequência, a apropriação dessas áreas valorizadas ficou cada vez mais restrita a agentes que podiam pagar para usufruir dessas acessibilidades, sendo, ao mesmo tempo, motivo de investimentos e retornos para o capital imobiliário; não exatamente para qualquer empresa imobiliária, mas, principalmente, para aquelas em condições de investir um montante significativo de capital. Isso pode ser traduzido também como um reforço à concentração das áreas mais valorizadas, pressupondo uma autosegregação e uma segregação imposta.

Deste modo, a análise da correlação de forças estabelecida entre os agentes e sua repercussão na espacialidade urbana induz, igualmente, à necessidade de compreendermos as mudanças no que diz respeito às territorialidades surgidas e seus significados políticos em face do processo de reestruturação urbana.

A característica peculiar do bairro – possuir porções de seu território em dois municípios conurbados, Belém e Ananindeua – é um fator que torna a análise mais complexa ao pensarmos a forma, mas, sobretudo, as relações, pois se entende aqui o espaço como uma unidade dialética com a

sociedade, assim, sendo expresso como forma-conteúdo. Recorre-se a Santos (1988) pra quem a sociedade, por ser territorialmente organizada, exterioriza-se através de formas espaciais, isto é, através ou arranjo ordenado de objetos distribuídos no território, como elementos produzidos socialmente ou que adquirem uma existência social, a partir do sentido que as relações lhe atribuem. O Mapa 01, abaixo, mostra o bairro Coqueiro em suas porções nos municípios de Belém e Ananindeua.

Mapa 01 – O bairro Coqueiro



Fonte: elaborado por Felipe Tavares Lobato, a partir das bases do IBGE, 2021.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo que deu origem a este artigo teve como desafio analisar, em uma perspectiva crítica os temas urbanização e produção do espaço intraurbano. O foco da pesquisa empírica foi o bairro *locus* escolhido por representar relações complexas da materialidade da produção, aspectos

essenciais para compreender onde se localiza o direito à cidade em um vetor de expansão urbana destinado à parcela considerada solvável da população.

Para atingir os objetivos traçados, o estudo se estruturou sob a perspectiva da compreensão de que a realidade é um todo inter-relacionado. Desse modo, elementos geográficos, econômicos, políticos, sociológicos, históricos e urbanísticos se somam na tentativa de, em conjunto com a base empírica, possibilitarem respostas às questões formuladas inicialmente, realizando a aproximação do objeto de interesse.

Diante disso, tornou-se essencial assumir no bairro, o papel dos agentes de produção do espaço, agentes fomentadores, atuação e suas características, como reais, capazes de intervir na produção de um espaço que não se relaciona, hipoteticamente, à atenção de direitos básicos e à cidade, numa perspectiva Lefebvrina, às populações nele habitantes, independentemente de classe social.

Para esse fim, a abordagem metodológica deste estudo tem como preocupação captar e compreender as percepções dos sujeitos sociais, em suas ações e relações, como produtores de sua existência material e social, por meio da utilização de abordagem materialista histórico-dialética, permeada pela análise qualitativa e interdisciplinar³, no que concerne análise urbana. Dessa postura e concepções, derivam os procedimentos metodológicos, técnicos e estratégicos a serem utilizados nesta investigação.

O trabalho com o método dialético atenta para a materialidade (concreto) em movimento (KOSIK, 2010), o que revela inúmeras contradições, que estão em unidade (combinadas), integrando o mesmo processo (o capitalista). A realidade é permeada pelas contradições, pela luta dos contrários, essência da dialética. As contradições não expressam dualismos, mas sim pares dialéticos que devem ser analisados criticamente, como: pobreza e riqueza, mercado e Estado, matéria e consciência, necessário e contingente, forma e conteúdo, realidade e possibilidade, tempo e espaço. Os pares dialéticos mostram que os fenômenos, em sua essência, estão em unidade, integrando uma só dinâmica: no momento, a capitalista.

Os homens, enquanto produto das condições materiais determinadas, fazem a sua própria história. Frisamos que tais condições materiais decorrem da práxis social. Destarte, asseveramos que a dialética é o *“método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa [a essência do concreto], e, portanto, compreender a coisa”* (KOSIK, 2010, p. 18).

De acordo com Kosik, no método dialético, sujeito e objeto são intrínsecos; o sujeito se constrói e se transforma, construindo e transformando, ao mesmo tempo, o objeto, que construído (fruto do trabalho humano) influencia as ações do sujeito.

Essa concepção pode ser exemplificada pela relação homem ou sociedade (sujeito) e espaço (objeto): os homens produzem historicamente o espaço, fazendo dele um reflexo das ações humanas; contudo, enquanto produto social, o espaço condiciona a práxis dos homens, sendo, portanto, reflexo e condicionante. Assim, o espaço é social, interessando ao pesquisador as diferentes e desiguais produções do espaço que são criadas pelos variados agentes sociais (hegemônicos ou não).

A ciência, numa perspectiva dialética, alicerça-se na noção de historicidade, ou seja, na transformação da realidade, a qual é analisada de modo crítico. Os trabalhos científicos, elaborados de acordo com esse método, se dedicam a interpretação da totalidade em movimento, chegando, dessa maneira, a essência do concreto, isto é, às contradições, às desigualdades e às possibilidades de mudança rumo a um futuro diferente do presente.

Aqui são utilizados os conceitos de *forma*, *estrutura* e *função* utilizados por Lefebvre como essenciais à análise do espaço geográfico em tela. A eles, somou-se o de processo que é incorporado a partir de uma interpretação de Santos (1985), na qual a relação dialética dos quatro elementos é essencial para fazer uma leitura da sociedade através do espaço.

Sendo esta uma pesquisa explicativa por meio de aprofundamento das análises em uma perspectiva qualitativa, propõe-se a estratégia de estudo de caso, em que o pesquisador explora em profundidade um programa, um fato, uma atividade, um processo, com uma ou mais pessoas, buscando explicações que consigam desconstruir discursos, contribuir com o diálogo sobre o tema e avançar teoricamente.

O caso é agrupado por tempo e atividade e os pesquisadores obtêm informações detalhadas por meio de uma variedade de procedimentos de coleta de dados durante um período de tempo prolongado (CRESWELL, 2007).

Sobre a associação entre o problema de pesquisa e a técnica escolhida, Creswell (2007) aponta que a pesquisa qualitativa explicativa é especialmente útil quando o pesquisador conhece as variáveis a utilizar e deseja aprofundar o olhar sobre elementos pouco ou ainda não estudados por determinada matriz metodológica.

Segundo Gil (2002), com relação à coleta de dados, o método de estudos de casos pode ser considerado o mais completo dentre todos os outros, pois este se vale tanto de dados de pessoas quanto de dados documentais. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob a técnica de estudos de casos, e uma de suas características mais significativas é a utilização de instrumentos não padronizados de coleta de dados.

Os procedimentos utilizados na pesquisa foram: levantamento bibliográfico; pesquisa documental; realização de entrevistas semiestruturadas; observação não participante; e, análise de imagem (fotografia).

No conjunto de ações para coleta de dados, serão utilizados: o levantamento bibliográfico sobre temas específicos, em que foi considerada *“toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, que tenha sido transcrito e que possa propiciar as análises das informações levantadas”* (LAKATOS, 2010, p. 166). Creswell (2007) esclarece que, na pesquisa qualitativa, os pesquisadores usam a literatura de maneira consistente, com as suposições de aprendizado do participante e, não, para prescrever as questões que precisam ser respondidas sob o ponto de vista do pesquisador.

DISCUSSÕES

A análise socioespacial sobre o bairro fez-nos compreendê-lo como geograficamente importante para a (re)produção do espaço da Região Metropolitana de Belém (RMB), por meio de estruturas que acabam influenciando a consolidação de uma nova organização espacial, sobretudo, ligada aos agentes de desenvolvimento do espaço urbano. Assim, tendo o bairro Coqueiro como ponto chave da discussão com base na circulação de bens, serviços e pessoas, considerando sua condição geográfica peculiar ao se localizar na confluência dos dois municípios mais importantes da RMB, possuindo parcelas de seu território em ambos, sendo evidentes as modificações nas características de sua estrutura ao longo do tempo, que vêm sendo moldada desde os anos 1970.

Inicialmente, o que atualmente denomina-se bairro Coqueiro cumpriu a função de espaço de reserva para a criação de conjuntos habitacionais destinados à classe média empobrecida belenense, passando, nas últimas duas décadas, por intensas transformações espaciais que vêm reordenando o uso deste espaço, sua forma, função dentro da rede urbana, sua estrutura principalmente após criação e/ou duplicação de ruas e avenidas, corredores que ajudaram a constituir novos espaços para moradia, empresas, negócios e serviços de variados ramos, em um processo intenso de redefinição.

O processo de ocupação do bairro Coqueiro resultou na produção habitacional em larga escala, principalmente viabilizada pelo extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), durante os anos de 1970, que produziu, por exemplo, o Conjunto Cidade Nova, em parceria com a Companhia Executiva de Habitação do Pará (COHAB-PA), onde foram criadas mais de vinte e uma mil unidades habitacionais, de modo a absorver parcela significativa da demanda por habitação, principalmente de Belém.

Nos anos seguintes, a partir do arrefecimento da política habitacional estatal, o bairro passa a cumprir um novo papel na dinâmica urbana, atraindo empresas de variados ramos, sobretudo o de serviços, dadas às condições logísticas favoráveis com a proximidade da BR-316, a proximidade da capital do estado, Belém, e o baixo valor de terrenos, que tornava o bairro atraente ao capital. A partir dos anos 2000 com a progressiva melhoria das condições de trafegabilidade, com importantes vias

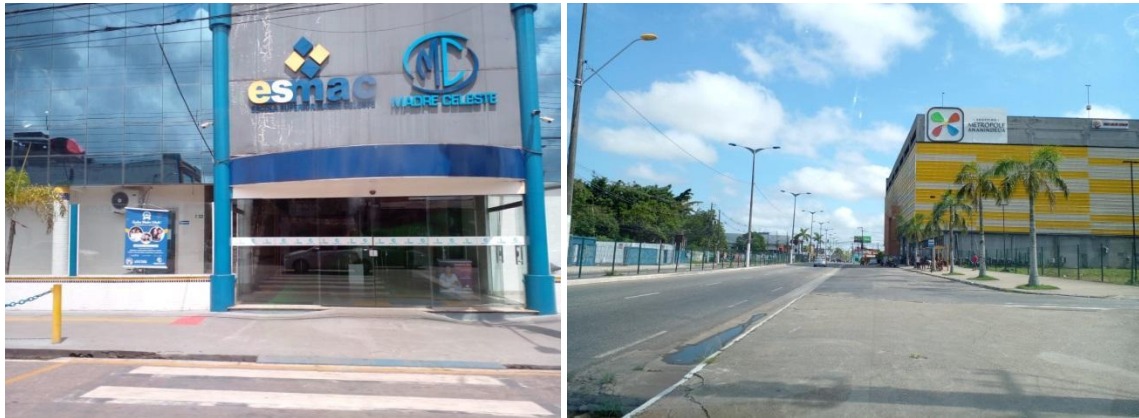
sendo reordenadas (Avenida Mário Covas – antiga Rodovia do Coqueiro; Avenida Hélio Gueiros – antiga Estrada do 40 Horas) e abertas (Avenida Independência), novas funcionalidades e agentes passam a atuar de forma sistematizada, agora com empreendimentos imobiliários voltados a uma faixa de renda superior àquelas beneficiadas pelo BNH nas décadas passadas: há a predominância de empreendimentos imobiliários para as classes média e alta, horizontais e verticais.

A mudança no perfil da estrutura do bairro está totalmente ligada, predominantemente, à maximização da atuação dos agentes imobiliários, além de toda a rede do circuito da economia que vê nesta atuação grande oportunidade para desenvolver o comércio local, prestação de serviços e ampliação de seus lucros. Sobre as mudanças no lugar, E9, dona de casa, residente no bairro há quarenta e dois anos revela ter acompanhado as mudanças mais significativas com satisfação:

(...) viemos para cá em 1980, quando o Cojunto (*Jardim América*) foi aberto e eu venho acompanhando todas as mudanças. Quando chegamos aqui, as ruas eram de piçarra e os ônibus chegavam apenas até a Vila (*cruzamento entre as avenidas Mário Covas, Transcoqueiro e Hélio Gueiros*). A gente tinha que atravessar um igarapé que enchia com a chuva, próximo ao SESI. Hoje está tudo muito melhor porque a nossa vida ficou mais fácil...

As transformações ocorridas, na perspectiva da moradora, coadunam no entendimento nas mudanças para a que o lugar possibilite a viabilidade da vida, de materialização do bem-estar, descrito por Souza (2010). Tais mudanças são importantes para nossa análise, pois não são apenas simbólicas, mas, sobretudo, materiais com a introdução de equipamentos urbanos e objetos privados que *facilitam* a vida, mesmo que o espaço concebido assuma o caráter moderno de inserção para reprodução do espaço dedicado ao mercado, em última análise. As Imagens 01 e 02, a seguir, mostram dois importantes objetos nos últimos anos neste espaço: a Escola Superior Madre Celeste (ESMAC) e o Shopping Metrópole, empresas privadas que exemplificam a mudanças importantes na dinâmica no setor de serviços.

Imagens 01 e 02: Escola Superior Madre Celeste (ESMAC) e Shopping Metr pole



Fonte: Lobato, F.T. Pesquisa de campo, 2022.

A mesma lógica que observamos nas imagens abaixo, onde uma via de importante tráfego do bairro (Avenida Hélio Gueiros), que foi remodelada na última década, favorecendo, assim, a circula o, a consolida o de novos empreendimentos habitacionais e as trocas. Neste caso, destacando tr s empreendimentos habitacionais de pequeno, médio e alto padrão nas laterais da via e um supermercado do tipo *Meio a Meio* ou *Atacarejo* ao fundo. A inser o do empreendimento comercial tem rela o direta com aten o ao fornecimento de bens de consumo não duráveis às famílias que habitam os empreendimentos, que necessitam alimentar-se.

Imagem 03: Avenida Hélio Gueiros suas altera es recentes: condomínios residenciais e supermercado



Fonte: Lobato, F.T. Pesquisa de campo, 2022.

E12, residente em um dos novos empreendimentos criados após a duplicação da Avenida Hélio Gueiros, destaca aspectos relevantes em relação à dinâmica na alteração com o espaço e a apropriação do lugar:

Moramos durante muito tempo no centro (*de Belém*), mas em casa e apartamento alugados. A gente tinha medo de mudar pra longe de onde a nossa família vive, mas os filhos cresceram e decidimos comprar nosso apartamento aqui. Depois desses cinco, seis anos, já estamos acostumados com bairro, a distância e um dos nossos filhos até acabou vindo morar aqui também... Aqui tem tudo o que a gente precisa e a gente vai muito pouco ao centro da cidade.

As alterações ocorridas a partir da atuação do Estado, a implantação de condomínios verticais e horizontais continua a trazer famílias para o bairro, criando um novo momento de ocupação dirigida para uma nova demanda solvável de faixa de renda superior à habitação popular. Esta nova configuração se consolida com a chegada de uma infraestrutura logística eficiente, comércio variado e uma ampla rede de serviços oferecidos.

A morfologia urbana em desenvolvimento no bairro Coqueiro reflete mudanças significativas causadas por interesses comerciais que visam maximizar a rentabilidade da área. Estabelecimentos como supermercados, farmácias, postos de gasolina, escolas privadas e universidades estão reconfigurando a paisagem urbana. No entanto, essas transformações criam contradições visíveis, já que o acesso ao espaço não é igual para todas as classes sociais. Dentro do mesmo espaço urbano, há contrastes claros entre áreas de alto padrão, como condomínios fechados, e áreas ocupadas de forma irregular, com condições precárias materiais e sociais. As imagens mostram um corpo d'água alterado pela ação humana e uma ocupação chamada Manoel Pioneiro, vistas da Avenida Hélio Gueiros.

Imagens 04 e 05: Avenida Hélio Gueiros suas alterações recentes: corpo hídrico antropizado e Comunidade Manoel Pioneiro



Fonte: Castro, M.D. Pesquisa de campo, 2022

A valorização do solo urbano, com a consequente substituição de clubes, sítios e chácaras por condomínios não esconde as contradições visíveis, muitas vezes dentro do mesmo perímetro, como enfatizou E6, que já habitava o bairro, mas em função das alterações e da diferenciação criada pelo surgimento de condomínios fechados, fez a opção por um deles:

Eu e meu marido sempre moramos no bairro, mas em um conjunto (*habitacional*) antigo. Temos muitos parentes aqui. Quando o Condomínio (*Park Itália*) foi criado, pensamos em comprar um lote e construir nossa casa do jeito que a gente queria. No nosso caso, a questão da segurança foi o mais importante porque a gente tinha filhos pequenos e a violência nos assusta muito. Hoje, a gente vê que aqui já tem o Assaí (*atacadista*), têm farmácias, escolas e já melhorou muito.

A maneira a qual a apropriação do espaço ocorre, denota claramente a distição do acesso à terra urbana, pois ratifica certo desequilíbrio em se tratando da qualidade social da produção do espaço, sobretudo, no que concerne ao acesso a equipamentos urbanos pela população residente apartada dos condomínios fechados, culminando em um processo de gentrificação novo e crescente, principalmente às margens das avenidas reorganizadas ou abertas, aonde o valor da terra urbana veio aumentando de modo significativo. Trata-se, então, da ocupação estratégica do bairro, que ao mesmo tempo segrega, diferencia espaços propositalmente e também autossegrega.

Outra característica marcante observada no Coqueiro é o desaparecimento de vivendas, chácaras e sítios, que passaram a ser adquiridos pelo capital imobiliário para dar lugar a novos empreendimentos, assim como antigos terrenos utilizados para especulação imobiliária, que agora são utilizados para instalação de empresas e galpões. A transformação desse espaço resulta em inúmeras e frequentes tensões, seja no âmbito de conflitos sociais, conflitos políticos e conflitos econômicos. Uma delas está relacionada à definição dos limites e responsabilidades de cada município pela atuação sobre os microespaços, que afeta, sobretudo, a manutenção de vias, redes de esgoto, redes de águas pluviais, iluminação pública, pontos de ônibus, coleta de lixo, transporte urbano, manutenção de calçadas e arborização pública, entre outros.

E14, moradora da Comunidade Manoel Pioneiro, aponta as dificuldades e problemas comuns aos residentes em ocupações urbanas “espontâneas” que, embora diferentes do início da criação da Comunidade, há duas décadas, continuam invisíveis aos olhos do poder público, ratificando a diferenciação urbana como uma organização espacial em áreas com fortes diferenças sociais presentes, pautadas na hierarquia:

(...) quando o córrego enche, a água chega a entrar na nossa casa. Já tiraram algumas casas que ficavam em cima do canal (*remanejamento conduzido pela Prefeitura de Ananindeua*), mas não mexeram nele. Aqui atrás é o SESC e a gente fica muito perto

do 40 Horas (*Avenida Hélio Gueiros*), mas não tem saída por lá por causa do Canal. Se tivesse uma saída por lá ia ser muito mais fácil pra nós...

Assim, o elemento catalisador para a compreensão do processo de diferenciação é a atuação do Estado de forma deliberada e explícita através do planejamento, quando da ação ou da inação, no caso presente. Neste sentido, a inação da Prefeitura de Ananindeua é decisiva para reforçar a diferenciação residencial de modo objetivo, pois o tratamento dispensado ao perímetro é totalmente diferente: enquanto os condomínios residenciais surgem de forma exponencial às proximidades com uma boa infraestrutura como espaços concebidos para o mercado, a mesma lógica não ocorre nas áreas ocupadas ao entorno, comunidades como a da E14 que não possuem saneamento básico ou qualquer equipamento urbano básico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar sobre o bairro Coqueiro permitiu analisar a (re)produção e circulação deste espaço a partir da atuação dos agentes de desenvolvimento do espaço urbano que nele atuam; e claro, considerando as atuais condições do capital na sua velocidade em perspectiva à necessidade de reproduzir o espaço de acordo com uma fração da sociedade que atua de forma parcial em nossa problemática.

O processo de diferenciação urbana – ou segregação – nitidamente reproduzido conjuga ação deliberada de agentes públicos e privados sobre o espaço por interesses particulares e em detrimento de interesses comuns: urbanização ou reurbanização de espaços e vias projetando formas de antecipação espacial pelo capital imobiliário e comercial que incorpora terrenos até então utilizados para especulação e outros, ainda utilizados como sítios, vivendas, clubes e afins para dar lugar a novos empreendimentos de faixas de renda solváveis.

O direito à cidade como direito inalienável ao cidadão e à vida pode ser visto como algo utopicamente formulado por tentar articular uma conjugação de direitos, mas materialmente está relacionado ao entendimento da cidade como obra humana, não pura e simplesmente como um produto comercializável. As transformações em curso, em nosso exemplo, evidenciam o descompasso entre uma urbanização que prepara o solo para o capital, sem alterar as condições de vida dos moradores das comunidades “espontâneas” criadas quase sempre em espaços precários do ponto de vista ambiental e social.

Como bem destaca Lefebvre, dentro da oposição entre valor de uso (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano) e o valor de troca (espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos) a cidade se mostra aos sujeitos de maneira comercial, intencional e legitimamente atestada pelo sistema que a reproduz. No caso do bairro Coqueiro, o reordenamento

proporcionado pelo poder público acentuou permitiu a revalorização do solo e a ressignificação do espaço como espaço-mercadoria.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **A Duração das Cidades: sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas**. 2 ed. Henri Acsehrad (Org.). Rio de Janeiro: Editora DP&A/ Lamparina, 2009.
- CARLOS, A.F.A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.
- CORRÊA, R. L. Processos espaciais e a cidade. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.41, n.3, 1979.
- _____. **Trajétórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CRESWELL, J.W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- GEMAQUE, C. B. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. **Revista Confins**, número 5, Paris, 2009. Disponível em <http://confins.revues.org/index5633.html> Acesso em 13 de maio de 2022.
- GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 2010.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 8ª. reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Tradução: Donald Nicholson. Blackwell Publishing (EUA), 1991.
- _____. **A Cidade do Capital**. Tradução: Maria H. R. Ramos; Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2004.
- _____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LIMONAD, E. **Reflexões sobre o Espaço, o Urbano e a Urbanização**. Geographia, Niterói, v. I, n. I, p. 71-91, 1999.
- LOGAN, J. MOLOTCH, H. **Urban Fortunes: the political economy of place**. University of California Press, 1987.
- LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes Editor, 1981.
- MARICATO, E. **Política Habitacional no Regime Militar: do milagre brasileiro à crise econômica**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. **Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: metrópoles brasileiras**. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 4, 2000.
- _____. **Dimensões da tragédia urbana**. Com Ciência, São Paulo, mar. 2002. Seção Cidades. Disponível em: www.comciencia.br. Acesso em 12 de fevereiro 2022
- _____. **O impasse da Política Urbana no Brasil**. São Paulo: Editora Vozes, 2011.
- MARX, K. **El Capital – crítica de la economía política**. México: FCE, 1973.
- ROLNIK, R. **Pactuar o Território: desafio para a gestão de nossas cidades**. Publicado em 01/09/2008. Disponível em < <http://raquelrolnik.wordpress.com/2008/09/01/desafios-da-gestao-urbana/>>. Acesso em: 09 de agosto de 2022.
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- _____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. Ed. São Paulo. Edusp, 2008.

SOJA, E. **Geografias Pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica; São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, D. C. **O meio ambiente das cidades**. São Paulo: Atlas. 2010.

TRINDADE JR, S.C. **Produção do espaço e diversidade do uso do solo em área de Baixada saneada**. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA. Belém, 1993.

_____. **Formação Metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém, PA: Paka-Tatu, 2016.



GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades Latino-americanas.

CARVOEIROS DO AMAZONAS: DESIGUALDADE E A FALTA DE TRABALHO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Charles dos Santos Pereira¹ (UFAM),
Elenise Faria Scherer² (UFAM)

RESUMO Este trabalho tem por objetivo apresentar a realidade vivida por trabalhadores da Região Metropolitana de Manaus, especificadamente, dos municípios que ficam localizados no entorno da capital amazonense, que foram submetidos ao desemprego e a falta de oportunidade de renda durante a Pandemia da COVID-19, e que encontraram na exploração de recursos vegetais, em comunidades rurais a alternativa para garantir o sustento familiar, precisamente, na produção de carvão vegetal o meio para enfrentar a crise sanitária. Alguns trabalhadores migraram durante o período de 2020 e 2021, e juntaram-se aos moradores da comunidade rural, localizada no município de Rio Preto da Eva, no estado do Amazonas. Esses trabalhadores, denominados de carvoeiros nesse trabalho, encontraram na produção de carvão vegetal a oportunidade de garantia do sustento de vida, o que lhes permitiu enfrentar a Pandemia da COVID-19. O resultado preliminar da pesquisa mostra ainda a questão do desemprego e das condições de vulnerabilidade imposta a muitos cidadãos durante o período de crise sanitária no entorno da cidade de Manaus, os objetivos desse trabalho foi apresentar as formas de produção e as condições que os trabalhadores se impõem para produzir o carvão. A pesquisa foi conduzida em perspectiva qualitativa apoiada em referências bibliográficas, observações diretas e entrevistas com os sujeitos da investigação no território de trabalho dos carvoeiros na área rural do município de Rio Preto da Eva.

Palavras-Chaves: Trabalhadores carvoeiros, Desigualdade, Crise sanitária.

1. INTRODUÇÃO

A Pandemia da COVID-19, foi até o momento um dos maiores problemas de saúde da humanidade nos últimos séculos. A forma como tudo aconteceu fez com que milhares de pessoas tivessem suas vidas alteradas de uma hora para outra. Em meio a um turbilhão de acontecimentos, os trabalhadores autônomos e os prestadores de serviços informais tiveram que encontrar uma forma imediata para sobreviver, famílias inteiras foram obrigadas a mudar o seu ritmo de vida e se adaptar à realidade do momento. Nesse cenário de grandes mudanças, destacamos aqui a população da Região Metropolitana de Manaus. Uma grande área composta atualmente por treze municípios, que estão em processo de conurbação e que ficam no entorno de Manaus, a capital amazonense.

Mediante a perda de vários postos de trabalhos, do distanciamento social, do fechamento de feiras e da falta de oportunidade nos anos de 2020 e 2021, período do ápice da Pandemia, várias

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil. Email: charles.spereira88@gmail.com

² Professora Associada da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Pesquisadora da FAPEAM e CNPq. E-mail: elenisefaria@gmail.com.

famílias foram obrigadas a se refugiar em áreas rurais dos municípios da Região Metropolitana de Manaus, como no município de Rio Preto da Eva, localizado a cerca de 80 km de Manaus. E muitas dessas famílias se viram obrigadas a trabalhar com a produção de carvão vegetal, atividade bastante desgastante e que impõe ao trabalhador condições precárias de trabalho. Buscando mostrar a realidade das pessoas que viveram e outras que ainda vivem da atividade carvoeira na região amazônica, uma vez que essa atividade apresenta complexidades de fatores na produção e pela matéria prima utilizada, este trabalho de pesquisa vem pautando na seguinte problemática: Quais motivos levaram trabalhadores a se dedicarem a produção do carvão vegetal no período da Pandemia da COVID-19 e por que outros continuam, mesmo após a crise sanitária? Nossos objetivos com essa pesquisa é apresentar resultados confiáveis e relevantes para o mundo científico, e como parte preliminar de um grande trabalho que está em desenvolvimento, objetivamos neste momento analisar as formas de trabalho dos produtores de carvão vegetal em uma comunidade rural, localizada no município de Rio Preto da Eva, às margens da AM 010 no km 105, ramal da ZF-9B no estado do Amazonas, identificando as áreas de produção e as condições de trabalho, assim como também investigar os motivos que levam a trabalhar nesse ramo de atividade. A perspectiva tipológica da pesquisa é qualitativa e nossas estratégias metodológicas foram realizadas por meio da pesquisa bibliográfica, observações de campo e entrevistas com trabalhadores da comunidade rural do ramal da ZF-9B do Município de Rio Preto da Eva.

2. O TRABALHO E A VULNERABILIDADE SOCIAL.

Para Marx (2010, p. 197) o trabalho se refere “ao conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade de um ser humano”, entendemos que essa referência é condizente com os esforços que o trabalhador faz para que o seu corpo, seu intelecto e suas capacidades sejam usadas para produzir determinadas mercadorias que serão usadas por ele mesmo, e por outros trabalhadores que ajudam no processo de produção de bens de consumo. No período da Pandemia da COVID-19, 2020 e 2021, dados empíricos revelam que alguns grupos de trabalhadores foram prejudicados, como por exemplo os trabalhadores autônomos informais e domésticos, que residem principalmente em áreas periféricas das grandes cidades e das regiões metropolitanas. Santos et al (2020) apresentam que:

Os impactos da COVID-19 no mundo do trabalho obedecem às desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Os negros com vínculos de trabalho mais frágeis compõem a maior parte da informalidade. Destaque para as mulheres, particularmente as negras, que também são muito vulneráveis por integrar setores

econômicos historicamente desregulamentados – como a prestação de serviços domésticos, atividade que, em larga medida, foi reduzida, com demissão expressiva de trabalhadoras (es). (SANTOS ET AL, 2020, p. 04)

Segmentos de trabalhadores que já viviam em situação de vulnerabilidade social antes mesmo da pandemia, tiveram suas realidades agravadas ainda mais devido às condições impostas pelo isolamento e o fechamento das atividades produtivas. O que obrigou milhares de trabalhadores a encontrar alternativas imediatas para que pudessem garantir o sustento de suas famílias e sobreviver ao quadro de instabilidade que se apresentou. O fato é que, os menos favorecidos em todos os aspectos da sociedade sejam pelo âmbito econômico, jurídico e social são os que mais sentem os efeitos de uma crise, principalmente se tratando de uma crise sanitária e de magnitude global. Lopes (2008) afirma que o termo “exclusão social antecede o conceito de vulnerabilidade social, tendo sido amplamente utilizado na definição de situações sociais como pobreza e marginalidade”. A marginalização social impõe muitas pessoas a condições sub-humanas, em alguns casos isola os indivíduos simplesmente por alguma atividade que exercem para sobreviver, como é o caso de catadores de materiais recicláveis e os próprios produtores de carvão vegetal. Pedersen e Silva (2013) dizem que a vulnerabilidade social tem sido usada para caracterizar um número cada vez maior de pessoas, que se encontram em uma situação desfavorável em relação a outros grupos populacionais. Os grupos populacionais se caracterizam pela heterogeneização de seus membros, o que faz ser composto por uma diversidade de pessoas que se organizam em diferentes camadas sociais. Martins (2021, p. 06) afirma que podemos compreender vulnerabilidade social da seguinte maneira:

A princípio podemos compreender o termo vulnerabilidade social como um conceito que diz respeito a uma condição em que o indivíduo, ou grupo de pessoas, se encontra em fragilidade e/ou ausência de material básico para sobrevivência ou moradia adequada.

A abordagem da vulnerabilidade social é colocada em cena pelo fato de que, em meio a Pandemia, os mais afetados com relação à situação financeira foi sem dúvidas os segmentos mais pobres da classe trabalhadora, principalmente, porque tinham que fazer pagamentos de aluguéis, comprar de alimentos, contas de gás, água, energia elétrica e itens básicos que pesam bastante no orçamento. E com isso, é necessário termos compreensão que há um grande número de pessoas pobres, e que vivem em condições de miséria, como revela dados da ONU (2020).

Hoje, mais de 780 milhões de pessoas vivem abaixo do Limiar Internacional da Pobreza (com menos de 1,90 dólar por dia). Mais de 11% da população mundial vive na pobreza extrema e luta para satisfazer as necessidades mais básicas na esfera da saúde, educação e do acesso à água e ao saneamento. (ONU, 2020)

Analisando esses dados revelados pela ONU (2020), no qual aponta dados com relação ao número de pessoas em nível mundial vivendo em condições de pobreza. Voltamos para a realidade brasileira, que segundo dados do IPEA (2023) a pobreza no Brasil registrou, de 2020 para 2021, o maior aumento em pontos percentuais desde 1990, com um avanço entre 1,8 pontos percentuais e 4,7 pontos percentuais, já a região norte o apresenta um quadro em que 10,4% dos municípios estão classificados com altas da vulnerabilidade social (IPEA, 2015). Com o registro de exposição de mais pessoas no quadro de vulnerabilidade social e sem oferta de empregos, alternativas imediatas precisaram ser criadas. Embora o governo brasileiro tenha agido criando o Programa Auxílio Brasil, no intuito de ajudar as populações necessitadas, para muitas famílias não foi o suficiente o que lhes obrigou a buscar outras oportunidades de renda. Santos et al (2020) comenta que:

A sociologia do trabalho aborda a vulnerabilidade como produto da precarização do trabalho, dada a centralidade do trabalho nos processos de sociabilidade. A perspectiva de agravamento da precarização do trabalho durante e após a pandemia aponta para a acentuação do cenário de desigualdades anterior à mesma e surgimento de novos grupos sociais, historicamente mais desprotegidos, em situação de vulnerabilidade. (SANTOS ET AL, p.03)

A situação apresentada pelos citados autores abre discussões com relação ao estado do Amazonas.

O Estado do Amazonas faz parte da Região Norte do Brasil que juntamente com a Região Nordeste apresenta os mais elevados indicadores de vulnerabilidade do país e com a chegada da pandemia vêm agravar os problemas socioeconômicos que sofrem cotidianamente a população. (SILVA ET AL, 2022, p. 130)

Destacamos a situação da vulnerabilidade social no contexto da Pandemia pelo fato do estado do Amazonas ter sido o mais afetado com relação a gravidade da COVID-19, tanto na primeira, quanto na segunda onda. E os dados com relação à situação de sua população a deixam em alerta

Em relação à extrema pobreza, os números mostram que o Amazonas representa 22% da Extrema Pobreza da Região Norte. Sendo 13,8% (571.954 pessoas) um percentual bem acima do percentual regional (11,8%) e da média nacional (7,4%). Já em relação à pobreza, os números são mais preocupantes, 47,9% dos amazonenses encontram-se em situação de pobreza, o equivalente a 1.985.262 pessoas, sendo que o Estado é responsável por 33% da pobreza regional. (SILVA ET AL, 2022, p. 142)

O estado do Amazonas apresentou uma complexidade de fatores que chamou a atenção do Brasil e do Mundo no período da pandemia. E com esse cenário de muitas incertezas, onde os trabalhadores carvoeiros se destacaram pelas suas condições sociais e pela maneira com que sobreviveram ao momento de crise e de outros que permanecem no labor, este trabalho busca

mostrar a realidade de forma ética e confiável de trabalhadores carvoeiros que estão na invisibilidade da nossa sociedade.

2.1 A produção de carvão vegetal como alternativa de trabalho imediato

A produção de carvão vegetal é uma prática bastante antiga, não sendo uma novidade em nenhuma parte das regiões brasileiras. Desde tempos passados a utilização de materiais orgânicos de origem vegetal é usada para benefícios do homem. No caso da queima de árvores para produzir o carvão vegetal é uma forma de trabalho que requer muito esforço físico dos trabalhadores. E a forma de produzir esse elemento que é consumido por grande parte das pessoas é vista como uma prática ilegal, pois de certo modo apesar de ser uma produção por meio de recursos naturais, sua produção impõe muitos pontos negativos para o meio ambiente. Nem todas as regiões brasileiras oferecem condições necessárias para a produção atualmente, devido à escassez de matéria-prima. No caso do Amazonas podemos avaliar que devido a sua grandeza, a falta de fiscalização e a grande oferta de árvores presentes na floresta Amazônica, são fatores que colaboram para que trabalhadores continuem nesse ramo. Monteiro (2004) a quase duas décadas passadas já alertava que algumas indústrias siderúrgicas que usam o carvão vegetal estavam se deslocando para regiões amazônicas devido a facilidade de produção.

O deslocamento destas indústrias para a fração Oriental da Amazônia, onde ainda a aquisição de carvão vegetal é bem mais fácil e barata, parece consolidar-se como uma tendência que se desenha e que já permite inferir efeitos deletérios relacionados à demanda daquele insumo. (MONTEIRO, 2004, p.04)

Nesse contexto, a região amazônica que é riquíssima em recursos naturais apresentando uma grande variedade de árvores de todos os tamanhos e variadas espécies se torna uma grande produtora de carvão vegetal, que é utilizado por vários ramos da indústria e do comércio. Os consumidores diretos conseguem visualizar esse produto geralmente nos finais de semana e nos restaurantes quando seu churrasco está bem passado ou mal passado para saciar a fome. Durante a pandemia da COVID-19, a imposição de medidas imediatas para que conseguíssemos nos adaptar ao novo momento fez com que muitas pessoas passassem a produzir o carvão vegetal por meio de um trabalho árduo e que garantisse a sobrevivência. A maioria das famílias que migraram para as áreas rurais, foram pessoas que residiam nas áreas periféricas das grandes cidades, no caso desta pesquisa, destacamos o exemplo de uma família composta por seis pessoas que moravam em um bairro da zona norte da cidade de Manaus, e que foram obrigados a se deslocarem para comunidade rural, localizada na AM 010, KM 105, ramal da ZF-9B do Município de Rio Preto da Eva, município que faz parte da Região Metropolitana de Manaus. Além da pandemia que afetou diretamente a vida de

muitos trabalhadores brasileiros nos anos de 2020 e 2021, a inflação também fez com que a produção de carvão vegetal entrasse em cena. O alto preço do gás de cozinha e a elevação nos produtos alimentícios contribuíram para que a produção fosse feita por mais pessoas. Accarini (2021) destacou por meio da página virtual da CUT (Central Única dos Trabalhadores) que para o trabalhador, em especial o mais pobre, não há nada ruim que não possa piorar. Assim foi com o novo preço do gás de cozinha (GLP), que aumentou 5,9% nas refinarias. Além do alto preço em alguns locais do Brasil, tornou ainda mais difícil a vida de milhões de brasileiros e brasileiras, que enfrentaram também o desemprego e a alta nos preços dos alimentos e das contas de água e luz. Essa situação colocou muitas famílias em condições de vulnerabilidade social, e muitas pessoas se deslocaram para algumas comunidades rurais e se organizaram com o que tinham.

Na comunidade rural do ramal da ZF-9B do Município de Rio Preto da Eva, localizada a cerca de 110 km da cidade de Manaus, e fazendo parte da Região Metropolitana. A produção de carvão vegetal foi um escape para muitas famílias. Trabalhadores que tiveram seus contratos de emprego suspensos, donas de casas que pararam de trabalhar se deslocaram para essa localidade a fim de garantir o sustento. E nesse momento de crise sanitária, todos queriam respostas imediatas e soluções urgentes. Se uma família se desloca para uma determinada comunidade rural, o correto no primeiro momento é analisar uma área para que se possa produzir uma determinada cultura. No entanto, qualquer cultura necessita de um tempo adequado para que se possa produzir ou que fique pronto para o consumo. Exemplo: o cultivo da mandioca leva em torno de seis meses para ser cultivado. No caso do carvão vegetal, as famílias só tinham o trabalho de explorar madeiras, construir os fornos e queimar a biomassa das árvores. Foi a solução imediata que muitas famílias encontraram, o que garantiu o alimento na mesa durante os primeiros dois anos de pandemia.

A rotina de trabalho desses produtores não é fácil, no Brasil temos vários casos de trabalhadores que são resgatados em algumas regiões com situações análogas a regime de trabalho escravo. São crianças, adolescentes, idosos e pessoas que vivem em situação de pobreza extrema e que não encontram outra forma de sobrevivência se não a de se submeterem ao trabalho oportuno. Podemos destacar como exemplo o caso dos trabalhadores do vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, onde um estudo feito pelos pesquisadores Dias, Assunção, Guerra e Prais (2002, p. 271) mostrou que:

Nas carvoarias volantes, os trabalhadores moram ou ficam alojados próximos aos fornos, em instalações improvisadas, cobertas por lonas, dormem em catres e não dispõem de condições mínimas de higiene e saneamento básico. É comum uma família e alguns agregados dividirem o trabalho e a moradia.

Embora o estudo tenha sido feito a alguns anos atrás, a situação pouco mudou nos dias de hoje e principalmente no período de crise sanitária provocada pela COVID-19. Essa pesquisa se pauta em um estudo que possui poucas pesquisas bibliográficas com relação ao tema, envolvendo as questões sociais e de políticas públicas para as populações que enfrentam as adversidades da vulnerabilidade social, no caso específico os carvoeiros da região amazônica. Para mostrar a realidade enfrentada por esses trabalhadores durante os anos de 2020 e 2021, tomamos como exemplo, por meio de observação direta a situação de um comunitário de 59 anos que reside sozinho em uma comunidade rural, localizada às margens da AM- 010, no município de Rio Preto da Eva, cerca de 105 km distante de Manaus. O senhor narrou sua rotina de trabalho como produtor de carvão vegetal. Todos os dias acorda bem cedo, umas cinco horas da manhã para iniciar o seu regime de trabalho, geralmente, ele faz a mesma agenda todos os dias da semana, domingo a domingo. Coletando troncos e galhos de árvores, e na sequência transportando tudo que será usado até o local do forno que ele mesmo construiu, ocorrerá a queima da madeira para produzir o carvão vegetal. Geralmente quase todas as árvores são usadas. Além de sua propriedade, que já não tem tantas árvores, o senhor também pede autorização de outros comunitários para fazer a retirada de árvores caídas ou até mesmo ajuda no processo de cultivo de culturas para ter em troca a liberdade de fazer a retirada de árvores que foram derrubadas.

A produção do carvão nessa comunidade é feita no sistema de fornos, feitos de tijolos e argila. Em média um forno é feito com cerca de quinhentos tijolos em uma área estratégica no meio da mata. Durante o tempo em que o produtor passa no local explorando as árvores para produzir o carvão, o forno não muda de lugar. O trabalho dos carvoeiros é tão árduo, que o processo de construir o forno tem que ser feito de uma maneira cuidadosa, pois passado o tempo de exploração na área o carvoeiro desmonta o forno feito com mais de quinhentos tijolos com argila e reconstrói em outro local. Sem ajuda de transporte, usando somente um carrinho de mão e sua força de trabalho.

O trabalho é intenso e os ganhos são ínfimos, uma saca grande de carvão custa pouco mais de R\$13,00 treze reais na comunidade que é vendida para um atravessador, que geralmente compra toda a produção antes mesmo de ser produzida e revenda na capital amazonense por cerca de R\$ 40,00 quarenta reais. A questão que foi observada é que o risco de colapso da sociedade pela falta de políticas públicas eficientes, que possam assegurar o trabalhador em períodos de crise é escasso em nosso país. É compreensivo que vivemos em um momento único durante a Pandemia, mas que todos os acontecimentos possam servir de base para fortalecermos a nossa sociedade no combate a fome, a pobreza, a exploração dos trabalhadores e a desigualdade social.

3. CONCLUSÃO

Durante a Pandemia da COVID-19 muitos cenários foram apresentados para o mundo, e em particular na região amazônica, principalmente, no que diz respeito ao estado do Amazonas. A desigualdade social é um dos maiores gargalos da sociedade contemporânea, e isto é presente em todas as nações do mundo. Alguns países possuem um acúmulo de riquezas significativo que pode suprir os anseios da sua população durante períodos de crises, enquanto outros, poucos recurso tem. Essa é uma marca da sociedade moderna. Nessa pesquisa o intuito era apresentar a relação da vulnerabilidade social e a situação dos trabalhadores durante o período de crise sanitária provocada pela COVID-19 nos anos de 2020 e 2021. O questionamento com relação a esse momento se voltou pelo fato de que muitos trabalhadores ficaram desamparados com relação a tudo, o que de certo modo expôs a estes indivíduos uma situação de vulnerabilidade social. Na perspectiva de mostrar quais os motivos levaram muitos trabalhadores a produzirem o carvão vegetal no período da COVID-19, essa pesquisa conseguiu apresentar alguns fatores relevantes dos quais podemos compreender como por exemplo: o desemprego que atingiu milhares de trabalhadores, a falta de estabilidade financeira, a alta nos custos de produtos alimentícios que são essenciais para a sobrevivência da maioria das famílias brasileiras. Outra situação importante verificada nesta pesquisa foi com relação à situação do trabalhador que se submete a uma rotina desgastante de trabalho e exploração para manter o seu sustento por ganhos mínimos. Uma situação que deveria ser inaceitável nos dias de hoje. Porém, foi inevitável para muitas famílias durante a pandemia e continua a ser nos dias atuais.

Com esta pesquisa concluímos que os objetivos foram respondidos de acordo com a proposta desejada, que os questionamentos com relação ao que motivou a pesquisar esse tema foram respondidos, no entanto percebemos que essa temática é fundamental para que possamos ter materiais bibliográficos relevantes que poderão ajudar em futuras pesquisas. E, talvez, possam contribuir na elaboração de políticas públicas eficientes que combatam algumas mazelas sociais impostas pela desigualdade econômica e social.

REFERÊNCIAS

ACCARINI, André. Alto preço do gás piora as condições de vida de trabalhadores mais pobres. Central Única dos Trabalhadores. 2021. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/alto-preco-do-gas-piora-as-condicoes-de-vida-de-trabalhadores-mais-pobres-702d>. Consultado em 14 de mai. 2023.

Santos KOB, Fernandes R de CP, Almeida MMC de, Miranda SS, Mise YF, Lima MAG de. Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. Cad Saúde Pública [Internet]. 2020. Disponível: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00178320>. Consultado em 17 de mai. 2023.

SILVA, Michele L. Aracaty; LUCAS, Mauricio Barbosa; PINTO, Leonardo Marcelo Dos Reis Braule. As Vulnerabilidades Socioeconômicas do Estado Do Amazonas Agravadas Pela 2ª Onda da Pandemia de COVID-19. /The socioeconomic vulnerabilities of the state of Amazonas aggravated by the 2nd wave of the pandemic of Covid-19. Informe GEPEC, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 127–145, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/28822>. Consultado em: 19 mai. 2023.

DIAS, E. C., Assunção, A. Á., Guerra, C. B., & Cano Prais, H. A. Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores na produção artesanal de carvão vegetal em Minas Gerais, Brasil. Cadernos De Saúde Pública, 18(1), 269–277. 2002.

LOPES, J. R. Processos sociais de exclusão e políticas públicas de enfrentamento da pobreza. Caderno CRH, 21(53), 349-363. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682018000200013. Consultado em 11 de mai. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília : IPEA, 2015. 77 p. : gráfs., mapas color.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Taxas de pobreza no Brasil atingiram, em 2021, o maior nível desde 2012. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13509-taxas-de-pobreza-no-brasil-atingiram-em-2021-o-maior-nivel-desde-2012>. Consultado em 11 de mai. de 2023.

MARTINS, Luana Maria. Vulnerabilidade social e direitos humanos em “quarto de despejo”. Anais VIII CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/88905>. Consultado em 11 de mai. 2023.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL NA AMAZÔNIA: REALIDADES E ALTERNATIVAS. Revista Papers do Naea Nº 173. v.1 n.1. 2004

ONU. Organização das Nações Unidas. Pobreza. Disponível em: <https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza/>. Consultado em 11 de mai. de 2023.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Livro I.

SANTOS Kob; Fernandes R de CP; Almeida MMC de; Miranda SS; Mise YF; Lima MAG de. Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. Cad Saúde Pública. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/W7bdfWDGNnt6jHCcCChF6Tg/#>. Consultado em 11 de mai. 2023.

PEDERSEN, J. R. & Silva, J. A.. A exploração sexual de crianças e adolescentes e sua relação com a vulnerabilidade social das famílias: desafios à garantia de direitos. In K. B. Krüger & C. F. Oliveira. (Orgs.), Violência intrafamiliar: discutindo facetas e possibilidades. (pp. 45-64). Jundiaí: Paco. 2013.

**GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas.****MOBILIZAÇÃO SOCIAL: O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
DE INTERESSE SOCIAL DO CONJUNTO BOSQUE ARAGUAIA NO BAIRRO DO TAPANÃ, EM
BELÉM/PA.**Lidiane Damasceno Miranda de Pádua¹(UNINOVE)Luís Fernando Massonetto²(UNINOVE)

RESUMO: O presente trabalho aponta que a mobilização social necessita ser um dos primeiros passos no processo de Regularização Fundiária Urbana, e analisará a mobilização social em programa municipal de regularização fundiária de interesse social no bairro do Tapanã no Conjunto Bosque Araguaia, no município de Belém/PA. O trabalho fundamenta-se no conceito da relevância da mobilização social sustentado por autores como Mafra (2010), Soares; Cardoso e Cruz (2018). A pesquisa de caráter qualitativo se orientou a partir de levantamento bibliográfico e documental e da inserção da pesquisadora no trabalho de campo do Programa Municipal de Regularização Fundiária. O Objetivo Geral da pesquisa é avaliar o impacto do processo da mobilização social na ampliação da adesão da população ao programa de regularização fundiária em bairro do município de Belém/PA. Os Objetivos específicos são: descrever as estratégias de sensibilização para obter participação dos moradores em área de programa de regularização fundiária; fomentar reflexões ao trabalho de profissionais que são inseridos nas políticas públicas urbanas. A relevância do estudo em andamento, se justifica por apontar estratégias e alternativas de mobilização social no intuito de sensibilização a participação popular no processo de regularização fundiária urbana, bem como garantia da celeridade do ordenamento territorial do município de Belém.

Palavras-chaves: REURB-S, Mobilização Social, Programa Municipal de Regularização Fundiária Urbana de Belém.

INTRODUÇÃO

O direito à moradia, assegurado pela Constituição Federal de 1988, confere ao Poder Público o dever de agente executor de políticas públicas urbanas para amenizar as desigualdades sociais históricas existente na parcela da população com maior vulnerabilidade social. A moradia e as expressões ligadas a ela são de interesses de todos, e para isso estão sempre em debates. No entanto, existe uma grande parcela da população que ainda vive sob condições inadequadas de moradia no Brasil. Os fundamentos desse fato incluem não somente a pobreza, mas também a falta de moradia de interesse social, a especulação do mercado imobiliário, a migração forçada e não planejada, e as mudanças causados por conflitos, desastres naturais ou a construção de grandes projetos.

¹ Mestranda em Cidades Inteligentes e Sustentáveis. Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Brasil.
Email: lidimirandad@gmail.com

² Prof.Dr. Luís Fernando Massonetto. Coordenador de pesquisa sobre Regulação Indutora no Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis. Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Brasil.
Email: luismassonetto@uni9.pro.br

Contudo, a falta de moradia não é o único viés de negação do direito à moradia, visto que o UN-Habitat (Agência especializada da ONU, dedicada a promoção de Cidades mais sociais e ambientais), aponta que um terço da população mundial vive em assentamentos e favelas em condições precárias, sem acesso a condições básicas e com a falta de reconhecimento legal e administrativo.

Nesse aspecto, é fundamental a Regularização Fundiária de imóveis urbanos, como um processo de intervenção, que conta com várias dimensões: Jurídica, Urbanísticas, ambientais e sociais.

As medidas jurídicas estão relacionadas a solução dos problemas dominiais, referentes as situações em que o ocupante de uma área (Pública ou Privada), não possui o título que lhe dê segurança jurídica sobre a sua ocupação.

As medidas urbanísticas dizem respeito às soluções para adequar os parcelamentos à cidade regularizada, como a implantação de infraestrutura essencial (calçamento, esgoto, energia, fornecimento de água), decorrentes dos loteamentos implantados sem atendimento das normas legais.

As medidas ambientais buscam superar o problema dos assentamentos implantados sem licenciamento ambiental e em desacordo com a legislação urbana e de proteção ao meio ambiente.

As medidas sociais, por sua vez, dizem respeito às soluções dadas à população beneficiária da Reurb (Regularização Fundiária Urbana), especialmente nas ocupações por famílias de baixa renda, (mas não excluindo as demais populações), de forma a propiciar o exercício digno do direito à moradia e à cidadania, proporcionando qualidade de vida.

Essas dimensões são inseridas em programas municipais de cunho social, e atinge diretamente aspectos da vida dos residentes de áreas urbanas irregulares, colocando-os como protagonistas e beneficiários desse processo.

Para além da Regularização Fundiária, o envolvimento da comunidade nesse processo é fundamental, para que ela se sinta corresponsável na luta pela efetivação do direito à moradia, e para isso é esperado que a coletividade busque a organização de forma solidária e ativa na solução de seus problemas, e com isso venham buscar autonomia. E uma das estratégias relacionadas a este artigo é a mobilização Social, que promove a participação coletiva da Comunidade e na resolução de seus problemas, e também organiza e estimula ações que visem a melhoria das condições de vida da população.

ABORDAGEM TEÓRICO METODOLÓGICO DO ESTUDO.

Das relações sociais observadas nas cidades, destaca-se a inter-relação do homem e seu assentamento habitacional, o qual pode ser desenvolvido com ou sem o controle e o conhecimento do Poder Público. Nesse segundo caso, quando os gestores municipais não realizam a concessão do ordenamento territorial com atendimento dos princípios legais, acabam por gerar riscos e falta de estabilidade à população, que geralmente, está em situação de vulnerabilidade social.

Para alterar esse cenário, torna-se importante a utilização de métodos de participação popular, como a principal ferramenta usada para obter o engajamento e representatividade social de moradores que habitam áreas sem regularidade fundiária, a fim de melhorar o ordenamento e garantir a adesão à projetos desenvolvidos por programas sociais do município.

A relevância do artigo se justifica em investigar e desvelar que a política de regularização fundiária urbana é potencializada quando as mobilizações e estímulos aos sujeitos sociais em processos participativos e de organização popular, são partilhados desde o início da implantação do projeto no bairro.

Para a realização desta pesquisa, foi necessário um estudo exploratório dos principais conceitos que serão fundamentais a análise da mobilização social em programa municipal de regularização fundiária urbana de interesse social em Belém.

O artigo foi pautado na dinâmica da vida social, levando em consideração os aspectos conjunturais e históricos, que embasa o trabalho de campo de profissionais da área social, pois o compromisso ético-político e as constantes lutas coletivas sugerem que as relações sociais estão em processo de mudanças, transformações e em desenvolvimento (CFESS, 2016). A dimensão estratégica do trabalho social encontra-se em articular lutas pela garantia da democracia, o fortalecimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora e a promoção de ações de caráter socioeducativo para a mobilização e organização dos sujeitos sociais. Toda organização política das classes populares promovem a consolidação de espaços de poder e proporciona a ampliação da visão de mundo dos participantes. (CFESS, 2016).

A atuação dos movimentos sociais urbanos viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Tais movimentos adotam diferentes estratégias de luta, como denúncia, mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc. (SOARES; CARDOSO; CRUZ, 2018).

Mafrá (2010) discute sobre a relevância da mobilização social ao entender que a mudança da realidade, mediante propósitos comuns, perpassa pela comunicação e pelo compartilhamento de visões, informações e discursos que impactam e mudam a realidade a partir de suas relações e interações sociais.

Para essa interação com a comunidade e os agentes das políticas públicas os principais instrumentos e as técnicas que serão aplicados para a realização da coleta de dados serão: a abordagem, a observação e a entrevista. A abordagem é a

Aproximação é sempre intencional e, utilizada como meio para intermediar um conjunto de ações que serão desencadeadas. [...]; observação, esperase uma postura treinada e assídua onde, não basta observar, devendo-se procurar compreender o que a observação revela, para isto deve-se estar apto a poder julgá-la e interpretá-la acertadamente [...]; entrevista, constitui-se como um instrumento utilizado intencionalmente e que sendo estabelecida entre indivíduos, diferenciados em seus papéis, vão expressar e manifestar contradições nesta relação [...] (STOCKINGER, 2005).

A Lei 13.465/2017 estabelece duas modalidades de Regularização Fundiária Urbana – Reurb: a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – REURB-S, aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda; e a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico – REURB-E, aplicável aos núcleos urbanos informais que não se enquadram na primeira modalidade. Desse modo, atendendo ao perfil socioeconômico dos moradores do Conjunto Bosque Araguaia, o Projeto de Regularização Fundiária da área enquadra-se na modalidade de REURB-S, e por meio do Programa Terra da Gente, que ocorre desde 2021, vem desenvolvendo instrumentos para regularização dos imóveis, garantindo a segurança jurídica e atendendo a demanda social, alvo do programa .

A regularização fundiária tem como base a união de medidas jurídicas, ambientais, urbanísticas e sociais com o objetivo de garantir o direito social à moradia digna, o combate à pobreza, o desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem estar de seus habitantes. (CEOLIN, 2015).

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para a obtenção dos dados da pesquisa foram utilizados dois vieses metodológicos: a) pesquisa bibliográfica com o levantamento de informações em livros técnicos e outras fontes de pesquisas desenvolvidas; e b) pesquisa de campo, com a inserção da pesquisadora no ambiente em que ocorrem os fenômenos sociais estudados.

O método da pesquisa é caracterizado como qualitativo, haja vista que foram avaliadas as alternativas de mobilização social (BOENTE; BRAGA, 2004).

A primeira parte da pesquisa foi realizada um levantamento bibliográfico e documental utilizando-se de livros, artigos científicos, com o objetivo de fundamentar, orientar e ampliar o conhecimento a respeito das discussões que possibilitaram a análise do tema.

Na segunda parte, foi realizada a caracterização da vulnerabilidade social de aglomerados existentes no Conjunto Bosque. Foram implementadas alternativas de mobilização social que tiveram seus imóveis regularizados, destacando o método de sensibilização da comunidade para aceitação e participação no processo de regularização.

A última parte da pesquisa se deu com a análise e interpretação dos dados relacionados à adesão dos moradores do Conjunto Bosque Araguaia ao Programa Social de Regularização Fundiária.

BREVE HISTÓRICO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO.

O município de Belém/PA é oficialmente dividido em 71 bairros distribuídos por 8 Distritos Administrativos, por onde a Prefeitura de Belém destina as diretrizes do planejamento para a cidade em geral. Essa divisão está relacionada à incorporação histórica dos bairros à malha urbana de Belém.

O Distrito Administrativo denominado DABEN engloba os seguintes bairros: Parque Verde, Benguí, Una, Cabanagem, Coqueiro, Pratinha, São Clemente e Tapanã. (área onde foi realizado o estudo desta pesquisa).

Todos pertencentes ao chamado Distrito do Benguí, uma área de ocupação humana remota, que busca a sua autonomia em relação ao município de Belém. É caracterizado por bairros de classe baixa, com grande concentração de "aglomerados subnormais (IBGE, 2010).

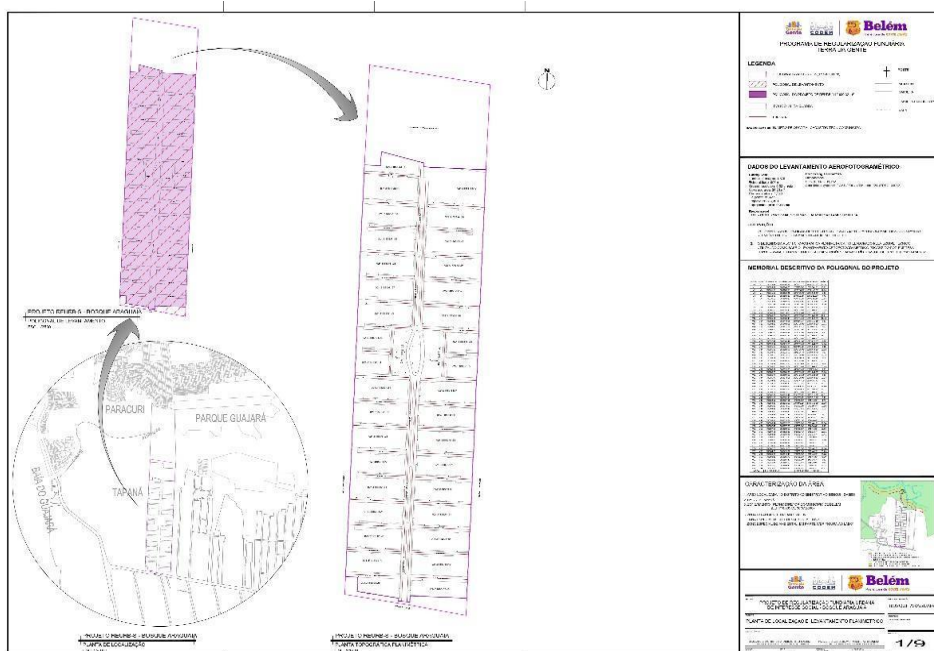
O processo de ocupação do Conjunto Bosque Araguaia se deu por meio da criação da Cooperativa Habitacional de Belém (COMTETO) no início dos anos 2000. Durante o processo organizacional, a COMTETO mobilizou os moradores de baixa renda e adquiriu a área que pertence à empresa Brasilit.

A COMTETO tinha o intuito de criar um loteamento de baixa renda com estrutura semi urbanizada. No entanto, a Cooperativa Habitacional foi perdendo seu papel frente às famílias, e diante da necessidade de organização, os moradores construíram a Associação dos Moradores do Conjunto Bosque Araguaia (AMBA), no dia 02 de fevereiro de 2017. A associação tinha como propósito suprir as lacunas deixadas pela Cooperativa e buscar melhorias para a comunidade.

Por tanto, a empresa firmou um Termo de Cooperação com a CODEM no ano de 2023, para fins de regularização da área do Conjunto Bosque Araguaia, devendo ser titulados os imóveis ocupados por moradores que se adequem aos requisitos na Lei nº 13.465/2017 e Lei Municipal nº 9.733/2022, definindo as áreas destinadas à equipamentos públicos e as áreas remanescentes

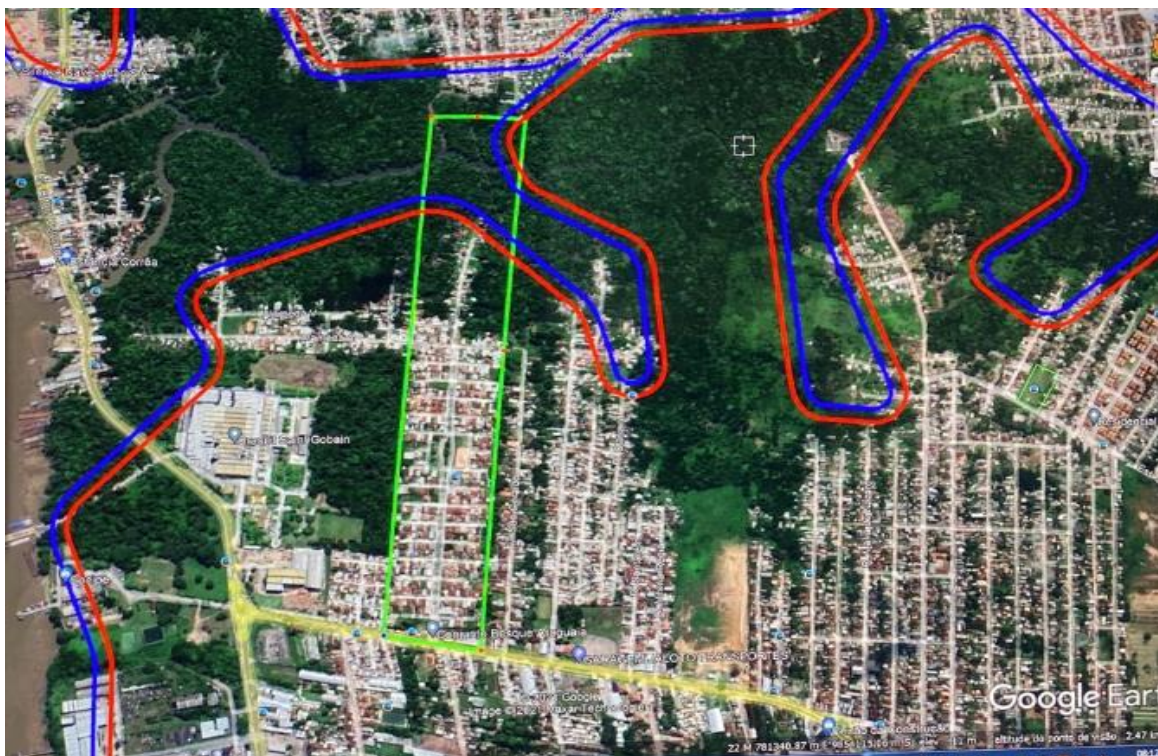
permanecerão em propriedade da COMTETO. Assim segue o mapa da planta de localização na figura 1, e mapa da área na figura 2, do Conjunto Bosque Araguaia:

Figura 1:



Fonte: CODEM2023

Figura 2



Fonte: CODEM 2021

Portanto, a poligonal definida para o Projeto de Regularização perfaz uma área de aproximadamente 145.830,22m², englobando 35 quadras residenciais e cerca de 600 lotes.

Inicialmente 658 famílias adquiriram seus lotes, no entanto com o passar dos anos houveram alterações nestes números, com o processo de compra e venda e de subdivisões de áreas.

A população do Conjunto Bosque Araguaia, cadastrada pelo Programa Terra da Gente, é composta por mulheres adultas (entre 20 e 59 anos), chefes de família e que declaram ser empreendedoras do ramo alimentício, da beleza e da estética. O perfil dos homens adultos, de acordo com a avaliação da equipe do Serviço Social do Projeto, está composto por funcionários públicos e autônomos. A maior parte dos autônomos atua no ramo do comércio, mais especificamente em pontos localizados no próprio conjunto e nas imediações do bairro.

Verificou-se que o perfil sócio econômico das famílias sofre um declínio, conforme adentra-se o conjunto: os moradores que residem nas primeiras alamedas possuem um poder aquisitivo econômico maior do que os moradores das alamedas que se seguem. Nesta porção final do conjunto, percebe-se que a renda é proveniente também de benefícios sociais, sendo que, por vezes, estes benefícios são a única fonte de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou avaliar o impacto da mobilização social na ampliação da população ao programa de regularização fundiária no Conjunto Bosque Araguaia no Bairro do Tapanã na Cidade de Belém, e também procurou identificar estratégias de sensibilização, bem como fomentar reflexões ao trabalho de profissionais que são inseridos nas políticas públicas urbanas.

O Projeto de Regularização Fundiária teve início no mês de abril de 2022, com uma reunião realizada pela Associação dos Moradores (AMBA) com a COMTETO, com os moradores do conjunto e os Gestores da CODEM, com objetivo de alinhar o processo da realização da Regularização Fundiária da área.

A Associação dos Moradores do Conjunto realizou uma mobilização para que o alcance do projeto fosse positivo, e para isso foram realizadas diversas reuniões com a comunidade local.

A CODEM realizou no dia 05/05/2022 uma grande Audiência Pública, que teve o objetivo de esclarecer, discutir, tirar dúvidas além de ouvir a opinião da população diretamente beneficiada. E alcançou um número estimado de quase 1.000,00 pessoas, que moram não somente no conjunto Bosque Araguaia, mas também do entorno do bairro do Tapanã.

A elaboração e aprovação do projeto de regularização fundiária envolve diversas ações desempenhadas pela CODEM aliada à Comunidade, aos órgãos de licenciamento e do Cartório de

imóveis. E após o estudo de dominiado da área e o levantamento topográfico, iniciou-se o processo de trabalho.

A equipe Social e urbanística iniciaram os trabalhos em campo no dia 10/05/2022, com a realização dos cadastros, coleta de documentos e realização de medição dos lotes. De acordo com a equipe, a adesão dos moradores com a documentação regular e a aceitação da equipe em locus se deu pela real e efetiva mobilização realizada pela liderança da associação dos moradores.

Após a coleta dos produtos os processos seguiram para a equipe do Serviço Social que analisou os documentos e verificou o perfil sócio econômico por meio do Parecer Social, seguindo com a equipe jurídica para análise processual com Parecer Jurídico e logo em seguida com a equipe urbanística para construção das peças técnicas, para enfim ser enviadas, por meio da tabela lote a lote, ao 3º Registro de Imóveis de Belém.

No dia 28 de Agosto de 2023 houve a realização de entrega das Certidões e Títulos de Propriedade para os moradores, um marco na garantia do direito à moradia, a segurança da posse, pois a legitimação fundiária constitui-se como instrumento jurídico adequado para a regularização fundiária.

A tabela abaixo demonstra os números e porcentagens do resultado do trabalho realizado por meio de mobilização social, na área, :

	Nº DE UNIDADES	%
TOTAL DE UNIDADES	598	100%
UNIDADES NÃO PASSÍVEIS DE MOBILIZAÇÃO	74	12%
UNIDADES NÃO MOBILIZADAS	72	12%
UNIDADES MOBILIZADAS	452	76%
UNIDADES REGULARIZADAS ATÉ ABRIL/2024	325	54%

Diante do exposto, os dados evidenciam que o grau de aceitação da população se deu inicialmente com a efetiva mobilização social realizada no Bairro do Tapanã, em particular na área

do Conjunto Bosque Araguaia , que por meio de reuniões, Audiência Pública fortaleceram compromissos de responsabilidade de cada ator no processo de trabalho. Destaca-se o comprometimento tanto do representante da Associação dos Moradores do Conjunto Bosque Araguaia, quanto da equipe de trabalho da Instituição CODEM, que pactuaram um compromisso na garantia do direito à moradia com segurança, por meio da Regularização Fundiária

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 12 de jul. 2021. BOENTE, Alfredo; BRAGA, Gláucia. Metodologia científica contemporânea: para universitários e pesquisadores. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm. Acesso em 12 de jul. 2021.

CEOLIN, Ana Caroline Santos (2015). A Regularização Fundiária como Instrumento De Inclusão Social e de Superação Da Pobreza: Estudo De Caso Da Comarca De São João Da Ponte em Minas Gerais. Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade. v. 1. n° 2. p. 75-104.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Atuação de assistentes sociais na Política Urbana: subsídio para reflexão. Brasília: CFESS, 2016.

CODEM - Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém. Arruamento do bairro de Fátima. 2021.

MAFRA, Rennan L. M. (2010). Mobilização Social e Comunicação: Por uma Perspectiva Relacional. Mediação, Belo Horizonte, v. 11, n. 10, jan./jun. de 2010.

MAIORES Bairros de Belém. Disponível em: https://populacao.net.br/os-maioresbairros-belem_pa.html. Acesso em 12 de jul. 2021.

SOARES, P. P. M. A. ; CARDOSO, W. S. ; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro . BELÉM (PA): CONTRADIÇÕES SOCIAIS DO E NO PLANEJAMENTO URBANO. REVISTA DE POLITICAS PUBLICAS (UFMA), v. 22, p. 1269-1290, 2018.

STOCKINGER, S. C. (2005). Textos de Teoria e Prática de Serviço Social: Estágio Profissional em Serviço Social na UFPA (Volume I). Belém: Ed. Amazônia



GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas

PLATAFORMIZAÇÃO E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

Bianca Neves Arnaud¹(PPGSS/UFPA)

Vera Lúcia Batista Gomes²(PPGSS/UFPA)

Resumo: Este artigo objetiva apresentar reflexões sobre o trabalho plataformizado e uberizado no Brasil, tendo por base resultados obtidos por meio da pesquisa empírica que subsidiou a elaboração da dissertação de Mestrado em Serviço Social de uma das autoras desta comunicação no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA), bem como, dos debates efetuados no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia (GEPTESA/PPGSS/UFPA). A plataformização e uberização do trabalho representam os mecanismos contemporâneos que o capital, em sua fase de crise estrutural e reestruturação produtiva, permanente, vem instituindo e conduzindo a novas formas de exploração força de trabalho da classe trabalhadora e de precarização do trabalho, em escala global. Entretanto, convém registrar que as tendências globais dos referidos fenômenos se realizam conforme a inserção na divisão internacional do trabalho e a articulação de desigualdades, em cada país, ou seja, as suas tendências apresentam particularidades nas diferentes formações nacionais. O fato de o Brasil ser um país de capitalismo periférico, ocupar um lugar de dependência na divisão internacional do trabalho e possuir um número expressivo de trabalhadores na informalidade, dinamiza e aprofunda as características da plataformização e uberização do trabalho.

Palavras-Chave: Trabalho, Plataformização e uberização do trabalho; precarização do trabalho; Trabalho Informal.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva apresentar reflexões sobre o trabalho plataformizado e uberizado no Brasil, tendo por base resultados obtidos por meio da pesquisa que subsidiou a elaboração da dissertação de Mestrado em Serviço Social de uma das autoras desta comunicação no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA), bem como, dos debates efetuados no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia (GEPTESA/PPGSS/UFPA).

A plataformização e uberização do trabalho representam os mecanismos contemporâneos que o capital, em sua fase de crise estrutural e reestruturação produtiva, permanente, institui para precarizar e explorar a força de trabalho da classe trabalhadora. São fenômenos que expressam a

¹ Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA), membro do Grupo de Estudos Trabalho e Estado na Amazônia – GEP-TESA/PPGSS-UFPA. E-mail: biancaarnaud01@gmail.com

² Assistente social, mestre em Serviço Social pelo PPGSS-UFPA e doutora em Sociologia pela Université de Picardie Jules Verne – Amiens France. Prof.^a do curso de Serviço Social, em nível de graduação e Pós-Graduação da UFPA. Lider do GEP-TESA/PPGSS-UFPA. Pesquisadora produtividade do CNPQ – PQ2. E-mail: veralucia@ufpa.br e veragomesbelem@hotmail.com

desregulamentação e novas formas de precarização no mundo do trabalho, em escala global. Contudo, a depender da forma de inserção de cada país na divisão internacional do trabalho que se apresentam desiguais, determinam tendências muito particulares nos diferentes mercados de trabalho e formações nacionais.

O Brasil, em particular, que ocupa um lugar periférico e dependente na divisão internacional do trabalho, como exportador de *commodities*, possui um mercado de trabalho, extremamente, desigual, o trabalho plataformizado e uberizado tem contribuído para o aumento dessas formas de trabalho, provocando, assim, novas formas de precarização. Entende-se, então, que embora a plataformização e uberização do trabalho configurem uma ofensiva à classe trabalhadora em âmbito mundial do capital, em um país dependente, como o Brasil, operam-se particularidades que são próprias da inserção do país no mercado mundial. Um exemplo que se pode mencionar é o fato de o Brasil possuir um número expressivo de trabalhadores/as na informalidade, no qual, segundo dados do IBGE, o país alcançou um número de 39 milhões de trabalhadores/as informais no 3º trimestre de 2023. O número equivale a 39,1% da população ocupada do país.

Assim, este artigo está organizado da seguinte forma, a saber: esta parte introdutória; o tópico 2 que versa sobre os principais apontamentos dos referidos fenômenos, em escala global; o tópico 3 que apresenta a particularidade do trabalho subordinado por plataformas no Brasil; seguido das considerações finais, as quais evidenciam que os fenômenos da plataformização e uberização do trabalho se constituem novas formas de exploração da força de trabalho instituídas pelo capital para a extração da mais-valia, cuja particularidade do mercado de trabalho brasileiro potencializa a intensificação do trabalho, portanto, novas formas de trabalho informal e precário.

2 PLATAFORMIZAÇÃO E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO: Breves apontamentos

A plataformização e a uberização do trabalho são resultantes das diversas transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, a partir da década de 1970 com a crise do capital na contemporaneidade e todos os processos advindo para o seu enfrentamento, os quais ocasionaram mudanças no âmbito da produção, do trabalho, da cultura, do Estado e social. De forma concisa, a plataformização e uberização podem ser compreendidas como um processo de longo prazo que ataca as forças sociais do trabalho e as novas formas de produção, as quais não podem ser desvinculadas da valorização do capital sob a hegemonia financeira, nem dos processos de oligopolização e concentração de renda e de riqueza que têm por base o neoliberalismo (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021).

Sendo assim, pode-se inferir que a uberização se constitui um novo tipo de gestão e controle da força de trabalho com a consolidação do trabalho sob demanda e a plataformização como a dependência de plataformas digitais para executar diferentes formas de trabalho. Nesta perspectiva, a plataformização do trabalho pode ser entendida como um novo meio poderoso pelo qual as relações de trabalho vêm se reestruturando, de forma que, a partir da utilização de plataformas digitais, são estabelecidos distintos modelos de negócio, formas de organização laboral, relação com clientes e com trabalhadores(as), sob o viés de mediação ou prestação de serviços, resultando na ausência de vínculos empregatícios (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021, Cardoso; Garcia, 2022).

Convém registrar que a plataformização do trabalho não é um processo único, possuindo diferentes perfis, mecanismos e atividades de trabalho, com diversas e desiguais manifestações de raça, gênero, classe, sexualidade, localização e formações nacionais. Trata-se, então, de um fenômeno presente em segmentos de trabalhadores(as) que apresentam altas taxas de formalidade e melhores condições de trabalho, tais como: O setor bancário e jurídico, assim como, abrange trabalhadores(as) que sempre estiveram no mercado informal, alguns/algumas com baixas escolaridades e outros/as com cursos de nível superior; brancas e pretas, mulheres e homens, mais jovens e mais velhos, gerando novas formas de desigualdade laboral e um contingente de trabalhadores/as com perfil heterogêneo (Grohmann, 2021).

Além disso, a plataformização engloba outras atividades em plataformas digitais que são desenvolvidas por trabalhadores(as) que buscam garantir a sua sobrevivência, como é o caso daqueles/as que comercializam produtos pelo *whatsapp*, influenciadores digitais e criadores de conteúdos de plataformas digitais. Observa-se, assim, que existe uma gama de trabalhos que vêm sendo mediados pela plataformização, revelando, assim, a complexidade desse fenômeno (Grohmann, 2021).

No que tange à uberização do trabalho, esta representa novas formas de produção, gestão e consumo da força de trabalho, as quais expressam a eliminação de direitos, transferência de riscos e custos para a classe trabalhadora. Compreendida como um fenômeno mais amplo, para além das plataformas digitais, ou seja, é considerada um processo de informalização do trabalho com base na consolidação do(a) trabalhador(a) sob demanda. Desta forma, entende-se que apesar do termo uberização ter ganhado visibilidade com a empresa Uber, este processo não se inicia e nem se restringe a mesma, isto é, o fenômeno representa um novo passo na subsunção real do trabalho ao capital, indo além do trabalho de motoristas da referida empresa, abrangendo diferentes segmentos de trabalhadores(as) (Abílio, 2017).

Neste sentido, Abílio (2017) aponta um importante elemento deste fenômeno: O autogerenciamento subordinado, no qual é transferido para o(a) trabalhador(a) um gerenciamento

de si, que se faz nas relações contemporâneas de gestão do trabalho, transferindo parte da responsabilidade para o(a) próprio(a) trabalhador(a), fazendo com que este seja, inteiramente, subordinado por regras informalizadas, ou seja, o(a) trabalhador(a) é responsável pela administração da sua jornada de trabalho e do seu salário, contudo, precisa seguir regras que são estabelecidas pela empresa.

Além disso, a uberização do trabalho comporta a disseminação de diversas falácias, nas quais propaga-se ao(à) trabalhador(a) a falsa ideia de autonomia quanto ao poder de decisão sobre seus horários de trabalho. A ideia de liberdade em que o(a) trabalhador(a) pode, por exemplo, ligar e desligar o aplicativo da empresa, a hora que desejar, sem ter que pedir permissão ou dar satisfação a um patrão, se apresenta como uma das “vantagens” desta forma de trabalho. Além da flexibilidade de poder prestar diversos tipos de serviços, tais como: Entrega de alimentos por meio de uma bicicleta, hoje, mais, também, pode atuar como motorista de carro particular ou prestar serviço de eletricitista amanhã (Sabino; Abílio, 2019; Rebecchi, 2017).

Sob este entendimento, afirma-se que a plataformização e uberização do trabalho representam os mecanismos contemporâneos que o capital, em sua fase de crise estrutural e reestruturação produtiva, permanente, institui para explorar a força de trabalho da classe trabalhadora, desregulamentando e precarizando, cada vez mais, o trabalho, em escala global.

3 O TRABALHO SUBORDINADO POR PLATAFORMAS DIGITAIS NO BRASIL: Entre a informalidade e a precarização

Ao analisar a plataformização e uberização do trabalho, observa-se que existem tendências globais que se realizam conforme a inserção de cada país, na divisão internacional do trabalho. Assim, as tendências destes fenômenos apresentam particularidades nos diferentes mercados de trabalho e nas formações nacionais. No Brasil, em particular, que ocupa um lugar periférico na divisão internacional do trabalho, como exportador de commodities e possui um mercado de trabalho desigual, caracterizado por péssimas condições de trabalho, atravessado por uma alta rotatividade do emprego formal, da informalidade, da terceirização e flexibilização dos direitos, se tem um quadro que as relações de trabalho perpetuam e atualizam uma herança colonial escravocrata (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021).

Nos países latino-americanos, dentre os quais, se inclui o Brasil, a escravidão colonial foi necessária para o desenvolvimento do capitalismo. Isto porque, o escravismo colonial antecedeu o capitalismo, no Brasil e, estabeleceu bases próprias das relações no país que propiciou o desenvolvimento de um capitalismo dependente (Souza, 2019). Desta forma,

É preciso colocar em seu lugar o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina, o qual lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista. Esse modelo reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno (aos níveis da circulação das mercadorias e da organização da produção). Mas, possui um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes) (Fernandes, 1972, p. 45).

A condição de dependência na América Latina vem ocorrendo, desde a transição do antigo sistema colonial para o capitalismo comercial, no qual as riquezas da América Latina eram transferidas para a Europa, configurando uma espoliação de fora para dentro, em que países latinos americanos viram-se impelidos a dividir o excedente econômico com as economias centrais (Fernandes, 1972):

[...] a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria [...] É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (Marini, 2017, p. 327).

Assim, pode-se dizer que a transição da economia brasileira e latino-americana como um todo, ocorreu em um momento histórico em que os países centrais já haviam alcançado níveis elevados de desenvolvimento das forças produtivas e constituíam-se como potências imperialistas, ou seja, para se expandirem ainda mais, precisam da contínua subordinação das economias subdesenvolvidas, absorvendo grande parte da riqueza produzida por essas economias (Souza, 2019).

A propósito, Fernandes (1972) afirma que o Brasil, com uma economia capitalista dependente, desempenha um papel fundamental na economia mundial no que concerne à manutenção e ao crescimento econômico e social dos países desenvolvidos, ficando sujeito a redução de suas riquezas e excluindo a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes privilegiados, colocando o(a)s trabalhadores/as, cada vez mais, submetidos a mecanismos permanentes de exploração do capital.

Desta feita, pode-se compreender que a condição de dependência, se expressa pela própria função que a economia brasileira ocupa na divisão internacional do trabalho, sendo esta subordinada às nações tecnológicas mais desenvolvidas e agrário-exportadora que fornece matéria-prima ao mercado externo a baixo custo por meio da superexploração da força de trabalho, da violência e da destruição humana e ambiental. Observa-se, assim, que esta condição de dependência incide no desenvolvimento do país, implicando, diretamente, na força de trabalho que acaba sendo inserida em uma dinâmica de superexploração e conformando um reservatório de força de trabalho precária (Souza, 1972).

A concepção de superexploração da força de trabalho, segundo Marini (2017), é a forma que os capitalistas dependentes buscam para compensar a transferência de riquezas absorvidas pelas economias centrais, isto é, para compensar a troca desigual, as burguesias nacionais exploram e expropriam em maior grau a força de trabalho, aumentando a mais-valia. Neste sentido, a superexploração da força de trabalho deve ser entendida como uma expropriação que ocorre de distintas formas, pela intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário para a classe trabalhadora reproduzir-se, configurando um modo de produção pautado, especificamente, na exploração do(a) trabalhador(a), e não, no desenvolvimento da sua capacidade produtiva.

Sob este entendimento, pode-se dizer que a superexploração da força de trabalho se expressa pelo desemprego estrutural, pela desproteção, pela precarização e informalização do trabalho, pela inviabilização ao acesso de equipamentos públicos e de bens e consumo, estando associados a várias dimensões da vida social, pressupondo a dominação e opressão da classe trabalhadora. Importa registrar, também, que a superexploração da força de trabalho, não deve ser compreendida como degradação das condições de trabalho ou inexistência de desenvolvimento capitalista, mas, como uma exploração que implica no consumo e na vida da classe trabalhadora, em uma tendência estrutural e sistemática estabelecida na forma particular do capitalismo dependente (Marini, 2017; Soares, 2022).

Sob este entendimento, Soares (2022) afirma que a superexploração da força de trabalho da classe trabalhadora brasileira pode ser constatada, também, no trabalho subordinado por meio de plataformas digitais, implicando nas condições de vida e de trabalho desta classe. Assim, compreende-se que embora a plataformização e uberização do trabalho configure uma ofensiva à classe trabalhadora em âmbito mundial do capital, em um país dependente, como o Brasil, operam-se especificidades que são próprias da inserção do país no mercado mundial, as quais o coloca como uma espécie de produtor e reproduzidor das formas de exploração e dominação do trabalho (Gomes; Soares; Praun, 2020).

Em vista de tal particularidade, Abílio, Amorim e Grohmann (2021) chamam atenção para as concepções sobre o trabalho subordinado por meio das plataformas digitais, precisamente, em países do Sul que possuem modos de vida, tipicamente, periféricos. Assim, a importação de termos como *gig economy*, por exemplo, sem as devidas mediações, pode dificultar a compreensão do que, realmente, expressam essas formas de trabalho, no Brasil, visto que, apesar da informalização ou dos chamados “bicos” estarem no cerne destas formas contemporâneas de organização e controle do trabalho, essa realidade já era vivenciada de forma estruturante, no país, ou seja - as plataformas digitais de trabalho, apenas, têm contribuído para o agravamento desse cenário. Logo,

A plataformização, no Brasil, não é, necessariamente, um trabalho vivenciado como complemento de renda (*gig economy* ou “bico”) ou mera alternativa ao desemprego. Ela se conecta e se entrelaça com um mercado de trabalho desestruturado, em que a informalidade tem um papel marcante e, nesse sentido, mostra linhas de continuidade (Machado; Zanoni, 2022, p. 27).

Assim, para além das denominações dessas formas de trabalho, no Brasil, ainda existem dificuldades para a designação do trabalho subordinado por meio das plataformas digitais, pois, trata-se de um fenômeno relativamente novo, no que concerne às transformações no mundo do trabalho, nas últimas décadas. Por sua configuração inconstante, mutável e bastante heterogênea que abrange uma gama de setores e ocupações, torna este fenômeno, ainda, pouco captável e mensurável pelas pesquisas sobre o mercado de trabalho brasileiro.

Apesar desses impasses, procurou-se, neste tópico, analisar o trabalho subordinado por meio de plataformas digitais, procurando compreender como essa nova forma de organização do trabalho, na contemporaneidade, se apropria de elementos estruturais que são postos à renovadas lógicas, a exemplo, das novas formas de gestão da força de trabalho. O fato do Brasil possuir um número expressivo de trabalhadores na informalidade³, dinamiza e aprofunda as características da plataformização e uberização do trabalho, evidenciando o país como um exemplo, no qual se observa o resgate de formas de remuneração da força de trabalho, como o salário por peça ou produtividade que são atualizadas por uma variedade de estratégias e mecanismos de supervisão e controle da força de trabalho mediante as inovações tecnológicas (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021).

A propósito, Abílio (2020) afirma que a uberização se configura como um poderoso processo de aprofundamento da informalização do trabalho, apontando tendências de generalização das características do mercado de trabalho no Sul, a exemplo do Brasil, que ganham visibilidade ao se espriar por países do centro, configurando-se como um fenômeno global que atinge a classe

³ Segundo dados do IBGE, o Brasil registrou 39 milhões de trabalhadores informais no 3º trimestre de 2023.

trabalhadora como um todo, ou seja, não somente, trabalhadores/as dos países periféricos do capitalismo, mas, sobretudo, este(a)s últimos(as) com maior preponderância. Este quadro evidencia que a informalidade, historicamente, relacionada à condição de capitalismo periférico, se apresenta como regra nas novas formas de trabalho.

De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2018, cerca de 2 (dois) bilhões de pessoas, ou seja, mais de 61% da população empregada, no mundo, encontravam-se no trabalho informal, sendo a maioria em países emergentes e, em desenvolvimento, fato este, que implica na ausência de proteção social e trabalhistas e nas condições de trabalho da classe trabalhadora, em todo mundo. Na América Latina, em especial, cerca de 70% dos postos de trabalho criados, no ano de 2021, todos foram em condições de informalidade. Embora tenha ocorrido uma queda na taxa de desocupação, em 2022, em torno de 7,2%, os problemas de qualidade de emprego, ainda, persistem, ou seja, a inserção no mercado de trabalho ocorre de maneira precária. Assim, pode-se inferir que há a predominância do trabalho informal, na América Latina, pois, as pessoas em situação de desemprego acabam inserindo-se nessa forma de trabalho.

A predominância da informalidade, nos países latino americanos pode ter significativas implicações para a inserção no trabalho subordinado por meio de plataformas digitais. No Brasil, as plataformas digitais de trabalho conduziram à criação e à expansão de diversas ocupações, dentre as quais, a dos *bikeboys*, que já existiam no país, antes do trabalho por plataformas, mas, se ampliou, consideravelmente, a partir delas. Outro exemplo são as plataformas de micro trabalho, cujos trabalhadores/as alimentam sistemas de inteligência artificial. Assim, as plataformas digitais vêm potencializando um vasto movimento de informalização do trabalho, como a do(a)s entregadores/as por meio de motocicleta (motoboy) e motoristas de transporte de passageiros, passando a expandir o trabalho informal para setores cuja formalidade predominava (Fairwork, 2022).

Essa realidade pode ser observada, através dos dados contidos no site Democracia e Mundo do Trabalho em debate (2023), os quais demonstram que o Brasil tem 1,7 milhão de pessoas trabalhando na informalidade, como motoristas de aplicativo e entregadores. O crescimento que mais chama atenção é o de entregadores por meio de moto e bicicleta, que passou de 33 mil, em 2016, para 383 mil no ano de 2022. Estes, em sua maioria, são homens jovens e negros que trabalham sem vínculo empregatício. Inclusive, dados do IPEA mostram que esses trabalhadores, em geral, realizam jornadas de trabalho mais longas que a média brasileira, recebendo pouca remuneração. No final de 2021, o rendimento médio de motoristas por aplicativos foi de R \$1.900,00 (Um mil e novecentos reais), valor 30% menor que em 2016. Além de estarem expostos aos perigos do trânsito, constata-se que, nos últimos anos, enquanto crescia o número de entregadores por moto, cresciam, também, os acidentes de trabalho. Em 2013, 88.000 (oitenta e oito mil) motociclistas foram internados, após

sofrerem acidentes; em 2022, foram 122.000 (cento e vinte e dois mil). Estes dados traçam um retrato do trabalho uberizado do Brasil.

O mercado de trabalho brasileiro possui diversos tipos de plataformas que engloba uma gama de setores, tais como: Transporte de passageiros, entregas de mercadorias, trabalho doméstico, serviços gerais, serviços *freelance* e micro trabalho. No setor de transporte de passageiros, a plataforma mais conhecida no país, é a Uber, que iniciou suas atividades no estado do Rio de Janeiro, em 2014 e, posteriormente, em São Paulo. Hoje, a plataforma atua em mais de 500 cidades do Brasil com um milhão de motoristas cadastrado(a)s, segundo o Relatório Fairwork Brasil (2022). Além desta, outra plataforma bastante conhecida, neste setor, é a 99; segundo dados da empresa, há 300.000 (trezentos mil) motoristas em atividade no Brasil. Importa frisar, também, que, nos últimos anos, houve outra expansão no setor de transporte de passageiros com a Uber moto e 99 moto, que é uma categoria das plataformas referidas acima, porém, com o cadastro de motociclistas. Esta expansão expressa a dinâmica que as plataformas detêm de se espriar para diversos setores em busca de novos nichos de mercado.

No setor de entregas, destaca-se a plataforma brasileira *Ifood* criada, em 2011, e se faz presente, em 908 (novecentos e oito) cidades do país, sendo uma referência na América Latina em entregas de refeições. Outra plataforma, neste setor, é a *Rappi*, que atua no país desde 2017, com um diferencial de entregas que se estendem, desde refeições até encomendas. Além destas, há, também, o *99 food* e a *loggi*, sendo esta última de logística (Fairwork, 2022).

No setor de serviços gerais, as plataformas revelam o poder de generalização do trabalho por plataformas, em diferentes setores. A principal plataforma brasileira, neste segmento, é a GetNinjas que engloba serviços de pintor, pedreiro, professor(a), designer, engenheiro(a)s, profissionais de moda e beleza, profissionais de saúde, TI, conserto de carros, entre outros(as). Em seguida, encontra-se a plataforma Triider que tem como o foco o trabalho doméstico, reforçando e intensificando a desigualdade, nesse setor histórico da força de trabalho brasileira (Fairwork, 2022).

Além das plataformas citadas, há, também, várias plataformas em que pessoas trabalham em casa, realizando uma série de atividades, a exemplo das plataformas freelancer, Workana e Fiiver. No setor do micro trabalho, no Brasil, o mercado envolve as plataformas mais conhecidas mundialmente, como: Amazon Mechanical Turk, Appen e Lionbridge, nas quais, trabalhadores/as realizam atividades para processos de Inteligência Artificial. Existem, ainda, as plataformas terceirizadas de mídias sociais com a produção de conteúdos digitais e as chamadas fazendas de cliques, nas quais trabalhadores/as são “pagos” para curtir, comentar e clicar em perfis como Instagram, TikTok e YouTube (Fairwork, 2022).

Em vista de compreender as condições de trabalho nas principais plataformas digitais, no Brasil, a saber: iFood, 99, Uber, Rappi e GetNinjas, apoia-se no Relatório do projeto *Fairwork* do ano de 2021, que apresenta uma avaliação sobre as mesmas, com base nos princípios de trabalho decente⁴: Remuneração, condições de trabalho, contratos, gestão e representação, atribuindo uma pontuação de 0 a 1.

Em relação à remuneração, observou-se que a maioria das plataformas não têm um limite mínimo do valor a ser pago pelo trabalho, pois, as mesmas não estabelecem um salário fixo para o(a)s trabalhadores/as. Trata-se de uma remuneração flexível que varia conforme o percentual das comissões por serviços realizados previamente, definidas pelas empresas das plataformas. As horas de trabalho, também, são flexibilizadas, de forma que, o tempo de espera das chamadas configura-se como tempo de trabalho não pago, contribuindo para uma extensiva jornada de trabalho. Ademais, é exigido do(a)s trabalhadores/as, a responsabilidade de arcar com os custos e a manutenção dos seus instrumentos de trabalho, acarretando uma alta insegurança de renda para esta categoria (Fairwork, 2022).

Quanto às condições de trabalho, o Relatório do projeto *Fairwork* evidencia um cenário problemático permeado por extenuantes jornadas de trabalho, ausência de infraestrutura básica como: Acesso a banheiros, local de descanso e água potável, inexistência de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e, quando é oferecido, se faz atravessado por barreiras para o seu acesso, por exemplo, locais de coleta distantes para o(a)s trabalhadores/as. Acrescenta-se a isso, os diversos e sérios riscos à saúde da classe trabalhadora resultantes de acidentes de trânsito, agressões, assaltos, pressão, exposição excessiva ao sol, estresse e desgaste mental.

No que tange aos contratos de trabalho, em tese, não existe um contrato de trabalho vinculado às plataformas e aos trabalhadores/as; o que existe é um mascaramento entre ambas as partes sobre os termos e as condições de uso disponibilizados pelas plataformas para o aceite do(a)s trabalhadores/as. Em geral, esses termos são textos extensivos, com letras pequenas, não possibilitando uma linguagem clara, compreensível e acessível, os quais o(a)s trabalhadores/as, frequentemente, aceitam sem lê-los, além de alterações nos referidos termos que não são notificadas para os(as) trabalhadores/as, em um prazo razoável. (Fairwork, 2022).

Com relação à gestão, este princípio se configura um grande desafio quando se trata da economia de plataformas, no Brasil. De acordo com o referido Relatório (Fairwork, 2022), nenhuma

⁴ O trabalho decente foi formalizado, em 1999, pela Organização Internacional do Trabalho, e pode ser definido como “trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna”. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=O+que+%C3%A9+o+trabalho+decente>. Acesso em: 20 de março de 2023.

das plataformas analisadas dispõem de uma gestão transparente, não há canais de comunicação eficazes para o(a)s trabalhadores/as manifestarem suas dúvidas e/ou reclamações, ocorrem muitos bloqueios arbitrários nas plataformas nos quais trabalhadores/as são desligados e não conseguem recorrer, além da inexistência de políticas que amparam esses/as trabalhadores/as.

No que tange ao último princípio analisado, ou seja, a representação, o Relatório aponta que, ainda, há muito o que ser avançado no trabalho subordinado por meio de plataformas digitais, no Brasil, pois, as plataformas não possuem uma política em que o(a)s trabalhadores/as tenham liberdade para exercerem sua voz e se organizarem politicamente. Mas, sim, o oposto, pois, vários(a)s trabalhadores/as declaram que já foram punidos por participar de alguma greve ou movimento de reivindicação, expondo o limitado e até inexistente direito de liberdade de associação de todo cidadão brasileiro.

Como resultado da avaliação efetuada sobre as condições de trabalho nas plataformas digitais, o mencionado Relatório demonstrou que as plataformas analisadas não garantem direitos trabalhistas básicos, pelo contrário, as mesmas vêm contribuindo para a manutenção e para o agravamento das condições desiguais e precárias do mercado de trabalho brasileiro, exacerbando o trabalho informal, precário e mal remunerado. Assim, dentre as plataformas avaliadas, em uma escala de 0 a 10 pontos, o Relatório mostra o Ifood e 99 com 2, a Uber com 1, a Rappi e a Getninjas com 0. Ressalta-se que o Brasil apresentou uma das piores avaliações comparadas com relatórios realizados em outros países, enfatizando que, em geral, na América Latina, não há plataformas com alta pontuação nos demais relatórios realizados.

Entende-se, portanto, que o capital, mediante os fenômenos da plataformização e uberização, vale-se da particularidade do mercado de trabalho brasileiro para intensificar as formas de trabalho informal e precário, que se constituem estratégias de subsistência para a classe trabalhadora, mas, novas formas de obtenção de lucros para as referidas empresas. Assim, observa-se que “as estratégias de vida hoje tornam-se informações que serão administradas por empresas as quais detêm os meios de se apropriar delas de modo privado e [...] utilizá-las como parte do gerenciamento e controle do trabalho” (Abílio, 2020b, p. 124).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar reflexões sobre a plataformização e uberização do trabalho no Brasil, pois se parte do princípio que apesar destes fenômenos se apresentarem, em escala global, existem tendências que expressam particularidades em cada país. Assim, as particularidades econômicas, políticas e sociais de cada formação nacional e/ou região se manifestam como fortes aliadas ao capital para ampliar a sua exploração.

O fato de o Brasil ser um país de capitalismo periférico, ocupar um lugar de dependência na divisão internacional do trabalho e possuir um número expressivo de trabalhadores na informalidade, dinamiza e aprofunda as características da plataformização e uberização do trabalho, evidenciando o país como um exemplo, no qual se observa uma correlação entre a desproteção social e trabalhista com uma série de estratégias e novos mecanismos de supervisão e controle da força de trabalho mediante as inovações tecnológicas.

Portanto, os fenômenos tratados se configuram como um processo de aprofundamento da informalização do trabalho, apontando tendências de generalização das características do mercado de trabalho no Sul, a exemplo do Brasil, que ganham visibilidade ao se espriar por países do centro, configurando-se como um fenômeno global que atinge a classe trabalhadora em sua totalidade, ou seja, não somente, trabalhadores/as dos países periféricos do capitalismo, mas, sobretudo, este(a)s últimos(as) com maior preponderância. Este quadro evidencia que a informalidade, historicamente, relacionada à condição de capitalismo periférico, se apresenta como regra nas novas formas de trabalho (Abílio, 2020a).

Em síntese, entende-se que o capital, mediante os fenômenos da plataformização e uberização, vale-se da particularidade do mercado de trabalho brasileiro para intensificar as formas de trabalho informal e precário, que se constituem estratégias de subsistência para a classe trabalhadora, mas, novas formas de obtenção de lucros para as referidas empresas.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Plataformas digitais e uberização: globalização de um Sul administrado? **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020a.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização**: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020b.

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. **Uberização e plataformização do trabalho no Brasil**: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 23, n. 57, mai-ago 2021a, p. 26-56.

Democracia e Mundo do Trabalho em debate. **Em dados, a uberização da vida**. 2023. Disponível em: <https://www.dmttemdebate.com.br/em-dados-a-uberizacao-da-vida/>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

FAIRWORK (2022). **Fairwork Brazil Ratings 2021**: Towards Decent Work in the Platform Economy. Porto Alegre, Brazil; Oxford, United Kingdom, Berlin, Germany.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2 ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.

GOMES, Márcia Regina Botão; SOARES, Marcela; PRAUN, Luci. Trabalho e Serviço Social: ressignificações contemporâneas. **O Social em Questão**, núm. 47, 2020, Maio-, pp. 9-22 Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552263106002>

MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre Pilan. **introdução** In: **O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos** [meio eletrônico] / Sidnei Machado, Alexandre Pilan Zanoni (organizadores); - UFPR - Clínica Direito do Trabalho: Curitiba, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017. ISSN: 2175-5604.

REBECHI, Claudia Nociolini. A subjetividade do trabalhador no contexto da uberização do trabalho: um novo desafio para os estudos de comunicação nas relações de trabalho. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação* 40o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 2017.

SABINO, André Monici; ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: o empreendedorismo como novo nome para a exploração. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 109-135, 2019.

SOARES, Marcela. Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira. **Laborare**. Ano V, Número 9, Jul-Dez/2022, pp. 170-191. ISSN 2595-847X. <https://revistalaborare.org>

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Terra, trabalho e racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204570>

**GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas****AUSÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL NA PERIFERIA DE MARITUBA/PA: UM OLHAR PARA AS VULNERABILIDADES DA POLÍTICA URBANA NA AMAZÔNIA**Vivian Tavares da Silva¹ (ICSA/UFPA)Bianca Rodrigues da Silva² (PPGSS/UFPA)Lucas Wellington da Silva Silva³ (PPGSS/UFPA)Priscila Silva dos Anjos⁴ (PPGSS/UFPA)

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo investigar introdutoriamente as vulnerabilidades oriundas da ausência de Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB) na periferia de Marituba/PA, pertencente à Região Metropolitana de Belém, capital do Estado do Pará. Nesse sentido, o trabalho foi fundamentado na perspectiva do método materialismo histórico-dialético e se definiu como percurso metodológico o levantamento bibliográfico e documental. Os principais dados utilizados na pesquisa foram levantados do Censo Demográfico de 2010 na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados apontam que a ausência do poder público e da política de REURB gera a precarização de serviços de saneamento básico e infraestrutura, insegurança pública e insegurança da posse aos seus moradores, o que afeta as condições de habitabilidade da população maritubense.

Palavras-chaves: Regularização Fundiária. Periferia. Marituba.

1. INTRODUÇÃO

A Política Urbana assume em municípios amazônicos como Marituba especificidades que exigem um olhar mais aprofundado sobre as requisições sócio-históricas da política no país e a nível local, sobretudo compreendendo as precarizações impostas à vida dos munícipes pela relação Capital/Trabalho. Tratando-se de aglomerados subnormais, categoria utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até o início do ano de 2024 para tratar de favelas e comunidades urbanas, essas especificidades ganham ainda mais contornos, haja vista que são uma forma de ocupação irregular de terrenos públicos ou privados de propriedade alheia para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação (IBGE, 2019).

De acordo com dados do IBGE (2021), Marituba é o menor município do Estado do Pará, com extensão territorial de 103,214 km² e uma população estimada de 135.812 pessoas, o que faz com que

¹ Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, UFPA, Brasil. E-mail: viviantavaresdasilva2@gmail.com

² Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFPA, Brasil. E-mail: biancarodrigues1298@gmail.com

³ Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFPA, Brasil. E-mail: lucwel.silva@gmail.com

⁴ Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFPA, Brasil. E-mail: priscila.anjos@ig.ufpa.br

ele obtenha a terceira maior taxa de densidade demográfica, representada em 1047,44 habitantes/km² (IBGE, 2010). Assim, à medida em que a cidade de Marituba se amplia de forma desordenada com clara segregação de classe, acirram-se as múltiplas expressões da questão social. Dessa forma, é inevitável que haja demandas da população relacionadas à incidência de aglomerados subnormais, intensificadas com a ineficácia de política de REURB no município.

Neste contexto, o presente trabalho objetiva investigar introdutoriamente as vulnerabilidades oriundas da ausência de Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB) em aglomerados subnormais em Marituba. Para tal, a pesquisa utilizou a perspectiva do método materialismo histórico-dialético e se definiu como percurso metodológico o levantamento bibliográfico e documental. Os principais dados documentais utilizados na pesquisa foram levantados do Censo Demográfico de 2010 na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O trabalho está dividido em uma breve contextualização histórica da Política de Regularização Fundiária no município de Marituba e posteriormente adentra-se na segregação espacial dos aglomerados subnormais em Marituba como uma herança materializada na realidade amazônica brasileira, concluindo-se que a ausência do poder público e de política de REURB geram precarização de serviços sociais básicos, afetando profundamente as condições de habitabilidade da população maritubense, a qual sofre com seus direitos sociais básicos suprimidos.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE MARITUBA

Historicamente o Estado brasileiro aliado ao capital tem pensado e implementado na Amazônia formas de ocupação alheias à realidade da população local, a exemplo da implantação da década de 1960 do II Plano Nacional Desenvolvimento Regional da Amazônia, a partir do qual se passou a incentivar a instalação de grandes projetos no território paraense, com a atração de projetos de mineração, portos, hidrelétricas, monoculturas, entre outros. Esses empreendimentos afetam de forma negativa as vidas de milhares de pessoas, as quais muitas vezes são expropriadas tanto de suas terras como de suas formas de sobrevivência, pois se define localmente um caráter privatista da terra e dos serviços básicos que a posse dela contém.

Com o fim do regime militar em 1985 e o início do processo de redemocratização brasileira, diversas parcelas da população organizaram-se em torno do direito à cidade e à moradia digna. Nesse processo, surgiu o Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU, que com suas fortes mobilizações sociais fez com que os artigos 182 e 183 sobre a Política Urbana adentrassem na Constituição Federal

Brasileira de 1988, conformando a habitação, a regularização fundiária, a mobilidade e o saneamento básico como instrumentos da Política Urbana.

No que se refere à Regularização Fundiária, a lei 10. 257 de 10 de junho de 2021 e a Lei de Regularização Fundiária de Interesse Social (Lei nº 13.465/2017) fazem parte de uma das modalidades da Regularização Fundiária Urbana, conceituada no artigo 13º da Lei nº 13.465/2017 como “aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal” (Brasil, 2017).

Desse modo, a Regularização Fundiária Urbana é uma importante ferramenta de mitigação dos processos de ocupação irregular da terra historicamente engendrados. Afinal, a Regularização Fundiária abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e a titulação de seus ocupantes. Em Marituba, a Lei 13.465/2017 é aplicada pelo Decreto Municipal nº 446/2020, que dispõe sobre o Programa Municipal de Regularização Fundiária Minha Terra Legal (MTL), criado em 2020 em parceria com o Governo do Estado, por meio da Instituição de Terras do Pará – ITERPA, e a Universidade Federal do Pará.

2. SEGREGAÇÃO ESPACIAL DOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM MARITUBA: UMA HERANÇA MATERIALIZADA NA REALIDADE AMAZÔNICA BRASILEIRA

Segundo IBGE (2010), mais de 77% da área urbana de Marituba é composta por aglomerados subnormais, estas áreas abrigam 83.368 habitantes, ou seja, mais de 77% da população do município vive em áreas sem infraestrutura e em ocupações ilegais, conforme a tabela 1.

Tabela 1: População residente em aglomerados subnormais no município de Marituba no ano de 2010.

AGLOMERADO SUBNORMAL	POPULAÇÃO	AGLOMERADO SUBNORMAL	POPULAÇÃO	AGLOMERADO SUBNORMAL	POPULAÇÃO
Agrovila Riacho Doce	456	Conjunto Nova Marituba	3.531	Invasão Uriboca	1.969
Agrovila São Pedro	846	Dom Aristídes	6.372	Mario Couto	2.698
Almir Gabriel	12.512	Invasão do Decouville	903	Marituba I	2.924
Bairro Novo	6.605	Invasão Guara-Suco	3005	Nova União	15.525
Beija-Flor	4.862	Invasão Vida Nova	350	Novo Horizonte	2.273
Centro	2.195	Invasão Santa Clara	3.245	Parque das Palmeiras	2.674

Conjunto		Invasão Santa			
Jardim	2.672	Lúcia I e II	438	Pedreirinha	4.278
Imperial					
		São Francisco	3.035		

Total: 83.368

Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

De acordo com Maricato (2003), a massa populacional trabalhadora que passou a migrar para as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida desde o início do processo da urbanização brasileira, que se deu no decorrer do século XX, acabou tendo como única alternativa ocupar terrenos de forma desordenada pela necessidade de moradia. De modo que os projetos de suposto desenvolvimento da Amazônia que fizeram com que grandes contingentes populacionais migrassem para as zonas urbanas, na verdade mais demonstraram que o Estado aliado ao capital fomentou com as políticas desenvolvimentistas a pauperização dos socioterritórios amazônicos enquanto prometiam acesso aos direitos sociais básicos como mero discurso, jogando essas pessoas na vala comum dos desvalidos que engrossaram os contingentes urbanos das sedes municipais (Teixeira, 2008).

Assim, essa população acaba tendo que enfrentar diversos problemas como a falta de serviços mínimos como o abastecimento de água, realidade expressamente vivenciada em Marituba, como exposto no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Forma de abastecimento de água em Marituba no ano de 2010.



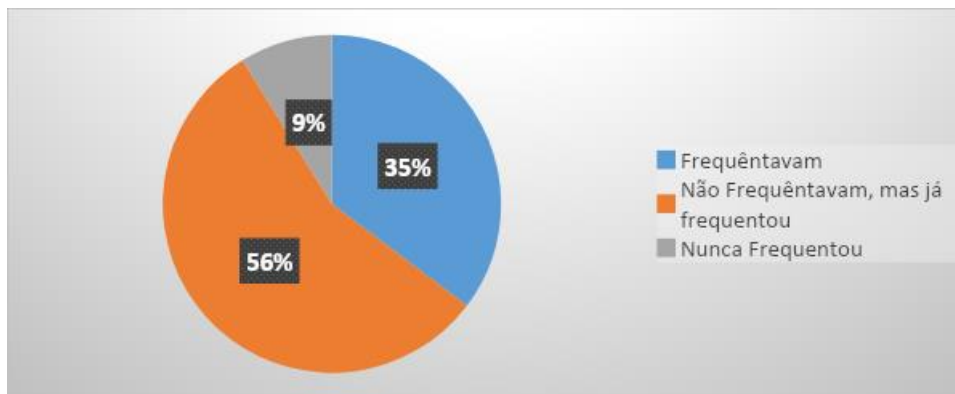
Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Desse modo, cabe apontar que pelo menos até o ano de 2010 existia um número muito alto de domicílios em Marituba excluídos do serviço de abastecimento de água da rede geral, pois em uma

amostra de 27.357 domicílios, apenas 0,38% utilizavam a rede geral de distribuição de água, conforme mostra o gráfico acima. Tal dado reflete a própria desigualdade regional fortemente presente na região norte e nordeste do Brasil, onde se concentram os piores indicadores de acesso ao saneamento básico (Santos *et al.*, 2018).

Ademais, outro problema sério atrelado a falta de Regularização Fundiária de Interesse Social diz respeito a precarização do acesso aos equipamentos como creches nos lugares ilegais em Marituba. Afinal, dentro de uma amostra de 108.246 crianças, apenas 38.194 crianças frequentavam a creche (IBGE, 2010), ou seja, a maioria das mães não conseguiam matricular os filhos, como expõe o gráfico 2.

Gráfico 2: Número de crianças que frequentavam a creche em Marituba no ano de 2010.



Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Dessa forma, o uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória, uma vez que a dificuldade de creches e/ou inserção nos instrumentos da política urbana analisados são um reflexo histórico que exige um olhar diferenciado para as questões de gênero, pois o papel da mulher na história das civilizações se pautou sob a mecanismos do patriarcado que a compreende como um ser inferiorizado, subalternizado e destinado a responsabilidade de maternar, enquanto o homem foi (e é) detentor força, racionalidade, heroísmo, o provedor e apto a ocupar os espaços de poder.

A invisibilidade das questões de gênero na política urbana e, conseqüentemente, no seu planejamento e implementação como na REURB, afasta também a população de outras de políticas públicas e desconsidera atravessamentos estruturais, no dado demonstrado refere-se as demandas relacionadas à autonomia da mulher que necessita trabalhar fora do domicílio, mas precisa conciliar com responsabilidades cotidianas, além das questões de segurança, lazer, entre outras.

De igual modo, não se pode afastar o papel do Estado, uma vez que não especificar as demandas inerentes as especificidades da população, as quais geram implicações que podem

impedir a criação de políticas públicas mais adequadas e eficazes, e que se agravam quando há o cruzamento de marcadores econômicos, de raça e escolaridade, por exemplo. Desta forma, pontua-se a necessidade de a REURB considerar as particularidades populacionais, como a desigualdade de gênero, afinal, um terreno regularizado em nome da moradora pode significar rompimento de ciclos que muitas mulheres enfrentam por inúmeras questões, dentre elas dependência econômica e emocional.

Como demonstrativo da possibilidade de avanço da REURB destaca-se o Projeto de Lei 4.692, formulado em 2019, que prioriza mulheres que sofreram violência doméstica tenham ao acesso a programas de moradia do Governo Federal e a Lei 14.118/2021, que ampara a preferência do nome da mulher no documento que concede a titularidade do imóvel que tenha sido adquirido em programa social e em caso de divórcio ou dissolução da união, o imóvel permanecerá com a mulher, salvo se o homem estiver a guarda total dos filhos provenientes da união.

Segundo Rolnik (2011), no documento no documento “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?”, existem vários direitos à moradia e o direito à posse é um deles e dispõe sobre os impactos da disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos na vida da mulher. Nele, a autora dispõe:

As mulheres são mais afetadas que os homens quando estes serviços não estão disponíveis porque são elas que dedicam mais tempo às tarefas domésticas, mesmo quando trabalham fora de casa. Em muitas comunidades onde falta água, por exemplo, são as mulheres que caminham vários quilômetros diariamente carregando baldes ou latas. São elas também que dedicam várias horas de seus dias para levar filhos à escola ou idosos a postos de saúde. A ausência destes e de outros itens, portanto, reduz o tempo disponível das mulheres para se dedicarem a outras atividades que garantam sua independência, além de impor maior desgaste físico, afetando sua saúde.

A problemática do apagamento da singularidade e particularidades das mulheres na sociedade capitalista é uma questão que atravessa vários aspectos da vida, desde a sua convivência em sociedade, estruturação econômica e política, ou seja, a generalização das especificidades das mulheres contribui para a manutenção de estruturas de poder que na sociedade capitalista também se expressam como o machismo, sexismo e o racismo. E como desdobramento dessas características, a desigualdade de gênero faz com que as mulheres sofram em seu cotidiano.

Há uma conexão intrínseca das questões de habitação, moradia e direitos humanos, conferindo a estes assuntos uma trajetória necessária a discussões que superem o imediatismo de conferir à parcela da população “um lugar para morar”, pois existem muitos

complexos sociais a serem estudados nessa temática para incidir sobre as possibilidades de exercer a cidadania.

A desigualdade espacial é produto da desigualdade social” (Carlos, 1970). Em vista disso, percebe-se que “fundamentalmente, a insegurança da posse é uma questão de economia política – leis, instituições e processos de decisão relacionados ao acesso e ao uso da moradia e da terra são atravessados pelas estruturas de poder existentes na sociedade” (Rolnik, 2015).

Trata-se, portanto, de um processo jurídico, político e econômico de dominação da terra pela mediação da forma-mercadoria, onde só é possível acessar o mercado formal da terra possuindo dinheiro suficiente para tal. Em contrapartida, aqueles/as que não o possuem, recorrem ao mercado informal, da autoconstrução, ou seja, a grande maioria da classe trabalhadora brasileira. Assim, o mercado informal torna-se a regra, e o mercado formal a exceção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade evidenciada na análise introdutória das vulnerabilidades oriundas da ausência de Regularização Fundiária de Interesse Social em aglomerados subnormais do município de Marituba, aponta para marcas históricas de como a Política Urbana é pensada e (não) planejada em cidades brasileiras, principalmente em municípios amazônicos. Locais onde os direitos e os interesses da população são descartados, restando apenas realidades de precarização da vida, haja vista que o foco se destina aos privilégios daqueles que detêm maior poder aquisitivo e que podem adquirir sua moradia pelo mercado legal.

Fica evidente, portanto, a luta de classes nas cidades, onde a lógica do capital determina a produção do espaço urbano, o que gera um tipo específico de cidade: a cidade do capital. Nela, a classe trabalhadora é relegada aos espaços com menos infraestrutura urbana e oferta de serviços públicos, ou seja, os espaços não valorizados pelo capital e pelo Estado. A situação fica mais problemática quando analisamos a questão fazendo um recorte de gênero, onde é detectada a invisibilidade social e os desafios de se exercer a cidadania, sob a forma em que são planejados os programas habitacionais.

A REURB exerce, assim, um papel estratégico na disputa pelo uso e ocupação do solo urbano, na medida em que legaliza ocupações irregulares e torna-os passíveis de atendimento pelas políticas públicas do Estado. No entanto, sua execução ainda necessita da superação de alguns desafios, especialmente na região amazônica, onde as formas de morar, singulares da região, merecem consideração no planejamento urbano.

Assim, os dados levantados e analisados do Censo Demográfico de 2010 na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mesmo que desatualizados dado o atraso na atualização, já demonstravam a precariedade que a ilegalidade da posse traz às famílias que a vivenciam. Dessa forma, é de fundamental importância que as políticas sociais públicas cheguem a essa população e a Regularização Fundiária de Interesse Social torne-se uma realidade, para que junto da posse possam acessar educação, saneamento básico, segurança pública, acesso ao mercado de trabalho e o alargamento dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

Aglomerados subnormais. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 mai. 2023

BRASIL. **Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017**. Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm >. Acesso em: 10 nov. 2022.

CARLOS, Ana Fani A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

ADORNO, Theodor. Teoria Estética, Lisboa: Edições 70, 1970.

Estatística Municipal – Marituba. **FAPESPA/SEPLAD**, 2020. Disponível em: < https://issuu.com/ascomfapespa/docs/estatistica_municipal_marituba_pa >. Acesso em 10 dez. 2022.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, Legislação e Desigualdade. **ESTUDOS AVANÇADOS**, 17 (48), 2003.

MARITUBA. **Decreto Municipal nº446 de 25 de junho de 2020**. Dispõe sobre o Programa Municipal de Regularização Fundiária Minha Terra Legal (MTL) e cria o Núcleo Gerenciamento de Processamento da Regularização Fundiária Urbana do Município de Marituba (NGRU). Marituba: Gabinete do Prefeito, [2020]. Disponível em: < <https://marituba.pa.gov.br/site/wp-content/uploads/2020/01/DECRETO-446-1.pdf> >. Acesso em: 20 nov. 2022.

Município de Marituba. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, 2010/2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/marituba.html>. Acesso em: 25 nov. 2022.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** Disponível em: < www.labcidade.fau.usp.br/download/PDF/2011_UNU_Direito_das_Mulheres_a_Moradia.pdf >. Acesso em: 10 abril de 2024.

SANTOS, F. F. S.; FILHO, J. D.; MACHADO, C.T.; VASCONCELOS, J. F.; FEITOSA, F. R. S. O desenvolvimento do saneamento básico no Brasil e as consequências para a saúde pública. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v.4, 2018.

TEIXEIRA, M. J. B. Meio ambiente, Amazônia e Serviço Social. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n.21, p.141-152, 2008.



GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades latino-americanas

A AUSÊNCIA E A INEFICIÊNCIA DE POLÍTICAS PARA O DIREITO À MORADIA DIGNA: UM ESTUDO NA CIDADE DE BRAGANÇA, NO NORDESTE PARAENSE

Deyverson Luener de Oliveira Ferreira¹ (UFPA/PPDSTU/NAEA)

João Plínio Ferreira de Quadros² (UFPA/PPDSTU/NAEA)

Raimundo Janildo Santos da Costa³ (UFPA/NAEA)

Wicken Klaywer Luz Lopes⁴ (UFPA/NAEA)

RESUMO: O presente estudo faz uma discussão sobre as políticas e o conceito de moradia digna, enfatizando a importância desse direito e a sua aplicabilidade dentro das políticas de planejamento habitacional nas cidades. Analisa-se, neste trabalho, o conceito de moradia digna no processo de planejamento habitacional presente no Plano Diretor e no Plano Local de Habitação e Interesse Social no município de Bragança-PA, estabelecendo uma relação entre o conceito de moradia digna tratado nos documentos de planejamento com a realidade social de determinadas localidades no município de Bragança. A pesquisa parte da abordagem qualitativa, sendo fundamentada na relação entre o objeto de estudo e a realidade social em que os sujeitos da pesquisa estão envolvidos. As técnicas de estudo utilizadas foram: levantamento bibliográfico, que fundamenta a discussão do conceito de moradia digna; estudo documental, para se analisar os documentos de planejamento habitacional dentro das políticas de habitação do município estudado (Plano Diretor e Plano Local de Habitação e Interesse Social no município de Bragança-PA) e entrevista semi- estruturada com os moradores das localidades do “Portinho” e do “Marrocos”. Na construção dos resultados foi atribuída a análise do conteúdo, na qual foram destacadas algumas categorias de análise. Nos resultados do estudo, constatou-se a ausência da definição exata do conceito e a atribuição de políticas para o direito à moradia digna em Bragança. Ainda que tenham alguns trechos dentro dos documentos de planejamento mencionando isso, enfatiza-se a ausência e a ineficiência dessas políticas tanto no plano político como na ação ativa. Dentro das falas das pessoas que residem nas localidades estudadas, percebe-se as dificuldades e as problemáticas que são vivenciadas pela população, sobretudo porque existe um grande descaso do poder público em atender as necessidades desses sujeitos.

Palavras-chave: Moradia Digna. Política Habitacional. Planejamento Habitacional.

1- INTRODUÇÃO

A discussão que envolve as questões habitacionais no Brasil atravessa um processo histórico, político, social e econômico, sendo importante considerar diversos elementos para entender a

¹ Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA, Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia, UFPA, Especialização em Educação e Interculturalidade na Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Possui graduação em Licenciatura em Pedagogia, UFPA, BRASIL, deyversonluener@gmail.com

² Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA, Mestre em linguagens e Saberes na Amazônia, UFPA, BRASIL, joãoambiental2017@gmail.com

³ Mestrando em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA, Especialista em Educação do Campo e sustentabilidade na Amazônia, UFPA, BRASIL, janildoedfisica@gmail.com

⁴ Mestrando em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA, possui graduação em História, UFPA, BRASIL, klaywerluzc2@gmail.com

complexidade que envolve as questões habitacionais e de moradia nos contextos brasileiros. Segundo Maricato (2015), as cidades sofreram grande impacto das mudanças ocasionadas pelo capitalismo e no processo de industrialização. No primeiro momento do século XXI, o mundo passou a ser predominantemente urbano, com a crescente concentração de pessoas nas cidades, ocasionando novas características para a sociedade e humanidade.

Desde o período da revolução industrial, e entre o final do século XX e início do século XXI, com os efeitos da grande aglomeração das populações nas cidades na busca de oportunidades frente à tendência que transitava nesses períodos, as problemáticas habitacionais ganharam uma amplitude de condicionais, mediante a diversidade de regiões e de outros fatores. Os problemas habitacionais no Brasil cresceram em proporções incontroláveis, dificultando a administração ou intervenção por parte do Estado e do poder público frente às mudanças ocorridas (Maricato, 2015).

Essa problemática atinge praticamente todas as cidades do território nacional, afetando setores sociais, ambientais, de saúde e até mesmo econômicos. Nesse sentido, é importante ponderar que a problemática habitacional no Brasil é bastante complexa, pois gira em torno de diversas conjunturas, levando em consideração fatores regionais, climáticos, ambientais, culturais, econômicos, políticos, entre outros.

O presente estudo busca analisar o conceito de moradia digna no processo de planejamento habitacional presente no Plano Diretor e no Plano Local de Habitação e Interesse Social de Bragança-PA, estabelecendo uma relação entre o conceito de moradia digna tratado nos documentos de planejamento com a realidade social, inter-relacionando com as falas dos sujeitos que são moradores das áreas pesquisadas. O estudo faz uma investigação sobre o processo da ausência e da ineficiência de políticas para a promoção do direito à moradia digna. As localidades estudadas foram as áreas do Portinho e do Marrocos, na cidade de Bragança-PA. Nesse sentido, as discussões que envolvem as concepções de moradia digna são atravessadas pela questão habitacional que perpassa um processo histórico e político, com avanços em alguns segmentos legais e de planejamento. O problema habitacional dentro do cotidiano dos sujeitos é bastante complexo, pois mediante a diversidade e subjetividade de realidades, adentramos uma discussão necessária para se pensar como esse planejamento é efetivado dentro dos segmentos sociais (Santos, 2015).

A problemática que transpassa as questões de moradia e habitação envolve uma dinâmica complexa que precisa ser entendida pelas especificidades dos contextos e das particularidades que afetam o direito à moradia. Na Amazônia, esse problema é permeado por distintas configurações, como em zonas de risco ou em zonas de proteção ambiental, além das reivindicações de espaços para moradias que transcendem outras conjunturas na região amazônica.

A discussão que envolve os estudos sobre moradia leva em conta que não basta ter apenas um teto sobre a cabeça, é preciso ir mais além para compreender a necessidade de se ter uma vida digna, que inclui onde morar, mas implicado na possibilidade de exercer o direito à cidadania (Spink et al., 2015). Sendo assim, é importante compreender, ao longo da discussão do direito à moradia e atribuição da moradia pela dignidade, o processo da consolidação do conceito e das conquistas. Nesse cenário, adentramos as discussões das políticas públicas para a efetivação do direito à moradia. Para Santos (2015), as Políticas públicas incorporam um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, proporcionando o direito à cidadania e a difusão de segmentos sociais, culturais, étnicos e econômicos.

A atribuição do conceito à moradia digna implica também possibilitar uma discussão a respeito do acesso à cidadania e dos aspectos que são inseridos dentro da abordagem de moradia. Sendo possível esse estudo, é importante compreender como se dá, dentro dos documentos de planejamento municipal, no Plano Diretor e no Plano local de Habitação e Interesse Social de Bragança-PA, o conteúdo referente à moradia digna, como está atravessado a política que irá proporcionar a articulação do poder público para a atribuição desse direito. Nesse sentido, é importante fazer um estudo que aborde ambos os lados, analisar como se dão as questões da moradia digna nos documentos e relacioná-las com a realidade social dos moradores de algumas localidades que transpassam por problemas de moradia, estigmas, desigualdade e ausência do poder público.

2- O DIREITO À MORADIA DIGNA E A QUESTÃO HABITACIONAL

A discussão que envolve o conceito e definição de moradia digna perpassa por diferentes campos de entendimento. Ao fazer essa relação, precisamos entender os processos históricos e políticos atravessados até se chegar ao que hoje entendemos por moradia digna. A questão habitacional no Brasil tem sido circunscrita historicamente em uma política habitacional e ao mercado imobiliário, ausentando-se nas questões do campo da cidadania e da democratização do direito à moradia (Santos, 2015).

Para entender a definição de moradia digna é necessário correlacioná-la com outros fatores que intensificam essa discussão, pois não basta trazer apenas um conceito legal ou que trate de fatores habitacionais com moradias modernas com conforto e segurança. Fatores que envolvem as questões habitacionais transitam também por aspectos culturais, econômicos e sociais, além de outras categorias dentro das subjetividades dos sujeitos e de suas habitações.

Com base no conceito de moradia como direito, Salert (2009) define que a moradia precisa ser um local adequado para a proteção para si próprio e para os membros familiares, sendo um espaço

para gozar de sua intimidade e privacidade, que proporcione saúde e bem-estar, assegurando-lhes a dignidade e o direito a própria existência física e à vida. Nesse sentido, o direito à moradia passou por amplas reformulações dentro da legislação e aplicações de políticas habitacionais, as discussões que envolve o conceito de moradia adequada transita no discurso internacional e nacional, e o desenvolvimento do conceito dentro no ordenamentos jurídicos.

Mediante as mudanças nas relações sociais, histórias e políticas que atravessaram o século XX, além de uma nova conjuntura social dada pela revolução industrial, as cidades e as questões habitacionais passaram por várias mudanças, com a grande demanda habitacional nas grandes cidades e o grande crescimento populacional, sendo necessário se pensar em mecanismos para facilitar as necessidades habitacionais da população como um todo.

Um marco importante para a construção da atribuição da moradia como direito foi a criação das Nações Unidas após a Segunda Guerra Mundial, que teve como primeira etapa a assinatura de um estatuto, a carta das Nações Unidas (*Charter of the United Nations*) em 26 de junho de 1945, em São Francisco (Spink et al., 2015). A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi outro marco importante para a atribuição do direito à moradia, sendo um atributo universal que proporcionaria aos sujeitos um espaço para assegurar o bem-estar físico e psicológico. Segundo o parágrafo I do artigo 25:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Outro marco internacional que vislumbra o direito à moradia é o Pacto Internacional Sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais nas Nações Unidas (1966/1976). Aprovado em 1966, em seu artigo 11 e parágrafo I, direciona o direito à habitação, estabelecendo que:

Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados-partes tomarão medida apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento (Brasil, 1992).

Dentro do debate intencional, o direito à moradia é considerado um direito universal para proporcionar a cidadania e o bem-estar social. A moradia torna-se um direito humano, vinculando-se à proteção de ordem objetiva e coletiva. Nesse sentido, o Estado precisa garantir e efetivar esse direito conforme as declarações e as leis efetivadas. De acordo com Bobbio (1992), os direitos

humanos conquistados, por mais necessários e fundamentais que sejam, são obtenções de direitos históricos e nascidos de determinadas circunstâncias, sendo oriundos de novas liberdades contra velhos poderes e ideias, consistindo em avanços graduais que vão caminhando para um progresso coletivo.

Nos textos brasileiros, o direito à moradia é garantido conforme no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, conforme redação alterada pela Ementa Constitucional nº 90, de 2015:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988).

No que se refere aos textos legais está bem claro o direito à moradia como fundamento essencial para a vida humana de forma geral. Porém, ainda não havia um conceito claro que definia o conceito de moradia digna. Por mais que as questões habitacionais tenham avançado bastante dentro das discussões internacionais e nacionais no final do século XX, ainda existiam algumas problemáticas bastante complexas a serem discutidas. Conforme Santos (2015, p.54), “o impacto da problemática habitacional sobre o cotidiano dos sujeitos sociais que estão inseridos no complexo universo denominado ‘populações pobres’, tem impulsionado nestes sujeitos a resistência”; as questões habitacionais transcendem a luta por um espaço urbano, um lugar de moradia, um ambiente para a vida.

Para Santos (2015, p.54) “apesar do reconhecimento internacional de que a problemática da moradia representa uma ameaça à cidadania, o poder público brasileiro tem adotado medidas pouco consistentes para assegurar esse direito [...]”. Nesse sentido, uma política de habitação inter-relacionada com os tratados e pactos internacionais apenas será viabilizado e estruturado na década de 2000 (Spink et al., 2015). Sendo assim, no contexto brasileiro, no governo FHC, foi promulgado o Estatuto da Cidade, em 2001, pela Lei Federal nº 10.257, estabelecendo os princípios e diretrizes para o ordenamento e interesse social, regulando o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, além da segurança e do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental (Brasil, 2001).

O artigo 2º da Lei Nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 estabelece:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (Brasil, 2001).

No ano de 2003, no início do governo Lula, é criado o Ministério das Cidades, cuja centralidade política é a inclusão dos setores excluídos do direito à cidade, necessitando de um ministério para se pensar na habitação e em serviços básicos e fundamentais para promoção da cidadania (Spink et al., 2015). Em 2005, é aprovada a Lei nº 11.124, que dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, criando o fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e instituindo o Conselho Gestor do FNHIS, objetivando a promoção de terra, a urbanização e habitação digna para a população de menor renda.

Na Lei nº 11.124 é atribuída uma configuração de moradia digna:

Art. 2º Fica instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, com o objetivo de:

I – viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;

Segundo Spink et al. (2015), a Lei que institui a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS foi a primeira a mencionar a terminologia “moradia digna”, entretanto não há uma definição exata do que seria uma moradia digna ou seus aspectos que a configurariam como digna. A Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades conduziu a elaboração do Plano Nacional de Habitação (PanHab), um dos instrumentos mais importantes para a efetivação de uma nova Política Nacional de Habitação (PNH), com base na Lei nº 11.124/2005 (Spink et al., 2015).

As políticas de planejamento habitacional incorporadas à participação coletiva trouxeram uma nova roupagem dentro do direito à moradia no cenário nacional, oportunizando o processo democrático e inclusivo das populações de baixa renda no direito à moradia, além de assegurarem outros direitos que são relacionados ao processo de habitação. Dentro desse debate, adentramos a definição de moradia adequada incorporada ao conceito de dignidade. Segundo Spink et al. (2015), o conceito de moradia adequada segue um caminho um pouco diferente daquele que constitui o conceito de moradia como direito, seja na esfera internacional, como nas declarações e leis, seja na esfera nacional. Nesse sentido, a moradia adequada vai muito na direção da aplicabilidade de introduzir os desdobramentos das políticas e os planejamentos habitacionais, dando reais condições à efetivação da adequação à moradia. Por outro lado, a atribuição de moradia adequada vai muito além de proporcionar somente um teto ou paredes, ou seja, aspectos minimamente materiais, pois não é somente construir condições de habitabilidade dentro de um padrão, as questões habitacionais requerem um olhar muito mais complexo e extenso dentro das especificidades (Spink et al., 2015).

Para Sarlet (2009), a dignidade estaria ligada a fatores além dos materiais, como prestação de serviços e recursos humanos, analisando as problemáticas que giram em torno do sujeito, assistência social, educação, direito à previdência social e o direito à saúde, à alimentação e a transitar, no direito de ir e vir. Na concepção de Santos (2015), a moradia digna deve ser habitável e ter reais condições de infraestrutura, possibilitando condições de saúde física e de salubridade adequadas, tais como saneamento básico, água potável, fornecimento de energia elétrica, custo acessível, acessibilidade, além de proporcionar dentro da localidade serviços de coleta de lixo, saúde, segurança, escola, lazer, locomoção etc.

A discussão de moradia digna é muito complexa e envolve uma subjetividade de fatores, pois entender e definir o que é moradia digna vai ao encontro de determinadas configurações. Se perguntarmos para determinados sujeitos de diferentes culturas, conjecturas, comunidades, teremos diferentes compreensões do que para eles é uma moradia digna. Por outro lado, entender a dignidade habitacional pode ser ancorado dentro dos ordenamentos legais e das políticas habitacionais ou até mesmo na noção de dignidade. Os princípios da dignidade da pessoa humana impõem um dever de efetivar e proteger a pessoa em toda sua integridade, é papel do Estado proteger e promover condições que viabilizem a dignidade dos sujeitos (Santos, 2015).

3- ABORDAGEM METODOLÓGICA

O município de Bragança está localizado no extremo nordeste do Estado do Pará, distante a aproximadamente 210 km da capital, Belém. A “*Pérola do Caeté*”, como é conhecida por conta de ser banhada pelo rio Caeté, tornou-se um dos municípios mais importantes do Estado no que se refere ao processo histórico e geográfico. Bragança, em seu processo histórico, apresenta relevância significativa no período colonial e posteriormente com a criação da extinta estrada de Ferro entre Belém e Bragança, a qual foi um mecanismo importantíssimo para escoar a produção agrícola do município e da região.

A Pérola do Caeté carrega em sua configuração traços de uma cidade histórica com uma arquitetura que ainda preserva traços do passado, com prédios históricos que mantêm vivas essas memórias. Além disso, o município apresenta uma riqueza cultural, artística, ecológica, turística e agrícola; configura-se como um dos principais polos pesqueiros do Estado, além de ter como fator forte na economia o comércio e a produção agrícola. Segundo o Censo de 2022, o município de Bragança tem em média 123.082 habitantes (IBGE, 2022).

O centro urbano do município de Bragança, apresenta em suas características uma cidade que preserva traços do passado, vivendo uma certa dicotomia entre a preservação da história ou o

processo de “modernização” colocado nos discursos sociais, pois muitos prédios e casas históricas foram demolidos para se construir lojas ou casas mais modernas, sendo uma realidade bastante presente no centro da cidade. O centro urbano de Bragança cresceu bastante ao longo das décadas, marcado pelas mudanças que as cidades sofreram no final do século 20, procedentes do modelo capitalista e do processo de industrialização, sendo modelo predominante, em que muitas pessoas buscaram os centros urbanos para o trabalho, moradia e modos de vida.

Com a cidade de Bragança não foi diferente, muitos bairros cresceram de forma desigual e desordenada, diante da ausência do poder público para se pensar no planejamento urbano e em Políticas de planejamento. Nesse sentido, o presente estudo busca fazer uma análise no conceito de moradia digna no processo de Planejamento Habitacional presente no Plano Diretor e no Plano Local de Habitação e Interesse Social de Bragança-PA, analisando como e dá aplicabilidade das leis e das políticas no município referente ao direito à moradia digna, estabelecendo uma relação entre o conceito de moradia digna tratado nos documentos de planejamento municipal de Bragança e as falas dos sujeitos que são moradores das áreas específicas em que a pesquisa foi direcionada.

O presente estudo parte da abordagem qualitativa fundamentando a relação entre o mundo real e o sujeito, relacionando os elementos entre os sujeitos e o objeto de estudo, sendo um vínculo indissociável entre o mundo real e as subjetividades dos sujeitos (Chizzotti, 2001). Ao se fazer um estudo sobre o conceito de moradia digna e sua análise dentro dos documentos de planejamento municipal e na realidade social nas falas dos sujeitos, atribui-se a explicação de dentro das especificidades que a pesquisa se propõem em seu percurso investigativo.

O estudo desenvolveu-se dentro das técnicas da abordagem qualitativa que, segundo Chizzotti, (2001, p. 85), “privilegia algumas técnicas que coadjuvam a descoberta de fenômenos latentes”. O autor pondera que “expor e validar os meios e técnicas adotadas, demonstrando a cientificidade dos dados colhidos e dos conhecimentos produzidos” (Chizzotti, 2001, p. 85).

As técnicas de estudo utilizadas na pesquisa foram: levantamento bibliográfico, estudo documental, entrevista semiestruturada, estudo de campo. As técnicas de pesquisa tiveram como enfoque teórico Marconi e Lakatos (2017, p.334-335), as quais entendem que as “técnicas por sua vez, relaciona-se diretamente com as hipóteses que orientam o trabalho que deseja conformar, com os pressupostos teóricos assumidos, bem com a análise a ser feita do material recolhido”. Para análise documental, foram analisados dois documentos que configuram o processo de planejamento municipal de incorporação do processo de habitação no Município de Bragança: Plano Diretor e o Plano Local de Habitação e Interesse Social de Bragança-PA.

Os instrumentos utilizados no estudo foram: questionário com perguntas semiestruturadas, gravador de áudio para captar a fala dos sujeitos, registro fotográfico das localidades estudadas.

Segundo Marconi e Lakatos (2017, p.335), os instrumentos de pesquisa são elaborados para garantir o registro criterioso das informações, controle e análise dos dados recolhidos do campo.

Para a análise dos dados foi utilizada a abordagem de análise do conteúdo em Bardin (2016), enfatizando três fases: 1) a pré-análise (considera-se a seleção do material e definição dos procedimentos a serem seguidos; 2) exploração do material, tratamento dos dados e interpretação dos conteúdos gerados; 3) o procedimento que diz respeito à definição das categorias de análise e das descrições e discussão adquiridas no material.

4- O ACESSO À MORADIA DIGNA: ENTRE A REALIDADE SOCIAL E O PLANO DIRETOR E O PLANO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL DE BRAGANÇA-PA

Trazendo a discussão do conceito de moradia digna é importante fazer uma relação com os documentos que incorporam o processo das políticas de planejamento no município de Bragança-PA. Os documentos analisados foram o Plano Diretor e o Plano de Habitação e Interesse Social de Bragança-PA. Nesse sentido, Santos (2015), pondera que “o Estado tem a obrigação de garantir à pessoa humana um patamar mínimo de recursos”, ou seja, o poder público precisa possibilitar o direito a princípios básicos para contemplação da dignidade humana, atribuindo ao pensamento de Hannah Arendt, a ideia do público é que seja comum a todos, é importante conduzir princípios que possibilitam e impõem a essência de um mundo coletivo onde todos habitam e comum.

No que se refere ao Plano Diretor do Município de Bragança, não tivemos acesso ao documento oficial, foi solicitado na secretaria de Planejamento da Prefeitura de Bragança, mas não tivemos resposta, foi justificado que o processo de atualização do Plano Diretor está em processo de planejamento. Nesse sentido, percebeu-se que o Plano em vigência é o de 2015, estando desatualizado e necessitando de uma nova atualização dada as mudanças ocorridas ao longo desses 8 anos. Entretanto, tivemos acesso ao Projeto de Lei N° 015/2014 de 25 de novembro de 2014, que dispõem sobre a atualização do Plano Diretor, sendo o que está em vigência.

Ao analisar o documento foi atribuído o termo moradia somente 10 vezes, no que se refere ao conteúdo de moradia digna foi somente atribuído uma única vez:

Art. 3° O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, tanto o aspecto físico, social, econômico, como administrativo, com o objetivo de se obter o desenvolvimento sustentável do município, tendo em vista as aspirações da população. Torna-se instrumento obrigatório para o poder público e para a iniciativa privada que atuam no município.

§1° Entende-se para os fins desta Lei, Política Urbana, como o conjunto de ações que devem ser promovidos pelo poder público, a fim de garantir que todos os cidadãos tenham acesso à terra urbanizada, a **moradia digna**, ao saneamento

ambiental, a infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer [grifo nosso] (Bragança, 2014).

No que tange a atribuição da moradia digna foi citada somente uma única vez, mas sem uma definição clara do que seria a moradia digna dentro desse conjunto de ações do poder público. Para Santos (2015), dentro do direito da moradia digna ao corolário disso são objetivos fundamentados dentro da Constituição Brasileira e são fundamentais para a realização plena desse direito, sobre o que se refere-se a eliminação das desigualdades sociais.

Sendo assim, outro ponto incorporado no documento é sobre a Política Habitacional do Município de Bragança, sendo uma proposta que está somente segmentada em uma ideia, pois na real política do município não existe uma Política Habitacional muito menos uma secretaria especializada, conforme é mostrada no artigo 19 do documento:

Art. 19. A Política Habitacional do Município de Bragança objetiva reduzir o déficit e as necessidades habitacionais, tanto no aspecto quantitativo quanto no aspecto qualitativo e conter a produção de moradia irregular, levando em conta a melhoria da qualidade de vida da população, o desenvolvimento urbano e a redução das desigualdades sociais de maneira ambientalmente correta e sustentável (Bragança, 2014).

Na Lei N° 015/2014 de 25 de novembro de 2014, que dispõem sobre a atualização do Plano Diretor não existe uma definição clara do conceito de moradia digna, ou como o governo municipal irá atribuir uma política habitacional com a finalidade de incorporar a moradia digna. Outro documento analisado foi Plano de Habitação e Interesse Social de Bragança-PA, sendo um documento importante para entender a política de planejamento de habitação e de interesse social, tornando-se um instrumento político administrativo que foi idealizado pela IDESA que está vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral da Prefeitura Municipal de Bragança no ano de 2017. Esse documento representa a adesão ao Fundo Nacional de Habitação, em consonância com o Ministério das Cidades e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), atendendo a demanda do município, e a efetivação do acesso a direito a habitação para a população de baixa renda (Bragança, 2017).

Segundo o documento a atribuição a moradia digna se dá conforme é atribuído na página 26:

[...] na perspectiva do direito à cidade e da garantia do acesso à moradia digna especialmente para a população de baixa renda, com PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, normas de zoneamento, uso e ocupação do solo, conselho e Fundo Local de habitação de interesse social (Bragança, 2017).

Outro trecho no documento refere-se a legislação municipal na efetivação do documento como instrumento de planejamento no que se refere a habitação e ao interesse social, como na criação de ações que possam garantir a moradia digna principalmente para famílias de baixa renda.

A legislação municipal supracitada amparou o desenvolvimento local das ações do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social. Sendo que esse sistema será consolidado a partir da implantação do PLHIS - PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL que é um instrumento político e administrativo que tem como objetivo viabilizar recursos financeiros para realização de ações que possam garantir moradia digna principalmente às famílias de baixa renda (Bragança, 2017).

O Plano de Habitação e Interesse Social de Bragança-PA é um documento que possibilita um planejamento dentro das políticas e das estrangeiras de habitação para o município de Bragança. Entretanto, percebemos que é apenas um documento sem um ação ativa ou uma presente efetivação dentro das metas e objetivos, o único programa de habitação foi o Programa Minha Casa Minha Vida pelo governo Federal. Em Bragança percebe-se a ausência e a ineficiência de políticas de habitação em determinadas localidades.

Nesse sentido, ao fazer uma análise dentro do conteúdo da Lei N° 015/2014 de 25 de novembro de 2014, que dispõem sobre a atualização do Plano Diretor, fazendo uma leitura dos mapas e das Zonas de Interesse Social, Percebemos a ausência das duas localidades que foram o lócus do presente estudo. A área do Portinho é atribuída como uma área do Bairro da Aldeia, sem nem uma aplicabilidade ou de interesse público para se efetivar uma política de habitação. Outra área foi a localidade do Marrocos que fica nas proximidades do “lixão” de Bragança, a localidade não está presente nos mapas e muitos menos é atribuído como Zona de Interesse Social. A questão do lixão é algo a se pensar, pois não está presente no mapa, muito menos é explicado ou tem uma relação para uma ação dentro da área do lixão, apenas da desativação em dentro de 3 anos, situação que ainda perdura mais de 7 anos e não se tem uma ação do poder público na área.

5- O ACESSO À MORADIA ENTRE A DIGNIDADE E A NECESSIDADE: A AUSÊNCIA E INEFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PARA O DIREITO À MORADIA DIGNA

As contradições expostas nos documentos oficiais frente a realidade social dessas localidades são percebidas, também, a partir da percepção dos próprios habitantes das localidades analisadas. Considerando as entrevistas realizadas com alguns moradores, apreende-se algumas reflexões importantes para pensar o conceito de moradia digna e a visão dos indivíduos acerca da atuação do poder público em suas habitações.

Dentro das áreas analisadas, buscou-se fazer uma relação entre as realidade social e o que os documentos legais estipulavam. Sendo assim, alguns dados constataam que existem padrões verificados em ambos os locais que podem ser problemáticos, por exemplo, o baixo índice na educação, dos entrevistados nenhum completou sequer o ensino fundamental, levando alguns a sentir certo desconforto e resistência as entrevistas por conta dessa questão, talvez por medo de surgir preconceitos ou por simples desapego ao ato de dar opiniões, obviamente houve uma conversa previa no sentido de tranquilizar os entrevistados sobre o teor das entrevistas. Esse problema não é isolado das outras questões, dessa forma outro dado importante é a escolha pelos indivíduos para morar em ambos os bairros, que abre o questionamento de que as melhores condições para uma educação, ofereceriam melhores condições de moradia. Em relação a localidade do “Portinho” os entrevistados são de outras localidades, como praias dos interiores de Viseu-PA e da comunidade de Caratateua, e vieram em busca de melhores condições em suas ocupações, até mesmo nas condições de alimentação como foi argumentado por um dos moradores acerca de sua escolha para o deslocamento para o lugar, já no bairro do Marrocos a opção era a convergência entre o baixo preço dos terrenos e com a atividade de catação de materiais para a reciclagem, que ficariam mais próximo do “lixão” da cidade.

Nesse sentido, com base em Santos (2015, p.59), entender a dinâmica da moradia é compreender “como agente de satisfação das necessidades básicas (saúde e autonomia), surge uma nova pergunta o que deve ser entendido por um nível mínimo de satisfação do que concerne à moradia? Ao atribuir a compreensão dos moradores das localidades o que eles entendem de moradia digna, adentramos uma visão complexa dentro do significado da atribuição a moradia digna. Para Santos (2015), os padrões de satisfação as necessidades básicas, por fatores de desenvolvimento econômico, cultura, sociedade e discursos, variam no tempo e no espaço e de cada conjectura.

O “Portinho” é uma parcela mais ao leste do bairro Aldeia em Bragança, e fica em sua extremidade, próximo às margens do rio Caeté, onde a maior parcela dos moradores utilizam-se da atividade pesqueira e, portanto, atuam nas diversas atividades desse meio ali mesmo, por isso o lugar recebe aquela grande população na área. Sendo assim, as características da localidade se dá por extensas vias e casas suspensas ao solo, as palafitas como são conhecidas, e partes aterradas sobretudo nas proximidades com o restante do bairro, o “portinho” oferece uma paisagem de risco aos moradores, e condições não favoráveis a habitação. Nesse sentido, foi necessário ouvir dos moradores a realidade habitacional da localidade.

Imagem 1- Caminho feito de palafitas que liga as casas do Portinho



FONTE: Autores, 2023

A visão dos moradores acerca do conceito de moradia digna passa pela necessidade de conforto e tranquilidade, seguida de requisitos básicos como abastecimento de água e energia. O quesito de abastecimento foi relatado por ambos os entrevistados, abordando a falta de água que ocorre esporadicamente, e o único recurso seria um poço comunitário, também há outras dificuldades expressadas individualmente pelos entrevistados que podemos associar à problemáticas estruturais do lugar. Assim, é exposto por um dos moradores que há uma dificuldade no lugar por se tratar de área de mangue, enquanto uma moradora que mora em uma parte já aterrada expõe que a dificuldade havia em um passado onde o acesso a sua casa era feita por pontes de tabuas, e que precisaria de mais aterro no lugar. Outra moradora relatou a falta de acessibilidade de transição pela área, sendo feita por um caminho elevando feito de madeira. A reivindicação da população local se dá na necessidade do poder pública sanar algumas problemáticas, como a falta de saneamento básico, a dificuldade de locomoção, além da ausência de água potável.

Imagem 2- Falta de saneamento na localidade do Portinho



FONTE: Autores, 2023

Pode-se perceber que, dentro do próprio lugar a diferenças estruturais, por se tratar de um lugar com um tipo específico de solo pode oferecer essas dificuldades, como dificuldade ao acesso a moradia e até problemas de saúde, uma vez que o lugar não tem um saneamento adequado é propício a proliferação de doenças e pragas, além de relatado pela moradora entrevistada que seu marido já havia sofrido um acidente ao cair de uma dessas pontes. Quando questionados acerca da percepção que tinham sobre a ação do poder público naquele bairro as respostas divergiam, um dos entrevistados alegou melhorias e apenas expõe que as pessoas do lugar queriam mais aterro, para sanar o problema de alagamento típico dos solos, outra resposta foi “não faz” fazendo alusão a ausência dos órgãos oficiais. Um morador argumenta que, das instituições, a que se faz mais presente em assistir aos moradores são os agentes de saúde, porém apenas em casos de pessoas idosas, esse mesmo morador ainda critica a ausência dos órgãos públicos em situações de interesse ao poder legal, quando questionado sobre sua visão acerca do conceito de moradia digna ele responde:

“Olha! uma moradia digna ela tem que tá completa, principalmente de apoio do poder público, tem que tá completo, saneamento, a energia a gente tem, mais não é uma qualidade de energia, porque tem se estragado algum eletro da gente, e a gente procura a empresa e a empresa num substitui nada, sempre tá com a razão, então a gente se sente uma pessoa sem apoio, então a qualidade na moradia requer muitos, vamos dizer, muitos requisitos da parte do poder, porque isso aqui tá sendo melhorado aqui mas é por força bruta da população” (morador da localidade do Portinho).

O final de sua fala faz referência principalmente ao trabalho de aterramento das vias, que é feito pelo esforço e trabalho dos próprios moradores. Há um residente que expõe até a proibição dessa ação por parte da prefeitura do município. Apesar dessas dificuldades, quando indagados se gostavam do lugar que moravam, o juízo de valor das respostas dos moradores era sempre positivo, carregadas de argumentos do tipo “lugar calmo” ou “tranquilo”. Isso poderia indicar muito mais um conformismo do que satisfação, se levar em conta a quantidade de críticas e insatisfações nas respostas anteriores.

No bairro do Marrocos as condições estruturais são diferentes, mas as problemáticas são similares em termos de qualidade de habitação, principalmente nas proximidades com a área de despejo de resíduos. O lugar se encontra em uma colina, as casas ficam distribuídas ao longo da elevação em ruas estreitas que levam, ao fundo, a área do “lixão” da cidade. Essas casas variam em termos de estruturas, as mais próximas da estrada ao longo do bairro chegam a ser de alvenaria e apresentam até revestimento de massa de cimento, porém quanto mais se aproxima do “lixão” piora a qualidade. As últimas casas apresentam péssimas condições estruturais, revestidas com trapos velhos e pedaços de outras estruturas, visualmente apresentam qualidade de habitação baixas.

Imagem 3 - Moradia na localidade do Marrocos na proximidades do lixão



Fonte: Autores, 2023

Ao ser perguntada sobre sua perspectiva acerca da dignidade de uma moradia, uma das entrevistadas expõe que a casa precisa ser de alvenaria, demonstrando um apreço por esse requisito, outro morador diz que moradia digna é ter sua casa, e coloca que alugueis não são digno, fazendo

referência a casa própria, além de apontar requisitos de conforto, tranquilidade e bens moveis como eletrodomésticos. Além disso, ela expõe os requisitos comuns nas falas dos entrevistados como abastecimento de água, acesso a saúde e educação, asfaltamento das ruas, segurança e policiamento. O posto de saúde é em outro bairro, além da dificuldade de deslocamento ainda é apontado o problema de atendimento, que confronta os horários de serviço e afazeres dos residentes, problema similar a educação, já que as escolas também são em outros bairros. Uma moradora ainda apontou dificuldades passadas nessa questão acerca do nível etário de atendimento escolar, que antes só atendiam crianças de uma idade maior em relação ao usual.

Em termos de vias, percebe-se a principal insatisfações dos moradores, uma delas diz ser o requisito principal a ser efetivado, as dificuldades passadas por essa problemáticas são percebidas na fala de um residente que diz “tem tempo que o ‘caba’ não passa pra ‘acolá’” fazendo alusão a uma rua que fica intransponível periodicamente.

Nessas falas é perceptível a falta do poder público em políticas urbanas para o melhoramento de infraestrutura do bairro, que é percebido pelos moradores. Apesar disso, nenhum deles apontou problemáticas referentes ao “lixão”, isso não de pelo motivo de ele não apresentar riscos à saúde e a dignidade de habitação, mas sim por conta dos serviços de extração que os moradores exercem nele para seu sustento causar uma visão de necessidade da presença do “lixão”, um problema de conformismo análogo ao exposto anteriormente. Quando indagados sobre sua opinião sobre o lugar, as respostas são idênticas aos dos moradores do “portinho”, um juízo de valor positivo apesar das insatisfações.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão que engloba o conceito de moradia digna é bastante complexa e envolve uma visão heterogênea das realidades sociais, mas é importante, dentro das políticas e dos segmentos legais, levar em consideração a necessidade de relacionar esse direito aos princípios essenciais para uma vida digna. Ao fazer essa discussão dentro do campo teórico e político, percebemos grandes avanços que foram atribuídos às necessidades de conduzir políticas que efetivam o direito à moradia digna.

Dentro das análises e dos resultados, percebe-se a ausência e a ineficiência dessas políticas que proporcionam o direito à moradia digna em Bragança. Existem dois documentos que dão estrutura para se pensar em ações e em um planejamento de políticas que atenda as localidades que necessitam de uma intervenção do poder público. As falas dos moradores das localidades do “Portinho” e do “Marrocos” demonstram ainda mais a necessidade de ampliar o olhar sobre as

discussões que envolvem o conceito de moradia digna, tendo em vista que não basta ter um teto ou um lugar para dormir, é necessário garantir direitos básicos para uma vida digna e cidadã.

Nesse sentido, percebe-se que grande parte da população de baixa renda de todas as idades ainda vive em áreas que afetam de forma ampla sua vida. A população “normaliza” a falta de bens essenciais como locomoção, inclusão física e simbólica, saúde, educação e segurança. Entretanto, em suas falas, essas pessoas demonstram que gostam do lugar em que vivem e o consideram agradável e importante para a vida deles.

Portanto, o estudo buscou conduzir uma discussão que enfatiza o conceito de moradia digna, fazendo uma análise dentro dos documentos de planejamento e das políticas do município de Bragança. Nesse sentido, ao fazer determinadas análises, percebe-se que os documentos apresentam a definição de moradia digna, mas não exemplificam a sua aplicação por meio de políticas, projetos ou ações. Ao fazer essa relação com a realidade de duas localidades que necessitam de ações do poder público, nota-se que existe uma certa distância entre a ausência e a ineficiência dessas políticas.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. As esferas pública e privada. In: ARENDT, H. *A condição humana*. 6a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. Parte 3, Caps. 1,2,3.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 1992.

BRASIL. (1988). Constituição da república federativa do Brasil, DF: Senado Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. (1992). *Decreto nº 592, de 6 de junho de 1992*. Promulga o Pacto Internacional Sobre os Direitos Civis e Políticos, adotados pela XXI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1996.

BRASIL. (2001). *Estatuto da cidade: Lei nº 10.257, de junho de 2001*. Regulamenta os art. 182 e 183 da constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/11027.htm.

BRASIL. (2005). *Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e Institui o Conselho Gestor do FNHIS. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=COF669056BF3C54B405994E449A3DE67.proposicoesWebexterno2?codteor=656147&filename=LegislacaoCitada+-PL+5207/2009.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisas em ciências humanas e sociais*. 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2001. – (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v.16.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. 1 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. -7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Eficácia dos direitos Fundamentais**. 10. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SANTOS, Kátia Cristina Crus. **Políticas Públicas Sociais aplicadas ao direitos à moradia digna**. Revista Espaço Acadêmico – Nº 172 – Setembro/2015- Mensal.

SPINK, Mary Jane Paris; MARTINS, Mário Henrique da Mata; SILVA, Sandra Luzia Assis; SILVA, Simone Borges. **O direito à Moradia: Reflexões sobre Habitabilidade e Dignidade**. Psicologia: Ciência e Profissão, 2020 v.40, e 207502, 1-1



GT 02 - Desenvolvimento, Desigualdade social e Cidades latinos-americanas

REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO: IMPACTOS E DESAFIOS DO PROMABEN IAna Paula Barata Pereira¹Hediana Daniel Lisboa²Ellen de Melo Quaresma³Evaldo Pereira Reis⁴

RESUMO: A intervenção urbanística com ênfase na desapropriação e reassentamento involuntário de famílias, busca implementar o desenvolvimento social, ambiental e urbano das cidades. Debate-se aqui ações urbanísticas de recuperação urbano-ambiental em um projeto de cunho social, e se entendendo que meio ambiente é também a relação do homem com o lugar e no lugar (Santos, 2005). Para quem este projeto é feito, afinal, o objetivo ora inicial de melhoria na qualidade de vida da população local é ainda o mesmo ou perdeu-se entre as operacionalidades? A inquietação que deu origem a este trabalho partiu do reconhecimento de um descompasso entre planejamento das obras de urbanização com a execução de reassentamento involuntário das famílias afetadas por um projeto de cidade no contexto amazônico que desconsidera a permanência de vínculos estabelecidos entre sociedade, espaço e natureza. Buscou-se pensar a cidade de Belém do Pará considerando os mais de dez anos do primeiro reassentamento involuntário executado através do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova - PROMABEN I implementado em 2012 que marcadamente realocaram populações de moradores para conjunto habitacional fora da abrangência limítrofe de intervenção da Bacia da Estrada Nova. Com resultados distintos do previsto, as ações de reassentamento que, a princípio, ocorreriam próximas às áreas de intervenção da obra não foram executadas e as famílias da Bacia da Estrada Nova afetadas pela remoção foram transferidas para outro bairro do município, em local distante a mais 5km da referida área e desconstruindo laços representativos inerente a cultura local. Na prática, às famílias residentes no espaço de intervenção de obras, principalmente, as que enfrentam o dilema da desocupação da área, encaram os impactos e seus desdobramentos, em nome do desenvolvimento urbano. Pode-se dizer que o Programa desarticulou as estratégias de sobrevivência das famílias em diversas variáveis de subsistência (de Oliveira; Santana, 2018). Intuindo problematizar a contínua reprodução de um paradigma de desenvolvimento exógeno e explorar as inconsistências (re)produzidas internamente no sistema capitalista, para assim, dar visibilidade a formas alternativas de se pensar e fazer cidade que estabeleceu-se apoiar em revisão sistemática da literatura e análise crítica sobre a temática, sob o protocolo de pesquisa de artigos em idioma, no português, com critério de inclusão de temas relacionados a reassentamento involuntário, remoção de famílias, impactos socioeconômicos, espacial e ambiental, para apresentar e discutir aspectos que se considera importantes, relacionados ao reassentamento involuntário de famílias na cidade de Belém do Pará, a partir das experiências do PROMABEN I, através da perspectiva da ecologia política para discutir as diretrizes adotadas na sua implementação. Diante disso, tomamos como base analítica, o pós-reassentamento dessas famílias que residiam há anos em determinada localidade, com suas vidas estruturadas, no campo familiar, social, de trabalho e renda, entre outros. Assim, tendo a necessidade de recriar vínculos e a readaptação local. Tal fato,

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Pós-graduada Serviço Social, Seguridade e Políticas Públicas- FATAP. Email:paulapbarata@gmail.com

² Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Pós-graduada Serviço Social, Seguridade e Políticas Públicas- FATAP. Pós-graduanda na Atuação do Serviço Social no Campo Sociojurídico- FATAP. Email:ychange12@yahoo.com.br

³ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Pós-graduada no Programa Morar, Conviver e Preservar: Rede Amazônia-NAEA/UFPA. E-mail: ellen.quaresma@naea.ufpa.br

⁴ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Email:epr.fla@gmail.com

interferindo em diferentes aspectos da vida dessas famílias, que na sua grande maioria tem o perfil de vulnerabilidade social, econômica e familiar.

Palavras-chaves: Planejamento Urbano, Cidades Amazônicas, Saneamento, Reassentamento Involuntário, PROMABEN I.

INTRODUÇÃO

Considerando trajetória profissional no âmbito da execução de políticas urbanas de saneamento integrado e habitação de interesse social na Amazônia suscitou-se investigar sobre reassentamento involuntário para compreendê-lo em sua complexidade. No propósito investigativo de lançar luz a uma intervenção urbanística que altera de maneira cabal o lugar que famílias e redes comunitárias se reconhecem a presente pesquisa, documental e bibliográfica, tem a finalidade de analisar as decisões de gestão neste programa que compreende em grandes obras de saneamento e drenagem urbana que afetam população vulnerável ao contexto de remoção e reassentamento involuntário.

Para executar um estado da arte abordando temas que estão relacionados a remoção de famílias nos projetos de urbanização da Amazônia visando apresentar aspectos importantes relacionados ao reassentamento involuntário de famílias na cidade de Belém do Pará, em que utilizou-se as plataformas digitais Scientific Electronic Library Online - SCIELO e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, bem como, os documentos oficiais publicados. Assim, partiu-se para as experiências do PROMABEN I no contexto amazônico, com fundamento teórico sob a perspectiva da ecologia política para discutir as diretrizes adotadas em sua implementação.

1. APONTAMENTOS CONCEITUAIS SOBRE PLANEJAMENTO URBANO E REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

O planejamento urbano surge na concepção de melhoria na qualidade de vida das populações residentes em áreas urbanas, focando nas intervenções dos problemas resultantes da ocupação não planejada dos territórios, em que a execução de programas e serviços propostos visam garantir o bem-estar da comunidade. No entanto, na prática, o que ocorre, principalmente, em áreas de ocupações desordenadas, fomentam os conflitos urbanos.

Esses conflitos urbanos apontam a pauta através da qual os atores sociais reclamam a democratização do acesso aos recursos urbanos - segurança, saúde, educação, moradia, saneamento, direitos culturais e territoriais (Acselrad, 2010,p.301).

Nesse contexto, une-se a questão do meio ambiente e sua preservação sob o olhar crítico dos governos, fortalecido pelo sistema capitalista vigente, na culpabilização dos pobres quanto à degradação ambiental.

Com esse discurso, em que se estabelece uma relação direta entre a pobreza representada pelas favelas e a destruição do meio ambiente em que se inserem/circundam esses espaços, o resultado tem sido a legitimação e a adoção de políticas que retomam o passado remocionista e atualizam o discurso da segregação socioterritorial” (França e Gonçalves, 2010, p.264).

No Brasil, persiste o desafio do enfrentamento das diversas questões socioambientais e busca-se a partir do fomento às políticas urbanas em face do desenvolvimento urbano e social devido acesso compartilhado a todos que fazem parte do território socioespacial. Destaca-se que nos estudos de Santos (1993) a organização interna nas cidades brasileiras já é vista pela similaridade das suas problemáticas com diferenças de grau e de intensidade, a depender da sua dimensão territorial, tipo de atividades, região em que está inserida e que, no entanto, demonstram em todas estas mazelas relacionadas a enormes carências de desemprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde.

Nesta premissa observa-se a particularidade da concepção do Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID quanto ao reassentamento involuntário no contexto das cidades na América Latina e Caribe (Santana, 2012) e da maneira que “abrange qualquer deslocamento físico involuntário de pessoas ocasionado por um projeto do banco. Exclui-se deste processo, modelos de colonização e o reassentamento de refugiados ou vítimas de desastres naturais” (BID, 1998, p.1 *apud* Tavares, 2019, p.15).

No tocante ao processo de desapropriação urbana de interesse social estabelecido pelo reassentamento involuntário, este, sob a égide da OP-710/BID que corrobora na mitigação dos impactos e desafios direcionados à população afetada direta ou indiretamente. Portanto, quanto ao propósito intrínseco nesta política operacional do agente financeiro aborda que:

O objetivo da política é minimizar a perturbação do meio em que vivem as pessoas na área de influência do projeto, evitando ou minimizando a necessidade de deslocamento físico, assegurando que, quando as pessoas forem deslocadas, sejam tratadas equitativamente e, sempre que possível, possam compartilhar dos benefícios do projeto que requer o seu reassentamento (BID, 1998, p.01).

Em análise de outro agente financeiro, a concepção da política do Banco Mundial menciona no que tange à perspectiva do reassentamento involuntário e seus impactos no deslocamento de pessoas, trata que:

Os projetos de desenvolvimento que deslocam gente involuntariamente geralmente causam graves problemas econômicos, sociais e ambientais: os

sistemas de produção são desmantelados, os bens produtivos e fontes de renda são perdidos; as pessoas são mudadas para ambientes onde as suas habilidades de produção podem ser menos aplicáveis e a competição pelos recursos pode ser maior; as estruturas comunitárias e as redes sociais são enfraquecidas; os grupos de parentesco são dispersos; e a identidade cultural, a autoridade tradicional e o potencial de assistência mútua são reduzidos (Banco Mundial, 1990, p.01).

Diante disso, deve-se fortalecer a discussão quanto ao modelo de desenvolvimento urbano implementado para a garantia de benefícios à coletividade, visto que nas cidades existem diferentes grupos sociais, com suas características econômicas, sociais e culturais específicas.

Na realidade, a contraposição de direitos fundamentais, como o direito à moradia digna e o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, vem sendo utilizada como uma forma de criminalizar os pobres e liberar áreas capazes de serem valorizadas no mercado imobiliário. (França e Gonçalves, 2010, p.264).

O modelo de planejamento/desenvolvimento urbano no Brasil persiste no enfoque da concepção do capitalismo econômico, fincado na estrutura da economia global, baseada na acumulação e no lucro, centralizados a determinados grupos sociais. Nesse contexto, busca-se conceber as cidades sob a visão mercantilizada, sejam nos programas e projetos urbanísticos, assim como, na revitalização e reurbanização do território urbano.

Observa-se no Brasil, portanto, que, se de um lado ocorre o fortalecimento de interesses sociais comprometidos com a busca por um desenvolvimento sustentável que garanta maior igualdade social, de outro se constata articulações orientadas por interesses essencialmente econômicos, justificados também pela sustentabilidade (Fernandes, 2010, p.281).

O planejamento urbano sob a concepção do desenvolvimento sustentável fundamentado em ações e intervenções visando a priori integração, valorização e fortalecimento da população e comunidade local em seus diversos pilares: socioeconômico, cultural e ambiental. De modo a possibilitar a médio e longo prazo resultados positivos, na redução dos impactos ambientais e da desigualdade social.

[...] a extensão da cidadania urbana, a constituição de estruturas de participação, diálogo etc., visando à redefinição da duração das cidades não somente em sua materialidade, mas enquanto institucionalidade e espaços de direito (Acsehrad, 2010, p. 300).

2. PERCURSO DO PROMABEN I: PERSPECTIVA HISTÓRICA

A Cidade de Belém, capital do Estado do Pará, como tantas capitais do País, apresenta problemas históricos relacionados a ocupações desordenadas, principalmente em áreas periféricas decorrentes

do crescimento da população local que não foi acompanhada dos investimentos necessários em obras de saneamento básico e organização do solo urbano. No caso do município de Belém que é cortado por 14 (catorze) Bacias Hidrográficas e margeada por canais de drenagem, o crescimento irregular mencionados, contribuiu para o surgimento de moradias precárias com acesso por meio de pontes de madeira ou até mesmo construções em cima de canais comprometendo a funcionalidade ou a vazão das águas do rio e das chuvas, provocando alagamentos frequentes, bem como, a proliferação de doenças de veiculação hídrica, expondo os moradores destas localidades a sérios problemas de saúde.

A Bacia da Estrada Nova é a quinta maior bacia hidrográfica da cidade, com extensão aproximada de 9,54 km², possuindo 72,70% de sua área constituída por áreas inundáveis (Belém, 2007 *apud* Leão:2014). Está dividida hidrograficamente em quatro Sub-bacias, didaticamente distribuídas da seguinte maneira:

Sub-bacia 1: Corresponde ao Canal da Estrada Nova, conhecido também como Canal da Av. Bernardo Sayão entre Rua Veiga Cabral e Rua Engenheiro Fernando Guilhon, e Canais da Caripunas e Timbiras no bairro do Jurunas;

Sub-bacia 2: Canal da Av. Bernardo Sayão, entre Rua Engenheiro Fernando Guilhon e Passagem Cabo Leão no bairro da Condor, além dos Canais da Travessa Quintino Bocaiúva, Av. Generalíssimo Deodoro e Travessa Dr. Moraes no bairro da Cremação;

Sub-bacia 3: Canal da Av. Bernardo Sayão, entre Passagem Cabo Leão e Av. José Bonifácio no bairro do Guamá e Canal da Travessa três de maio no bairro da Cremação;

Sub-Bacia 4: Canal da Av. Bernardo Sayão, entre a Av. José Bonifácio e Rua Augusto Corrêa no bairro do Guamá.

Figura 1: Bacia Hidrográfica da Estrada Nova e suas divisões em Sub-bacias



Fonte: Estudo de Impacto Ambiental - PROMABEN, 2007.

Demonstra-se a importância no território da cidade de Belém como a segunda maior bacia hidrográfica em concentração populacional no município. Tem como fatores determinantes de sua ocupação as proximidades dos principais eixos hidroviários de acesso à cidade – o rio Guamá e a baía de Guajará. Nas análises iniciais do Programa indicam que essa área apresentava população total de 220.150 habitantes, parte dela assentada em área alagada e/ou de risco (PER 2011, p.11-12). A Prefeitura Municipal de Belém – PMB se propondo resolver os problemas de ordem ambiental, urbanístico e social firmou contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID no ano de 2009, para efetivar operação de crédito voltada para a execução do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN.

Até a assinatura do contrato foram necessárias etapas importantes que tiveram início no ano de 2005 com a PMB elaborando uma Carta consulta a ser direcionada ao BID. Em 2006, após análise, o Ministério do Planejamento recomendou ao BID a implantação do PROMABEN. No ano 2007 há o Cadastramento socioeconômico das 04 Sub-bacias; Elaboração do Estudo de Impactos Ambientais – EIA; Relatório de Impactos ao Meio Ambiente – RIMA e Audiência pública.

No ano de 2008 o Programa é aprovado pelo Diretório do BID e neste ano, após o diagnóstico socioeconômico e ambiental das quatro Sub-bacias, iniciou o planejamento estrutural do Programa que estabeleceu o Marco Lógico voltado ao atendimento de 1.100 famílias para remanejamento, 150 reassentamentos de atividades comerciais, 300 reassentamentos de famílias, 49 regularizações de imóveis residenciais e negócios (PMB, Contr. 1998/09 OC-BR).

No ano de 2009 foram construídos os Instrumentos de Gestão do PROMABEN, sendo: Regulamento Operacional do Programa – ROP; Plano Diretor de Relocalização de População e Atividades Econômicas – PDR; Plano Específico de Reassentamento – PER; Programa de Participação Comunitária – PPC; Programa de Comunicação Social – PCS e Programa de Educação Ambiental e Sanitária – PEAS, de acordo com as exigências e normas do BID.

Bem como, neste ano, houve a assinatura do Contrato de empréstimo 1998/OC-BR, inicialmente previsto com custo total do Programa equivalente a US\$ 137.500.000,00 (cento e trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares), dos quais o Banco financia montante equivalente a US\$ 68.750.000,00 (sessenta e oito milhões e setecentos e cinquenta mil dólares) a débito do Mecanismo Unimonetário dos recursos do Capital Ordinário. Os recursos de contrapartidas, no montante equivalente a US\$ 68.750.000,00 (sessenta e oito milhões e setecentos e cinquenta mil dólares), provisão do Município de Belém (PMB, Contr. 1998/09 OC-BR).

No entanto, o empréstimo junto ao BID foi direcionado para ser investido na Sub-bacia 1 da Bacia da Estrada Nova. Considerando um novo Marco Lógico com 355 famílias remanejadas; 110 reassentamentos de atividades comerciais; 142 reassentamentos de famílias; 450 regularizações de negócios e de imóveis residenciais (PER, 2011).

De acordo com documento de Síntese do PROMABEN I (PMB, 2014), objetivo geral do Programa consiste em contribuir para resolver os problemas sócio-ambientais que afetam os habitantes da bacia da Estrada Nova de Belém, no Estado do Pará. O Programa é dividido em quatro componentes, sendo eles:

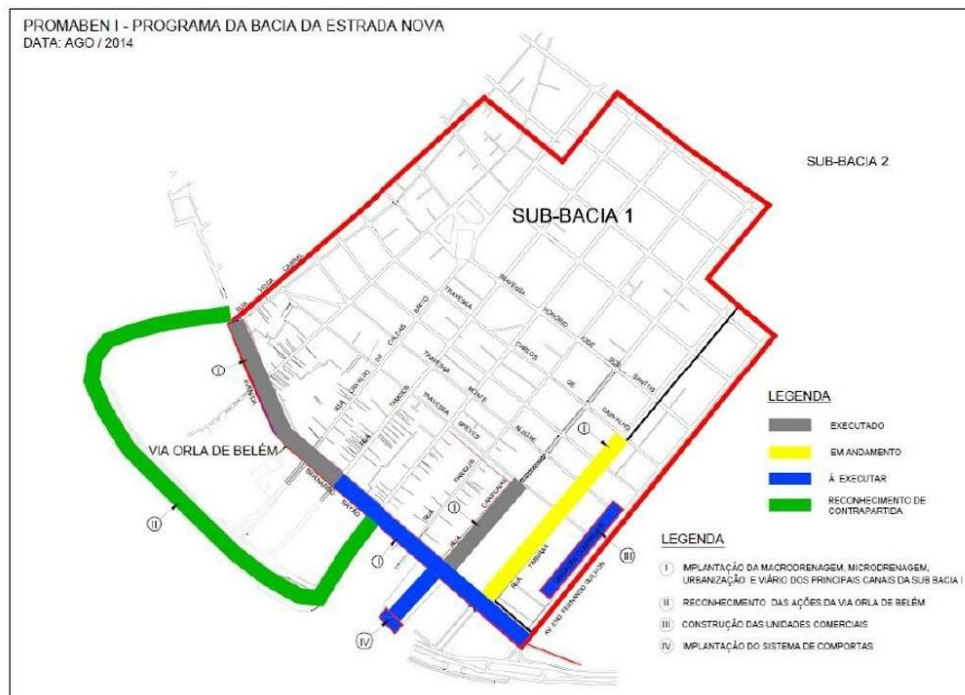
Melhoria da drenagem urbana: Contempla a construção de sistemas de drenagem de águas pluviais. Neste caso há o subcomponente *Reordenamento Urbano e Reassentamento* que inclui soluções habitacionais para a população diretamente afetada pelas obras do Programa. Além de reassentamentos, prevê-se a regularização das propriedades localizadas nas margens e nos próprios canais e a adoção de serviços básicos urbanos para atender a população;

Infraestrutura sanitária: Corresponde aos investimentos nos serviços de abastecimento e coleta de esgotos da Sub-bacia 1 e das populações reassentadas;

Infraestrutura viária: inclui a construção de ruas e avenidas ao longo dos canais de drenagem;

Sustentabilidade sócio e institucional: Deverá contribuir para a melhoria da capacidade operativa e de gestão das instituições envolvidas, bem como da participação efetiva da comunidade no estabelecimento de condições necessárias à sustentabilidade das ações incluídas no Programa. É composto por quatro subcomponentes: Participação Comunitária, Comunicação Social, Educação Ambiental e Sanitária e Desenvolvimento Institucional.

Figura 2: Projeto Executivo (Sub-bacia 1) da Bacia da Estrada Nova



Fonte: Síntese do PROMABEN I (PMB, 2014).

No que se refere ao subcomponente *Reordenamento Urbano e Reassentamento*, consta no documento de (PDR, 2009) que em caso de permuta da moradia afetada por moradia em núcleos habitacionais construídos pelo poder público obedecerá aos critérios:

1) Tamanho: Cada núcleo com no máximo 50 unidades residenciais;

2) Localização: A escolha do terreno a serem construídos os núcleos será resultante de uma negociação entre a população e a PMB.

Foram apresentadas, também, alternativas de realocação de famílias, sendo estas:

- Conjunto Habitacional na área da Estrada Nova – Sub II (área do residencial Aloísio Chaves – Tv. Quintino Bocaiúva entre Tv. Honório José dos Santos e Bernardo Sayão)⁵, em que a PMB assumiria o ônus do financiamento imobiliário junto a Caixa Econômica Federal – CEF, com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS para a construção do referido núcleo habitacional.

- Conjunto Habitacional na área da Estrada Nova – Sub I (Vila Manteiga), localizado na Av. Bernardo Sayão entre Tv. Timbiras e Tv. Caripunas⁶.

⁵ “Será construído em terreno localizado na Av. Bernardo Sayão, à margem do Canal da Quintino, em área próxima ao empreendimento, numa área de 7,55 ha., estando previsto a construção de 16 blocos de apartamentos de 02 pavimentos, com 04 unidades por andar, totalizando 128 unidades residenciais, com área construída por unidade-tipo de 42m², com escada externa, evitando a formalização de condomínio” (PDR 2009).

⁶ “Serão construídas 816 unidades habitacionais no total. O projeto prevê além da construção das unidades habitacionais, alguns equipamentos comunitários, como: 1) 01 Praça pública com área de lazer (playground) com brinquedos; 2) Quadra

Figura 3: Alternativas de realocização para as famílias afetadas



Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2012. Adaptado pelos autores (2024).

Quanto à reposição de atividades econômicas, há o registro de que as atividades econômicas desenvolvidas junto às moradias teriam tratativas de reassentamento sob duas perspectivas “(i) quando for feita escolha de reposição de moradia em núcleo habitacional, será previsto local para reinstalação da atividade, seja na própria residência ou em área comercial do núcleo habitacional. Uma ou outra possibilidade será discutida com as famílias durante a fase de preparação dos núcleos habitacionais” (PDR, 2009).

Para atividades exclusivamente comerciais e ou serviços a serem remanejados, foi proposto dentre outras soluções: transferência do negócio para locais especialmente criados para receber atividades econômicas.

No ano de 2010, iniciou as atividades relacionadas ao remanejamento de famílias afetadas diretamente pela execução das obras do PROMABEN I.

Com o objetivo de melhor atender as famílias foi implantado em 2011, na área de intervenção do Programa, o Escritório de Gestão Participativa – EGP, localizado na Travessa de Breves, nº 787, bairro do Jurunas, Belém-PA. Este espaço contou com equipe técnica composta por Assistentes Sociais,

poliesportiva; 3) áreas verdes [...] As habitações serão distribuídas em blocos de dois pavimentos. Essa tipologia permite que se busque adensamento, a partir da verticalização das habitações, sem aumento excessivo dos custos de execução e com aumento da área total de cada lote” (PDR 2009).

Advogado, Engenheiro Civil e Sanitarista. Teve como objetivo atender as famílias diretas e indiretamente afetadas pela execução das obras de macrodrenagem. Estes profissionais foram responsáveis por prestarem informações necessárias referentes ao andamento das obras e dar suporte às tratativas administrativas de desapropriação das benfeitorias. Bem como, acompanhar o processo de mudança das famílias; demolição dos imóveis desapropriados e realizar o monitoramento das áreas destinadas às obras de macrodrenagem, além de desenvolver ações de pré-reassentamento, reassentamento e pós-reassentamento com as famílias diretamente afetadas.

Ainda no ano de 2011 foi necessário realizar uma atualização ou consistência cadastral na Sub-bacia 1 devido o lapso temporal entre o primeiro cadastramento realizado em 2007 e o início das obras. O resultado desta consistência cadastral foi fundamental para a atualização do Plano Específico de Reassentamento – PER que foi aprovado pelo BID. Documento este que orienta os processos de reassentamentos involuntários do Programa, apresentando as soluções aplicáveis em conformidade com as diretrizes do Plano Diretor de Relocalização de População e Atividades Econômicas – PDR baseado na OP 710 (Política Operacional) que abrange todo deslocamento físico involuntário de pessoas causado por um Projeto do BID.

No que se refere a este Subcomponente Reordenamento Urbano e Reassentamento de famílias e negócios, de fato, houve efetividade em Conjunto Habitacional Comandante Cabano Antônio Vinagre, localizado em bairro afastado do raio de obras do Programa. Apresenta seguinte estrutura: 126 unidades habitacionais com 42m² cada, distribuídas em 10 blocos de apartamentos, sendo que 03 blocos possuem 06 unidades (02 cada) disponibilizadas para famílias com PCD e Idosos; 17 lojas (pontos comerciais) e 36 vagas de garagem.

Desta maneira, no ano de 2012 foram destinadas 115 unidades habitacionais às famílias remanejadas em decorrência da execução das obras do PROMABEN. No mês de junho de 2012 iniciou o reassentamento de 86 famílias no Conjunto Habitacional Comandante Cabano Antônio Vinagre, localizado na Av. Almirante Barroso, nº 2730, bairro do Curió Utinga, Belém-PA, distante aproximadamente 8 km da área de remanejamento das famílias e, até junho de 2016 chegou ao quantitativo de 105 famílias (Oliveira & Santana, 2018; Tavares, 2019). Estas, que estavam até então recebendo auxílio moradia no aguardo da entrega das moradias definitivas. Este reassentamento foi realizado mediante alternativa de reposição de moradias às famílias, haja vista que, os núcleos habitacionais a serem construídos em terrenos próximos às áreas de remanejamento não foram concretizados.

O Conjunto Habitacional foi construído com recursos do Governo Federal, por meio do Programa Morar Melhor, gerido pela Caixa Econômica Federal. A Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB foi o órgão responsável pela construção do Conjunto Habitacional que através de um Termo de

Cooperação Técnica repassou as unidades habitacionais ao PROMABEN. Segue abaixo, dados gerais do quantitativo do reassentamento relacionado à primeira etapa do Programa.

Tabela 1: Síntese do reassentamento PROMABEN I

METAS PREVISTAS REASSENTAMENTO	REASSENTAMENTO TOTAL - PROMABEN I	REASSENTAMENTO CONJUNTO HABITACIONAL
355 Famílias	269 Famílias ⁷	105 Famílias ⁸

Fonte: Adaptado pelos autores, 2024.

Segundo consta no site do Programa, o custo total do PROMABEN em sua primeira etapa foi orçada em US\$ 145.871.000,00, sendo US\$ 77.121.000,00 de recursos próprios da Prefeitura e US\$ 68.750.000,00 de financiamento do BID. Nessa primeira etapa foram executados 100% dos recursos do BID, com pendências nos recursos de contrapartida local⁹. Concluindo esse breve histórico, segue abaixo a linha do Tempo do Programa.



Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2012. Adaptado pelos autores (2024).

⁷ Síntese do PROMABEN I (PMB, 2014) considerando o total de famílias afetadas diretamente, conforme concepção de reassentamento involuntário estabelecido na OP 710 que é a política que abrange todo deslocamento físico involuntário de pessoas causado por um projeto do BID.

⁸ Referência de reassentamento até o período de junho de 2016 (Oliveira & Santana, 2018; Tavares, 2019) para o Conjunto Habitacional Comandante Cabano Antônio Vinagre.

⁹ Fonte disponível no site do Programa vinculado da Prefeitura Municipal de Belém (<http://promaben.belem.pa.gov.br/institucional/historico/>, acesso em 25/03/2024).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS DA PESQUISA

No entendimento deste aparato institucional e o percurso de implementação do Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova - PROMABEN I, em uma das principais cidades da região amazônica brasileira, que ensejamos realizar este trabalho fundamentado em revisão sistemática da literatura científica nacional sobre o tema *Reassentamento Involuntário*, cuja base empírica para a análise foram os resultados de levantamento bibliográfico - estado da arte¹⁰, realizado nas plataformas digitais da *Scientific Electronic Library Online - SciELO Brazil e Base de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES*.

Teve por objeto de análise a produção científica indexada nesses periódicos e delimitada às publicações nas universidades da região Norte do Brasil, Universidade Federal do Pará e Universidade Federal do Amazonas. A partir dessa aproximação preliminar desejamos apresentar mapeamento das pesquisas científicas produzidas sobre esta temática na Amazônia brasileira e os principais resultados que estes chegaram adotando como recorte temporal de 2012 a 2023.

De maneira que a pesquisa para elaboração deste artigo optou pela abordagem da ecologia política, com ênfase quantitativa, alinhada ao protocolo que norteou a metodologia desta etapa estabelecida por critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos e os descritores utilizados: área de avaliação (Interdisciplinar), área de conhecimento (Meio Ambiente e Agrárias), grande área de conhecimento (Multidisciplinar), tipos de documentos (Teses e Dissertações), assim como, as palavras-chave utilizadas no levantamento das produções de periódicos (Planejamento Urbano, Cidades Amazônicas, Saneamento, Reassentamento Involuntário, PROMABEN I), conforme demonstrado no quadro abaixo com dados levantados nas plataformas de publicações.

Quadro 1: Número de referências selecionadas, com base nos dados pesquisados pelos autores, 2024.

Base de Dados	Artigos, Teses e Dissertações relacionados encontrados	Temática Central reassentamento
SCIELO	429	1
CAPES	2633	2

¹⁰ “Pesquisas conhecidas pela denominação estado da arte ou estado do conhecimento. Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado” (Figueiredo, *et al*; 2023).

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: similaridade temática com o objetivo da pesquisa; idioma português; pesquisas que utilizam método qualitativo e/ou documental; inclusão do termo “Planejamento Urbano”, “Cidades Amazônicas”; “Saneamento”, “Reassentamento Involuntário” e “PROMABEN I” palavras-chave informadas. Os critérios de exclusão foram: ausência de similaridade temática; recorte temporal; divergência de método qualitativo e/ou documental; artigos repetidos; todos os trabalhos que não são da área de conhecimento: Planejamento Urbano e Regional. Também considerando que todos os critérios descritos seguem a lista publicada pela Capes e SciELO, bem como, respectivas instituições de ensino superior delimitadas nesta pesquisa.

Por meio da busca, inicialmente, considerando as palavras-chaves estabelecidas foram rastreados mais de 3.000 trabalhos totais, de forma independente por dois pesquisadores. Com a aplicação dos critérios os números foram expressivamente reduzidos para 04, sendo 03 artigos e 01 dissertação de mestrado, considerando textos completos de trabalhos selecionados. Ressalta-se que estes trabalhos foram desenvolvidos em programas de pós-graduação nas instituições de ensino superior definidas para esta pesquisa e localizadas na região Norte do país, e variam no período de 2012 a 2023.

4. REFLEXÕES SOBRE PROMABEN I: IMPACTOS DO REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

Na clareza quanto ao descritor das palavras-chaves vinculadas à temática central do *reassentamento* mapeou-se trabalhos que analisam o Programa e seu desenho de ideário do capital e são aqui referendados para compreender sobre esse modelo de gestão desenvolvido (Santana, 2012), em que o agente financiador potencializa modelo de gestão pautado em aparente preocupação com a pobreza e meio ambiente, e, no caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, prioriza contraditoriamente os setores de projetos de infraestrutura física da cidade e projeto econômico que se interligam ao tema da integração regional.

Santana, Joana Valente. Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promabem em Belém, Pará. Revista em Pauta, 2012.
--

UFPA Artigo

Fonte: Plataforma SciELO. Elaboração dos autores (2024).

De maneira que, atentos às decisões institucionais, no tocante ao reassentamento das famílias pelo Programa têm-se as propostas de realocização a priori planejadas (ver Figura 3) não efetivadas, entretanto, manteve-se o remanejamento destes moradores no ensejo de garantir o avanço da

execução das obras de macrodrenagem, mesmo que representa-se a permanência da população diretamente afetada em medidas transitórias de auxílio e aguardando quanto a definição do empreendimento habitacional.

Para viabilizar as ações de reassentamento, considerando os normativos estabelecidos pelo agente financeiro, observa-se que no período próximo à transição de gestão municipal configurado por tensões e arranjos institucionais (Acselrad, 2010) o Programa desencadeou deliberações em caráter excepcional para tratar com as famílias envolvidas nos processos de desapropriação. No contexto de grandes incertezas (Oliveira & Santana, 2018) de quando e para onde seriam reassentadas, estes moradores aceitam ser transferidos para apartamentos distantes dos seus locais de origem (ver Figura 4).

Oliveira, Aricarla Batista de & Santana, Joana Valente. **Impactos socioeconômicos do reassentamento de famílias pelo Promaben em Belém (Pa)**. Revista Katálysis, 2018.

UFPA
Artigo

Fonte: Plataforma Periódicos CAPES. Elaboração dos autores (2024).

Tavares, Angelo Cezar Pinho. **Estudo de Caso sobre os Impactos Socioeconômicos de Reassentamento Involuntário sobre as Famílias Atingidas pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada-Nova (PROMABEN I), Belém-Pa**. Plataforma Sucupira, 2020.

UFPA
Dissertação

Fonte: Banco de Teses e Dissertações CAPES. Elaboração dos autores (2024).

Os impactos do reassentamento involuntário, no PROMABEN I, se iniciaram desde o processo de mudança (traslado) das famílias para o Habitacional Comandante Cabano Antônio Vinagre, visto diferentes situações decorridas para a adaptação ao tamanho (metro quadrado), da nova residência. Em que surgem: a decisão forçada da escolha da quantidade de objetos e bens móveis necessários; à opção pessoal de poucos objetos e bens móveis na nova moradia, quanto ao anseio de recomeço no novo local de moradia, dentre outras situações. Diante disso, ainda existe o fato da adequação à nova estrutura do residencial, construído dentro de um espaço limitado e compartilhado, o que difere do antigo território de ocupação.

[...] insuficiência no tamanho e no número de cômodos e falta de quintal e áreas para expandir a casa, o que era importante na residência anterior, posto que as famílias construíram novos cômodos para abrigar os membros da família (Oliveira e Santana, 2018, p.263).

Segundo Oliveira e Santana (2018), os impactos se estenderam na vida das famílias reassentadas em diferentes aspectos: nas condições de trabalho e renda, especificamente, das famílias que mantinham atividades comerciais em suas antigas residências, fato este, devido o novo local de moradia não possuir espaço disponível e ou adequado para prática de atividade econômica. Na renda financeira houve modificações na faixa salarial, de forma negativa, na queda da renda familiar, obrigando a implementação de estratégias de renda para o custeio da nova condição de vida. Concomitantemente, soma-se a elevação dos gastos no pagamento de taxas de energia elétrica e água. Diante disso, surge a desarticulação no campo do trabalho e na estratégia de sobrevivência das famílias.

Como bem reforça Santos (2005) quanto aos circuitos da economia urbana e a distinção entre as populações ao tratar que “[...] estas diferenças são, ambas, causa e efeito da existência, isto é, da criação ou manutenção, nestas cidades, de dois sistemas de fluxo que afetam a fabricação, a distribuição e o consumo de bens e serviços” e que ganham nas configurações do território da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova um traçado delineado pela gestão institucional municipal que reflete essa fragmentação e dicotomia em sub-bacias com desdobramentos em saídas compulsórias de seu território pela população vulnerável, com afastamento de suas redes de relações interpessoais, moradia e instalações de atividades econômicas.

Figura 4: Localização definitiva de reassentamento das famílias

Fonte:



Prefeitura Municipal de Belém, 2012. Adaptado pelos autores (2024).



A proposta de transferência de moradia via reassentamento involuntário implica, simultaneamente, no impacto psicológico e emocional das famílias diretamente afetadas, em virtude do vínculo de pertencimento ao território, visto o longo período de tempo residindo no mesmo local, além da insegurança quanto aos critérios adotados pelo Programa para a desocupação da área e apreensão pela aquisição da nova moradia definitiva. Fato este, por se tratar de uma remoção imposta, ou seja, não planejada por livre e espontânea opção.

Portanto, tais ações podem gerar graves impactos às pessoas deslocadas, resultando em traumas de longo prazo e efeitos sobre vários aspectos dos direitos humanos, como direito à integridade física, à alimentação e à saúde física. Assim, as remoções forçadas podem ser consideradas ilegais quando realizadas com o uso da força ou da violência (Tavares, 2019, p.22).

Por outro lado, a comunidade local anseia se beneficiar dos serviços de infraestrutura urbana, não se opondo às medidas necessárias para o desenrolar do processo, visto que tem consciência da possível desocupação da área, especificamente, às famílias diretamente afetadas. No entanto, nutrem a expectativa de que o Programa atue com ações mitigadoras dos impactos e danos que venham a afetar a vida socioespacial.

5. NOTAS SOBRE PROMABEN I: DESAFIOS PÓS-REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

O pós-reassentamento involuntário das famílias por meio do PROMABEN I para o Residencial Comandante Cabano Antônio Vinagre (Tavares, 2020; Oliveira e Santana, 2018) desencadeou diversos desafios para as famílias reassentadas, visto as mudanças socioeconômicas, culturais e

territoriais. Na nova moradia as famílias precisaram realizar o pagamento de taxas de energia elétrica, abastecimento de água, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e os demais gastos com o custo de vida.

Deste modo, ocasionando um desequilíbrio financeiro, visto que a maioria das famílias possuem vulnerabilidade socioeconômica, fato que, possibilita o fomento de um ambiente desfavorável e propulsor a descontinuidade de permanência na nova moradia. Porém, quanto ao Residencial Comandante Cabano Antônio Vinagre não houve a confirmação da venda de apartamentos, durante o PROMABEN I.

A relação de convivência e os conflitos de vizinhança em decorrência de diversas questões tais como: poluição sonora, falta de limpeza e o despejo irregular de resíduos sólidos em áreas compartilhadas, a circulação de animais domésticos nos apartamentos de vizinhos, dentre outras problemáticas, que incitam na desarmonia das relações sociais, em vista da nova adequação organizacional resultante dos espaços coletivos no residencial.

Na possibilidade de uma adequada estimativa dos efeitos sociais implicados, com propósito de convertê-los em atividades que fomentem uma dimensão técnico-operativa exigente nesses programas, considerando as relações sociais no espaço das cidades amazônicas em suas multi-sócio-diversidade que no contexto de globalização na região tem sido efetuada sob a forma de nexos seletivos que não integram a totalidade dos sistemas de ações regionais (Santos, 2005; Figueiredo *et al*, 2023), de modo que, as ações relacionadas estejam adequadas às necessidades e à realidade local, estimule a plena apropriação pelas famílias assistidas pelo Programa.

Assim, reconhecendo sua relevância para o município de Belém do Pará como um programa em execução com mais de quinze anos, e, ainda na sua segunda etapa¹¹. Torna-se, portanto, premente analisar seus impactos que ressoam como desafios em mais de dez anos do reassentamento das famílias pelo PROMABEN I. Compreendendo que há um extremo processo de alteração do cotidiano das famílias que passam pelo reassentamento involuntário, sendo necessário potencializar discussões sobre os mecanismos de intervenção das comunidades a serem realocadas durante todo este processo, a fim de que se busque efetiva cidadania nas diversas condições de vivência destes, dos seus laços sociais e comunitários envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento urbano tem sido aplicado como instrumento de gestão territorial e de governabilidade. Com o amparo do capital globalizado e com a justificativa do planejar e produzir novos territórios que atendam as demandas da população com melhoria das condições de saneamento e moradia a produção dos novos territórios afetam diretamente as frações da classe trabalhadora no que tange a renda, trabalho, serviços e rompimento do tecido cultural dessas comunidades. Importa destacar que na Amazônia desde que se deu o processo de acumulação de capital, a região enfrenta conflitos por disputa de terra, desmatamento, dizimação de comunidades

¹¹ “A segunda etapa do Programa (PROMABEN II) começou em novembro de 2019 com o início das obras de saneamento e urbanização nos bairros do Jurunas e Cidade Velha (sub bacia 1)”. Fonte: Disponível no site em PMB (<https://promaben.belem.pa.gov.br/subcoordacao-social/promaben-ii-programa-de-saneamento-da-bacia-da-estrada-nova/>, acesso em 02/03/2024).

indígenas, ribeirinhos e trabalhadores rurais, pois na Amazônia terra é trabalho e essa disputa por terra é geradora de grandes conflitos, e foi desta forma por meio também de conflitos que a urbanização foi sendo feita.

Para Oliveira & Santana (2018), o planejamento urbano da cidade de Belém oferece pressão para a população que reside na área urbana sendo que para fins de renovação e embelezamento urbano são essas áreas que recebem os projetos de saneamento. Assim o reassentamento involuntário na cidade de Belém executado pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova - PROMABEN I no ano de 2012 foi um processo oneroso para as famílias, embora faça parte da política do agente financiador evitar o risco de empobrecimento das famílias que estão no raio de obras. Segundo Tavares (2018), as famílias reassentadas sob esta égide no Conjunto Habitacional não tiveram essa prerrogativa assegurada já que o custo de vida das famílias reassentadas aumentou consideravelmente, forçando inclusive o deslocamento dos moradores para o bairro de origem em busca de garantir sua segurança alimentar.

Em relação às famílias que foram indenizadas e comerciantes que atuavam na área na época do reassentamento, não foram encontrados dados de pesquisa sobre esta outra população que também sofreu os impactos da execução do projeto.

Contudo, observa-se que os projetos urbanísticos em sua maioria podem aprofundar os efeitos de segregação de classes, e novamente podem facilmente reproduzir a cidade formal e informal pois continuam a cumprir as agendas do capital, desconsiderando o histórico do local, laços familiares, rede de apoio, vizinhança, manifestação cultural e com toda a história das famílias que precisam ser remanejadas para a execução do projeto.

Desta forma, o cenário adverso apresentado é desafiador para os profissionais que atuaram e/ou atuam no Programa, em especial, os assistentes sociais que buscam consolidar projetos coletivos e estratégias onde a participação da comunidade se torne fundamental e essencial para que haja o estudo e adaptação do projeto a realidade local das pessoas e não ao contrário, objetivando a garantia dos direitos às famílias remanejadas involuntariamente .

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **A Sustentabilidade das Cidades e os Conflitos Ambientais Urbanos**. In: GOMES, Maria de Fátima. C. M; BARBOSA, Maria José.S. (org.) **Cidade e Sustentabilidade: mecanismos de controle e resistência**. Rio de Janeiro: Terra Vermelha,2010.p.295-304.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Reassentamento involuntário: Política operacional e documento de antecedentes**. Washington D.C., EUA: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1998.

BANCO MUNDIAL. **Manual de Operações**. Diretriz Operacional.1990 OD 4.30

BID. **Política Operacional OP-710**. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt-br/quem-somos/estrategia-institucional/politicas-setoriais-e-documentos-de-estrutura-setorial>. Acesso em 10/12/2023.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria n. 317/2013 de 18 de julho de 2013**. Deslocamento Involuntário. Diário Oficial da União: Seção I, 19 de julho de 2013.

FERNANDES, Lenise. L. **Sustentabilidade Urbana: considerações sobre o lugar da dimensão política no uso desta “nova” proposta no Rio de Janeiro**. In:GOMES, Maria de Fátima. C. M; BARBOSA, Maria José.S. (org.)

Cidade e Sustentabilidade: mecanismos de controle e resistência. Rio de Janeiro: Terra Vermelha,2010.p.277-293.

FIGUEIREDO, Jheninffer et al. **Dimensão Técnico-Operativa na Formação Profissional de Assistentes Sociais.** Argumentum (Vitória, Espírito Santo, Brazil) 15.2 (2023): 138–148. Print.

FRANÇA, Bruno. A; GONÇALVES,Rafael. S. **Entre o muro e a remoção: meio ambiente e favelas no Rio de Janeiro.** In:GOMES, Maria de Fátima. C. M; BARBOSA, Maria José.S. (org.) **Cidade e Sustentabilidade:** mecanismos de controle e resistência. Rio de Janeiro: Terra Vermelha,2010.p.261-276.

OLIVEIRA, Aricarla. B; SANTANA, Joana. V. **Impactos socioeconômicos do reassentamento de famílias pelo Promaben em Belém (PA).** Revista Em Pauta. Rio de Janeiro, n. 41, v.16,p.256-271, 1º Semestre de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Contrato 1998 OC BR III.** Disponível em https://promaben.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Contrato_1998_OC_BR_III.pdf. Acesso em 20/12/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Plano Diretor de Relocalização de População e Atividades Econômicas – PDR.** <https://promaben.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Plano-Diretor-de-Relocalizacao-de-Populacao-e-Atividades-Economicas-PDR.pdf>. Acesso em 21/12/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Plano Específico de Reassentamento – PER,** 2011. Disponível em: https://promaben.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/PER_11_09_11_APROVADO.pdf. Acesso em 21/12/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Programa de Recuperação Urbano-Ambiental da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova:** Estudos de Impacto Ambiental (EIA) - Memorial Descritivo/Tomo 01/03. Belém, 2007. Disponível em: https://promaben.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/SA_PR109_06_TX_26_002_A.pdf. Acesso em 21/12/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Síntese do PROMABEN I.** Disponível em: https://promaben.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Sintese_Promaben_I_set.2014.pdf. Acesso em 21/12/2023.

SANTANA, Joana Valente. **Desenho ideológico do BID:** modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará. Revista em Pauta, 2012.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo:Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda,1993.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo:EDUSP, 2005.

TAVARES, Angelo P. C. Projeto Científico de Mestrado. **Estudo de Caso sobre os impactos socioeconômicos de reassentamento involuntário sobre as famílias atingidas pelo Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN I).** Universidade Federal do Pará – UFPA .BELÉM-PA, 2019.

WORLD BANK – Banco Mundial. **Manual Operacional 4.12 – Reassentamento Involuntario (OP 4.12, Involuntary Resettlement).** Disponível em: http://www.der.sp.gov.br/WebSite/Arquivos/BancoMundial/Politica/ReassentamentoInvoluntario/Reassentamento_Involuntario.pdf. Acesso em 28/03/2024.



GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latinoamericanas

**ENTRE O PRECÁRIO E O INSUSTENTÁVEL: DISCURSOS DE SUSTENTABILIDADE
EM PROJETOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO
DO CRESCIMENTO EM BELÉM (PA)**MARLON D'OLIVEIRA CASTRO¹(EA-UFPA),

RESUMO: O artigo discute a presença dos discursos de sustentabilidade no contexto da produção do espaço urbano através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), especificamente na linha de Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), que envolve remoção e reassentamento de famílias em situação de risco socioambiental. Os objetivos da pesquisa incluem analisar como o Estado utiliza os discursos de sustentabilidade urbana, investigar os impactos da mudança de residência nas famílias afetadas, explorar a relação entre os discursos de sustentabilidade e o conceito brasileiro de habitação de interesse social, e examinar como esses discursos são aplicados nos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS) do PAC. O estudo se baseou em uma abordagem qualitativa, apoiada no materialismo histórico-dialético, utilizando quatro estudos de caso de intervenções do PAC em comunidades vulneráveis ambiental e socialmente na Região Metropolitana de Belém. A análise, feita com base na Análise do Discurso e em duas categorias-chave de análise do cotidiano (lazer e trabalho), revelou um distanciamento entre a implementação da política e os objetivos de sustentabilidade ambiental, social e econômica. Os conjuntos habitacionais periféricos criados pelo programa demonstraram fragilidades conceituais na abordagem da sustentabilidade, ignorando as necessidades e práticas cotidianas das famílias atingidas. Isso resultou em espaços produzidos de maneira abstrata, desconectados da realidade socioeconômica e dos direitos à cidade, sendo interpretados como (in)sustentáveis do ponto de vista socioambiental.

Palavras-chaves: discursos de sustentabilidade, Programa de Aceleração do Crescimento, lazer, trabalho e Projetos de Trabalho Técnico Social.

INTRODUÇÃO

Muitas vezes, as abordagens sobre sustentabilidade levantam controvérsias e são ambíguas ou carentes de significado. Por um lado, as cidades são vistas como objetos que podem ser tecnificados, reduzindo assim seu consumo de energia e fluxos. Por outro lado, são consideradas meras zonas de reprodução social do capital e de suas estruturas, aparentemente desconectadas do bem-estar humano.

O conceito de desenvolvimento sustentável no contexto urbano busca conciliar essas relações. No entanto, ao longo das últimas três décadas, ele se consolidou intimamente ligado a uma forma hegemônica de pensar a sociedade e a natureza, ignorando as determinantes históricas do processo produtivo capitalista. Assim, tornou-se predominantemente uma ideologia que busca unificar os interesses dos trabalhadores, empresários e do Estado em torno da defesa de uma suposta sustentabilidade ambiental, social e econômica.

¹ Coordenação de Pesquisa e Extensão, Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará, UFPA, BRASIL. Email: marloncastro@ufpa.br.

No contexto da produção do espaço urbano, o conceito de sustentabilidade tem sido explorado tanto na perspectiva da cidade como uma entidade tecno-material e eficientemente ecoenergética, quanto na compreensão de seu papel na qualidade de vida e na legitimação das políticas públicas (ACSELRAD, 2009). No entanto, a dimensão humana desse conceito frequentemente tem sido negligenciada nas análises, que se baseiam principalmente em elementos físicos e indicadores socioeconômicos. Quando se trata de políticas habitacionais, observa-se que a sustentabilidade é amplamente divulgada, com certificações e projetos de trabalho técnico-social que supostamente garantem a sustentabilidade desde o planejamento até a ocupação pós-construção. No entanto, tais garantias não asseguram, por si só, a conexão entre a intervenção, as necessidades da população atendida e a cidade.

O presente artigo tem como propósito principal: a) identificar as diferentes abordagens da questão ambiental com base em estudos que relacionam os temas ambientais e urbanos, traçando um panorama sobre a evolução do conceito de sustentabilidade e seu impacto nas cidades; e b) analisar a presença discursiva das ideias de sustentabilidade na implementação de projetos habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na cidade de Belém, no estado do Pará. Especificamente, aborda-se a produção do espaço intraurbano por meio de intervenções habitacionais voltadas para o reassentamento de famílias em áreas social e ambientalmente vulneráveis, desenvolvidas em parceria entre o governo estadual, municipal e federal, por meio do PAC.

Utilizando uma metodologia qualitativa embasada no materialismo histórico-dialético, realizou-se um estudo de caso das intervenções do PAC, com foco em projetos habitacionais destinados ao reassentamento de famílias que viviam em áreas vulneráveis ambiental e socialmente na Comunidade Taboquinha (conjuntos Verequete, Mestre Cardoso e Cruzeiro), localizados no Distrito de Icoaraci, em Belém.

O artigo evidencia as contradições na implementação das políticas habitacionais durante o processo de reassentamento das famílias, bem como a emergência de problemas relacionados à integração dessas comunidades na malha urbana. Essas questões revelam a distância entre o que poderia ser considerado como sustentabilidade urbana ou a criação de um espaço que legitime as políticas urbanas (ACSELRAD, 2009), sem levar em conta as lutas sociais das comunidades envolvidas (LEFF, 2009) ou sem estar em consonância com o princípio de que a cidade é um espaço de interação e confirmação de sua função social (SOUZA, 2009).

CIDADES, SUSTENTABILIDADE E (IN)SUSTENTABILIDADES

As cidades podem ser compreendidas de diversas formas, e uma delas é como locais de construção social, onde ocorrem trocas e encontros decorrentes das relações sociais estabelecidas em

um determinado tempo e espaço. Elas se manifestam por meio de obras e espaços de criação e interação, onde se estabelecem centros de atividades, conforme destacado por Lefebvre (2001) e Gottdiener (2010). Dentre essas relações, destacam-se as econômicas, culturais, sociais e humanas, que conferem características específicas a esse ambiente construído.

De acordo com Souza (2009), a cidade pode ser entendida como um espaço de interação que necessariamente deve ter sua base fundamentada em uma função social, um local de aglomeração humana onde as pessoas desempenham atividades das mais diversas, agindo e interagindo entre si, buscando, na medida do possível, uma melhoria em suas qualidades de vida, pressupondo estas, necessariamente, estudos técnicos voltados a tornar eficaz a função social da cidade, procurando compatibilizar os problemas apresentados pela urbe e os anseios de seus habitantes (SOUZA, 2009, p. 59).

O autor defende dois pontos cruciais no debate sobre as contradições urbanas: a melhoria da qualidade de vida e a função social da cidade. Nessa perspectiva, a cidade deveria ser compreendida como um lugar onde a vida é viável, onde o bem-estar é materializado e, conseqüentemente, onde a cidadania pode ser exercida.

No entanto, a análise das contradições espaciais da cidade e do urbano só se torna concreta quando está relacionada ao entendimento do atual modo de produção e ao grau de comprometimento das cidades na reprodução social de um modelo econômico, social e político considerado insustentável. Nesse sentido, a conformação do design espacial urbano, conforme descrito por Lefebvre (2001) como produto das relações sociais concretas e suas contradições, ganha um significado especial, especialmente com a emergência do regime de acumulação flexível, onde a sustentabilidade é vista como uma característica fundamental do novo modo de regulação urbana (ACSELRAD, 2009; GOTTDIENER, 2010).

A partir do conflito entre o viver e o crescer, surgiu a necessidade de que as cidades se tornassem “cidades sustentáveis” devido à reestruturação que o sistema econômico mundial passou nas últimas décadas. No modelo de desenvolvimento urbano sustentável, as questões ambientais foram incorporadas e podem até ser discutidas, desde que não comprometam o desenvolvimento urbano.

Prado (2015) argumenta que o desenvolvimento urbano sustentável não apenas enfrenta conflitos inerentes à tentativa de conciliar as perspectivas das análises e planejamento urbano com aquelas provenientes das disciplinas ambientais, mas também enfrenta contradições presentes na própria ideia de “sustentabilidade” que são evidenciadas no território urbano. Assim, a aplicação do conceito de “desenvolvimento sustentável” aos discursos e práticas relacionados ao fenômeno urbano, na forma de “desenvolvimento urbano sustentável”, amplia as limitações e contradições do termo original (PRADO, 2015, p.92).

A transposição do conceito de sustentabilidade para o contexto urbano não ocorre de maneira confortável. É baseada principalmente na crítica aos rumos do urbanismo em tempos de acumulação flexível e está condicionada à lógica das práticas espaciais resultantes de um modelo desigual de cidades, caracterizado pela diferenciação dos espaços intraurbanos e pela desigualdade social. Características como habitação precária em áreas suscetíveis a inundações e riscos, em regiões com alta vulnerabilidade ambiental e social, problemas de mobilidade e infraestrutura urbana, insegurança e violência, acesso precário a água potável, redução da quantidade e qualidade dos espaços públicos, entre outros, reforçam a compreensão de que a existência dessa materialidade urbana está intrinsecamente ligada à existência de outros espaços privilegiados que possuem infraestrutura adequada, atendendo a uma parcela privilegiada da sociedade (ACSELRAD, 2009).

No entanto, é evidente que a discussão não se concentra na origem dos problemas – a desigualdade social - mas sim em suas consequências mais visíveis. O contexto da globalização econômica tem aprofundado problemas historicamente presentes nas cidades com alta desigualdade social, especialmente em países considerados “em desenvolvimento”, como o Brasil, onde as cidades enfrentam uma série de problemas que não são apenas ambientais, mas principalmente sociais.

Dessa forma, a noção de sustentabilidade está sujeita à racionalidade pragmática, flexível e desigual na produção do espaço. Sua aplicação está condicionada não apenas à questão semântica, mas também ao pragmatismo que a torna evidente como um elemento agregador de valor social e de respeito teórico. Os conceitos de sustentabilidade são apresentados de forma discursiva ou pragmática. O termo “sustentabilidade” tornou-se um slogan usado por partidos políticos, empresas, supermercados, indústrias automotivas, etc., na tentativa de criar familiaridade entre as pessoas e a ideia, servindo mais ao marketing e ao sucesso empresarial do que à redução dos impactos ambientais negativos e às mudanças na produção.

A sustentabilidade urbana prática consiste em tornar a cidade atraente para o capital, tornando-a mais funcional, conservando recursos materiais, de informação e de energia, para permitir o fluxo da acumulação urbana. Por outro lado, a sustentabilidade urbana retórica ou discursiva propõe uma forma de neutralizar a crítica ambientalista introduzindo a variável ambiental nas políticas públicas e no planejamento urbano, a fim de fornecer legitimidade aos planejadores e, em última análise, contribuir para tornar a cidade mais competitiva (ACSELRAD, 2009).

Para Acselrad, existem três representações distintas da cidade que também respondem ao aspecto da valoração da sustentabilidade urbana: a representação tecno-material das cidades, a cidade como espaço de qualidade de vida e a cidade como espaço de legitimação das políticas públicas urbanas.

Na representação tecno-material das cidades, há uma tentativa de articular a base produtiva com modelos de ecoeficiência energética ou “metabolismo urbano”. Em ambas as situações, a cidade é vista a partir do controle de seus estoques e fluxos, principalmente de energia. A alternativa proposta para reduzir os impactos causados pelas práticas urbanas é a adoção de tecnologias limpas, que economizem espaço, matéria e energia, buscando adaptar a produção e a vida urbana por meio da densificação técnica e humana, sendo assim um arranjo dentro da racionalidade econômica. Nesse caso, a sustentabilidade resultaria da redistribuição da pressão técnica das populações e dos recursos sobre a base de recursos ambientais urbanos, levando em consideração a “hipótese do limite da capacidade urbana”. No discurso, são enfatizadas estratégias argumentativas de ordem global, como a introdução de tecnologias urbanas economizadoras de recursos, reciclagem, redistribuição espacial de populações e atividades, redução do consumo per capita, entre outras. A busca pela ecoeficiência é justificada por razões relacionadas ao “urbano” em si, não por razões planetárias, e a ecoeficiência é legitimada como o eixo das estratégias de ação, sendo o mercado seu melhor instrumento (ACSELRAD, 1999).

A cidade, como um espaço de qualidade de vida, surge como uma resposta do ambiente urbano ao modelo de desenvolvimento, especialmente no que diz respeito ao consumo. A crescente artificialidade das cidades impregna cada vez mais os habitantes com substâncias nocivas e tóxicas, impondo um modelo de reprodução nos centros urbanos. As emissões líquidas e gasosas resultantes das tecnologias urbanas são entendidas como uma imposição de consumo forçado de produtos que comprometem a qualidade de vida na cidade.

Segundo Acselrad, a noção de sustentabilidade urbana também pode articular estratégias argumentativas relacionadas à eficiência ecoenergética, autossuficiência e qualidade de vida, considerando a forma urbana como um fator determinante da sustentabilidade. A ideia de uma “cidade compacta” combina atributos como alta densidade e uso misto, com foco na eficiência energética por meio da redução das distâncias percorridas, maximização do transporte público e melhoria da qualidade de vida para os residentes. No contexto geral do desenvolvimento sustentável, o argumento da autossuficiência desafia o livre mercado e a globalização, enquanto, no caso da autossuficiência urbana, busca-se uma maior autonomia energética e econômica das comunidades, em nome do combate ao efeito estufa e aos processos entrópicos.

A cidade também é vista como um espaço de legitimação das políticas públicas urbanas, reconhecendo que a materialidade das cidades é politicamente construída. A reprodução das cidades é vista por Acselrad como dependente das condições que legitimam seus pressupostos políticos. Nessa representação, a ideia de sustentabilidade é aplicada às condições que garantem a reprodução

legítima das políticas urbanas. Discute-se a viabilidade política do crescimento urbano, ou seja, as condições políticas para a construção da base material das cidades.

A falta de sustentabilidade expressa a incapacidade das políticas urbanas em ajustar a oferta de serviços urbanos às demandas sociais em termos de quantidade e qualidade, resultando em um desequilíbrio entre as necessidades diárias da população e os meios de satisfazê-las, assim como entre a demanda por serviços urbanos e os investimentos em redes e infraestrutura. A insustentabilidade, portanto, indica um processo de desestabilização das bases de legitimidade dos responsáveis pelas políticas urbanas, os quais podem ser criticados tanto por sua ineficiência na administração dos recursos públicos quanto por sua falta de disposição em democratizar o acesso aos serviços urbanos (ACSELRAD, 2009).

Para Acsehrad, a erosão da legitimidade das políticas urbanas pode ser atribuída à falta de adesão suficiente à racionalidade econômica, supostamente responsável pelo desperdício dos recursos disponíveis, ou, alternativamente, à ausência de priorização de mecanismos distributivos que garantam o acesso a esses serviços.

O PAC EM BELÉM (PA)

Lançado em 28 de janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é uma iniciativa do governo federal brasileiro que abrange um conjunto de políticas econômicas anticíclicas, com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico do Brasil. Uma das principais prioridades do programa é o investimento em infraestrutura, abrangendo áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outras (AVELAR et al., 2013).

As medidas que compõem o Programa foram divididas em cinco blocos: investimentos em infraestrutura; estímulo ao crédito e financiamento; melhoria do ambiente de investimento; desoneração e aprimoramento do Sistema Tributário Nacional; e ajustes fiscais a longo prazo. No bloco de infraestrutura, os investimentos abrangem três áreas principais: energia, que inclui os setores de petróleo, combustíveis renováveis, gás natural e energia elétrica; social e urbana, com os setores de habitação, saneamento, transporte urbano, recursos hídricos e o programa Luz para Todos; e logística, englobando os setores rodoviário, ferroviário, portuário, hidroviário e aeroportuário.

O PAC desempenha um papel de grande relevância no contexto da chamada Nova Política Habitacional brasileira, implementada a partir da metade dos anos 2000. Isso se deve não apenas ao foco em projetos habitacionais para a faixa de até três salários mínimos, mas também à incorporação de projetos do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS), contratados ou em execução na época de sua criação.

A escolha das ações para a implementação do PAC nos municípios teve um enfoque populacional que abrangia áreas metropolitanas e cidades com uma população superior a 150 mil

habitantes, resultando em um acesso restrito aos recursos para apenas algumas cidades no estado do Pará, incluindo Belém.

No caso de Belém, as demandas habitacionais atendidas pelo PAC foram principalmente aquelas de longa data, relacionadas aos sérios problemas de saneamento do município. No entanto, o progresso foi lento, não apenas em relação aos projetos habitacionais, mas principalmente devido a questões estruturais relacionadas à gestão, como atrasos nos repasses de recursos, descumprimento de prazos estabelecidos e demora na realização de licitações de serviços, entre outros obstáculos.

As obras realizadas com recursos do PAC na Região Metropolitana de Belém (RMB) têm sido predominantemente focadas no setor de infraestrutura urbana, por meio das modalidades PAC - Urbanização de Assentamentos Precários e PAC - Saneamento Integrado. Essas obras envolvem ações de saneamento, habitação, urbanização e regularização fundiária das áreas de intervenção, com o objetivo de melhorar as condições de habitação e o ambiente de saúde em áreas já ocupadas (AVELAR, 2013).

A COMUNIDADE TABOQUINHA (CUBATÃO)

Nos últimos quarenta anos, a área da Comunidade Cubatão tem sido ocupada por grupos de baixa renda devido ao agravamento do processo de urbanização. À medida que mais e mais famílias deixaram o interior do estado em busca de melhores oportunidades de vida na capital, a comunidade seguiu um padrão de consolidação comum nas últimas décadas em Belém. Essa consolidação ocorre principalmente nas periferias próximas aos centros e sub-centros urbanos, especialmente em áreas alagadas ou suscetíveis a alagamentos, situadas abaixo do nível topográfico mais baixo, conhecidas como áreas de “baixada”.

Com base nos dados apresentados e nos estudos realizados pelo IBGE, a área da Comunidade Taboquinha foi classificada como um aglomerado subnormal em 2011. Embora as densidades populacionais por setor censitário (no caso, as quadras) sejam relativamente baixas, indicando inicialmente que os problemas na Comunidade Taboquinha decorrem da falta de medidas de proteção ambiental e soluções habitacionais para as famílias que residem nas margens dos cursos d'água, isso foi considerado justificativa para sua inclusão no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). A Fotografia 01 abaixo destaca uma área de ocupação nas margens do Igarapé:

Figura 1 – Igarapé Tabocal: pequeno curso de rio antropizado com margens repletas de palafitas²



Fonte: PARÁ, 2010.

Na Comunidade, a falta de um sistema de drenagem e rede de esgoto sanitário resultava em um sistema de drenagem improvisado, composto por valas abertas que transportavam águas servidas e poluídas, bem como resíduos e dejetos. Esses resíduos eram lançados diretamente no leito do igarapé, causando uma agressão constante ao meio ambiente. Além disso, parte das habitações consistia em palafitas construídas com madeira branca, em condições precárias de habitabilidade. Essas casas eram interligadas por passarelas ou “estivas” de madeira, sem qualquer proteção lateral ou guarda-corpo. O Mapa 01 a seguir mostra a localização da área de intervenção e seus arredores.

² Lastro feito para passagem sobre alagadiço, com varas ou troncos atravessados, com ou sem amarrilho. Denominação local para pontes de madeira que fazem o papel de calçadas, que se configuram em um tipo de via de penetração, ainda que precária.

Mapa 1 - Polígono de intervenção do PAC Taboquinha



Fonte: IBGE, 2018/ANA, 2016. Elaboração Wellington Fernandes, LAENA/UFPA.

Desde 2008, a Comunidade Taboquinha tem passado por um processo de urbanização como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no eixo UAP. As etapas de melhorias urbanísticas e provisão habitacional já foram concluídas, embora ainda haja ações pendentes relacionadas ao saneamento integrado. A intervenção contou com a participação do Governo Estadual, sendo a Companhia Executiva de Habitação do Estado do Pará (COHAB-PA) responsável pela execução e a Caixa Econômica Federal (CEF) encarregada da fiscalização.

As ações planejadas para a área envolveram a regularização fundiária, serviços de infraestrutura básica (como sistema de drenagem, distribuição de água, saneamento, sistema viário, terraplanagem, pavimentação, arborização e preservação ambiental), remoção das palafitas,

construção de novas moradias para as famílias realocadas e trabalho técnico social em parceria com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) (PARÁ, 2011).

A urbanização da Comunidade Taboquinha incluiu o deslocamento das famílias das margens do igarapé Tabocal, a reestruturação da malha urbana e viária, a instalação de infraestrutura básica (água, energia elétrica, esgoto, drenagem) e o reassentamento das famílias afetadas em novas unidades habitacionais dentro da área de intervenção. A preservação da Área de Preservação Permanente (APP) do igarapé Taboquinha, em oposição a intervenções de canalização e concretagem, foi um princípio fundamental do projeto, a partir do qual foram desenvolvidas as soluções urbanas e sanitárias.

Inicialmente, de acordo com os dados fornecidos pela executora do projeto, cerca de 1.862 famílias seriam beneficiadas, o que envolveria um grande número de realocações. Mais especificamente, 1.014 imóveis seriam diretamente afetados e requereriam realocação (PARÁ, 2007). Foram construídas 912 unidades habitacionais em formato de sobrados, com área de 43,62 m², distribuídas em sala/cozinha, banheiro e dois quartos, além de um quintal. A Figura 2 destaca os blocos habitacionais multifamiliares Mestre Cardoso, que fazem parte do Projeto Taboquinha.

Figura 2 – Projeto Taboquinha: blocos multifamiliares do Conjunto Mestre Cardoso.



Fonte: Castro (2018)

O Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) do Projeto Taboquinha buscou abordar uma ampla gama de temas, desde saneamento até cultura, com o objetivo de adotar uma abordagem integrada para melhorar a qualidade de vida dos beneficiários e eliminar a precariedade física e as condições subumanas de moradia.

Na intenção de contribuirmos para o combate desta situação, apresentamos a presente proposta que está voltada à erradicação de palafitas na área do TABOQUINHA, onde de forma integrada e com a participação do beneficiário, serão desenvolvidas ações nas áreas, de saneamento, meio ambiente, habitação, educação, trabalho/renda, saúde, segurança, esporte, lazer e cultura.

Pretendemos a partir da intervenção proposta contribuir para a promoção de mudanças na realidade atual, onde as famílias estão sobrevivendo em condições sub-humanas, localizadas em áreas insalubres e inadequadas para moradia. A legalização da posse do lote urbano será um dos objetivos deste trabalho, intervindo em uma realidade aonde, praticamente, toda a ocupação do solo vem sendo efetuada de maneira irregular e desordenada (PARÁ, 2007, p.8).

De acordo com o PTTS, o Projeto de Urbanização da Comunidade Taboquinha seria caracterizado como uma “implementação de práticas de gestão ambiental” em uma área de aproximadamente 175.000 m², incluindo a influência do Igarapé e seu entorno. As principais medidas incluíam urbanização e sistema viário, abastecimento de água, drenagem pluvial, saneamento, rede elétrica, iluminação pública, construção de equipamentos comunitários como quiosques (para jogos, artesanato e lanchonete), concha acústica e anfiteatro, áreas destinadas à construção de quadra poliesportiva e instalações escolares, intervenção na área de proteção ambiental com recuperação de áreas degradadas nas margens do Igarapé e realocação de famílias que residiam nesses locais, além de ações no setor habitacional, como construção de novas casas (alvenaria de 39,00 m², com sala, cozinha, 2 quartos, circulação e banheiro), ampliação e melhoria das habitações e regularização fundiária.

Durante as entrevistas com os responsáveis pela elaboração e execução do projeto, também foi ressaltado o caráter inovador do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em relação ao financiamento exclusivamente destinado ao trabalho técnico social, a fim de complementar a mudança das famílias para os conjuntos habitacionais, o que também reflete a sustentabilidade econômica. Como destacam T1 e T2.

Não podemos falar mal do PAC. Pela primeira vez na história houve recurso exclusivo para um trabalho social, um trabalho que vem somar ao que o projeto físico elabora, de certo modo. No caso do Taboquinha, a mudança foi muito grande porque os locais onde as pessoas moravam era precário e a mudança para os blocos foi um grande avanço para as famílias, embora saibamos que ainda há muito o que melhorar nessa dinâmica tanto em relação ao projeto das unidades, quanto nas condições de vida das famílias. O PAC foi um laboratório incrível para nós [...] a amarração que as normativas têm na questão ambiental é muito importante (T2).

Durante as entrevistas, ficou evidente que os entrevistados perceberam a mudança para os conjuntos habitacionais como algo positivo, considerando as unidades habitacionais como mais adequadas em comparação com as condições precárias em que viviam anteriormente.

De acordo com o PTTS, a sustentabilidade consiste não apenas em “eliminar as palafitas na área de Taboquinha”, mas também em auxiliar na “promoção de mudanças na realidade atual”. No entanto, esse processo não altera a condição estrutural de pobreza material das famílias, inserindo-

as em um espaço abstrato, conforme descrito por Lefebvre, que representa uma tendência contínua da atuação estatal, por meio do PAC, na reprodução de espaços habitacionais contraditórios, onde os espaços são tratados como mercadorias, impondo controle social sobre as famílias por meio de realocações e padronização monótona da tipologia habitacional, sem considerar a relação com o entorno e a própria cidade. Isso pode resultar na formação de “periferias desurbanizadas, mas dependentes da cidade”, conforme mencionado por Lefebvre (1973, p.67).

COMPREENDENDO LAZER E TRABALHO

Embora, de maneira geral, as respostas mostrem que a melhoria na estrutura foi vista como um elemento positivo para as famílias, o lazer é identificado como uma lacuna não preenchida ou apenas parcialmente preenchida pelo projeto. Apenas um dos conjuntos habitacionais foi contemplado com equipamentos urbanos dedicados ao lazer da comunidade. É importante destacar a diferenciação entre o “antes” e o “depois” da realocação das famílias nos conjuntos do projeto:

Pra mim, que era acostumada desde pequena a brincar na rua, apesar de ser ponte (*na Ocupação*), aqui tá pior o lazer. Apesar de ser ponte, quando a gente era menor todo mundo se conhecia. Aqui não... Muita gente já foi embora, outras pessoas chegaram e a gente não conhece, né? (E2)

É evidente na fala do entrevistado que houve uma perda de vínculos entre os membros da comunidade como resultado das mudanças estabelecidas. Isso se reflete nas condições atuais de lazer, onde, apesar das melhores condições físicas, os aspectos relacionados ao companheirismo e ao afeto presentes no grupo são levados em consideração para avaliar a perda sofrida. Outros elementos importantes foram observados, especialmente em relação à falta de infraestrutura de lazer, como destacado por E8. Por outro lado, houve, segundo E6, uma mudança no perfil etário na comunidade, conforme empiricamente demonstrado pelo entrevistado.

Aqui (*Conjunto Mestre Cardoso*) não foi construído nada... No Verequete (*Conjunto*) teve uma quadra (*de esportes*), mas já acabou, foi destruída (E8).

De acordo com os agentes envolvidos, a falta de recursos atualizados nos projetos foi a razão pela qual os espaços de lazer em cada conjunto não foram adequadamente atendidos. Isso limitou a conclusão das obras, priorizando a habitação em detrimento de outros elementos igualmente relevantes no processo de transição entre espaços.

Poucas respostas analisam o lazer como uma perspectiva de descanso ou tempo livre em relação ao trabalho diário. Geralmente, os responsáveis pelos domicílios veem o lazer como algo desejável especificamente para crianças e jovens. As associações relacionadas à vida material dos

responsáveis pelos domicílios estão ligadas aos finais de semana, encontros com amigos, festas e consumo. O processo de transição do espaço precário da ocupação para o novo espaço urbanizado conseguiu reduzir os riscos de doenças e o contato com a água poluída do Igarapé Tabocal. No entanto, também desarticulou as relações entre famílias e pessoas, laços de vizinhança e proximidade.

Os agentes entrevistados reconhecem que a concretização das intervenções relacionadas ao lazer está abaixo do esperado e do que é necessário para a comunidade. No entanto, eles ressaltam que as contingências, como problemas de repasse financeiro à entidade executora e questões relacionadas à gestão e redefinição de prioridades, foram as causas dessas limitações. As opiniões dos agentes e sujeitos convergem no entendimento de que as unidades habitacionais foram priorizadas em relação a qualquer outro elemento do projeto, devido à necessidade de realocação das famílias.

O papel do PTTS em relação ao lazer foi mais direcionado ao estabelecimento de temas afins, como oficinas sobre relações de vizinhança (embora no processo de realocação essas relações não tenham sido plenamente respeitadas, pois houve sorteio entre os sujeitos para definir qual família ficaria em determinada unidade), meio ambiente e trabalho, com o intuito de promover o contato entre pessoas e famílias, em vez de ações de lazer objetivas.

No que diz respeito ao trabalho, as ações propostas pelo PTTS buscaram ser relevantes dentro de um contexto de baixa qualificação observada no perfil da população, embora não estejam claramente conectadas a ele. O projeto não destinou nenhuma atividade específica para os trabalhadores da pesca, que foram considerados uma parcela significativa na análise do perfil socioeconômico. Mesmo adotando uma perspectiva mais próxima ao aspecto socioeconômico da sustentabilidade, o projeto não foi capaz de interpretar adequadamente as necessidades da comunidade nesse aspecto.

Desconsiderou-se, assim, a experiência vivida pela população e uma expressão importante relacionada à sua base material. Assim como em Acselrad (2009), a noção de sustentabilidade apresentada no âmbito do projeto e em sua execução constitui apenas uma parte do esforço de configurar um novo modo de regulação urbana capaz de integrar de forma duradoura a desigualdade constitutiva da cidade, sem alterar mais do que o local de moradia. O projeto é incapaz de intervir diretamente nas causas da desigualdade, embora enfatize a preocupação com o aspecto socioeconômico.

Com o objetivo de destacar informações relacionadas à categoria de trabalho, as entrevistas foram conduzidas para identificar rupturas e continuidades nas condições de trabalho dos chefes de família durante o processo de mudança da ocupação para os conjuntos habitacionais do Projeto

Taboquinha. Entende-se que esse processo tende a afetar a organização familiar e sua subsistência material, elementos essenciais para a permanência das famílias nos conjuntos e sua reprodução social.

Em relação à influência do processo de mudança nas condições de trabalho e seu desenvolvimento, a maioria dos entrevistados entende que a mudança de habitação não teve um impacto direto no tema do trabalho, embora algumas mudanças sejam significativas para aqueles que possuíam ocupações autônomas ou prestavam serviços. O entrevistado E6 enfatizou que seus clientes permaneceram os mesmos, mesmo após a mudança para o Conjunto Mestre Cardoso, afirmando: “[...] meus clientes são os mesmos. Eu trabalho com costura”. No entanto, em relação às condições para realizar seu trabalho, ocorreu uma mudança significativa, que foi comum a todos os entrevistados e se tornou uma queixa presente em praticamente todas as entrevistas realizadas nos conjuntos do Projeto Taboquinha: o aumento do valor da conta de energia elétrica.

O entrevistado E13 relacionou a mudança de residência ao seu trabalho, afirmando que foi prejudicado pelo tamanho menor da unidade habitacional em comparação com sua residência anterior na comunidade Taboquinha. Além disso, ele afirmou que recebeu a promessa de ter um ponto comercial no Conjunto, o que não foi cumprido:

Meu trabalho dependia da minha casa antiga, que era bem maior. Eu trabalhava embaixo e morava em cima. Eu era cabeleireiro, antes de sofrer um AVC (*Acidente Vascular Cerebral*) e, durante as obras, prometeram que haveria um ponto pra trabalhar... Não teve nem ponto de agulha, quanto mais pra trabalho... (E13)

Outro elemento muito importante para a análise do tema trabalho é a relação com a precariedade no abastecimento de água, que, no caso do E13 serve de insumo essencial para o desenvolvimento de sua ocupação:

As pessoas enchem a boca pra falar que moram em apartamento... Apartamento nada! É um em cima do outro... Se me perguntar quantas vezes a caixa d’água encheu, eu vou dizer umas duas ou três vezes em oito anos... Como eu poderia trabalhar assim? Não tem água. (E13)

Houve uma desconexão entre as demandas identificadas pelo estudo socioeconômico que embasou o PTTS e as atividades propostas, que foram consideradas pelos entrevistados como “rápidas” e intermitentes.

No início, teve muitos cursos: de pedreiro, customização de roupas e outros, mas depois não teve continuidade. (E8)

As entrevistas confirmaram a percepção de que não houve uma correlação adequada entre o planejamento e a execução do Projeto, que optou por atividades que não estavam alinhadas com a

realidade material das famílias realocadas nos conjuntos habitacionais. Isso descontextualizou a própria noção de sustentabilidade presente no projeto.

A sustentabilidade surgiu como um elemento-chave que envolve aspectos físicos e sociais no PTTS do Projeto Taboquinha. As estratégias concebidas pelos responsáveis visavam contribuir com ações voltadas para a geração de ocupação e renda das famílias realocadas nos conjuntos habitacionais construídos, conforme um dos objetivos propostos.

Realizar oficinas e/ou cursos de capacitação e qualificação profissional, proporcionando acesso das famílias a atividades de ocupação e renda, que leve ao desenvolvimento econômico-financeiro que venha a contribuir para a sua fixação na área e a **sustentabilidade** das obras e serviços implantados (PARÁ, 2007, p.10). *Grifo nosso.*

A sustentabilidade era vista como um objetivo a ser alcançado para garantir a permanência e a adaptação plena dos indivíduos aos conjuntos habitacionais, inicialmente em termos econômicos, mas com uma clara perspectiva social, na qual a melhoria da qualidade de vida das famílias era o objetivo final. Essa ideia buscava conciliar a necessidade de superar os problemas socioambientais dentro do espaço urbano com o desenvolvimento de uma política anticíclica de geração de emprego e renda. Ao mesmo tempo, o projeto procurava aproveitar a mão de obra local nas próprias obras executadas, conforme previsto na normativa de execução dos projetos, e proporcionar algum tipo de qualificação para a população beneficiária por meio dos cursos e oficinas oferecidos pelo PTTS.

Pretendemos a partir da intervenção proposta, contribuir para a promoção de mudanças na realidade atual, onde as famílias estão sobrevivendo em condições sub-humanas, localizadas em áreas insalubres e inadequadas para moradia (PARÁ, 2007, p. 7-8).

Durante as entrevistas com os técnicos de Trabalho Social da COHAB-PA, responsáveis pela implementação do PTTS, foi reafirmada a compreensão da sustentabilidade como um aspecto importante a ser considerado. No entanto, essa perspectiva estava centrada principalmente na dimensão econômica, priorizando a geração de ocupação e renda, enquanto aspectos ambientais eram deixados de lado. A adaptação das famílias aos novos conjuntos habitacionais era priorizada em relação a questões culturais ou à relação dos indivíduos com o ambiente construído.

A perspectiva do trabalho técnico social é possibilitar ações que diminuam o impacto dessa transição (da ocupação ao conjunto habitacional), principalmente no que diz respeito à melhoria da renda e condições de vida na nova residência. Muitas oficinas de artesanato, de panificação, de corte e costura, por exemplo, foram disponibilizadas para os beneficiários que buscaram nelas uma forma de melhorar sua renda, tudo isso ligado ao perfil socioeconômico que foi identificado [...] desse jeito, as famílias conseguem uma forma de obtenção melhoria da renda que antes não existia (T2).

As estratégias para promover a sustentabilidade não estavam alinhadas com a realidade das famílias. Idealizou-se a sustentabilidade como um objetivo do projeto, mas, contraditoriamente, constatou-se a ideia de que bastava realocar as famílias nos novos conjuntos habitacionais para que a sustentabilidade fosse alcançada, alegando que a melhoria da “qualidade de vida” seria suficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de sustentabilidade urbana engloba tanto as perspectivas ambientais quanto sociais na compreensão da cidade e de seus problemas. No entanto, atualmente, em meio à crise do modelo neoliberal de gestão, ele é frequentemente adotado como um discurso incorporado ao campo do planejamento urbano.

É fundamental reconhecer que os conjuntos habitacionais periféricos destinados à realocação de famílias em situação de vulnerabilidade não podem ser dissociados da realidade e do sistema econômico que os produzem, bem como das implicações que essa produção acarreta. Considerar a estrutura socioeconômica e as carências, que vão além das resultantes dessa estrutura, é essencial para compreender como esses espaços habitacionais para os mais pobres são construídos, como é o caso em estudo.

A pesquisa empírica revelou que a moradia pós-remoção nos conjuntos do Projeto Taboquinha apresenta uma série de questões, desde a falta de consideração pelas características do perfil da população beneficiária em relação ao trabalho no PTTS, até a precariedade das instalações de lazer, os problemas com o sistema de transporte público, a baixa qualidade dos serviços de coleta de lixo, a falta de acesso à educação formal por meio das escolas públicas e a violência urbana.

Além disso, os conjuntos habitacionais, com sua espacialidade heterogênea e caráter desprovido de história, exercem uma força desmotivadora sobre a população beneficiária, dificultando a formação de laços sociais e comunitários, bem como a criação de conexões afetivas e simbólicas com o lugar. Na melhor das hipóteses, as estruturas físicas dos conjuntos permitem que alguns moradores realizem pequenas intervenções espaciais, mas essas intervenções são de natureza individual. O tipo de estrutura social que emerge desses grandes conjuntos não promove a autonomia coletiva nem a emancipação, conforme descrito pelos conceitos de Lefebvre. Pelo contrário, reforça uma tendência atual nas periferias pobres das grandes cidades, caracterizada pela (in)sustentabilidade, ou seja, pela supervalorização da vida individual e pela subvalorização da vida coletiva, social e política, resultando em uma recusa ao direito à cidade.

O programa impôs um determinado tipo de espaço habitacional, de lazer e de consumo. Esses espaços são abstratos e contrastam com os espaços sociais, como comércios, feiras, campos de futebol e vendedores ambulantes. Criou-se um ambiente que, entre outros problemas, valoriza a quantidade, a regulamentação e carece de valor de uso, tornando-se um espaço-produto que replica a lógica de uma mercadoria fotocopiada.

A sustentabilidade descrita no PTTS do Projeto Taboquinha revelou-se apenas como um discurso distante da realidade atual das famílias durante a implementação do projeto e o reassentamento. As ações foram exclusivamente baseadas no aspecto econômico, sem estabelecer qualquer conexão com a vida material dos beneficiários. Embora o acesso à moradia própria seja valorizado e as condições habitacionais sejam consideradas melhores em comparação com a

precariedade da ocupação irregular e vulnerável anterior, ainda existe uma lacuna significativa na categoria de lazer. Essa lacuna demonstra a falta de consideração pelas necessidades de espaços e interações, além de perpetuar uma lógica que promove a homogeneização, a monotonia e a falta de conexão com as experiências da população atendida. Em relação à categoria de trabalho, embora as condições habitacionais tenham melhorado após o reassentamento, as ações do PTTS não estabelecem qualquer relação com as vivências da população trabalhadora reassentada.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, H. (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 43-70.

Discursos da Sustentabilidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, número 1, p. 79-90, 1999.

AVELAR, W.M; SOUZA, E.S; PONTE, J.P.X; MELO, A.C.C. O Programa de

Aceleração do Crescimento e a urbanização de favelas na Região Metropolitana de Belém – PA. **Anais dos Congressos da ANPUR**. 2013.

COMPANHIA EXECUTIVA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ.

Comunidade Taboquinha. Projeto oficial licitado Belém: COHAB-PA, novembro, 2007. CD-ROM. [Projeto executivo de engenharia e urbanismo, desenhos técnicos digitais].

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2010. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Municípios**.

Disponível em <http://ibge.gov.br>. Acesso em 10 de maio de 2023.

Aglomerados Subnormais, Informações Territoriais. Primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2012.

LEFEBVRE, H. **A Reprodução das Relações de Produção**. Tradução: António Ribeiro e M. do Amaral. Porto: Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

PARÁ. Companhia Executiva de Habitação do Pará. **Projeto de Trabalho Técnico Social do Projeto PAC Taboquinha**. Belém: COHAB, 2007. Inédito.

Plano de Remanejamento e Reassentamento de Famílias e Atividades Econômicas: Comunidade da Taboquinha. Belém: [s.n.], 2010.

PARÁ. Companhia Executiva de Habitação do Pará. **Balanco das Ações de 2012**.

Slides Ppt. Belém: COHAB, 2011.

PRADO, A. L. Desenvolvimento urbano sustentável: de paradigma a mito. **Revista Oculum**. Número 12, v. 1, p.83-97, 2015.

SOUZA, M.L. O desafio metropolitano: **um estudo sobre a problemática socio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.



GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas

MELHORIAS URBANAS EM ÁREAS DE BAIXADAS: A REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA BERNARDO SAYÃO NO BAIRRO DO GUAMÁ, BELÉM – PA

Leandro de Lima Ferreira (PPGDSTU- UFPA)¹

Resumo: Como parte das obras de macrodrenagem da bacia da Estrada Nova, a intervenção no trecho da sub-bacia IV consistiu na requalificação da Avenida Bernardo Sayão que compreende ao bairro do Guamá. Dessa forma, ocorreram transformações socioespaciais que mudam a dinâmica da via. A partir disso, surgem situações que o presente trabalho busca compreender, entre elas quais são essas transformações e qual o maior beneficiado pela requalificação da via. A pesquisa é pautada como um estudo de caso, além da mesma usar a abordagem quanti-qualitativa para analisar os dados coletados. Como procedimentos metodológicos foram usadas quatro etapas: pesquisa exploratória documental, bibliográfica, pesquisa de campo e a aplicação de entrevistas semiestruturadas que permitiram analisar a nova realidade do trecho onde os resultados indicam que foi requalificado.

Palavras Chaves: Requalificação Urbana, Segregação socioespacial, Avenida Bernardo Sayão.

INTRODUÇÃO:

Construída a partir de uma fortificação as margens da Baía de Guajará, a cidade de Belém possui em sua história uma forte ligação com o rio, que perdura até os dias atuais devido ao intenso fluxo de pessoas e mercadorias que provém de outras ilhas e cidades do Pará, além de outros estados por via fluvial. A partir do século XX a cidade de Belém passou por um intenso processo de urbanização, inicialmente tal expansão se deu com a extensão de sua área central, marcando a formação das periferias imediatas (TRINDADE, 1998), futuramente, sua expansão foi direcionada a área suburbana, ultrapassando os limites da primeira légua patrimonial da cidade², dando origem a novas áreas de assentamento cada vez mais afastadas do centro. A partir deste contexto, Belém passa a desenvolver processos conjuntos de concentração – que tem como uma de suas características a consolidação das periferias próximas à área central – e de dispersão urbana, processo esse fundamental para a consolidação de sua constituição enquanto metrópole.

A Avenida Bernardo Sayão³ foi aberta a partir da ocupação da porção sul da cidade de Belém, na área litorânea banhada pelo rio Guamá, que, pela condição geográfica estava sujeita a constantes inundações. A expansão da ocupação nesta área foi favorecida pela construção e posteriormente

¹ Estudante de pós-graduação (mestrado) em desenvolvimento sustentável do trópico úmido, licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Pará. Email: leandrogeol0@gmail.com

² A 1ª Légua Patrimonial é como se convencionou denominar a área de terra que tem como centro o ponto geográfico coincidente com o local onde a cidade se originou. Sua demarcação data do início do século XVIII.

³ Via de acesso que acompanha em paralelo a orla ao sul de Belém, e perpassa os bairros da Cidade Velha, Jurunas, Condor, Cremação e Guamá.

aterramento do chamado Dique de Belém⁴. Diferentes empreendimentos comerciais como portos, indústrias, hotéis e marinas passaram a se instalarem ao longo da Avenida Bernardo Sayão. Essa diversidade do uso do solo urbano no entorno da via é marcada também pelo uso residencial, cuja preponderância é a formação de assentamentos precários devido ao baixo nível econômico da população que se concentrou em suas imediações.

Apesar da construção do Dique a área ainda ficou sujeita a alagamentos. Para conter tal problema a Prefeitura de Belém lançou no ano de 2006 o PROMABEN como forma de solucionar esse empecilho, que atinge a área correspondente a bacia hidrográfica da Estrada Nova. Esta é uma das treze bacias hidrográficas que se localizam na cidade de Belém, e uma das cinco bacias mais críticas onde as inundações atinge cerca de 35% dessa área (PMB, 2006) além da mesma ser a mais povoada com 220.000 habitantes vivendo na sua área correspondente (IBGE, 2005).

Para isso, a bacia da Estrada Nova foi dividida em quatro eixos, as chamadas sub-bacias (I,II,III e IV respectivamente) cada uma dessas sub-bacias abrange diferentes bairros de Belém e são definidas pela rede hidrográfica de seus Igarapés. Além disso, cada sub-bacia contou com obras específicas que ressaltasse a sua vocação. No caso da sub-bacia IV que se localiza no bairro do Guamá, a obra se pautou na requalificação e na duplicação da Avenida Bernardo Sayão, o que conseqüentemente trouxe expectativas de mudanças para a vida dos moradores e comerciantes da área.

Diante do exposto, a pesquisa teve por base os seguintes questionamentos: os alagamentos que atinge essa área foram eliminados ou ainda persistem após as obras? Houve uma possível valorização do solo urbano que passou por mudanças em seu uso e ocupação depois da conclusão das obras? A obra irá melhorar a vida dos antigos moradores e comerciantes da Avenida Bernardo Sayão ou se eles estão passíveis de processos de realocação devido à valorização do solo urbano?

1. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA METRÓPOLE

Para que se possa adentrar nas discussões propostas pela presente pesquisa, se faz necessário debater a respeito dos conceitos de produção do espaço e segregação socioespacial. A partir da perspectiva de Camacho (2010, p. 1) entende-se a produção do espaço como:

É por meio das relações de trabalho que o ser humano se relaciona com a natureza, se apropriando dela e a transformando. Ocorre, então, o processo de humanização

⁴ Barragem inaugurada em 1944 através do acordo de Washington. O dique tinha como objetivo evitar os alagamentos e conseqüentemente o avanço de doenças como a malária que afligia os soldados norte-americanos que haviam se instalado em Belém. Posteriormente em 1962 foi construído um caminho de terra sobre o dique, sendo mais tarde chamado de Avenida Bernardo Sayão, paralelamente a este caminho de terra, tem se a formação de um canal como parte não aterrada do dique, sendo chamado com o mesmo nome da via (SANTOS,2016).

da natureza que se torna segunda natureza. E nessa relação à sociedade produz o espaço. O trabalho surgiu para atender as necessidades mais básicas do ser humano como, primordialmente, se alimentar. Mas sob o modo de produção capitalista o trabalho se tornou condição para a produção/reprodução e acumulação de capital. Neste sentido, o processo de produção/reprodução do espaço se transforma em uma expressão espacializada do processo de produção/reprodução do capital.

Nota-se através do exposto acima que a produção do espaço esta ligada com a relação de trabalho, e com a divisão social do trabalho, o que torna claro que a produção do espaço no contexto de uma sociedade capitalista não é igualitária. É importante ressaltar que a análise da produção do espaço deve ser feita a partir das temporalidades dos fatos e desdobramentos de cada processo e transformação que se relaciona com o espaço. Trazendo essa discussão para o espaço urbano, Vasconcellos (2013, p 13), ressalta:

(...)processos mais amplos como globalização, mudanças na economia (“pós-fordismo”), redução do papel do Estado, migrações nacionais e internacionais, sem esquecer o papel dos movimentos sociais, são fatores que modificaram as formas das cidades, criando frequentemente novas desigualdades, sem eliminar conflitos raciais, religiosos e políticos existentes.

Estando constantemente a se transformar, o espaço urbano, por ser produto da sociedade capitalista, transforma também as maneiras de promoção das desigualdades em suas diferentes formas (social, econômica etc), essa desigualdade é notada através da ação dos diferentes agentes do espaço urbano: Estado, proprietários dos meios de produção, grupos socialmente excluídos e os proprietários imobiliários e fundiários (CORRÊA, 1989), pois estes agentes produzem e (re)produzem um espaço fragmentado e desigual.

Do ponto de vista do capitalismo a metrópole surge como localização e suporte das relações sociais de produção (e de propriedade) como bem ressalta CARLOS (2015), além da mesma também ser condição e meio da concretização do ciclo de rotação do capital. Dessa forma se percebe que os lugares da metrópole necessitam de uma infraestrutura necessária para atender a realização do lucro, dessa forma a reprodução da metrópole se efetiva como fonte de produção CARLOS (2015).

No caso das grandes metrópoles sul-americanas que tiveram um intenso processo de urbanização nos anos 50 e 60 do século passado, a terra com um valor mais barato dispostas da área central ou em áreas degradadas foram ocupadas por pessoas mais pobres, enquanto que os espaços onde há maior acumulação de serviços foram ocupadas pela classe mais abastada da sociedade. No entanto, como revela Sposito (2016), nos anos recentes a prática de ocupação das áreas mais distantes do centro passou a ocorrer pela necessidade de incorporar novos espaços de moradia e de expansão do mercado imobiliário. A partir disso, para continuar a sua reprodução, surge a necessidade do

capital em incorporar novas áreas, e com essa necessidade de se incorporar novos espaços surgem então os conflitos pelo uso da terra nas cidades, já que ocorre a resistência dos ocupantes, em deixar estes espaços. A esse respeito, Carlos (2008) destaca:

O uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Esses conflitos serão orientados pelo mercado, mediador fundamental das relações que estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. Portanto, a localização de uma determinada atividade só poderá ser entendida no contexto do espaço urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares. Tal articulação expressar-se-á na desigualdade e na heterogeneidade da paisagem urbana (CARLOS, 2008, p. 87).

Para esta pesquisa adota-se o termo "segregação socioespacial", pois neste se encontra as duas dimensões mais importantes, já que a mesma sempre possui natureza espacial (Sposito, 2016).

A segregação socioespacial se configura enquanto um processo que surge a partir da produção do espaço urbano, com isto, a segregação se torna uma forma de separação dos elementos constitutivos da cidadania ligados ao capital, que hierarquiza e separa como prática de diferenciação (CARLOS, 2016). Com isso, a população mais pobre passa a ocupar lugares acessíveis a sua renda, no caso das cidades brasileiras, essa população ocupa as periferias, o que produz a expansão da cidade.

Com o espaço urbano se tornando mercadoria segundo a lógica capitalista de produção, faz com que o seu acesso seja feito pelo mercado imobiliário como afirma CARLOS (2015). Com isso a cidade passa a ser dominada cada vez mais pelo seu valor de troca, cresce as desigualdades contribuindo para a segregação entre os que a habitam, ela deixa de ser produzida como lugar de vida, e dar lugar ao seu uso enquanto valor de troca, a partir disso, surge a luta pelo "direito à cidade".

Assim, o espaço urbano se apresenta como um espaço de lutas, em especial a luta contra os processos de acumulação do capital, que vê no solo urbano uma forma de reprodução de suas atuações de seus interesses que gerem lucro (CARLOS, 2007). A partir disso, o Estado como intermediador para a realização desse processo cria condições para a instalação destas atividades, fomentando assim a segregação. A partir de então, surge à perspectiva de direito a cidade como forma de superação a esse processo.

2. A EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO DE BELÉM E A FORMAÇÃO DA PERIFERIA IMEDIATA

Com a chegada dos colonizadores europeus, em especial dos portugueses na metade do século XVI, ocorre a expulsão do povo tupinambá, e a partir de então se inicia o processo de formação da cidade de Belém, que teve como base a construção do Forte do Presépio. A instalação dos

portugueses no território que antes era ocupado pelos indígenas se dá através da localização privilegiada na entrada da bacia amazônica, o que concedia aos colonizadores o acesso aos grandes rios da Amazônia (CARDOSO, 2013), com isso, a cidade passa a ser um ponto importante para a colonização de outras áreas, e dependente do rio para que se possa acessar áreas para a exploração de especiarias, as chamadas Drogas do Sertão, com o passar do tempo essas áreas se transformam em fortins e vilas, com isso, Belém passa a fazer parte de uma rede dendrítica (CORREA, 1988).

Com a cidade se tornando cada vez mais importante no ponto de vista comercial, se instalam nela comerciantes, administradores coloniais, o clérigo e a elite que passam modelar a cidade a partir de suas visões (CARDOSO, 2015).

A primeira légua foi demarcada entre a área de fundação de Belém, e se estendeu até o arco que corresponde às avenidas Dr. Freitas e Perimetral (COSTA e BRITO, 2014), é importante ressaltar que as áreas mais baixas da cidade na época correspondiam a cerca de 40% das terras localizadas nos limites da primeira légua.

Até meados do século XX, evitou – se a expansão da cidade para as áreas mais baixas, por serem consideradas impróprias, dando prioridade para as cotas mais altas (COSTA e BRITO, 2014). No entanto, algumas dessas áreas foram arrendadas para a produção agropastoril, além de serem ocupadas por pessoas pobres devido a proximidade com o centro de ofertas de emprego (ABELÉM, 1989), sendo essas áreas denominadas de baixadas que segundo Trindade Jr (1998) se caracterizam como:

As baixadas se enquadram – enquanto espaços segregados, socialmente excluídos, com deficiência e insuficiência de equipamentos urbanos e comunitários – naquele tipo de espaço que Santos (1987) considera como espaço sem cidadãos. Para os habitantes desses espaços, conforme afirma o autor, é negado o direito à cidadania. Os meios de consumo coletivo estão ausentes ou são insuficientes, como se as pessoas lá não estivessem (TRINDADE Jr, 1998, p. 29).

Nota-se que as chamadas áreas de baixada carregam um estigma social por ser consideradas áreas associadas à pobreza onde as técnicas de assentamento urbano ribeirinho mostram novas formas de ocupação, dando o caráter de coexistência de uso, de acordo com RODRIGUES et al (2013) as terras altas foram ocupadas pela população de melhor poder aquisitivo, enquanto que as áreas de várzea foram palco da concentração da população de baixa renda, onde em primazia esta população vinha do interior do estado e encontrava nesses espaços alagados e próximas ao rio um ambiente familiar acessível tanto do ponto de vista econômico quanto social.

Após o “boom” da borracha no início do século XX que ocasionou em um processo de embelezamento na área central da cidade, houve intensa migração para a capital paraense, e conseqüentemente o adensamento populacional nas áreas mais baixas da cidade de Belém

(CARDOSO, 2015). Outro momento importante serviu de marco para a expansão da cidade das mangueiras, nos anos 60 com a chegada dos grandes projetos na Amazônia e a integração da capital paraense com o Brasil através do sistema rodoviário, a cidade volta a receber um intenso contingente populacional do interior e de outros estados (Rodrigues, 2013), que passam a reforçar as áreas de baixada, que se consolidam enquanto áreas de intensa periferização que evidenciam a segregação a partir do uso e ocupação do solo e estratificação social.

Segundo Costa e Brito (2014), as áreas de baixadas passaram a ser alvo de valorização imobiliária por serem próximas ao centro da cidade, logo, passam a se elaborar planos de recuperação dessas áreas, e com isso há expectativas de possíveis melhorias na moradia, qualidade de vida e, sobretudo em facilitar o fluxo e a mobilidade urbana. No entanto, como destaca CARDOSO (2013), o processo de recuperação das áreas de baixada tem um caráter segregacionista.

Nota-se que a valorização imobiliária nas áreas mais baixas de Belém, contribui para a melhor valorização do solo urbano, mas, esse processo acabou por retirar os moradores dessas áreas, através de ações de remanejamentos que os afastaram cada vez mais do centro da cidade, com isso, a ocupação dessas áreas mostrou – se com caráter de direito à cidade para as populações que tem origem no interior do estado e que possuem uma forte ligação com o rio (CARDOSO, 2013).

Assim, o espaço urbano da cidade de Belém durante a década de 1960 tem um elevado processo de urbanização dentro da sua primeira légua patrimonial (COSTA;BRITO, 2014) o que contribui para a expansão da cidade para além dos seus limites, apesar disso, as denominadas áreas de baixada ainda sofrem com os processos de periferização até os dias atuais.

2.1. A formação do bairro do Guamá e a origem da Avenida Bernardo Sayão

A história deste bairro está ligada inicialmente com a construção de um leprosário durante o século XVIII no local das terras que outrora pertenceram a Theodoro Soares Pereira que recebeu a sesmaria pelo rei de Portugal, mais tarde essas terras passaram a ser ocupadas por padres mercedários que doaram o terreno para a Santa Casa de misericórdia que construiu no local da antiga fazenda o hospital de hansenianos Lazaros do Tucunduba que se tornou o primeiro leprosário da Amazônia (FERREIRA, 1995). Nesta época o bairro do Guamá era visto como o depósito do lixo social da cidade, pois além do leprosário, o bairro ainda possuía outros hospitais que tratavam de doenças infectocontagiosas como o Hospital Domingos Freire, São Sebastião e São Roque, mais tarde os dois primeiros hospitais dariam origem ao Hospital Universitário Barros Barreto. Em meados do século XX, com fim do leprosário e a necessidade de expansão da cidade (TRINDADE JUNIOR, 1998) o bairro

do Guamá passou a ser uma alternativa para o habitar das pessoas com baixo poder aquisitivo MARINHO, et al.(2015).

A construção do dique foi realizada a partir da assinatura do acordo de Washington⁵ e da parceria estabelecida por meio dele entre o governo dos E.U.A e o governo do estado do Pará. Além da construção do dique o acordo entre o governo Americano e Paraense permitiu a construção da base aérea de Val-de-Cães (SANTOS, 2016).

Com o objetivo de evitar os constantes alagamentos, a obra também possibilitou a expansão da cidade em direção ao sul, ao rio Guamá, pois, devido ao ensecamento (escoamento de águas por meio de tubos) das áreas que anteriormente eram alagadas, o que possibilitou a ocupação dessas áreas pela população mais pobre (Correa, 1989, p. 127). Posteriormente à construção do dique, no ano de 1962, foi construído um caminho de terra sobre o mesmo que possibilitou a integração entre o centro da cidade com o atual bairro do Guamá, através da orla ao sul da cidade. Paralelamente a este caminho de terra formou-se um canal como parte não aterrada do dique. Ao caminho de terra foi dado o nome de Estrada Nova, que posteriormente foi rebatizado de Avenida Bernardo Sayão (SANTOS, 2016).

Um problema em comum que os moradores e os diferentes empreendimentos que se localizam na Avenida Bernardo Sayão enfrentam, são os constantes alagamentos que ocorrem na área, isso mostra que o dique não cumpriu a sua função. A partir disso, houve a necessidade de uma obra de requalificação urbana para solucionar os problemas que decorrem dos alagamentos nesta área. Como solução para esses problemas foi implantado processo de macrodrenagem na área correspondente a chamada bacia da Estrada Nova⁶, onde se situa a Avenida Bernardo Sayão que perpassa por diferentes bairros, entre esses o bairro do Guamá.

3. BACIA DA ESTRADA NOVA: OCUPAÇÃO URBANA E PROBLEMAS DE ENCHENTE NA ORLA DO RIO GUAMÁ

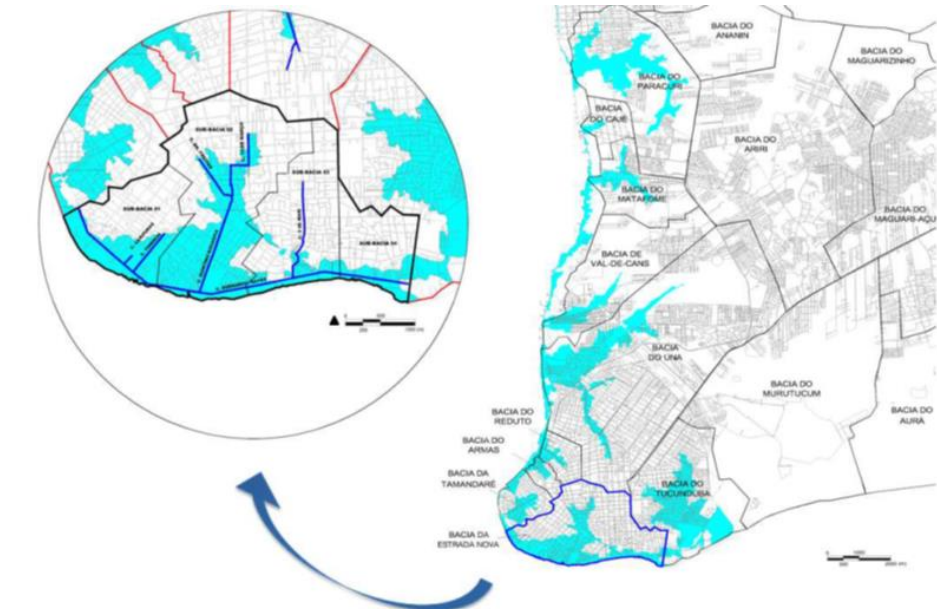
Compondo uma das treze bacias hidrográficas de Belém, a bacia da Estrada Nova é a bacia mais povoada, conforme o relatório feito pela prefeitura de Belém informação disponibilizada no site

⁵ Acordo realizado entre o Brasil e os Estados Unidos que estabelecia uma medida protecionista dos preços da borracha produzida na Amazônia que garantia o acesso exclusivo dos norte-americanos ao acesso exclusivo a matéria prima, tão importante para a indústria em ascensão naquele país (SANTOS, 2016, p. 5).

⁶ Como destacado por Araújo Júnior (2013) apud Lima e Zakia (2000) o conceito de bacia hidrográfica é definido como sistemas abertos, que recebem energia através de agentes climáticos e perdem energia através do deflúvio. O autor ainda destaca que a bacia hidrográfica é delimitada a partir dos seus divisores de água, não considerando as fronteiras políticas que lhe são impostas, no entanto, a prefeitura de Belém delimita as bacias presente em seu território através de critérios político-administrativos para a elaboração de projetos, ou programas de intervenção (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2004).

do PROMABEN onde mostra que cerca de 220.000 habitantes ocupavam a área da bacia que corresponde aos bairros do Jurunas, Condor e Cremação, além de partes de outros bairros (Batista Campos e Nazaré) que fazem parte da presente bacia hidrográfica, como representado na figura 1.

Figura 1: Belém-PA: Bacias hidrográficas de Belém, com destaque a bacia da Estrada Nova. 2000



Fonte: Belém, 2000 (Adaptado).

Já no ano de 2010 o número de habitantes no entorno da bacia subiu para 267.06 (IBGE, 2010), o que segundo PONTE *et al.* (2016) equivale a 285 hab/ha. Além dessas informações, a prefeitura de Belém ainda destaca que a bacia da estrada nova é uma das 5 bacias consideradas críticas, onde as inundações afetam cerca de 35% da sua área. Cabe considerar, que, segundo os dados apresentados no *site* da prefeitura, há cerca de 5.000 famílias morando nas áreas que apresentam maiores riscos de inundação. Com isso, essa área apresenta uma ocupação extensiva, que é recortada por canais de drenagem, rios urbanos chamados de igarapés que tem em seus entornos a instalações de assentamentos precários⁷ (PONTE *et al.*, 2016).

A problemática das enchentes e inundações ainda atinge esta área ao sul da cidade de Belém, e para atender os diversos interesses de empreendimentos localizados na área, e também da

⁷ Um núcleo de moradias em que há problemas associados à propriedade da terra e às condições de infraestrutura das moradias e do entorno. Esses núcleos envolvem situações distintas, como favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, conjuntos habitacionais invadidos, prédios ocupados etc (IPARDES, 2010, p. 6 e 7).

população, o Estado na figura da prefeitura de Belém, passa a criar obras de melhoria urbana, entre eles o programa de macrodrenagem da bacia da estrada nova (PROMABEN).

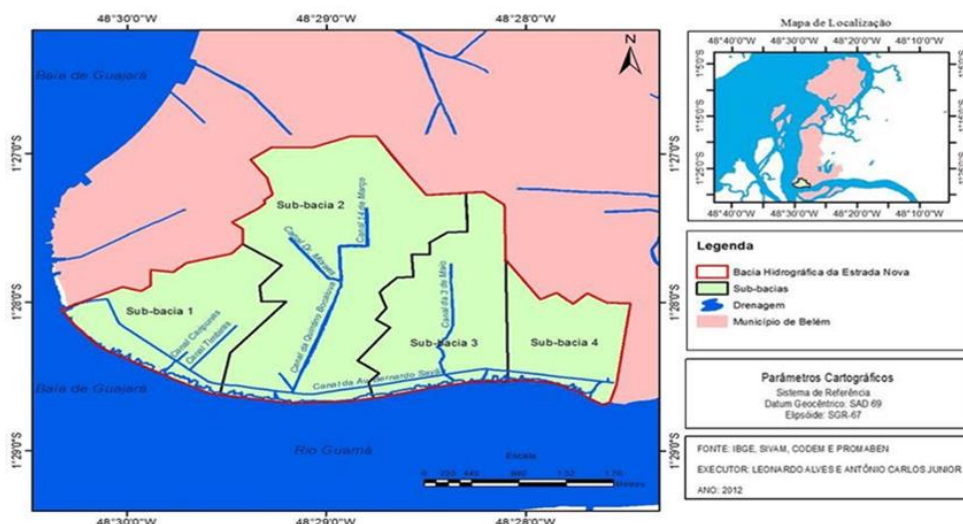
3.1. PROMABEN: solução para o problema das enchentes e inundações?

Prevendo solucionar o problema das enchentes e dos alagamentos da área correspondente à bacia da Estrada Nova, a prefeitura de Belém lançou no ano de 2006, o projeto de macrodrenagem da bacia da Estrada Nova, o PROMABEN. O projeto tem como objetivo a promoção da melhoria da qualidade de vida da população do município de Belém, através da recuperação sócio-ambiental, e da valorização do meio urbano (PROMABEN, 2007 p 14).

De acordo com o que está descrito no relatório de impacto ambiental da obra de macrodrenagem realizado pela Prefeitura de Belém (2007), as intervenções são pautadas em obras de terra, como escavações e reaterro de valas, aterros compactados, e obras de concreto e contenção. Além dessas, o projeto prevê a remoção de edificações (a exemplo das palafitas anteriormente especificadas) localizadas próximas aos cursos de água, o que teve como efeito o reassentamento de famílias.

Para que as obras fossem realizadas, a bacia da estrada nova foi dividida em quatro áreas, ou sub-bacias (sub bacia I,II,III e IV). A distribuição das sub-bacias que integram o PROMABEN é demonstrado na figura 3:

Figura 2: Belém-PA - subdivisão da bacia da Estrada Nova, 2012.



Fonte: ARAUJO JUNIOR, 2013, pag 180.

Por sua extensão a bacia engloba diversos bairros da cidade. Associando a divisão das sub-bacias aos seus respectivos bairros e igarapés, tem-se as seguintes distribuição:

Quadro 1: Belém-PA – Sistematização das intervenções nas sub-bacias da Estrada Nova, 2017.

Sub-bacias	Natureza da Intervenção	Órgão Financiador	Órgão Municipal	Status da obra
Sub-bacia I	Obras de drenagem, urbanização, regularização urbanísticas e fundiárias.	BID – Banco Internacional de desenvolvimento	Equipe específica da PMB, sem vínculo com nenhuma secretaria executiva.	Concluída em 2012
Sub-bacia II	Saneamento e retificação de canais; adequação de traçado viário e pavimentação, provisão habitacional, de infraestrutura básica e de espaços públicos.	PAC SANEAMENTO// PAC- UAP/PRÓ-MORADIA	SESAN – Secretaria Municipal de Saneamento// SEHAB	Em obras (Previsão de Entrega 2024)
Sub-bacia III	Implantação de galerias, adequação viária e qualificação paisagística.	PAC SANEAMENTO	SESAN	Interrompida
Sub-bacia IV	Implantação de galerias, adequação viária e qualificação paisagística.	PAC SANEAMENTO	SESAN	Concluída em 2018

Fonte: RODRIGUES et al. (2018, pag. 14-15). Adaptado

Além dos embargos e dos problemas de reassentamento, a obra teve mudanças entre o que foi planejado, e o que foi executado, tal como RODRIGUES *et al.* (2018) afirma, além disso, segundo a autora as obras das sub-bacias II, III e IV ficariam a cargo da Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN) e contariam com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Apenas no ano de 2014 o programa PROMABEN passou a ser responsável pelas obras da sub-bacia II, e posteriormente responsável pelas III e IV.

4. REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA BERNARDO SAYÃO NO BAIRRO DO GUAMÁ: MELHORIAS PARA QUEM?

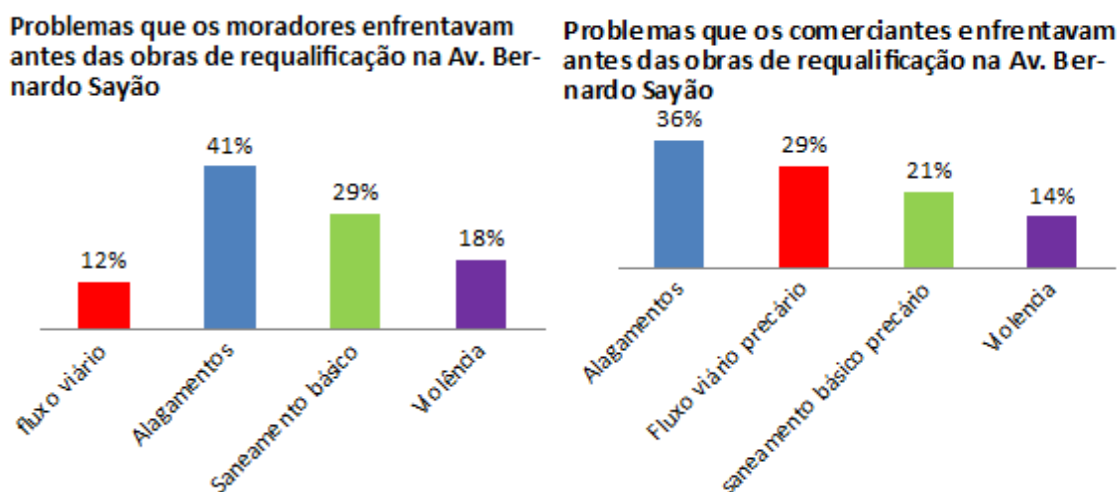
Com a realização das obras de requalificação no trecho da Avenida Bernardo Sayão, no bairro do Guamá, observou-se a necessidade de compreender para quem se direcionam os melhoramentos realizados na referida Avenida, visto que além da busca de resolver os problemas causados pelos alagamentos, o processo de intervenção em áreas de baixada, seja no presente ou em

tempos passados, é marcado por outros interesses do poder público e privado (mercado imobiliário) conforme é ressaltado por LEÃO (2013).

Para que se possa compreender essas transformações e para quem elas estão direcionadas, se fez necessário a realização de trabalhos de campo na área estudada. O primeiro destes foi realizado no dia 22 de Dezembro de 2023 e teve como objetivo a observação do espaço na fase de conclusão das obras e captura de imagens das alterações que as obras provocaram no trecho. Posteriormente, outra visita foi feita, dessa vez o principal propósito de ida ao campo se pautou na coleta de informações com os moradores e comerciantes as margens da referida Avenida.

De acordo com as entrevistas e relatos de moradores e comerciantes da área houve a expectativa de que as obras de requalificação pudessem resolver problemas que por eles foram listados como mostra os gráficos 1 e 2:

Gráficos 1 e 2: Principais problemas da Avenida Bernardo Sayão antes das obras de requalificação, 2020.

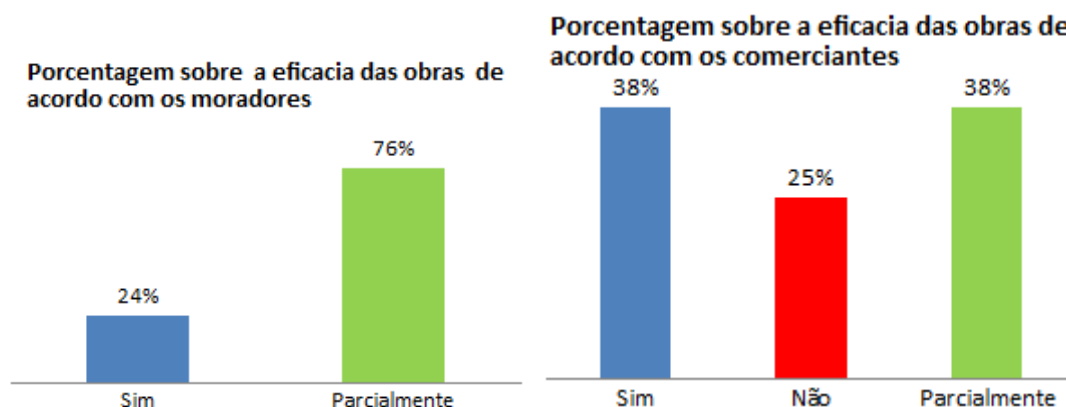


Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2023.

A partir da análise dos gráficos pode-se constatar que os alagamentos na área era o principal problema citado pelos dois grupos de entrevistados, dessa forma é correto afirmar que apesar do objetivo do antigo dique em evitar os alagamentos, esse empecilho ainda continuava a fazer parte da realidade da área. Em seguida, os dados sobre a falta de saneamento básico e violência se assemelham entre as duas tabelas. No entanto, os dados sobre fluxo viário são discrepantes entre as duas situações, sendo esse muito mais importante para os comerciantes.

Quando as obras de requalificação na Avenida Bernardo Sayão foram anunciadas criou-se a expectativa por parte dos moradores e comerciantes sobre os benefícios que ela poderia trazer para a área. No entanto, ao serem perguntados sobre a eficácia das obras os moradores e comerciantes tiveram diferentes respostas como é mostrado nos gráficos:

Gráficos 3 e 4: Eficácia das obras de requalificação da Avenida Bernardo Sayão segundo moradores e comerciantes.



Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2023.

Ao observar os dois gráficos nota-se que a questão dos alagamentos é o principal problema para os moradores e comerciantes da Avenida Bernardo Sayão do bairro do Guamá, sendo essa uma das principais expectativas que ambos os grupos esperavam que a obra de requalificação solucionasse, no entanto, como é citado por Rodrigues *et al.* (2018, p. 16) o resultado final não saiu como esperado.

(...) O resultado final apresentou um inconveniente recorrente neste tipo de intervenção viária na cidade de Belém – o nível da via ficou consideravelmente mais alto do que o das edificações lindeiras, o que causa problemas relacionados ao escoamento da água, à utilização de garagens, entre muitos outros.

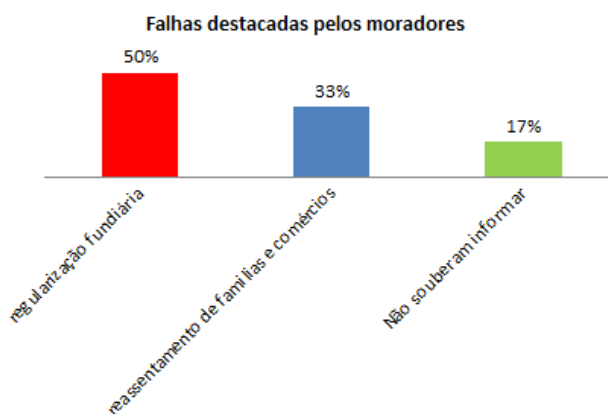
Apesar dos problemas que ainda persistem nessa área, a obra de requalificação também contou com benefícios. De acordo com os relatos e entrevistas de moradores e comerciantes a principal melhoria foi a melhor circulação do fluxo viário, o que possibilitou a valorização de residências e comércios na avenida, como mostra o relato de uma moradora do local.

“Depois que aterraram o canal e fizeram essa pista aqui na frente, houve um aumento de pessoas que passaram a fazer compras aqui” (Moradora I, 2023).

Se para os moradores que possuem um pequeno comércio o aumento do fluxo viário se tornou benéfico, para os comerciantes que possuem ou gerenciam imóveis de uso unicamente comercial a maior circulação de fluxo viário se tornou a principal melhoria após as obras de requalificação, a melhoria do fluxo viário é em maioria o principal benefício em decorrência das obras de requalificação da via, o que conseqüentemente contribuiu para a maior circulação de pessoas e produtos nos empreendimentos localizados na via. Entre os empreendimentos se destaca uma diversidade de portos de pequeno e médio porte, restaurantes, bares e hotéis.

Com a requalificação da Avenida Bernardo Sayão moradores e comerciantes destacaram melhorias após as obras, no entanto como é citado por Rodrigues *et al.* (2018) as obras viárias possuem um índice maior de conclusão do que os projetos voltados a área habitacional. Essa afirmação pode ser percebida quando se é analisado o subcomponente chamado desenvolvimento de soluções habitacionais que está inserido no Relatório de impacto Ambiental realizado pelo PROMABEN (2007). Nesse subcomponente estão inseridos soluções habitacionais para os moradores como a regularização fundiária e o reassentamento de negócios e famílias, no entanto, de acordo com os moradores entrevistados houveram falhas nas soluções propostas pelos responsáveis pelas obras de requalificação, como é demonstrado no Gráfico 5:

Gráfico 5: Falhas nas soluções habitacionais de acordo com os moradores, 2024.



Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2023.

Outro ponto destacado no Gráfico 5 se refere ao reassentamento de famílias e comércios dos moradores. De acordo com estes o processo de reassentamento foi temporário para que se pudesse concluir as etapas subterrâneas da obra de qualificação, bem como a retificação do canal paralelo a via, para isso, os moradores receberam uma indenização financeira que variava de acordo com o impacto que as obras pudessem acarretar em suas residências. Após vencida essa etapa os moradores

puderam retornar para as suas residências, sendo que alguns destes encontraram dificuldades em retomar as atividades comerciais que anteriormente exerciam. Esse problema também foi sentindo pelos moradores da sub-bacia 1 após as obras de intervenção neste trecho como é citado por RODRIGUES *et al.*(2018, pag. 13):

O que se observa, contudo, nas obras de drenagem já concluídas, especialmente na sub-bacia 1, é que a qualificação viária e paisagística veio aliada à uma política de remoção e reassentamento extremamente precária e mal articulada, que retirou moradores de localidades que eram a base de seu modo de vida e obtenção de renda no ambiente urbano e, além disso, foi incapaz de fornecer novas unidades a totalidade dessas famílias, seja em áreas próximas ou distantes da residência de origem.

Dessa forma percebe-se que em alguns casos ocorrem às mudanças no modo de vida e obtenção de renda, devido a isso gera-se uma nova dinâmica na Avenida Bernardo Sayão e o espaço urbano se torna uma mercadoria da lógica capitalista, com isso ele deixa de ser produzido como lugar de vida, e dá lugar ao valor de troca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No que se observa é que a requalificação da Avenida Bernardo Sayão não contou com um planejamento a longo prazo de remanejamento e/ou reintegração de moradores, sendo o primeiro apenas temporário para a realização das obras subterrâneas de drenagem, logo depois os moradores puderam retornar para as suas moradias. Dessa forma, ao retornar para as suas residências, os moradores ficaram sujeitos as novas condições da via, já que a mesma tem agora uma nova dinâmica e conseqüentemente incorporada como mercadoria pela lógica do capital através do aumento da circulação viária e das atividades comerciais, criando assim uma perspectiva de uma possível segregação socioespacial, já que a população passa a ocupar espaços acessíveis a sua renda, como é destacado por CARLOS (2007).

Esse processo de segregação socioespacial que pode estar em curso na Avenida Bernardo Sayão ganha destaque devido à importância econômica que este trecho da via desempenha, dessa forma o espaço deixa de ser produzido como lugar de vida e dá lugar ao valor de troca, o que por consequência gera a segregação. No mais com as condições criadas pelo Estado, surge o interesse (em especial o comercial) pelo espaço para a reprodução do capital:

Mas há interesses privados dos diversos setores econômicos da sociedade, que vêm no espaço a condição de realização da reprodução econômica, pois os lugares da cidade aparecem como lugares da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade de modo a entrever uma equação favorável a realização do lucro (CARLOS, 2007, p. 87).

Dessa forma, percebe-se que as obras de requalificação da via beneficiam em maior grau o interesse comercial, criando condições para o valor de troca do espaço, e conseqüentemente expulsando os que não se enquadram nessa lógica:

Assim, a revitalização é, antes de mais nada, um processo de revalorização do solo urbano que muda o uso do espaço pela imposição do valor de troca, expulsando aquele que não está apto a pagar por ele, como pode ser visto, por exemplo, em São Paulo, Salvador ou mesmo em Paris. A revitalização, por sua vez, também produz a assepsia dos lugares, pois o “degradado” é sempre o que aparece na paisagem como o pobre, o sujo, o feio, exigindo sua substituição pelo rico, limpo, bonito; características que não condizem com a pobreza (CARLOS, 2007, p. 89).

Nesse sentido, observa-se na prática a figura do Estado como promotor de ações que facilitam a inserção de outros agentes no espaço urbano como é destacado por Corrêa (1989), a partir disso, observa-se que a obra ao mesmo tempo em que visa garantir o direito à moradia e a melhores condições de vida para os moradores da via, se torna condição para a reprodução de desigualdades sociais através do valor de troca (CARLOS, 2007).

Mediante a esse panorama de análises a pesquisa constatou que nem todas as expectativas citadas por moradores e comerciantes foram atendidas após as obras de requalificação, como no caso os alagamentos que mesmo após as obras continuam a fazer parte da realidade da comunidade no período de chuvas durante o inverno Amazônico, além disso percebe-se que as obras mudaram a realidade da população no local com melhorias na infraestrutura da via e nas infraestruturas das vias, comércios e moradias causados pelas obras no trecho da via.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, A. G. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** Belém: UFPA/NAEA, 1988

BELÉM, Prefeitura Municipal de. **Programa de recuperação urbano-ambiental da bacia hidrográfica da estrada nova:** relatório de Impacto Ambiental, Belém, PA, 2007.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista. **Entre-Lugar**, Dourados, MS ano 1, n. 1, p. 73-98, 1º semestre de 2010.

CARDOSO, A. et al. **A estrutura socioespacial da região metropolitana de Belém: de 1990 a 2000**, n. 1. Belém: Novos Cadernos NAEA, 2006.

_____, Ana Cláudia Duarte; FERNANDES, Danilo Araújo; BASTOS, Ana Paula Vidal. **A inserção da RMB na Amazônia e na rede urbana brasileira.** In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira (ed.). Belém: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Observatório das metrópoles: Letra capital, 2015. cap. 2, p. 33-58. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/372>. Acesso em:..

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) produção do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 2008.

_____. A prática espacial urbana como segregação e o “direito a cidade” como horizonte utópico. In. **A cidade contemporânea: segregação espacial**, São Paulo, ano 1, n 1, p. 95-109, 2016

_____. **A tragédia urbana**. A cidade como negócio, São Paulo, ano 1, n 1, p. 43-63, 2015.

CORREA, Roberto Lobato Correa. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989

COSTA, Léa Maria Gomes da; BRITO, Lilian Simone Amorim. **(re) ordenamento territorial urbano e segregação socioespacial em Belém**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), Belém, n. 1, v. 01, p. 13-30, jan./jun. 2014.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1973. 2 v. (Coleção Amazônia, Série José Veríssimo).

FERREIRA, Carmena de França. **Produção do espaço e degradação ambiental: um estudo sobre a várzea do igarapé Tucunduba**. São Paulo: USP/FFLECH, 1995 (Dissertação de Mestrado em Geografia).

HENRIQUE, Marcio Couto. **Escravos no purgatório: o leprosário do Tucunduba (Pará, século XIX)**. Rio de Janeiro: Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.19, 2012.

HISTÓRICO DO PROMABEN.UCP. Disponível em: <<http://ww3.belem.pa.gov.br/promaben/promaben/>>. Acesso em 10 Jul. 2019

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**: Resultados do Universo/Agregados por Setores Censitários. Rio de Janeiro, 2010.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Assentamentos precários urbanos**: espaços da Região Metropolitana de Curitiba : relatório II. / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba : IPARDES, 2010.

LEÃO, Monique Bentes M.S. **Paisagem ribeirinha nas baixadas de Belém/PA: usos e apropriações na bacia da Estrada Nova**. XVII Enanpur, São Paulo-SP, 2017.

_____. **Macro drenagem e Urbanização na bacia da Estrada Nova**: Conflitos entre APP urbana e reassentamentos em baixadas de Belém/PA. 3º seminário nacional sobre tratamento de áreas de preservação permanente em Meio Urbano e restrições ambientais ao parcelamento do solo. Belém. 10 a 13 de Setembro de 2014.

_____. **A questão habitacional em projetos do pac urbanização de assentamentos precários em Belém/PA**. III Seminário nacional sobre urbanização de favelas, Salvador-BA, 2018.



GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas.

O ESPAÇO E O LUGAR RIBEIRINHO EM MEIO ÀS INTERVENÇÕES URBANAS NA COMUNIDADE DE VILA DA BARCA, EM BELÉM DO PARÁ

Fernanda Leticia Santos de Sousa¹ (PPGAU-UFGA)

Prof. Dr. Luiz de Jesus Dias da Silva² (PPGAU-UFGA)

RESUMO: Diante das disparidades socioespaciais presentes nas cidades brasileiras, torna-se fundamental a promoção de discussões sobre as medidas de reestruturação do espaço urbano, visando compreender até que ponto intervenções urbanas e habitacionais, como as em curso na comunidade de Vila da Barca em Belém do Pará, são capazes de abranger a dimensão humanizada dos diversos espaços da cidade. Isso implica investigar de que maneira ocorre o diálogo com grupos socioculturais diversos, assegurando a utilização satisfatória do ambiente construído. Para tanto, torna-se relevante compreender as diferenças conceituais entre "espaço" e "lugar", adotadas com o objetivo de analisar aspectos concretos e subjetivos impactados pelas mudanças vigentes na comunidade urbano-ribeirinha de Vila da Barca. Buscando abranger tais questões, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, explorando bibliografias e documentos relacionados ao tema, além de uma perspectiva etnográfica por meio de visitas realizadas ao local. Com isso, pretende-se discutir sobre os impactos sociais e afetivos sobre os moradores frente às intervenções habitacionais em curso na comunidade.

Palavras-chave: Espaço; Lugar; Arquitetura; Ribeirinho.

INTRODUÇÃO

A estreita relação de Belém com os rios e áreas de várzea se evidencia não somente pela sua disposição geográfica, onde se destaca a paisagem formada pelo rio Guamá e pela Baía do Guajará, mas também pela presença de diversos assentamentos em áreas alagadiças. Muitos desses assentamentos são caracterizados por construções adaptadas às condições naturais do espaço, estabelecendo uma notável conexão com o modo de morar ribeirinho. Como exemplo emblemático desses assentamentos, temos a Vila da Barca, uma comunidade inserida no tecido urbano de Belém, especificamente no bairro do Telégrafo, às margens da Baía do Guajará. Reconhecida por alguns veículos de comunicação como uma das maiores favelas de palafitas do país³, é tema frequente de debates sobre questões sanitárias, devido aos problemas com infraestrutura urbana e às mudanças

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (PPGAU/UFGA/BRASIL). E-mail: nandasousa.arq@gmail.com

² Docente no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (PPGAU/UFGA/BRASIL). E-mail: ljesusds@gmail.com

³ **Como é uma das maiores favelas de palafitas no coração da Amazônia.** Estadão, São Paulo, 17 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/como-e-uma-das-maiores-favelas-de-palafitas-no-coracao-da-amazonia/>>. Acesso em: 05 de abril 2024.

decorrentes das intervenções que têm promovido desde 2003 a transição no espaço ribeirinho para o conjunto do projeto habitacional.

A falta de integração da comunidade urbana-ribeirinha à cidade, destacada pela precária assistência em serviços públicos, reflete uma realidade presente em diversos espaços da capital paraense, assim como em grande parte das cidades brasileiras. Mesmo com um processo de urbanização heterogêneo, devido às diferenças regionais do país, esse fenômeno está associado ao desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, à migração em massa, seguida pela ocupação informal de terras menos valorizadas por segmentos de baixa renda (Gouvêa, Ávila e Ribeiro, 2009). Em Belém do Pará, essas terras são caracterizadas por cotas altimétricas mais baixas, denominadas "baixadas" pelo IBGE (2010), em que o processo de ocupação foi impulsionado pelo aumento populacional e pela expansão da cidade, resultando na existência de contrastes socioespaciais.

Segundo Cardoso, Miranda e Costa (2020), a consolidação da área urbana de Belém ocorreu por meio de um plano de alinhamento inspirado nos moldes europeus, enfocando a ocupação das áreas de terra firme, em contraponto à desconsideração das áreas de várzea. Estas últimas só tiveram uma ocupação mais intensa a partir da década de 1960, com a fixação informal "por populações que migraram da zona rural para a cidade por razões econômicas e sociais, geralmente associadas a conflitos e à falta de acesso a políticas públicas" (p. 2).

Rodrigues et al. (2013) descrevem o processo de comercialização e ocupação das terras altas pela população de maior poder aquisitivo, destacando que as áreas de várzea eram consideradas opções mais acessíveis, o que levou à informalidade na ocupação por parte da população de baixa renda. Assim como na origem da comunidade da Vila da Barca, grande parte dessas áreas passou a ser ocupada por ribeirinhos migrantes de outros municípios, já familiarizados com o modo de morar tradicional dos rios, conforme descrito por Rodrigues et al. (2013):

A ocupação de tais áreas em Belém foi marcada pela presença do migrante nativo da região, habituado com palafitas e a vida da várzea, e à prática de atividades extrativistas (como a pesca e a exploração de argila). O ribeirinho ao migrar para o meio urbano vinha em busca de oportunidades e encontrava nas áreas alagáveis e próximas aos rios e igarapés que cortam o espaço intra-urbano de Belém um ambiente familiar e acessível tanto do ponto de vista econômico, como espacial. (p.5)

O surgimento da Vila da Barca, assim como de outros assentamentos ribeirinhos situados principalmente nas baixadas da cidade, ocorreu mais especificamente entre as décadas de 20 e 30 do século XX. Segundo Diogo (2002), tal processo se deu após o período da borracha, com a migração de pessoas oriundas de outros municípios ribeirinhos. Na Vila da Barca, grande parte dos moradores mais antigos veio da cidade de Cametá, informação confirmada por meio de conversas com uma

moradora também coordenadora da Associação dos Moradores, que explicou que esse seria o motivo para a denominação de uma das principais passagens da comunidade como "passagem Cameté".

Desde sua origem, a comunidade enfrenta problemas com saneamento básico, abastecimento de água e energia elétrica, o que motivou a intervenção do poder público por meio do projeto iniciado em 2003. Esse projeto visava à instalação de infraestrutura urbana, incluindo a construção de unidades habitacionais em sobrados de tijolos aparentes, drenagem, aterramento, pavimentação e construção de equipamentos sociais (SEHAB, 2004). Atualmente, o projeto já concluiu duas das três etapas previstas, porém não contempla a continuidade para abranger os moradores que ainda residem na área das estivas, tendo impacto direto não apenas no espaço físico, devido à transição do modo de morar estabelecido, mas também levanta questões sensíveis sobre a relação com o lugar e seus moradores.

Tal contexto amplia as discussões para além dos aspectos objetivos relacionados à mudança na paisagem da comunidade, abrangendo também os aspectos subjetivos, uma vez que esse cenário de mudança espacial, que perdura há mais de duas décadas, impacta diretamente a vida dos moradores. Nesse sentido, a exploração dessas perspectivas só se torna possível nesta pesquisa por meio da delimitação dos conceitos-chave de "espaço" e "lugar", permitindo a análise dos aspectos funcionais do espaço ribeirinho em resposta às intervenções voltadas à resolução de questões urbanas, ao mesmo tempo em que se considera a descrição de um campo subjetivo. Para tanto, este artigo se apoia em algumas bibliografias que abordam os conceitos primordiais e o contexto da Vila da Barca, bem como o histórico da interação com o espaço ribeirinho de Belém. Além disso, parte de registros etnográficos resultantes do diálogo com alguns moradores e da observação em campo.

REFLEXÕES SOBRE ESPAÇO E LUGAR

Ainda que similares e com finalidades de uso na linguagem que se relacionam, as definições de *espaço* e *lugar* guardam diferenças significativas que nos possibilitam compreender a maneira como coexistem, junto ao ambiente construído, aspectos sensíveis que definem nossa percepção espacial. Tuan (1983), através da perspectiva da experiência, argumenta que as noções de lugar e espaço não podem ser definidas separadamente, dada a conexão que temos com uma e o desejo pela outra, sendo o lugar associado à segurança e o espaço à liberdade.

Percepção, espaço e lugar

Marc'Augé (1994) trabalha com esses conceitos ao descrever a maneira como os não-lugares podem ser entendidos como espaços não identitários, não históricos e não relacionais; logo, um lugar,

para além de sua localização espacial, é reconhecido por significados e valores atribuídos. No entanto, tal compreensão só é possível quando nos voltamos para o sujeito e para o objeto, e a partir daí para a experiência perceptiva e a presença humana inerente no espaço, no mundo. Para Merleau-Ponty, a consciência dessa presença é explicada pelo cogito "ser-no-mundo" e comparada à atenção à vida de Bergson, refletindo a capacidade de interação dos movimentos e reflexos, esboçados e realizados pelo corpo no espaço/mundo.

O corpo, nesse processo, é, portanto, o intermediário da experiência no ambiente; é a partir dele que construímos nossa percepção espacial e recriamos dinâmicas de adaptação e ocupação em diferentes espaços. Dessa forma, a percepção funciona como uma resposta do corpo aos estímulos do ambiente, mas mais do que um processo passivo, é principalmente uma troca imersiva do sujeito com o mundo. No discurso construído por Merleau-Ponty (1999), a percepção é compreendida da seguinte forma:

(...) uma comunicação ou uma comunhão, a retomada ou o acabamento, por nós, de uma intenção alheia ou, inversamente, a realização, no exterior, de nossas potências perceptivas e como um acasalamento de nosso corpo com as coisas. (p.429)

Na estruturação e organização do espaço, a percepção e experiência do corpo no mundo tornam-se imprescindíveis, dado o histórico em que as "referências espaciais se utilizaram das ações e práticas corpóreas para delimitar suas áreas de tráfego, de uso e sistematização do assentamento, por meio da arquitetura e urbanismo" (Duarte et al., 2020, p. 72). Lefebvre (2000) destaca que o espaço não é apenas passivo nesse contexto, sendo meramente um produto, mas também faz parte da força produtiva por meio da "organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias" (p. 7).

No contexto arquitetônico, então, nos deparamos com "ambientes construídos" que se estruturam para atender às demandas dessas práticas corpóreas, às necessidades do morar; no entanto, tais estruturas podem não corresponder à dimensão subjetiva que permeia o espaço. "O ambiente construído nem sempre é necessariamente humanizado; embora seja modificado pelo ser humano, pode simplesmente não servir aos seus propósitos sensíveis, às suas necessidades emocionais e mais complexas" (Silva, 2021, p. 19).

Nesse sentido, a intervenção humana manifestada pela produção do espaço, ainda que atenda às questões práticas cotidianas, não necessariamente abarca as questões sensíveis do sujeito usuário do ambiente. Portanto, nem sempre ocorre a correspondência das demandas do lugar no espaço, ou seja, a transição de uma área geometricamente delimitada para um ambiente carregado de referências e valores culturais-afetivos (Tuan, 1983). No que diz respeito à percepção desses dois

conceitos, Tuan (1983) utiliza a metáfora do triângulo para descrever que o espaço seria a forma geométrica que enxergamos em um primeiro momento, e o lugar seriam os diferentes ângulos que constituem determinado triângulo, só sendo possíveis de serem percebidos quando nos aprofundamos nesta geometria.

Deparamo-nos com diferentes espaços na cidade, que, da mesma forma que a geometria do triângulo, vista por quem é de fora apenas como um recorte territorial, possuem profundas percepções para quem vivencia diariamente o seu espaço, atribuindo-lhe vínculos relacionais, identitários e afetivos (Marc Augé, 1994), seja por uma rua, um estabelecimento ou principalmente pela própria moradia⁴. Este é o caso da Vila da Barca e de outros espaços de várzea da cidade de Belém, cuja paisagem é estereotipada por problemas urbanos e sociais, mas que, para além disso, possuem uma dimensão subjetiva carregada de valores e significados.

O espaço e o lugar ribeirinho em Belém/PA.

Em Belém, os espaços com referências ribeirinhas frequentemente têm suas paisagens associadas à pobreza e à precariedade, o que se reflete nas ações do poder público, especialmente no que diz respeito à reurbanização. Essas soluções muitas vezes não dialogam com a cultura espacial que constitui o lugar. Como observado por Perdigão (2016, p. 3), "o contexto amazônico tem sido fragilizado e até certo ponto hostilizado, associando palafitas à total condição de precariedade, um pensamento generalista que traz implicações distorcidas no âmbito das políticas habitacionais".

O ofuscamento dos espaços de várzea, embora tão próximos do centro da cidade, devido à presença de sua periferia (as baixadas) confinante, tem se manifestado em um processo contínuo de apropriação das referências arquitetônicas e urbanísticas importadas, que sobrepõem os valores e as dinâmicas ribeirinhas. Cardoso, Miranda e Costa (2016) descrevem essa apropriação na expansão urbana de Belém por meio dos empreendimentos imobiliários iniciados na década de 1970, com os conjuntos habitacionais que reproduziram o modo de vida dos subúrbios norte-americanos por meio de um padrão de consumo globalizado. Esse contexto vem inviabilizando, ao longo do tempo, a manutenção de práticas culturais e regionais, onde aqueles que "associavam o lazer ao acesso gratuito aos rios, balneários e praias, e assumiam a rua como espaço de convivência, foram gradativamente perdendo essas possibilidades" (Cardoso, Miranda, Costa, 2016, p. 4).

⁴ A moradia adquire o sentido de lugar quando consideramos as relações afetivas estabelecidas neste espaço, havendo uma distinção entre casa e lar, da mesma forma que entre espaço e lugar, como corroborado pela origem da palavra "lar". "A palavra lar é uma corruptela de lareira. A lareira primitiva que faz do seu fogo o elemento inseparável da cabana rústica. O fogo que reúne ao seu redor todos os integrantes de um laço familiar, sendo, de um modo figurativo, um manto que aquece e une a todos num mesmo instante" (Miguel, 2002, n.p)

Nessa conjuntura, o lugar ribeirinho parece à medida que os espaços de várzea são suprimidos pela reestruturação do espaço urbano. Como parte dessa perda, também são implicitamente desvalorizados os conhecimentos populares e as técnicas construtivas que remontam aos povos originários e à cultura ribeirinha, numa perda contínua do vínculo com o espaço natural. Além desses impactos, a desarticulação das políticas urbanas com o lugar ribeirinho afeta também a permeabilidade do solo com os aterramentos, resultando em inundações e alagamentos, a distribuição de massas vegetais e a potencialização das ondas de calor. (Cardoso e Miranda, 2018)

O LUGAR RIBEIRINHO EM MEIO ÀS INTERVENÇÕES ESPACIAIS DO PROJETO

A Vila da Barca não ilustra apenas em seu nome o nexos com o rio. A comunidade, que teve sua denominação originada de uma embarcação que navegava pelas águas amazônicas, evidencia também em sua paisagem o conhecimento popular, a observação da dinâmica natural das marés e o diálogo com este recurso natural, seja por meio da elevação das moradias em palafitas ou pela presença de indivíduos que ainda nutrem uma relação de afetividade com os cursos d'água, expressa nas memórias que emergem no lugar.

A escolha da localização às margens da baía do Guajará (figura 01) não é casual. Ela reflete uma linguagem cultural e uma preferência pelo ambiente ribeirinho, ao mesmo tempo em que explicita as desigualdades sociais típicas da realidade urbana, com uma população menos privilegiada economicamente buscando atender às necessidades de moradia.

Figura 01. Em destaque, a área das palafitas na comunidade de Vila da Barca e as principais vias de acesso. (Em vermelho, a Av. Pedro Álvares Cabral - Em azul, a Tv. Coronel Luís Bentes - Em verde, a Rua Prof. Nelson Ribeiro)



Fonte: Elaboração própria a partir de Imagem do Google Earth, 2024.

A formação do espaço: Vila da Barca

Bruno Menezes (1953), o escritor paraense, descreveu em seus versos de "Lua Sonâmbulas" a história do nome "Vila da Barca". Segundo o romancista, o empreiteiro Manuel Pedro havia construído uma embarcação para transporte de madeiras, principalmente carga e trabalhadores vindos de Portugal. As motivações por trás disso não eram conhecidas, mas a veleira foi abandonada nas proximidades de onde se originou a Vila da Barca. Encalhada e em bom estado, ela serviu como moradia para pessoas sem residência fixa. Com a chegada de novos moradores, a embarcação foi desmontada e seu madeiramento foi utilizado para construir "casebres palafitários" em terrenos da Marinha.

Foi então que de ti nasceu a "Vila da Barca", com os primeiros casebres feitos do cavername, do teu negro arcabouço, resistente aos embates, aos açoutes marinhos.

A preferência ambiental pela área que ocupa a Vila da Barca é multifacetada e não pode ser atribuída a uma única causa. Elementos como a cultura local, a expansão urbana de Belém, fatores sociais, pessoais e econômicos, ou uma combinação desses, contribuem para entender a perspectiva tanto do indivíduo quanto do coletivo ribeirinho. Conforme Tuan (1974) destaca, compreender a preferência ambiental de uma pessoa requer examinar sua herança biológica, ambiente de criação, educação, trabalho e entorno físico. Em uma escala coletiva, é fundamental compreender a história cultural e a experiência de um grupo dentro do contexto de seu ambiente físico.

A escolha do local, considerando a análise do contexto espacial e temporal das primeiras habitações, parece estar relacionada tanto à cultura quanto à economia. Menezes (2016) argumenta que a área era estratégica devido à sua proximidade com o Ver-o-peso, onde os ribeirinhos vendiam produtos agrícolas enviados por seus familiares dos municípios de "Igarapé-Miri, Abaetetuba e Cametá, objetivando complementar a fonte de renda, além de buscar empregos na indústria da Castanha e no Curtume" (p.52)

As primeiras palafitas, conforme relatado por moradores mais antigos, eram espaçadas entre si. "Aqui morava pouca gente, muito pouco mesmo. Depois foi enchendo, aqui era um matagal", descreveu Dona Ilda, de 86 anos, natural de Cametá e moradora da comunidade há mais de 60 anos. Aqueles que testemunharam as primeiras décadas da Vila da Barca expressam certa nostalgia em relação ao espaço que era pouco ocupado anteriormente, mesmo considerando a falta de acesso à energia elétrica e à água, que só podia ser obtida por meio de uma torneira pública localizada na Rua Coronel Luís Bentes.

Renato Tapajós (1964), por meio de seu documentário⁵ sobre a comunidade narrado por Cláudio Mamberti, oferece uma descrição detalhada das dinâmicas no espaço da época, incluindo relatos dos moradores sobre a escolha do local e o trabalho na indústria da castanha. Como visto em uma das reproduções de fala dos moradores: "Vim pra cá, pelo menos junto do rio eu fico! A patroa trabalha na castanha, quando tem safra..." (Tapajós, Vila da Barca, 1964, 00:14). Cláudio se refere à comunidade como um bairro de Belém, que já existia há mais de 30 anos naquela época, e segundo ele, permanecia praticamente sem alterações. No documentário, as palafitas são chamadas de barracos: "Seus 800 barracos construídos sobre as águas lamacentas do rio Amazonas abrigam mais de 4500 pessoas" (1:27), um número que contrasta com o levantamento de 1969 mencionado no documento do Museu Emílio Goeldi (1974), realizado cinco anos após o documentário, o qual menciona a existência de 152 palafitas habitadas, abordando a questão da grilagem direta e indireta na área.

Nestes registros, a comunidade ribeirinha já era apresentada com seus problemas sanitários destacados, quando o documentarista enfatiza que, mesmo morando sobre a água, não poderiam utilizá-la, pois estava poluída para consumo, devido aos dejetos das casas e detritos de fábrica ali despejados. Essa realidade também se fazia presente no restante da cidade, com desafios decorrentes da evolução urbana promovida desde a Belle Époque. Paul Le Cointe, um naturalista francês, descreveu esses problemas anteriores à década de 1920 como insolúveis, incluindo a má qualidade da água potável e da rede de esgoto, além da falta de higiene e limpeza urbana. Ele observou como os rios funcionavam como depósito de esgoto e lixo, evidenciados durante a maré baixa da baía do Guajará, trazendo consigo uma lama fétida misturada com detritos de todos os tipos, conforme registrado em "leurs boues fétides, mélangées à des détritrus" (PENTEADO, 1968, p. 163).

Ao longo do tempo, essas questões levaram a cidade a intervir, cerceando os cursos d'água e alterando as dinâmicas do espaço de várzea. De acordo com Rodrigues et al. (2013), o padrão de intervenção que se consolidou em Belém visava à retificação dos cursos d'água, o que modificou a paisagem e as formas de apropriação da rede hidrográfica.

Os cursos d'água foram se tornando elementos de uma rede técnica, parte de um sistema de escoamento de micro e macrodrenagem, presenciando-se a mudança do rio para o canal, expressando a instrumentalização do curso d'água para garantir condições sanitárias e permitir as funcionalidades do que seria uma cidade moderna. Isto colaborou para que os cursos d'água passassem a ser reconhecidos pelos moradores não mais como elemento natural e parte da paisagem, mas como canal de escoamento de esgoto [...] (p.9)

⁵ VILA DA BARCA. Direção de Renato Tapajós. Produção de Abílio Couceiro. Belém/PA, 1964.

Da mesma forma, ocorreu nas décadas de 60 e 70, nas proximidades da Vila da Barca, o aterramento das vias ligadas à Avenida Pedro Álvares Cabral, resultando em mudanças substanciais no espaço. Em muitos casos, isso levou à expulsão de famílias que não puderam arcar com os impostos decorrentes da infraestrutura urbana (Menezes, 2016). A continuidade da Vila da Barca só foi possível graças à resistência de seus habitantes, que lutaram contra a privatização da orla de Belém, conforme destacado por Menezes (2016, p. 53), com base em informações da Secretaria de Habitação (SEHAB, 2004).

Percepções sobre o lugar ribeirinho em meio às mudanças espaciais

Resistindo às mudanças estruturais no espaço, os planos de modificação da paisagem da Vila da Barca só tiveram início de fato em 2003, com a aprovação do projeto urbanístico e habitacional. Este projeto previa intervenções voltadas à infraestrutura urbana e à construção de um conjunto habitacional. Segundo Souza (2011), essa iniciativa durante a gestão do prefeito Edmilson Rodrigues representava uma extensão das ponderações iniciadas no programa de intervenção anterior denominado "Morando Melhor". Esse programa beneficiou 59 famílias entre 1998 e 2000, oferecendo financiamento de materiais de construção para realizar pequenas melhorias nas residências. No entanto, essas ações não abordavam problemas coletivos, especialmente relacionados ao saneamento (Pinheiro, 2007).

Embora a iniciativa de intervenção date de 2003, a apresentação do projeto só foi realizada de fato um ano depois, em 2004. Em 2006, iniciaram-se as obras, seguidas por várias modificações, incluindo ajustes no número de unidades habitacionais e a adição de um maior número de unidades de uso misto (comércio e habitação) (Menezes, 2016). Houve também períodos de estagnação e retomada das obras, resultando no atraso e na entrega efetiva de apenas duas das primeiras etapas⁶. Entretanto, a terceira etapa, que previa a construção de unidades habitacionais em toda a área onde hoje se encontram as palafitas, erradicando a última porção existente dessa tipologia, não teve continuidade até o momento, gerando nos moradores que aguardam os benefícios o sentimento de incerteza e insegurança sobre seus futuros neste espaço.

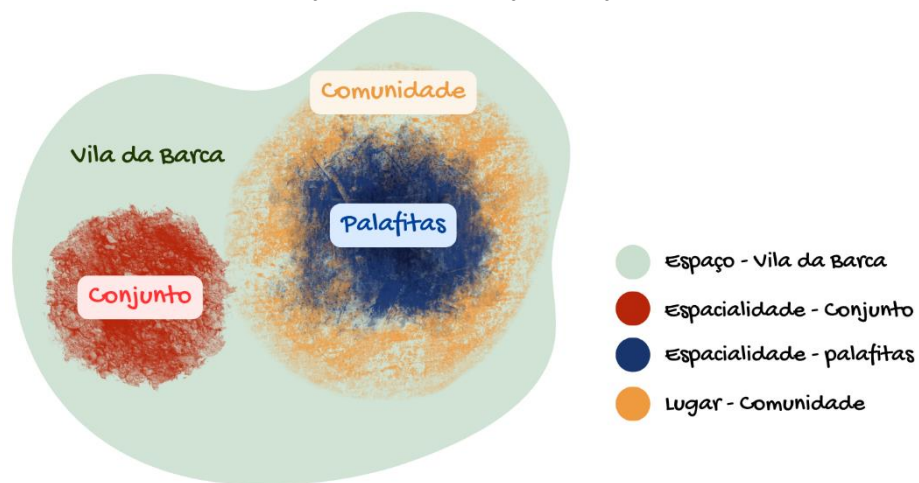
Diante desse contexto, instaurou-se na Vila da Barca duas espacialidades⁷ contrastantes: a do "conjunto" e a das "palafitas". Aquela denominada pelos moradores das palafitas como "conjunto", em referência ao conjunto habitacional, parece não ser reconhecida como parte da comunidade e

⁶ **MPF e DPU querem aceleração de obras na Vila da Barca.** Liberal, Belém/PA, 17, jun. 2019. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/mpf-e-dpu-querem-acelera%C3%A7%C3%A3o-de-obras-na-vila-da-barca1.163850>. Acesso em: 07 de abril de 2024.

⁷ Espacialidade é uma certa forma de organização geral do espaço social que apresenta características predominantes que a qualificam e a diferenciam historicamente das outras (Ramos, 1982, p. 82)

como representação do que consideram a Vila da Barca. Isso se deve a uma série de fatores, incluindo a presença de pessoas desconhecidas por eles, que, de acordo com a coordenadora da AMVB (Associação dos Moradores), em certa medida, não faziam parte da comunidade e mesmo assim foram os primeiros a receber uma moradia pelo Projeto, sendo chamados de "moradores da pista" em referência às localizações anteriores nas proximidades da Avenida Pedro Álvares Cabral. Tal relação entre espaço, espacialidade e lugar, frente às percepções dos moradores, pode ser observada a partir do diagrama a seguir:

Figura 02. Representação gráfica da relação espaço-espacialidade-lugar.



Fonte: Elaborado por Fernanda Sousa, 2024.

Nesse sentido, ainda que compartilhem o mesmo espaço que formalmente constitui a Vila da Barca, a espacialidade do "conjunto" não parece se integrar ao lugar reconhecido pelos moradores da comunidade. Conforme exposto por Duarte et al. (2020, p. 32), "o lugar só se torna um lugar quando as pessoas o utilizam como referência, se apropriam dele de diversas maneiras, e quando há convivência e coletividade estabelecidas".

As diferenças no padrão de moradia adotado pelo projeto, mesmo que implicitamente, parecem contribuir para esse sentimento. As habitações denotam uma mudança no estilo de moradia ribeirinha, expressando uma linguagem arquitetônica diferente da tradicional, com sobrados em tijolos aparentes e uma disposição dos ambientes que compromete a continuidade e a interação entre os moradores e o ambiente natural. Isso é demonstrado pela "ruptura da continuidade provocada pelas barreiras físicas (paredes) da circulação compacta na casa atual, e a localização do banheiro no setor social, próximo à sala, diferente do que ocorre no tipo de palafita amazônica" (Menezes, 2015, p.86).

A experiência etnográfica na Vila da Barca nos permitiu, além do reconhecimento da espacialidade das "palafitas", a percepção da ambiência⁸ ribeirinha ali presente. Aclarada à medida que adentramos à comunidade por meio da passagem Cameté. O conjunto habitacional do outro lado da rua Coronel Luís Bentes parece ser de fato uma espacialidade alheia aos moradores das palafitas, pois é nas estivas que encontramos as memórias afetivas e o sentimento de pertencimento à Vila da Barca. É ali que surgem relatos sobre o espaço, as mudanças vivenciadas no lugar, os problemas sociais enfrentados e as expectativas e incertezas relacionadas ao *morar*.

Figura 3. Registros etnográficos na passagem Cameté, Vila da Barca.



Fonte: Fernanda Sousa, 2024.

Para Duarte et al. (2020), as ambiências só podem ser compreendidas através da experiência corporal no lugar. Nossos sentidos são aguçados pela ambiência ribeirinha-urbana que se apresenta diante de nossos olhos, ouvidos e nariz enquanto caminhamos pelas estreitas estivas da Vila da Barca. Entre moradias situadas a curta distância uma da outra, as conversas e interações fluem pelas vias de madeira, às vezes originadas nos pátios das próprias casas: "Como vai, fulano?" "Daqui a pouco eu passo aí contigo" "Tô indo na feira." Do mesmo modo, também são percebidos fluxos e diálogos que incomodam os moradores, refletindo os problemas relacionados à comercialização e ao uso de entorpecentes em trecho específico da comunidade.

Exceto por tais problemas e pelas questões sanitárias que frequentemente emergem em seus discursos de descontentamento, os relatos dos moradores quase sempre são centrados no bom relacionamento entre eles e nas memórias do lugar: "aqui todo mundo se conhece" "aqui ninguém

⁸ "A ambiência, nessa abordagem, poderia ser definida como um "pacote" que agrupa não apenas o espaço vivenciado, mas todo o conjunto de dados sensoriais e seus aspectos materiais e imateriais" (Duarte et al., 2020, p. 110)

mexe com ninguém”. O senso de comunidade - motivado em certa medida pela ausência do poder público - é refletido na união dos moradores, os quais, como observado, se conhecem quase que em sua totalidade. No que tange a esta relação de comunidade, Peruzzo e Volpato (2009) abordam o conceito de comunidade de modo muito similar ao de lugar, descrevendo aspectos intangíveis em sua formação, como seu significado de segurança em meio aos perigos da sociedade, o senso de solidariedade e a vida em comum.

A relação com o lugar se expressa nas falas dos moradores sobre os vínculos familiares existentes: "é uma comunidade como a gente fala assim, ela é feita de famílias, não é de gente *estranhos*" (Dona Vilma, coordenadora da AMVB). Esse sentimento reflete o apego ao lugar, que, segundo Tuan (1977, p. 286), é palpável "por ser familiar, porque é o lar e representa o passado, porque evoca orgulho de posse ou de criação".

A retomada do passado idealizado também reflete este vínculo, onde quase sempre aparecem na narrativa sobre os problemas intensificados com o passar dos anos, o resgate de relatos sobre como era a comunidade, como era agradável viver nesse espaço, num processo em que se incorporam passado e presente, "alma e corpo, tangível e intangível, e a subjetividade inerente que traduz autoconsciências individuais e coletivas e pressupõe continuidades entre passado, presente e futuro" (Godoy e Silva, 2020, p. 110).

Isso aqui era vazio quando eu era moleque, a gente andava por tudo aqui, tinha poucas casas, não era encostado casa com casa, tudo tinha chagão as casas, os filhos foram arrumando mulher e vai crescendo. Tanto é que esse cadastro era uma coisa e nunca que é a mesma coisa pelo tempo que já tá (Pastor Sidney, 42 anos, nascido na comunidade).

Como evidenciado no relato, também é perceptível uma visão de descrédito em relação ao prosseguimento do projeto abrangendo a todos, devido às alterações e ao adensamento da área, que já não reflete a situação no período em que foi realizado o levantamento pela Secretaria de Habitação. Dona Vilma, moradora e ativista pelos direitos dos moradores, observa que em algumas residências já há a presença de mais de uma família, fato que não foi contemplado no processo inicial de cadastramento.

As percepções dos moradores em relação às mudanças no espaço frequentemente carregam um sentimento de desconfiança e insegurança, que permeia o discurso tanto sobre a manutenção de suas moradias nas palafitas quanto sobre a garantia de um apartamento no conjunto habitacional. O apego ao lugar também se manifesta na forma como os moradores abordam os problemas urbanos, especialmente relacionados ao saneamento, como responsáveis por seus descontentamentos com o ambiente, sem que haja outras questões que os afastem do local onde residem: "A gente não quer sair

daqui, o que a gente quer é melhoria" - Dona Vilma, moradora. Diante da falta de perspectiva concreta de melhorias aplicadas à realidade urbana-ribeirinha, há o risco não apenas da perda de espaços físicos, mas também de lugares que representam valiosos bens culturais na cidade de Belém. Esses lugares, com grande potencial e valor patrimonial, estão atualmente invisibilizados e sujeitos a transformações cada vez mais intensas, com risco de desaparecer da paisagem belenense (Godoy e Silva, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário de intervenções urbanas em diferentes espaços da cidade frequentemente coloca em segundo plano o lugar, entendido como o "ambiente construído humanizado, ou seja, transformado pelas e para as ações humanas, aguçando a sensorialidade e, conseqüentemente, a percepção dos sujeitos" (Duarte et al., 2020, p. 30). Carregamos em nossa formação técnica o senso comum de valorização de determinadas culturas arquitetônicas em detrimento de outras, quando diante de uma moradia ou conjunto de moradias consideradas precárias, sugerimos a necessidade de intervenção e transição para um modo de morar tido como "melhor", sem que haja a consideração da manutenção dos valores já estabelecidos com soluções que dialoguem com o lugar.

Tal processo de afastamento e até mesmo de ofuscamento do modo de vida ribeirinho se faz presente em vários momentos da formação de Belém, resultando numa perda contínua da identidade e dos valores amazônicos. No caso específico da Vila da Barca, os problemas urbanos enfrentados destacam a necessidade de soluções e intervenções, principalmente relacionadas ao saneamento na área das palafitas. A inserção do projeto habitacional parece ter surgido como o único modelo capaz de suprir as demandas exigidas, por meio do aterramento e criação de esgotamento sanitário em área de terra firme. No entanto, a mudança substancial das palafitas para o conjunto habitacional apresenta uma modificação de impacto não só para o espaço como para o lugar, devido à possibilidade de perda das relações e afetividades construídas na ambiência ribeirinha.

Os problemas urbanos ainda não solucionados nas baixadas de Belém do Pará apontam para a necessidade de uma abordagem mais sensível e contextualizada na estruturação do espaço, considerando não apenas questões práticas do ambiente construído, mas também as dinâmicas culturais e sociais específicas de cada lugar. A complexidade do contexto citadino de Belém, com suas disparidades sociais e culturais, configura um grande desafio para a efetividade das intervenções urbanas. Isso ocorre uma vez que a compreensão sobre o lugar requer um olhar minucioso sobre as relações que se estabelecem dentro do espaço, sendo estas preponderantes na satisfação do ambiente construído para as necessidades do morar, mas principalmente de existir, enquanto indivíduo e

coletivo. "Para que as cidades funcionem e convidem as pessoas a fruí-las, sob todas as circunstâncias, aspectos físicos, práticos e psicológicos devem ser bem tratados e, depois, melhorados através do trabalho em suas qualidades visuais." (Gehl, 2013, p. 181).

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. Lisboa: Editora 90º, 2006 [1992].

CARDOSO, A. C. D. ; MIRANDA, T. B. **Invisibilidade social e produção do espaço subordinado em Belém (PA)**. PAISAGEM E AMBIENTE , p. 85-107, 2018.

CARDOSO, A. C. D. ; MIRANDA, T. B. ; COSTA, C. **Transformações Urbanas e Socioambientais na Cidade de Belém: A Contramão Perversa**. In: XI Colóquio Quapa Sel - Quadro Do Paisagismo No Brasil, 2016, Salvador. anais do XI Colóquio QUAPÁ-SEL Sistemas de Espaços Livres. São Paulo: Lab QUAPÁ, 2016. v. 1. p. 1-16.

DIOGO, A. A. M. **Por uma interpretação urbanística situacional de espaços de moradia auto-construída. "Vila da Barca: morando sobre as águas" Belém – Pará – Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2002. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

DUARTE, Cristiane Rose; MIRANDA, Cybelle; PINHEIRO, Ethel; SILVA, Luiz de Jesus. **A Experiência do Lugar Arquitetônico: Dimensões Subjetivas e Sensoriais das Ambiências**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2022. 194 p.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo, Perspectiva, 2013.

GODOY, Renata de. SILVA, Luiz de Jesus Dias da . **O tangível também pode ser**. In: Luiz de Jesus Dias da Silva; Cybelle Salvador Miranda. (Org.). *Cultura, sociedade e espacialidades na Amazônia*. led.Belém: NUMA/UFPA, 2020, v. , p. 105-120.

GOUVÊA, D. C.; ÁVILA, P. C.; RIBEIRO, S. B. **A regularização fundiária urbana na Amazônia legal**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 11, n. 2, 2009. Disponível em: . Acesso em: 07 abr. 2024.

MENEZES, Bruno de. **Obras completas**. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993. v.1, p.339-340.

MENEZES, Tainá Marçal dos Santos. **Referências ao projeto de arquitetura pelo tipo palafita amazônico na Vila da Barca (Belém – PA)**. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Orientadora: Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8620>>. Acesso em: [10 de março de 2024].

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1996. __. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIGUEL, Jorge Marão Carnielo. **Casa e lar: a essência da arquitetura**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 03, n. 029.11, Vitruvius, out. 2002. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/746>>. Acesso em: 16 de março de 2024.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém do Pará: Estudos de Geografia Urbana**. Vol.2 Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

PERDIGÃO, A. K. A. V. **Tipo e tipologia na palafita amazônica da cidade de Afuá.** VIRUS, São Carlos, n. 13, 2016. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus13/?sec=4&item=2&lang=pt>>. Acesso em: 11 Mar. 2024.

PINHEIRO, et al. **Assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém: baixadas e ocupações.** In: MORAES, M. P.; KRAUSE, C.; NETO, V. (Org.). Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros. Brasília: Ipea, 2016.

RODRIGUES, R. M. ; PONTE, Juliano P. Ximenes ; LIMA, J.J. F. ; BARROS, Nayara Sales; LOPES, Rebeca Silva Nunez . **Urbanização das Baixadas de Belém-PA: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano.** In: XV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2013, Recife. Anais do XV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2013.

SILVA, Luiz de Jesus Dias. **Percepção do ambiente construído humanizado.** In: SILVA, Luiz de Jesus Dias (Org.). Percepção do ambiente construído. Por mais humanização em arquitetura e urbanismo. BELÉM: PAKATATU, 2021, v. 01, p. 17-32.

SOUZA, A. K. **Vila da Barca, das palafitas ao conjunto habitacional: análise sobre a (im)permanência dos moradores na área.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983, p. 132-150.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: DIFEL, 1974. 288 pp.



GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas

CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS APÓS REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO UTINGA (PEUT), EM BELÉM/PA

Natielly Elis Sousa de Miranda¹ (PPGAU/UFPA)

Luiz de Jesus Dias da Silva² (PPGAU/UFPA)

RESUMO: Este trabalho apresenta uma síntese da relação entre o Parque Estadual do Utinga – PEUt e o processo de urbanização de seu entorno sudoeste, apontando para as consequências sociais e territoriais decorrentes das recentes obras de requalificação. O parque é uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, localizada na região metropolitana de Belém no estado do Pará, é um patrimônio estadual e seu desenvolvimento está atrelado ao histórico do abastecimento de água da cidade. No ano de 2018 o PEUt passou por um processo de requalificação, onde sofreu alterações físicas em seu interior e em suas adjacências. Salienta-se que a área amostral deste estudo é a porção sudoeste, no bairro do Curió-Utinga, pois é a região onde ocorreram as maiores alterações projetuais. A metodologia adotada baseia-se na etnografia com as técnicas de entrevistas e observação para captar informações necessárias a fim de obter uma compreensão ampliada do conflito de interesses entre os moradores do entorno e o poder público. Ao explorar o entorno sudoeste do PEUt é possível perceber um processo desigual e contraditório, pois o Parque tornou-se um importante elemento para a preservação ambiental de Belém, entretanto foi mais valorizado seu embelezamento, ao invés de realizar ações que fomentem a educação ambiental e o manejo florestal comunitário. Ademais, o debate presente nesta pesquisa contribui para reflexões de que as áreas verdes dentro das cidades estão sendo tratadas como reserva de valor para o mercado, o que contribui para potencialização das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Conflitos sociais; Uso do território; Preservação ambiental.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo, que é um recorte da dissertação da autora (Miranda, 2023), vinculada ao PPGAU/UFPA, analisou os resultados das mudanças impostas na organização do espaço construído, baseada no padrão de uso da terra, que satisfaz principalmente aos interesses dos gestores públicos, que buscam transformar o Parque Estadual do Utinga – PEUt em um espaço de lazer contemplativo e em um polo turístico, visando a ampliação da economia local. Nesse sentido, é relevante avaliar a interação entre o homem e a natureza, não apenas em dados oficiais evidenciados pelos órgãos

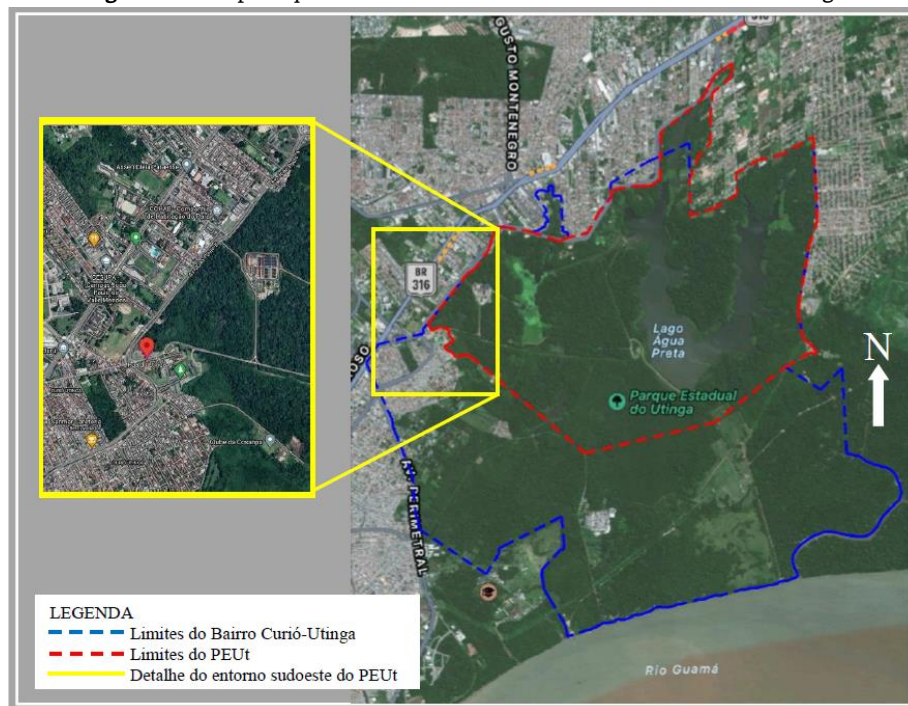
¹ Arquiteta e Urbanista pela FAU/UFPA. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, PPGAU / UFPA, Brasil.

² Arquiteto e Urbanista pela FAU/UFPA. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PROARQ-UFRJ. Doutor em Antropologia pelo PPGCS/IFCH/UFPA. Professor da FAU/UFPA e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, PPGAU / UFPA, Brasil.

públicos, como também, é fundamental realizar uma análise subjetiva das ações, de modo a investigar como a sociedade interage e percebe as áreas verdes.

Para tal análise, foi necessário ir ao campo para observar e coletar os relatos orais dos visitantes do PEUt e dos moradores do entorno sudoeste, destaca-se que a escolha da área amostral foi determinada pelo grande volume de modificações causadas pelas obras de requalificação em 2018. A porção sudoeste do Parque está inserida no bairro do Curió-Utinga na cidade de Belém (como pode ser visualizado nas figuras 01 e 02), o qual é um bairro periférico que foi ocupado de forma espontânea durante o período de crescimento populacional e horizontal de Belém, esta área possuía o atrativo de estar nas proximidades da Estrada de Ferro Belém-Bragança, perto do centro comercial e também por ser um espaço vazio e de custo mais baixo, já que é um local de várzea, ou baixada³, e que naturalmente ocorrem alagamentos.

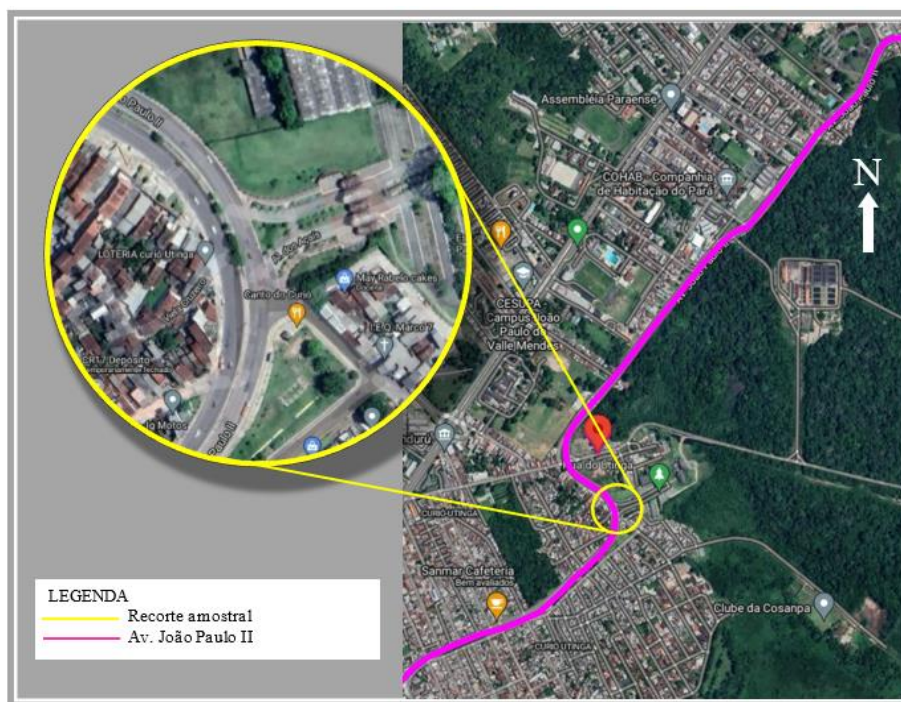
Figura 01 – Mapa esquemático dos limites do PEUt e do bairro Curió-Utinga



Fonte: Miranda, 2023, p. 20.

Figura 02 – Mapa esquemático dos limites do PEUt e do bairro Curió-Utinga

³ Em Belém-PA [...], a baixada se caracteriza pela alta densidade construtiva e populacional, pela ocorrência de edificações em forma de palafita, conectadas por estivas (pontes de madeira que servem de acesso às residências substituindo ruas e calçadas), pela precariedade da infraestrutura urbana, que resulta em graves problemas de manutenção das condições naturais de cursos d'água, por serem utilizados como esgoto e pela obstrução por lixo na calha e nas áreas marginais. As baixadas de Belém representam, portanto, a expressão da cidade informal, autoconstruída a partir da ocupação de terras desvalorizadas pelo mercado formal, ainda que próximas da porção mais central e infraestrutura da cidade (Rodrigues *et al.*, 2013, p.7).



Fonte: Miranda, 2023, p. 21.

Por meio desta pesquisa, foi possível perceber que o projeto proporcionou à população do entorno melhoramentos na infraestrutura como o prolongamento da Av. João Paulo II e o asfaltamento de vias próximas ao Parque, além de ocasionar o crescimento do comércio local, contudo essas benfeitorias não sanam os problemas que existem no bairro, pois o piso impermeável interfere no conforto ambiental e no coeficiente de permeabilidade do solo, agravando os alagamentos que já são recorrentes na região. Ressalta-se, que os moradores do entorno se afastaram do PEUT, pois o projeto não considerou suas necessidades e práticas cotidianas, embora seja um atrativo como fonte de renda.

Por fim, a abordagem metodológica deste trabalho, pauta-se no estudo da etnografia, esta por sua vez, segundo Geertz (2011) é uma “descrição densa”, a qual o etnógrafo deve primeiro assimilar a complexidade das estruturas para depois apresentá-las. Além disso, Duarte (2010, p.5) diz que a etnografia é a escrita do visível. Nesse sentido, Silva e Miranda (2021, p.60) reiteram que “tanto percepção como etnografia podem contribuir para maior domínio de entendimento quanto a determinado ambiente construído, sendo muito comum a pesquisa de observação, a partir de seres humanos usuários”.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, busca interpretar os fenômenos a partir da observação e percepção feita sobre a dinâmica social e cultural dos visitantes e moradores do entorno sudoeste do Parque Estadual do Utinga.

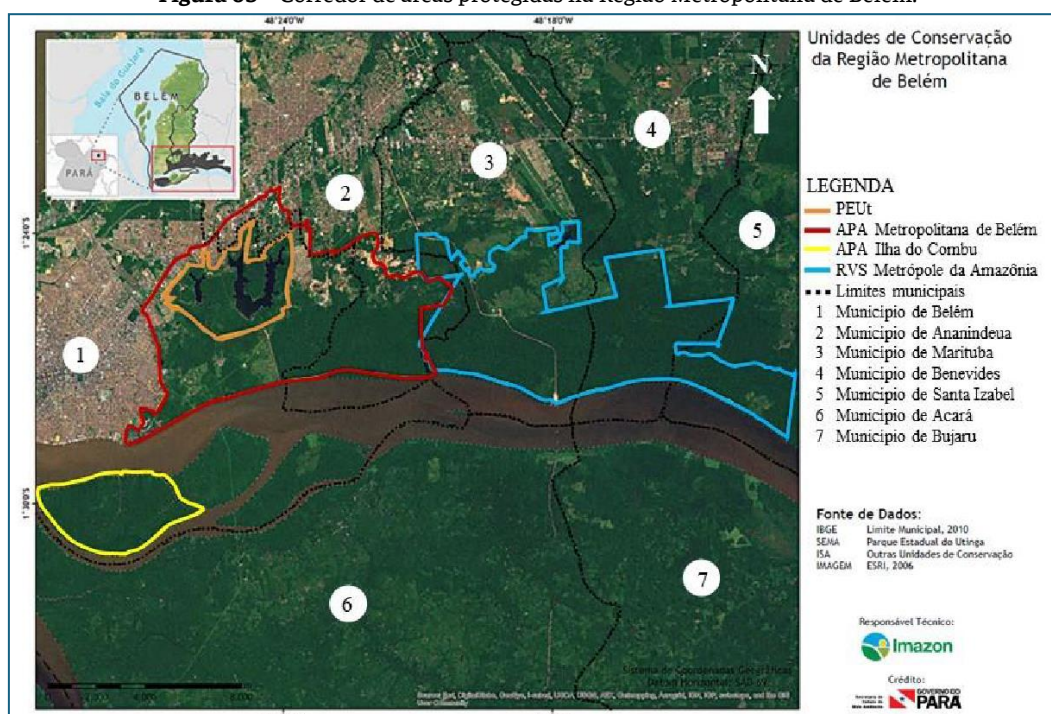
Para alcançar este objetivo, foi necessário mesclar diferentes processos metodológicos, inicialmente realizou-se a pesquisa bibliográfica tendo como referência temas relacionados ao PEUt, sobre percepção, etnografia, espaço construído, desenvolvimento ambiental, dentre outros assuntos.

Além disso, houve também pesquisa de campo com visita exploratória, observação, aplicação de questionários e entrevistas realizadas entre julho de 2021 e março de 2023, em dias e horários alternados para abarcar diferentes tipos de agentes sociais, estes foram os que estiveram envolvidos na dinâmica da Unidade de Conservação, como trabalhadores e visitantes do PEUt, além da massa de moradores do entorno sudoeste.

3. O CONTEXTO SOCIAL E GEOGRÁFICO DO PEUT E SEU ENTORNO SUDOESTE

O Parque Estadual do Utinga possui aproximadamente 5.653,81 hectares de extensão, é uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral que abrange os municípios de Belém e Ananindeua no estado do Pará. O PEUt está inserido na APA Metropolitana de Belém, e em conjunto com o Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Metrôpole da Amazônia e Área de Proteção Ambiental Ilha do Combu, formam um conjunto de áreas protegidas, como mostra a figura 03.

Figura 03 – Corredor de áreas protegidas na Região Metropolitana de Belém.



Fonte: Miranda, 2023, p. 46.

O PEUt se desenvolveu a partir do ponto de vista de proteção ambiental, com o intuito de proteger os lagos Bolonha e Água Preta, os quais são mananciais que abastecem a cidade de Belém, em 1983 foi tombado pelo estado o “Conjunto Paisagístico / Ecológico e Turístico das Áreas dos

Mananciais do Utinga e Entorno (lagos do Bolonha e Água Preta)”, com o objetivo de impedir a destruição e descaracterização do PEUt.

Posteriormente, tem-se o interesse em disponibilizar para a população um local para atividades de lazer e contemplação. Em 1993 o Parque foi criado pelo decreto nº1552/1993, com o nome de Parque Ambiental de Belém, entretanto, em 2008 por meio do decreto nº 1.330/2008 passou a ser chamado de Parque Estadual do Utinga - PEUt, para se adequar às normativas do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), seu primeiro plano de manejo foi elaborado em 1994 e o segundo em 2013 com o objetivo diagnosticar a paisagem, meio físico, biológico e socioeconômico, para nortear ações de conservação para que o Parque cumpra sua função social e ambiental.

Em 2018, outra ação de grande relevância que impactou o PEUt e seu entorno foram as obras de requalificação, esta intervenção na estrutura física e paisagística buscou inserir o Parque nas rotas turísticas de Belém. O idealizador do projeto arquitetônico e paisagístico de reestruturação foi o arquiteto Paulo Chaves, que procurou dialogar entre os elementos construtivos e a natureza, destacando o bioma amazônico, na concepção do projeto. A figura 04 mostra em vista aérea alguns pontos do projeto executado, assim como as edificações do entorno sudoeste do Parque, localizadas no bairro do Curió-Utinga. A porção sudoeste foi a que mais obteve modificações estruturais após 2018 com a conclusão da obra.

Figura 04 – Vista aérea do Parque Estadual do Utinga, em destaque o pórtico de entrada, estacionamento, acolhimento e ponte sobre o canal do Yuna



Fonte: Miranda, 2023, p. 53.

Atualmente, com entrada gratuita, o Parque Estadual do Utinga possui funcionamento diário, exceto na terça-feira, dia no qual são realizadas as manutenções internas. É contemplado por uma infraestrutura de quatro quilômetros de pista pavimentadas próprias para desenvolver caminhada, corrida e ciclismo. Possui também um estacionamento para 400 carros, um espaço de

acolhimento, auditório com capacidade para 38 lugares, lanchonete, bilheteria e café (Miranda, 2023, p.51).

Embora possua entrada gratuita, as práticas esportivas como rapel, tirolesa, *stand up paddle*, *boia-cross*, canoagem e trilhas guiadas são autofinanciadas pelo praticante. Há também o aluguel de bicicletas para a prática do ciclismo. As atividades desenvolvidas no PEUt, aliadas ao paisagismo são grandes atrativos de visitantes, este fato evidencia a ampliação da economia proporcionada pelo planejamento estratégico de embelezamento e transformação do Parque em um ponto de marketing na cidade de Belém.

Por outro lado, salienta-se que apesar de as obras de requalificação terem proporcionado melhoramentos na estrutura física interna e externa ao PEUt, a população do entorno imediato não usufruem do Parque com assiduidade, pois a população não possui recursos financeiros para arcar com os valores das atividades ofertadas. Este fato, justifica-se pela localização da UC, pois está inserida no bairro Curió-Utinga, que é periférico assim como os bairros vizinhos.

O bairro em destaque, é o maior em extensão da capital paraense, porém não possui grande número de habitantes, pois sua área é predominantemente coberta por vegetação, como se pode perceber na figura 05, além de concentrar várias instituições públicas (COSANPA, UFRA, EMBRAPA, INCRA, CPRM, CEASA, BPA, IDEFLOR-BIO, entre outros órgãos).

Figura 05 – Mapa esquemático com bairros adjacentes ao PEUt, percebe-se uma pequena área habitada no bairro Curió-Utinga.



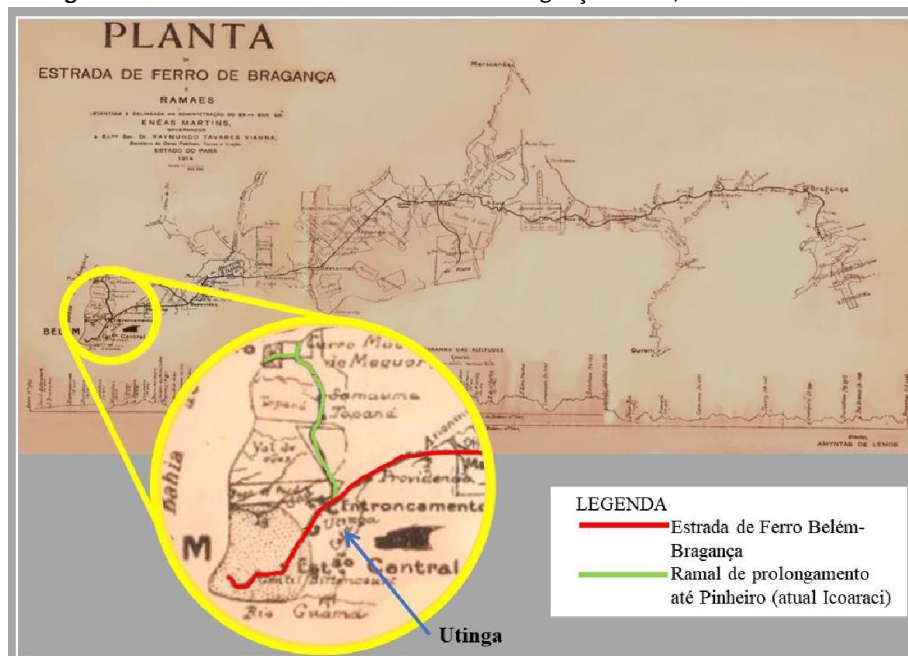
Fonte: Miranda, 2023, p. 66.

O bairro do Curió-Utinga, abriga grande parte da área do PEUt, começou a ser ocupado antes da efetivação do Parque, desenvolveu-se junto com o crescimento horizontal da cidade de Belém,

ressalta-se que a construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança facilitou o acesso à área e estimulou a sua ocupação espontânea, pois a linha do trem passava próximo à parte superior dos mananciais, como mostra o detalhe da figura 06, vale destacar que a substituição da Estrada de Ferro pela Rodovia BR-316 fez com que a ocupação no entorno do Parque crescesse ainda mais.

Antes da implantação do parque, o bairro Curió-Utinga, que abrange uma parcela significativa da área do PEUt, já havia sido povoado. O seu desenvolvimento coincidiu com a expansão horizontal da cidade de Belém. Notavelmente, a construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança desempenhou um papel crucial na facilitação do acesso à área e na promoção de sua ocupação espontânea. A linha férrea passava bem próxima ao trecho superior dos mananciais, conforme detalhado na figura 06. É importante ressaltar que a substituição da Estrada de Ferro pela Rodovia BR-316 impulsionou ainda mais a expansão dos assentamentos do entorno do Parque.

Figura 06 – Planta da Estrada de Ferro Belém-Bragança de 1914, linha tronco ramais.



Fonte: Miranda, 2023, p. 67.

Outro fator determinante para a ocupação da região, foi o baixo custo, em consequência de sua localização próxima de cursos d'água, as baixadas. Estas, podem ser categorizadas como partes da cidade que sofrem inundações durante épocas específicas ou persistentemente, são normalmente referidas como áreas depreciativas na paisagem urbana, a mais antiga periferia urbana de Belém, pois essas áreas foram ocupadas pela “população migrante, pobre e de baixa escolaridade; sítio físico com fragilidade ambiental e/ou titularidade pública da terra; localização relativamente próxima às centralidades econômicas das cidades [...]” (Pinheiro *et al.*, 2016, p.199).

Atualmente, ainda é possível presenciar alagamentos em diferentes pontos do bairro Curió-Utinga, bem como falta de saneamento e habitações ao longo dos canais, como mostra a figura 07. De forma errônea, com o intuito de minimizar os alagamentos, foram realizados aterramentos e canalização do curso d'água, o que agrava a problemática de alagamento e amplia o potencial de contaminação por veiculação hídrica.

Figura 07 – Ocupações espontâneas ao longo do Canal do Mártir, bairro Curió-Utinga



Fonte: Miranda, 2023, p. 73.

Nesse sentido, é importante observar a relação entre o PEUT e seus agentes sociais, a fim de refletir sobre como e de que forma foi impactada após a requalificação de 2018.

4. PESQUISA DE CAMPO NO PEUT E EM SEU ENTORNO SUDOESTE

Para compreender as lógicas que regem as dinâmicas comportamentais de grupos culturais urbanos, é imprescindível buscar informações no campo, a partir de uma abordagem etnográfica, utilizando-se da observação e interação com a comunidade através de conversação, aplicação de questionários, entrevistas, entre outros métodos. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 189), a pesquisa de campo tem como interesse “o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade”.

Ressalta-se, que esse processo demanda atenção do pesquisador, pois “muitas vezes os espaços criados pelas pessoas contradizem as informações que elas sustentam com suas palavras, colocando em xeque algumas metodologias tradicionalmente empregadas para o estudo das relações entre as sociedades e seus ambientes construídos” (Duarte, 2010, p.1), por esse motivo é necessário

fazer a imersão do corpo no espaço, olhar de dentro e de perto (Magnani, 2002), descrever de forma densa (Geertz, 2011) e sensível (Duarte, 2010).

Desta forma, para observar as interações entre os agentes sociais e o PEUt, realizaram-se entrevistas com 56 visitantes e 11 moradores do entorno sudoeste do PEUt, algumas perguntas foram semelhantes para ambos os grupos, como:

- O que você achou das obras de requalificação do PEUt concluídas em 2018?
- Como você percebe a relação do PEUt com a população?
- Como você percebe a relação do PEUt com a cidade de Belém?

Outras foram direcionadas de acordo com o público alvo. Para os visitantes as perguntas complementares foram:

- Como você se sente dentro do PEUt?
- Quais os motivos que fizeram você visitar o PEUt?

Para os moradores do entorno sudoeste foram:

- Mora no bairro há quanto tempo?
- Você utilizava o PEUt antes da requalificação?
- Você já pescou dentro do PEUt?
- Tomou banho no lago?
- Você já fez coleta de frutos no interior do PEUt?
- O que mudou no bairro após a requalificação de 2018?

Estas entrevistas revelaram um cenário dicotômico, no qual os visitantes mostraram satisfação em frequentar o Parque, como uma opção para o lazer, contemplação da natureza e práticas esportivas em Belém, principalmente nos finais de semana de feriados.

Por outro lado, os moradores do entorno sudoeste indicaram que antes da requalificação possuíam vínculos relativos à pesca, banho nos lagos, coleta de frutos e captação de água da bica. Com o término das obras, houve o afastamento da população, pois não puderam continuar com as atividades, somente a captação de água na bica. Outro fator que impulsionou o distanciamento, está relacionado com questões econômicas, pois apesar de possuir entrada grátis as atividades esportivas disponíveis no PEUt requerem um determinado valor para praticá-las e os moradores não dispõem de recursos financeiros suficientes para arcar com as despesas agregadas no passeio ao Parque.

Os moradores possuem a visão de que o PEUt é um ponto turístico, que proporcionou melhorias de infraestrutura nas vias próximas ao Parque, como o prolongamento da Avenida João Paulo II, asfaltamento de vias e o crescimento do comércio local. Apesar das melhorias, elas não foram suficientes para minimizar os alagamentos, pois a impermeabilização do solo é apontada

como fator prejudicial, interferindo negativamente no conforto ambiental e no coeficiente de permeabilidade do solo.

Um dos principais problemas presentes na área amostral, que está situada no bairro do Curió-Utinga, são os constantes alagamentos, visto que esta localidade possui cota altimétrica baixa, característica de baixadas, que por sua vez é marcada pela presença de cursos d'água que de forma natural são alagadiças ou sujeitas a alagamentos. Esses eventos impulsionaram o movimento de aterramento e canalização dos cursos d'água, entretanto essa ação não é aconselhável, uma vez que diminuem as áreas permeáveis. Além disso, é possível verificar degraus na entrada das residências e o piso elevado acima no nível do solo para evitar danos causados por alagamentos, como mostram as figuras 08 e 09.

Figuras 08 e 09 – Detalhe do piso elevado das residências, bairro Curió-Utinga



Fonte: Miranda, 2023, p. 75.



Fonte: Miranda, 2023, p. 87.

Logo, apesar de ser uma Unidade de Conservação Integral e destino turístico na cidade de Belém, o Parque Estadual do Utinga está situado em um bairro periférico caracterizado por infraestrutura inadequada, acesso limitado ao saneamento básico e população predominantemente de baixa renda. Esta contradição de ações agrava as desigualdades sociais, pois impede a população local de se beneficiar dos recursos do Parque.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que as obras de requalificação do PEUt tiveram efeitos e perspectivas diferentes entre os grupos sociais. Especificamente, os residentes que vivem nas imediações do

Parque partilharam as suas experiências quotidianas, destacando os desafios que enfrentaram e contando as suas memórias anteriores à reestruturação de 2018. Por outro lado, os visitantes perceberam o PEUt como um espaço recreativo, um lugar para desfrutar de ar puro, praticar atividades esportivas e buscar conforto na cidade.

A transformação do Parque Estadual do Utinga em destino turístico, resultante da reestruturação de 2018, infelizmente ignorou as preocupações e necessidades da população local no desenvolvimento do projeto e do plano de manejo, uma vez que não possibilita que a população do entorno imediato usufrua dos recursos do Parque, além de desvalorizar o modo de vida tradicional, desta forma acabam segregando a comunidade da natureza e tendem a expulsar a população local, do centro metropolitano.

Para mitigar esta problemática, a implementação do manejo florestal comunitário no PEUT poderia ser uma solução viável. Esta abordagem, segundo Kenny-Jordan (1999), em sentido amplo visa melhorar as condições sociais, econômicas, emocionais e ambientais das comunidades com base na sua própria realidade e suas perspectivas. Ao integrar paisagens ecológicas e culturais, o manejo florestal comunitário pode gerar uma variedade de produtos tanto para consumo local como para o mercado, ao mesmo tempo que promove o bem-estar dos residentes.

Este resultado contribui para o entendimento das interações entre os agentes sociais e o PEUt, ao mesmo tempo que fornece uma base para discutir a importância do estudo das percepções da comunidade como uma ferramenta crucial na compreensão dos comportamentos atuais e no planejamento de iniciativas que atendam parte da população, considerando as necessidades socioambientais a fim de reduzir disparidades sociais e econômicas, dando voz aos residentes locais na tomada de decisões e elaboração de políticas ambientais.

6. REFERÊNCIAS

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da Cultura**. In: A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

DUARTE, Cristiane Rose. **Olhares possíveis para o pesquisador em arquitetura**. In: I Encontro Nacional da ENANPARQ, 2010, Rio de Janeiro. Anais do I ENANPARQ, 2010.

KENNY-JORDAN, BC; HERZ, C; ANAZEO, M; ANDRADE, M. **Construyendo Cambios**. Desarrollo Forestal Comunitário em los Andes. Roma. Itália, 1999.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. RBCS. Vol. 17. Junho/2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologias científicas**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MIRANDA, Natielly Elis Sousa de. **Lugar sensório: análise subjetiva no Parque Estadual do Utinga (PEUt), em Belém do Pará.** 2023. 134. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará.

PINHEIRO, Andréa de Cássia Lopes; PONTE, Juliano Pamplona Ximenes; VALENTE, Andréa de Melo; LIMA, Alexandre Martins de; PINHEIRO, Patrícia Queise Ferreira. **Assentamentos precários na região metropolitana de Belém: baixadas e ocupações.** In. MORAES, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia (ed.). Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros. Brasília, DF: IPEA, 2016. cap. 8, p. 189-248

RODRIGUES, Roberta Menezes; LIMA, José Júlio Ferreira; PONTE, Juliano Pamplona Ximenes; BARROS, Nayara Sales; LOPES, Rebeca Silva Nunez. **Urbanização das baixadas de belém-pa: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano.** v.15 n. 1 (2013): Anais do XV ENANPUR

SILVA, Luiz de Jesus Dias da; MIRANDA, Cybelle Salvador. Percepção, etnografia e ambiente construído, potencializando pesquisas de alteridade em ciências sociais aplicadas. In. SILVA, Luiz de Jesus Dias da. **Percepção do ambiente construído: por mais humanização em Arquitetura e Urbanismo.** 1ª ed. Belém/PA. Paka-Tatu, 2021.



GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades latino-americanas

A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL PARA O TURISMO CONFORME DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA – PARÁ.

Adinaura da Gama Ramos¹ (UFPA/NAEA),
Daniel do Rosário Miranda ² (UFPA/NAEA),
Josiane do Rosário Pereira ³ (UFPA/NAEA),
Suellen de Freitas Pinheiro ⁴(UFPA/NAEA).

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo verificar a importância da preservação do patrimônio histórico como agregação de valor nas atividades do turismo no município de Bragança - Pará, tendo como base as diretrizes do Plano Diretor Participativo (PDP). O PDP de Bragança (2015), em seu Art. 61 diz que a “Política Municipal de Turismo objetiva ampliar a atividade turística aproveitando todas as potencialidades, levando em consideração os recursos naturais, culturais, do patrimônio histórico, de forma sustentável e respeitando as legislações ambientais”. Para execução da pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico, documental e pesquisa de campo. Os resultados demonstraram que a Política Municipal de Turismo está sendo desenvolvido sem as devidas diretrizes de sustentabilidade na região, o lazer urbano está sendo atrativo para os turistas, no entanto, não está abrangendo a população local; Parte dos imóveis de interesse histórico e cultural encontram-se associados à promoção do turismo e outros tantos desprezados e deteriorados, o que mostra uma efetividade parcial da função social da cidade. Infere-se que no município de Bragança não existe uma valorização do patrimônio histórico material em relação a prática do turismo e as diretrizes do PDP não são executadas pelo poder público municipal.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Turismo. Plano Diretor Participativo.

1 INTRODUÇÃO

O município de Bragança, popularmente conhecida como a Pérola do Caeté, fica localizado a 210 quilômetros da capital de Belém do Pará e faz parte da região de Integração do Rio Caeté. De acordo com o último censo do IBGE (2022), o município possui 123.082 habitantes, um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 10.682,63 per capita (2020).

Primeiramente habitada pelos Apotianga pertencentes a nação dos Tupinambás, seus primeiros colonizadores foram os Franceses em 1613 com “as expedições na busca pelo

¹ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, Universidade Federal do Pará, Brasil. (bolsista CNPQ);

² Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, Universidade Federal do Pará, Brasil. (bolsista CNPQ);

³ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, Universidade Federal do Pará, Brasil. (bolsista CNPQ);

⁴ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, Universidade Federal do Pará, Brasil.

reconhecimento do território e depois com os portugueses com a expedição de Pedro Teixeira” (Lobato, 2015). Foi elevada à categoria de vila em 1753 com a denominação de Bragança e em 1854 foi elevada à categoria de cidade permanecendo o nome de Bragança (IBGE, 2022).

Um marco importante para o desenvolvimento da Zona Bragantina foi a construção da via férrea que ligava Bragança a Belém em 1884. Conforme Leandro e Silva (2012) a intenção da estrada de ferro era desenvolver regiões agrícolas para o abastecimento da capital e a efetivação da colonização europeia.

O contexto social escravista da história da cidade de Bragança contribuiu para a criação de um patrimônio cultural expressivo, em que os povos de diferentes etnias construíram uma identidade reconhecida na convivência, nos valores e práticas culturais e religiosas. Assim, a cidade de Bragança possui até hoje fortes manifestações culturais religiosas que atraem todos os anos muitos turistas para o município. Além disso, seus prédios históricos traduzem parte da sua história que foi marcada pela colonização portuguesa.

Atualmente, dada sua fusão histórico-cultural, são inúmeros prédios históricos, saberes, fazeres, celebrações que trazem características da ocupação pelos indígenas, negros escravizados, portugueses e franceses em Bragança. É fato que esses bens patrimoniais devem ser preservados pelo poder público municipal, neste sentido, o Plano Diretor Participativo traz essa preocupação ao buscar garantir a efetividade dos mecanismos de proteção e preservação, logo aponta-se aqui a relevância deste estudo.

O objetivo do presente estudo é apresentar a importância do patrimônio histórico-cultural como atrativo para o desenvolvimento do turismo no município de Bragança. Desta forma, o estudo em questão, foi desenvolvido por meio de abordagem qualitativa, do tipo descritiva. Os métodos de coleta de dados utilizados foram a pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa de campo e a técnica da entrevista direcionada ao secretário municipal de cultura. Também foram usados documentos oficiais do município de Bragança, disponibilizados pela secretaria municipal de cultura: Plano Diretor Participativo municipal de Bragança e sua Lei Complementar nº 006/2015, assim como o Plano municipal de turismo de Bragança. Também foi consultada a lei nº 10.257 de 2001 (Estatuto das Cidades).

Por fim, no tratamento dos dados coletados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo para a compreensão dos significados no contexto da fala, para fim de atingir uma interpretação mais profunda. Para Bardin (1979, p.42), a análise de conteúdo pode ser definida como “um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo da mensagem”.

Parafrazeando Minayo (2014, p. 308), a “análise de conteúdo parte de uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos, para atingir um nível mais profundo, ultrapassando os sentidos manifestos do material”.

Dentre as modalidades de análise de conteúdo, disponíveis na literatura, definiu-se aqui por uso, a Análise Temática. Ainda segundo Minayo (2014, p. 316), “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado”.

2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA CIDADE DE BRAGANÇA - PARÁ

2.1 OS BENS MATERIAIS QUE COMPÕE O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

O município de Bragança é uma cidade histórica e uma das mais antigas do estado do Pará, sendo seu centro urbano formado por prédios que possuem em sua estrutura arquitetônica traços da colonização portuguesa. Assim, a cidade conta com um centro histórico importante na estrutura de formação do espaço urbano, conforme ressalta Lobato (2015).

Ressalta-se que Bragança possui um representativo acervo arquitetônico, que se constituiu ao longo do processo de produção da cidade: são edificações, palacetes, coreto e praças que remontam a períodos da economia da borracha e da estrada de ferro, que influenciaram social, cultural e politicamente a pequena cidade. Além do patrimônio arquitetônico, cabe ressaltar o patrimônio imaterial, representado pelas manifestações religiosas, culturais, os saberes e ofícios e as próprias vivências. (Lobato, 2015, p. 124).

Conforme o decreto n.º 25 de 1937, patrimônio é “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. (BRASIL, 1937)

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, substituiu a “nomenclatura Patrimônio histórico e Artístico por Patrimônio Cultural Brasileiro, assim foi incorporado o conceito de referencial cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial”. (IPHAN- BRASIL).

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) classifica os bens culturais conforme os quatro livros do tomo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Conforme o IPHAN “os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares”.

Segue uma lista dos bens materiais da cidade de Bragança tombados na escala estadual e municipal conforme o Plano Municipal de Turismo de Bragança (2021):

- a) **Igreja de São Benedito:** Foi construída por escravos e índios, ainda na primeira metade do século XVIII, possui estilo arquitetônico barroco.
- b) **A catedral de Nossa Senhora do Rosário:** Foi construída em 1854 por escravos pertencentes à irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança, com estilo arquitetônico neoclássico.
- c) **Antiga residência oficial dos Prefeitos:** Também conhecida como a casa das treze janelas. Foi construída em 1908, com estilo neoclássico.
- d) **Casa da Cultura Lobão da Silveira:** Datada do século XIX no estilo arquitetônico Eclético. Atualmente é ocupada pela secretaria municipal de cultura e desportos e a biblioteca pública municipal de Castro e Souza, além do Centro de Convenções Padre Vitalino Maria Vari.
- e) **Mercado de Carne:** Construído em 1911 com estilo arquitetônico neoclássico. Hoje é um mercado cultural voltado para a comercialização da gastronomia típica e do artesanato local.
- f) **Liceu de Música de Bragança:** Construído em 1929.com estilo arquitetônico eclético.
- g) **Imóvel de João Paes Ramos:** datada da segunda metade do século XVIII, com estilo Arquitetônico. É um dos imóveis mais antigos e representativos da cultura arquitetônica de Bragança, da época colonial.
- h) **Casa Madrid:** Datada do século XX, hoje funciona como hotel.
- i) **Imóvel dos herdeiros de José Maria Machado Cardoso:** datada do início do século XX, com estilo arquitetônico eclético. Apresenta função comercial.
- j) **Imóvel da Família Medeiros:** Estilo arquitetônico português. Imóvel assoalhado de acapú e pau-amarelo. Em seu interior ainda existem móveis e utensílios de época.
- k) **Coreto Pavilhão Senador Antônio Lemos:** Construído em 1910, com estilo arquitetônico Arte Nouveau. Coreto em ferro trazido da Alemanha. Representa um dos marcos do tempo áureo do ciclo da borracha na Amazônia.
- l) **Residência da Família Ferreira:** Datada do início do século XX, com estilo arquitetônico eclético. Atualmente encontra-se em estado de abandono.
- m) **Imóvel do Antigo Hotel dos Viajantes:** Datada do século XIX. Local onde concentrava à época toda a fidalguia da elite burguesa. Atualmente encontra-se em estado de abandono

- n) **Antigo Vice-Consulado de Portugal:** Construído em 1908, com estilo arquitetônico sobrado. O espaço foi demolido por conta do risco iminente de desabamento.
- o) **Palacete Augusto Corrêa:** Construção entre os anos de 1902 e 1903, com estilo arquitetônico eclético.

A Constituição Federal de 1988, tratou o planejamento urbano institucional e constitucionalmente, por meio dos artigos 182 e 183, onde o país passou a ter, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, a obrigação de desenvolver políticas de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (BRASIL, 1988). Logo, a proteção do patrimônio cultural é uma diretriz urbanística, prevista no Estatuto da Cidade, cumprindo o preceito constitucional constante no art. 182, que trata da política urbana.

2.2 AS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS QUE FORMAM OS BENS IMATERIAIS

O poder simbólico do patrimônio cultural de Bragança representa para a população local sua cultura que se manifesta em saberes e fazeres, assim, Paes (2012, P. 322) argumenta que “o poder do patrimônio cultural não está no objeto, mas no sujeito, portador e atribuidor de significados que perpetua o bem cultural no espaço e o coloca na esfera do poder das trocas simbólicas”. Para Figueiredo (2008, p.93) “atualmente a discussão acerca dos bens culturais caminha no sentido de que tal legado seja apreendido em seus valores simbólico, já que representa a afirmação de identidades e territorialidades”.

Os povos tradicionais, assim como os colonizadores, deixaram heranças que se manifestam até hoje de diversas formas no município de Bragança, seja no paisagístico das igrejas, praças, prédios históricos, costumes, expressões artísticas, saberes e fazeres, como por exemplo a festa de São Benedito; a marujada; círio de Nazaré; ofícios da pesca; cultivo da mandioca, entre outros.

Ressalta-se que, no Pará, a diversidade patrimonial é representativa tanto do ponto de vista material quanto imaterial; várias cidades “nasceram” às margens de rios como o Amazonas, o Tocantins entre outros, e tiveram influência direta de seus colonizadores tanto nas formas como nos conteúdos que envolvem o processo de produção do espaço. (Lobato, 2015, P. 121).

As expressões culturais desempenham um papel fundamental no fortalecimento da coesão social, na promoção do turismo cultural. Neste contexto o município de Bragança possui dois bens imateriais registrados no IPHAN, sendo a “Marujada”, que recebeu o título de Patrimônio

Imaterial Cultural e Artístico do Estado do Pará através da Lei nº. 7.330/09 e o “Xote Bragantino” que se tornou Patrimônio Artístico e Cultural do Estado do Pará através da Lei nº. 7.724/2013.

São muitas manifestações deixadas pela colonização portuguesa em Bragança, sendo a marujada uma manifestação cultural portuguesa importantíssima, que chegou no Brasil nos séculos XVI e XVII. Com o passar dos tempos, a marujada sofreu alterações, sendo uma manifestação hoje com características próprias da população local. Assim, a Marujada se concretiza na festividade de São Benedito com grande destaque na região dos Caetés.

Sustenta ainda que a Marujada é tipicamente bragantina, isto é, autóctone, pelo seguinte fato: se nas outras regiões há a dramatização de feito marítimo, na Região Bragantina isso não se dá. A característica da Marujada é a dança, um lundu com o nome de retumbão, ou seja, que evoluiu para esta forma, citando o folheto intitulado Marujada, onde seu autor, Nicanor Miranda, tece comentários a respeito da dança da Marujada, como sendo celebrada desde a época das navegações em Portugal, vinda para o Brasil, transformando-se num bailado popular, provavelmente entre fins do século XVIII e início do XIX, com um toque de erudição, recebendo a influência de poetas alfabetizados para o alcance de um nome, como “Chegança de Marujos, título que recebeu aprovação geral por algum tempo. (Nonato da Silva, 2006, p. 103).

Um dos saberes e fazeres da região bragantina, é o ofício da pesca, visto que a pesca é uns dos principais arranjos produtivos do município, com grande importância para a economia e para a população que sobrevivi dessa atividade. Assim, a tradicional prática pesqueira dispõe do conhecimento cultural do ofício de Carpintaria Naval, conhecimento que passa de geração a geração.

A gastronomia é uma atividade forte na economia bragantina, e a “farinha de Bragança” é um dos alimentos básicos do dia a dia da população. Alimento que tem sua origem no cultivo da mandioca, planta nativa da região amazônica. Assim, a mandioca é matéria prima para diversos alimentos que compõe a culinária bragantina ((tucupí, goma do tacacá, farinha, bejú, biscoitos de goma, massa de mingau - crueira etc.). A produção da farinha é uma atividade predominantemente artesanal das comunidades tradicionais e quilombolas de Bragança, sendo fonte de renda de grande parte da população nativa. Mas já existem casas de farinha com produção industrial.

Em 2021, a farinha de mandioca de Bragança recebeu o selo da Indicação Geográfica (IG), certificada pelo Instituto Nacional de propriedade Intelectual (INPI). Assim, o selo deve ser utilizado por produtores dos municípios de Augusto Corrêa, Bragança, Santa Luzia do Pará, Tracuateua e Viseu. Conforme o Plano Municipal de turismo (2021, p. 10), o selo “garantirá aos produtos dos referidos municípios a segurança da procedência e valorização de seus produtos,

protegendo e abrindo mercado. A indicação geográfica é um elemento inovador e que agrega valor aos produtos turísticos da região bragantina”.

Dada a importância e reconhecimento deste produto, o governo do Pará, em 2022 sancionou a lei nº 9.541/2022, que declara a Farinha de Bragança, como patrimônio cultural de natureza material do estado do Pará.

3 O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E AS ATIVIDADES DO TURISMO EM BRAGANÇA

Atualmente existe em funcionamento o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Bragança, criado através da Lei nº. 3.491/01, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências. Segundo o Secretário de Cultura, Desporto e Turismo da cidade de Bragança, o conselho foi atualizado em 2021, e é composto por 13 membros, dentre eles estão representantes de órgãos públicos e representantes da sociedade civil organizada, que são escolhidos entre as entidades legalmente constituídas e em funcionamento regular no município e que estejam direta ou indiretamente ligadas ao turismo local, sendo que o conselho de turismo não atua junto à política de cultura, o que torna ineficiente o controle social desta área.

Conforme o Plano Municipal de Turismo de Bragança (2021, P. 43), “Bragança possui um significativo acervo patrimonial histórico, artístico e cultural, representado por edifícios datados dos séculos XVIII, XIX e XX e que apresentam diferentes estilos arquitetônicos”. Assim, os prédios históricos são de interesse turístico para a cidade além da gastronomia, das manifestações culturais, das reservas marinhas e das praias, sendo a mais conhecida a praia de Ajuruteua.

Conforme Brasil (2009, p. 30 apud Santos; Cruz e Costa, 2020, p. 15) “O envolvimento de alguns setores como o social, cultural, infraestrutura básica ou do setor econômica, faz com que o turismo caminhe concomitantemente com as políticas públicas, pois, elas possuem um nível de articulação cada vez mais intenso”.

A cidade de Bragança é reconhecida como uma cidade turística com grande destaque na região de integração do Rio Caeté, tendo em vista que alguns critérios são estabelecidos para essa classificação, sendo eles: a quantidade e qualidade da rede hoteleira; o planejamento para a realização de eventos e estratégias de planejamento elaboradas pela gestão do município levando em consideração seus patrimônios históricos, culturais, sociais e ambientais.

Para Buarque (2002, p.81) o planejamento é: “uma ferramenta de trabalho para tomar decisões e organizar as ações de forma lógica e racional, de forma a garantir os melhores resultados e a concretização de um objetivo de uma sociedade, com os menores custos e menor prazo possível”. Assim, o planejamento do turismo envolve diversos setores econômicos e sociais, tendo vários marcos legais no município de Bragança.

O planejamento turístico do município de Bragança baseia-se em políticas públicas de turismo que consideram os aspectos social, cultural, econômico e ambiental. Tais políticas têm como marco legal a Lei nº. 2.649, de 5 de janeiro de 1988, que dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Cultura, Desportos e Turismo; a Lei nº. 3.491, de 10 de abril de 2001, que dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Turismo; a Lei nº. 3.876, de 6 de novembro de 2006, sobre a Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável; a Lei nº. 4.335, de 10 de novembro de 2014, que dispõe sobre a Política Municipal de Turismo; e o Decreto nº. 045, de 28 de fevereiro de 2019, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Turismo. (Bragança, 2021, p. 1).

3.1 DAS DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO QUE FORTALECEM O TURISMO.

O Plano Diretor Participativo é, segundo o §1º do artigo 182 da Constituição Federal (1988), “o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”. É a lei municipal fundamental para promoção e garantia da gestão democrática por meio do uso dos instrumentos da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Os planos diretores se constituem em um corpo articulado de diretrizes, objetivos e estratégias estabelecidos com referências sócio territorial, sendo que a maioria deles se configura como instrumentos definidores de princípios gerais, sem estabelecer meios concretos para a sua implementação. (MERCÊS, 2009, p.13).

De acordo com o Plano Diretor Participativo (2015) do município de Bragança, em seu Capítulo I - assim como também em seu Capítulo II, afirma que o município de Bragança deve preservar os prédios históricos da cidade, assim como assegurar a proteção e a recuperação deles, pois são prédios que trazem e contam através de sua estrutura arquitetônica os anos de ocupação europeia no território.

O PDP (2015), em seu Art. 61 diz que a “Política Municipal de Turismo objetiva ampliar a atividade turística aproveitando todas as potencialidades, levando em consideração os recursos naturais, culturais, do patrimônio histórico, de forma sustentável e respeitando as legislações ambientais”. Nos artigos 64, 65 e 66 encontram-se as estratégias sobre o desenvolvimento do turismo na região.

- I - aproveitar o seu potencial turístico, em articulação com o Estado, divulgando roteiros, apoiando e promovendo eventos culturais, históricos, científicos, esportivos e ecológicos;
- II - apoiar, através de incentivos fiscais, a construção de meios de hospedagem, e a recuperação e restauração de equipamentos de interesse cultural, paisagístico e histórico da cidade;
- III - promover, em articulação com o Estado e outros Municípios, as atividades produtivas e de comercialização de bens de apoio à economia turística, notadamente as que se orientam para o mercado final de abastecimento e a oferta de artigos do artesanato local e estadual;
- IV - incentivar a eliminação das barreiras arquitetônicas nos bens de uso público, atendendo as normas de acessibilidade (BRAGANÇA, 2015)

Segundo Bahia, Tavares e Figueiredo (2022, p.12) “os campos do patrimônio, do lazer e do turismo dizem respeito, a novas sociabilidades, territorialidades e formas de produção e consumo, e estratégias identitárias, congregando assim aportes sociais, geográficos, econômicos e simbólicos”.

Outrossim, que a acessibilidade no município requer uma atenção especial quando voltado para a economia do turismo, assim, o Plano Diretor Participativo em respeito à acessibilidade e a necessidade de melhorar a locomoção dos turistas à cidade, traz a Zona Especial do Aeroporto - (ZEA):

Compreende as áreas de entorno do Aeroporto Municipal Juscelino Kubitschek que requerem tratamento diferenciado quanto à sua ocupação e instalação de usos, visando conter a densidade populacional e a compatibilização com a Lei Federal específica da área. (Bragança, 2015).

A lei complementar n° 006/2015, em seu capítulo II, seção e Subseção I, art. 82 traz as seguintes diretrizes sobre a ZEA que devem ser observadas conforme legislação pertinente:

- I - Delimitar a Zona de Proteção de Ruídos - ZPR, a Zona de Proteção ao Aeroporto - ZPA e a área de segurança aeroportuária - ASA, de forma sobreposta;
- Restrições de gabaritos impostos às instalações e edificações, temporárias ou permanentes, fixas ou móveis, que possam comprometer as manobras das aeronaves;
- Proibição de atividades que produzam quantidade de fumaça que possam comprometer o vôo visual;
- Proibição de atividades que produzam quantidade de partículas de sólido que possa danificar as turbinas das aeronaves; V - proibição de atividades que possam atrair pássaros;
- VI - Proibição da instalação de equipamentos de difícil visibilidade ou que prejudiquem a visibilidade do piloto. (BRAGANÇA, 2015).

A lei complementar n° 006/2015, em seu capítulo III, seção V, subseção II - do lazer, em seu art. 43, inciso III, diz que a as áreas de orla devem ser estimuladas para a utilização para recreação e lazer e contemplação por parte de seus moradores e visitantes.

O turismo e o lazer se conectam com a discussão do patrimônio pela sua possibilidade de representar oportunidades de conservação e preservação. No que diz respeito à relação Turismo/lazer-patrimônio, é importante destacar que muitos desses bens materiais serem representativos, ou mesmos por processos institucionalizados de patrimonialização e, por isso mesmo, se constituem como potenciais atrações turísticas. (Bahia, Tavares e Figueiredo 2022, p.10).

A participação de todos os agentes é de suma importância para que de fato a população tenha voz no processo que envolve o espaço social em que convive, ressaltando a importância do

planejamento local como viés para a concretização das decisões coletivas, levando em consonância suas necessidades e prioridades.

É importante que a comunidade participe no processo Turístico, pois se for inserida no processo de valorização da cultura local pode atuar diretamente em diferentes tarefas e assim pode assumir uma maior responsabilidade na preservação da sua identidade cultural através da difusão das suas riquezas culturais. (Bahia; Tavares; Figueiredo 2022, p.166).

Essas problemáticas devem ser analisadas antes e durante a execução do projeto, oportunizando o que de fato foi abrangido no plano diretor participativo, para que não se tenha uma distorção das decisões tomadas em reuniões, grupos e assembleias participativas. Segundo Butler (2018) “quando um grupo, uma assembleia ou uma coletividade organizada se autodenomina “o povo”, maneja o discurso de uma determinada maneira fazendo suposições sobre quem está incluído e quem não está e, assim, involuntariamente se refere a uma população que não é “o povo”.

Muitas vezes alegam-se a participação coletiva e comunitária de apenas uma parcela que representa a população ou representantes que de forma política favoreçam a autonomia política persuadidos por um discurso de interesses e progressos.

A ideia de submeter a dinâmica econômica capitalista ao entendimento das necessidades dos mais pobres é uma falsa ideia, pois irrealizável através do próprio sistema, o que ameaça o projeto da UR é a sua submissão aos interesses de acumulação e reprodução, o que implica na aceitação ideológica de valores que sustentam e movem a economia e a política dominantes, expresso na política de ‘desenvolvimento urbano’. Pois, mobilizados em torno do estado, todo esforço em incluir os mais pobres na cidade sofre da compulsória nas determinações que regem a produção imobiliária capitalista e mesmo as decisões dos políticos locais. (Burnett ,2011, p.259)

3.2 TURISMO E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

O Plano Diretor Participativo traz a Zona de Preservação Ambiental - ZEPA (2014, p. 55): “Áreas de interesse ambiental e paisagístico necessárias à preservação das condições de amenização do meio ambiente e aquelas destinadas a atividades esportivas ou recreativas de uso público, bem como áreas excepcionais de açudes.”

A lei complementar n° 006/2015, em seu capítulo II, seção I, subseção IV, art. 86 traz as seguintes diretrizes em relação a ZEPA que devem ser observadas conforme legislação pertinente:

- I - Controle a ocupação das margens dos rios, especialmente, os que cortam a área urbana da sede;
- II - Proteção das áreas de nascentes;
- III - Implementação de programas de recuperação ambiental, compreendendo a recolocação dos assentamentos residenciais e das atividades econômicas incompatíveis;

IV - Valorização dos atributos ambientais e paisagísticos das faixas de orla mediante intervenções urbanísticas e controle sobre usos incompatíveis com as funções de recreação e lazer, cultura e turismo;

V - Implantação de política de ordenamento do uso e ocupação do solo voltado para a proteção dos recursos hídricos e preservação dos atributos ambientais. (BRAGANÇA, 2015).

Áreas de Proteção e Unidades de Conservação segundo a lei 9.985/2000 é : “um Espaço Territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração”.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, 2000) é uma lei que visa “proteger os recursos naturais, como fauna, flora e preservar a qualidade das águas o que ajuda a assegurar melhor qualidade de vida às populações que vivem nessas Unidades ou em seu entorno”. Assim, a lei traz diretrizes para o uso sustentável desses espaços, de uma forma que não seja prejudicial à natureza.

As propostas contemporâneas de desenvolvimento – como desenvolvimento sustentável – tendem a aumentar a importância e necessidade do planejamento como um instrumento fundamental para orientar o futuro. O planejamento e o Estado – como agente reguladores – ganham relevância, assumem novos papéis e se tornam uma necessidade vital na medida em que a sociedade se orienta para o desenvolvimento que busca a conservação ambiental, o crescimento econômico e a equidade social (Buarque, 2002, p.23)

Buarque (2002) ressalta a necessidade do consenso entre o planejamento e ação do estado como vital para as Zonas de Preservação Ambiental, as áreas de preservação ambientais (APA) e as Resex amparadas no Plano Diretor Municipal.

No município de Bragança, existe duas Unidades de Conservação, ambas constituem o grupo das Unidades de Uso Sustentável, são elas a Ilha de Canela e a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Caeté-Taperaçu. A Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Caeté-Taperaçu foi criada com a intenção de reduzir o uso predatório dos recursos pesqueiros como caranguejos e peixes que dependem das florestas de manguezal da Região Bragantina e tem como atrativos naturais: praias, manguezal, campos salinos, ilhas, rios e igarapés.

Seguindo as normas estabelecidas pelo SNUC sobre RESEX, a visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e estando de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

Diversas matrizes discursivas têm sido associadas as noções de sustentabilidade desde o relatório Brundtland a lançou no debate público internacional em 1987.

Entre elas, podem-se destacar a matriz da eficiência, que pretende combater o desperdício da base material do desenvolvimento estendendo a racionalidade econômica ao “espaço não mercantil planetário”, a da escala, que propugna um limite quantitativo ao crescimento econômico e a pressão que ele exerce sobre os “recursos ambientais”. (Acsehrad, 2009, p.23)

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são conceitos fundamentais para garantir a preservação do meio ambiente, a equidade social e o crescimento econômico de forma responsável. Quando aplicados corretamente, esses conceitos ajudam a promover práticas que respeitam os limites naturais do planeta, garantem justiça social e viabilizam uma economia saudável a longo prazo. (Acsehrad, 2009, p. 51).

As comunidades seriam sustentáveis por desenvolverem relações tradicionais com o meio físico natural de que depende sua sobrevivência. No entanto, é importante reconhecer que em alguns casos o termo 'sustentabilidade' pode ser utilizado de maneira superficial ou apenas como estratégia de marketing para camuflar práticas insustentáveis.

Mecanismos de certificação confiáveis, regulamentações governamentais sólidas e engajamento da sociedade civil são importantes para garantir que os princípios constitucionais sejam respeitados.

A Lei 10.257/2001, em seu art. 43, traz alguns dos instrumentos que propõe para a efetivação da gestão democrática. São eles: órgãos colegiados de política urbana, debates, audiências e consultas públicas, conferências sobre assuntos de interesse urbano e iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Os conselhos, as conferências, as audiências, consultas e debates são espaços de diálogo entre os diversos interesses provenientes da sociedade civil, de proposições partindo dos diversos setores, da avaliação e fiscalização de decisões referentes aos investimentos públicos e privados nas cidades (BRASIL, 2005a, p. 195).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme o que foi explanado no presente artigo, infere-se que o município de Bragança possui instrumentos normativos que dão apoio legal para o planejamento do turismo e a preservação de seu patrimônio histórico-cultural, sendo os principais instrumentos o Plano Diretor Participativo (2015) e mais recente o Plano Municipal de Turismo (2021).

Apesar dos instrumentos darem suporte para os técnicos administrativos do município, ainda existem pendências na execução do planejamento do turismo no município, principalmente na preservação dos prédios históricos de Bragança e do meio ambiente. Desta forma, foi realizado

entrevista com o secretário municipal de Cultura, desporto e Turismo de Bragança com a finalidade de entender melhor o contexto dos trabalhos desenvolvidos para o setor do turismo e património.

Em relação aos prédios históricos, que compõem o acervo município de bens materiais: dois prédios pertencem a arquidiocese de Bragança que são: Igreja de São Benedito e a Catedral de Nossa Senhora do Rosário. Desta forma, a manutenção é de responsabilidade da arquidiocese; cinco prédios são de responsabilidade da prefeitura; sete prédios são de responsabilidade de herdeiros e um pertencente a secretaria de Estado de Educação do Pará - SEDUC.

Assim, infere-se que existem prédios históricos pertencentes a ZPH que necessitam de reformas, que estão abandonados pelo poder público municipal. Ou seja, não está respeitando as diretrizes do Plano Diretor Participativo de Bragança, que assegura a importância da preservação do património histórico.

Em relação ao desenvolvimento cultural, conforme fala do secretário: “a prefeitura sempre apoia e promove o desenvolvimento das artes, das tradições populares, folclóricas e artesanais do município, e que os eventos realizados pela prefeitura enfatizam e valorizam todos esses aspectos”. (fala do secretário a entrevista realizada na pesquisa de campo 2023). Apesar do Plano Diretor Participativo Municipal e a fala do secretário de Cultura, Desporto e Turismo, ressaltarem a importância das artes, das tradições populares, folclóricas e artesanais como aspectos fundamentais para o desenvolvimento do Turismo, percebe-se que ainda há entraves para a execução das atividades de planejamento.

Um dos aspectos abordados na entrevista, foi a importância da acessibilidade ao município por parte dos turistas. Sabe-se que o município é acessível por estradas, via marítima e aérea. Em relação a via aérea existe uma problemática com a infraestrutura do aeroporto municipal por não ser adequada para o transporte aéreo, pois é uma área já bastante urbanizada e sem nenhuma sinalização necessária para a aviação.

Diante desta situação, o secretário verbalizou que na “verdade não é um aeroporto e sim um aeródromo, um campo de pouso”. O secretário confirma que já contém um crescimento urbano com moradias muito próximas da área destinada a Zona especial de Aeroporto, além de outros fatores que estão impossibilitando a efetivação do funcionamento do Aeroporto Municipal de Bragança, diante disso, “os órgãos competentes já se manifestaram para as mudanças da área do aeroporto para outro local a ser definido”.

Foi questionado com o secretária a questão da construção das orlas marítimas e fluvial de Bragança e da praia de Ajuruteua. Se no processo da construção do projeto arquitetônico foi levado

em consideração a participação dos agentes envolvidos naquele espaço e se foi levado em consideração os espaços naturais e sua paisagem?

Referente à construção da Orla Marítima da Praia de Ajuruteua, o secretário relatou que:

“a obra teve por principal razão, solucionar o problema da erosão, causada pela força da maré, vento, chuva. Referiu que a obra faz parte de um convênio firmado entre a Secretaria de Estado de Obras Públicas (Seop) e a Prefeitura de Bragança sendo acessada através da PA-458, por cerca de 36 km do centro Urbano” (fala do secretário a entrevista realizada na pesquisa de campo 2023).

A praia de Ajuruteua é um dos principais pontos turísticos de Bragança e possui um grande destaque na região durante o período de veraneio. Assim, o turismo em Ajuruteua movimenta de forma significativa a economia local, contudo, é preciso atentar para os impactos que a intensa prática dessa atividade tem gerado no local, devido a construção de bares, restaurantes e hotéis na orla, o despejo de resíduos sólidos e de esgoto nas águas tem afetado de forma negativa o equilíbrio natural do local.

Em relação as áreas de preservação ambiental (APA) e as Resex foi questionado de que forma o turismo vem trabalhando esses territórios. O secretário argumentou que: “a gestão municipal disponibiliza de fiscalizações com o objetivo de preservar essas áreas, haja vista, que são justamente essas peculiaridades que a cidade possui que fomenta o turismo local”. (fala do secretário a entrevista realizada na pesquisa de campo 2023).

Conforme o secretário relatou, a secretaria de cultura trabalha em parceria com as demais secretarias, logo, a secretaria de meio ambiente é a responsável pela parte ambiental do município.

“Existe uma preocupação com as áreas das praias e das reservas, visto que o índice de procura, tanto por visitantes como por moradores do município é alto. A preservação é lei que deve ser cumprida e deve punir qualquer atitude ilegal, para isso, o município disponibiliza de vários instrumentos”. (fala do secretário a entrevista realizada na pesquisa de campo 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Diretor Participativo do município de Bragança traz diretrizes importantes para a preservação tanto do patrimônio histórico-cultural como para o desenvolvimento do turismo na região. Infere-se que o PDP ressalta a importância de o turismo ser desenvolvido de forma sustentável, visto que o município possui as praias, o manguezal e reservas extrativistas onde populações locais dependem dos recursos da natureza para autossustento. Outrossim, que o PDP reforça a importância de o município ter uma infraestrutura urbana acessível, enfatizando principalmente o aeroporto local e os portos viários da região.

O PDP de Bragança indica parâmetro específico de uso e ocupação de zonas de preservação do patrimônio histórico e cultural, sendo definidas ações voltadas para a revitalização das áreas centrais ou centros históricos. No entanto, observa-se parte dos imóveis de interesse histórico e cultural associados à promoção do turismo e outros tantos desprezados e deteriorados, o que traz questionamentos acerca da efetividade da função social da cidade. Conforme Trindade Júnior (2021, p.62) o patrimônio material de Bragança “sofre com o descaso e a falta de cuidado das autoridades que deveriam estabelecer políticas efetivas de conservação e de preservação de uma das cidades mais antigas e mais bonitas da Amazônia brasileira.” O autor ainda alerta para prédios históricos que já não existem mais, pois sofreram desabamento deixando uma sensação de “angústia, de dor e ausência”.

Inferre-se que a inexistência do conselho municipal de cultura no município de Bragança-Pará, compromete o processo democrático de elaboração dos planos, programas e projetos voltados para efetivação das políticas públicas no setor. Outrossim, que o turismo está sendo desenvolvido sem as devidas diretrizes de sustentabilidade na região, o lazer urbano está sendo atrativo para os turistas e não está abrangendo a população local, visto que os atrativos estão sendo valorizados com um custo alto para a população local. Para Figueiredo (2008, p. 93) “é necessário caminhar no sentido de estabelecer estratégias de identificação, manutenção, proteção e valorização das referências culturais enquanto potencialidades de desenvolvimento local”.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, H. (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. - 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 256p., pág. 43-70.
- BAHIA, M, C. TAVARES, M G, C. FIGUEIREDO, S, J, L. Turismo, Lazer e Patrimônio na Pan-Amazonia - Belém: NAEA, 2022.
- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BUARQUE, Sérgio C. Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Capítulo 5. “Nós, o povo” – considerações sobre a liberdade de assembleia. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2018.
- BRAGANÇA. Lei Complementar n°. 006/2015. Atualização do Plano Diretor Participativa. Bragança - Pará. 2015.
- BRAGANÇA. Projeto de Lei n° 015/2014 de 25 de novembro de 2014. Bragança - Pará. 2015
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. BRASIL. Decreto-lei N° 3.866, de 29 de novembro de 1941. Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Diário Oficial da União, 31 dez. 1941.
- BRASIL. Lei n° 9.985 de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em 25 de novembro de 2023.

. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da União, 04 de agosto de 2000.

. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRITO, J. A., SARAIVA, J. S., SILVA, J. S. Região de Integração Rio Caeté: Uma visão Socioeconômica e Histórico-cultural do Município de Bragança – PA. **Revista GeoAmazônia**, Belém, V. 07, n. 13, p. 168-182, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index>. Acesso em: 19 de nov de 2023.

BURNETT, F.L. Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista. A fetichização dos planos diretores participativos. Fapemá. P. 251 - 282. 2011. São Luís.

Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/LEIS-2001/L10257.htm>. Acesso em: 15 dezembro 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Bragança. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 19 de nov de 2023.

. (2015). Perfil dos municípios brasileiros 2015. Pesquisa de informações básicas municipais. P.61. Rio de Janeiro: IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95942>. Acesso em 16 de dez 2023.

FIGUEIREDO, S. L. Turismo, lazer e planejamento urbano e regional. NAEA/UFPA. 2008. Belém/PA.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Bens culturais registrados. Disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bemImaterial/acao/76/>. Acessado em 18 dez de 2023

. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Bens tombados. 2016b. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 15 dez 2023.

LEANDRO, L. M de L. L.; SILVA, F. C. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará. Novos Cadernos NAEA. V.15, n. 2, p. 143 - 174, dez, 2012, ISSN 1516-6481. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/578/1531>. Acesso em 20 de nov de 2023.

LOBATO, A. S. Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: Uma análise do centro histórico da cidade de Bragança - Pa. Revista GeoUEFJ. n. 26, 2015, p. 113-135, Rio de Janeiro.

(2015). Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular.

MERCÊS, S. S. S. Rede de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos. Pará: Relatório Estadual. Anexo em DVD. In: SANTOS JÚNIOR, O. A.;

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. Ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NONATO DA SILVA. Dário Benedito Rodrigues. Os Donos de São Benedito: convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e devocional na cultura de Bragança. Século XX. Belém: Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História Social da Amazônia, 2006.

PAES, M. T. D. Refuncionalização turística de sítios urbanos históricos no Brasil: Das heranças simbólicas à reprodução de signos culturais. Geografia. V. 37, n. 2, p. 319 - 334, mai/ago. 2012. Rio Claro.

SANTOS, N. P. dos, CRUZ, S. helena Ribeiro, COSTA, Calidom.. Planejamento e Desenvolvimento Municipal. Estudo de caso de desenvolvimento do turismo do município de Bragança. v.1, nº 3, edição/série 515. Paper do NAEA, 2020.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da, Vilas e cidades da Amazônia. Paisagens, memórias e pertencimentos. Belém (PA). Paka-Tatu. 2021.



GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades latino-americanas

O SISTEMA DE JUSTIÇA CONTRIBUI PARA REPRODUÇÃO DO MODELO DE DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRO? UMA ANÁLISE DA PARTILHA ORÇAMENTÁRIA

Adriano Souto Oliveira (UFPA)¹

RESUMO: O Brasil é um dos países com maiores índices de desigualdade social do mundo. A Defensoria Pública surge no país como instrumento do estado democrático de direito, responsável pela promoção dos direitos humanos, orientação jurídica e defesa em todos os graus de jurisdição, na esfera judicial e extrajudicial, dos pobres, invisibilizados, minorias, crianças e adolescentes, pretos encarcerados, despossuídos de moradias, população LGBTQIA+, pessoas com deficiência, indígenas, ribeirinhos, mulheres vítimas de violência doméstica, idosos, consumidores ludibriados e amazônidas ameaçados - uma população vulnerabilizada e negligenciada pelo Estado e pela elite dominante. Entretanto, embora a partir da EC 045/2004 tenha alcançado autonomia administrativa, funcional e financeira, com o redimensionamento de seu papel e incremento de novas atribuições, em simetria com o Ministério Público, observa-se que o tratamento dispensado pelo Estado à instituição na partilha do orçamento demonstra séria distorção quando comparado aos demais sujeitos do sistema de justiça. Pretende-se, portanto, analisar em que medida o orçamento destinado ao sistema de justiça contribui para o modelo de desigualdade social brasileiro. Para esta observação, será realizada pesquisa bibliográfica, utilizando-se fontes de livros e artigos científicos e análise documental, consistente na pesquisa dos orçamentos destinados às Defensorias Públicas e às demais instituições do sistema de justiça por meio do relatório da pesquisa nacional da Defensoria Pública de 2023, jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e das leis de diretrizes orçamentárias do Estado do Pará, de 2004 a 2024, numa abordagem interdisciplinar. Os principais referenciais teóricos serão Rafael Rangel, para tratar das novas dimensões da Defensoria Pública e Fernando Scaff para debater o modelo de estado, a partir da distribuição do orçamento.

Palavras-chave: orçamento público; poder judiciário; ministério público; estado republicano.

1. INTRODUÇÃO

A Defensoria Pública no Brasil foi elevada ao patamar constitucional em 1988 e teve seu papel redimensionado nas últimas duas décadas. Entretanto, mesmo tendo alcançado a autonomia administrativa, funcional e financeira, o orçamento repassado à instituição não tem acompanhado sua nova configuração, evidenciando-se forte desequilíbrio quando comparado com os demais sujeitos do sistema de justiça, o que implica em negativa de acesso à justiça à população vulnerabilizada e minorias.

A análise a essa inquietação perpassa, certamente, pela dimensão dos orçamentos das instituições do sistema de justiça, a fim de observar se o acréscimo de responsabilidades e

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia – PPGDDA – Universidade Federal do Pará – UFPA, Brasil. Defensor Público. E-mail: adrisouto8@gmail.com

atribuições conferidas à Defensoria Pública, a partir da Emenda Constitucional 045/2004 corresponderam ao equitativo aumento orçamentário para que a instituição possa garantir um verdadeiro acesso à justiça à população hipossuficiente.

Pretende-se, portanto, analisar em que medida o orçamento destinado ao sistema de justiça contribui para o modelo de desigualdade social brasileiro.

Entende-se por sistema de justiça o “conjunto de instituições estatais encarregadas de garantir os preceitos constitucionais, de aplicar a lei e de distribuir justiça.” (Sadek, 2002, p. 237). Devido às limitações deste trabalho serão considerados no estudo apenas a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Judiciário como sujeitos do sistema de justiça.

O trabalho parte de uma abordagem qualitativa e quantitativa e possui natureza descritiva analítica. O estudo é essencialmente documental e bibliográfico, a partir da análise da Pesquisa da Defensoria Pública em âmbito nacional de 2023, das leis orçamentárias do Estado do Pará de 2004 a 2024 e jurisprudências do STF, do mesmo período, além de livros e artigos científicos, tendo como referenciais teóricos Rafael Rangel e Fernando Scaff.

O ensaio será desenvolvido em 03 seções: a primeira visa apresentar o redimensionamento do papel da Defensoria Pública, a partir da Ementa Constitucional 045/2004; a segunda pretende analisar a disparidade na partilha do orçamento destinado à Defensoria Pública no contexto dos sujeitos do sistema de justiça; e a terceira objetiva entender se a partilha orçamentária destinada aos integrantes do sistema de justiça reflete um estado republicano para redução das desigualdades sociais.

2. O REDIMENSIONAMENTO DO PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1.988: NOVAS ATRIBUIÇÕES E DESAFIOS

A Defensoria Pública é reconhecida constitucionalmente como uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado, com objetivo de promover a defesa e orientação jurídica aos necessitados².

Ao longo do tempo a instituição se fortaleceu, ganhou notoriedade e confiança³ (CNMP, 2017, p. 28), e, com isto, novas atribuições, responsabilidades e prerrogativas. Tornou-se, então, a principal porta de acesso à justiça, aqui compreendida como o acesso a uma ordem jurídica justa

² Texto original do art. 134, *caput*, da Constituição de 1.988.

³ No Relatório divulgado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, sobre pesquisa de satisfação e imagem do CNMP e MP, a Defensoria Pública aparece como a instituição mais confiável do sistema de justiça. 74% dos entrevistados responderam que confiam na Defensoria Pública; 72,9% no Ministério Público e 66,6% no Judiciário.

(Watanabe, 1998, p. 126, ADI 2903-7-PB, 2008, p. 8); o mais básico dos direitos humanos (Cappelletti e Garth, 1988, p. 12), com forte capilaridade popular.

O papel que antes era reservado quase que exclusivamente ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à advocacia pública e privada, passou a ser compartilhado também pela Defensoria, não sem a resistência do Poder Executivo e do próprio sistema de justiça, principalmente das Procuradorias Gerais dos Estados, Ordem dos Advogados do Brasil (Moreira, 2016, p. 116) e do Ministério Público (Lamenha e Lima, 2021, p. 78). A conquista constitucional da autonomia administrativa, funcional e financeira⁴, trouxe novas dimensões de atuação e o desafio de alcançar a paridade de armas para a efetivação dos direitos das minorias e pessoas vulnerabilizadas.

Entende-se por paridade de armas, o princípio que visa garantir às partes um tratamento processual idêntico, de modo que consigam lutar em pé de igualdade, com as mesmas oportunidades e instrumentos capazes de fazer valer os direitos (Didier Jr, 2007, p. 41).

Segundo Esteves (2018, p. 397) a atuação institucional da Defensoria Pública não mais se limita à defesa judicial dos direitos subjetivos individuais das pessoas economicamente necessitadas e Gonzales (2019, p. 13) esclarece que a instituição caminhou para a tutela integral dos direitos das pessoas e grupos vulneráveis, em âmbito judicial e nas mais diversas formas de defesa extrajudicial de direitos.

Assim, a Lei 11.448/2007 que atribuiu legitimidade ativa à Defensoria para a Ação Civil Pública, consolidada pela EC 80/2014, na concepção de Lamenha e Lima (2021, p. 83) foi um divisor de águas na vida da instituição, que era limitada à tutela individual e avançou para se colocar ao lado do Ministério Público com essa prerrogativa.

O tema sobre o redimensionamento do papel da Defensoria Pública foi tratado por Rafael Rangel em pesquisa pautada na proteção dos vulneráveis no campo da moradia e indica importantes dimensões de atuação incrementadas à instituição, entre elas:

- I. *Amicus curiae* - neste papel a Defensoria atua quando enquadrar-se nos requisitos do Art. 138 do CPC, como colaboradora, fornecendo elementos enriquecedores ao debate para que a decisão a ser tomada seja mais adequada (Rangel, 2022, p. 52);
- II. *Custos Vulnerabilis* - esta importante figura exige que “todas as vezes que o interesse jurídico justificar a manifestação de seu posicionamento, a Defensoria Pública tem o direito e o dever de se posicionar para discutir os interesses e direitos dos hipossuficientes, tanto individuais quanto coletivos” (Rangel, 2022, p. 58). Ainda, “na intervenção como *custos vulnerabilis*, os

⁴ §2º, Art. 134, acrescentado pela EC 045/2004.

- poderes devem ser os mesmos que o Ministério Público possui como *custos legis*, dadas as semelhanças dessas intervenções institucionais autônomas” (Rangel, 2022, p. 52);
- III. Atuação processual no litígio coletivo pela posse de imóvel - esta exigência encontra-se positivada no §2º, do Art. 565 do CPC para questões relativas à posse velha em que a liminar não tenha sido cumprida. Rangel (2022, p. 78) faz críticas à tímida previsão legislativa e defende que os meios de solução consensual de conflitos devem ser priorizados, conforme determina o próprio CPC e defende que em casos de posse nova a mediação também deverá ser instaurada (Rangel, 2022, p. 79), com a participação da Defensoria Pública, quando observada a vulnerabilidade socioeconômica.
- IV. Legitimidade para promover a Regularização Fundiária - tal prerrogativa encontra-se prevista no Art. 14, IV, da Lei 13.465/2017. Trata-se de atuação extraordinária em favor das comunidades carentes. Segundo Rangel (2022, p. 83), “a legitimidade da Defensoria Pública para realizar a Regularização Fundiária Urbana não poderá ser tolhida pelo legislador futuramente, sob pena de regredir com direitos sociais normatizados material ou processualmente”.
- V. Alternativa à crise do Judiciário - Rangel (2022, p. 184) entende que o Estado vem sofrendo uma crise de esgotamento do monopólio estatal - realizado pelo Poder Judiciário, que fracassa sistematicamente aos olhos da sociedade pela morosidade para solução dos conflitos e falta de efetividade das demandas. Nesse sentido, defende mudanças estruturais que passam pelo empoderamento de outros órgãos públicos e entidades não governamentais, sendo a Defensoria o principal deles, ante seu papel constitucional.
- VI. Promoção da solução extrajudicial dos conflitos - por sua *expertise* forjada há décadas no trabalho direto com a população e com as comunidades, Rangel (2022, p. 198) defende a criação de um mecanismo que tenha a Defensoria Pública como órgão central na política pública de pacificação social e autocomposição, p. ex. de litígios fundiários.
- VII. Influenciadora da criação e condução de políticas públicas - na visão de Rangel (2022, p. 233), a Defensoria Pública deverá se especializar em atuar em todas as fases do ciclo de políticas públicas – desde a definição da agenda a sua implementação e avaliação - visando influenciar e direcionar os recursos para ações voltadas ao seu público alvo.
- Outra importante atribuição inovadora da Defensoria é indicada por Gerhard e Maia:
- VIII. *Amicus Communitas* - essa atribuição retrata o Defensor em sua atuação junto à Comunidade, que se utilizando de sua proximidade com a população consegue levar sua voz aos tribunais e palcos do poder. Funciona, portanto, como “garantidor de representatividade, pluralismo e

democracia nas instâncias de debate público para o exercício do poder” (Gerhard e Maia, 2020, p. 50).

Não menos importantes que as inovações acima indicadas, a LC 132/2009, que alterou a LC n. 080/94, trouxe relevantes mudanças na atuação defensorial, entre elas, I - a representação aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos; II - a promoção e ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais e, III - participação, quando tiver assento, dos conselhos federais, estaduais e municipais afetos às funções institucionais da Defensoria Pública, respeitadas as atribuições de seus ramos⁵.

Existem, ainda, outras atribuições importantes exercidas atualmente pela Defensoria Pública, que não serão tratadas neste estudo pelas limitações do que se propõe.

Percebe-se, portanto, que as modificações constitucionais e legais, bem como os posicionamentos do STF, trouxeram aparente simetria de atribuições entre a Defensoria e o Ministério Público⁶ e, ainda, a assunção de novos papéis antes desempenhados exclusivamente pelo Judiciário e MP, a exemplo do poder de requisição de documentos⁷. Entretanto, apesar dos novos papéis e desafios outorgados pelo legislador, o necessário crescimento orçamentário da Defensoria não tem acompanhado o incremento de suas atribuições e responsabilidades, para que faça *jus à* importância conferida pela Constituição e contribua para a redução das desigualdades sociais.

3. O DESEQUILÍBRIO DO ORÇAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO CONTEXTO DOS SUJEITOS DO SISTEMA DE JUSTIÇA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PERMANENTE ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL

A partir da análise do princípio da separação de poderes, Mascarenhas (2021, p. 5), observa que “a autonomia financeira de um poder de Estado (ou instituição constitucionalmente independente) só existe de forma plena quando a quantidade de recursos que lhe são destinados é compatível com as despesas necessárias para cumprir suas funções”.

⁵ Incs. VI, VIII e XX, Art. 4º, LC 80/94.

⁶ Em voto proferido na ADI 6852-DF, pelo Ministro Edson Fachin utilizou o seguinte fundamento: “delineado o papel atribuído à Defensoria Pública pela Constituição Federal, resta evidente não se tratar de categoria equiparada à Advocacia, seja ela pública ou privada, estando, na realidade, mais próxima ao desenho institucional atribuído ao próprio Ministério Público.”

⁷ Previsão constante do inc. XVI, Art. 8º da LC 080/1994. Observa-se, entretanto, que a prerrogativa de requisição de documentos só foi consolidada com o julgamento da ADI 6852-DF, julgada em 21.02.2023, pois antes vigia o entendimento do STF exposto na ADI 230-RJ, publicada em 20.10.2014, de relatoria da Ministra Carmen Lúcia, de que o poder de requisição atribuído por lei à Defensoria Pública era inconstitucional, pois importava tratamento diferenciado injustificável entre defensores e os demais advogados.

As instituições do sistema de justiça são indispensáveis ao Estado Democrático de Direito e devem atuar de forma equilibrada, de modo a garantir às pessoas em situação de vulnerabilidade o acesso à justiça em sentido amplo e a redução das desigualdades em todas as suas dimensões, por meio de “autogoverno, autoadministração e iniciativa legislativa para matérias sensíveis a seu funcionamento” (Mascarenhas, 2021, p. 4).

A simetria jurídica entre Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública trazida pela EC 45/2004, reafirmada pelo STF⁸, encontra-se distante de ser alcançada, principalmente quando analisados os orçamentos das instituições.

Como os entes do sistema de justiça não são órgãos arrecadadores, as verbas por eles geridas dependem dos repasses constitucionais destinados pelo Poder Executivo, nos moldes do Art. 168 da CF, na forma de duodécimos, até o dia 20 de cada mês. Assim, cabe ao Poder Executivo arrecadar os recursos orçamentários e distribuí-los aos entes autônomos, em observância à data limite, sem margem para retenção ou cortes (ADI 2238-DF, 2020).

De acordo com Scaff (2018, p. 233), o orçamento é “uma das leis mais importantes de qualquer país, pois é através dele que são alocados os recursos arrecadados de toda a sociedade e estabelecidos os gastos a serem realizados em determinado período de tempo, usualmente de um ano.”

À Defensoria, ao Ministério Público e ao Judiciário, caberá elaborar suas propostas orçamentárias, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes e com subordinação ao disposto no art. 99, §2º, da Constituição de 1988, e respeitados, ainda, os limites estipulados no §1º, que serão consolidadas pelo Poder Executivo e enviadas ao Legislativo para apreciação, emendas, cortes e aprovação.

As leis orçamentárias, portanto, “têm por função estabelecer um sistema planejado e coordenado de ações governamentais, em consonância com a tendência de utilizar os orçamentos como instrumentos para atingir os objetivos de interesse público” (Conti, 2012, p. 25), que segundo Scaff (2018, p. 129), trata-se do interesse do Estado, enquanto representante da sociedade e não se confunde com bem comum, que tem um conceito mais amplo.

Esse planejamento do Estado na distribuição orçamentária, portanto, tem o dever de identificar os obstáculos jurídicos, econômicos e sociais que impedem ou dificultam o acesso da população vulnerabilizada e minorias à justiça em sentido amplo, visando corrigir ou mitigar essas mazelas e alcançar o bem comum.

⁸ A exemplo da medida cautelar concedida na ADI 5296-DF, de relatoria da Ministra Rosa Weber, publicada no DJe em 26 de novembro 2020.

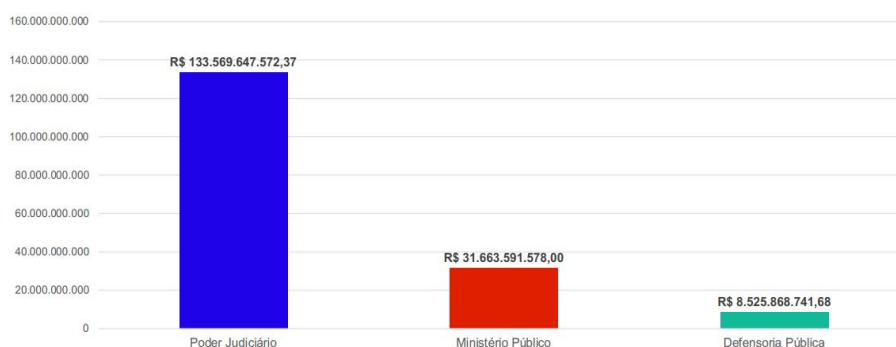
No contexto do sistema de justiça, o Judiciário e o Ministério Público se consolidaram ao longo das décadas e garantiram orçamentos generosos. Entretanto, ante o redirecionamento das forças do Ministério Público para o combate ao crime organizado nos últimos anos, em desprestígio às causas cíveis (Lamenha e Lima, 2021, p. 96) e à crise de esgotamento do monopólio estatal para resolução dos conflitos, representada pelo Judiciário, Rangel (2022, p. 184) entende que este é o momento de mudanças estruturais que perpassam pelo empoderamento de outros órgãos públicos e entidades não governamentais, a exemplo da Defensoria Pública.

Entende-se, portanto, que essa mudança estrutural no sistema de justiça deve passar pela reorganização do orçamento público, a fim de que sejam estabelecidas prioridades para redução das iniquidades, com fortalecimento financeiro da principal porta de acesso à justiça à população vulnerabilizada.

No relatório da pesquisa nacional da Defensoria Pública (2023, p. 114), observa-se a discrepância orçamentária entre as instituições do sistema de justiça no Brasil:

Gráfico 01 – Análise comparativa entre os orçamentos dos sujeitos do sistema de justiça no Brasil

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O ORÇAMENTO ANUAL APROVADO PARA A DEFENSORIA PÚBLICA, MINISTÉRIO PÚBLICO E PODER JUDICIÁRIO (2023)



Fonte: Leis dos Estados, do Distrito Federal e da União | Pesquisa Nacional da Defensoria Pública (2023).

Fonte: Pesquisa Nacional da Defensoria Pública. 2023.

Quando realizado o cotejo dos orçamentos dos sujeitos do sistema de justiça brasileiro para o exercício de 2023 conclui-se que os valores destinados ao Ministério Público são 271,38% superiores àqueles destinados à Defensoria Pública; em relação ao Judiciário a discrepância é ainda maior, ou seja, 1.466,64% maior que o orçamento da Defensoria Pública (Esteves *at al*, p. 114, 2023).

Para melhor compreensão do grau de desequilíbrio orçamentário entre os sujeitos do sistema de justiça, elaborou-se uma tabela comparativa dos percentuais destinados às instituições que o integram no Estado do Pará, no período de 2004 a 2024.

Tabela 01 – Demonstrativo dos percentuais destinados ao TJPA, MPPA e DPPA nas Leis de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Pará –LDO-PA, nos anos de 2004 a 2024.

ANO	TJPA (%)	MPPA (%)	DPPA(%)
2004 ⁹	6,9	3,5	0
2005 ¹⁰	6,9	3,5	0
2006 ¹¹	7	3,5	0
2007 ¹²	7	3,5	0
2008 ¹³	4,994	2,647	0,8
2009 ¹⁴	5,951	3,0523	1,0602
2010 ¹⁵	5,951	3,0523	1,0602
2011 ¹⁶	6,15	3,245	1,11
2012 ¹⁷	9,76	5,15	1,64
2013 ¹⁸	9,76	5,15	1,64
2014 ¹⁹	9,76	5,15	1,64
2015 ²⁰	9,76	5,15	1,64
2016 ²¹	9,76	5,15	1,64
2017 ²²	9,76	5,15	1,64
(continua)			
ANO	TJPA (%)	MPPA (%)	DPPA(%)
2018 ²³	9,76	5,15	1,64

⁹ Lei Estadual 6.568/2003

¹⁰ Lei Estadual 6.666/2004

¹¹ Lei Estadual 6.771/2005

¹² Lei Estadual 6.892/2006

¹³ Lei Estadual 7010/2007

¹⁴ Lei Estadual 7.193/2008

¹⁵ Lei Estadual 7.291/2009

¹⁶ Lei Estadual 7.453/2010

¹⁷ Lei Estadual 7.544/2011

¹⁸ Lei Estadual 7.650/2012

¹⁹ Lei Estadual 7.722/2013

²⁰ Lei Estadual 8.031/2014

²¹ Lei Estadual 8.232/2015

²² Lei Estadual 8.375/2016

²³ Lei Estadual 8.520/2017

2019 ²⁴	9,76	5,15	1,64
2020 ²⁵	9,76	5,15	1,64
2021 ²⁶	9,76	5,15	1,64
2022 ²⁷	9,76	5,15	1,64
2023 ²⁸	9,76	5,15	1,64
2024 ²⁹	9,76	5,15	1,64

Fonte: elaborada pelo autor

Na análise histórica, observamos que as Leis de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Pará só passaram a inserir a instituição no orçamento em 2007. Na ocasião houve uma pequena reordenação dos orçamentos dos sujeitos do sistema de justiça para abarcar o repasse à Defensoria Pública do Estado do Pará. Assim, o percentual de 7% que era destinado ao Judiciário em 2007 foi reduzido para 4,994%, enquanto que o Ministério Público teve seu orçamento reduzido de 3,5% para 2,647%. À Defensoria Pública foi destinado o percentual de apenas 0,8%, mesmo havendo um corte significativo no percentual dos outros dois sujeitos.

Observou-se, ainda, que as LDOs de 2008 a 2011 garantiram incrementos orçamentários a todas as instituições do sistema de justiça paraense, o que parecia caminhar para um equilíbrio, entretanto, a partir da LDO de 2012 houve um expressivo salto no orçamento do TJPA, que de 6,5% passou para 9,6%, enquanto que o MPPA de 3,245% saltou para 5,15%, com aumento pouco significativo à Defensoria Pública, que de 1,11% passou a abarcar apenas 1,64%.

Vê-se, portanto, de acordo com a tabela 01, que desde a LDO de 2012 até a LDO de 2024, a situação orçamentária das instituições que compõem o sistema de justiça paraense continua inalterada com os percentuais de 9,76% ao Judiciário, 5,15% ao Ministério Público e 1,64% à Defensoria Pública, em evidente contraste ao redimensionamento do papel da instituição nas últimas décadas e ao anseio da sociedade por acesso à justiça.

A disparidade orçamentária entre os sujeitos do sistema de justiça tem reflexos diretos na prestação de serviços à população carente, a exemplo do número de membros que compõem cada

²⁴ Lei Estadual 8.757/2018

²⁵ Lei Estadual 8.891/2019

²⁶ Lei Estadual 9.105/2020

²⁷ Lei Estadual 9.292/2021

²⁸ Lei Estadual 9.649/2022

²⁹ Lei Estadual 9.977/2023

instituição, que redundava na ausência de defensores públicos principalmente nas cidades dos interiores mais carentes.

A Pesquisa da Defensoria Pública 2023 (Esteves, *at al*, p. 55), ilustra bem essa enorme desigualdade. A análise comparativa demonstra que o quadro de Promotores(as) / Procuradores de Justiça é 78,8% maior que o de Defensores Públicos e que a discrepância é ainda maior em cotejo com o número de Juízes/Desembargadores/Ministros, que é 148,9% maior que o quadro de Defensores Públicos (Esteves *at al*, 2023, p. 55).

No Estado do Pará o cenário não é diferente, de acordo com dados obtidos pela Associação dos Defensores e Defensoras Públicas do Estado através dos portais de transparência, observou-se em 2023 a existência de 384 cargos de magistrados ocupados, 321 membros do Ministério Público e 275 defensores (ADPEP, p. 15, 2024).

O Projeto da LDO do exercício de 2022, do Governo do Estado do Pará foi analisado por Bastos e Dias (2023, p. 109), à luz das competências constitucionais atribuídas à Defensoria Pública e à meta estabelecida pelo Art. 98 do ADCT/CF, que dispôs que o número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população e estabeleceu o prazo de 8 (oito) anos, para que a União, os Estados e o Distrito Federal possam contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais.

Os autores concluíram pela inconstitucionalidade por omissão do referido Projeto, caso o orçamento da Defensoria não fosse revisto para que fossem ofertadas condições financeiras para que a instituição pudesse estar presente em todas as unidades jurisdicionais do Estado, ante ao evidente exaurimento do prazo constitucional.

No Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024, anexo à mensagem nº 088/2023-GG, encaminhada em 29.09.2023, pelo Governo do Estado do Pará à Assembleia Legislativa, observa-se que as destinações orçamentárias aos sujeitos do sistema de justiça estadual ficaram assim distribuídas: I - ao TJPA - R\$ 1.880.129.777,00; II - ao MPPA - R\$ 995.860.051,00; e III- à DPPA – R\$ 314.075.963,00.

Evidencia-se, portanto, que a parcela orçamentária para 2024 destinada pelo Estado do Pará ao TJPA é 498,62% maior que o valor atribuído à Defensoria Pública, enquanto que o do Ministério Público a supera em 217,076%, ou seja, a programação orçamentária à DPPA proposta pelo governo estadual para o futuro demonstra que o estado de coisas inconstitucional permanece - necessitando de soluções plurais para o problema, de ordem orçamentária, jurídica, legislativa e política (Bastos e Dias, 2023, p. 112).

Sobre o estado das coisas inconstitucional, Silveira (2018, p. 366) entende que além de trazer desgaste à Corte Judiciária, no embate com outros poderes, mesmo os defensores dessa doutrina

“indicam claramente sua excepcionalidade, reconhecendo tratar-se de medida intervencionista e invasiva”.

No prefácio da Pesquisa da Defensoria, Garth pontua que “o primeiro passo para enfrentar os limites do acesso à Defensoria Pública e à diversidade da estrutura interna é proporcionar transparência para revelar os fatos/dados coletados, mesmo que eles nos desafiem.” (Esteves *et al*, 2023, p. 8).

O estudo elaborado, embora não contemple todas as dimensões orçamentárias e as nuances de cada sujeito do sistema de justiça deixa claro a necessidade de mudanças.

4. UM ESTADO REPUBLICANO?

Ao abordar o tema relacionado à República, Scaff (2018, p. 85) entende que “para o direito financeiro não basta a declaração política, própria do constitucionalismo. É necessário que haja efetiva construção de um modelo jusfinanceiro que implemente o modelo republicano adotado por cada país”.

Para identificar o que seria um Estado Republicano, Fernando Scaff faz uma importante contextualização histórica e entende como

“republicano o *Estado* que for juridicamente estruturado de modo a permitir que o governo aja em prol do bem comum, *aplicando à coisa pública uma função social, em busca da efetivação dos direitos fundamentais, com respeito à lei. Essa busca deve ocorrer de forma isonômica, através da ampliação das liberdades reais, em busca de uma liberdade igual.* (Scaff, 2018, p. 127)

Esclarece, ainda, que

o ideário de um agir de forma republicana se vincula com a perspectiva atual do Direito, que se concretiza através de ações de governo interconectadas e que se configuram como políticas públicas, em que não apenas uma norma deve ser analisada, mas um conjunto de normas e ações estatais coordenadas visando alcançar um objetivo específico convergente para o bem comum. (Scaff, 2018, p. 143)

Não se pode olvidar que os integrantes do sistema de justiça percebem uma parcela significativa do orçamento público, entretanto, deve-se levar em consideração que se trata de garantia constitucional para que possam exercer com autonomia e efetividade as funções a eles atribuídas, com o objetivo precípua de garantir acesso à justiça, contribuir para a redução das desigualdades e o bem comum.

Sabendo-se, portanto, que a arrecadação é ínsita ao Estado e que cada direito tem custos (Nabais, 2002, p. 19) e que ao longo das últimas duas décadas houve o incremento de atribuições à Defensoria Pública para promoção integral e gratuita da assistência jurídica e garantia de direitos à população vulnerabilizada e minorias, mas sem o necessário equilíbrio orçamentário à instituição, observa-se que esse fator tem contribuído para permanência do estado das coisas.

A Pesquisa Nacional da Defensoria Pública 2023 (Esteves, *et al*, p. 37-38), identificou que 76% da população brasileira possui potencial acesso à assistência das Defensorias dos Estados e Distrito Federal, e, atualmente, “48.677.446 habitantes não possuem acesso aos serviços jurídico-assistenciais oferecidos pela Defensoria Pública, em violação ao art. 134 da CRFB e à diretriz do art. 98 do ADCT.”

Já o Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará³⁰ de 2023 (Fapespa, 2023, p. 34), entregue pelo Governo do Estado ao Poder Legislativo, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024, demonstra claramente que “a proporção de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza passou de 41,92% para 50,89%, entre 2019-2022, aumento de 8,97 p.p. Na Região Norte a pobreza aumentou em uma proporção maior (9,14 p.p.). Já no Brasil, a linha de pobreza cresceu a uma proporção menor (6,7 p.p.).”

Então - se o princípio da separação dos poderes defendido por Montesquieu (1996, p. 185) visa equilibrar os interesses dos entes do Estado num sistema de freios e contrapesos; se a Defensoria Pública está inserida nesse contexto como essencial ao sistema de justiça para equilíbrio da balança; se o Estado republicano é aquele que deve ser juridicamente estruturado para que o governo aja em prol do bem comum, aplicando à coisa pública uma função social, em busca da efetivação dos direitos fundamentais, com respeito à lei (Scaff, 2018, p. 127); se é necessário que haja efetiva construção de um modelo jusfinanceiro que implemente o modelo republicano adotado por cada país (Scaff, 2018, p. 85); e, considerando que o Estado tributa tanto os mais abastados como os hipossuficientes - republicano seria o Estado que direciona a maior parte do montante arrecadado àqueles que mais precisam e às instituições que efetivamente os defendem, visando a redução das desigualdades sociais, a paridade de armas e o bem comum.

Diante da significativa disparidade nos orçamentos do sistema de justiça nota-se que a partilha orçamentária analisada não se enquadra a um modelo de Estado Republicano, que deveria direcionar sua arrecadação ao interesse público para consecução do bem comum, que perpassa, necessariamente pelo fortalecimento da principal porta de acesso à justiça que é a Defensoria Pública.

³⁰ Instituído pela Lei nº 6.836, de 13 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei Ordinária nº 8.327, de 22 de dezembro de 2015.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto analisado, observa-se que a Defensoria é a principal porta para que as pessoas vulnerabilizadas e minorias tenham acesso substancial à justiça, seja pela via judicial ou administrativa e que, a partir da EC 045/2004, houve avanços significativos à instituição, que lhe garantiram autonomia funcional, administrativa e financeira, consolidando-a como um ente não subordinado hierarquicamente ao Poder Executivo e sem vínculo com a advocacia pública ou privada.

Apesar da resistência do Poder Executivo e dos próprios integrantes do sistema de justiça, observou-se que a Defensoria fortaleceu-se e atualmente ocupa posição de simetria formal ao Ministério Público. Contudo, apesar das novas dimensões de atuação e desafios outorgados pelo legislador, existe forte desequilíbrio na partilha orçamentária, que coloca a instituição em nítida situação de desvantagem perante os sujeitos do sistema de justiça.

Em âmbito nacional, constatou-se que para o exercício de 2023 os valores destinados ao Ministério Público são 271,38% superiores aos destinados à Defensoria Pública, enquanto que em relação ao Judiciário a iniquidade é ainda mais latente, ou seja, 1.466,64% maior que o orçamento da Defensoria Pública.

Constatou-se que de 2012 a 2024, a situação orçamentária das instituições que compõem o sistema de justiça do Estado do Pará continua inalterada com os percentuais de 9,76% ao Judiciário, 5,15% ao Ministério Público e 1,64% à Defensoria Pública, ainda, que a parcela orçamentária para 2024 destinada pelo Estado do Pará ao TJPA é 498,62% maior que o valor atribuído à Defensoria Pública, enquanto que o do Ministério Público a supera em 217,076%.

Percebeu-se que o modelo de partilha desequilibrado aos integrantes do sistema de justiça demonstra um permanente estado de coisas inconstitucional e que não é interesse do Estado, nem das próprias instituições que compõem o sistema de justiça o empoderamento da Defensoria para que a população vulnerabilizada e minorias possam acessar de forma efetiva e com paridade de armas a garantia de direitos a que faz *jus*.

Observou-se, ainda, que a disparidade orçamentária e estrutural no âmago do sistema de justiça - que coloca a Defensoria Pública em situação desfavorável - tem contribuído para a permanência do modelo de desigualdade social brasileiro, em que pobres, pretos, mulheres vítimas de violência, LGBTQIA+, deficientes, indígenas, idosos, desabrigados, ribeirinhos, pessoas em situação de rua, consumidores ludibriados, amazônidas e toda sorte de vulneráveis e minorias – público alvo da Defensoria – são invisibilizados ou colocados em segundo plano nas políticas públicas.

Defende-se que a distribuição do orçamento ao sistema de justiça não é republicana, pois não está juridicamente estruturada para que o governo aja em prol do bem comum, aplicando à coisa pública uma função social, em busca da efetivação dos direitos fundamentais. Sob o aspecto aqui tratado, republicano seria o Estado que direciona a maior parte do montante arrecadado àqueles que mais precisam e às instituições que efetivamente os defendem.

Propõe-se, então, um reordenamento jurídico-orçamentário equilibrado ao sistema de justiça, para que a Defensoria Pública tenha simetria orçamentária com o Ministério Público, visando cumprir suas missões constitucionais, pois cabe ao Estado atuar de forma efetiva por meio da formulação e implementação de políticas públicas para redução das desigualdades sociais, com vistas ao bem comum, o que perpassa pela paridade de armas entre seus integrantes.

Este ensaio é parte de um estudo que está sendo gestado sobre o sistema de justiça e não tem a pretensão de esgotar o tema, mas de trazer ao debate algumas reflexões que envolvem os orçamentos dos sujeitos do sistema de justiça e que poderão instigar novos estudos e debates.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Elísio Augusto Velloso; DIAS, Jean Carlos. A (in)compatibilidade do projeto de lei e diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022, de iniciativa do Governo do Estado do Pará, em face das competências constitucionais atribuídas à Defensoria Pública e em face da meta temporalmente fixada pelo Art. 98, do ADCT da atual Constituição brasileira. Arthur Correa da Silva Neto (org.). **O Estado Defensor: momento atual e perspectivas futuras**. Belo Horizonte/São Paulo: D'Plácido, 2023.

ADPEP-ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES E DEFENSORAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARÁ. Defensoria Pública do Estado do Pará em textos e gráficos. **Cartilha**. Adpep, p. 30, 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional 45. Brasília, DF, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm. Acesso em: 04 jan. 2024. BRASIL.

Emenda Constitucional 74. Altera o art. 134 da Constituição Federal. Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc74.htm. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional 80. Altera o Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Justiça, do Título IV - Da Organização dos Poderes, e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc80.htm. Acesso em: 04 abr. 2024.

BRASIL. Lei Complementar 80. Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências. Brasília, DF, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp80.htm. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. Lei Complementar 132. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp132.htm. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. Lei 11.448/2007. Altera o art. 5o da Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública, legitimando para sua propositura a Defensoria Pública. Brasília, DF, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111448.htm. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. Lei 13.105. Código de Processo Civil. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. Lei 13.465. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal e revoga e altera leis, medidas provisórias e decretos-lei. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. Palácio do Planalto. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 11 nov. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 230-RJ. Relatora Min. Carmen Lúcia. Tribunal Pleno. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 30 out. 2014. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630104>. Acesso em: 05 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 2238-DF. Relator Min. Alexandre de Moraes. Plenário. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 15 set. 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15344404366&ext=.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 2903-7-PB. Relator Min. Celso de Melo. Tribunal Pleno. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 18 set. 2008. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=548579>. Acesso em: 05 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 5296-DF. Relatora Min. Rosa Weber. Plenário. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 26 nov. 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15345079616&ext=.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 6852-DF. Relator Min. Edson Fachin. Plenário. **Diário de Justiça Eletrônico**, Brasília, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15350407231&ext=.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

CAPPELETTI, Mauro. GARTH. Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Relatório de Pesquisa de Satisfação e Imagem do CNMP e do Ministério Público. 2017. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/imagens/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_da_pesquisa_CNMP_V7.pdf. Acesso em: 05 de abr. 2024.

CONTI, José Maurício. **A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a autonomia financeira do Poder Judiciário**. Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico, v. 1, n. 1, 2012.

DIDIER JR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 8 ed, v 1, JusPODIVUM. 2007.

ESTEVES, Diogo; SILVA, Franklyn Roger Alves. **Princípios institucionais da Defensoria Pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

_____; AZEVEDO *et al.* **Pesquisa Nacional da Defensoria Pública 2023**. Brasília: DPU, 2023.

FAPESPA. Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará 2023. Belém, 2023. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/MAPA-DA-EXCLUSAO-SOCIAL-DO-PARA-2023CES-2.pdf>. Acesso em: 05 de jan. 2024.

GERHARD, Daniel. MAIA, Maurilio Casas. O Defensor Hermes, o *amicus communita(t)s* e a Defensoria Pública enquanto *médium* para a efetivação da dimensão democrática dos direitos fundamentais. Maurilio Casas (org.). **Defensoria Pública, Democracia e Processo**. São Paulo: Tirant lo Blanc, 2020.

GONZALES, Pedro. O Defensor-Hermes e a sociologia das ausências e a sociologia das emergências. In: **XIV CONADEP**, Rio de Janeiro, 2019.

_____. O conceito atualizado de acesso à Justiça e as funções da Defensoria Pública. In: MAIA, Maurilio Casas (org.). **Defensoria Pública, Democracia e Processo**. São Paulo: Tirant lo Blanc, 2020.

LAMENHA, Bruno; LIMA, Flávia Santiago. Quem Defenderá a Sociedade? Trajetórias e competição institucional em torno da tutela coletiva entre Ministério Público e Defensoria no pós-1988. **Editora Unoesc**, espaço jurídico Journal of law, Santa Catarina, vol. 22, n. 1, 2021.

MAIA, Maurilio Casas. A legitimidade coletiva da Defensoria Pública para a tutela dos Segmentos Sociais Vulneráveis. **Revista do Direito do Consumidor**, v. 101, p. 351-383, 2015.

MASCARENHAS, Caio Gama. Separação de Poderes, Autonomia Financeira e o Supremo: o repasse dos duodécimos, contingenciamento e o STF no jogo do resgate fiscal. **Revista Eletrônica da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – PGE – RJ**. v. 4, n. 2, mai/ago 2021.

MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis**. Tradução Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MOREIRA, Thiago de Miranda Queiroz. **A criação da Defensoria Pública nos Estados**: conflitos institucionais e corporativos no processo de uniformização do acesso à justiça. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19122016-092047/>. Acesso em: 05 abr. 2024.

MOTTA, Luiz Eduardo Pereira. RUEDIGER, Marco Aurélio. RICCIO, Vicente. O Acesso à Justiça como objeto de política pública: o caso da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. **Cadernos Ebape**, v. 4, n. 2, 2006.

NABAIS, José Casalta. A face oculta dos direitos fundamentais: os deveres e os custos dos direitos. **Revista de Direito Público da Economia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 20, out. 2007.

PARÁ. Lei 6.568. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2004 e dá outras providências. 2003. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/ldo2004-lei.pdf>. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 6.666. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2005 e dá outras providências. 2004. Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/ldo_2005-lei.pdf. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 6.771. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2006 e dá outras providências. 2005. Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/ldo_2006-lei_0.pdf. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 6.836. Institui o Mapa de Exclusão Social no âmbito do Estado do Pará. 2006. Disponível em <https://leisestaduais.com.br/pa/lei-ordinaria-n-6836-2006-para-institui-o-mapa-da-exclusao-social-no-ambito-do-estado-do-para-e-da-outras-providencias#:~:text=INSTITUI%20O%20MAPA%20DA%20EXCLUS%C3%83O,do%20%C2%A7%207%C2%BA%20do%20art>. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 6.892. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2007 e dá outras providências. 2006. Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/ldo_2007-lei.pdf. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 7.010. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2008 e dá outras providências. 2007. Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/ldo_2008_lei_no_7010.pdf. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 7.193. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2009 e dá outras providências. 2008. Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/lei_ldo_2009-ndeg_7.193_0.pdf. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 7.291. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2010 e dá outras providências. 2009. Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/ldo_2010_republicado.pdf. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 7.453. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2011 e dá outras providências. 2010. Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/lei_1do_2011.pdf. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 7.544. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012 e dá outras providências. 2011. Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/1do_2012_lei-7544.pdf. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 7.650. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências. 2012. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/LDO-2013.pdf>. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 7.722. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 e dá outras providências. 2013. Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br//CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=11784>. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 8.031. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências. 2014. Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/1do_2015_lei_8.031_de_23-07-2014.pdf. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 8.232. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências. 2015. Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/1do2016_completo.pdf. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 8.375. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências. 2016. Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/1do_2017_completa.pdf. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 8.520. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências. 2017. Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/1do_2018_completa_site.pdf. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 8.757. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providências. 2018. Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/1do_2019_completa_com_lei_resolucao_reduzida.pdf. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 8.891. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020. 2019. Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/1do_2020.pdf. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 9.105. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2021. 2020. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/LDO-2021-publicada-no-DOE.pdf>. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 9.292. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022. 2021. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/Lei-LDO-2022-com-LEI-PERODO-ELEITORAL.pdf>. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 9.649. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023. 2022. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/LDO-2023-Publicada-IOE.pdf>. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Lei 9.977. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024. 2024. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/LDO-2024-completa.pdf>. Acesso em 05 abr. 2024.

PARÁ. Mensagem 88/2023-GG. Encaminhamento da LOA 2024 - Governo do Estado do Pará. 2023. Disponível em <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/men-loa-2024-plDEFINITIVA-e-com-Quadros.pdf>. Acesso em 05 jan. 2024.

RANGEL. Raphael Maia. **Defensoria Pública: redimensionamento de seu papel político-jurídico-social para efetiva proteção dos vulneráveis no campo da moradia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

SADEK, Maria Tereza Ainá. Estudos sobre o sistema de justiça. In S. Miceli, ed. **O que ler na ciência social brasileira**. V. 4. São Paulo: Sumaré, 2002.

SCAFFE, Fernando Facury. **Orçamento Republicano e Liberdade Igual**. Ensaio sobre direito financeiro, república e direitos fundamentais no Brasil. Belo Horizonte: Forum, 2018.

SILVEIRA, Alexandre. Coutinho da. **O direito financeiro e a redução de desigualdades**. Tese (Doutorado-Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico, Financeiro e Tributário). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

SOUZA, Jessé José Freire de. **A elite do atraso: da escravidão à lava-jato**. Rio de Janeiro, Leya, 2017.

WATANABE, Kazuo. Acesso à Justiça e sociedade moderna. In: GRINOVER, Ada Pelegrini. DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo (Coord.). **Participação e processo**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1998.



GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades Latino-Americanas

PROSPECÇÕES PARA O SETOR DA PESCA NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA-PA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVOÉrica Lúcia Barreto Pereira¹(UFPA)Terezinha de Jesus Lima de Souza²(UFPA)Brenda Aryanne Damasceno Monteiro³(UFPA)

RESUMO: O presente trabalho traz uma análise crítica do Plano Diretor Participativo (PDP) do município de Bragança-PA, apontando as convergências e divergências entre o diagnóstico e as proposições do PDP e a realidade atual do município, assim como as disposições do plano que foram efetivamente implementadas e os fatores que favoreceram ou dificultaram a aplicação do disposto no mesmo. Foi delimitado um recorte específico do Capítulo IV -Título II que trata “Das diretrizes setoriais para o Desenvolvimento Econômico”, especificamente a Seção II que trata da Aquicultura e Pesca, por ser este um dos setores de maior representatividade da economia local. A análise foi realizada a partir de leituras de autores como Pierre Bourdieu, Sérgio Buarque, Eduardo Gudynas, Carlos Matus, Marcelo Lopes de Souza, Maristella Svampa, dentre outros, tendo como referência os aspectos relativos ao Planejamento Regional e Urbano. Partiu-se da análise documental do PDP do município, atualizado e homologado no ano de 2015, por meio da Lei complementar de N° 006/2015, além de entrevistas semiestruturadas com representantes de associações municipais e servidores públicos da Prefeitura Municipal. Constatou-se que muitos obstáculos ainda estão sendo enfrentados para a efetivação de um Plano Diretor Participativo que realmente consiga atender ao disposto no plano. Percebe-se ainda que este é pouco conhecido pela população, tendo sido construído principalmente pela sua obrigatoriedade. Assim, é preciso avançar para o amplo conhecimento desse documento, para que venha a ser um instrumento construído e utilizado em favor da melhoria das condições de vida da população em geral.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Pesca, Bragança, Plano Diretor Participativo

INTRODUÇÃO

Localizada no nordeste Paraense (Figura 1), Bragança fica a 210 quilômetros da capital Belém, e destaca-se pela produção pesqueira. Segundo (Braga *et al.*, 2006), o município tem ocupado o segundo lugar no ranking de produção de pescado no cenário estadual, com uma média de 6.000 toneladas ano, ficando atrás apenas da capital, Belém.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dão conta de que as áreas litorâneas apresentam baixa densidade populacional e vivenciam uma profunda dicotomia, pois ao passo que são de extrema importância do ponto de vista ambiental por sua preservação, também são

¹ Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, UFPA, Brasil. Email: ericalbp@gmail.com

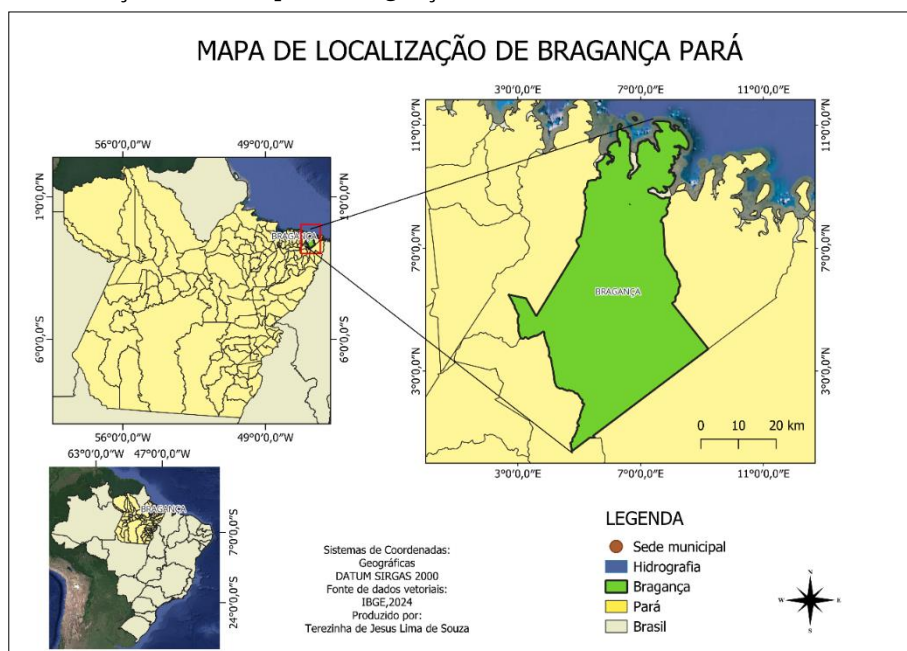
² Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, UFPA, Brasil. Email: terezalima426@gmail.com

³ Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, UFPA, Brasil. Email: brendamasceno24@hotmail.com

áreas de grande potencial turístico e econômico, fatores que acentuam processos de urbanização e industrialização, bem como fomentam o cenário para diversos conflitos derivados do uso desses espaços. (IBGE apud Sousa, 2011).

O Censo Demográfico de 2010 contabilizou 113.227 habitantes no município de Bragança (IBGE, 2010). Dados do último Censo realizado em 2022, mostram que a população atual é de 123.082 habitantes, apresentando densidade demográfica de 57,93 habitantes por km², e área total de 2.124,734 km² (IBGE, 2022), o que classifica o município como sendo uma cidade de porte médio, como pontuado por Ribeiro (2018) por meio da análise do contingente populacional (50 a 500 mil habitantes), situação espacial, papel de intermediação entre cidades pequenas e grandes, centralidade regional e intensidade e complexidade das relações espaciais. Para (Sposito apud Ribeiro, 2018), as cidades de porte médio desempenham importante papel como intermediárias entre metrópoles e pequenas cidades.

Figura 1: Localização do Município de Bragança Pará. 2024.



Fonte: elaborado pelo autor.

Diante do eminente crescimento populacional, buscando o melhor ordenamento do município, atendendo as diretrizes estabelecidas pela Lei N° 10.257/2001 denominada *Estatuto da Cidade*, assim como pelos artigos de N° 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que têm por objetivo estabelecer normas e diretrizes que orientam as formas de uso do espaço urbano das cidades, especialmente ao indicar o Plano Diretor como instrumento necessário ao planejamento, no ano de 2014, sob gestão do então prefeito do município de Bragança João Nelson Pereira Magalhães, por meio do projeto de Lei N° 015/2014, foi homologado junto a câmara de vereadores a atualização do *Plano Diretor Participativo* (PDP) que se consolidou por meio da Lei complementar de N° 006/2015.

Por determinação do decreto N° 1.066, de 19 de junho de 2008 que dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará, Bragança constitui um dos 15 municípios da Região de Integração (RI) do Rio Caeté. De acordo com o artigo 1º do referido decreto, a regionalização do Pará tem como objetivo:

Definir regiões que possam representar espaços com semelhanças de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico e cujos municípios mantenham integração entre si, quer física quer economicamente, com a finalidade de definir espaços que possam se integrar de forma a serem partícipes do processo de diminuição das desigualdades regionais (PARÁ, 2011).

A Secretaria de Planejamento do Pará adota no Plano Plurianual (PPA), o principal instrumento de planejamento do governo, essa organização do Estado em regiões de integração, direcionando suas ações considerando as vocações, as especificidades, as semelhanças de ocupação e o dinamismo econômico dos municípios que compõem tais regiões.

Do ponto de vista econômico, dados do PPA de 2012-2015 apontam que Bragança integrou os cinco municípios que mais contribuíram para a geração de Produto Interno Bruto (PIB) do Pará, fornecendo 23% de contribuição para o PIB que apresentou valor corrente de R\$ 1,4 bilhões em 2008 no Estado. Os setores que predominavam a estrutura produtiva dessa Região de Integração segundo o PPA de 2012-2015, eram a pesca, lavoura, construção civil, indústria de transformação e comércio (PARÁ, 2011).

Reconhecendo a pesca como uma das vocações do município de Bragança, o presente trabalho traz uma análise crítica do Plano Diretor Participativo (PDP) do município de Bragança no Estado do Pará, do ano de 2015, apontando as convergências e divergências entre o diagnóstico e as proposições do PDP e a realidade atual do município, assim como as disposições do plano que foram efetivamente implementadas e os fatores que favoreceram ou dificultaram a aplicação do disposto no mesmo. Para uma abordagem mais direcionada foi delimitado um recorte específico do PDP no que tange os planejamentos da pesca no município.

METODOLOGIA

Considerando a especificidade desta pesquisa, foi classificada como de abordagem qualitativa que contou com duas técnicas de coleta de dados: análise documental e entrevistas semiestruturadas. Segundo (Minayo apud Marconi e Lakatos, 2011), uma pesquisa qualitativa responde a questões particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, sendo pertinente para realização de uma pesquisa que objetiva fazer uma análise crítica da correlação dos planejamentos de desenvolvimento municipal e estadual para investigar suas efetividades de ações, principalmente nos setores ambientais e econômicos.

Os documentos utilizados na análise documental foram principalmente: o Plano Diretor Participativo (PDP) de Bragança do ano de 2015 e as Estratégias do Plano Plurianual do Estado do Pará (PPA) dos anos de 2012-2015. A análise documental utiliza o documento como objeto de estudo para identificar informações factuais a partir de questões e hipóteses de interesse do pesquisador (Junior *et al.*, 2021).

Com a finalidade de alcançar melhor entendimento da temática proposta para a investigação, foi realizado um recorte do PDP direcionando para o capítulo em que a pesca é mais discutida, sendo o Capítulo IV -Título II que trata “Das Diretrizes Setoriais para o Desenvolvimento Econômico”, especificamente a Seção II que trata da Aquicultura e Pesca, por ser este um dos setores de maior representatividade da economia local e objeto desta pesquisa.

A entrevista qualitativa, é a técnica mais usual na investigação qualitativa (Marconi e Lakatos, 2011). A entrevista foi escolhida como técnica de coleta de dados por ser uma maneira flexível e aberta de se pesquisar um tema, utilizando diversas ferramentas como anotações e gravações para obter informações importantes, compreendendo perspectivas e experiências das pessoas entrevistadas (Marconi e Lakatos, 2011). O tipo de entrevista adotado foi a semiestruturada em que “o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada” podendo explorar amplamente a questão (Marconi e Lakatos, 2011, p.281).

O Secretário das Secretarias Municipais de Pesca e Aquicultura e a de Meio Ambiente, Danilo Gardunho, foi entrevistado durante a coleta de dados. A entrevista foi gravada com permissão do entrevistado e os dados foram transcritos para facilitar a análise.

ENTRE PLANO PLURIANUAL (PPA) E PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO (PDP)

No capítulo IV do PDP de Bragança, constam as Diretrizes Setoriais para o Desenvolvimento Econômico, enfatizando que:

A Política de Desenvolvimento Econômico de Bragança será promovida a partir da dinamização e diversificação das atividades econômicas existentes e potenciais, de forma ordenada, articulada com o desenvolvimento social e com a proteção do meio ambiente, estimulando o empreendedorismo em todo o território de Bragança, observando os princípios de inclusão social e da sustentabilidade ambiental, com base nas peculiaridades locais e visando à redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população (Bragança, 2016).

Uma das diretrizes da Política de Desenvolvimento Econômico para Bragança é “trabalhar o aproveitamento da área lacustre: mar, rios, furos, etc., para o uso integrado da pesca, do extrativismo animal, da aquicultura e do turismo”, demonstrando, nesse inciso XVII do artigo 48 do PDP, o reconhecimento do potencial bragantino no que se refere a diversidade de formas de explorar os ambientes aquáticos e o pescado.

Como a pesquisa partiu do interesse e reconhecimento da pesca como uma das atividades mais produtivas de Bragança, foi entrevistado o atual secretário de Pesca e Meio Ambiente, que informou que as ações municipais, através de projetos e parcerias com instituições têm conseguido efetivar as seguintes ações estratégicas dispostas no PDP, artigo 53: I - verticalizar a produção do pescado, mariscos: carne, pele, escamas, bucho, etc.; II - preparar mão-de-obra qualificada para construção/manutenção de barcos e motores; IV - capacitar o pescador na fabricação de apetrechos da pesca; VI - transformar a Secretaria Municipal de Economia e Pesca – SEMEP em Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura – SEMPAQ; VII - capacitar mão-de-obra para o desenvolvimento da aquicultura dentro dos padrões tecnológicos vigentes; VIII - capacitar pescadores e produtores rurais nas atividades que envolvem o beneficiamento de sua produção, dentre outras ações que não estão descritas no PDP mas têm sido implementadas pela prefeitura, a exemplo dos Projetos Educa Pesca, Eco Pesca e os Programas Mais Pesca e Programa Municipal para o Desenvolvimento da Aquicultura Sustentável.

O secretário Danilo Gardunho informou algumas ações que estão sendo efetivadas no ano vigente, como o “Programa Mais Pesca” que conta com o “Projeto Saúde nas Águas”, que tem feito atendimento às comunidades, levando vacina, atendimento médico e água potável para as ilhas e praias, assim como o projeto Energia das Ilhas, levando energia solar para as comunidades ribeirinhas.

Outra ação de grande relevância foi a instalação do escritório para atendimento ao pescador e pescadora municipal, em parceria com o governo federal que viabilizou a emissão do Registro Geral de Pesca (RGP), no próprio município, pois anteriormente só era retirado na capital Belém, o que acarretava muitos custos aos pescadores(as), especialmente da pesca artesanal. Além da criação do Sistema Integrado Municipal de Pesca e Aquicultura (SIMPAC), que tem contribuído para avanços no atendimento à cidadania do pescador(a) e aqüicultor(a).

Em relação ao preparo da mão de obra qualificada a prefeitura tem trabalhado em parceria com o SENAI, SENAR e SEBRAE, com oferta de cursos diversos, especialmente aos pescadores e pescadoras artesanais bem como agricultores e agricultoras. Ressalta-se que a oferta desses cursos acontece de forma esporádica e, por isso, é importante analisar se as proposições dispostas no PDP em relação a capacitação profissional dos pescadores e pescadoras, têm dado conta de contemplar tais objetivos.

No entanto, o município conta com um importante sistema de ensino em parceria com o IFPA e com a Capitania dos Portos: o Educa Pesca, um sistema de ensino com oferta de curso do Ensino Fundamental, direcionado aos pescadores e pescadoras, assim como para a família de pescadores que estejam em distorção de série/idade e que não tenham concluído o Ensino

Fundamental, obrigatório para a retirada da carteira de pescador(a). É um sistema de ensino de EJA (Educação de Jovens e Adultos), articulado com o ensino técnico, que segundo Danilo Gardunho, é baseado na pedagogia da alternância, de Paulo Freire, em que se adapta o tempo escola ao tempo trabalho, voltado, neste caso, especialmente ao tempo pesca. Com a conclusão do curso, os pescadores e pescadoras podem, caso queiram, fazer a retirada da carteira de pescador(a) da Marinha do Brasil, a carteira Federal e a carteira Municipal do(a) pescador(a).

Por outro lado, é importante considerar algumas das estratégias que não foram efetivadas como dispostas no Artigo. 53 do PDP: III - implantar câmaras frigoríficas em locais estratégicos de pesca fora da Sede do Município; V - regulamentar através de lei, todo o peixe exportado; IX - formar grupos familiares para implementação de piscicultura familiar: carcinicultura e ostreicultura; X - auxiliar órgão competente na fiscalização da pesca predatória, com a criação da polícia marítima; XI - viabilizar a instalação de entreposto pesqueiro municipal.

A questão da fiscalização da pesca é um dos grandes entraves ao desenvolvimento econômico sustentável. A estratégia prevista no inciso X, art. 53 (Cap. II, Título II) do PDP: “auxiliar órgão competente na fiscalização da pesca predatória, com a criação da polícia marítima”, continua sendo um dos grandes desafios para o município. Não foi criada a Polícia Marítima, mas, segundo o secretário de Pesca e Meio Ambiente, pretende-se criar a Guarda Ambiental em parceria com a Guarda Municipal. A SEMA é o órgão que tem feito a fiscalização e monitoramento, em parceria com ICMBio, e algumas vezes sendo necessário acionar o IBAMA.

Importante observar que algumas dessas estratégias não foram executadas pela falta de recursos por parte da esfera municipal. Segundo Danilo Gardunho a “implantação das câmaras frigoríficas em locais estratégicos de pesca fora da Sede do Município” não aconteceu especialmente pela mudança de governo no ano de 2019 e o corte de verbas por parte do Governo Federal nos anos de 2019 a 2022, aos projetos de infraestrutura de conservação de pescado.

A questão de “viabilizar a instalação de entreposto pesqueiro municipal” é um outro exemplo de uma ação que não foi realizada devido a mudança de governo. Foi feita a planta do projeto, mas não houve recursos para a realização da estrutura planejada. Atualmente há uma pequena área de embarque e desembarque na orla da cidade, e foi feito um projeto menor que está sendo submetido para arrecadar os recursos através do governo Estadual e Federal para a instalação do entreposto pesqueiro municipal.

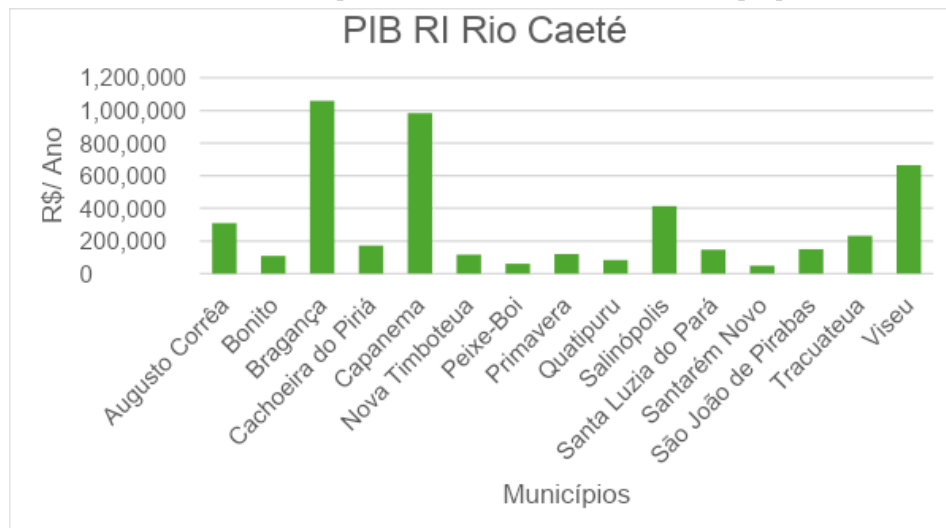
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Além da Pesca e Agricultura, Bragança se sobressai no setor de comércio e serviços. De acordo com Ribeiro (2018), somadas, estas atividades garantem a Bragança o maior PIB em comparação as cidades vizinhas (Tracuateua, Augusto Corrêa e Viseu), com ordem de R\$ 504.587 por ano, chamando

atenção também a área de alcance dos serviços de saúde e educação que atendem aos munícipes de Viseu, Cachoeira do Piriá, Augusto Corrêa, Tracuateua, Capanema, Santa Luzia, Castanhal, Ananindeua, Belém e outros.

De acordo com dados da Fapespa (2019), o PIB do município tem se destacado em relação aos demais que compõem a RI Rio Caeté, de acordo com o representado no gráfico abaixo:

Gráfico 1: elaborado pelo autor com base nos dados da Fapespa, 2019.



Segundo Lima (2020, p.59), a atividade pesqueira em Bragança também é de suma importância para a economia regional, abastecendo de pescado o município e outras regiões dos estados do Pará, Maranhão e Ceará, demonstrando assim sua importância no abastecimento alimentar e na geração de emprego e renda para a cidade. Segundo secretário de Pesca, Danilo Gardunho, foi constatado a existência de mais de 20 empresas de pesca regularizadas que trabalham no transporte de pescados e mariscos para outros municípios e estados, além de duas grandes empresas que operam no beneficiamento de pescado para exportação, sendo a Gpesca pioneira no município com mais de 20 anos no mercado, e a Brafish mais recente.

O setor da pesca em Bragança ocorre em duas vertentes, artesanal e industrial, sendo a segunda mais voltada a pesca do pargo, ambas colaboram de forma significativa para o movimento da economia local em diversos setores, como nos estabelecimentos de processamento de pescado, fábricas de gelo, embarcações pesqueiras, lojas de material de pesca e outros (LIMA, 2020, p.15).

Uma das ações estratégicas propostas no PDP de Bragança para alavancar ainda mais esse ramo é a verticalização da produção de pescado, o que pode resultar em mais oportunidades de retornos econômicos e aproveitamento dos recursos explorados. Nesse sentido, o secretário Danilo Gardunho informou que além das duas empresas privadas de beneficiamento de pescado já existentes, novas empresas chegarão à cidade, sendo que uma vai ser direcionada especificamente para o setor da aquicultura. Das iniciativas do município, há o projeto de montar uma unidade de

beneficiamento de peixes advindos da produção dos currais de pesca, bem como a substituição e desativação da atividade de salgadeira que ocorre na Vila dos Pescadores.

Ainda sobre a pesca em Bragança, o secretário Danilo Gardunho considera que essa atividade faz parte de um tripé de principais atividades do município, que é composto pela pesca, agricultura e comércio, mas também destaca o funcionalismo público e serviços. O secretário informou que a gestão atual tem se preocupado com a questão da infraestrutura, o que resultou na construção de portos de desembarque próximo à orla da cidade, mas que ainda é considerada pequena para quantidade de embarcações de pesca cadastradas que chega a mais de 200 unidades.

O secretário complementou a informação sobre a pesca indicando que os dados da produção de pescado em Bragança são subestimados, em 2017 por exemplo se contabilizou 10 mil toneladas por ano, porém, pode chegar até 20 mil toneladas/ano. Diante desse cenário existe o planejamento para criação de um atracadouro maior a ser instalado na Vila de Bacuriteua até o final de 2025 que atenda a demanda da quantidade de embarcações pesqueiras do município.

No setor da aquicultura, foi formulado um Programa de Desenvolvimento da Aquicultura Sustentável a partir de 2018, em que foi realizado um diagnóstico na população para identificar interesse nessa atividade, resultando no mapeamento de 270 lotes de terra e no zoneamento aquícola que foi finalizado em dezembro de 2023. No Programa, existe o projeto de qualificação dos aquicultores, em que a Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura fornece a infraestrutura, assistência técnica e treinamento para as famílias interessadas no empreendimento.

Essa informação é compatível com ações estratégicas do capítulo IV, artigo 53 e inciso VII do PDP de Bragança que visa “capacitar mão-de-obra para o desenvolvimento da aquicultura dentro dos padrões tecnológicos vigentes” (BRAGANÇA, 2015). Segundo Danilo Gardunho, a partir da implementação desse programa, Bragança saiu do último lugar no ranking de produção de Tambaqui na RI do Rio Caeté para o primeiro lugar em dois anos consecutivos.

A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) apresentou o perfil socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Rio Caeté, em que Bragança aparece como principal município exportador que se concentra em peixes congelados, secos e filés de peixe que correspondem a 65%, 17% e 14%, respectivamente, das transações de exportações de toda RI. Bragança também desponta como um dos três municípios que tem aeroporto na RI, assim como detém Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte (Fapespa, 2019).

DESAFIOS E PROPOSIÇÕES

Durante a pesquisa, foram constatados inúmeros esforços do Poder Público para a consolidação das diretrizes que tangem os artigos dispostos no PDP, principalmente das estratégias econômicas para o município, em especial para o setor da pesca, agricultura e comércio.

Percebe-se que o setor da pesca e aquicultura é o que mais retém atenção, tanto no sentido de infraestrutura com ampliação dos portos, criação de um setor específico para atendimento aos pescadores, atendimento de saúde e ações de cidadania direcionado a esse setor, assim como a consolidação de parcerias com instituições como EMATER, SEBRAI, IFPA, SENAR e outras para ampliação da assistência técnica com intuito de estruturar e expandir o setor.

Na aquicultura, os esforços para realizar uma das ações estratégicas do PDP, resultaram em um Programa que atende e dá assistência às famílias interessadas na prática, elevando Bragança para a posição de primeiro lugar na produção de Tambaqui, o que era uma realidade distante para algumas comunidades sem o investimento do poder público para que essa atividade pudesse ser iniciada.

Foi constatado que alguns programas e projetos que não constam no plano Diretor Participativo de 2015 foram criados e colocados em prática, como o Educa Pesca que atende os(as) pescadores(as) para a conclusão do ensino fundamental, o Eco Pesca que trata da educação ambiental direcionada aos trabalhadores da pesca, o Energia nas Ilhas que pretende levar energia solar para comunidades que ainda não dispõem de energia pela impossibilidade de implantar energia cabeada. Esses resultados demonstram que o Plano Diretor é um direcionamento, porém ações podem ser realizadas para além do que está descrito no documento.

CONCLUSÃO

Considerando a importância do município de Bragança para a economia da Região de Integração do Rio Caeté, resultados de sua relevante participação principalmente na atividade pesqueira para abastecimento local e exportação, é necessário reunir esforços do poder público com a sociedade para que Bragança consiga se consolidar em um lugar de destaque no âmbito estadual para que novos investimentos possam ser aplicados direcionados também aos fatores ambientais e sociais.

Sobre os planejamentos municipais, estaduais e federais, precisam ser direcionados à resolução de problemas compatíveis com a realidade da região a que forem direcionados, diante de suas especificidades, demandas e potencialidades. Sendo Bragança um importante polo pesqueiro do Estado, as diretrizes e ações estratégicas precisam contar com resoluções viáveis e não utópicas

somente para fascinar quem lê os documentos publicados com intuito de visibilidade eleitoral, por exemplo.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Cesar França et al. Considerações sobre a comercialização de pescado em Bragança-Pará. Boletim Técnico Científico do Cepnor, v. 6, n. 1, p. 105-120, 2006.

BRAGANÇA. Lei Complementar N. 006/2015. Dispõe sobre a atualização do Plano Diretor Participativo do Município de Bragança e dá outras providências. 2015.

BRASIL. Lei 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em 29/12/2023.

FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. Região de Integração do Rio Caeté: Perfil Socioeconômico e Ambiental. 2019. Disponível em: <Slide 1 (seplan.pa.gov.br)>. Acesso em 10/01/2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/braganca/pesquisa/23/27652?detalhes=true>>. Acesso em 28/12/2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama do Censo 2022. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/braganca/pesquisa/10101/0?indicador=96386>>. Acesso em 28/12/2023.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima et al. Análise Documental como Percurso Metodológico na Pesquisa Qualitativa. Cadernos da Fucamp, v.20, n.44, p.36-51. 2021.

LIMA, Jackson Brito. “Políticas públicas e a atividade pesqueira no município de Bragança, estado do Pará, Amazônia, Brasil. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Piauí. Teresina. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PARÁ. Decreto Nº 1.066, de 19 de junho de 2008. Dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências. Palácio do Governo. Disponível em: <[176938.pdf \(semas.p a.gov.br\)](#)>. Acesso em 09/01/2023.

PARÁ. Planos Plurianuais do Governo do Estado do Pará 2012-2015 / 2020-2023. Secretaria de Estado de Planejamento. – Belém: Diretoria de Planejamento. Disponível em: <www.seplad.pa.gov.br>. Acesso em: 03 jan. 2023.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. Cidade de porte médio de importância histórica: particularidades de Bragança no Nordeste do Pará/Medium size-city of historical importance: particularities of Bragança, Northeast of Pará. Caderno de Geografia, v. 28, n. 52, p. 1-24, 2018.

SEMAS. Plano Estadual de Bioeconomia do Pará. PlanBio Pará. Outubro de 2022. Disponível em: <https://semas.pa.gov.br/legislacao/files/anexos/192126_Plano%20-%20Bioeconomia.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2024.

SOUSA, Thalita Adriana Ferreira de et al. Política ambiental costeira: uma análise do seu impacto em Bragança-PA. 2011.



GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas

AVALIAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MOEDA SOCIAL ARARIBOIAAriana Britto¹ (J-PAL)Victor Bridi² (UFF)Anna Isabela Fernandes³ (UFF)Fabio Waltenberg⁴ (UFF)

Resumo: O programa Moeda Social Arariboia, lançado em janeiro de 2022 em Niterói, município da região metropolitana do Rio de Janeiro, é uma política de transferência de renda permanente. A política tem como objetivo promover o desenvolvimento local e mitigar a pobreza. Sua estrutura é fundamentada na introdução e circulação de uma moeda social digital destinada às famílias niteroienses em situação de pobreza ou extrema pobreza cadastradas no CadÚnico. O valor mensal do benefício pode alcançar até 868 arariboias, equivalente a 868 reais. A avaliação de implementação do programa ocorreu entre maio e novembro de 2022, com o propósito de identificar problemas e estratégias de aprimoramento relativos ao acesso, uso e circulação da moeda social. A pesquisa compreendeu uma análise do contexto de implementação, entrevistas qualitativas com grupos focais de beneficiários do programa e comerciantes cadastrados. Resultados da avaliação permitiram sistematizar fatores facilitadores e limitantes da implementação do programa. Do ponto de vista dos beneficiários, a moeda digital oferece a vantagem de permitir o acesso amplo e imediato a um benefício social. Todavia, ressaltam que a falta de familiaridade com recursos digitais é um dos principais desafios para a expansão do programa. Em relação aos comerciantes, uma das vantagens das moedas sociais é estimular, integrar e diversificar a economia local devido à circulação restrita. O uso de moedas sociais digitais tem demonstrado ser um caminho importante para a políticas públicas, garantindo agilidade e eficácia na promoção do bem-estar e qualidade de vida, especialmente daqueles em maior situação de vulnerabilidade.

Palavras-chaves: Moeda Social Arariboia, Niterói, transferência de renda, políticas públicas, Brasil

1) INTRODUÇÃO

As moedas sociais, entendidas como moedas complementares, representam uma abordagem adicional aos meios de troca, diferenciando-se das moedas emitidas por bancos centrais (Gama, 2023). Em vez disso, as moedas sociais são legitimadas por consensos coletivos, emergindo em resposta a desafios, objetivos e recursos específicos de comunidades. As moedas sociais, por sua natureza cidadã, são concebidas para refletir os interesses locais, visando fortalecer os laços sociais e fomentar o crescimento econômico dentro de uma área geográfica delimitada (Gama, 2023).

¹ Gerente de Políticas Públicas, J-PAL LAC, Brasil. E-mail: abritto@povertyactionlab.org.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Economia, UFF, Brasil. E-mail: victorbridi@id.uff.br.

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia, UFF, Brasil. E-mail: annaifl@id.uff.br.

⁴ Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia, UFF, Brasil. E-mail: fdwaltenberg@id.uff.br.

Portanto, seu escopo é limitado a um território específico e não têm a intenção de suplantar a moeda oficial.

As moedas sociais abraçam diversas finalidades, desde estimular o desenvolvimento regional até promover a reciprocidade entre os membros da comunidade, integrar práticas sustentáveis de produção e consumo, e até mesmo fortalecer o aspecto social da moeda ao desencorajar especulações e retenções desnecessárias (Fare; Ahmed, 2017). No Brasil, as moedas sociais tiveram sua origem, sobretudo, em iniciativas de organizações comunitárias alinhadas aos princípios da economia solidária. Estas iniciativas são frequentemente apoiadas por bancos comunitários, os quais se dedicam não só a promover feiras para produtores locais, mas também a fornecer capacitação em relação aos fundamentos da economia solidária (Gama, 2023).

A história das moedas sociais municipais no Brasil começou em 2010, com o lançamento da moeda capivari em Silva Jardim, no estado do Rio de Janeiro. Desde então, as moedas sociais foram adotadas em outras localidades e, em 2022, sete municípios já haviam implementado suas próprias moedas sociais amparadas em decretos legais, refletindo um movimento crescente por sistemas financeiros comunitários e sustentáveis (Gama, 2023). A partir de 2016, as moedas sociais integradas à Rede Brasileira de Bancos Comunitários entraram em uma nova era digital, atreladas à plataforma E-dinheiro. O E-dinheiro, criado em 2014 pelo Instituto E-dinheiro Brasil, oferece serviços digitais para emissão e gestão de moedas sociais digitais, permitindo aos bancos comunitários fornecerem uma gama mais ampla de serviços financeiros digitais para suas comunidades (Gama, 2023). A mumbuca, de Maricá, foi a primeira moeda social municipal a adotar o formato *online*, representando um marco significativo na evolução dessas iniciativas, que se propagaram para outros municípios, incluindo Niterói, objeto de investigação do presente estudo.

Além de um meio de troca complementar à moeda oficial, moedas sociais podem ser conjugadas com objetivos sociais, tais como o alívio da pobreza e o estímulo à economia local. Nesse sentido, a Moeda Social Arariboia é um programa permanente de transferência de renda, direcionado a famílias em Niterói que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza e estão registradas no Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal. Esta política implementa uma moeda digital local denominada arariboia, cuja circulação está limitada ao território de Niterói. A arariboia é destinada exclusivamente para transações em estabelecimentos locais, abrangendo desde pequenos prestadores de serviços até grandes redes de supermercados, todos previamente cadastrados pela prefeitura. Mantendo uma paridade direta com o real, cada unidade de arariboia tem o mesmo valor nominal de uma unidade de real.

O benefício da Moeda Social Arariboia alcança, atualmente, mais de 37 mil famílias em Niterói e, até dezembro de 2023, mais de 5,7 mil estabelecimentos comerciais e prestadores de

serviços estavam cadastrados para aceitar o pagamento em arariboia.⁵ Em um período de dois anos, o programa viabilizou, aproximadamente, três milhões de transações comerciais na moeda social, totalizando um movimento financeiro de mais de R\$ 257 milhões nos comércios locais, conforme informações disponibilizadas em sites do programa.

Desde o lançamento da política, os valores do benefício tiveram quatro alterações.⁶ A partir de março de 2024, o valor básico mensal do auxílio é de 308 arariboias por família, com um adicional de 112 arariboias para cada membro da residência – limitado a um total de seis beneficiários. Isso significa que famílias compostas por seis ou mais integrantes recebem o montante máximo de 868 arariboias por mês. É importante destacar que o recebimento do benefício não está sujeito a quaisquer condicionalidades, além da comprovação de renda familiar exigida para inscrição no Cadastro Único.

Os beneficiários do programa recebem um cartão equipado com tecnologia NFC (*Near Field Communication*), similar àquela utilizada para pagamentos por aproximação com dispositivos móveis. O cartão permite o uso das arariboias tanto fisicamente quanto através de um aplicativo de celular, que possibilita a consulta de extratos, saldo e a realização de transferências, em um processo similar ao sistema Pix.

O programa destaca-se pelo seu papel no alívio imediato da pobreza e no fortalecimento da economia de Niterói. Enquanto o primeiro objetivo é alcançado através da transferência direta de recursos para famílias em situação de vulnerabilidade social, o segundo se materializa pela circulação da moeda social dentro das fronteiras do município, impulsionando o comércio e beneficiando os empreendimentos locais. Assim, a dinâmica estimulada pelo programa criaria um ciclo positivo de desenvolvimento econômico, especialmente nas regiões periféricas do município. Além disso, a Moeda Social Arariboia visa facilitar a inclusão bancária, eliminando as burocracias dos bancos tradicionais e garantindo um acesso ágil ao benefício para os cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

2) BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NITERÓI (RJ)

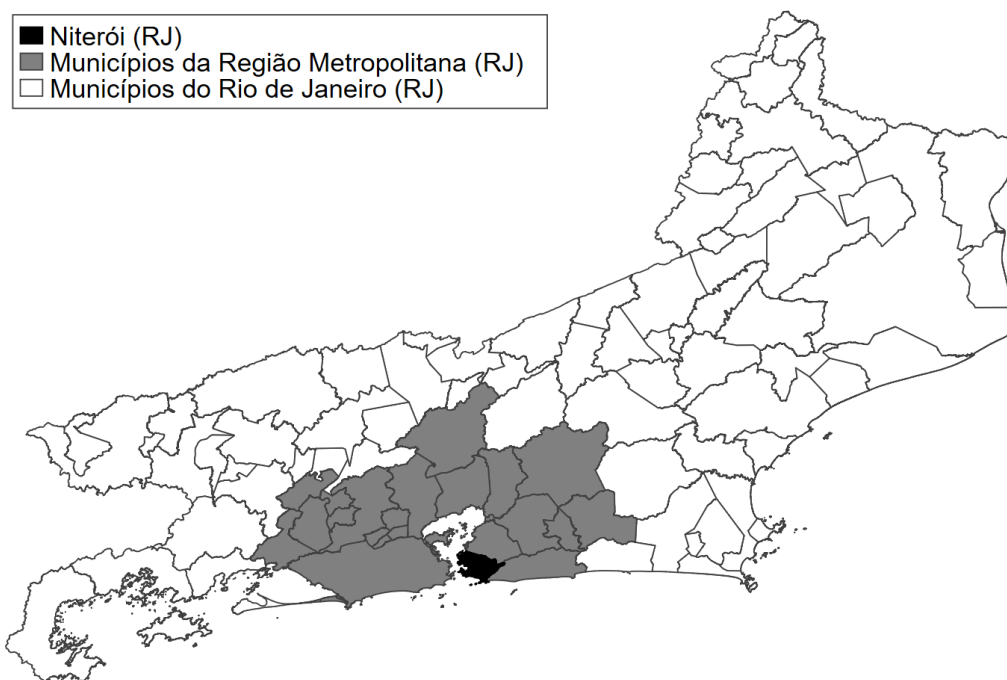
O município de Niterói está localizado na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro (RJ), possuindo uma população de 481.749 habitantes e uma densidade demográfica de 3.601,67

⁵ Informações disponíveis em: <https://niteroi.rj.gov.br/2024/02/23/moeda-social-arariboia-tera-aumento-a-partir-de-marco/>.

⁶ Inicialmente, o benefício mínimo foi estabelecido em 90 arariboias, com a possibilidade de um aumento de 90 arariboias para cada membro adicional da família. Em fevereiro de 2022, o benefício mínimo foi elevado para 250 arariboias, mantendo-se as 90 arariboias por membro adicional. Em julho de 2023, o valor básico mensal subiu para 293 arariboias, com acréscimo de 106 arariboias por membro adicional. Desde março de 2024, vigoram os valores de 308 arariboias por família, com adicional de 112 arariboias por membro adicional.

habitantes por quilômetro quadrado, de acordo com o censo do IBGE de 2022. Internamente, o município é dividido em cinco regiões administrativas: Norte, Praias da Baía, Oceânica, Leste e Pendotiba. Niterói faz fronteira com os municípios de Maricá ao leste, São Gonçalo ao norte e é ligado à capital do estado, a cidade do Rio de Janeiro, por meio da Ponte Rio-Niterói. A localização geográfica do município pode ser observada na Figura 1.

Figura 1 – Localização do município de Niterói, RJ



Fonte: elaborado pelos autores a partir do censo do IBGE (2022).

Quanto a seus indicadores socioeconômicos, destaca-se que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Niterói, de 0,837 em 2010, era o mais elevado entre os municípios do estado do Rio de Janeiro e o sétimo entre todos os municípios do Brasil.⁷ Em 2019, o PIB per capita do município era de R\$ 90.643,80, o sétimo mais elevado do estado e 2,6 vezes maior do que a média nacional, de R\$ 35.161,70.⁸

Embora apresente melhores indicadores socioeconômicos do que o estado do Rio de Janeiro e o Brasil, Niterói ainda convive com dificuldades inerentes aos municípios de regiões metropolitanas: uma porcentagem significativa de pessoas em situação de pobreza e uma expressiva desigualdade social. Segundo dados do censo populacional de 2010, 6,2% da população niteroiense vivia abaixo da linha da extrema pobreza, menor do que as médias nacional (16,4%) e estadual (10,7%)

⁷ Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/330330>. Acesso em: 10 abr. 2024.

⁸ IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/panorama>. Acesso em: 10 abr. 2024.

(Prefeitura de Niterói, 2013). Já em relação à desigualdade social, o Índice de Gini para o município de Niterói alcançou a marca de 0,59 em 2010, valor igual ao observado no estado do Rio de Janeiro e acima da média nacional, que foi de 0,53.

No ano de 2020, o município de Niterói foi severamente afetado pela pandemia da Covid-19. Apenas no primeiro semestre, período de maior impacto econômico da pandemia, observou-se uma perda líquida de 8.485 postos de trabalho no município. No acumulado do ano, 5.246 postos de trabalho foram perdidos em Niterói, uma queda de 3,6% no estoque total de empregos formais em relação ao final do ano de 2019, de acordo com dados ajustados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Tal redução nos níveis de emprego e de atividade impactaram diretamente as taxas de pobreza da região que compreende o Arco Metropolitano de Niterói e São Gonçalo: de 15,7%, em 2019, para 21% em 2021, quando medidas pela linha de pobreza de 5,50 dólares PPP por dia, equivalente a cerca de 500 reais por mês (Neri, 2022).⁹

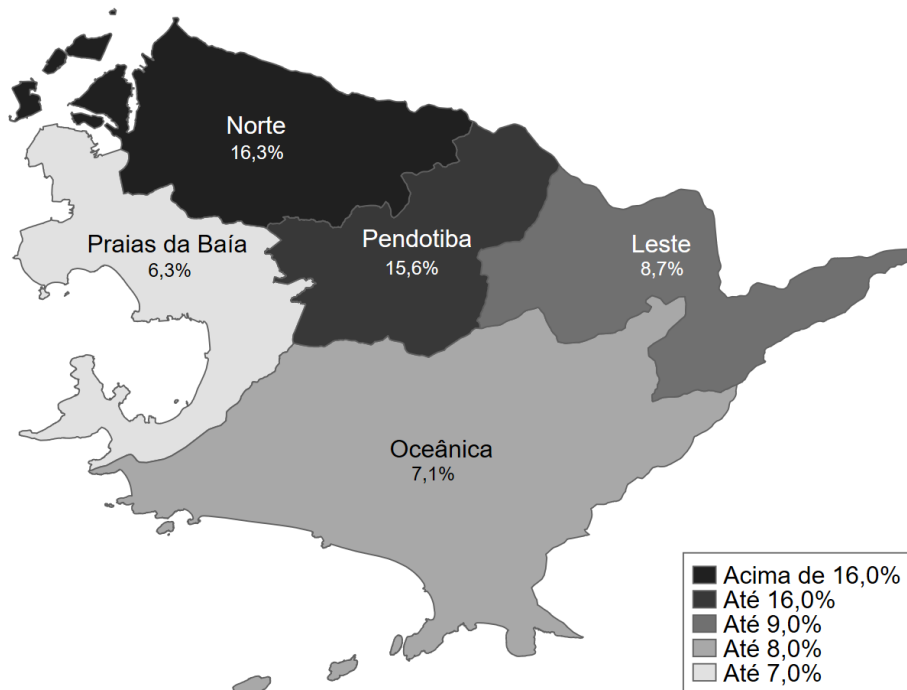
Durante a realização da pesquisa, obtivemos acesso aos dados do Cadastro Único referentes ao mês de setembro de 2020, período pouco posterior à eclosão da crise sanitária de Covid. Os dados revelaram que, durante o período analisado, aproximadamente 56 mil indivíduos em Niterói viviam com uma renda familiar per capita mensal inferior à linha de pobreza estabelecida pelo programa Bolsa Família (PBF), situada em 178 reais no período. Isso equivale a aproximadamente 10,8% da população do município. Por outro lado, constatou-se que 85% da população que vivia abaixo da linha de pobreza também se encontrava abaixo da linha de extrema pobreza, estabelecida em 89 reais, isto é, cerca de 47 mil indivíduos. Isso sugere que o hiato da pobreza, ou seja, a diferença média entre a linha de pobreza e a renda familiar per capita das pessoas em situação de pobreza, desempenha um papel significativo em Niterói.

Ao analisar os mesmos dados de maneira desagregada, observa-se uma forte concentração geográfica da pobreza dentro do município de Niterói. A região Norte possuía o maior contingente populacional em situação de pobreza: 26.304 de seus 161.752 habitantes foram considerados pobres. Por consequência, as maiores taxas de pobreza e de extrema pobreza do município foram registradas nesta região, atingindo, respectivamente, 16,3% e 14,5%. A região de Pendotiba também apresenta elevados índices de pobreza e de extrema pobreza, de 15,6% e 13,6%, sendo sua população no tamanho de 58.947 habitantes, a segunda menor das cinco regiões de Niterói. No outro extremo, a região das Praias da Baía, ainda que apresentasse a maior população do município, de 204.901 habitantes, registrou as menores taxas de pobreza, de 6,3% e 5,1% da população vivendo abaixo da linha de

⁹ Valores calculados a partir da PNAD Contínua, do IBGE. Como a pesquisa não é representativa em nível municipal, as taxas de pobreza foram obtidas a partir dos estratos geográficos referentes aos municípios de São Gonçalo e Niterói no período.

pobreza e extrema pobreza, respectivamente. A região Oceânica, com 73.150 habitantes, possui taxas de pobreza e extrema pobreza de baixa magnitude, de 7,1% e 5,3%, respectivamente. Finalmente, a região Leste – ainda que seja a menor do município, com apenas 7.125 habitantes – possui taxas de pobreza e extrema pobreza de 8,7% e 6,5%. Essa desigualdade regional na incidência da pobreza pode ser observada na Figura 2, que apresenta a proporção de pessoas em situação de pobreza em cada uma das cinco regiões administrativas de Niterói.

Figura 2 – Taxas de pobreza por regiões administrativas de Niterói



Fonte: Cadastro Único, setembro de 2020. Elaboração própria.

Além da incidência da pobreza em Niterói, os dados do Cadastro Único permitiram identificar o perfil sociodemográfico dessa população. Entre aqueles que vivem abaixo da linha de pobreza, apenas 23,5% residem em um domicílio em que ao menos uma pessoa da família obtinha remuneração através do trabalho. Na população em situação de pobreza com 15 anos ou mais, 62% concluíram o ensino fundamental, enquanto entre aqueles com 18 anos ou mais, apenas 30% concluíram o ensino médio.

É importante destacar as principais características domiciliares da população em situação de pobreza. De acordo com os dados do Cadastro Único, constatou-se que 32% dos domicílios classificados nessa condição abrigavam ao menos uma criança com idade entre 0 e 6 anos, enquanto 52% possuíam ao menos uma criança ou adolescente com idade entre 0 e 14 anos. Em contraste, as famílias situadas acima da linha de pobreza apresentavam taxas significativamente menores, com respectivamente 8% e 18% de domicílios que tinham crianças e adolescentes em suas residências. No

que diz respeito à liderança, 82% dos domicílios eram chefiados por mulheres e 58%, chefiados por mulheres negras. Dentre os domicílios monoparentais, que representam 88% dos domicílios abaixo da linha de pobreza, 82% eram chefiados por mulheres, das quais 71% eram negras.

3) DETALHAMENTO DO PROGRAMA MOEDA SOCIAL ARARIBOIA

Diversas políticas públicas e programas de transferência de renda utilizam o CadÚnico como base para determinação do seu público-alvo. O Bolsa Família, por exemplo, combina critérios de renda e composição familiar, ao levar em consideração famílias pobres que tenham como membros gestantes, mães que amamentam, crianças, adolescentes ou jovens entre 0 e 21 anos incompletos. Já o programa Renda Básica da Cidadania do município de Maricá-RJ define, além da inscrição no CadÚnico, critérios de localização de moradia e tempo de residência para seus beneficiários.

O público-alvo prioritário do programa Moeda Social Arariboia são as famílias niteroienses inscritas no CadÚnico, em situação de pobreza ou de extrema pobreza, ou seja, famílias com renda *per capita* de até 178 ou 89 reais, respectivamente.¹⁰ Para o programa Moeda Social Arariboia, a identificação dos beneficiários é feita exclusivamente a partir da inscrição da família no CadÚnico. Nesse sentido, a elegibilidade ao programa se dá unicamente com base no nível de renda familiar, isto é, não há a exigência de quaisquer condicionalidades. Portanto, basta que a família realize e mantenha seu cadastro atualizado junto a algum Centro de Referência Social de Assistência (CRAS) do município para que continue elegível a receber o benefício.

Além disso, o programa Moeda Social Arariboia é um benefício complementar municipal. Por isso, ser beneficiário da Moeda Social Arariboia não exclui o direito de participar de outros programas estaduais ou federais de transferência de renda. Os recursos transferidos às famílias têm circulação restrita ao município de Niterói, com o propósito de favorecer o desenvolvimento de negócios locais, contudo não é necessário comprovar tempo de residência no município para ter acesso ao benefício.

A Tabela 1 exibe a distribuição das famílias que eram beneficiárias do programa Moeda Social Arariboia em março de 2022, desagregadas por regiões administrativas do município e pelo tamanho da família. A distribuição geográfica do benefício reflete a distribuição de pobreza do

¹⁰ Vale ressaltar que se trata das linhas de pobreza que eram usadas no programa Bolsa Família antes de sua substituição, no governo Bolsonaro, pelo programa Auxílio Brasil, em 2022, o qual, por sua vez, foi substituído novamente pelo Bolsa Família no governo Lula em 2023. Valores de fronteira foram definidos pelo Ministério da Cidadania. <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario>>. Acesso em 20 out 2023.

município, tal como demonstrado pelo mapa da Figura 2: a região Norte tem o maior número de beneficiários do programa, concentrando quase metade do total, seguida pela região Praias da Baía; por outro lado, a região Leste é aquela com o menor número de beneficiários por ser a menos populosa de Niterói.

Tabela 1 – Número de famílias beneficiárias do programa Moeda Social Arariboia por tamanho da família e por regiões administrativas de Niterói, março de 2022

Localização	Tamanho da família						Total de famílias
	1 membro	2 membros	3 membros	4 membros	5 membros	6+ membros	
Leste	89	73	83	50	17	5	317
Norte	5.195	3.953	3.056	1.436	476	228	14.344
Oceânica	757	674	623	363	138	65	2.620
Pendotiba	1.384	1.347	1.154	589	211	93	4.778
Praias da Baía	3.109	1.937	1.518	698	262	82	7.606
Não disponível ¹	414	249	200	101	34	14	1.012
Município de Niterói	10.948	8.233	6.634	3.237	1.138	487	30.677

Notas: (1) Famílias que não possuíam o endereço cadastrado no CadÚnico.

Fonte: Dados cedidos pela Prefeitura de Niterói.

É possível observar na tabela como se dá a distribuição dos benefícios por tamanho da família, cujo recorte varia de um a seis ou mais membros.¹¹ A quantidade de benefícios decai conforme o tamanho da família aumenta: cerca de 35% dos beneficiários são de famílias de apenas um indivíduo, enquanto menos de 2% são de famílias beneficiárias com seis ou mais membros.

A Moeda Social Arariboia é totalmente digital e a sua circulação é feita por meio de cartão com tecnologia NFC e também por aplicativo disponível em *smartphones* com sistema operacional *Android* ou *iOS*. A operacionalização da moeda, de responsabilidade do Banco Comunitário Arariboia e do Instituto E-dinheiro, ocorre mediante a distribuição de cartões magnéticos para famílias beneficiárias e o cadastramento de comerciantes e prestadores de serviços. O benefício só pode ser utilizado em empreendimentos que aceitem arariboias e, portanto, que estejam cadastrados no programa. O processo de abertura de contas ocorre exclusivamente de modo presencial, na sede do E-dinheiro. Este cadastramento é realizado diretamente no telefone celular do comerciante ou

¹¹ As famílias foram agregadas a partir de seis ou mais membros porque todas receberam o mesmo valor de benefício a partir deste tamanho.

prestador de serviços. O número de telefone é utilizado como o código da conta principal, destinada a receber todos os recursos provenientes das vendas em arariboias. O aplicativo disponibilizado pela plataforma E-dinheiro funciona como uma máquina de cartão de crédito e débito.

O comerciante cadastrado também pode realizar movimentações financeiras por meio da sua conta em arariboias de duas formas: i) utilizar a receita gerada em arariboias em outros comércios e serviços que também aceitem a moeda social; ii) por meio da conversão em reais, caso possua conta poupança ou conta corrente em uma instituição financeira convencional. Neste segundo caso, incidem duas tarifas: 2% sobre o valor de cada compra com a moeda social e uma taxa fixa de R\$ 6,73 para resgates em bancos convencionais, ou R\$ 0,90 na Caixa Econômica Federal.¹² São cobradas tarifas fixas sobre o valor total dos boletos.

A Tabela 2 detalha os comércios cadastrados no programa Moeda Social Arariboia que estavam ativos até março de 2022, isto é, que realizaram algum tipo de transação por meio da moeda social. O recorte dos dados foi feito com base nas regiões administrativas de Niterói e pela categoria do comércio cadastrada na base de dados do Banco Comunitário Arariboia, cedida pela Prefeitura de Niterói para esta pesquisa.¹³

Até março de 2022, um total de 3.290 estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços integravam a rede cadastrada no programa Moeda Social Arariboia. Esses estabelecimentos abrangiam uma ampla variedade de setores, que incluíam desde segmentos tradicionais como alimentação e farmácia até áreas como artigos de recreação e serviços de estética, demonstrando a diversificação e a abrangência da economia local envolvida na implementação dessa iniciativa. As regiões Norte e Praias da Baía, juntas, concentravam no período de análise 75% do total de comerciantes ativos. A região Norte é a mais numerosa e concentra o maior número de beneficiários do programa. Em contraste, a região Leste é aquela que possui a menor oferta de comércios cadastrados. Isso pode ser explicado, em grande medida, pela baixa quantidade de habitantes e pelo fraco dinamismo econômico desta região, mais distante do centro urbano niteroiense.

¹² As taxas fixas de R\$ 6,73 para conversões em bancos convencionais e R\$ 0,90 para a Caixa Econômica Federal foram implementadas após a avaliação de implementação. Anteriormente, durante a avaliação, aplicava-se uma taxa de 1% sobre o câmbio de arariboias em reais, válida do sexto ao último dia de cada mês, com isenção de cobrança até o quinto dia do mês.

¹³ Havia inconsistências na categoria de comércio cadastrada na base de dados em diversas observações. Para corrigi-las, observamos caso a caso e imputamos a informação adequada a partir de critérios estabelecidos pela própria equipe de pesquisa, a saber, se o nome do estabelecimento comercial ou a atividade CNAE (para as observações com CNPJ) eram condizentes com a categoria reportada na base. A partir da correção, agregamos os comércios de acordo com as categorias descritas na tabela. A permanência de comércios sem classificação, por outro lado, se deu por conta da impossibilidade de identificar o setor que atuavam, já que, por serem trabalhadores informais, em grande parte dos casos só havia o nome de registro do responsável disponível.

Tabela 2 – Número de comércios ativos cadastrados no programa Moeda Social Arariboia, por regiões administrativas e categorias de comércio, março de 2022

Categoria do comércio	Regiões administrativas						Niterói
	Leste	Norte	Oceânica	Praias da Baía	Pendo-tiba	Não disp. ¹	
Alimentação fora de casa	12	530	85	317	147	0	1.091
Educação	0	5	0	1	2	0	8
Energia e combustíveis domésticos	0	2	5	1	3	0	11
Farmácias e cuidados pessoais	3	45	24	62	18	0	152
Fumo	0	0	0	0	1	0	1
Habitação, construção e consertos	0	33	1	26	9	2	71
Recreação, cultura e esporte	0	24	2	24	12	0	62
Salões de beleza e serviços de estética	3	204	28	125	49	0	409
Saúde e bem-estar	0	2	1	7	0	0	10
Serviços de tecnologia	1	27	4	22	9	0	63
Serviços profissionais	0	4	2	6	2	1	15
Supermercados, hortifrutis e pequenos mercados locais	10	173	46	132	75	0	436
Transporte e telecomunicação	0	79	12	59	31	1	182
Utensílios	0	54	18	48	23	0	143
Vestuário	3	127	25	115	50	0	320
Não classificado ²	2	165	18	76	53	2	316
Total	34	1474	271	1.021	484	6	3.290

Notas: (1) Comércios cujos endereços não estavam cadastrados na base de dados do Banco Comunitário Arariboia. (2) Comércios cuja classificação não estava disponível na base de dados do Banco Comunitário Arariboia. Fonte: Dados cedidos pela Prefeitura de Niterói.

As categorias de salões de beleza e estética (409), vestuário (320) e transporte e telecomunicações (182) também apresentam números expressivos de estabelecimentos participantes. A categoria de transporte e telecomunicações abrange uma variedade de serviços, como entrega e transporte por motocicletas, veículos particulares, táxis e aplicativos, além de serviços de internet e televisão locais. Por sua vez, a categoria de salões de beleza não se limita apenas aos salões, abrangendo uma gama diversificada de serviços de estética, como manicure, bronzeamento artificial e barbearias. No segmento de vestuário, encontram-se tanto lojas de roupas e calçados quanto serviços de costura.

Nesse contexto, surge a possibilidade de outro efeito positivo do programa: o estímulo aos pequenos negócios locais. Estes setores, assim como o de alimentação, geralmente não apresentam grandes barreiras à entrada de novos empreendedores, e a adoção da moeda social pode incentivá-los, ao garantir uma demanda local contínua devido à constante circulação de renda entre os beneficiários do programa.¹⁴

4) CONTEXTO DA PESQUISA E DA AVALIAÇÃO EXECUTIVA

Este estudo surgiu da convergência de interesses entre duas secretarias da Prefeitura de Niterói – a Secretaria de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle (SEPLAG) e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES) –, juntamente com pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, com o propósito de analisar o processo de implementação do programa Moeda Social Arariboia em Niterói. A avaliação dos resultados de um programa de moeda social em seu primeiro ano de operação não apenas possibilitaria uma compreensão mais aprofundada do programa, incluindo seus pontos fortes e desafios, mas também abriria espaço para ajustes e melhorias, permitindo aos formuladores de políticas e gestores tomar decisões informadas por evidências do programa. Além disso, a avaliação poderia servir como ponto de partida para a disseminação de novas experiências com moedas sociais no Brasil e preparar o terreno para futuros estudos mais abrangentes, como avaliações de impacto ou análises etnográficas. Há a expectativa adicional de que os resultados desta pesquisa possam eventualmente fornecer *insights* e orientações valiosas para os formuladores de políticas públicas em contextos semelhantes, potencialmente influenciando o desenho, implementação e avaliação de programas similares, como a Moeda Social Arariboia.

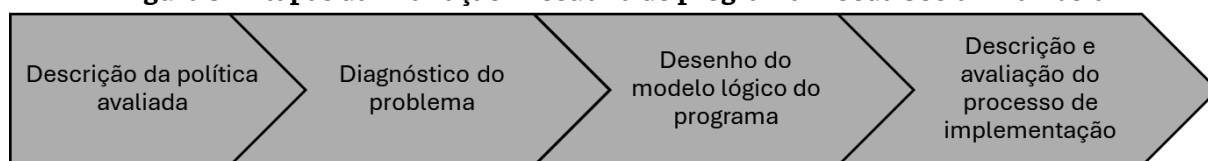
¹⁴ Não se pode afirmar, a priori, que o número elevado de comércios nesses setores se deu por conta de estímulos do próprio programa. Essa hipótese deve ser investigada em pesquisas futuras.

A construção da avaliação executiva do programa Moeda Social Arariboia teve como principal referência o relatório *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post* elaborado pela Casa Civil (Brasil, 2018). No contexto do *Guia prático de análise ex post*, a avaliação executiva geralmente inclui uma revisão dos principais indicadores de desempenho, resultados e impactos da política pública, destacando tanto os aspectos positivos quanto os desafios enfrentados durante a implementação. Vale lembrar que esta avaliação é parte integrante do processo de análise *ex post*, que visa avaliar retrospectivamente o desempenho e os resultados de políticas públicas após sua implementação, bem como ser uma porta de entrada para outras avaliações, como avaliações de impacto, de resultados, custo-efetividade, dentre outras.

5) MÉTODOS

O desenho da pesquisa considerou quatro etapas da avaliação executiva (Figura 3). O primeiro passo foi descrever a política a ser avaliada, considerando o histórico de sua criação, as normas institucionais que a embasam, as instituições envolvidas em sua execução, sua abrangência territorial, dentre outros pontos. A seção 1 deste artigo apresenta uma versão reduzida dos resultados desta etapa. Posteriormente, foram retomadas a análise do problema e as causas da intervenção para construção do diagnóstico. Idealmente, o diagnóstico do problema deveria ser formulado quando da criação do programa ou da política. No caso específico da Moeda Social Arariboia, não havia um diagnóstico sistematizado e os pesquisadores mapearam as informações nos documentos que embasaram sua criação, incluindo documentos oficiais, leis, apresentações institucionais, peças de comunicação, além de entrevistas com gestores do programa.

Figura 3 – Etapas da Avaliação Executiva do programa Moeda Social Arariboia



Fonte: Elaboração própria a partir do Guia prático de análise *ex post* (Brasil, 2018).

Assim como o desenho diagnóstico, o modelo lógico da Moeda Social Arariboia foi desenvolvido como parte de uma avaliação executiva, seguindo a abordagem da teoria da mudança. Esta metodologia teórica proporciona uma descrição abrangente e visual de como se espera que ocorra uma mudança em um contexto específico. Detalha as etapas necessárias para que ocorram mudanças entre as atividades planejadas ou realizadas pelo programa e seus resultados esperados.¹⁵ Através da

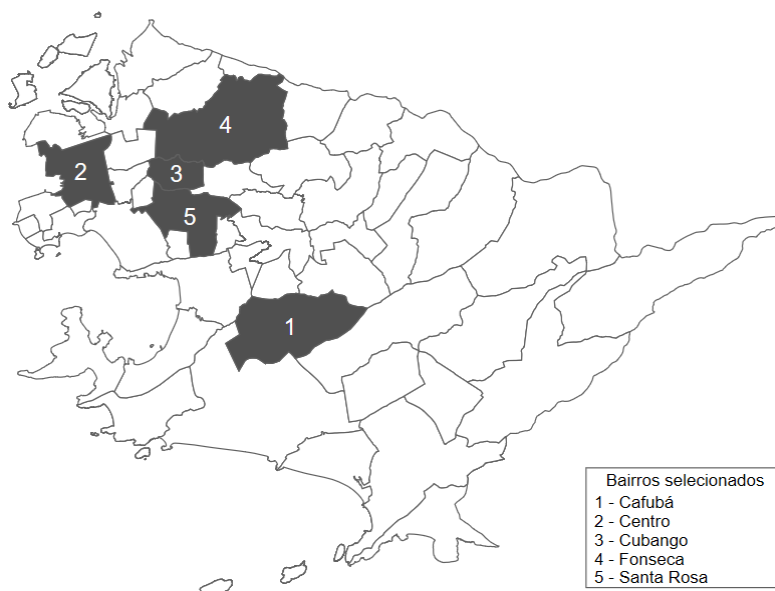
¹⁵ Para mais informações sobre o conceito e a construção de teorias da mudança, ver <https://www.povertyactionlab.org/resource/introduction-measurement-and-indicators>.

teoria da mudança, é possível realizar uma análise sistemática da lógica subjacente à intervenção em curso, comparando as expectativas iniciais com a implementação até um ponto específico, bem como as premissas que fundamentam a execução da política e os riscos associados a ela.

A análise de implementação foi desenvolvida utilizando métodos qualitativos (Krueger, 2014). Para essa etapa, foram utilizadas técnicas tradicionais de pesquisa qualitativa, incluindo grupos focais e entrevistas individuais semiestruturadas. Inicialmente, planejamos apenas os grupos focais para alcançar um grande número de participantes do público-alvo. No entanto, devido às dificuldades de agendamento com comerciantes e prestadores de serviços, também optamos por realizar entrevistas individuais semiestruturadas com esse grupo.

O roteiro dos grupos focais formados por beneficiários da Moeda Social Arariboia abordou aspectos gerais do programa, dificuldades de acesso e uso da moeda social, percepções do programa e possíveis estigmas associados, além da receptividade dos comerciantes em relação aos pagamentos com a moeda social. Já o roteiro das entrevistas semiestruturadas com comerciantes e prestadores de serviços abordou também aspectos gerais do programa, incluindo dificuldades no uso do aplicativo, suas funcionalidades e as percepções iniciais sobre os efeitos no faturamento. A avaliação qualitativa aconteceu entre os meses de maio e dezembro de 2022 nos bairros de Cafubá (região Oceânica), Centro e Santa Rosa (região Praias da Baía), e Cubango e Fonseca (região Norte), sendo eles indicados na Figura 4.

Figura 4 – Bairros de Niterói selecionados para grupos focais e entrevistas semiestruturadas



Notas: os grupos focais com beneficiários foram realizados nos CRAS dos bairros de Cafubá (1); Centro (2); Cubango (3); e Fonseca (4). Já as entrevistas semiestruturadas com comerciantes foram realizadas por abordagem porta-a-porta no Centro (2); Cubango (3); Fonseca (4) e Santa Rosa (5). Fonte: Elaboração própria.

Os participantes dos grupos focais foram selecionados a partir da listagem de beneficiários do Cadastro Único, disponibilizada pela SMASES. A seleção dos bairros que comporiam a amostra não foi aleatória (bairros com números de 1 a 4 na Figura 4). Foram considerados dois critérios: i) a existência de uma unidade do CRAS no próprio bairro;¹⁶ (ii) alguma representatividade geográfica, ou seja, que os bairros selecionados possuíssem características distintas entre si, em termos de localidade e atributos da região (localidade mais comercial, proximidade do centro da cidade, etc.). No total, 17 beneficiários compareceram às atividades, que tiveram duração média de duas horas. Eram em sua maioria, mulheres (15 dos 17 participantes), negras, com idade entre 30 e 60 anos, de famílias com duas a quatro crianças, em geral filhos(as) ou netos(as), e beneficiárias do Bolsa Família.

Já as entrevistas com comerciantes e prestadores de serviços foram realizadas em locais estratégicos nos mesmos bairros, considerando a maior concentração de estabelecimentos comerciais, a exceção de Cafubá, substituído pelo bairro de Santa Rosa, localizado na região das Praias da Baía de Niterói, em virtude do grande número de empreendimentos presentes no local e a proximidade com o bairro do Cubango (bairros com números 2 a 5 na Figura 4). O resultado final da abordagem porta-a-porta contemplou 17 entrevistas realizadas com sucesso, ao longo de pouco mais de uma semana de visitas. O perfil dos entrevistados incluiu 94% de comerciantes (dos quais, 41% do setor de alimentos, 29% do setor de vestuário e 24% de outros setores, composto por farmácias e *pet shops*) e 6% de prestadores de serviços (setor de beleza).

6) RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresentamos os principais resultados extraídos das informações fornecidas nos grupos focais e nas entrevistas. Os resultados da avaliação de implementação mostram méritos e desafios a serem superados para que a política possa avançar em direção aos resultados desejados. Do lado dos beneficiários, a adoção da moeda digital oferece a vantagem significativa de proporcionar um acesso amplo e rápido a um benefício social. No entanto, resultados dos grupos focais indicam que a falta de proficiência digital é um dos principais desafios do programa. Embora nenhuma das entrevistadas tenha dito que o uso pelo celular foi uma barreira intransponível para a utilização do benefício, percebeu-se que a falta de habilidade com a dinâmica de aplicativos de *smartphones* pode acarretar em uma perda de autonomia dos beneficiários, que necessitam de ajuda para acessar o benefício, instalar o aplicativo e conferir informações sobre saldo, extrato, dentre outras questões.

Uma vez eu fui comprar uma coisa e a menina comentou comigo (que era possível pagar utilizando o aplicativo).. Mas, por eu não saber fazer e ela também não saber dizer como é

¹⁶ Os CRAS são os principais equipamentos públicos de mobilização dos beneficiários no contexto do programa.

que funcionava... Porque ela falou: "Ah, só tem o... Só meu esposo - se eu não me engano - é que sabe fazer esse tipo de... Você pode fazer desse jeito." Eu falei: "Ah, eu não sei fazer." Aí, ficamos (sic) naquele impasse. Acabou que eu nem comprei o que tinha que comprar... (Beneficiária e participante do grupo focal do Cubango).

Considerando que o uso de moedas sociais digitais requer dos beneficiários uma familiaridade com os recursos tecnológicos incorporados em um programa de assistência que dispensa o uso de papel-moeda, existe o risco de exclusão de alguns participantes devido aos baixos níveis de proficiência digital. A exclusão pode se manifestar na dificuldade em manusear o cartão ou inserir a senha nos terminais dos estabelecimentos comerciais, bem como na incapacidade de utilizar de forma autônoma os recursos disponíveis no aplicativo. Além disso, os participantes do programa devem possuir recursos financeiros para adquirir dispositivos celulares e contratar serviços de conectividade que viabilizem a circulação da moeda digital.

O meu (aplicativo), eu baixei no celular da minha irmã. O meu celular tá... tava olhando pra minha cara e perguntando: "O que que é isso?" (Beneficiária e participante do grupo focal do Fonseca).

Na ausência de condições mínimas de acesso, somadas aos baixos níveis de familiaridade com tecnologias, cria-se um potencial risco de exclusão de grupos já historicamente marginalizados.

Os resultados também mostram que, apesar do caráter inovador do programa, os beneficiários ainda encontram a estigmatização e os estereótipos negativos que caracterizam participantes de programas de combate à pobreza. Nos grupos focais, o tema da estigmatização surgiu, seja de forma mais ampla, isto é, direcionada a todo e quaisquer beneficiários do programa, quanto em autodeclarações que reforçam estereótipos sobre o uso de benefícios sociais.

...em estabelecimento assim, grandes, são bem mais rápidos. Pega o cartão, já coloca no... no celular - agora, né? Que agora que eles conseguiram assim, implantar esse sistema, porque antigamente você tinha que ficar esperando. Só tinha um que tinha o celular. Aí, toda hora: "Aí, espera Arariboia." Tinha que ficar esperando. (Beneficiária e participante do grupo focal do Cubango).

"Ah, A. (Nome da beneficiária), tá aceitando lá no McDonald's, eu levei as criança. Leva M. (filho da beneficiária)" Aí, eu falei: "Aí, F. (amiga da beneficiária), eu acho que eu não vou levar, não. Porque eu fico morta de vergonha! Como é que pode, no cartão que é pra fazer compra, você ir no McDonald's? Acho que não tem sentido." (Beneficiária e participante do grupo focal do Centro).

Diante de tais percepções, é plausível imaginar que o programa Moeda Social Arariboia, assim como outros programas de transferência de renda no Brasil, possa enfrentar importantes desafios políticos, na medida em que tais estereótipos negativos de seus beneficiários persistam e sejam explorados para promover as ambições de candidatos políticos (Layton, 2020). Por fim, estas

evidências têm importantes implicações para os esforços de políticas públicas em promover a inclusão social entre os mais pobres, uma vez que sugerem que este esforço não é nem simples, nem imediato.

Os relatos dos grupos focais também revelam práticas abusivas por parte dos estabelecimentos comerciais cadastrados no programa. Os beneficiários destacam dois tipos de práticas: primeiro, um aumento nos preços dos produtos dias antes do pagamento do benefício; segundo, a imposição de uma "taxa" extra no momento do pagamento em arariboias.

Tudo cobra taxa. Se o lanche é 10 vai pra 12. Se você comprar uma blusa, custar 15 vai pra 18. Eles botam assim, da cabeça. (Beneficiária e participante do grupo focal do Cubango).

Porque quem tá acostumado a ir no mercado, você vê a diferença de quando o cartão vira e de depois, o preço que fica, entendeu? Porque depois eu vou no Guanabara... Depois eu vou no Guanabara comprar pão, porque às vezes M. (Filho da beneficiária) tá sem Danoninho, eu vou no Guanabara comprar Danoninho, e você vê a diferença do preço que tá agora e do preço que tava quando o cartão virou. (Beneficiária e participante do grupo focal do Centro).

Os testemunhos dos beneficiários refletem de maneira evidente essa situação, indicando que próximos ao período de recarga do cartão, observa-se um aumento nos preços nos estabelecimentos comerciais. Há um consenso na percepção de que os preços são aumentados de forma arbitrária durante as transações com a moeda social. Além disso, as práticas comerciais desleais foram objeto de reclamações nas plataformas de redes sociais do programa, e, em algumas instâncias, as queixas foram eficazes em contê-las.

Embora não se trate de uma amostra estatisticamente representativa, a recorrência dessas condutas, observada em diferentes bairros de Niterói, destaca a necessidade de identificar e coibir os estabelecimentos que as praticam. As ações anticompetitivas são ainda mais preocupantes, considerando que os comerciantes não têm custos adicionais para participar do programa e realizar transações em arariboias. O aumento de preços compromete diretamente o objetivo do programa, reduzindo o poder de compra dos beneficiários.

Durante as deliberações conduzidas nos grupos focais, outro aspecto ressaltado foi a dificuldade enfrentada pelos beneficiários ao buscar informações precisas sobre o funcionamento do programa, especialmente em contextos além do simples uso do benefício e do aplicativo. Por exemplo, alguns participantes manifestaram interesse em acumular o benefício para aquisição de bens de maior valor agregado. Nestes casos, foram alertados por outros beneficiários de que, caso não utilizassem o benefício, total ou parcialmente, poderiam incorrer no risco de cancelamento da conta. Essa questão suscitou dúvidas entre os participantes, evidenciando uma preocupação recorrente em relação ao uso do benefício, a gestão de saldos remanescentes ao longo do mês e os critérios que

poderiam levar à perda do benefício. Adicionalmente, constatou-se que os funcionários dos CRAS não forneciam orientações adequadas, particularmente devido à sobreposição de programas similares que atendem aos mesmos beneficiários, como é o caso da Moeda Social e do Bolsa Família, os quais contam com condicionalidades distintas.

Um outro resultado observado ao longo dos grupos focais tratou da percepção das mulheres em relação ao efeito dos programas de transferência de renda sobre a autonomia econômica delas. Embora este não seja um objetivo direto do programa, as pesquisas qualitativas frequentemente exploram temas relacionados à autonomia feminina e equidade de gênero, especialmente no que diz respeito à percepção das beneficiárias sobre sua participação em tais programas. De acordo com Bartholo *et al.* (2019), analisando um conjunto de estudos qualitativos, as autoras identificaram mudanças na dinâmica de autoridade masculina nos lares, decorrente de benefícios sociais. Mesmo sendo a única fonte de renda, o programa proporciona às mulheres uma certa segurança financeira, o que resulta em sentimentos de respeito próprio e ampliação de expectativas para o futuro.

As participantes destacaram a importância do benefício para sua independência financeira. Elas expressaram como o benefício lhes proporcionou liberdade para tomar decisões sobre seus gastos, sem a necessidade de depender financeiramente de seus companheiros.

Você não precisa tá pedindo dinheiro pra ir... É! Aí não precisa dá satisfação se vai comprar ou deixa de comprar.” (Beneficiária e participante do grupo focal do Cafubá)

Até porque, se você vai na farmácia comprar um remédio e você vê um vidro na esmalte: “Ah, tá na promoção.” Você compra e... [Risos] uma independência, né? Precisa[?], né?” (Beneficiária e participante do grupo focal do Cafubá)

Nossa! E como (dá independência, não depender do marido)! E como! Que aí eu sei que no dia 12 vai cair aquele dinheiro, e eu sei que naquele... no outro dia eu posso ir lá e comprar, né, do jeito que eu quiser, as coisa, né? (Beneficiária e participante do grupo focal do Fonseca)

No contexto dos empreendimentos comerciais, os principais objetivos da Moeda Social Arariboia residem em estimular, integrar e diversificar a economia local, considerando que a circulação da moeda é restrita ao município de Niterói. Para promover uma maior adesão da moeda social entre os estabelecimentos locais, foi promovida uma extensa campanha de inscrição no final de 2021 pela equipe responsável pelo programa Moeda Social em colaboração com seu parceiro de tecnologia financeira, a E-dinheiro Brasil. Ao término deste processo, mais de sete mil estabelecimentos estavam cadastrados, embora aproximadamente 40% deles ainda não tivessem efetuado qualquer transação comercial até o encerramento da pesquisa. Embora os resultados

indiquem que os estabelecimentos não enfrentam dificuldades no uso do aplicativo, ainda é necessário compreender os motivos subjacentes à adesão relativamente baixa.

As percepções dos comerciantes em relação ao uso do aplicativo indicaram uma ausência significativa de dificuldades. Entretanto, muitos ressaltaram a necessidade de possuir um celular com leitor NFC para efetuar vendas em arariboias, implicando em um custo adicional considerável para os pequenos comerciantes. Adicionalmente, foram registradas reclamações sobre a lentidão do processo de vendas pelo aplicativo, especialmente em dispositivos *iOS*. Alguns comerciantes observaram um aumento notável nas vendas durante os primeiros meses do programa, especialmente quando as grandes redes de supermercados ainda não haviam aderido ao programa. Contudo, essa percepção foi atenuada com o tempo, à medida que mais estabelecimentos se integravam ao programa. Este fenômeno destaca a importância de compreender os perfis dos usuários do programa, bem como os obstáculos enfrentados pelos negócios participantes.

No que diz respeito aos custos associados à permanência no programa, os entrevistados demonstraram consenso em relação à taxa de 1% cobrada aos estabelecimentos na conversão de arariboias em reais fora da janela de isenção. Como resultado, muitos comerciantes optaram por manter os fundos retidos no aplicativo por períodos mais prolongados, indicando uma circulação relativamente baixa da moeda social dentro do município.

Em síntese, embora os comerciantes tenham relatado uma experiência geralmente livre de grandes dificuldades no uso do aplicativo, é imperativo aprofundar a investigação sobre suas percepções em relação ao programa e aos desafios enfrentados. O acesso aos dados dos comerciantes através do Instituto E-dinheiro pode ser crucial para identificar lacunas e implementar melhorias destinadas a fortalecer e diversificar a economia local, um dos objetivos fundamentais do programa Moeda Social Arariboia.

7) CONCLUSÕES

Diante da análise dos resultados provenientes dos grupos focais e entrevistas realizadas, emerge um panorama complexo acerca da implementação e impacto do programa Moeda Social Arariboia. Os achados evidenciam tanto méritos quanto desafios intrínsecos ao programa, os quais demandam atenção e ação estratégica para seu avanço efetivo em direção aos objetivos delineados.

No âmbito dos beneficiários, a adesão à moeda digital representa uma oportunidade significativa de acesso rápido a benefícios sociais. No entanto, a falta de proficiência digital revela-se como um dos principais obstáculos enfrentados pelos participantes, comprometendo sua autonomia e exigindo assistência para a utilização do aplicativo e demais funcionalidades. Tal constatação

ressalta a necessidade premente de oferecer suporte adequado e capacitação aos beneficiários, visando mitigar essas barreiras e garantir uma participação plena no programa.

Ainda nesse contexto, a observação de práticas abusivas por parte de alguns estabelecimentos comerciais cadastrados, tais como aumento arbitrário de preços e imposição de taxas extras, suscita preocupações quanto à eficácia e integridade do programa. Esses comportamentos não apenas comprometem o poder de compra dos beneficiários, mas também desafiam a ética e a transparência no ambiente comercial, requerendo medidas efetivas de fiscalização e regulamentação.

Por outro lado, a baixa circulação da moeda social no município, evidenciada pela preferência dos beneficiários em gastar nos grandes estabelecimentos comerciais ao invés de pequenos comércios locais devido à diferença de preços entre ambos, além das queixas de comerciantes quanto às dificuldades de converterem arariboias em reais, aponta para a necessidade de repensar estratégias de incentivo e engajamento dos estabelecimentos, a fim de promover uma adesão mais ampla e efetiva ao programa para que os objetivos de desenvolvimento econômico por meio da moeda social sejam alcançados por Niterói no longo prazo.

Considerando tais achados, é imprescindível uma abordagem abrangente e colaborativa na condução do programa Moeda Social Arariboia. Ações que visem a capacitação digital dos beneficiários e também dos profissionais do CRAS quanto ao funcionamento da política, além do uso de estratégias de comunicação que alcancem o público-alvo para que a compreensão das regras do programa seja plena, o monitoramento rigoroso das práticas comerciais e o fortalecimento das parcerias institucionais surgem como imperativos para superar os desafios identificados e garantir a eficácia e sustentabilidade do programa a longo prazo.

Em última análise, os resultados apresentados oferecem *insights* valiosos para aprimorar as políticas públicas voltadas à inclusão social e ao combate à pobreza. Ao reconhecer e enfrentar os desafios enfrentados pelo programa Moeda Social Arariboia, abre-se espaço para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos os cidadãos possam desfrutar plenamente de seus direitos e oportunidades.

Referências

BARTHOLLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?. Cadernos Pagu, n. 55, 2019.

BRASIL. Casa Civil. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex post*: Volume 2. Brasília: Casa Civil da Presidência da República; 2018.

BRITTO, A.; WALTEBERG, F.; BRIDI, V.; CARVALHO, T.; ESTURÍÃO, I.; FERNANDES, A.I.; MACIEL, F.; SANTOS, L. 2023. "Avaliação Executiva do programa Moeda Social Arariboia", mimeo, (Relatório de pesquisa).

FARE, M.; AHMED, P. O. Complementary currency systems and their ability to support economic and social changes. *Development and change*, p. 1-26, 2017.

GAMA, A. A economia da mumbuca: a circulação da Moeda Social Mumbuca em Maricá entre fevereiro de 2018 e agosto de 2020. Niterói, 2023, 121 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

KRUEGER, R. A. *Focus groups: A practical guide for applied research*. Sage publications, 2014.

LAYTON, M. L. Welfare Stereotypes and Conditional Cash Transfer Programmes: evidence from Brazil's Bolsa Família. *Journal of Politics in Latin America*, v. 12, n. 1, p. 53-76, abr. 2020.

NERI, M. Mapa da nova pobreza. *FGV Social*, Rio de Janeiro, jun. 2022.

PREFEITURA DE NITERÓI. Moeda Social Arariboia: Nova recarga sai nesta sexta-feira (11). 2023.

PREFEITURA DE NITERÓI. Moeda Arariboia atinge R\$ 200 milhões em circulação na cidade. 2023.

PREFEITURA DE NITERÓI. Pagamento de março da Moeda Social Arariboia será realizado na segunda-feira (11) com aumento de 5%. 2024.



GT 02 - Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidades Latino-americanas

MIGRAÇÃO POR SOBREVIVÊNCIA E A ATUAÇÃO DO ESTADO NAS MARGENS URBANAS DE FORTALEZA, CEARÁ, BRASILAntônia Iara Adeodato¹(UECE)Leila Maria Passos de Souza Bezerra²(UECE)

RESUMO: Este trabalho visa analisar as condições de vida e trabalho de imigrantes venezuelanos em condição de pobreza e a atuação do Estado nas margens urbanas na cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil. Impulsionadas a estudar a problemática da (i)migração, pobreza, margens e Estado, partimos do entendimento de que a própria situação vivida pelo imigrante de sobrevivência (BETTS, 2010) implica representações contraditórias a abrangerem a definição oficial do estado provisório do migrante que o define de direito e o estado duradouro, nas suas condições objetivas, que o determina de fato. A ambiguidade evidenciada na provisoriedade da migração perpassa a própria condição de migrante que se posiciona entre o “ser e não ser social” (BOURDIEU, 1998), atributo relacionado ao reconhecimento da sua existência na sociedade de destino e a garantia de direitos. A sociedade de imigração, ao defini-lo como uma presença provisória ou apenas tolerada, nega-lhe o direito postulado àquele reconhecido como permanente, e o põe em um lugar “à margem” da hierarquia social, influenciando nas formas como os migrantes são percebidos e tratados política, econômica, social e culturalmente (SAYAD, 1998). A situação de ser imigrante ganha complexidade ao trazer à discussão a condição de pobreza, sua relação com a assistência social e os fundamentos da cidadania. Em termos metodológicos, optamos pela abordagem qualitativa, a adotar a entrevista semiestruturada com grupos de imigrantes venezuelanos que recorrem as instituições de assistência social na capital cearense, além da análise de conteúdo de matérias jornalísticas, de modo a identificar os mecanismos de classificação social destes interlocutores de pesquisa, suas vivências e representações sociais. Realizamos, por fim, intersecções contínuas com as pesquisas bibliográfica e documental, com ênfase nas legislações e normativas institucionais, órgãos nacionais e internacionais, com o objetivo de subsidiar as reflexões teóricas e os achados de campo. A produção de dados da pesquisa apontou novas demandas dos atores transnacionais contemporâneos e atuais dinâmicas migratórias, a requerem do Estado uma série de intervenções, atingindo Fortaleza como importante região de entrada de imigrantes internacionais no Brasil.

Palavras-chaves: Imigração. Pobreza. Estado. Assistência Social. Margens.

1. INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre as características da migração, vem à mente duas representações contraditórias que abrangem a definição oficial do estado provisório do migrante, que a define de direito, e o estado duradouro, nas suas condições objetivas, que a determina de fato. A ambiguidade evidenciada na provisoriedade da migração perpassa a própria condição de migrante que se

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil. Email: iara.adeodato@aluno.uece.br.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil. Email: leila.passos@uece.br.

posiciona entre o “ser e não ser social” (BOURDIEU, 1998), atributo relacionado ao reconhecimento da sua existência na sociedade de destino e a garantia de direitos. A sociedade de imigração, ao defini-lo como uma presença provisória ou apenas tolerada, nega-lhe o direito que é naturalmente postulado àquele reconhecido como permanente, e o coloca em um lugar “à margem” da hierarquia social, a influenciar nas formas como os migrantes são percebidos e tratados política, econômica, social e culturalmente (SAYAD, 1998).

Com efeito, a definição de migração e de migrante envolve aspectos jurídicos, sociais e políticos. No plano do direito internacional, não existe uma explicação universalmente aceita de migrante, e não há estatutos de direitos específicos para este grupo social. Para a Organização Internacional para as Migrações (OIM), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), o termo migrante compreende, via de regra, “às pessoas e membros da família que se deslocam para outro país ou região a fim de melhorar suas condições materiais, sociais e possibilidades e as das suas famílias” (2009, p.43). Já a migração é definida como “um processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado (...), independentemente da extensão, da composição ou das causas” (2009, 40). Nestas definições, que se desdobram em outras derivações, existem um entendimento de que as migrações, de modo geral, são associadas ao deslocamento de pessoas de forma “voluntária” por diferentes razões.

Corroboramos com Sayad (1998, p. 54) ao focar a imagem do imigrante como essencialmente uma força de trabalho temporária, única razão de ser e de estar que lhe é reconhecida pela sociedade de destino. Aqui problematizamos o caráter provisório e voluntário das migrações, e utilitarista da existência de ser migrante. Não quer dizer que o uso dos termos migrantes e migrações seja incorreto ou inadequado, mas compreende-se que, no interior destes grupos heterogêneos, entrelaçam-se diversas histórias singulares relacionais à busca por uma nova vida ou pela sobrevivência e que, por vezes, não satisfazem uma vontade voluntária de migrar, ou em uma estadia provisória nos países de destino. Ao se considerar as condições objetivas, motivos, espaço, tempo, efeitos e causas que perpassam as trajetórias (BOURDIEU, 1998, 1986) desses atores, observa-se que o ato de migrar pode se manifestar como um impositivo, com caráter duradouro.

Nas representações sociais, que estruturam e são estruturadas nos discursos que definem “o que é a migração e o que significa ser migrante”, é recorrente o discurso imposto de que a permanência de pessoas de outros países causa uma série de “problemas sociais” à sociedade receptora. Ganha destaque à situação de pobreza, vivenciada por uma parcela destes migrantes, situada entre os principais condicionantes e desdobramentos da migração. Esta percepção corrobora com situações de preconceito e estigmatização sofridas pelos migrantes nos países de destino. Na avaliação de Bauman (2017), essa rejeição está relacionada ao medo de que o influxo maciço de

estranhos altere o *status* dos grupos estabilizados, e de que a interação com estes grupos desfigure ou ameace a soberania nacional e o modo de vida postulado pelos países de destino. As imagens difundidas sobre os imigrantes são tangenciadas ainda pela lógica da atuação (ou ausência) de políticas públicas voltadas a este segmento social por parte do Estado.

O problema de repartição da terra e noção de “excedentes populacionais”, presente desde o início da era moderna na Europa, apresenta novas conformações, com a multiplicação de classes racialmente tipificadas e recolocação da questão sobre regulação populacional na agenda cultural e política do planeta. Assim, ao mesmo tempo em que a construção de fronteiras físicas, através de políticas securitárias, impede a entrada dos migrantes em outros destinos, as simbólicas impõem dificuldades de integração econômica, cultural, social e política, com enfoque no acesso à direitos. As fronteiras, físicas e/ou simbólicas, assinalam quem pode ou não cruzar os territórios nacionais, e funcionam como dispositivos limitadores da circulação dos corpos ditos excedentes e “estranhos”. Estes corpos migrantes são submetidos a procedimentos de triagem, com vistas a sua possível eliminação como fontes potenciais de incômodo (MBEMBE, 2021). A fronteirização, como parte do funcionamento das sociedades de segurança, apresenta-se como principal justificativa, meio e objetivo de uma aterrorizante “paz perpétua” do planeta, articulando-se ao controle e à distribuição de fluxos articulados a redes locais e transnacionais.

2. MIGRAÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA EM FORTALEZA NO SÉCULO XXI

Pela relevância do fenômeno e suas implicações nas esferas políticas, culturais e econômicas das sociedades contemporâneas, as migrações internacionais atreladas à condição de pobreza, vivenciada por uma parcela dos migrantes, e atuação do Estado figuram como uma preocupação nesta pesquisa. Enfatizamos o aumento dos fluxos populacionais de imigrantes venezuelanos em condição de pobreza nos estados brasileiros, em decorrência da crise econômica, social e política, a atingir a Venezuela desde 2013 e provocou uma onda de emigração em massa na região (WENDLING et al, 2021; LEITE e CASTRO, 2021). O cenário de mobilidade migratória de venezuelanos para o Brasil, intensificada a partir de 2015, acarreta, por sua vez, o adensamento das desigualdades e do nível de vulnerabilidades socioeconômicas vivenciadas, cotidianamente, por esta população que demanda “assistência humanitária, acesso a comida, saúde e outros serviços básicos do governo brasileiro”, estando expostos a diversos tipos de violência (NORONHA, 2021).

Os imigrantes em condição de pobreza são enunciados aqui como “imigrantes de sobrevivência”, nos termos adotados por BETTS (2010). Esta distinção do caráter da migração de sobrevivência é relevante, pois se propõe diferenciá-la das imigrações consideradas ditas “bem-

sucedidas” pelos países receptores, e dos outros tipos de migrações vistas como voluntárias. Problematizamos as percepções sociais e figurações públicas produzidas pelo Estado em relação aos migrantes e às migrações, bem ainda as contradições entre discursos oficiais e as implementações das políticas migratórias, sendo evidenciadas diversas práticas de controle, vigilância e criminalização da mobilidade humana. A concepção de pobreza, adotada neste trabalho, considera a relação de assistência social estabelecida entre aquele dito necessitado de subsídio, o Estado e a coletividade (SIMMEL, 2014; PAUGAM, 1999).

A escolha por Fortaleza, capital do Estado do Ceará, está atrelada ao aumento, nos últimos 10 (dez) anos, das migrações internacionais na cidade, que acompanham os novos fluxos migratórios para o Brasil, caracterizados pelas migrações de fronteiras de latino-americanos e as migrações intercontinentais, de pessoas oriundas dos países europeus, africanos e asiáticos (VILELA, 2008). Nessa perspectiva, Queiroz e Baeninger (2020) elucidam que o avanço das migrações fronteiriças está vinculado à inserção de novos espaços produtivos no país, para além dos grandes centros urbanos, a mobilizarem distintos processos migratórios. Favorecem, desta forma, a entrada de migrantes internacionais em outras regiões do país, com destaque para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste, além das regiões Sul e Sudeste, que se mantêm como principais destinos das migrações internacionais no Brasil.

Essa nova conformação dos espaços de deslocamento migratório internacional no Brasil se distingue, em um primeiro momento, dos processos históricos que marcam o crescimento populacional da capital do Ceará. Fortaleza cresceu, a partir do século XX, atrelada aos fluxos campocidade, oriundos dos períodos de estiagem, e pela mobilidade interna de “grupos da população pobre” (FUNES, 2000), sendo atribuído à imigração internacional lugar secundário nas representações frequentemente constitutivas da urbe em tela. Por outro lado, identificamos que a produção de uma interpretação mais positiva sobre as populações imigrantes, em contraste com a imagético-discursiva da “invenção” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999) de Fortaleza pelas migrações internas, ocorre quando há a necessidade de “instituição de uma realidade imaginária” (CASTORIADIS, 1982), pela exaltação de uma espécie de imigração triunfante, que promove o desenvolvimento da cidade e do Estado, em oposição à outra que é associada à pobreza.

Conforme destaca Cavalcante (2006, p.115), “Fortaleza (que) já era uma cidade lusitana” tornava-se atrativa para os migrantes internacionais que vinham “em busca de um espaço de liberdade, de oportunidades de trabalho, de ganhar dinheiro e ficar rico”, pois trazia traços, legitimados pela colonização portuguesa, que aproximava a cidade do além-mar à arquitetura, gastronomia, religiosidade e estilo de vida do país colonizador europeu. Importa salientar a migração de portugueses, árabes, espanhóis, italianos, ingleses e franceses, que se instalaram em terras

alencarinas, nos fins do século XIX e início do XX, motivados pela recessão econômica, falta de trabalho, conflitos políticos, as duas guerras mundiais e perseguições religiosas em seus países de procedência. A migração de libaneses e sírios, neste período, aparece como um modelo tipo ideal (WEBER, 2001) de projeto migratório bem-sucedido, que contribuiu com o desenvolvimento das atividades comerciais na cidade e o processo de urbanização³.

Em termos da análise do cenário global contemporâneo em articulação com o local, verificamos que os deslocamentos transnacionais (GLICK, BASCH, SZANTON, 1992) de migrantes e refugiados a Fortaleza ocorrem em um contexto reconhecido como “migração em expansão no mundo em crise” (BAPTISTA, MAGALHÃES, 2020). Período no qual tais sujeitos sofrem com os processos de precarização das condições de trabalho, desmanche dos direitos trabalhistas, violação de direitos sociais, políticos e civis, dominação neo(colonial), xenofobia, agutização da pobreza, práticas políticas de ultradireita, intolerância à interculturalidade étnica e racial, dentre outras condições que acometem as suas (re) existências nas sociedades de origem e de destino.

O estudo das dinâmicas migratórias internacionais na cidade de Fortaleza, neste século XX, ganha relevância e complexidade ao abordar as migrações na era globalizada e seus paradoxos, em especial de venezuelanos, relacionadas às crescentes requisições de proteção social que mobilizam as forças regulatórias de assistência social, as formas que os migrantes se organizam e são tratados pelo Estado e instituições sociais. Assim, ao considerar que a própria natureza da imigração só pode ser captada através das diferentes situações que se encontram associadas (SAYAD, 1998), torna-se fundamental, para esta análise, a relação entre o *fenômeno da migração de sobrevivência de venezuelanos*, o processo de precarização das condições de vida e trabalho que estes imigrantes estão sujeitos, os desafios sociais e as possibilidades dos Estados de oferecer respostas aos novos fluxos migratórios em curso.

3. PRESENÇA MIGRANTE EM FORTALEZA: EXPERIÊNCIAS, RELAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E REPRESENTAÇÕES

Ao pensar o fenômeno da (i)migração de sobrevivência, a partir da vida cotidiana daqueles que a vivenciam, entrelaçando-se às suas condições de vida e trabalho, remete-se à compreensão das inscrições objetivas e das experiências vividas, negociadas e produzidas por estes sujeitos em seus

³ Como exemplo, pode-se citar a reportagem do jornal O Povo que exalta a chegada dos imigrantes libaneses no Ceará, que traz menção ao papel de destaque de figuras ilustres no âmbito da política, da economia, das artes etc. Disponível em <https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2020/08/16/www.opovo.com.br/noticias/mundo/2020/08/16/um-libano-dentro-do-ceara--imigracao-libanesa-para-o-estado-comecou-no-seculo-xix.html>. Acesso em 04 out. 2023.

percursos migratórios e no campo institucional das políticas públicas, com especial atenção à assistência social. Vislumbrando-se que o imigrante de sobrevivência mantém contato com o contexto institucional, a recorrer às ações de organizações governamentais e não governamentais que oferecem serviços de assistência social, acesso a moradia ou alojamento provisório, orientação sociojurídica, capacitação e encaminhamento profissional, a ênfase dos percursos iniciais de pesquisa de campo recai, assim, sobre os lugares e momentos em que a *relação de assistência social* toma forma em sua concretude.

Essa relação de assistência social, estabelecida pela necessidade dos indivíduos recorrerem ao Estado ou à coletividade, é preponderante para a definição da condição de pobreza nos moldes analisados por Simmel (2014). Em perspectiva semelhante, Paugam (1999) explicita que os vínculos a assegurar a integração social dos indivíduos estão relacionados à filiação e à participação em grupos de convivência, mercado de trabalho, sistema de proteção social, além da cidadania, relativa à sensação de pertencimento a uma nação. Para ele, a análise da designada *nova pobreza*, a envolver um status social específico, não apenas econômico, mas também de precária (ou ausente) proteção social mantém relação com processos de exclusão do mercado de trabalho, a acarretar a redução extrema da capacidade de consumo e o imperativo de recorrer à assistência social para fins de sobrevivência.

No Brasil, é a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) a normatizar e orientar o atendimento socioassistencial prestado aos imigrantes, refugiados e apátridas via instituições públicas que integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a assegurar unidade de gestão, concepção e de organização da política pública de assistencial social em todo o território nacional (NOB/SUAS, 2005; 2011). Em Fortaleza, os atendimentos socioassistenciais são realizados por uma rede direta de equipamentos públicos municipais no âmbito da Proteção Social Especial (PSE) e Proteção Social Básica (PSB), por meio da Coordenadoria Especial de Gestão Integrada da Assistência Social (COIAS), órgão da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS). Ao considerar a incipiência de locais específicos para migrantes, refugiados e apátridas, na capital cearense, as ações socioassistenciais são ofertadas, sobretudo, nas Unidades de Acolhimento Institucional para adultos e famílias; nos Centro de Referência Especializada para população em situação de rua (Centros POP); nos Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS); e nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), porta de entrada para o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais.

Ressaltamos que, na esfera estadual, foi implementado o Programa de Atenção a Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 32.915/2018, integrado à Coordenadoria de Cidadania da então Secretaria da Proteção Social, Justiça,

Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) do Estado do Ceará. Tal programa vislumbra aumentar a oferta dos serviços de promoção e inclusão social voltados a este público. Destacamos que, desde 2023, mediante a mudança governamental pós eleições de 2022, este programa vincula-se à Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDIH). A Delegacia de Imigração da Polícia Federal e o Comitê Estadual Interinstitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CEMIGTRAP-CE), que não estavam em funcionamento até o fechamento deste texto, então vinculados à Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS), integravam, formalmente, a rede de atendimento local.

No domínio das práticas socioassistenciais não governamentais, cabe salientar o papel do Serviço Pastoral do Migrante (SPM), a integrar a Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, Justiça e Paz e a Pastoral da Mobilidade Humana da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Apesar ações estatais e de segmentos da sociedade civil voltados ao atendimento aos migrantes, refugiados e apátridas no Ceará e em Fortaleza, ainda não foi implementada uma política pública ou planos específicos, em âmbitos estadual ou municipal, voltados ao público em questão e às suas demandas específicas. Ganham importância, por sua vez, as mobilizações e as lutas de coletivos de migrantes e refugiados a reivindicarem a implementação de políticas públicas locais.

Dito isto, ao considerar a relevância de obter e dispor de um “olhar de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), procedemos à inserção em um equipamento da rede de atendimento socioassistencial local⁴ voltada às pessoas migrantes, em especial aqueles/as em condição de pobreza, com vistas à realização de pesquisa de campo de caráter exploratório. Na ocasião, realizamos entrevistas com integrantes de família venezuelana, a permitiu apreender seus discursos acerca das dificuldades vivenciadas em seus percursos migratórios em Fortaleza, a incluir o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais, motivações migratórias, perspectivas e desejos para o tempo presente, conforme sumariamente descrita. Ressaltamos que esta família venezuelana, composta pela matriarca e três filhos, havia sido encaminhada pelo Programa *Operação Acolhida*, do Governo Federal, e estava acolhida na Casa Maria Mãe dos Migrantes na Providência de Deus⁵ (casa de acolhimento temporária e filantrópica), administrada pela Fraternidade São Francisco de Assis na Providência de Deus (proprietária do prédio), em parceria com o SPM arquidiocesano, regional e nacional.

⁴ Durante os anos de 2022-2023, realizamos pesquisa de campo, de caráter exploratório, no Serviço Pastoral do Migrante, em Fortaleza-CE. Para tanto, optamos pelo uso da observação direta, com registro em diário de campo, e da entrevista semiestruturada.

⁵ A Casa Mãe dos Migrantes foi inaugurada em abril de 2021, situada no bairro Presidente Kennedy, com a finalidade de acolher migrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade social, recém ingressos em Fortaleza. As pessoas acolhidas na Casa permanecem por um período de até três meses, momento em que se busca incluí-los em políticas sociais de assistência, trabalho e habitação, conforme relatos dos administradores do local.

Durante as entrevistas, a matriarca abordou os motivos de partida e o contexto socioeconômico venezuelano, reportando-se às dificuldades para sustentar os filhos no país de origem, em virtude da condição de desemprego que a subjugava e o aumento dos preços dos alimentos, situação agudizada pelo cenário pandêmico da COVID-19. Conforme relatou, as dificuldades encontradas em seu país de origem eram diferentes daqueles com os quais se deparou no Brasil, pois, nos seus termos: “(...) lá os alimentos eram escassos, e aqui havia maior oferta de produtos alimentícios”, mesmo para aqueles que estavam em posições mais vulneráveis na estrutura social, não se referindo explicitamente ao acesso destas mercadorias. Seguiu seu relato afirmando que, ao chegar no Brasil, encontrou muitas limitações financeiras, pois não dispunha de renda básica para sua subsistência e estava dependendo da ajuda de terceiros, e que era delicada a “adaptação” dos filhos, por conta das diferenças de idiomas, hábitos e costumes, a saudade dos familiares e amigos que permaneceram na Venezuela, a enfatizar a própria distância do país de origem.

Afirmou que gostaria de trabalhar no Brasil, mas estava temerosa de que a idade (em torno de 50 anos) e a língua materna pudessem ser empecilhos para sua inserção no mercado formal de trabalho local. Dentre as dificuldades explicitadas em sua fala, enfatizou que um dos filhos se apresenta incapacitado para exercer atividade laboral e questionava como deveria proceder para solicitar algum auxílio ao governo brasileiro. Ela e os filhos estão documentados e com cadastros regulares no Cadastro Único (CadÚnico), condição indispensável para o possível acesso aos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Todavia, ainda aguardavam avaliação para inclusão no Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (PBF).

Seus filhos estavam matriculados em uma escola pública, no Bairro Antônio Bezerra. Eles vão caminhando todos os dias até lá. Em seus relatos, uma das filhas verbaliza que a caminhada até a escola é muito desgastante e que não tem muitos amigos no colégio. Afirmou sentir falta dos amigos deixados na Venezuela e que prefere trabalhar ao invés de estudar. Gosta de fazer penteados nos cabelos, e atuar, laboralmente, com procedimentos de beleza.

Esta família de imigrantes venezuelanos referiu que parte dos parentes residiam em outros estados no Brasil, e que almeja encontrá-los. Para a matriarca, Fortaleza aparecia como um *lugar de passagem*, não de destino, haja vista afirmar que não pretendia, inicialmente, vir para a capital cearense. Vieram porque foram encaminhados pelo Programa Acolhida, sem conhecimento prévio acerca da cidade ou do Estado. Eles verbalizam ainda que estão com planos de alugar uma residência perto do bairro onde se situa a instituição de acolhimento, pois o prazo de permanência na Casa está findando. O tempo limite estabelecido por esta instituição é de 3 (três) meses. Iriam, temporariamente, se fixar em Fortaleza, até poderem se organizar financeiramente para encontrar

os demais parentes em São Paulo ou no Rio Grande do Norte. A intenção dessa família, conforme relatado, é residir no Brasil e melhorar suas atuais condições materiais de existência, havendo, contudo, muitas dúvidas acerca deste processo. No momento final, conversamos acerca das possibilidades de assistência social por parte do Estado, e a inclusão em programas sociais.

O entendimento do fenômeno da migração internacional no âmbito local envolve ainda as recorrentes representações difundidas, nos últimos anos, pelos meios de comunicação de massa que apontam, sobretudo, as condições de vida e trabalho dos imigrantes, as ações no âmbito da assistência pública e da atuação de entidades da sociedade civil, com destaque às religiosas. Na reportagem intitulada “Imigrantes buscam alternativas de vida no Ceará”, do jornal O Estado (2016), observamos um enfoque nas dificuldades encontradas pelos imigrantes em Fortaleza e a construção de alternativas de subsistência. E matérias jornalísticas com títulos similares do Diário do Nordeste – “Imigrantes buscam melhores condições de vida no Ceará” (2015) e em “Imigrantes buscam recomeço e enfrentam mercado de trabalho no CE” (2019), e no website de O Povo, “Ceará é o 2º estado do Nordeste que mais recebe migrantes internacionais” (2019) – retratam “estrangeiros” que migram atraídos pelo turismo e pela possibilidade de investimento, e profissionais qualificados que se inserem no mercado formal de trabalho ou que estão em busca de oportunidades para construir uma carreira profissional.

Em relação às notícias sobre as práticas cotidianas de sobrevivência de venezuelanos, destacamos a matéria “Cerca de 90 venezuelanos estão vivendo em situação sub-humana no Centro”, do Jornal O Povo (2019), a apontar as vivências cotidianas de imigrantes e refugiados indígenas que estão em situação de pobreza, dependendo de doações de terceiros e da ajuda do Estado para custear aluguel diário e alimentação mínima. Estes imigrantes estavam na condição de “pedintes” na ocasião da intervenção das instituições de assistência social. Diante desse quadro, conforme retratam os noticiários, foi organizada, à época, uma rede de acolhimento para prestar “assistência” às famílias e “encaminhar os direitos humanos básicos - moradia, educação, saúde”. Tal rede socioassistencial englobava a ação da igreja, de outros segmentos da sociedade civil e do poder público.

Ao chegarmos em 2023, nos deparamos com manchetes de jornal que reiteram a situação anterior de desproteção social enfrentada por migrantes, em especial venezuelanos e da etnia indígena Warão, na capital cearense. Em “Fome, despejo e abandono atingem indígenas venezuelanos no CE, o Diário do Nordeste (2023) abordou que os indígenas venezuelanos, e outras pessoas em mobilidade, continuavam privados de acesso aos direitos básicos e em situação de extrema vulnerabilidade social Fortaleza-CE, conforme enfatiza o título da matéria. Além da fome, que são refletidas nas taxas de mortalidade de indígenas por desnutrição (atingindo 30% de crianças venezuelanas – dados da OMS); a dificuldade de adaptação à língua portuguesa (sendo o dialeto

indígena a principal forma de comunicação), as condições insalubres de moradia; “a prática de pedir dinheiro nas ruas”, compreendida pelos indígenas como trabalho em detrimento à uma visão depreciativa da atividade no contexto local; a sociabilidade nas ruas que perpassa o exercício laboral e a solidariedade privada de ajuda foram aspectos apontados neste material jornalístico, que compõem as reportagens seriadas da “Saga Warão” produzidas pelo Diário, ao longo do ano de 2023.

Acerca das percepções dos discursos midiáticos, aqui citados, identificamos que estes põem em movimento mecanismos de construção de imagens sobre os imigrantes e refugiados associadas, sobretudo, à pobreza, à busca de melhores condições de vida e ao trabalho. Assim, embora fossem identificadas representações relativas à alocação de mão-de-obra qualificada e a iniciativa de turistas investidores, predominam as que retratam os “estrangeiros” (termo frequentemente utilizado) como sujeitos de menor escolaridade e ocupações desvalorizadas, geralmente com baixo *status* social. Dentre tais percepções que caracterizaram a situação dos imigrantes destacam-se as que estão relacionadas a um sujeito ambivalente, que une dimensões contrárias de partida e chegada, pertencimento e não pertencimento. Outras sugerem representações vinculadas ao “desvio”, quebra de laços familiares, vulnerabilidades socioeconômicas, desagregação social e, por vezes, associadas a processos de marginalização, desqualificação social e estigmatização. Corroboramos com Said (2003) ao afirmar que esses discursos são construídos em função da resignificação que são feitas do imigrante e da imigração.

Nas representações sobre as motivações que ocasionaram as migrações, trazidas pelos materiais jornalísticos locais, chamamos a atenção aos condicionamentos relacionados às situações de guerra, conflitos políticos, pobreza nos países nativos e busca por trabalho e sobrevivência daqueles que migram e de suas famílias. Ao tratar dos efeitos das migrações são apontadas as formas de inserção do migrante no país receptor com enfoque na condição de pobreza por estes vivenciada. É recorrente a imagem de que, ao chegar nos países receptores, os imigrantes se deparam com condições precárias de sobrevivência, ausência de locais especializados de atendimento, processos de preconceito e estigmatização, barreiras linguísticas e culturais a dificultarem a inserção no mercado de trabalho formal, bem ainda com relação ao custeio e à regulamentação da documentação civil. O aumento do número de migrações para o Ceará, por sua vez, parece justificado pelas especificidades turísticas da região e por seu caráter hospitaleiro. O Ceará é retratado, paradoxalmente, como um lugar de investimento do capital transnacional, que apresenta oportunidades de trabalho e de estudo.

Outro aspecto significativo diz respeito ao processo de diferenciação da condição de ser migrante. As reportagens trazem a oposição daqueles imigrantes que buscam “oportunidades” de vida e trabalho em Fortaleza em distinção social face àqueles que são passageiros atraídos pelo

turismo. Ou dos que estão em situação temporária, que solicitaram o visto para trabalhar ou estudar, e dos imigrantes considerados *permanentes*, como aquelas pessoas que constituíram família com outros brasileiros. Nos discursos de autoridades oficiais, explicitados por estas matérias, é realçada a figura do imigrante “pobre” atrelado à noção de pessoas em situação de vulnerabilidade social, dependentes da assistência social pública ou privada, e susceptíveis às práticas de ilegalidade. A falta de regulamentação da documentação civil, tendo em vista seus custos financeiros, é apontada, reiteradamente, como fator da inserção destes imigrantes em trabalhos precarizados. São também apontadas as dificuldades de “adaptação” à sociedade receptora, as barreiras do idioma e a não validade dos diplomas universitários como obstáculos para a inclusão no mercado de trabalho formal.

4. MIGRAÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL NA CAPITAL CEARENSE

A partir dos relatos e as representações cotidianas dos imigrantes de sobrevivência atendidos pelas instituições estatais e não estatais em busca de proteção social na capital cearense e os desafios sociais da atuação do Estado, consideramos relevante fazer um breve recorte do perfil e do acesso desta população aos serviços da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004). Para tanto, realizamos análise dos dados disponíveis na base municipal de dados da Prefeitura de Fortaleza, referente ao quantitativo, origem e perfil de imigrantes e refugiados inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e dos registros dos serviços socioassistenciais ofertados por este equipamento.

Conforme os registros do CadÚnico, identificamos que o município de Fortaleza, principal local de residência no Estado, apresentava 1.206 pessoas de outras nacionalidades com inscrição regular no CadÚnico, de um total de 9.547 registros ativos, em meados de 2022. Destes, 549 se declararam do sexo feminino, e 657 do sexo masculino. A principal faixa etária estava entre 25 e 59 anos, com 742 pessoas. Por sua vez, a maioria se identificava enquanto parda, 660, e preta, 319 pessoas, a perfazer um total de 979 pertencentes à população negra. Parcela majoritária dos cadastros eram de nacionais da Venezuela, com 388 pessoas, seguidos por 274 de imigrantes bissau-guineenses. Neste período, registrava-se o acompanhamento de 68 indígenas venezuelanos da etnia Warão em um CRAS, com 53 registros no CadÚnico. Ressaltamos que 15 pessoas não foram localizadas no CadÚnico, e 18 já estavam inscritas em outros municípios. Encontravam-se registrados 95 indígenas, distribuídos em 20 famílias (FORTALEZA, 2022).

Se comparado ao cenário nacional, verificamos que 273.776 indivíduos estavam inscritos no CadÚnico, no ano de 2021. Segundo os países de nacionalidade tem-se que 115.380 cadastros eram de

nacionais venezuelanos. De acordo com relatório anual do OBMigra (2021), observamos que o percentual de pobreza entre os imigrantes aumentou a partir do ano de 2016, influenciado também pelo aumento de cadastro de latino-americanos. Com relação aos números absolutos, no que tange ao registro das famílias de venezuelanos, observamos que havia 598 famílias inscritas em 2016, contabilizando 1.771 no ano seguinte, aumentando para 9.080 cadastros em 2018, com crescimentos contínuos de 49.673 registros em 2019 e 80.958 em 2020, até a marca de 115.380 no ano de 2021. Não descartamos que estes dados representam um percentual de apenas 0,4% do quantitativo de famílias registradas no CadÚnico (NORONHA, 2022).

Diante deste cenário, chamamos a atenção para a situação de imigrantes e refugiados que estão nas ruas, sinais e cruzamentos de Fortaleza, dependentes da ajuda de terceiros e do Estado, para subsidiar necessidades materiais básicas de subsistência. A existência de pessoas em mobilidade em situação de rua na cidade de Fortaleza (em condição de extrema pobreza) é verificada no quantitativo de atendimentos dos Centros Pop. Nos primeiros meses de 2022, de acordo com o Registro Mensal de Atendimentos (RMA), estes equipamentos municipais contabilizaram 834 atendimentos à esta população, sendo identificadas 368 pessoas em situação de rua pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e 466 pelo Serviço Especializado em Abordagem Social do Centro POP. Outros 17 atendimentos a migrantes foram registrados nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), através do Serviço Especializados em Abordagem Social (FORTALEZA, 2022).

No que se refere aos benefícios assistenciais e aos programas de transferências de renda, concedidos a partir dos dados do CadÚnico, regulado pelo ofício circular conjunto nº 2/2014 SENARC/MDS e SNAS/MDS, com especificações sobre o cadastramento de imigrantes no Cadastro Único para políticas sociais e acesso ao Programa Bolsa Família (PBF), identificamos que, em janeiro de 2024, cerca de 191.217 imigrantes venezuelanos eram beneficiários do PBF no país. O Ceará apresentava um total de 777 venezuelanos, estando 448 situados na cidade de Fortaleza. Com relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) direcionado às pessoas idosas e com deficiência que apresentam uma renda per capita abaixo de $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, há aproximadamente 357.230 usuários, entre nacionais e imigrantes, perfazendo um total de 8729 venezuelanos. No Ceará, apenas 26 pessoas eram beneficiárias, sendo que 17 residiam em Fortaleza, conforme dados da plataforma RV4 (BRASIL, 2024).

Ressaltamos o Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, que regulamenta o Benefício de Prestação Continuada, em seu art. 7^a previa que: o Benefício de Prestação Continuada é devido ao brasileiro, nato ou naturalizado, e às pessoas de nacionalidade portuguesa, em consonância com o

disposto no Decreto nº 7.999, de 8 de maio de 2013, desde que comprovem, em qualquer dos casos, residência no Brasil e atendam a todos os demais critérios estabelecidos neste Regulamento. Este disposto estabelecia que o BPC é exclusivo para os brasileiros e as pessoas de nacionalidade portuguesa. Considerando que os imigrantes são usuários das políticas sociais e buscam acessar programas de transferências de renda e outros direitos previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Tema nº 173, deferiu que os “estrangeiros” têm direito ao BPC, desde que cumpridos os requisitos para concessão, embora ainda não expressa nas normativas da Política Nacional da Assistência Social (PNAS).

Consideramos que o conjunto das necessidades sociais, expressas no aumento da pobreza no Brasil, a complexificar-se no período da pandemia de COVID-19, demanda uma forte capacidade e estrutura operativa para a execução de ações socioassistenciais locais, com foco no SUAS, em articulação com outras políticas públicas e sociais. Envolve intervenções que integrem organicamente a prestação estatal e privada da rede socioassistencial em direção à construção da proteção social de caráter universal, a ser provida por meio de benefícios e serviços continuados, segundo necessidades de seus demandantes, com notoriedade do dever de Estado na sua provisão e regulação. Esta ótica de proteção social universal perpassa pela concessão de direitos aos imigrantes, refugiados e apátridas, como acesso a serviços sociais e participação política, sem condicioná-los à regularidade de sua residência ou à sua nacionalização. Está intrinsecamente relacionada com a abordagem humanitária da gestão migratória (MARMORA, 2010), baseada em fundamentos éticos, que reconhece o imigrante como sujeito de direitos, independentemente de sua situação jurídica no país receptor.

Entendemos que a realidade social não pode ser pensada e tratada de forma fragmentada, através de ações desarticuladas que dificultam o acesso desses indivíduos e/ou famílias às políticas públicas e sociais. Na busca de superar os desafios à garantia de direitos temos a premência de que as ações socioassistenciais sejam realizadas de forma intersetorial, articuladas e integradas às outras políticas setoriais, analisando a totalidade e a complexidade das situações vivenciadas. Para tal, faz-se necessária a união de esforços de diversos agentes e a potencialização da rede de proteção social local, visando ao enfrentamento das desigualdades sócio territoriais, o provimento de condições para atender as contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. Assim, seguimos com uma afirmação de Sayad (1998) ao perceber que as migrações são processos desafiadores, pois questionam diversos âmbitos da vida social, sendo fundamental para fortalecer e desenvolver políticas diversas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Postulamos, destarte, que os processos migratórios dos migrantes de sobrevivência são marcados por condições de vida e trabalho que se reproduzem em experiências do cotidiano agudizadas pela pobreza quando chegam ao país de destino, neste caso o Brasil. Ao chegar na “terra do outro”, o imigrante de sobrevivência se depara com fronteiras físicas e simbólicas, distinguindo-os entre “nós” e “eles”, que dificultam o acesso a diferentes recursos materiais, fazendo-os transitar entre o emprego, o desemprego e a informalidade e expondo-os a diversas estratégias de sobrevivência. Neste contexto em que os imigrantes são vistos como “problema social” ou “ser provisório”, um dos aspectos consequentes é a vulnerabilidade socioeconômica (KOWARICK, 2010) e a inclusão precária (MARTINS, 1997) no sistema de proteção social, que denotam situações de violação de direitos, e os expõem, por vezes, a situações desumanas. O estabelecimento de uma rede de assistência é justificado, por sua vez, pela própria condição de “deslocado” vivida pelo imigrante, às margens do legal e ilegal.

Entre os desafios que migrantes e refugiados enfrentam estão as diferentes formas de desigualdades que podem se expressar em variadas realidades e contemplar situações e características pessoais ou coletivas, sociais ou culturais que determinam a presença de alguma forma de alteridade, perpassando pelo acesso aos serviços públicos e reconhecimento de direitos. Esta condição de ser imigrante ganha complexidade ao incorporar à discussão a construção de identidades um status relacionado à situação de pobreza (situada entre as principais “causas e consequências” das migrações). A pobreza vivenciada pelos imigrantes em busca de sobrevivência configura-se como um fator de exclusão e discriminação, além de um desafio para as políticas públicas voltadas ao atendimento da população migrante, que mobiliza a relação com as forças regulatórias da assistência e sua ação social, expressas no âmbito da sociedade civil e do Estado.

À semelhança de outros atores em situação de vulnerabilidade social (CASTEL, 1992), os migrantes de sobrevivência (BETTS, 2010) circulam no cotidiano da cidade entre práticas que os associam ao emprego, ao desemprego e à informalidade. As fronteiras dos ilegalismos (TELLES, 2010), perpassadas pelas exigências, cada vez mais rígidas, colocadas pelos países receptores para impedir a entrada dos *outsiders*, se manifestam por uma série de impedimentos legais e na ampliação de pessoas vivendo na clandestinidade, com acesso limitado aos direitos e serviços públicos, ocasionando em crises de governabilidade migratória. Este quadro implica ainda que os imigrantes sejam vistos pelas sociedades receptoras como ameaças à sua cultura ou tradições, estabelecendo-se um distanciamento em relação ao “outro”, onde as fronteiras físicas e simbólicas entre “nós” e “eles”

são cada vez mais ambivalentes. O imigrante se situaria no que Bhabha (1998) chama de entrelugar cultural.

Diferenças, desigualdades e discriminações imbricam-se na experiência dos imigrantes de sobrevivência. A dificuldade no acesso à estrutura de oportunidades sociais e econômicas resultam em um aumento das situações de desproteção social e insegurança, o que põe em relevo situações de vulnerabilidades e marginalidade. Consta-se, assim, que na ausência de uma medida pública de equivalência dos direitos, podem implicar em culpabilização e responsabilização dos indivíduos por mudanças de um suposto “seu destino”, sobretudo, quando assentada em uma concepção naturalizada de pobreza ou de inadequação das capacidades. Em concepção contrária, as reflexões, aqui levantadas, sobre as condições de vida dos migrantes de sobrevivência considera a importância da ampliação das políticas públicas e ações frente a esta situação, amparados na perspectiva de direitos dos imigrantes e suas famílias. Compreende-se a pobreza em sua pluridimensionalidade, a reafirmar a centralidade do Estado garantidor da proteção social.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Massangana/São Paulo: Cortez, 1999.
- BETTS, A. **Survival Migration: A New Protection Framework**. *Global Governance*, v. 16, 2010, p. 361–382.
- BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2017. 76p.
- BEZERRA, Leila M. Passos de S. **POBREZA E LUGAR(ES) NAS MARGENS URBANAS: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim**, 2015. 450 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **L'illusion biographique**. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v.62/63, jun, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. Um analista do inconsciente. In: SAYAD, A. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.
- BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho Luís; MAGALHÃES, Felipe Aires. **Migrações em expansão no mundo em crise**. São Paulo: EDUC : PIPEq, 2020.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.214**, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6214compilado.htm. Acesso em: 29 mar. 2023.

_____. **Ofício circular conjunto nº 2/2014 SENARC/MDS e SNAS/MDS**, de 11 de fevereiro de 2014, esclarecimentos em relação ao cadastramento de estrangeiros no Cadastro Único para políticas sociais e acesso ao então Programa Bolsa Família. Disponível em : <https://sjsps.rs.gov.br/upload/arquivos/202112/15161348-oficio-circular-conjunto-n-01-2014-senarc-mds-e-snas-mds.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

_____. **Decreto-Lei nº 6.214**, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6214compilado.htm. Acesso em: 29 mar. 2023.

_____. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005.

_____. **R4V**. Painel de informações sociais para migrantes e refugiados venezuelanos. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2024. Disponível em <https://www.r4v.info/pt/brazil>. Acesso em 20 fev. 2024.

CAVALCANTE, Peregrina F. Capelo. **Travessias em movimento: os imigrantes em Fortaleza**. In: CHAVES, Gylmar, VELOSO, Patrícia, CAPELO, Peregrina (org.). **Ah, Fortaleza**. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2006.

CASTEL, R. **La désaffiliation: précarité du travail et vulnérabilité relationnelle**. In: DONZELOT, J. (org.). *Face à l'exclusion: le modèle français*. Paris: Ed. Esprit, 1992.

CASTORIADIS, C. **A Instituição imaginária da sociedade**. Tradução Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Rumos da cultura moderna, v. 52)

CEARÁ. **Decreto nº 32.915**, de 21 de dezembro de 2018. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, ano X, nº 242, 28 dez. 2018. Série 3, p. 8-10. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20181228/do20181228p01.pdf#page=8>. Acesso em: 18 jul.2020.

CEARÁ é o 2º estado do Nordeste que mais recebe migrantes internacionais. O Povo. Fortaleza, set. 2019. Disponível em <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2019/09/09/ceara-e-o-2---estado-do-nordeste-que-mais-recebe-migrantes-internacionais.html>. Acesso em 10 de mar. 2023.

DURAND, Jorge; LUSSI, Carmen. **Metodologia e teorias no estudo das migrações**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p.43-116.

FUNES, E. A. Negros no Ceará. In. **Uma nova história do Ceará**. Org. Simone de Souza. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

GLICK SCHILLER, N.; BASCH, L.; SZANTON, C.(Org.). **Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity and nationalism reconsidered**. New York: New York Academy of Sciences, 1992.

IMIGRANTES buscam alternativas de vida no Ceará. O Estado, Geral. Fortaleza, 04 jul. 2016. Disponível em <https://www.oestadoce.com.br/geral/imigrantes-buscam-alternativas-de-vida-no-ceara/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

IMIGRANTES buscam melhores condições de vida no Ceará. Diário do Nordeste, Fortaleza, 22 ago. 2015. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/imigrantes-buscam-melhores-condicoes-de-vida-no-ceara-1.1368989>. Acesso em: 13 ago. 2020.

IMIGRANTES buscam recomeço e enfrentam mercado de trabalho no CE. Diário do Nordeste, Fortaleza, 02 mai. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/imigrantes-buscam-recomeco-e-enfrentam-mercado-de-trabalho-no-ce-1.2094111>. Acesso em: 13 ago. 2023.

FOME, despejo e abandono atingem indígenas venezuelanos no CE. Diário do Nordeste. Diário do Nordeste, Fortaleza, 10 ago. 2023. <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/fome-despejo-e-abandono-atingem-indigenas-venezuelanos-no-ce-1.3402689>. Acesso em: 12. fev. 2023.

KOWARICK, L. Viver em Risco: Sobre a Vulnerabilidade Socioeconômica e Civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

LEITE, Ana Carolina G. Leite, CASTRO, Mariana de Araújo. **Migrações venezuelanas, crise da reprodução social capitalista e necropolíticas de fronteira.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS, v. 13, n. 26, jan./jun. 2021.

LUSSI, C. Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio. Psicologia USP, volume 26, nº 2, 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro:** notas para uma etnografia urbana. Revista brasileira de ciências sociais, v. 17, n. 49, p.

MÁRMORA, L. **Modelos de Governabilidade Migratoria:** La perspectiva política en América del Sur. Brasília: Revista Internacional de Mobilidade Humana, ano XVIII, n. 35, 2010.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MBEMBE, Achille. **Brutalismo.** São Paulo: n-1 edições, 2021.

NORONHA, C. L. A. **Acesso dos imigrantes aos benefícios sociais:** o que os dados do cadúnico informam In: Cavalcanti, L.; Oliveira, A. T.; Silva, B. G. Relatório Anual 2021 - 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

NORONHA, C. L. A. **Pobreza e vulnerabilidade social entre os imigrantes internacionais registrados no Cadúnico.** In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022.** Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Glossário sobre Migração.** Direito Internacional da Migração. [S.l.]: OIM, 2009.

PAUGAM, S. **O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais**: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. (org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAYAD, A. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

SIMMEL, G. **Sociologia**: estúdios sobre las formas de socialización. Tradução de J. Pérez Bances. México: FCE, 2014.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Tema nº 173**. Concessão de benefício assistencial a estrangeiros residentes no Brasil. Disponível em <https://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=2621386&numeroProcesso=587970&classeProcesso=RE&numeroTema=173>. Acesso em 20 abr. 2022.

TELLES, V. da S. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

QUEIROZ, Silvana Nunes de. BAENINGER, Rosana. **Migrações internacionais no século XXI**: tendências e características da dinâmica migratória para o Nordeste brasileiro. In: BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho Luís; MAGALHÃES, Felipe Aires. *Migrações em expansão no mundo em crise*. São Paulo: EDUC, PIPEq, 2020.

VILELA, Elaine Meire. **Imigração Internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte, 2008.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Campinas: Cortez, 2001.

WENDLING, K. C. da S.; NASCIMENTO, F. L.; SENHORAS, E. M. **A Crise Migratória Venezuelana**. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 8, n. 24, p. 01–14, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5651479. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/500>. Acesso em: 10 jul. 2023.



GT 02 – Desenvolvimento, desigualdade social e cidades latino-americanas

MANUTENÇÃO EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL: AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO (APO) EM UM CONJUNTO HABITACIONAL EM SANTA IZABEL (PARÁ)

Gabriela Costa Holanda¹ (UFPA)

Francisco Matheus de Oliveira Brito² (UFPA)

Luiz Maurício Furtado Maués³ (UFPA)

RESUMO: A casa própria é um sonho de consumo e não deixa de ser um produto, originado da Construção Civil, no entanto acarreta responsabilidades, como as ações de manutenção que são necessárias. Tais atividades de manutenção prolongam a vida útil de uma edificação, permitem maior durabilidade, questão norteadora da Norma Brasileira de Desempenho (NBR 15575). No contexto de habitações de interesse social (HISs), notam-se grandes desafios destacados pela literatura como baixa qualidade dos projetos, dos materiais empregues, falhas na etapa de execução, manuais de uso, operação e manutenção deficitários entregues aos moradores. Tais situação somam-se à falta de conhecimento por parte dos usuários quanto a importância das manutenções para o desempenho de sua moradia, impactando na qualidade de vida deles e em custos financeiros, visto que é um bem durável e manutenções mais complexas demandam ainda mais recursos. Este trabalho foi realizado em um conjunto habitacional associado ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na Cidade de Santa Izabel/PA e visou conhecer as atividades de manutenção realizadas pelos moradores de à luz do Manual uso, operação e manutenção de suas unidades naquele empreendimento, além de verificar o atendimento da construtora quando acionada. O trabalho baseou-se na metodologia de Avaliação Pós-Ocupação (APO) e foi adotada uma amostra de 30 participantes, os quais responderam às entrevistas estruturadas nos dias 13/11/2023 e 16/11/2023 (período do estudo). A entrevista estruturada foi previamente elaborada com base no Manual uso, operação e manutenção entregues aos moradores. O conjunto habitacional foi realizado pela Caixa Econômica Federal, faz parte do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e é composto por composto por 500 unidades habitacionais. Os resultados demonstraram que até a data final do estudo (16/11/2023) as práticas de manutenção que apresentaram frequência mais alta foram a Prática 1 (Limpeza Geral das Esquadrias e dos Trilhos Inferiores) e a Prática 3 (A Inspeção dos Rejuntamentos). Os itens que se destacaram por apresentar maiores problemas foram Impermeabilização e Instalações Hidráulicas. Grande parte dos moradores receberam o manual de Uso, Operação e Manutenção, no entanto poucos foram instruídos sobre ele. Notaram-se possível escolha inadequada de materiais especificados ou falta de materiais adequados utilizados na etapa de construção. Houve pouco acionamento à construtora frente aos problemas identificados. É importante frisar que a comunicação entre a construtora e os moradores deve ser aprimorada, tanto no recebimento do manual quanto nas questões dos problemas identificados. Esta análise identificou os desafios mais recorrentes. A compreensão desses dados é importante no avanço de estudos que visam melhorar as políticas de manutenção, contribuindo para a durabilidade das habitações populares e, conseqüentemente para a qualidade de vida das populações que nelas habitam.

Palavras-chave: Habitação de interesse social; Manutenção; NBR 15575; Durabilidade; Conjunto Habitacional.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Pará. PPGEC, UFPA. Membro do Núcleo de Habitação da Amazônia – NUHAM. Email: costaholandaengenharia@gmail.com

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Pará. PPGEC, UFPA.

³ Doutor em Engenharia Civil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Pará. PPGEC, UFPA. Membro do Núcleo de Habitação da Amazônia – NUHAM. Email: maués@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A mentalidade de que “conserta-se apenas quando quebrar” ainda é uma crença que existe no contexto de manutenções, dentre elas as prediais. Assim como o conceito de construção enxuta, outros vieram da indústria e influenciam a construção civil. O conceito de manutenção originou-se na indústria, segundo Barboza (2020) a manutenção improvisada do tipo quebra-repara permaneceu até o início do século XX, atualmente o estágio da evolução de manutenção na indústria encontra-se na manutenção preditiva, a qual está atrelada em realizar ações de manutenção em situações com iminência de falha, enquanto a tendência futura será a Manutenção Preditiva Contínua.

No contexto do ambiente construído, as ações de manutenção são necessárias. A casa própria é um sonho de consumo e não deixa de ser um produto, originado da Construção Civil, no entanto acarreta responsabilidades. A norma NBR 15575-1 (ABNT, 2021) demonstra a correlação entre a durabilidade de um projeto e a manutenção devida, pois a cada manutenção realizada prolonga-se o potencial de desempenho da edificação, ou seja, a durabilidade. A norma expõe os intervenientes da manutenção predial, os quais são: os fornecedores de produtos, o projetista, o construtor e o usuário.

Paralelamente, no Brasil, notam-se no contexto da Habitação de Interesse Social (HIS) alguns fatores críticos relacionados à manutenção. Dentre eles ainda na etapa de construção, a qual envolve projetista e o construtor e/ou incorporador. Segundo o Instituto do Legislativo Paulista (ILP, 2023) e Brandão *et al.* (2022) visualizam-se habitações formais, realizadas por meio do financiamento público, com falhas na etapa de projeto, falhas na fase construtiva, pois nota-se o emprego de materiais de má qualidade e baixa qualidade de execução. Situações que acarretam construções que em prazo menor necessitam de manutenções a fim de manter o desempenho.

Outro fator crítico está relacionado aos manuais de uso, operação e manutenção entregues aos usuários de HIS por parte das construtoras e/ou incorporadoras. Brandão *et al.* (2022) destacam a ocorrência de um padrão deficitário na qualidade de manuais de uso, operação e manutenção à medida que o padrão construtivo diminui, fato que contribui para o descuido quanto a realização de manutenção por partes dos usuários, comprometendo o desempenho da edificação a qualidade de vida deles.

Os aspectos críticos vinculados ao partícipe da manutenção “usuário” são listados por Silva (2019) que relata as dificuldades de manutenção em HIS à: falta de conhecimento por parte do usuário do manual, em relação aos problemas oriundos pela falta de manutenção; ao baixo acesso à mão de obra qualificada para realizar as intervenções; e à governança precária por parte do condomínio ou associação quanto ao quesito gestão da manutenção. Fatores corroborados pelo Instituto do Legislativo Paulista (ILP, 2023) que destaca que a questão de habitações com baixo desempenho é agravada pelo fato de que as populações atendidas por programas habitações, em grande parte, apresentam pouco conhecimento técnico e recursos para tratar das manutenções mais complexas.

Neste contexto, o presente trabalho visa verificar a realização de manutenções à luz do Manual de Uso, Operação e Manutenção por parte dos moradores de um conjunto habitacional localizado na cidade de Santa Izabel/PA e, verificar o atendimento por parte da construtora do empreendimento, quando acionada, quanto às questões que lhe são pertinentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Norma de Desempenho brasileira sob o título geral “Edificações Habitacionais-Desempenho” é composta por um conjunto de 6 partes, sendo a parte 1 a NBR 15575-1 (ABNT, 2021) que detalha conceitos importantes e norteadores, dentre eles a definição de Vida útil, Vida útil de Projeto (VUP) e Durabilidade.

De acordo com a NBR 15575-1 (ABNT, 2021) e CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção, 2013) a vida útil é uma forma de medir a durabilidade segundo a variável tempo, aquela compreende o período entre a data de início de uso do produto edificado até a data em que este e/ou seus sistemas não atendem mais às funções as quais foram confeccionados. E o valor de vida útil sofre interferência de diversos fatores pois ela é composta pela VUP, esta última poderá ser atingida ou não em função de “ações de manutenção, intempéries e outros fatores internos de controle do usuário e externos (naturais) fora de seu controle” (ABNT, 2021, p. 60).

Neste contexto, existem peças importantes na questão da durabilidade da edificação. A norma NBR 15575-1 (ABNT, 2021) faz referência às responsabilidades dos participantes no todo, colocando o fornecedor na incumbência de informar o desempenho de seus produtos, o projetista como o técnico responsável por informar a VUP dos sistemas, o incorporador ou construtor o responsável por realizar o Manual de Uso, Operação e Manutenção com base na norma NBR 14037 (ABNT, 2024), ao usuário e/ou síndico realizar a manutenção seguindo o manual supracitado e a NBR 5674 (ABNT, 2012).

A norma destaca uma VUP mínima a ser atendida pelos sistemas da edificação, um limite inferior para a VUP, dentre as razões a fim de amparar o usuário da edificação. Atingir a VUP na edificação, segundo a norma de desempenho, no contexto dos incorporadores, construtores e projetistas, depende do uso de materiais de qualidade compatíveis com a VUP estabelecida além de emprego de técnicas de execução que permitam atingir a VUP. No tocante aos usuários, devem atender os programas de manutenção, realizar o uso correto da edificação e segundo para o qual foi projetada.

Quanto aos agentes da manutenção predial, os desafios vivenciados na habitação de interesse social começam ainda na etapa de projeto, Agopyan e John (2011) destacam que dentre os erros que ocorrem na seleção de materiais em projetos um deles é não considerar a vida útil do material escolhido para o local aplicado. Dessa forma, o papel do projetista torna-se relevante para a manutenção visto que materiais de qualidade maior exigirão menor reposição e ainda deve-se levar em conta a questão econômica dessa população atendida.

Cavalheiro e Abiko (2022) ao analisarem a gestão condominial em um complexo residencial na cidade de Cubatão/SP, destacaram que a manutenção foi relatada como um fator importante para a satisfação com a gestão supracitada, no entanto verificaram que os moradores sofriam com a grande

ocorrência de problemas da etapa construtiva do empreendimento, os quais eram constantemente relatados para o setor administrativo. Tais defeitos interferem nas manutenções preventiva e preditiva, afetam o trabalho dos assistentes sociais quanto à adaptação desses usuários à nova moradia e demonstram a maior necessidade de fiscalização da obra pelos órgãos competentes para que preze pela qualidade entregue.

Outra questão relatada por Cavalheiro e Abiko (2022) é a dificuldade de acesso à documentação completa do residencial, informações estas necessárias para as intervenções de manutenção como especificações construtivas e projetos.

OBJETIVO

O presente trabalho visa realizar a verificação das manutenções em Habitação de Interesse Social, no contexto de um conjunto habitacional localizado na Cidade de Santa Izabel/PA, e propõem-se a:

- Conhecer se os proprietários estão realizando as manutenções descritas no manual de uso, operação e manutenção;

- Verificar se a construtora retornou as demandas relatadas.

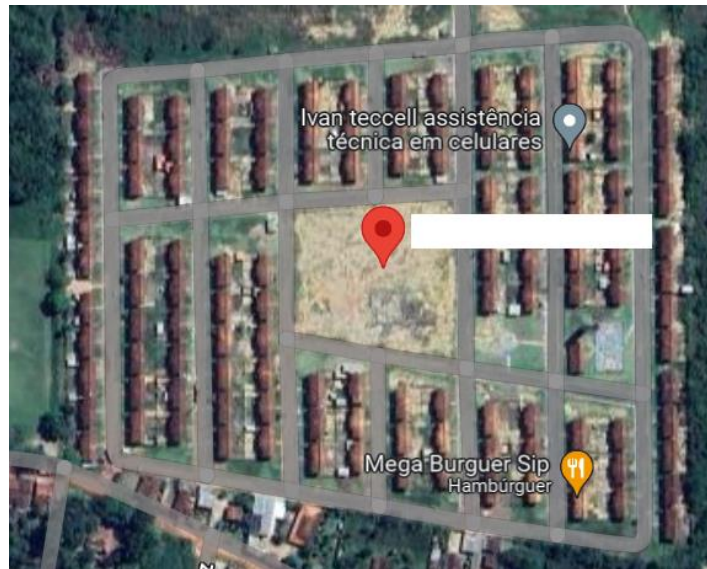
METODOLOGIA

a. Local de estudo e contexto

Primeiramente, realizou-se a escolha do objeto de estudo. O Conjunto habitacional está localizado na Estrada do Uxiteua, no município de Santa Izabel/PA (Figura 1). Apresenta-se composto por 500 unidades habitacionais (MANUAL DE OPERAÇÃO, USO E MANUTENÇÃO, 2021), as quais estão compreendidas em blocos, cada bloco comporta 4 unidades (apartamentos), totalizando 125 blocos com dois pavimentos. O empreendimento foi realizado pela Caixa Econômica Federal e parte do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) (O LIBERAL, 2021).

O conjunto habitacional passou por um contexto prévio de ocupação antes da obra ser concluída, no ano de 2015. Após dois anos que havia sido ocupado, no ano de 2017 realizou-se a reintegração de posse em benefício da Caixa Econômica. Algumas unidades habitacionais foram depredadas e tiveram alguns equipamentos usurpados. Após a reintegração de posse, a empresa construtora foi notificada a fim de reiniciar as obras. No dia 11 de dezembro de 2021, as famílias cadastradas receberam as chaves da moradia (G1 PARÁ, 2017; GOV.BR, 2021).

Figura 1: Imagem de Satélite do Conjunto habitacional em Santa Izabel/PA.



Fonte: Modificado⁴ de Google Maps (2024).

- Contato com representante do Residencial

Realizou-se o contato com o representante do conjunto habitacional, a fim de explicar o estudo e solicitar autorização para realizá-lo. O representante comunitário entrou em contato com sua equipe integrante, sendo permitido o estudo no local.

- Obtenção do Manual do Proprietário

Um exemplar do Manual do Proprietário foi emprestado de uma moradora e serviu de base para este estudo, o qual posteriormente foi devolvido.

- Avaliação Pós-Ocupação (APO)

Para atingir o objetivo deste trabalho, se utilizou da metodologia de Avaliação Pós-Ocupação (APO). Referente à essa técnica, o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (BRASIL, 2015) relata ferramentas metodológicas que possam ser adequadas para cada finalidade em unidades habitacionais (UHs), no quadro 4, na escala 3 que se refere à unidade habitacional. Definiu-se o atributo a ser analisado “facilidade de manutenção”, o qual está mais próximo do objetivo deste trabalho, esse atributo está associado ao aspecto “comportamental” e, para ser analisada aquela questão recomenda-se a técnica de questionário.

Conforme o IPEA (BRASIL, 2015, p. 25) a técnica do questionário permite “perceber como os moradores se comportam e utilizam os espaços, as satisfações e as insatisfações com relação à moradia e ao seu entorno, bem como as deficiências e as potencialidades do projeto [...]”. Como técnica complementar ao questionário, assim como realizado por Kurz *et al.* (2018), optou-se por utilizar a entrevista estruturada - uma outra ferramenta de APO - sendo a primeira técnica o roteiro para a realização das entrevistas, dessa forma seguindo Rheingantz *et al.* (2009) que destaca que a ferramenta entrevista estruturada segue um roteiro prévio e há presença do entrevistador.

⁴ Nome do residencial omitido.

Segundo Moreira e Silva (2017) as entrevistas estruturadas permitem direcionar os entrevistados em questões focadas à abordagem da pesquisa. Também, é importante destacar que a coleta de informações é beneficiada pela entrevista frente aos questionários, os quais podem não ser respondidos. Segundo Romero e Ornstein (2003) em uma avaliação Pós-Ocupação (APO), os questionários exigem uma amostra mínima de 30 respondentes.

Realizou-se uma visita prévia ao conjunto habitacional para conhecer o local e realizar fotos. Primeiramente, foi realizada a confecção das perguntas do questionário - que serviu de roteiro pré-definido (Tabela 1) para a entrevista - baseando-se no Manual de Operação, Uso e Manutenção (2021), no qual cada item (elemento ou conjunto de elementos da edificação) nas “Recomendações de Manutenção” pode estar associado à uma ou mais práticas de manutenção e, cada prática tem a sua periodicidade.

Posteriormente, nos dias 13/11/2023 e 16/11/2023 (período do estudo) foi realizada a aplicação da pesquisa do tipo APO, por meio da qual foram feitas as entrevistas estruturadas com 30 moradores. Tais entrevistas seguiram o roteiro supracitado, permitindo traçar o perfil dos entrevistados, os quais foram caracterizados a partir de questões de cunho pessoal e individual, como a faixa etária, o sexo, o número de pessoas residentes no apartamento, o pavimento em que se habitava e se era proprietário, inquilino ou arrendatário. Em sequência no mesmo roteiro, verificaram-se questões relacionadas ao recebimento, instrução e leitura do “Manual de Uso, Operação e Manutenção”; abordaram-se aspectos relacionados às práticas de manutenção adotadas e a periodicidade; ocorrência ou não destas práticas por parte do usuário; a existência ou não de problemas nas residências e a interação dos moradores com a construtora em busca de soluções.

Os resultados das frequências e dos problemas enfrentados em cada prática, cada um foram classificados de acordo com o percentual, da seguinte forma menor que 25%, de 25 % até menor 50%, de 50% até menor que 75 %, acima de 75 %, respectivamente em baixo, moderado, alto e muito alto.

É importante frisar que segundo dados do noticiário O Liberal (2021) e do Gov.br (2021), além de informações com os moradores, o conjunto foi entregue no dia 11 de dezembro de 2021, dessa forma na data de estudo ainda não havia completado dois anos de entrega dos imóveis.

Tabela 1: Roteiro pré-definido de perguntas submetidas aos moradores.

1. Qual pavimento você mora?
() 1º (Térreo) () 2º
2. Qual seu sexo?
() Feminino () Masculino
3. Qual sua faixa etária?
() Até 24 anos () 25 a 39 anos () 40 a 59 anos () Mais de 60 anos
4. Qual o número de pessoas que moram no seu apartamento?
() 1 pessoa () 2 pessoas () 3 pessoas () 4 ou mais pessoas
5. Em relação ao seu apartamento, você é
() Proprietário () Inquilino (aluguel) () Arrendatário
6. Você recebeu o manual de uso e operação?
() Sim () Não
7. Você foi instruído quanto ao manual de uso e operação?
() Sim () Não
8. Você já leu o manual de uso e operação?

<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
9. Realizou-se a limpeza geral das esquadrias e dos trilhos inferiores a cada 3 meses?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Apresentou problema ?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
10. Reapertaram-se os parafusos aparentes, os feixos e regulagens de freios a cada ano?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Apresentou problema ?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
11. Foram inspecionados os rejuntamentos dos pisos cerâmicos, ralos e peças a cada ano?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Apresentou problema ?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
12. Foram repintadas as áreas privativas uma vez a cada dois anos?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Apresentou problema ?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
13. Foram repintadas as áreas comuns uma vez a cada dois anos?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Apresentou problema ?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
14. Foi feita a limpeza de caixa de gordura, verificou ralos, sifões das louças, tanques e pias e verificou os mecanismos de descarga a cada seis meses?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Apresentou problema ?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
15. Foi efetuado a troca de vedantes das torneiras e dos registros de pressão, verificou a estanqueidade da válvula de descarga e limpou o crivo do banheiro a cada ano?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Apresentou problema ?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

16. A cada ano, foram reapertadas todas as conexões e os disjuntores com problema ao religar foram substituídos?
() Sim () Não
Apresentou problema ?
() Sim () Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
() Sim () Não
17. Foram ligados e desligados os disjuntores diferenciais, a cada mês?
() Sim () Não
Apresentou problema ?
() Sim () Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
() Sim () Não
18. A cada 2 anos, foram reapertadas as conexões e verificados o estado dos contatos elétricos, e alguma peça que apresentou desgaste foi substituída? ⁵
() Sim () Não
Apresentou problema ?
() Sim () Não
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?
() Sim () Não
19. A empresa retornou algum problema relatado?
() Sim () Não
Qual?

Fonte: Autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da entrevista estruturada conduzida aos 30 moradores, permitiu-se traçar o perfil deles. Dos participantes, 73% são do sexo feminino, compondo a maioria. A faixa etária de 60% dos entrevistados é de 25 a 39 anos, fato que sugere que a comunidade tem uma presença significativa de adultos jovens.

Quanto ao pavimento, notou-se que 70% dos participantes habitavam no pavimento térreo. No que se refere à quantidade de moradores na unidade habitacional, a maioria dos entrevistados informou “três pessoas” (36.7 %) ou “4 pessoas ou mais” (33.3 %). Sendo que 30% dos respondentes informaram um total de 2 pessoas na unidade. Relativo ao imóvel, a maioria dos entrevistados totalizando 27 respondentes (90 %) são proprietários do imóvel, 2 (6.66 %) são proprietários que compraram o imóvel de terceiros, e apenas 1 (3,34 %) utiliza o imóvel na condição de inquilino.

Concernente aos manuais de uso, operação e manutenção, documento entregue pela construtora e necessário para as intervenções de manutenção por parte dos usuários, as questões visam verificar o recebimento do documento, o fornecimento de instrução sobre esse documento e a leitura realizada pelos entrevistados. Primeiramente, abordando todos os 30 entrevistados, sem considerar a relação com a propriedade do imóvel, 25 respondentes relatam ter recebido o manual,

⁵ Importante frisar que na data de estudo ainda não haviam completado dois anos de entrega do imóvel, mas essa pergunta da prática 10 foi questionada e considerou-se até a data em questão.

perfazem 83,33 %, apenas 8 (um total de 26,67 %) relatam ter recebido instrução sobre o documento enquanto 22 (73,33%) não foram instruídos, 18 respondentes (60 %) informam ter lido o material.

Em outro cenário considerando os proprietários diretos dos imóveis que correspondem a 27 respondentes, a fim de avaliar os moradores que teriam mais possibilidade de ter recebido o manual após a entrega das chaves, verificou-se que:

- 24 respondentes (um total de 88,89 %) relataram ter recebido o manual, 3 respondentes (11,11%) informaram não ter recebido, o valor de recebimento é ligeiramente maior que encontrado na literatura por Ono *et al.* (2017) em que 78 % dos entrevistados receberam o documento. No entanto, o ideal seria todos os moradores terem recebido o manual para que pudessem realizar as intervenções de manutenção de acordo com o descrito nele;
- do total de 24 entrevistados que declaram ter recebido o documento, apenas 8 respondentes (um total de 33,33 %) relataram ter sido instruídos sobre ele, enquanto 16 respondentes (totalizando 66,66%) não obtiveram instrução;
- Dos 24 que receberam o manual, 17 respondentes (70,83 %) declaram tê-lo lido, enquanto 7 (29,17 %) não leram;
- Dos 24 que receberam o manual, 7 respondentes “foram instruídos e leram” (29,17%), 10 entrevistados (41,67%) “não foram instruídos, mas leram”, 1 respondente (4,17%) foi “instruído, mas não leu” e 6 respondentes (35,29) “não foram instruídos e não leram”;
- Portanto dos 17 que leram, apenas 7 (41,18%) receberam instrução, enquanto 10 (58,82%) não foram instruídos.

Nota-se, de acordo com os resultados, que apesar da baixa taxa de instrução na entrega do manual totalizando 33,33%, houve uma busca por parte dos moradores que receberam o documento em realizar a leitura dele, totalizando (70,83 %). Contrapondo com Ono *et al.* (2017) que notaram o baixo nível de leitura dos manuais e destacaram que apenas 33 % dos entrevistados que receberam o manual o leram.

Ainda sobre a baixa taxa de instrução sobre o Manual de Operação, Uso e Manutenção, este fato pode indicar uma lacuna na comunicação no momento da entrega do dele. Seria pertinente promover palestra sobre a importância do manual, da leitura dele e da manutenção para a qualidade de vida desses moradores e para a preservação da garantia do imóvel recém-adquirido. A instrução adequada é fundamental para garantir que os moradores compreendam completamente as informações contidas nele e a importância das manutenções a serem realizadas.

Outra questão interessante de abordar é qualidade dos manuais entregues, Brandão *et al.* (2022) cobram do Estado a maior fiscalização dos manuais destinados aos usuários de HIS e destacam a baixa qualidade de manuais quando direcionados às construções de padrão mais popular, fato que compromete o acesso a moradia digna e qualidade de vida das populações atingidas por programas habitacionais. Mendes, Fabricio e Imai (2020) destacam a necessidade de

informações mais detalhadas nos manuais, e informam o agravante de que a maioria dos moradores relatam não ler o documento, situação que pode gerar intervenções inadequadas.

Ao entrevistar os moradores puderam-se observar os padrões relacionados às atividades de manutenção de cada item e problemas existentes na edificação, foram considerados nessa questão os 30 moradores entrevistados. Os dados do Apêndice I demonstram os resultados das práticas de manutenção adotadas pelos moradores quanto à frequência e, a ocorrência de problemas. A tabela 2 resume a quantidade de problemas encontrados e não encontrados nos itens da edificação descritos no manual.

Tabela 2: Quantidade de problemas encontrados e não encontrados para cada item da edificação, com as práticas de manutenção associadas.

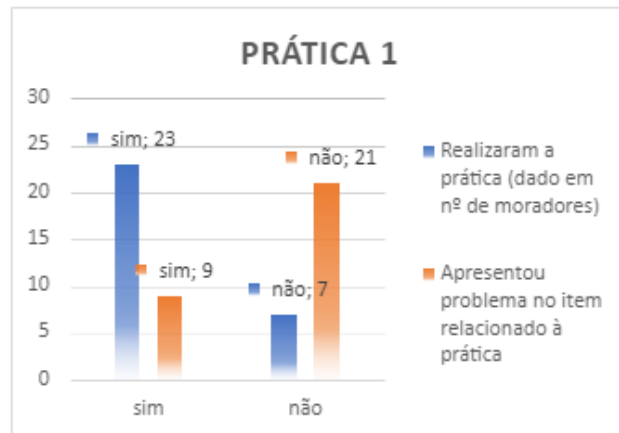
Item		Prática de Manutenção	Resposta SIM (Problemas Encontrados)	Resposta NÃO (Sem Problemas)
Esquadrias de Alumínio	Prática 1	Limpeza Geral das Esquadrias e trilhos inferiores	9	21
	Prática 2	Reaperto e Regulagens de Freios	14	16
Impermeabilização	Prática 3	Inspeção dos Rejuntamentos	26	4
Paredes	Prática 4	Repintura de Áreas Privativas	15	15
	Prática 5	Repintura de Áreas Comuns	6	24
Instalações Hidráulicas	Prática 6	Limpeza de Caixa de Gordura e Verificação de Mecanismos de descarga	20	10
	Prática 7	Troca de Vedantes	15	15
Instalação Elétrica	Prática 8 – Quadro de distribuição	Reaperto de Conexões e Substituição de Disjuntores	5	25
	Prática 9 – Tomadas, interruptores e pontos de luz	Ligamento/Desligamento de Disjuntores Diferenciais	2	28
	Prática 10 – Tomadas, interruptores e pontos de luz	Reaperto de Conexões e Verificação de Contatos	12	18

Fonte: Autores.

Ao analisar os dados fornecidos sobre as práticas de manutenção e ocorrências ou não de problemas dos itens da edificação, observaram-se as seguintes tendências:

- **Prática 1 (Limpeza Geral das Esquadrias e dos Trilhos Inferiores):** esta prática tem frequência muito alta sendo realizada pela maioria dos respondentes a cada 3 meses, totalizando 23 moradores (Figura 2), correspondente à 76.7% deles. Notou-se que 9 moradores (30%) relatam problemas no item “Esquadrias de Alumínio” relacionados à “Prática 1”, valor considerado moderado, mas apenas uma pessoa acionou a construtora. Alguns relatos dos moradores destacam problemas como esquadrias com dificuldade ao fechar e trincos defeituosos. Este fato corrobora com o que foi verificado por Mendes, Fabricio e Imai (2020) que analisaram habitações de interesse social no pós-ocupação e notaram a ocorrência de problemas nos caixilhos das esquadrias e fissuras nas juntas.

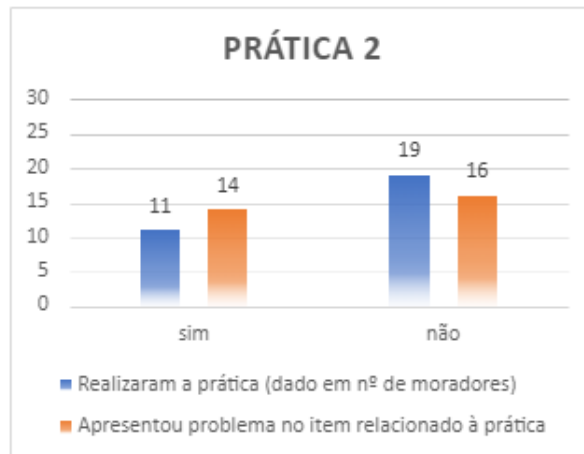
Figura 2: Prática 1 (Limpeza Geral das Esquadrias e dos Trilhos Inferiores).



Fonte: Autores.

- **Prática 2 (Reaperto de Parafusos e Regulagens):** A realização anual da prática 2 é feita por 11 moradores, totalizando 36.7% valor considerado moderado, no entanto essa prática teve seu horizonte aumentado para as questões das portas e não apenas para as esquadrias. A quantidade significativa de problemas relatados no item “Esquadrias de Alumínio” relacionados à “Prática 2” totalizou 47% (figura 3), valor considerado moderado, com uma taxa de acionamento da construtora de 6.7%. Destaca-se a importância de avaliar a qualidade dos materiais e da instalação inicial. Com destaque para portas, no Manual de uso, operação e manutenção, no item 9 (Especificações gerais das áreas privativas) verificou-se que foi utilizada porta em madeira “compensada com fundo sintético”. Alguns relatos dos moradores destacam problemas como portas soltando, portas fora do prumo, dificuldade ao fechar a porta, fechaduras defeituosas, o que fizeram alguns destes trocarem por conta própria as fechaduras. Mendes, Fabricio e Imai (2020) ao identificarem áreas críticas de manutenção, incluindo esquadrias de alumínio e revestimento de piso, consideram que problemas nestes âmbitos podem comprometer a integridade funcional da edificação.

Figura 3: Reaperto de Parafusos e Regulagens (Prática 2).



Fonte: Autores.

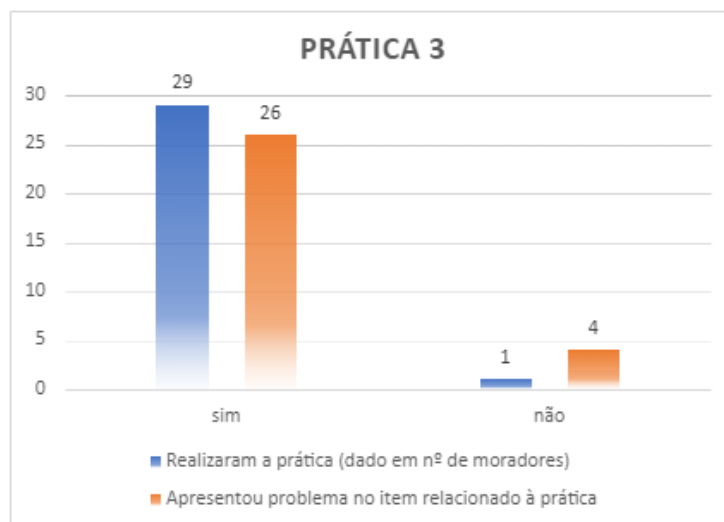
- **Prática 3 (A Inspeção dos Rejuntamentos):** anualmente é uma prática de manutenção com frequência muito alta, realizada por 29 entrevistados, totalizando 97% (Figura 4). No entanto, os rejuntamentos dos pisos cerâmicos, ralos e peças, apresentaram problemas em 86.7% das situações, valor considerado alto, com um acionamento da construtora em 43.3% dos casos. Configurando-se como destaque o item “Impermeabilização” devido ao maior número de problemas, 26 ocorrências.

Corroborando com Mendes, Fabricio e Imai (2020) que destacam a estanqueidade como o fator mais abordado nas avaliações de manutenção e relacionam a alta incidência de problemas devido à possíveis falhas no processo de construção ou nos materiais utilizados no processo construtivo.

No Manual de uso, operação e manutenção, no item 9, foi possível notar que o único meio de impermeabilização usado foi o rejunte, não foi verificada a especificação do uso de aditivos impermeabilizantes nas argamassas ou materiais impermeabilizantes aplicados no contrapiso.

No entanto, a utilização de aditivos impermeabilizantes na confecção do contrapiso com uma posterior aplicação de camada de impermeabilizante, formam uma camada protetora e são estratégias que evitam infiltrações para os pavimentos inferiores, e consequente formação de bolhas nas pinturas e danos ao forro (QUARTZOLIT, sd; FIBERSALS, sd).

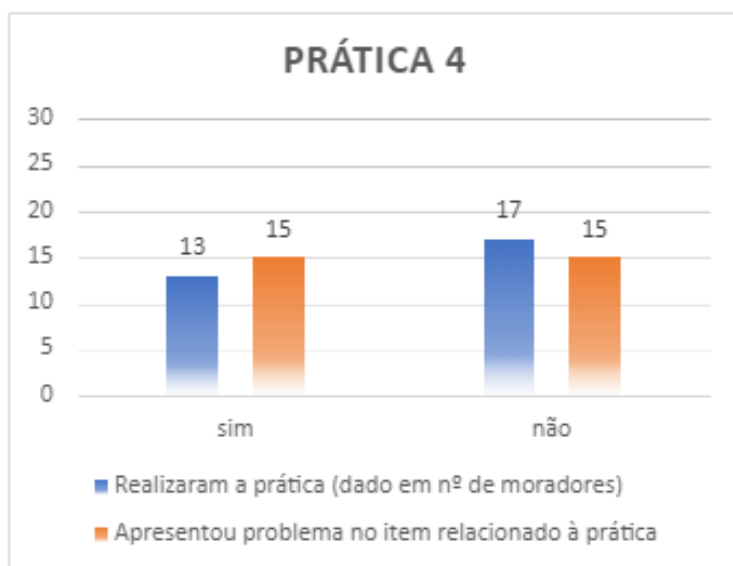
Figura 4: A Inspeção dos Rejuntamentos (Prática 3).



Fonte: Autores.

- **Prática 4 (Repintura de Áreas Privativas):** o conjunto habitacional não apresentava ainda dois anos de entrega no período do estudo, mas verificou-se que a repintura a cada dois anos (neste caso foi menos) foi realizada por 43% dos moradores, 13 respondentes (Figura 5), valor enquadrado como moderado. Um total de 15 dos moradores (50%), valor considerado alto, apresentou problemas com a pintura das áreas privativas. No entanto, apenas 10 % acionaram a construtora, esse baixo índice sugere que os moradores estão lidando com questões de pintura interna por conta própria. A alta necessidade de repintura coincide com o trabalho de Caldas *et al.* (2017) que verificaram que as tintas eram os materiais com mais alto fator de reposição, os autores analisaram os sistemas telhado, pintura, piso, paredes e instalações em habitações de interesse social e retratam que na fase de manutenção o sistema de pintura apresentou o maior percentual de CO₂ (Dióxido de carbono) equivalente, visto que a vida útil desse sistema é baixa e ocorre alta emissão de CO₂ equivalente na produção de tintas. Os autores destacam a importância de se especificar materiais que sejam duráveis e ocasionem menor emissão de CO₂, ainda na fase projetual.

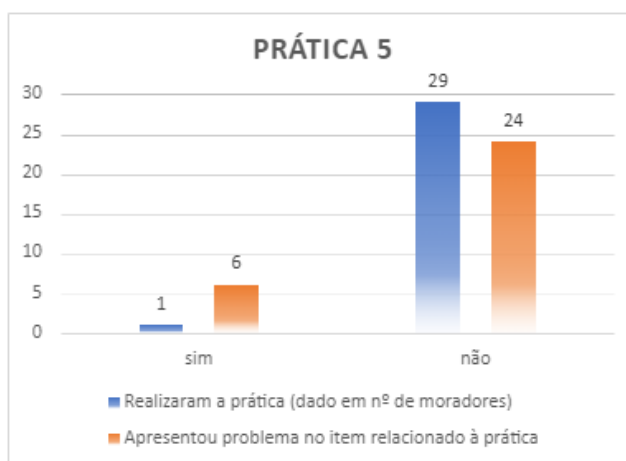
Figura 5: Repintura de Áreas Privativas (Prática 4).



Fonte: Autores.

- **Repintura de Áreas Comuns (Prática 5):** A repintura de área comum em dois anos, é uma prática com valor baixo de adoção, totalizando apenas 3% dos moradores que realizaram essa intervenção (1 morador). Apesar de 6 moradores (20%) relatarem ter tido problema nessa área, valor considerado baixo também. Situação parecida foi verificada para a questão de pinturas em fachadas observadas na pesquisa por Kurz *et al.* (2018), na qual a maioria dos entrevistados apontou a pintura como a mais urgente na etapa de manutenção, no entanto apesar da insatisfação com as condições das fachadas poucos moradores tomaram providências, fato que é importante para a ocorrência de manutenção no condomínio. Uma questão importante é que o problema em fachadas, segundo Flach, Gonzáles e Kern (2008) afetam o valor do imóvel assim como a percepção externa voltada aos usuários que ali residem.

Figura 6: Repintura de Áreas Comuns (Prática 5).



Fonte: Autores.

- **Prática 6 (A limpeza de Caixa de Gordura e Verificação de Mecanismos de Descarga):** A frequência a cada seis meses é realizada por 57% dos moradores (Figura 7), valor considerado alto, no entanto notou-se a incidência alta de problemas um total de 66,7% no item “Instalações Hidráulicas” relacionado à “Prática 6”, sendo que apenas 10% resultaram em um chamado à construtora. Dessa forma, destaca-se a importância de avaliar a qualidade dos sistemas hidráulicos no tocante ao esgotamento sanitário.

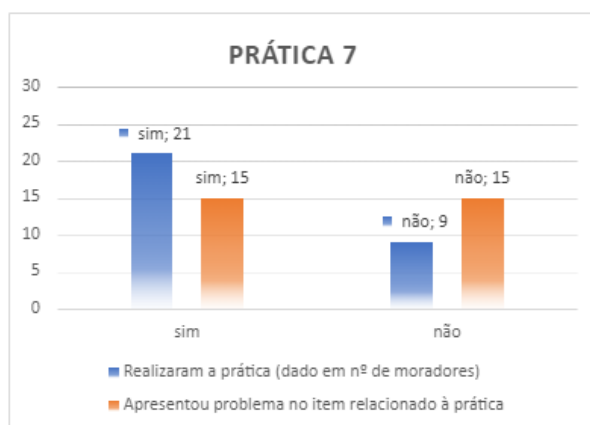
Figura 7: Prática 6.



Fonte: Autores.

- **Prática 7 (Troca de Vedantes das torneiras, Verificação de Válvula de Descarga e limpeza do crivo do banheiro):** A prática 7 tem alta frequência, é realizada por 70% dos moradores (Figura 8), 21 entrevistados. E notou-se um número alto de problemas, correspondendo à metade (50%), pois 15 moradores relataram, levando a um acionamento da construtora em 16,7% das vezes. Bottega *et al.* (2022) tratam que os problemas de sistemas hidráulicos são recorrentes, demandando maiores intervenções de manutenção. Segundo Cruz e Dias (2020) realizar a limpeza regular do crivo do banheiro ajuda a manter o fluxo adequado de água e evita problemas de entupimento, garantindo o bom funcionamento dos sistemas de drenagem, a limpeza do crivo do banheiro é outra prática importante de manutenção, especialmente para prevenir obstruções nas saídas de água dos ralos e drenos.

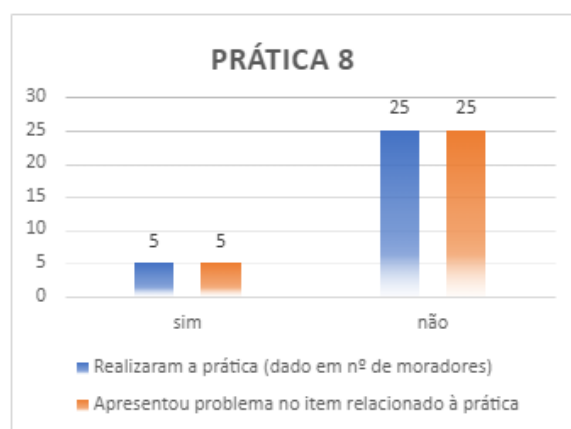
Figura 8: Troca de Vedantes das torneiras, Verificação de Válvula de Descarga e limpeza do crivo do banheiro (Prática 7).



Fonte: Autores.

- **Prática 8 (O reaperto de Conexões e Substituição de Disjuntores):** A prática 8 (Figura 9) é realizada anualmente por 17% dos entrevistados (5 moradores), valor considerado baixo. Assim como 17% dos entrevistados apresentaram problemas, valor definido como baixo, e apenas 10% acionaram a construtora. Os autores Pinto e Prates (2020) enfatizam a necessidade de promover uma cultura de manutenção preventiva em edifícios residenciais, ressaltam que a falta de manutenção adequada dos sistemas elétricos pode resultar em falhas frequentes e problemas de segurança.

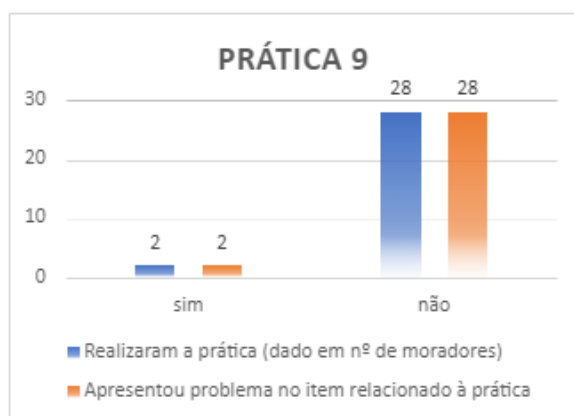
Figura 9: O reaperto de Conexões e Substituição de Disjuntores (Prática 8).



Fonte: Autores.

- **Ligamento e Desligamento de Disjuntores Diferenciais (Prática 9):** A frequência mensal dessa prática é baixa, sendo realizada por 2 moradores (7%) (Figura 10). Houve baixa ocorrência de problemas, totalizando 7% dos casos (relato de 2 entrevistados) e a construtora não foi informada em nenhum. A baixa taxa de adoção desta prática de manutenção mensal pode indicar uma falta de conscientização sobre sua importância, visto que não demanda recurso financeiro.

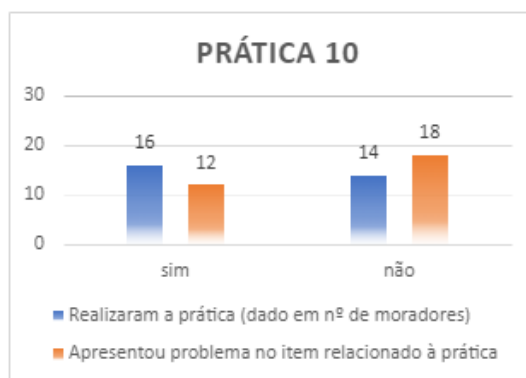
Figura 10: Ligamento e Desligamento de Disjuntores Diferenciais (Prática 9).



Fonte: Autores.

- **O reaperto de Conexões e Verificação de Contatos Elétricos (Prática 10):** Esta prática é realizada anualmente por 16 moradores, totalizando 53,33 % (Figura 11), valor alto. Apresentaram-se problemas em 40% das situações (12 relatos de moradores), configurando-se como moderado, com 10% desses casos resultando em uma comunicação à construtora. Os problemas destacam a necessidade de se verificar a qualidade dos componentes elétricos entregues, pois os moradores relataram caixas elétricas em condições precárias, componentes que informaram ter sido recebidos dessa forma.

Figura 11: O reaperto de Conexões e Verificação de Contatos Elétricos (Prática 10).



Fonte: Autores.

- **Práticas com frequência alta de realização:** Prática 1, Prática 3, Prática 6, Prática 7 e Prática 10;

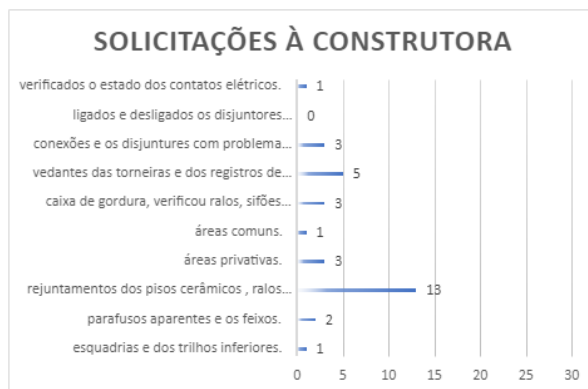
- **Práticas com frequência muito alta:** Prática 1 (Limpeza Geral das Esquadrias e dos Trilhos Inferiores) e Prática 3 (A Inspeção dos Rejuntamentos);

- **Áreas com Maior Incidência de Problemas:** os problemas mais frequentes estão relacionados, em ordem decrescente, aos Itens “Impermeabilização”- Prática 3 (relacionada aos rejuntamentos), “Instalações Hidráulicas” - Prática 6 (relacionada à tubulação de esgoto), “Instalações Hidráulicas” - Prática 7 (tubulação de água) e Pintura - “Prática 4” (Áreas Privativas);

- **Baixa Comunicação à Construtora:** nota-se uma tendência de baixo acionamento da construtora em relação aos problemas. Mesmo em situações com problemas significativos, como as Instalações Hidráulicas na questão do esgoto (citado com 66.7% de ocorrência) e problemas relacionados à manutenção elétrica, como da prática 10, ambos apresentaram taxa de ocorrência significativa, entretanto o acionamento da construtora nessas situações foi baixo;

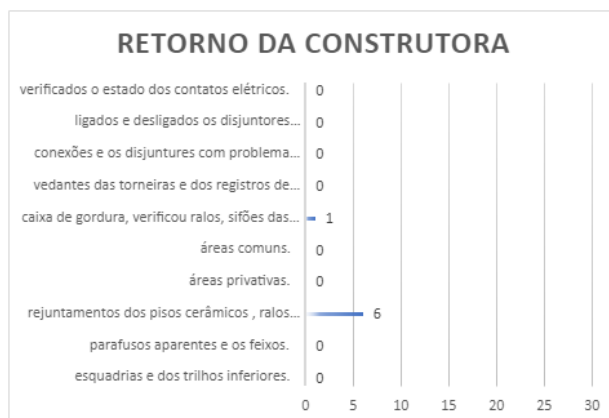
- **Problemas e o acionamento da construtora:** o número de pessoas que acionaram a construtora (Figura 12) em comparação com o número de problemas relatados é baixo, além de que o retorno da construtora (Figura 13) às solicitações é considerado baixo com base nas informações fornecidas. Isso pode indicar uma falta de conhecimento sobre os procedimentos para relatar os problemas à construtora, “falta de material” (um dos relatos dos respondentes), dificuldade no contato com ela ou ainda a percepção de que o acionamento não leva a soluções efetivas.

Figura 12: Solicitações à construtora.



Fonte: Autores.

Figura 13: Retorno da construtora.



Fonte: Autores.

CONCLUSÃO

O estudo traz uma contribuição referente ao contexto em que se encontra a manutenção predial em Habitações de Interesse Social no Brasil. Por meio do estudo *in loco* em Santa Izabel (PA) no conjunto habitacional até o fim do período do estudo. A relevância desse trabalho está associada ao contexto social que envolve as populações que residem em HIS, a necessidade de difusão da temática manutenção predial e a grande importância do Programa Minha Casa Minha Vida na política habitacional brasileira, devido à quantidade de moradias promovidas. As conclusões desse estudo são apresentadas abaixo:

- A grande maioria dos moradores recebeu o Manual de Operação, Uso e Manutenção, fato positivo em termos de fornecimento de informações essenciais para a manutenção adequada das unidades, no entanto este valor deve ser o máximo possível;

- Notou-se uma lacuna na comunicação no momento da entrega do manual, por parte da construtora. Recomenda-se uma revisão dos processos de entrega do manual, garantindo que os moradores recebam instruções específicas sobre seu conteúdo. A comunicação entre a construtora e os moradores pode ser aprimorada para garantir que as informações críticas sejam transmitidas de maneira eficaz;

- A pesquisa abordou várias práticas de manutenção descritas no Manual do Proprietário entregue aos moradores. A frequência da execução varia de muito alta para as Prática 1 (Limpeza Geral das Esquadrias e dos Trilhos Inferiores) e Prática 3 (A Inspeção dos Rejuntamentos) para baixa quanto às práticas 8 e 9 relacionadas à instalação elétrica;

- Algumas perguntas, como a inspeção anual de rejuntamentos, revelaram padrões de problemas verificados nas edificações. Isto sugere questões como ocorrência de falhas sistêmicas na qualidade da construção ou especificação inadequadas de materiais ou mesmo a falta de materiais adequados utilizados na etapa de construção, como por exemplo o impermeabilizante que não foi empregue. Reafirmando-se, como destacado na literatura, a importância da escolha adequada de materiais por partes dos projetistas;

- Uma proporção considerável dos respondentes enfrentou problemas apesar das práticas de manutenção executadas, como no caso das questões relacionadas aos Itens Impermeabilização e Instalações Hidráulicas, corroborando este último com a literatura. Isso levanta questões sobre o detalhamento e a qualidade dos manuais entregues aos usuários, e a eficácia das práticas recomendadas;

- A baixa taxa de acionamento da construtora quanto aos problemas pode indicar uma lacuna na comunicação entre os usuários e a construtora;

- Necessidade de Avaliação Contínua: o entendimento dos dados ressalta a importância de uma avaliação contínua dos procedimentos de manutenção e da eficácia das respostas da construtora. Uma revisão regular desses processos e acompanhamento pós-ocupação de empreendimentos de programas habitacionais de financiamento público pode levar a melhorias na qualidade de vida dos residentes e na longevidade das instalações;

- Preservação do Desempenho: A falta de compreensão sobre o manual pode resultar na falta de manutenção adequada por parte dos moradores, o que pode impactar negativamente no desempenho da edificação.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5674**: Manutenção de edificações - Requisitos para o sistema de gestão de manutenção. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. 25 p.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14037**: Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações: Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos.. Rio de Janeiro: ABNT, 2024. 17 p.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575-1**: Edificações habitacionais — Desempenho. Parte 1: Requisitos gerais. Rio de Janeiro: ABNT, 2021. 93 p.

AGOPYAN, V; JOHN, VM. **O desafio da sustentabilidade na construção civil**. . São Paulo: Blucher. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/81c3bbde-b3d6-4c76-bfc6-d350dbab74af/Vahan_2011_desafio%20da%20sustentabilidade.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023. , 2011

BARBOZA, TL. UM HISTÓRICO DA MANUTENÇÃO E CONCEITOS SOBRE

SUA FUNÇÃO. **Revista Marítima Brasileira**, [s. l.], v. 138, n. 10/12, 2020. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistamaritima/article/view/173>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BOTTEGA, GSS *et al.* Manutenção predial com ênfase em sistemas hidrossanitários: revisão sistemática da literatura. **Engenharia Sanitaria e Ambiental**, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 435-443, jun. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-415220190332>.

BRANDÃO, NLS *et al.* Manual do proprietário de HIS: limitações e implicações ao direito à moradia digna. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, SP, v. 13, n. 00, p. e022008, 2022. DOI: 10.20396/parc.v13i00.8665101. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8665101>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASIL. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desenvolvimento de Metodologia de Avaliação Pós-Ocupação em Unidades Habitacionais na Cidade de Uberlândia, Pertencentes à Primeira Fase do MCMV, Enfocando Aspectos Funcionais, Comportamentais e Ambientais**: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Livraria Ipea, 2015.

CALDAS, LR *et al.* **Inventário de emissões de carbono do ciclo de vida de casas de alvenaria e light steel framing em Brasília**: proposta de diretrizes de projeto para habitações sociais de baixo carbono. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 3, pág. 71-85, jul./set. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212017000300163>

CAVALHEIRO, DC; ABIKO, AK. Condominium management in a low-income housing project: the case of the conjunto rubens lara in cubatão/são paulo. **Journal Of Housing And The Built Environment**, [S.L.], v. 38, n. 1, p. 419-441, 17 maio 2022. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s10901-022-09949-x>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10901-022-09949-x>. Acesso em: 08 abr. 2024.

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção. **Dúvidas sobre a norma de desempenho**: especialistas respondem às principais dúvidas e elencam requisitos de suportes para elaboração de projetos. Brasília: P7 Promo, 2015. 161 p. Disponível em: <https://brasil.cbic.org.br/acervo-publicacao-duvidas-sobre-a-norma-de-desempenho-especialistas-respondem-2014>. Acesso em: 29 nov. 2023.

CRUZ, JC; DIAS, APF. (2020). Sistema de Gestão da Manutenção: Um Estudo de Caso em Edifícios de Apartamentos. Ambiente Construído.

KUR

FIBERSALS. **3 mitos e 3 verdades sobre impermeabilização de banheiros**. Disponível em: <https://fibersals.com.br/blog/impermeabilizacao-de-banheiros/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

FLACH, F; GONZALEZ, MAS and KERN, AP. **A study towards improving of social housing stock with a focus on facade renewal**. Rev. ing. constr. [online]. 2008, vol.23, n.3, pp.155-162. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-50732008000300003&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0718-5073. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-50732008000300003>.

G1 PARÁ (Belém). **Operação da PM cumpre mandado de reintegração de posse em Santa Izabel do Pará**. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/operacao-da-pm-cumpre-mandado-de-reintegracao-de-posse-em-santa-izabel-do-para.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2023.

GOV.BR. **Em Santa Izabel do Pará (PA), Governo Federal entrega 500 casas a famílias de baixa renda**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/em-santa-izabel-do-para-pa-governo-federal-entrega-500-casas-a-familias-de-baixa-renda>. Acesso em: 30 nov. 2023.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Residencial+porangaba/@-1.3094439,-48.1530978,754m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0x92a4555909341323:0x514ca4eb02436755!8m2!3d-1.3089837!4d-48.1525425!16s%2Fg%2F11l151xjr4!5m2!1e3!1e4?entry=ttu>. Acesso em: 15 abr. 2024.

INSTITUTO DO LEGISLATIVO PAULISTA. **Ciclo ILP+IPT: Desempenho e Durabilidade das Habitações de Interesse social**. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K3GZXGShAwc&t=379s>. Acesso em: 30 nov. 2023.

KURZ, MN *et al.* Percepção do usuário em relação à presença de manifestações patológicas em fachadas: estudo de caso. **Revista de Engenharia Civil IMED**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 3, 2018. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistaec/article/view/1987>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MANUAL DE OPERAÇÃO, USO E MANUTENÇÃO DAS EDIFICAÇÕES: Manual do proprietário. Santa Izabel do Pará, 2021.

MENDES, MCM; FABRICIO, MM; IMAI, C. Proposta de método otimizado para a avaliação de desempenho em uso de sistemas construtivos inovadores. **Ambiente Construído**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 457-474, jun. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212020000200409>. Acesso em: 08 abr. 2024.

MOREIRA, FR; SILVA, RD. Habitação de Interesse Social rural na região metropolitana de Maringá, PR: avaliação pós-ocupação. **Ambiente Construído**, [S.L.], v. 17, n. 3, p. 235-253, jul. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212017000300173>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ac/a/Y4ypXCJYLX7tHm76k83D4Fq/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 09 nov. 2023.

O LIBERAL. **Residencial Porangaba em Santa Izabel é entregue e beneficia 500 famílias**. 2021. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/residencial-porangaba-em-santa-izabel-e-entregue-e-beneficia-500-familias-1.471044>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ONO, R et al. **Percepção dos usuários e avaliação de desempenho em uso de habitações em sistemas construtivos inovadores**. Avaliação de desempenho de tecnologias construtivas inovadoras: conforto ambiental, durabilidade e pós-ocupação. Tradução . Porto Alegre: ANTAC, 2017. . Disponível em: <https://doi.org/10.26626/978-85-5953-029-2.2017C00010.p.259-292>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PINTO, AMMR; PRATES, DM. (2020). Necessidade de Promover uma Cultura de Manutenção Preventiva em Edifícios Residenciais: Um Estudo sobre Práticas de Manutenção Predial.

QUARTZOLIT. **Como impermeabilizar áreas molhadas como cozinhas e banheiros**. 2023. Disponível em: <https://www.quartzolit.weber/impermeabilizantes-quartzolit/como-impermeabilizar-areas-molhadas-como-cozinhas-e-banheiros>. Acesso em: 30 nov. 2023.

RHEINGANTZ, PA. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Observando a Qualidade do Lugar**: procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: Proarq, 2009. 117 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Paulo-Rheingantz/publication/308740248_Observando_a_Qualidade_do_Lugar_procedimentos_para_a_avaliacao_pos-ocupacao/links/58d27efb458515b8d2870ab2/Observando-a-Qualidade-do-Lugar-procedimentos-para-a-avaliacao-pos-ocupacao.pdf. Acesso em: 09 nov. 2024.

ROMERO, MA; ORNSTEIN, SW (ed.). **Avaliação pós-ocupação**: métodos e técnicas aplicados à habitação social. Porto Alegre: Antac, 2003. ISBN: 9788589478014.

SILVA, HLN. **Diálogos sobre Eficiência Energética**: operação e manutenção de edifícios - uma introdução. Brasília: MITSIDI Projetos, 2019. 103 p. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/arquivos/eedus-dee-05.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SILVA, HLN. **OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS – UMA INTRODUÇÃO**. Brasília, DF: [s. n.], 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/arquivos/eedus-dee-05.pdf>.

Apêndice I - Resultados das entrevistas realizadas quanto às práticas de manutenção.

Esquadrias de Alumínio - Prática 1							
Você realizou a limpeza geral das esquadrias e dos trilhos inferiores a cada 3 meses?							
SIM	23	NÃO	7				
Apresentou problema?							
SIM	9	NÃO	21				
Voce acionou a construtora sobre o problema ocorrido?							
SIM	1	NÃO	29				
Esquadrias de Alumínio - Prática 2							
Você reapertou os parafusos aparentes, os feixos e regulagens de freios a cada ano?							
SIM	11	NÃO	19				
Apresentou problema?							

SIM	14	NÃO	16					
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM	2	NÃO	28					
Impermeabilização - Prática 3								
Você inspecionou os rejuntamentos dos pisos cerâmicos, ralos e peças a cada ano?								
SIM	29	NÃO	1					
Apresentou problema?								
SIM	26	NÃO	4					
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM	13	NÃO	17					
Paredes - Prática 4								
Você repintou áreas privativas uma vez a cada dois anos								
SIM	13	NÃO	17					
Apresentou problema?								
SIM	15	NÃO	15					
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM	3	NÃO	27					
Paredes - Prática 5								
Você repintou áreas comuns uma vez a cada dois anos?								
SIM	1	NÃO	29					
Apresentou problema?								
SIM	6	NÃO	24					
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM	1	NÃO	29					
Instalações Hidráulicas - Prática 6								
Você fez a limpeza de caixa de gordura, verificou ralos, sifões das louças, tanques e pias e verificou os mecanismos de descarga a cada seis meses?								
SIM	17	NÃO	13					
Apresentou problema?								
SIM	20	NÃO	10					
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM	3	NÃO	27					
Instalações Hidráulicas - Prática 7								
Foi efetuada a troca de vedantes das torneiras e dos registros de pressão, verificou a estanqueidade da válvula de descarga e limpou o crivo do banheiro a cada ano?								
SIM	21	NÃO	9					
Apresentou problema?								
SIM	15	NÃO	15					
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM	5	NÃO	25					
Instalação Elétrica - Prática 8								
A cada ano, foram reapertadas todas as conexões e os disjuntores com problema ao religar foram substituídos?								

SIM	5	NÃO	25					
Apresentou problema?								
SIM	5	NÃO	25					
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM	3	NÃO	27					
Instalação Elétrica - Prática 9								
Foram ligados e desligados os disjuntores diferenciais, a cada mês?								
SIM	2	NÃO	28					
Apresentou problema?								
SIM	2	NÃO	28					
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM		NÃO	30					
Instalação Elétrica - Prática 10								
A cada 2 anos, foram reapertadas as conexões e verificados o estado dos contatos elétricos, e alguma peça que apresentou desgaste foi substituída? ⁶								
SIM	16	NÃO	14					
Apresentou problema?								
SIM	12	NÃO	18					
Você acionou a construtora sobre o problema ocorrido?								
SIM	1	NÃO	29					
Retorno da Construtora								
A empresa retornou algum problema relatado?								
SIM	7	NÃO	23					
Qual?								
Vide Figura 13.								

Fonte: Autores.

⁶ Importante frisar que na data de estudo ainda não haviam completado dois anos de entrega do imóvel, mas essa pergunta da prática 10 foi questionada e considerou-se até a data em questão a fim de considerar todas as recomendações do manual.



GT 02 – DESENVOLVIMENTO, DESIGUALDADE SOCIAL E CIDADES LATINO-AMERICANO

A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO E PLANEJAMENTO NO PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA DA ESTRADA NOVA II

Taynáh de Nazaré Argolo Marinho¹(UCP/PROMABEN),
Solange Pamplona da Silva²(UCP/PROMABEN)
Camila Caroline Magalhães dos Santos³(UCP/PROMABEN)
Nadilson Sandro Santos Souto⁴(UCP/PROMABEN)

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar os desafios da atuação do/a Assistente Social no âmbito da gestão e planejamento de projetos sociais, com enfoque na política urbana, particularmente no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova II (PROMABEN), da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), no estado do Pará. Para tanto, buscou-se refletir sobre os desafios e possibilidades do exercício profissional na esfera do planejamento no PROMABEN II. O aporte teórico e metodológico da pesquisa foi orientado pelo materialismo, histórico e dialético, tal escolha decorreu da compreensão de que este método possibilita ao pesquisador apreender o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais à luz da totalidade. Nesse sentido, adotou-se como procedimentos operativos a pesquisa bibliográfica com a seleção de teóricos que versam sobre o debate do planejamento na área do Serviço Social, sobretudo na área da política urbana e habitacional; pesquisa documental com a análise de documentos técnicos oficiais do PROMABEN II; e pesquisa de campo por meio da observação in lócus, bem como a partir da experiência vivenciada pelos técnicos que atuam PROMABEN II. Os resultados da pesquisa indicam que a atuação do/a Assistente Social no campo do planejamento de projetos sociais exige dos profissionais uma leitura crítica da realidade social em sua dinâmica contraditória e complexa, requer também a capacidade de articulação das dimensões teórica-metodológica, técnico-operativa e ético-política, assim como a articulação de políticas públicas para criar estratégias que visem superar modelos burocráticos e hierárquico de planejamento, abrangendo como centralidade os direitos sociais da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Gestão e Planejamento, Habitação, PROMABEN e Serviço Social.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar a atuação do/a Assistente Social no âmbito do planejamento de projetos sociais, com enfoque na política urbana, particularmente no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) II, da Unidade Coordenadora do Programa, da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), no estado do Pará. Nesse sentido, buscou-se refletir sobre os

¹ Unidade Coordenadora do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova, UCP/PROMABEN II, Brasil.
Email: argolotaynah@gmail.com

² Unidade Coordenadora do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova, UCP/PROMABEN II, Brasil.
Email: solpamplona@hotmail.com

³ Unidade Coordenadora do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova, UCP/PROMABEN II, Brasil.
Email: caroline.milla@yahoo.com.br

⁴ Unidade Coordenadora do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova, UCP/PROMABEN II, Brasil.
Email: nadilson.sandro21@gmail.com

desafios e possibilidades do exercício profissional na esfera do planejamento, elencando os principais limites que se apresentam para os profissionais que atuam neste campo na política urbana.

O aporte teórico e metodológico da pesquisa foi orientado pelo materialismo, histórico e dialético, tal escolha decorreu da compreensão de que este método possibilita ao pesquisador apreender o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais à luz da totalidade. Como procedimentos operativos, adotou-se a pesquisa bibliográfica com a seleção de teóricos que versam sobre a discussão do planejamento e Serviço Social na área da política urbana e habitacional; a pesquisa documental com a análise de documentos técnicos oficiais do PROMABEN II, tais como relatórios, planos de reassentamento; e pesquisa de campo por meio da observação in lócus no PROMABEN II.

Nos últimos anos, o/a Assistente Social vem sendo requisitado para atuar no campo do planejamento de políticas sociais, programas e projetos vem se ampliando no Brasil a partir da descentralização e municipalização das políticas sociais após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, os profissionais devem ter a capacidade de atuar na elaboração, gerenciamento, monitoramento e avaliação do planejamento dos programas e/ou projetos sociais.

PLANEJAMENTO E SERVIÇO SOCIAL: Breves apontamentos

O ato de planejar é inerente ao ser social, constituindo-se na capacidade que os homens tem em planejar sistematicamente determinada situação visando alcançar um fim. Para Baptista (2000), o planejamento tem uma dimensão de racionalidade, que “[...] decorre do uso da inteligência num processo de racionalização dialética da ação” (BAPTISTA, 2000, p. 14).

Nesse sentido, o planejamento é um processo lógico-racional, político e técnico, que está relacionado ao “[...] processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social. Enquanto processo permanente e dinâmico de situações em um determinado momento histórico” (BAPTISTA, 2000, p. 13). A autora enfatiza que o ato de planejar requer a definição de ações necessárias para responder questões específicas, como a mobilização de recursos e prazos, como também pressupõe a definição do caminho à ser percorrido pelas ações, para que seja realizado o acompanhamento da execução, controle, avaliação e redefinição das ações.

No ato de planejar é imprescindível considerar além das ações concretas a serem realizadas, a dimensão política que está imbricada ao processo de tomada de decisão, inscrita nas relações de poder que são capturados por meio dos aspectos subjetivos. Assim, como assevera Baptista (2000, p. 17), “o jogo de vontade políticas dos diferentes grupos envolvidos, a correlação de forças, a articulação

desses grupos envolvidos, as alianças ou a incompatibilidades existentes entre os diversos segmentos”.

A literatura que versa sobre o debate teórico do planejamento no Serviço Social, apresenta a temática sob diferentes aspectos do trabalho do/da Assistente Social com este instrumental no decorrer de cada momento histórico de constituição da profissão e com diferentes metodologias e abordagens (SCHMITZ E SCHAPPO, 2017).

As primeiras iniciativas que visam abordar sobre o planejamento no Serviço Social, foram pautadas em pressupostos funcionalistas e tecnicistas, no qual o planejamento “[...] consistia em uma construção preliminar às atividades, sendo um documento elaborado por técnicos especialistas, estático e fechado às demandas vindas da chamada população cliente” (BONIN E KRÜGER, 2015, p.66).

É importante ressaltar que, sob a perspectiva do planejamento tradicional, as ações dos profissionais do Serviço Social visavam atender, exclusivamente, aos interesses dos empregadores (Estado e empresas), através de ações assistencialistas para o controle das classes sociais (BONIN E KRÜGER, 2015).

A partir do movimento de reconceituação novas perspectivas são introduzidas sobre o planejamento do Serviço Social, para além de um campo com dimensão técnica, o planejamento é percebido também como uma dimensão política. Dessa forma, para Bonin e Krüger (2015), a ação planejada do Serviço Social pode ser captada em dois momentos distintos: a) antes da reconceituação – cujas ações profissionais eram realizadas com grupos, comunidades e indivíduos com a finalidade do ajuste social; e b) durante o processo de reconceituação – quando a profissão passou a questionar as contradições da realidade social e o sistema vigente, buscando novos caminhos para a intervenção profissional.

Nesse sentido, enfatiza Bonin e Krüger (2015),

No primeiro momento, a ação planejada é marcada pela própria ênfase na ação metódica e situações visualizadas de forma estática, enquanto no segundo momento o Serviço Social procura dominar os conhecimentos da disciplina de planejamento, instrumentalizando-se assim para atuar na política social e no planejamento social embora nos marcos do desenvolvimentismo e da modernização conservadora (BONIN E KRÜGER, 2015, p. 68).

É importante mencionar que, embora com a reconceituação do Serviço Social, situado entre os anos de 1965-1975, as bases do conservadorismo e assistencialismo ainda se mantiveram presentes nas ações profissionais. Somente a partir da década de 1980, com a redemocratização do país, novas alternativas profissionais são pensadas para superar o modelo pragmático e assistencialista no trato com a questão social. Contudo, a ruptura com o conservadorismo não se efetivou totalmente, de

modo que nos dias atuais, é possível vê-lo sob novas roupagens, mas é notório os avanços da categoria profissional na consolidação do projeto ético-político e em defesa da democracia e da universalização dos direitos sociais (MARINHO, 2021).

A conjuntura de redemocratização no Brasil foi um marco para a democracia e lutas sociais da classe trabalhadora, sendo um momento de renovação das bases de sustentação profissional do Serviço Social numa perspectiva crítica alicerçada pela defesa e compromisso com os direitos sociais dos/as trabalhadores/as. Nesse sentido, o campo do planejamento passou a ser visto como um instrumento de gestão que pode contribuir para a inclusão das demandas sociais (SCHMITZ E SCHAPPO, 2017).

Nesta direção, os códigos de ética de 1986 e 1993 apresentaram avanços no seio da categoria profissional, buscando romper com o conservadorismo e obter maior aproximação com a teoria marxista, para conhecimento e análise crítica da realidade política, econômica e social que atua e, desse modo, ter subsídios para “elaborar, gerir e decidir sobre as políticas sociais e programas institucionais” (BONIN E KRÜGER, 2015, p. 68).

Mas foi sobretudo, com o Código de Ética de 1993, no art. 2º que o planejamento se constituiu em um direito do/a Assistente Social na: “participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais” (CFESS, 2012, p. 26). Na Lei de nº 8.662/1993, de Regulamentação da Profissão, estão previstas nos artigos 4º e 5º, respectivamente, competências e atribuições do/a Assistente Social relacionados ao planejamento das políticas sociais, quais sejam:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

II – Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

VI – Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII – Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais

X – Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I – Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II – Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social. (CFESS, 2012, p. 44 a 46).

Dessa forma, o Código de Ética de 1993 e a Lei de Regulamentação são importantes normativas que conferem aos profissionais de Serviço Social diretrizes para a condução do planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas, programas e projetos sociais a

partir de uma direção social que visa a garantia dos direitos sociais da classe trabalhadora (BONIN E KRÜGER, 2015).

Contudo, não basta aos profissionais ter conhecimento das diretrizes e aparatos normativos do Serviço Social para responder às demandas institucionais e profissionais. O desafio, conforme Bonin e Krüger (2015, p. 69), se coloca na capacidade que é requerida ao Assistente Social em apreender o planejamento para além do aparente, ultrapassando a visão imediatista e espontânea, para que o planejamento não se reduza ao papel meramente “técnico-operacional na implementação do plano institucional”, mas se constitua em uma ferramenta que define estratégias e articulação para promover o alcance dos objetivos propostos.

NOVAS REQUISIÇÕES PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO

As últimas décadas do século XX, foram marcadas por transformações societárias, que reverberam decisivamente na (re)produção da sociedade. Para Netto (1996), a partir da década de 1970, instaurou-se a crise do sistema de acumulação capitalista, anunciando o “[...] fim do padrão de crescimento que, desde o segundo pós-guerra e por quase trinta anos (as ‘três décadas gloriosas’ do capitalismo monopolista), sustentará, com suas ‘ondas longas expansivas’, o ‘pacto de classes’ expresso no welfare state” (NETTO, 1996, p. 89).

Com a crise do capitalismo monopolista, como assinala Netto (1996, p. 89), erodia-se as “bases de toda a articulação sociopolítica” além de que tornava-se “exponencial as contradições imanentes à lógica do capital”. Dessa forma, segundo Antunes (2000), via-se por um lado o quadro crítico com o esgotamento do padrão de acumulação fordista/taylorista, queda da taxa de lucros de produção, crise do welfare state, e do outro, o início do processo organizativo da classe operária com reivindicações e greves que obteve papel importante para o declínio do monopólio do capital.

Nesse contexto, o capitalismo precisou reordenar suas bases de sustentação articulando-se econômica, política e ideologicamente, promovendo estrategicamente a reestruturação do modelo de acumulação sob um novo arranjo denominado neoliberalismo. Esse prisma é asseverado por Soares (2000, p. 12), ao revelar que o ajuste neoliberal não se restringe apenas ao campo econômico, mas constitui em uma “redefinição global no campo político-institucional e das relações sociais”, ademais acrescenta a autora:

Os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente desenvolvida para este último âmbito; a legislação evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; e a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo (SOARES, 2000, p. 13).

Dessa forma, uma nova conjuntura se instaura sob um novo modelo de processo de produção capitalista (Toyotismo), nordeada pelo neoliberalismo, acarretando a reestruturação produtiva (absorvendo os avanços científicos e tecnológicos) e com mudanças na forma de gestão da força de trabalho. Tais mudanças repercutiram em medidas regressivas sobre os direitos sociais da classe trabalhadora com táticas de fragilização da organização das lutas sindicais, flexibilização e precarização das condições de trabalho, contratação de trabalhadores temporários, sub emprego e terceirização (IAMAMOTO, 2015; ANTUNES, 2000).

No que tange ao papel do Estado, este é redirecionado sob a premissa do neoliberalismo, qual seja: mínima interferência do Estado sobre o mercado, abertura da economia para o capital estrangeiro e a privatização do setor público. Assim, vê-se a redução do aparelho estatal com repercussões significativas e estruturais na condução das políticas sociais.

Iamamoto (2015), ressalta que na concepção do neoliberalismo, os serviços públicos superdimensionam o gasto estatal, razão pela qual defendem a redução de investimentos do Estado na política social. Desse modo, a política social é redimensionada para programas focalizados de atendimento à pobreza e descentralizados em sua aplicação, restringindo-se apenas na concessão de serviços sociais na perspectiva mercadológica.

Assim, a política social, enquanto direito social gradualmente perde a natureza de abrangência e cobertura social e passa a adquirir um caráter seletivo e privado, no qual os serviços sociais são fetichizados constituindo-se em mercadorias, justificando a “crise fiscal do Estado”, que preconiza o orçamento público para investimentos ligados ao setor econômico ativando diretamente a reprodução do capital (IAMAMOTO, 2015).

Esse cenário tem rebatimentos diretos sobre o trabalho do/a Assistente Social na medida em que se ampliam as necessidades sociais ao mesmo tempo em que se reduzem os recursos e investimentos para as políticas sociais, provocando o desmonte de direitos em caráter universal. Assim, o profissional do Serviço Social que atua na execução das políticas sociais, com recursos cada vez mais escassos frente à demanda crescente, acaba selecionando determinados usuários para o ingresso em programas de combate à pobreza.

Dessa forma, a intervenção do Serviço Social neste cenário adverso, impõe desafios ao trabalho do/a Assistente Social, requerendo dos/as profissionais a apreensão dos determinantes sociohistóricos da questão social e da realidade social, para então, com criatividade e criticidade viabilizar estratégias coletivas para enfrentá-la.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, “um novo cenário se configura no que diz respeito à execução das políticas sociais e o papel de cada ente federativo no planejamento, gestão e execução de tais políticas” (HORA, 2014, p. 12). O processo de descentralização e municipalização

das políticas sociais que antes constituía-se responsabilidade exclusiva do governo federal, a partir da Constituição, passa a ter os municípios como centrais no processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de planos, programas e projetos sociais (SOUSA, 2016).

Essa realidade exige dos municípios a aquisição de novas estratégias e reorganização de seus quadros funcionais para poder dar conta da elaboração e gestão de projetos na área social. Desde então, uma nova demanda foi se constituindo para o assistente social: a da elaboração e gestão de projetos sociais (SOUSA, 2016, p. 02).

Nesse sentido, aos profissionais que atuam nas políticas sociais, entre os quais está o/a Assistente Social, são requisitadas competências e habilidades para trabalharem no campo da gestão, planejamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos das políticas sociais, requerendo desses profissionais, habilidades para o planejamento dos recursos públicos (SOUZA, 2016).

O campo do planejamento das políticas sociais é de grande relevância para o Serviço Social, sendo estratégico para a categoria, pois possibilita aos profissionais participarem de todas as etapas de decisão do planejamento das políticas públicas, materializadas por meio de programas e projetos sociais. Assim, é primordial que o/a Assistente Social tenha conhecimento crítico e profundo sobre a realidade social que visa planejar.

Para Souza (2016), na esfera da gestão e planejamento, cabe ao Assistente Social apreender com criticidade a dinâmica contraditória e complexa da realidade social e do ser social em seu contexto, exigindo dos profissionais “[...] um aprofundamento teórico-metodológico que possibilite entendimento qualificado da realidade, técnico-operativo além do compromisso ético-político” (SOUZA, 2016, p. 03).

Esse novo espaço sócio-ocupacional também pode ser usufruído para a democratização dos espaços públicos, o que requer que os/as Assistentes Sociais contribuam na “[...] mobilização e organização popular, integrado ao contexto da gestão e planejamento destas políticas” (HORA, 2014, p. 14). Desta maneira, o/a Assistente Social pode materializar os compromissos éticos e políticos da profissão expressos no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão, possibilitando a ampliação da participação dos/das usuários/as nos processos decisórios, para assegurar a universalização dos direitos sociais e da cidadania (SOUZA, 2016).

Na acepção de Hora (2014), na formulação, gestão e planejamento das políticas sociais na atualidade, necessário se faz a democratização do Estado, enquanto espaço público de discussão da sociedade civil para efetivação de processos decisórios da gestão pública, cabendo aos “gestores e técnicos, entre eles os assistentes sociais, processarem teórica, política e eticamente as demandas da

sociais, dando-lhes vazão e conteúdo no processo de planejamento e gestão, orientando sua formatação e execução” (HORA, 2014, p. 76).

No entanto, sob a égide do neoliberalismo na qual o Estado torna-se mínimo para o social e máximo para o capital, os recursos para a área da política social são restritos e insuficientes, o que demanda:

[...] uma gestão eficaz, eficiente e efetiva, o que leva os assistentes sociais que atuam no planejamento ao desenvolvimento de diagnósticos, avaliações e monitoramento das ações planejadas. Em todo o processo, novas competências são exigidas ao profissional de Serviço Social, a exemplo da habilidade para realizar leituras de orçamentos públicos, elaboração de metas, planejamento público, a exemplo do Plano Plurianual (PPA), orçamentos participativos, diagnósticos socioeconômicos, entre outros instrumentos de gestão [...] é exigida a competência técnica para propor, conduzir e avaliar intervenções no campo social (HORA, 2014, p. 76).

Dessa forma, ampliaram-se os espaços sócio-ocupacionais dos/das Assistentes Sociais bem como novas competência e atribuições são exigidas para os profissionais que desempenham papel de gestores e planejadores das políticas sociais, na elaboração de programas e projetos, dentre os quais destacam-se as áreas da assistência social, saúde, educação, gestão de pessoas, urbana e habitacional, como veremos a seguir.

O/A ASSISTENTE SOCIAL NO PLANEJAMENTO DA POLÍTICA URBANA: a experiência profissional no PROMABEN II

A atuação do/a Assistente social na área da política urbana requer dos profissionais a apreensão dos elementos estruturais que determinam a produção das cidades brasileiras, no qual “a disputa pela terra, a produção social do espaço e as impossibilidades de inserção e acesso à cidade são centrais para o avanço do capital” (PAZ E DINIZ, 2020, p. 34).

Tais elementos apontados por Paz e Diniz (2020), demonstram que a política urbana e habitacional implementadas no Brasil produziram cidades segregadas e desiguais, com investimentos centralizados aos interesses da industrialização e circulação do capital, acirrando a espoliação urbana e conseqüentemente no crescimento de áreas periféricas desprovidas de serviços e equipamentos urbanísticos, saneamento, acesso à água potável, transporte público entre outros. Assim, a partir da década de 1970, a cidade se tornou lugar de disputa e reivindicação da classe trabalhadora por políticas públicas que assegurem o direito e acesso à terra, urbanização, moradia digna, regularização fundiária, transporte, saneamento, educação, saúde entre outros.

Nesse contexto, a política urbana e habitacional também se configura num campo de “[...] disputa de projetos, concepções e recursos no cotidiano das gestões públicas e dos programas habitacionais, permeado pelas contradições presentes na sociedade e nas políticas públicas” (PAZ E DINIZ, 2020, p. 35). Assim,

A tensão entre os interesses do mercado da construção civil e imobiliário e o direito à moradia, defendido pelos movimentos de moradia, ou ainda entre interesses das diferentes gestões públicas e mesmo eleitorais e o direito à cidade e acesso à moradia digna têm permeado e atravessado os projetos e equipes de trabalho social, exigindo posicionamentos e estratégias (PAZ E DINIZ, 2020, p. 35).

As contradições e embates que se colocam entorno da política urbana e de habitação, repercutem decisivamente na condução político-decisória do planejamento, na definição das prioridades do público que visa atender, dos recursos disponíveis para responder às reais demandas da classe trabalhadora, dos prazos e articulação com as demais políticas públicas.

Destarte, a atuação do/a Assistente Social na gestão e planejamento na política urbana e habitacional exige dos profissionais a capacidade de compreensão crítica dos determinantes que condicionam a (re)produção das cidades, mediação entre interesses antagônicos presentes na gestão das políticas públicas e articulação das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política de forma a instrumentalizar a intervenção profissional na direção do projeto ético político profissional e defesa dos direitos da classe trabalhadora.

É importante registrar que a criação do Ministério das Cidades (MCIDADES) em 2003, representou um avanço significativo para a promoção da política de desenvolvimento urbano integrado, articulando as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana numa perspectiva democrática e participativa, reconhecendo assim, a luta de movimentos sociais em prol do direito à cidade e a moradia digna (CFESS, 2016).

Ademais, a partir do MCIDADES, o trabalho social se tornou um dos componentes básicos da Política Nacional de Habitação (PNH) e exigido em programas e projetos financiados pelo MCIDADES e àqueles que obtenham recursos através de empréstimos a estados e municípios (BRASIL, 2009).

A partir de então, o trabalho social na política urbana e habitacional passou a ser planejado por meio de um conjunto de diretrizes e orientações técnicas de manuais operacionais, tais como o Caderno de Orientação Técnico Social (COTS) da Caixa Econômica Federal (CEF) e de políticas e normativas das agências multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (GOMES, 2015).

No entanto, Gomes (2015), chama a atenção para as orientações contidas nos manuais técnicos que visam traçar todas as etapas operativas dos projetos e/ou programas sociais, desde as etapas iniciais de elaboração até a conclusão, condicionando o processo de planejamento do trabalho social.

Desse modo, cabe aos profissionais compreender os limites e entraves no processo de planejamento a partir de uma leitura crítica sobre a realidade socioeconômica, política e institucional para que o planejamento ultrapasse a dimensão operacional, buscando compreender como tais fatores interferem no processo do planejamento de programas e/ou projetos sociais (GOMES, 2015).

O trabalho social compreende:

um conjunto de estratégias, processos e ações, realizados a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social das famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, 2009, p. 5).

O trabalho social tem por premissa implementar um conjunto de ações que visem o protagonismo social e a participação da população beneficiária, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas pelos projetos e programas urbanos e a sustentabilidade dos mesmos, mediante o trabalho socioeducativo que fomente a “organização social, educação sanitária e ambiental, a gestão comunitária e condominial e o desenvolvimento de ações que, de acordo com as necessidades das famílias, facilitem o acesso ao trabalho e à melhoria da renda familiar” (VASCONCELOS ET AL, 2014, p. 44).

Considerar tais premissas no processo de planejamento do projeto social que integra as políticas urbanas e habitacionais constitui-se em um exercício complexo que exige dos profissionais competência técnica, um arcabouço teórico e metodológico crítico para apreender a dimensão totalizante sobre a realidade social para leitura crítica e totalizante sobre a realidade social para captar os jogos de interesse que permeiam as políticas públicas.

No item a seguir, são traçadas reflexões sobre a experiência profissional do/a Assistente Social no campo da gestão e planejamento, apontando os principais desafios e limites dos profissionais neste referido campo.

O PLANEJAMENTO NO CONTEXTO DO PROMABEN II: desafios e possibilidades do trabalho social

Na cidade de Belém, a Prefeitura Municipal de Belém (PMB), através da Unidade Coordenadora do Programa, iniciou em 2017 a segunda fase do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova II (PROMABEN)⁵ com a celebração do contrato de empréstimo n° 3303-OC-BR junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a aquisição de recursos e continuidade das obras inconclusas da primeira fase do programa.

O valor do contrato de empréstimo foi orçado em US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares)⁶, sendo 50% deste montante de repasse do financiamento do BID no valor de US\$ 71.802.000,00 (setenta e um milhões, oitocentos e dois mil dólares) e a contrapartida da Prefeitura no valor de US\$ 71.802.000,00 (setenta e um milhões, oitocentos e dois mil dólares) (BELÉM, 2021).

O PROMABEN II tem por objetivo contribuir para a melhoria das condições socioambientais na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN), por meio de um conjunto de obras de saneamento e infraestrutura urbana e, por intervenções de caráter socioambiental para promover a dignidade e o direito à moradia à população dos bairros⁷ que compõem a BHEN, especialmente os bairros: Condor, Cremação e Jurunas, que atualmente recebem de forma direta as obras do programa. Estima-se que as obras do Programa beneficiaram de forma direta aproximadamente 243.394 (duzentos e quarenta e três mil, trezentos e noventa e quatro) pessoas na BHEN e, conseqüentemente toda a cidade a partir das obras de saneamento e infraestrutura urbana (BELÉM, 2020b).

O PROMABEN II é composto por dois grandes componentes: *I – Obras de Infraestrutura*, que compreende o conjunto de intervenções de engenharia, e *II – Sustentabilidade e Fortalecimento Institucional*, com intervenções de caráter socioambiental. É neste segundo componente que encontra-se a Subcoordenadoria Social (SCS), responsável pelo planejamento e gerenciamento de todas as ações e intervenções do trabalho social relacionadas ao remanejamento involuntário de famílias, comércios e instituições que serão diretamente afetadas pelas obras do programa, bem

⁵ O PROMABEN II constitui-se na 2ª fase de implantação do Programa na Bacia da Estrada Nova. A primeira fase iniciada em 2006 e concluída em 2012 também contou com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do contrato de empréstimo n° 1998/09-BR. Contudo, as obras previstas no escopo do Programa não foram concluídas em sua totalidade, demandando a reprogramação de cronograma e repactuação de prazos e investimentos junto a instituição financiadora, dando origem a uma nova fase do programa, o PROMABEN II. Disponível em: <<https://promaben.belem.pa.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

⁶ Em 2020, após a análise da Unidade Coordenadora do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (UCP/PROMABEN) e da Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) do Ministério da Economia, foi realizada alteração contratual junto ao BID, reduzindo os recursos de 250 milhões de dólares para US\$143,604,000,000 (cento e quarenta e três milhões, seiscentos e quatro mil dólares), sem redução de metas, apenas financeira (BELÉM, 2020b).

⁷ A Bacia Hidrográfica da Estrada Nova é formada diretamente pelos bairros do Jurunas, Condor, Cremação, Batista Campos e indiretamente pelos bairros Cidade Velha, São Brás, Guamá e Nazaré. Contudo, atualmente as obras e intervenções do PROMABEN II são destinadas aos bairros da Condor, Cremação e Jurunas.

como as famílias remanescentes da primeira fase do programa, que aguardam a entrega do Conjunto Habitacional.

A SCS é composta por 04 (quatro) Assistentes Sociais, sendo 01 (uma) Subcoordenadora Social e 03 (três) Assessores, 01 (uma) Administradora, e 01 (uma) estagiária do curso de Serviço Social. É importante ressaltar que, devido ao grande volume de trabalho, foi necessário contratar mediante processo licitatório, uma empresa terceirizada para a prestação de serviços referentes a execução do Projeto Social do PROMABEN II, que integra os Programa de Participação Comunitária (PPC), Programa de Comunicação Social (PCS) e o Programa de Educação Ambiental e Sanitária (PEAS).

A equipe técnica da empresa terceirizada é formada por uma equipe multidisciplinar, e subdivide-se em: *equipe chave* e *equipe executiva*. A equipe chave é constituída por 01 (uma) Socióloga, 01 (uma) Assistente Social, 02 (um) Engenheiro Sanitaristas. A equipe executiva é formada por de 06 (seis) Assistentes Sociais, (01) Advogado, (02) Jornalistas, (01) Engenheiros Civil, (01) Engenheiro Ambiental, (01) Pedagogo, (01) Administrador, 01 (um) auxiliar de campo, 01 (um) Técnico Designer, (01) Técnico Cadista e 01 (um) Técnico em Segurança do Trabalho.

Assim, a equipe da terceirizada do é responsável por desempenhar as ações previstas nos três programas PPC, PCS e PEAS, que constituem o projeto social, ao todo os programas contemplam 10 (dez) eixos, conforme estão sucintamente descritas a seguir:

a) Programa de Participação Comunitária (PPC):

- Eixo 1 – Mobilização e Organização Comunitária;
- Eixo 2 – Estudos e Pesquisas;
- Eixo 3 – Ações de Fortalecimento das Atividades Econômicas de Geração de Emprego e Renda e Inclusão Social;
- Eixo 4 – Ações do Programa Específico de Reassentamento – PER

b) Programa de Comunicação Social (PCS):

- Eixo 1: Identidade Visual do Programa;
- Eixo 2: Ações voltadas para o Público Interno;
- Eixo 3: Ações Voltadas ao Público Externo;

c) Programa de Educação Ambiental e Sanitária:

- Eixo 1: Ações para Conservação e Manutenção dos Sistemas (de Drenagem, Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos e do Sistema Viário) a serem implantados;
- Eixo 2: Educação Ambiental e Sanitária Local para Sustentabilidade;
- Eixo 3: Ações para Áreas de Reassentamento e Áreas Diretamente Afetadas (ADA).

Nos 10 (dez) eixos supracitados estão distribuídas 71 (setenta e uma) ações socioambientais destinadas ao público “beneficiário” do programa, entre as quais estão reuniões, cursos, oficinas,

capacitações palestras, entre outras visando promover processos de participação social, cidadania, capacitação profissional para o ingresso no mercado de trabalho e educação socioambiental, além de cursos de capacitação profissional para toda a equipe de técnicos das áreas social, ambiental, engenharia e jurídica do PROMABEN II (BELÉM, 2020a).

Importante frisar, como destaca Marinho et al (2022, p. 06) que o projeto social tem por premissa o desenvolvimento dos programas PPC, PCS e PEAS de forma “articulada sem perder de vista a dimensão de intersectorialidade que é essencial para garantia da complementaridade e da transversalidade das ações desenvolvidas no projeto social”.

Nesta direção, Baptista (2000), aponta que para se alcançar os resultados esperados, o planejamento deve superar os aspectos meramente técnicos e operacionais e agregar leitura das condições objetivas e subjetivas da realidade, da correlação de forças que atravessam tal processo. Assim, se tornarão perceptíveis as dificuldades e possibilidades de viabilidade do planejamento proposto, e partir de então, construir estratégias coletivas para diluir os entraves e barreiras por meio da reflexão e posterior redefinição do planejamento.

Esta apreensão levou a assumir a importância do caráter político do planejamento e a necessidade de operá-lo de uma perspectiva estratégica, que trabalhe sobre esse contexto de relações apreendendo sua complexidade, enfatizando os ganhos do processo. Dessa forma, o domínio e a orientação do fluxo dos acontecimentos se pautam por um novo sentido de competência: além da competência teórico-prática e técnico-operativa, há que ser desenvolvida uma competência ético-política (BAPTISTA, 2000, p. 18).

Nesse sentido, no tocante a experiência profissional no âmbito do planejamento, gerenciamento e monitoramento do projeto social do PROMABEN II, observa-se diversos desafios de ordem institucional, política e técnica que não são restritos à área social da SCS, mas que repercutem no desenvolvimento do Programa como um todo.

Dessa forma, um dos desafios do PROMABEN II, diz respeito ao planejamento integrado entre o cronograma de obras da engenharia e das ações do trabalho social, e para além, da intersectorialidade entre as políticas públicas. É inegável que desde a sua primeira fase, o programa vem enfrentando fragilidades, resultando em interrupções e atrasos na execução do mesmo, como demonstrado no trecho do relatório de gestão a seguir:

Portanto, verificou-se que o fato do PROMABEN ter sido concebido a pouco tempo, quando comparado com as demais secretarias e órgãos, o mesmo não possui o registro de todas as intervenções ocorridas no local. Este fato somado a falta de comunicação e integração para o planejamento, tanto com os demais órgãos da administração pública quanto com as demais subcoordenadorias do PROMABEN, resultaram nos maiores problemas enfrentados para o avanço dos projetos (BELÉM, 2020b, p. 44).

Villarosa (2010, p. 13), aponta a intersetorialidade entre as políticas sociais como um fator fundamental na implementação de projetos urbanísticos, promovendo o desenvolvimento local e a inclusão social. Para o consultor, “promover a intersetorialidade é incentivar as secretarias setoriais a se articularem com o programa de urbanização”.

Para o desenvolvimento do projeto social, a intersetorialidade é um elemento fundamental, posto que as ações de remanejamento involuntário de famílias vão requerer a articulação entre diversas políticas sociais de educação, saúde, moradia, trabalho, assistência entre outras, para que sejam asseguradas às famílias o direito e a sustentabilidade de permanecer no território urbanizado.

Nesta direção, a Subcoordenadoria Social vem buscando estratégias para construir o planejamento do projeto social articulado com as políticas sociais e os programas do governo municipal, adotando uma perspectiva democrática e participativa, tendo as famílias como centralidade nas ações dos Programas de Participação Comunitária e Comunicação Social.

No entanto, verifica-se um hiato entre a perspectiva participativa do planejamento que busca-se implementar pela SCS e a execução do projeto social pela empresa terceirizada, revelando uma dicotomia na concepção do trabalho social. Hora (2014, p. 19) argumenta sobre a dificuldade em se “[...] estabelecer a inter-relação necessária entre o elemento técnico (ou de concepção) e o elemento político (ou de decisão) no processo de planejamento”.

Nesse contexto, frisa-se a concepção de participação comunitária que é propagada pelo financiador do programa, BID, através de suas políticas operativas e diretrizes, nas quais a participação é apenas um aspecto quantitativo e formal que visa controlar e legitimar a adesão da população aos projetos urbanísticos (SANTANA, 2011).

Dessa forma, são complexos os desafios que estão postos para os/as Assistentes Sociais no âmbito do planejamento no PROMABEN II, como apontados pela equipe da SCS em reuniões de monitoramento e avaliação do planejamento do projeto social, tais como:

- Dificuldade de construir o planejamento interdisciplinar entre as subcoordenadorias do programa;
- Fragilidade na articulação com as políticas sociais;
- Desconhecimento do trabalho social pelos profissionais de outras subcoordenadorias do programa;
- Concepção acrítica sobre o trabalho social em sua dimensão de totalidade pela empresa terceirizada;
- Cumprimento de metas de remanejamento e de obras definidas pelo financiador do programa, BID;
- Fluxos de trabalho burocráticos;

- Descredibilidade da população em relação ao PROMABEN II, devido ao histórico negativo das antigas gestões;
- Interrupções e reprogramações no cronograma de obras, atrasando o cronograma de execução do projeto social e do remanejamento de famílias e comércios;
- Fragilidade na execução das ações do projeto social e nos documentos técnicos elaborados pela empresa terceirizada;
- Resistência da população em relação ao remanejamento devido ao atraso na entrega das obras do Conjunto Habitacional e ao valor irrisório do auxílio moradia, entre outros.

Aprender os dilemas a partir de uma leitura crítica da realidade institucional e social é *sine qua non* tanto no nível do planejamento quanto da execução, requer dos profissionais a capacidade de construir estratégias coletivas de mediar, articular, estabelecer parcerias com diversos atores do território e das políticas sociais vislumbrando novas possibilidades para fortalecer processos de organização política da comunidade como para ampliar o acesso aos direitos sociais e ao direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do/a Assistente Social no âmbito do planejamento da política urbana e habitacional, como elucidado pelo referencial teórico que embasou a análise deste artigo, possibilita-nos compreender que a partir da Constituição Federal de 1988, novas requisições profissionais são exigidas aos profissionais de Serviço Social, que passam a atuar em cargos de planejamento e gerência das políticas sociais.

Nesse contexto, novas requisições são atribuídas aos Assistentes Sociais na esfera do planejamento, demandando dos profissionais a capacidade de atuação crítica na articulação das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política bem como a apreensão crítica da realidade social em sua complexa totalidade.

No âmbito da política urbana e habitacional, verificou-se a que a intersetorialidade entre as políticas sociais é fundamental no planejamento das ações do projeto social, contudo, devido a fragilidade na execução do trabalho terceirizado, bem como dificuldade de manter o monitoramento do mesmo, o projeto social vem enfrentando dificuldades de manter a sustentabilidade de suas ações junto a comunidade que atua.

Desse modo, é fundamental que no ato do planejamento sejam considerados tanto os aspectos objetivos (metas, prazos, orçamentos entre outros) quanto os subjetivos (correlação de forças e jogo político) e a partir de então definir a concepção e direção social a ser traçada para o

planejamento, para que as ações planejadas não seja um campo de reprodução de condutas técnicas burocratizadas carregadas pelo viés do conservadorismo.

Em síntese, a partir da experiência profissional no âmbito do planejamento, embora com inúmeros desafios, é possível vislumbrar possibilidades, se não de superação radical do modelo centralizador e burocrático do planejamento, que só é possível com a revolução social, mas de (re)construir novas referências de abordagem e mediação na perspectiva de fortalecer a organização política da população.

Esse caminho pode ser trilhado por meio da capacitação técnica e política dos profissionais que planejam e executam as políticas sociais, para ressignificar o papel e a finalidade do trabalho social, resgatando o compromisso da categoria junto a classe trabalhadora na direção do projeto ético-político profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2015. p. 13-151.

BELÉM. **Projeto social do Programa de Participação Comunitária (PPC), Programa de Comunicação Social (PCS), Programa de Educação Ambiental e Sanitária (PEAS) e Escritório de Gestão Participativa (EGP)**: Termo de Referência. Belém, 2020a.

BELÉM, **Relatório Semestral de Progresso: PROMABEN II – 06/2020**. Belém, UCP/PROMABEN, 2020b.

BELÉM, **Relatório Semestral de Progresso: PROMABEN II – 06/2021**. Belém, UCP/PROMABEN, 2021.

BELÉM. **Plano Específico de Reassentamento**. Belém: UCP/PROMABEN, 2022.

BONIN, Silvana. KRÜGER, Tânia. Planejamento e Serviço Social. *Sociedade em Debate*, n. 21, v. 2, 2015. (p. 63-83).

BRASIL, Ministério das Cidades. **Trabalho Social em programas e projetos de habitação de interesse social**. Brasília: Ministério das Cidades/EAD, 2009.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei de regulamentação da profissão**. 10ª ed. Brasília, 2012.

CFESS. Atuação de assistentes sociais na Política urbana: **subsídios para a reflexão**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2016.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. **Políticas Urbanas e Serviço Social**. Conferência proferida para o Concurso público para professor titular, Edital nº 16 de 04 de abril de 2006, Diário Oficial nº 67. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, julho de 2006.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. **Serviço Social e Políticas Urbanas**: entre o conservadorismo e a viabilização de direitos sociais. *Libertas, Juiz de Fora*, v.15, p. 105-118, ago./dez. 2015.

HORA, Michelle Marry C. Campos. **A atuação do assistente social no planejamento e gestão das políticas de assistência social e saúde no município de Aracaju-SE**. 2014. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortes, 2015.
- MARINHO, Taynáh de N. Argolo. **Condições de moradia e de sobrevivência das famílias em auxílio aluguel em Belém-Pa**: os efeitos do projeto orla e o (não) direito à moradia digna na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova. 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- MARINHO, Taynáh de N. Argolo; et al. **O trabalho social no programa de saneamento da bacia da estrada nova (PROMABEN) II**: relato de experiência. In: XVII congresso brasileiro de assistentes sociais. Online, 2022.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- PAZ, Rosangela D.O. da e DINIZ, Tânia M. G. **Trabalho social em Habitação**: contradições, convocações e redefinições políticas. In: PAZ, Rosangela D. O. da e DINIZ, Tânia M. G. (Orgs.) **Serviço Social e trabalho social em habitação**. Requisições conservadoras, resistências e proposições. Rio de Janeiro, Mórula, 2020.
- SANTANA, Joana Valente. **Trabalho Social em Projetos de Habitação**: demandas e respostas sobre a participação comunitária (Belém-Brasil). Trabajo Social, Santiago, n. 6, p.349-371, dez. 2011.
- SCHMITZ, Lindsey Oliva Fontana; SCHAPPO, Sirlândia. **Planejamento e Serviço Social**: elementos para elaboração de projetos. In: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, Florianópolis, 2017.
- SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- SOUZA, Simone Moreira dos S. **Atuação do assistente social na elaboração e gestão de projetos sociais**. In: X Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, São Cristóvão, 2016.
- VASCONCELOS, Eliza M. Almeida; CARDOSO, Welson de Sousa; BASTOS, Joscelina da Silva. **O projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS)**: elementos para a sua elaboração. In: VASCONCELOS, Eliza M. A.; ALVES, Edivania S.; CRUZ, Sandra H. R.; SÁ, Maria Elvira R. de. (Org.). **Política de Habitação de Interesse Social**: projeto técnico social. Belém: ICSA/UFPA, 2014.
- VILLAROSA, Francesco Di. **Estudo de Caso**: “Programas integrados são portas de entrada de combate à pobreza”. In: Ministério das Cidades; Secretaria Nacional de Habitação; Aliança de Cidades; Banco Mundial (Org.). **Trabalho social e intervenções habitacionais**: reflexões e aprendizados sobre o seminário internacional, Brasília/DF, 2010.



GT 02 – Desenvolvimento, Desigualdade Social e Cidade Latino-americanas

CULTURAS DE RESISTÊNCIA PELO DIREITO À MORADIA, À CULTURA E A MEMÓRIA AFRODIASPÓRICA NA ILHA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Alex Oliveira de Souza ¹

(Universidade Estadual do Maranhão - UEMA),

RESUMO: Este trabalho se organiza a partir de três pesquisas, todas elas tratando de estratégias de luta pelo direito à cidade na Ilha de São Luís- MA, elas contribuem de maneira distinta para o debate em torno de problemas que nos afligem há muito tempo e que no momento atual tem surgido novos elementos de crítica e que tem permitido qualificar novas estratégias para os movimentos sociais, com ênfase, para culturas de resistência pelo direito à moradia, à cultura e a memória afrodiáspórica. Para além dos processos eleitorais, a reconstrução democrática passa pelas lutas pelo direito à cidade, por desempenhar um papel central como lugar estratégico para a circulação das pessoas, dos bens e do capital. Esta convergência estratégica remete ao espaço urbano como lugar dos conflitos, das lutas para que os direitos já conquistados saiam do papel e sejam de fato efetivados. Para isso é preciso ouvir aqueles e aquelas que sofrem, que tem queixas, que fazem exigências sobre seus direitos. Três frentes de engajamento são apresentadas neste trabalho, todas fruto de trabalhos acadêmicos desenvolvidos na Universidade Estadual do Maranhão, uma no mestrado em Desenvolvimento Sócioespacial e Regional e as outras no curso de graduação de Arquitetura e Urbanismo. A primeira trata da luta pelo direito à moradia da comunidade Eugênio Pereira na cidade de Paço do Lumiar, localizada a aproximadamente 20 km do centro de São Luís, ela aborda as estratégias que foram utilizadas pela população para assegurar o direito à moradia e o interesse coletivo previstos em lei, mas que foram por várias vezes subjugados pela justiça que sempre favoreceu o interesse privado e o direito a propriedade. A segunda foi realizada no bairro da Liberdade, primeiro quilombo urbano da cidade e está focada na preocupação de se articular às práticas de urbanismo aos fazedores de cultura, notadamente os brincantes do Bumba meu Boi, evidenciando como as manifestações culturais são fortemente ligadas à vida no bairro. A terceira aborda a formação de um bairro histórico negro na São Luís de século XIX, nela são evidenciados apagamentos sistemáticos contra as contribuições da população negra e parda pela política de preservação do patrimônio histórico da cidade, que desde seu nascedouro é colonialista e focada sobremaneira na valorização das referências do patriarcado escravocrata.

Pensar em estratégias de luta praticadas na cidade na busca por direitos que são historicamente negados é um tarefa necessária para a reconstrução democrática, que deve olhar para as cidades como lugar potencialmente revolucionário.

Palavras-chaves: (Direito à Moradia, Direito à Cultura, Memória Afrodiáspórica, São Luís).

INTRODUÇÃO

A luta por direitos é pressuposto fundante do exercício democrático, é na livre manifestação dos conflitos que os direitos se forjam e são efetivados, daí a importância de se falar da luta por direitos, especialmente quando vivemos em um contexto de intensa luta pela reconstrução

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sócioespacial e Regional – PPDSR e do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, Brasil, email: alexoliveira@professor.uema.br

democrática, no cenário brasileiro atual. Neste sentido, a cidade desempenha um papel central, como habitat humano e portanto como espaço privilegiado de circulação das pessoas, dos bens e do capital.

No âmbito da política urbana, é oportuno reiterar as questões centrais que são fundantes do marco regulatório brasileiro, mas que são constantemente ignoradas, sobretudo quando se trata das populações mais pobres, dos negros, das mulheres, em resumo das pessoas que habitam as periferias das cidades, tanto no sentido, territorial que expulsa a população para as áreas mais distantes dos espaços centrais, quanto pelo sentido social, que marginaliza as pessoas, colocando-as nas franjas, nas periferias daqueles que usufruem os principais direitos instituídos impondo-os uma proximidade espacial e uma colossal distância social.

Dito isto, precisamos reafirmar alguns instrumentos legais para enfrentar a onda fascista que insiste em criminalizar aqueles e aquelas que lutam para que estes instrumentos legais sejam de fato efetivados na vida dos que mais precisam da garantia destes direitos. Trata-se especificamente das matérias constitucionais dos artigos 182º e 183º, que explicitam questões como a função social da cidade, da propriedade, da obrigatoriedade de se elaborar planos diretores, da necessidade de se cobrar um IPTU progressivo e da possibilidade de usucapião urbano.

Matérias estas, já amplamente debatidas, mas que continuam sendo sistematicamente negadas apesar de todos os avanços institucionais contidos no marco regulatório nacional, como o Estatuto das cidades, de 2010, que já no seu artigo 1º se propõem a estabelecer as normas para regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos. (Lei 10.257/2001, p16).

Ainda sobre a instrumentalização do marco regulatório para fortalecer as lutas da população que habita nas cidades, temos que sublinhar que, estão assegurados direitos à cidades sustentáveis, à terra urbana, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura, ao transporte e etc. Todos amplamente negados na prática. Além disso, encontram-se legitimadas todas as reivindicações sobre a necessidade de participação da população e de associações representativas, na formulação, execução e acompanhamento de planos e programas e projetos de desenvolvimento urbano (Lei 10.257/2001, p16).

No que tange este artigo, alguns pressupostos teóricos são comuns as três pesquisas que são apresentadas. Como primeira preocupação temos a questão do direito à cidade, compreendido aqui a partir de Lefebvre (2001) acrescidos das contribuições de Harvey (2014) para os quais a cidade deve ser percebida a partir da noção de direito, fundada entre duas dimensões as da queixa e as das exigências. Onde as queixas residem na necessidade de respostas às crises que assolam a vida cotidiana no habitat urbano e as exigências residem no imperativo de se encarar a crise nos olhos e se buscar construir alternativas para a vida urbana.

Esta combinação entre queixas e exigências tem um locus para sua emergência, exatamente o espaço habitado, as ruas, os bairros periféricos, os guetos, os lugares onde historicamente os excluídos encontram morada e exigem mudanças e garantias de direitos. Este processo passa por uma dupla determinação sobre a cidade que queremos e que tipo de pessoa queremos ser nesta nova cidade. Afirma Harvey:

“A questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoa que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. O direito à cidade é portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos.” (2014, p28)

As estratégias de luta pelo direito à cidade passam necessariamente pela democracia, pelo fortalecimento de movimentos sociais representativos e criativos que consigam acolher as queixas e potencializá-las em forma de exigências, de novos modos de urbanização e governança para que possamos vislumbrar a perspectiva revolucionária das lutas urbanas.

Diante do exposto, nosso propósito é apresentar três pesquisas desenvolvidas na UEMA, que dão visibilidade as dores, queixas e exigências de três comunidades distintas que representam três estratégias de luta pelo direito à cidade em três frentes de engajamento.

A primeira delas é a luta pelo direito à moradia na comunidade Eugênio Pereira em Paço do Lumiar – MA, trabalho publicado no 9º projetar e fruto da pesquisa realizada para dissertação de mestrado de Lucas Fonseca no PPDSR-UEMA (2019), que sistematiza as principais estratégias de luta de uma população que ocupa uma área da grande São Luís há mais 18 anos e ainda sonha com o reconhecimento do direito à moradia, a ser confirmado pelo aguardado título de propriedade.

A segunda frente de engajamento trata da relação cultura e direito à cidade no quilombo urbano da Liberdade. Este trabalho que já foi publicado na revista Cuadernos De Educación Y Desarrollo, (2023, pp1031–1051). Foi elaborado a partir de pesquisa iniciada pela aluna Larissa Anchieta na disciplina Teorias Urbanas do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA no segundo semestre de 2019, ele está centrado numa análise acerca das relações entre a busca pelo direito à cidade, a construção de novas perspectivas democráticas para o espaço urbano no bairro maranhense da Liberdade.

A terceira frente de engajamento surge de um trabalho de conclusão de curso, também em Arquitetura e Urbanismo de Raimundo Chaves, defendido em 2019 na UEMA. O trabalho já foi publicado nos anais do 11º Projetar em João Pessoa na UFPB. A pesquisa explora a partir de

evidências históricas e morfológicas a formação de um território negro no século XIX, denominada de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição.

2- A LUTA PELO DIREITO À MORADIA NA COMUNIDADE EUGÊNIO PEREIRA EM PAÇO DO LUMIAR – MA

A cidade de Paço do Lumiar faz parte da região metropolitana da cidade de São Luís, estando aproximadamente a 20km do centro da capital, com uma população de mais de 100 mil habitantes e ocupando uma área de quase 123 mil Km². Neste contexto, se insere desde de 2005 a Comunidade Eugênio Pereira, esta pesquisa é sobre a trajetória de 14 anos de lutas (2005-2019).

O histórico de lutas pelo direito à moradia desta comunidade, não é diferente de outras situações semelhantes existente pelo Brasil e por outros países marcados pela segregação sócioespacial das populações mais vulneráveis, que também resistem diante da negação sistemática de direitos. No caso em tela, pode se afirmar que nos últimos anos organizações populares empenharam-se em atribuir função ao que antes eram espaços desocupados que descumpriam a função social da propriedade privada. Nesse contexto existem 42 comunidades consolidadas em Paço do Lumiar (MA), que lutam pelo direito à moradia e à cidade oficial e contra o despejo forçado.

Para Fonseca & De Souza (2019) Quando se fala em consolidadas, trata-se de considerar a Lei do Programa Minha Casa, Minha Vida de 2009 e no Código Florestal Brasileiro de 2012. Estes dois marcos legais asseguram que: para uma comunidade inserida na zona urbana ser considerada consolidada ela deve ter, no mínimo, dois equipamentos de infraestrutura urbana implantados, como: drenagem de águas pluviais urbanas; esgotamento sanitário; abastecimento de água potável; distribuição de energia elétrica; ou limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos (BRASIL, 2009). Enquanto que, para ser considerada consolidada na área rural, deve ter ocupação antrópica preexistente a data de 22 de julho de 2008, e possuir edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris.

Considerando este pressuposto legal e que a comunidade Eugênio Pereira já conquistou vários equipamentos de infra-estrutura urbana, tais como: Posteamto com iluminação pública parcial, Energia elétrica, Água potável, Transporte coletivo e Escola comunitária (ver foto abaixo), não resta dúvidas de que trata-se de uma comunidade consolidada. Aliam-se a este dado o fato de que a área foi ocupada pacificamente. Nela não existia nada, antes da ocupação era utilizada apenas para prática de crimes como homicídio, estupro e ocultação de cadáver. Embora, um grupo imobiliário tivesse interesse explícito de construir um condomínio de luxo no terreno.

Foto 01- Escola comunitária do Residencial Eugênio Pereira uma conquista da associação de moradores



Foto: Fonseca & De Souza: 2019

Tendo o entendimento de comunidade e tendo lutado para conquistar cada uma das benfeitorias coletivas a população vem defendendo seu direito à moradia e à cidade, enfrentando uma batalha judicial, na qual já enfrentaram três ações de reintegração de posse contra eles, de três proprietários diferentes. Porém ainda se encontram na dependência da justiça e vivem a aflição de não ter o direito reconhecido, mesmo diante de tantas evidências.

O que eles exigem é o registro de propriedade, a comunidade deseja ampliar os equipamentos sociais de saúde, lazer e cultura. Segundo Fonseca & De Souza (2019) com a titulação, eles deixarão de ser filhos bastardos (do Estado) e passarão a ser legítimos, integrando a cidade oficial. O que não ocorre quando permanecem sem o título (folha de papel), os avanços existem, mas não tem tranquilidade, vivem a aflição da ameaça de expulsão e segue na insegurança.

3. CULTURA E DIREITO À CIDADE NO QUILOMBO URBANO DA LIBERDADE

Esta pesquisa surge de uma atividade da disciplina teorias urbanas do curso de arquitetura e urbanismo da UEMA, como já dito aqui, voltada para a análise territorial do bairro da Liberdade o primeiro quilombo urbano do Maranhão. A partir deste estudo e procurando aliar a formação do bairro com as práticas culturais da população majoritariamente negra do bairro, foi feita uma análise da Liberdade pelos passos do Bumba-Meu-Boi, procurando estabelecer estratégias de lutas pelo direito à cidade que desse visibilidade a importância de se inserir na governança urbana os fazedores de cultura popular que produzem não apenas a cultura no bairro, mas são legítimos portadores da representação cultural da cidade e do estado.

Para Anchieta & De Souza (2023) esta análise busca estabelecer um diálogo entre direito à cidade, urbanismo e cultura a partir da percepção do bairro relatada por moradores/brincantes dos grupos, Boi de Seu Apolônio da Floresta e Boi da Fé em Deus, para compreender a realidade e os impactos das manifestações culturais no bairro e em suas adjacências. Este entendimento ocorre na confluência entre a busca pelo direito à cidade e a construção de novas perspectivas democráticas para o espaço urbano no bairro maranhense da Liberdade.

Importante destacar o contexto histórico em que se insere o bairro da Liberdade, que apesar dos seus mais de 100 anos é marcado por um urbanismo precário e com grandes lacunas em termos dos equipamentos sociais existentes, com destaque para as carências em saúde pública e em graves problemas de saneamento básico e drenagem.

Figura 01- Localização do bairro da Liberdade, na periferia da área central



Fonte: (Anchieta & De Souza, 2023 p1038)

Para a supracitada pesquisa é necessário reconhecer a conectividade entre fazedores de cultura e o urbanismo (Sandler, 2018) (Weiler, 2017) e gerar novas possibilidades de se estruturar uma nova governança da cidade nos bairros populares. Esta necessidade é urgente, uma vez que, o Bumba-Meu-Boi é uma manifestação de amplo espectro e grande responsável pelo fortalecimento da identidade cultural do bairro e do Maranhão, servindo como instrumento de resistência diante da marginalização das periferias da cidade e por um urbanismo que possa dar respostas efetivas para melhorar a vida das pessoas.

4. O BAIRRO HISTÓRICO NEGRO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

O concluinte de arquitetura e urbanismo Raimundo Chaves, instigado pela condição de negro e morador do Centro Histórico, desenvolveu uma pesquisa para a conclusão da graduação voltada para analisar historicamente e morfologicamente a formação de um território negro no século XIX em São Luís. Amparou-se neste estudo na farta literatura local sobre o imponente legado da arquitetura de origem portuguesa, amplamente consagrado pelos órgãos de proteção do patrimônio histórico e pelo quase esquecimento de uma área também reconhecida como patrimônio pelo Estado do Maranhão, mas negligenciada como espaço produzido e animado pela população preta e parda da cidade desde o século XIX. Esta área que no século XIX era conhecida pela denominação dada pela igreja católica como, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição.

Para Chaves (2019) É preciso que se reconheça a cidade negra, aquela que foi produzida pelas mãos negras, mas que são continuamente invisibilizadas pelos processos de preservação e promoção da memória oficial ou da elite, relegando ao esquecimento os territórios negros e pardos. Tal prática pode ser facilmente percebida na promoção do que se convencionou chamar patrimônio cultural e para onde foram feitos os investimentos de reabilitação de espaços públicos promovidos pelo Governo do Estado e pelo Município não contemplam uma visão para além da casa grande, dos solares, dos sobrados das elites maranhenses.

Apoiado nas ferramentas da morfologia urbana, com ênfase nas contribuições de Lamas (2004) que assinalam a correlação entre os elementos formais que constituem a cidade, seu processo histórico e a sua origem, bem como, aos trabalhos de Rossi (1995) e Carlos (2007) que acrescentam o envolvimento constante dos elementos formais com o modo de vida e com as relações sociais e econômicas. Estes pressupostos aliados a tese de Mateus de Jesus (2015) que trata de uma vida urbana na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição marcada por um cotidiano matutino e noturno de uma população majoritariamente preta, que lidava com o trabalho e com práticas religiosas envolvendo tambor e danças. Ancorados nestes dados e considerando o território atual dos bairros, foi adotada como área de estudo os atuais bairros de São Pantaleão e Madre Deus, ver figura a seguir.

Figura 02: A Freguesia de Nossa Senhora Da Conceição na configuração atual e delimitação da área de estudo

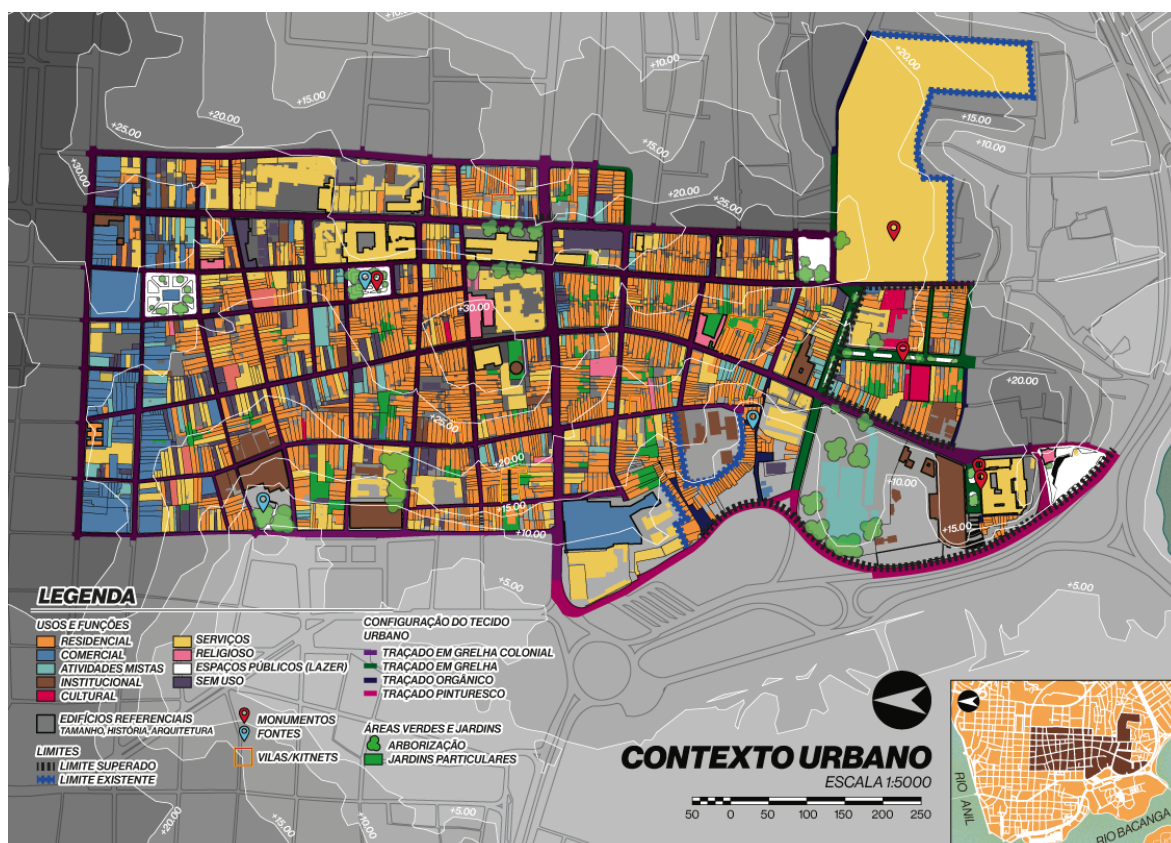


Fonte: Chaves, 2019, p10

O estudo histórico permitiu evidenciar não apenas a formação do território negro mas também compreender as dinâmicas do espaço, seus usos e apropriações e sua utilização como espaço de trocas no capitalismo. No processo estudado, fica evidente, não apenas pelas remanescências dos trajetos, dos caminhos do trabalho para as recentes fábricas, como também pela permanência, sob a égide da resistência de lugares como a Casa de Nagô e a Casa das Minas, além claro, dos apagamentos institucionais na cartografia oficial do bairro do Goiabal, das já citadas casas religiosas de matriz africana.

Em um esforço de construir uma cartografia atual que possa requalificar este território a pesquisa produziu um mapa intitulado o “Contexto Urbano”, que foi realizado a partir do detalhamento das atividades e usos de cada lote, com base no Street View do Google Maps, sendo todos os trajetos revisitados e registrados in loco para comparar possíveis alterações. Neste mapa também são assinalados configurações do tecido, monumentos e fontes, áreas verdes e jardins existentes no território. Ver mapa a seguir.

Figura 03 – o contexto urbano dos bairros de São Pantaleão e Madre Deus



Fonte: Chaves, 2019, p77

A presença do povo preto no território de São Luís, mais especificamente nos bairros de São Pantaleão e Madre Deus, não trouxe apenas um legado cultural como costuma-se pensar. É mais sensato imaginar no apagamento histórico da produção do espaço urbano e na ressignificação dos espaços enquanto uma iniciativa do Estado, retirando ou escolhendo as contribuições históricas, arquitetônicas e urbanas da população preta e parda.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a cidade como “lugar de desencadeamento”, um sistema de fluxos de homens, de mercadorias, de capitais ou ideias (RONCAYOLO: 2002, p23). Estes fluxos se assentam sobre um conjunto de agenciamentos materiais que assumem uma forma, uma morfologia, um status de posse, um tipo de ocupação, um sistema de valores sociais etc. Além disso, Estes fluxos têm uma história, não somente no campo das ideias, mas igualmente por que eles se inscrevem numa “superposição quase geológica de histórias cumulativas” (PAQUOT, 2001, p44).

Essa compreensão histórica e dialética nos faz pensar em estratégias para a luta por direitos historicamente negados e que vem sendo ameaçados e criminalizados por manifestações

neofascistas, nos colocando a tarefa de reconstrução democrática como urgente, neste sentido as três pesquisas apresentadas contribuem para um olhar sobre a cidade que a enxerga não apenas como palco das acumulações, mas também como lugar potencialmente revolucionário.

Numa perspectiva que apreende as estratégias de luta de cada grupo excluído, vivendo em estado de segregação socioespacial para fazer valer seus direitos à cidade, à moradia, contra aqueles que descumprem a função social da propriedade prevista em lei, ou que reduzem a cultura a produção de eventos, esquecendo que os fazedores de cultura são fazedores de cidades e precisam participar de sua governança e de seu planejamento, ou ainda contra os que insistem nos apagamentos sistêmicos das populações historicamente subjugadas.

REFERENCIAS

ANCHIETA, L. B.; DE SOUZA, Alex Oliveira. A liberdade pelos passos do Bumba-Meu-Boi: Análise do direito à cidade no 1º quilombo urbano de São Luís. CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO, v.15, p.1031 - 1051, 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Emenda Constitucionais nºs 1/1992 a 91/2016 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994. 2018. Disponível em: . Acesso em: 5 abr. 2018.

BRASIL. Estatuto da cidade. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e legislação correlata. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. 4. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Programa minha casa, minha vida. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em:. Acesso em: 4 dez. 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CHAVES, RAIMUNDO R. T. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição: Morfologia e Formação de um Território Negro do Século XIX Em São Luís/Ma. TCC Sob Orientação de Alex Oliveira de Souza. 2019. Curso (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual do Maranhão. 100pp.

FONSECA, L. S. B.; DE SOUZA, ALEX OLIVEIRA A negação continuada do direito à moradia em 10 anos de ocupação na Eugênio Pereira em Paço do Lumiar (MA) In: Seminário Internacional Projetar: Arquitetura e Cidade: Privilégios, Conflitos e Possibilidades, 2019, Curitiba. Seminário Internacional Projetar: Arquitetura e Cidade: Privilégios, Conflitos e Possibilidades. Curitiba: UFPR/Universidade positivo, 2019. v.3. p.01 – 14

HARVEY, David. O direito à Cidade in Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, p. 27-66, 2014

IBGE. Cidades. Paço do Lumiar. 2010. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/paco-do-lumiar/panorama>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

JESUS, Matheus Gato de. Racismo e Decadência - Sociedade, Cultura e Intelectuais em São Luís do Maranhão. 2015. 181p. Tese (doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-11052016-130154/pt-br.php>>. Acesso em: 05/08/2019.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Volume 2. 3 ed. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

PAQUOT, Thyerry. Aujourd'hui comme future hier in LOYER, François (Pres). Ville d'hier, ville d'aujourd'hui en Europe - Actes des entretiens du patrimoine. Paris : Librairie Arthème Fayard / Éditions du patrimoine, 2001. 39-48pp.

RONCAYOLO, Marcel. Lectures de villes – formes et temps. Marseille; Ed. Parenthèses, 2002. 386p.

ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANDLER, Daniela. A cultura como urbanismo, ou a dimensão territorial da cultura. Arq.urb. São Paulo: USJT, n. 23, p. 95-116, 2018.

WEILER, Fabiane. A criatividade e a cultura como elementos do desenvolvimento urbano. Baru. Goiânia, v.3, n.2, p.258-269, 201



sialatufpa

www.sialat2024.com.br

Realização:



Apoio:



Parcerias:

